Copyright © by Perry Anderson, 1974

Título original em inglês: Lineages of the Absolutist State
Copyright © da tradução brasileira: Editora Brasiliense S. A.

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia da editora.

ISBN: 85-11-13049-7
Primeira edição, 1985
3ª edição, 1995
2ª reimpressão, 2004

Tradução: *Suely Bastos - Apêndice A, e Paulo Henrique Britto - Apêndice B.*
Revisão: *Suely Bastos e Marcia Copola*
Capa: *Depto. de Arte Brasiliense*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anderson, Perry
Linhagens do Estado absolutista / Perry Anderson : tradução João Roberto Martins Filho. - - São Paulo : Brasiliense, 2004.

Título original: Lineages of the absolutist state
2ª reimpr. da 3ª ed. de 1994.
Bibliografia.
ISBN 85-11-13049-7

1. Despotismo 2. Despotismo - Estudo de casos I. Título.

04-8040 CDD-321.6

Índices para catálogo sistemático:
1. Absolutismo : Ciência política 321.6
2. Estado absolutista : Ciência política 321.6

editora brasiliense s.a.
Rua Airi, 22 - Tatuapé - CEP 03310-010 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (0xx11) 6198-1488
E-mail: brasilienseedit@uol.com.br
www.editorabrasiliense.com.br

livraria brasiliense s.a.
Rua Emília Marengo, 216 - Tatuapé - CEP 03336-000 - São Paulo - SP
Fone/Fax (0xx11) 6675-0188

Sumário

Prefácio 7

Primeira parte
EUROPA OCIDENTAL

O Estado absolutista no Ocidente 15
Classe e Estado: problemas de periodização 42
Espanha 58
França 84
Inglaterra 112
Itália 143
Suécia 173

Segunda parte
EUROPA ORIENTAL

O absolutismo no Leste 195
Nobreza e monarquia: a variante oriental 221
Prússia 236
Polônia 279
Áustria 299
Rússia 328
A Casa do Islã 361

Conclusões 395

APÊNDICES

A. O feudalismo japonês 433
B. O "modo de produção asiático" 461

Prefácio

O propósito deste trabalho é tentar um estudo comparado da natureza e do desenvolvimento do Estado absolutista na Europa. Suas características gerais e seus limites, enquanto reflexão sobre o passado, foram expostos no prefácio ao estudo que o precede.[1] É preciso agora acrescentar algumas observações específicas sobre a relação entre a pesquisa empreendida neste volume e o materialismo histórico. Concebido como um estudo marxista do absolutismo, o presente trabalho situa-se deliberadamente en.. e dois planos diversos do discurso marxista, em geral separados por uma distância considerável. Nas últimas décadas, tornou-se comum que os historiadores marxistas — autores de um já impressionante corpo de investigações — nem sempre estivessem diretamente preocupados com os problemas teóricos relativos às implicações suscitadas por seus trabalhos. Ao mesmo tempo, os filósofos marxistas, que procuraram elucidar ou resolver as questões teóricas básicas do materialismo histórico, fizeram-no, com freqüência, consideravelmente afastados dos resultados específicos expostos pelos historiadores. Aqui, fez-se uma tentativa de explorar um terreno intermediário entre aquelas posições. É possível que sirva apenas como exemplo negativo. De todo modo, o objetivo deste estudo é examinar simultaneamente o absolutismo europeu "em geral" e "em particular": vale dizer, tanto as estruturas "puras" do Estado absolutista, que o constituem

(1) *Passages from Antiquity to Feudalism*, Londres, 1974, pp. 7-9.

geralmente se restringe a uma época delimitada. Em qualquer dos casos, o tempo histórico não parece apresentar, normalmente, nenhum problema: seja nos estudos narrativos "à moda antiga", seja nos "modernos" estudos sociológicos, os acontecimentos e as instituições parecem mergulhar numa temporalidade mais ou menos contínua e homogênea. Embora os historiadores estejam naturalmente cientes de que os índices de mudança variam nas diferentes camadas ou setores da sociedade, o hábito e a conveniência mandam, em geral, que a forma de uma obra implique ou obedeça a um monismo cronológico. Vale dizer, seus materiais são tratados como se compartilhassem um ponto de partida comum e um mesmo ponto de chegada, abarcados por um único espaço de tempo. Neste estudo, não há tal meio temporal uniforme: pois os *tempos* dos absolutismos mais importantes da Europa — oriental ou ocidental — foram, precisamente, caracterizados por uma enorme diversidade, constitutiva ela mesma de sua natureza respectiva, enquanto sistemas estatais. O absolutismo espanhol sofreu a sua primeira grande derrota em fins do século XVI, nos Países Baixos; o absolutismo inglês foi derrubado em meados do século XVII; o absolutismo francês durou até o final do século XVIII; o absolutismo prussiano sobreviveu até um período avançado do século XIX; o absolutismo russo só foi derrubado no século XX. As amplas disjunções na datação dessas grandes estruturas correspondem inevitavelmente a profundas distinções em sua composição e evolução. Uma vez que o objeto específico deste estudo é o espectro global do absolutismo europeu, não há temporalidade única capaz de abarcá-lo. A história do absolutismo tem múltiplos e sobrepostos pontos de partida e pontos finais díspares e escalonados. A sua unidade subjacente é real e profunda, mas não é a de um *continuum* linear. A complexa duração do absolutismo europeu, com suas múltiplas rupturas e deslocamentos de região para região, determina neste estudo a apresentação do material histórico. Assim, omite-se todo o ciclo de processos e acontecimentos que asseguraram o triunfo do modo de produção capitalista na Europa, após o início da época moderna. As primeiras revoluções burguesas ocorreram muito antes das últimas metamorfoses do absolutismo, de um ponto de vista cronológico. Contudo, dentro dos propósitos deste trabalho, ficam categoricamente em seguida às últimas e serão consideradas num estudo subseqüente. Assim, fenômenos tão fundamentais como a acumulação primitiva do capital, a eclosão da Reforma religiosa, a formação das nações, a expansão do imperialismo ultramarino e o advento da industrialização — que se inserem adequadamente dentro do âmbito formal dos "períodos" aqui tratados, como contemporâneos de várias

fases do absolutismo na Europa — não são discutidos ou explorados. As suas datas são as mesmas: os seus tempos são diferentes. A história desconhecida e desconcertante das sucessivas revoluções burguesas não nos ocupa aqui: o presente ensaio confina-se à natureza e ao desenvolvimento dos Estados absolutistas, aos seus antecedentes e adversários políticos. Dois estudos ulteriores serão dedicados especificamente à cadeia das grandes revoluções burguesas, da revolta dos Países Baixos à unificação da Alemanha, e à estrutura dos Estados capitalistas contemporâneos que, após um longo processo de evolução, resultaram finalmente delas. Algumas das implicações teóricas e políticas das discussões do presente volume só tomarão forma plena nessas continuações.

Uma última palavra é talvez necessária sobre a escolha do Estado como tema central de reflexão. Hoje, quando a "história a partir de baixo" tornou-se senha reconhecida tanto em círculos marxistas como não-marxistas e produziu já importantes benefícios para a nossa compreensão do passado, é apesar de tudo necessário relembrar um dos axiomas básicos do materialismo histórico: que a luta secular entre as classes resolve-se em última instância no nível *político* da sociedade — e não no nível econômico ou cultural. Em outras palavras, é a construção e a destruição dos Estados que sela as modificações básicas nas relações de produção, enquanto subsistirem as classes. Uma "história a partir de cima" — do intrincado mecanismo da dominação de classe — surge, portanto, como não menos essencial que uma "história a partir de baixo": na verdade, sem aquela esta última torna-se enfim unilateral (embora do melhor lado). Marx escreveu na sua maturidade: "A liberdade consiste na conversão do Estado de órgão sobreposto à sociedade em órgão completamente subordinado a ela, e também hoje as formas do Estado são mais livres ou menos livres na medida em que restrinjam a 'liberdade' do Estado". Um século decorrido, a abolição do Estado permanece ainda como uma das metas do socialismo revolucionário. Mas o supremo significado atribuído ao seu desaparecimento final testemunha todo o peso de sua presença anterior na história. O absolutismo, primeiro sistema de Estado internacional no mundo moderno, não esgotou de forma alguma os segredos ou lições que tem a revelar-nos. A finalidade deste trabalho é apresentar uma contribuição para a discussão de alguns deles. Seus erros, interpretações incorretas, omissões, solecismos e ilusões podem com segurança ser confiados à crítica do debate coletivo.

PRIMEIRA PARTE

Europa ocidental

O Estado absolutista no Ocidente

A longa crise da economia e da sociedade européias durante os séculos XIV e XV marcou as dificuldades e os limites do modo de produção feudal no último período da Idade Média.[1] Qual foi o resultado *político* final das convulsões continentais dessa época? No curso do século XVI, o Estado absolutista emergiu no Ocidente. As monarquias centralizadas da França, Inglaterra e Espanha representavam uma ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelada das formações sociais medievais, com seus sistemas de propriedade e de vassalagem. A controvérsia sobre a natureza histórica destas monarquias tem persistido desde que Engels, numa máxima famosa, declarou-as produto de um equilíbrio de classe entre a antiga nobreza feudal e a nova burguesia urbana: "Excepcionalmente, contudo, há períodos em que as classes em luta se equilibram (*Gleichgewicht halten*), de tal modo, que o poder de Estado, pretenso mediador, adquire momentaneamente um certo grau de autonomia em relação a elas. Assim aconteceu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio (*gegeneinander balanciert*) entre a nobreza e a classe dos burgueses".[2] As múltiplas qualificações desta passagem indicam um certo mal-estar

(1) Ver a discussão deste ponto em *Passages from Antiquity to Feudalism*, Londres, 1974, que precede o presente estudo.

(2) "The Origin of the Family, Private Property and the State", em Marx-Engels, *Selected Works*, Londres, 1968, p. 588; Marx-Engels, *Werke*, vol. 21, p. 167.

conceitual por parte de Engels. Mas um exame cuidadoso das sucessivas formulações, tanto de Marx como de Engels, revela que uma concepção similar do absolutismo foi, com efeito, um tema relativamente consistente em sua obra. Engels repetiu a mesma tese básica em outra parte, de forma mais categórica, observando que "a condição básica da velha monarquia absoluta" era "um equilíbrio (*Gleichgewicht*) entre a aristocracia fundiária e a burguesia".[3] Na verdade, a classificação do absolutismo como um mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia desliza, com freqüência, para a sua designação implícita ou explícita fundamentalmente como um tipo de Estado burguês enquanto tal. Tal deslizamento é evidente sobretudo no próprio *Manifesto Comunista*, onde o papel político da burguesia "no período das manufaturas" é caracterizado, de um só fôlego, como "contrapeso (*Gegengewicht*) da nobreza, na monarquia semifeudal ou na absoluta, pedra angular (*Hauptgrundlage*) das grandes monarquias em geral".[4] A sugestiva transição de "contrapeso" para "pedra angular" tem eco em outros textos. Engels podia referir-se à época do absolutismo como a idade em que "a nobreza feudal foi levada a compreender que o período da sua dominação política e social chegara ao fim".[5] Marx, por seu lado, afirmou repetidamente que as estruturas administrativas dos novos Estados absolutistas eram um instrumento tipicamente burguês. "Sob a monarquia absoluta", escreveu, "a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia." Em outra passagem, Marx declarava: "O poder do Estado centralizado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura — órgãos forjados segundo o plano de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica — tem a sua origem nos tempos da monarquia absoluta, quando serviu à sociedade da classe média nascente, como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo".[6]

Tais reflexões sobre o absolutismo eram todas mais ou menos casuais e alusivas: uma teorização direta das novas monarquias centralizadas que emergiram na Europa renascentista nunca foi efetuada por

(3) "Zur Wohnungsfrage", em *Werke*, vol. 18, p. 258.

(4) Marx-Engels, *Selected Works*, p. 37; *Werke*, vol. 4, p. 464.

(5) "Uber den Verfall des Feudalismus und das Aufkommen der Bourgeoisie", em *Werke*, vol. 21, p. 398. A dominação "política" é explicitamente *staatliche* na frase aqui citada.

(6) A primeira formulação é de "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte", em *Selected Works*, p. 171; a segunda é de "The Civil War in France", em *Selected Works*, p. 289.

nenhum dos fundadores do materialismo histórico. A sua importância exata foi deixada ao juízo das gerações posteriores. Com efeito, os historiadores marxistas debatem até hoje o problema da natureza social do absolutismo. A sua solução correta é, na verdade, vital para a compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, e dos sistemas políticos que a diferenciaram. As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas essas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão, uma instituição nuclear do primitivo modo de produção feudal na Europa, as descrições do absolutismo por Marx e Engels como um sistema de Estado correspondente a um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza — ou mesmo a uma dominação direta do capital —, sempre pareceram plausíveis. No entanto, um estudo mais detido das estruturas do Estado absolutista no Ocidente invalida inevitavelmente tais juízos. Pois o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro comum. Contudo, é evidente que a coerção extra-econômica privada, a dependência pessoal e a associação do produtor direto com os instrumentos de produção não se desvanecem necessariamente quando o sobreproduto rural deixou de ser extraído na forma de trabalho ou prestações em espécie, e se tornou renda em dinheiro: enquanto a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano — em outras palavras, enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em "força de trabalho" —, as relações de produção rurais permaneciam feudais. Precisamente em sua análise teórica da renda da terra em *O Capital* o próprio Marx o torna claro: "A transformação da renda em trabalho na renda em espécie nada de fundamental altera na natureza da renda fundiária (...). Por renda monetária entendemos aqui a renda fundiária que resulta de uma simples mudança de forma da renda em espécie, tal como esta não é mais do que uma modificação da renda em trabalho (...). A base deste tipo de renda, embora se aproxime a sua dissolução, continua a ser a mesma da renda em espécie, que constitui o seu ponto de partida. O produtor direto é ainda, como antes, o possuidor da terra, através de herança ou de qualquer outro direito tradicional, e deve efetuar ao seu senhor, enquanto proprietário de sua condição de produção mais essencial, a prestação de trabalho excedente na forma de corvéia, isto é, trabalho não-pago pelo qual não se recebe equivalente, na forma de um

sobreproduto transformado em dinheiro".[7] Os senhores que permaneceram proprietários dos meios de produção fundamentais em qualquer sociedade pré-industrial eram, certamente, os nobres terratenentes. Durante toda a fase inicial da época moderna, a classe dominante — econômica e politicamente — era, portanto, a *mesma* da época medieval: a aristocracia feudal. Essa nobreza passou por profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da fdade Média: mas desde o princípio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seu domínio do poder político.

As alterações nas *formas* de exploração feudal sobrevindas no final da época medieval estavam, naturalmente, longe de serem insignificantes. Na verdade, foram precisamente essas mudanças que modificaram as formas do Estado. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional — não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza alemorizada. O consenso de uma geração de historiadores marxistas, da Inglaterra e da Rússia, foi resumido por Hill vinte anos atrás: "A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia dos Estados medievais que a precedera; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas formas de dominação da burguesia".[8] A nova forma de poder da nobreza foi, por sua vez, determinada pela difusão da produção e troca de mercadorias, nas formações sociais de transição do início da época moderna. Neste

(7) *Capital*, III, pp. 774-777. A exposição de Dobb sobre esta questão fundamental em sua "Réplica" a Sweezy, no famoso debate dos anos 50 sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, é aguda e lúcida: *Science and Society*, XIV, nº 2, primavera de 1950, pp. 157-67, esp. 163-4. A importância teórica do problema é evidente. No caso de um país como a Suécia, por exemplo, os relatos históricos correntes sustentam que "não teve feudalismo" porque a servidão propriamente dita esteve ausente. Na verdade, as relações feudais predominaram, evidentemente, na Suécia rural durante toda a última fase da era medieval.

(8) Christopher Hill, "Comentário" (sobre a transição do feudalismo ao capitalismo), *Science and Society*, XVII, nº 4, outono de 1953, p. 351. Os termos desta crítica devem ser considerados com cuidado. O caráter geral e de toda uma época do absolutismo torna desapropriada qualquer comparação deste com os regimes fascistas localizados e excepcionais.

sentido, Althusser especificou corretamente o seu caráter: "O regime político da monarquia absoluta é apenas a nova forma política necessária à manutenção da dominação e da exploração feudais, no período de desenvolvimento de uma economia mercantil".[9] Mas as dimensões da transformação histórica acarretada pelo advento do absolutismo não devem ser, de forma alguma, minimizadas. Pelo contrário, é essencial apreender toda a lógica e significação da importante mudança ocorrida na estrutura do Estado aristocrático — e da propriedade feudal —, que produziu o fenômeno novo do absolutismo.

O feudalismo como modo de produção definia-se por uma *unidade* orgânica de economia e dominação política, paradoxalmente distribuída em uma cadeia de soberanias parcelares por toda a formação social. A instituição do trabalho servil, como mecanismo de extração de excedente, fundia a exploração econômica e a coerção político-legal, no nível molecular da aldeia. O senhor, por sua vez, tinha normalmente o dever de vassalagem e de serviço militar para com o seu suserano senhorial, que reclamava a terra como seu domínio supremo. Com a comutação generalizada das obrigações, transformadas em rendas monetárias, a unidade celular de opressão política e econômica do campesinato foi gravemente debilitada e ameaçada de dissociação (o final deste processo foi o "trabalho livre" e o "contrato salarial"). O poder de classe dos senhores feudais estava assim diretamente em risco com o desaparecimento gradual da servidão. O resultado disso foi um *deslocamento* da coerção político-legal no sentido ascendente, em direção a uma cúpula centralizada e militarizada — o Estado absolutista. Diluída no nível da aldeia, ela tornou-se concentrada no nível "nacional". O resultado foi um aparelho reforçado de poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebéias na base da hierarquia social. Entretanto, esta nova máquina política foi também, por sua própria natureza, dotada de uma força de coerção

(9) Louis Althusser, *Montesquieu, le Politique et l'Histoire*, Paris, 1960, p. 117. Tal formulação foi escolhida por ser recente e representativa. A confiança no caráter capitalista ou quase capitalista do absolutismo ainda pode ser encontrada, entretanto, ocasionalmente. Poulantzas comete a imprudência de classificar desse modo os Estados absolutistas na sua obra, aliás importante, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, pp. 169-80, embora o seu enunciado seja vago e ambíguo. O recente debate sobre o absolutismo russo nos periódicos soviéticos de história revelou exemplos similares isolados, embora cronologicamente mais nuançados; ver, por exemplo, A. Ya. Avrekh, "Russkii Absoliutizm i evo Rol' v Utverzhdenie Kapitalizma v Rossii", *Istoria SSSR*, fevereiro de 1968, pp. 83-104, que considera o absolutismo o "protótipo do Estado burguês" (p. 92). Os pontos de vista de Avrekh foram intensamente criticados no debate que se seguiu e não podem ser tomados como típicos do teor geral da discussão.

capaz de vergar ou disciplinar indivíduos ou grupos *dentro* da própria nobreza. Assim, como veremos, o advento do absolutismo nunca foi, para a própria classe dominante, um suave processo de evolução: ele foi marcado por rupturas e conflitos extremamente agudos no seio da aristocracia feudal, cujos interesses coletivos em última análise servia. Ao mesmo tempo, o complemento objetivo da concentração política de poder no topo da ordem social, numa monarquia centralizada, foi a consolidação econômica das unidades de propriedade feudal, em sua base. Com a expansão das relações mercantis, a dissolução do nexo primário de exploração econômica e coerção político-legal conduziu não apenas a uma crescente projeção desta última sobre o vértice régio do sistema social, mas também a um fortalecimento compensatório dos títulos de propriedade que garantiam a primeira. Em outras palavras, com a reorganização de todo o sistema político feudal e com a diluição do primitivo sistema de feudo, a propriedade da terra tendia a tornar-se progressivamente menos "condicional", à medida que a soberania se tornava correspondentemente mais "absoluta". O enfraquecimento das concepções medievais de vassalagem atuava em ambos os sentidos: ao mesmo tempo que conferia novos e extraordinários poderes à monarquia, emancipava os domínios da nobreza das restrições tradicionais. A propriedade agrária da nova época era silenciosamente alodializada (para fazer uso de um termo que viria, por sua vez, a se tornar anacrônico num ambiente jurídico modificado). Os membros individuais da classe aristocrática, que perderam constantemente direitos políticos de representação na nova época, registraram ganhos econômicos na propriedade, como o reverso do mesmo processo histórico. O efeito último desta redisposição geral do poder social da nobreza foi a máquina de Estado e a ordem jurídica do absolutismo, cuja coordenação iria aumentar a eficácia da dominação aristocrática ao sujeitar um campesinato não-servil a novas formas de dependência e exploração. Os Estados monárquicos da Renascença foram em primeiro lugar e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção do domínio da nobreza sobre as massas rurais.

Simultaneamente, porém, a aristocracia tinha que se adaptar a um segundo antagonista: a burguesia mercantil que se desenvolvera nas cidades medievais. Viu-se que foi precisamente a intercalação desta terceira presença que impediu a nobreza ocidental de ajustar suas contas com o campesinato à maneira oriental, esmagando a sua resistência para agrilhoá-lo ao domínio. A cidade medieval fora capaz de desenvolver-se porque a dispersão hierárquica de soberanias no modo de produção feudal libertara pela primeira vez as economias urbanas da

dominação direta de uma classe dirigente rural.[10] Neste sentido, as cidades nunca foram exógenas ao feudalismo no Ocidente, como vimos: com efeito, a própria condição de sua existência era a singular "destotalização" da soberania no interior da ordem político-econômica do feudalismo. Daí a elasticidade das cidades do Ocidente durante a pior crise do século XIV, que levou temporariamente à bancarrota tantas das famílias patrícias das cidades do Mediterrâneo. Os Bardi e os Peruzzi arruinaram-se em Florença; Siena e Barcelona entraram em declínio; mas Augsburgo, Genebra ou Valência estavam justamente no início de sua ascensão. Indústrias urbanas importantes como as do ferro, papel e têxteis cresceram durante toda a depressão feudal. À distância, tal vitalidade econômica e social atuava como uma interferência constante e objetiva na luta de classes centrada na terra, e bloqueava qualquer solução regressiva proposta pelos nobres. Na verdade, é significativo que os anos decorridos entre 1450 e 1500, testemunhas do surgimento dos pródromos das monarquias absolutistas no Ocidente, tenham sido também aqueles em que foi superada a longa crise da economia feudal, através de uma recombinação dos fatores de produção onde, pela primeira vez, os avanços técnicos especificamente *urbanos* desempenharam o papel principal. O feixe de invenções que coincide com a articulação da época "medieval" com a época "moderna" é por demais conhecido, sendo desnecessário discuti-lo aqui. A descoberta do processo *seiger* para separar a prata do minério de cobre reabriu as

(10) O celebrado debate entre Sweezy e Dobb, com contribuições de Takahashi, Hilton e Hill, em *Science and Society*, permanece até hoje como a única abordagem sistemática das questões centrais da transição do feudalismo ao capitalismo. Num aspecto importante, contudo, ele girou em torno de uma falsa questão. Sweezy argumentou (na esteira de Pirenne) que a "força motriz" na transição foi um agente "externo" de dissolução — os enclaves urbanos que destruíram a economia agrária feudal através da expansão do intercâmbio de mercadorias nas cidades. Dobb replicou que o ímpeto para a transição deve ser localizado no seio das contradições da própria economia agrária, que geraram a diferenciação social do campesinato e a ascensão do pequeno produtor. Num ensaio posterior sobre o tema, Vilar formulou explicitamente o problema da transição como sendo o de definir a combinação correta das transformações agrárias "endógenas" e comerciais-urbanas "exógenas", ao mesmo tempo que ele próprio enfatizava a importância da nova economia comercial atlântica no século XVI: "Problems in the Formation of Capitalism", *Past and Present*, nº 10, novembro de 1956, pp. 33-4. Em um importante estudo recente, "The Relation between Town and Country in the Transition from Feudalism to Capitalism" (*não publicado*), John Merrington resolveu efetivamente esta antinomia, ao demonstrar a verdade básica de que o feudalismo europeu — longe de se constituir numa economia exclusivamente agrária — foi o *primeiro* modo de produção na história a conceder um lugar estrutural autônomo à produção e à troca urbanas. O crescimento das cidades era, nesse sentido, um processo tão "interno" como a dissolução do domínio feudal, no feudalismo da Europa ocidental.

minas da Europa central e restabeleceu o fluxo de metais para a economia internacional; a produção de moeda da Europa central quintuplicou entre 1460 e 1530. O desenvolvimento do canhão de bronze fundido fez da pólvora, pela primeira vez, a arma decisiva na arte da guerra, tornando obsoletas as defesas dos castelos senhoriais. A invenção dos tipos móveis possibilitou o advento da imprensa. A construção do galeão de três mastros, com leme à popa, tornou os oceanos navegáveis, facilitando as conquistas ultramarinas.[11] Todas estas rupturas técnicas, que assentaram os alicerces da Renascença européia, concentraram-se na segunda metade do século XV; e foi então que a depressão agrária secular foi finalmente sustada, por volta de 1470, na Inglaterra e na França.

Foi precisamente nesta época que ocorreu uma súbita e simultânea restauração da autoridade e da unidade políticas, num país após outro. Do abismo de agudo caos e turbulência medievais das Guerras das Duas Rosas, da Guerra dos Cem Anos e da segunda Guerra Civil de Castela, as primeiras "novas" monarquias ergueram-se praticamente ao mesmo tempo, durante os reinados de Luís XI, na França, Fernando e Isabel, na Espanha, Henrique VII, na Inglaterra, e Maximiliano, na Áustria. Assim, quando os Estados absolutistas se constituíram no Ocidente, a sua estrutura foi fundamentalmente determinada pelo reagrupamento feudal contra o campesinato, após a dissolução da servidão; mas ela foi secundariamente *sobredeterminada* pela ascensão de uma burguesia urbana que, depois de uma série de avanços técnicos e comerciais, evoluía agora em direção às manufaturas pré-industriais numa escala considerável. Foi este impacto secundário da burguesia urbana sobre as formas do Estado absolutista que Marx e Engels procuraram apreender com as noções incorretas de "contrapeso" ou "pedra angular". Engels, com efeito, expressou a relação de forças real com bastante precisão, em mais de uma passagem: ao discutir as novas descobertas marítimas e as indústrias manufatureiras da Renascença, escreveu que "esta poderosa revolução nas condições da vida econômica da sociedade não foi seguida, entretanto, por qualquer mudança imediata correspondente em sua estrutura política. A ordem política permaneceu feudal, ao passo que a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa".[12] A ameaça da inquietação camponesa, incontestavelmente constitutiva do Estado absolutista, sempre se conjugou, assim, com a pressão do capital mercantil ou manufatureiro no seio das economias ocidentais em seu conjunto, moldando os contornos do poder de classe aristocrático na nova era. A forma peculiar do Estado absolutista no Ocidente deriva desta dupla determinação.

As forças duais que produziram as novas monarquias da Europa renascentista encontraram uma condensação jurídica única. O reflorescimento do direito romano, um dos grandes movimentos culturais da época, correspondeu ambiguamente às necessidades de ambas as classes sociais, cuja posição e poder desiguais moldaram as estruturas do Estado absolutista no Ocidente. O conhecimento renovado da jurisprudência romana remontava, em si, à Alta Idade Média. O denso

(11) Quanto aos canhões e galeões, ver Carlo Cipolla, *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion 1400-1700*, Londres, 1965. Com relação à imprensa, as reflexões recentes mais audaciosas, embora prejudicadas por uma monomania comum nos historiadores da tecnologia, são as de Elizabeth L. Eisenstein, "Some Conjectures about the Impact of Printing on Western Society and Thought: a Preliminary Report", *Journal of Modern History*, março-dezembro de 1968, pp. 1-56 e "The Advent of Printing and the Problem of the Renaissance", *Past and Present*, nº 45, novembro de 1969, pp. 19-89. As invenções técnicas capitais desta época podem ser vistas, em um certo aspecto, como variações de um campo comum, o das comunicações. Elas se relerem, respectivamente, ao dinheiro, à linguagem, às viagens e à guerra: mais tarde, todas presentes entre os grandes temas filosóficos do iluminismo.

(12) *Anti-Dühring*, Moscou, 1947, p. 126: ver também as pp. 196-97, onde fórmulas corretas e incorretas estão presentes. Estas páginas são citadas por Hill em seu "Comentário", para absolver Engels dos equívocos da noção de "equilíbrio". Em geral, é possível encontrar passagens tanto de Marx como de Engels onde o absolutismo é entendido de forma mais adequada que nos textos analisados atrás. (Por exemplo, no próprio *Manifesto Comunista* há uma referência direta ao "absolutismo feudal": *Selected Works*, p. 56; ver também o artigo de Marx "Die moralisierende Kritik und die kritisierende Moral", de 1847, em *Werke*, vol. 4, pp. 347, 352-53.) Seria surpreendente se fosse de outro modo, dado que a conseqüência lógica de se batizarem os Estados absolutistas como burgueses ou semiburgueses seria negar a natureza e a realidade das próprias revoluções burguesas da Europa ocidental. Mas não restam dúvidas de que, em meio a uma confusão recorrente, a tendência *principal* de seus comentários ia no sentido da concepção do "contrapeso", com o seu deslizamento concomitante na direção da de "pedra angular". Não há necessidade de escondê-lo. O imenso respeito intelectual e político que devemos a Marx e Engels é incompatível com qualquer complacência para com eles. Os seus erros — tantas vezes mais esclarecedores que as verdades de outros — não devem ser eludidos, mas localizados e superados. E aqui é necessário fazer uma advertência adicional. Há muito, tem sido moda depreciar a contribuição relativa de Engels à criação do materialismo histórico. Para aqueles que ainda se acham inclinados a aceitar esta difundida noção, é preciso dizer tranqüila e escandalosamente: os juízos *históricos* de Engels são quase sempre superiores aos de Marx. Ele possuía um conhecimento mais profundo da história européia e uma compreensão mais segura de suas estruturas sucessivas e relevantes. Não há nada em toda a obra de Engels que se compare às ilusões e preconceitos de que Marx era, às vezes, capaz neste campo, como a fantasmagórica *História Diplomática Secreta do Século XVIII*. (A supremacia da contribuição global de Marx à *teoria geral* do materialismo histórico não precisa ser reiterada.) A estatura atingida por Engels em seus estudos históricos é, precisamente, o que faz com que valha a pena chamar a atenção para seus erros específicos.

crescimento do direito consuetudinário jamais deixou morrer completamente a memória e a prática do direito civil romano na península onde sua tradição era mais antiga, a Itália. Foi em Bolonha que Irnerius, a "luz do direito", reiniciou o estudo sistemático dos códigos de Justiniano, no início do século XII. A escola dos Glosadores, por ele fundada, reconstituiu e classificou metodicamente o legado dos juristas romanos durante os cem anos seguintes. A eles se seguiram, nos séculos XIV e XV, os "Comentadores", mais interessados na aplicação contemporânea das normas jurídicas romanas, que na análise erudita de seus princípios teóricos; e no processo de adaptação do direito romano às condições drasticamente modificadas da época, eles ao mesmo tempo adulteraram a sua forma primitiva e a depuraram de seus conteúdos particularistas.[13] A própria infidelidade de suas transposições da jurisprudência latina, paradoxalmente, "universalizou-a", ao eliminar as amplas partes do direito civil romano estritamente relacionadas às condições históricas da Antiguidade (por exemplo, naturalmente, o seu tratamento exaustivo da escravidão).[14] Fora da Itália, os conceitos jurídicos romanos começaram a difundir-se gradualmente, a partir de sua redescoberta original do século XII. No final da Idade Média, nenhum país importante da Europa ocidental escapara a este processo. Mas a "assimilação" decisiva do direito romano — o seu triunfo jurídico generalizado — teria lugar na época do Renascimento, concomitantemente à vitória do absolutismo. As razões históricas de seu profundo impacto foram de duas ordens e refletiram a natureza contraditória do próprio legado romano original.

Do ponto de vista econômico, a recuperação e a introdução do direito civil clássico foram fundamentalmente propícias à expansão do livre capital na cidade e no campo, pois a grande marca distintiva do direito civil romano fora a sua concepção de propriedade privada absoluta e incondicional. A concepção clássica da propriedade quiritária virtualmente se perdera nas sombrias profundezas dos primórdios do

(13) Ver H. D. Hazeltine, "Roman and Canon Law in the Middle Ages", *The Cambridge Medieval History*, V, Cambridge, 1968, pp. 737-41. O classicismo renascentista propriamente dito viria conseqüentemente a ser muito crítico em relação à obra dos Comentadores.

(14) "Agora que este direito foi transposto para situações de fato inteiramente estranhas, desconhecidas na Antiguidade, a tarefa de 'construir' a situação de um modo logicamente impecável torna-se a tarefa quase exclusiva. Deste modo, essa concepção de direito que ainda hoje predomina, e que vê no direito um complexo de 'normas' logicamente coerente e sem lacunas, à espera de ser 'aplicado', tornou-se a concepção decisiva do pensamento jurídico." Weber, *Economy and Society*, II, p. 855.

feudalismo. Como vimos, o modo de produção feudal definia-se precisamente pelos princípios jurídicos da propriedade "escalonada" ou condicional, complemento de sua soberania parcelada. Tal estatuto de propriedade adaptava-se bem à economia predominantemente natural que surgiu na Idade das Trevas; entretanto, nunca fora totalmente adequado ao setor urbano que se desenvolvera na economia medieval. Assim, o ressurgimento do direito romano durante a Idade Média já resultara em esforços jurídicos no sentido de "endurecer" e delimitar noções de propriedade inspiradas nos preceitos clássicos então disponíveis. Uma dessas tentativas foi a criação, no final do século XII, da distinção entre *dominium directum* e *dominium utile*, para justificar a existência de uma hierarquia de vassalagem e, portanto, de uma multiplicidade de direitos sobre a mesma terra.[15] Outra foi a noção tipicamente medieval de *seisin*, uma concepção intermediária entre a "propriedade" e a "posse" latinas, que garantia uma propriedade protegida contra eventuais apropriações e reivindicações conflituosas, embora mantendo o princípio feudal dos títulos múltiplos sobre o mesmo objeto: o direito de *seisin* não era nem exclusivo nem perpétuo.[16] O ressurgimento pleno da idéia de propriedade privada absoluta da terra foi um produto do início da época moderna. Foi apenas quando a produção e a troca de mercadorias atingiram níveis globais — tanto na agricultura quanto nas manufaturas — iguais ou superiores aos da Antiguidade, que os conceitos jurídicos criados para codificá-los puderam ganhar influência outra vez. A máxima *superficies solo cedit* — propriedade única e incondicional da terra — tornou-se então, pela segunda vez, um princípio operacional na propriedade agrária (embora, de modo algum dominante), precisamente devido à difusão das relações mercantis no campo, que iria definir a longa transição do feudalismo ao capitalismo no Ocidente. Nas próprias cidades desenvolvera-se espontaneamente um direito comercial relativamente avançado, durante a Idade Média. No seio da economia urbana, como vimos, a troca de mercadorias atingira já, na época medieval, um considerável dinamismo, e em certos aspectos importantes as suas formas de expressão

(15) Ver a discussão desta questão em J.-P. Lévy, *Histoire de la Propriété*, Paris, 1972, pp. 44-6. Um outro efeito secundário irônico dos esforços no sentido de uma nova clareza jurídica inspirados pelas pesquisas medievais dos códigos romanos foi, com certeza, o aparecimento da definição dos servos como *glebae adscripti*.

(16) Sobre a importação do conceito de *seisin*, ver P. Vinogradoff, *Roman Law in Mediaeval Europe*, Londres, 1909, pp. 74-7, 86, 95-6; Lévy, *Histoire de la Propriété*, pp. 50-2.

Biblioteca UE

jurídica eram mais avançadas que os próprios precedentes romanos: por exemplo, o primitivo direito das sociedades e o direito marítimo. Mas também aí faltava uma estrutura uniforme de teoria e processos jurídicos. A superioridade do direito romano para a prática mercantil nas cidades residia, assim, não somente em suas bem definidas noções de propriedade absoluta, mas nas suas tradições de eqüidade, em seus critérios racionais de prova e na ênfase dada a uma magistratura profissional — vantagens que os tribunais consuetudinários normalmente não ofereciam.[17] A assimilação do direito romano na Europa do Renascimento foi, assim, um indício da difusão das relações capitalistas nas cidades e no campo: *economicamente*, ela correspondia aos interesses vitais da burguesia comercial e manufatureira. Na Alemanha, país onde o impacto do direito romano foi mais dramático, desbancando repentinamente os tribunais locais na pátria do direito consuetudinário teutônico, no final do século XV e século XVI, o impulso inicial para sua adoção ocorreu nas cidades do sul e do oeste e penetrou pela base, através da pressão dos litigantes urbanos em prol de um direito de expressão clara aplicado por magistrados profissionais.[18] Entretanto, foi rapidamente adotado pelos príncipes alemães e aplicado em seus territórios numa escala ainda mais impressionante, a serviço de finalidades muito diversas.

Politicamente, o reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala européia, a determinante *primordial* da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos pode-

(17) Há ainda muito a investigar sobre a relação entre o primitivo direito medieval e o direito romano nas cidades. O avanço relativo das normas jurídicas que regiam as operações de *commendatio* e o comércio marítimo na Idade Média não causa surpresa: o mundo romano, como vimos, não conhecia sociedades empresariais e compreendia um Mediterrâneo unitário. Por conseguinte, não havia razão para que desenvolvesse qualquer deles. Por outro lado, o estudo precoce do direito romano nas cidades italianas sugere que aquilo que no Renascimento aparecia como prática contratual "medieval", bem pode ter sido, muitas vezes, originalmente informado por preceitos jurídicos derivados da Antiguidade. Vinogradoff tinha certeza de que o direito contratual romano exercera uma influência direta sobre os códigos comerciais da burguesia urbana durante a Idade Média: *Roman Law in Mediaeval Europe*, pp. 79-80, 131. A propriedade imobiliária urbana, com as suas "*burgage tenures*" (posses urbanas), esteve sempre mais próxima das normas romanas do que a propriedade rural da Idade Média, evidentemente.

(18) Wolfgang Kunkell, "The Reception of Roman Law in Germany: an Interpretation", e Georg Dahm, "On the Reception of Roman and Italian Law in Germany", *in* G. Strauss (Org.), *Pre-Reformation Germany*, Londres, 1972, pp. 271, 274-6, 278, 284-92.

res. Não custa recordar que o sistema jurídico romano compreendia dois setores distintos e aparentemente contrários: o direito civil, que regulamentava as transações econômicas entre os cidadãos, e o direito público, que regia as relações políticas entre o Estado e os seus súditos. O primeiro constituía o *jus*, o último a *lex*. O caráter juridicamente incondicional da propriedade privada, consagrado em um, encontrava o seu equivalente contraditório na natureza formalmente absoluta da soberania imperial, exercida pela outra, pelo menos a partir do Dominato. Foram os princípios teóricos deste *imperium* político que exerceram uma profunda influência e atração sobre as novas monarquias da Renascença. Se o ressurgimento das noções de propriedade quiritária ao mesmo tempo traduzia e fomentava a expansão geral da troca de mercadorias nas economias de transição da época, o revivescimento das prerrogativas autoritárias do Dominato expressavam e consolidavam a concentração do poder de classe aristocrático num aparelho de Estado centralizado que constituía a reação da nobreza àquele processo. O duplo movimento social inscrito nas estruturas do absolutismo do Ocidente encontrou, então, a sua harmonia jurídica na reintrodução do direito romano. A famosa máxima de Ulpiano — *quod principi placuit legis habet vicem*, "a vontade do príncipe tem força de lei" — tornou-se um ideal constitucional das monarquias do Renascimento, em todo o Ocidente.[19] A noção complementar de que os reis e os príncipes eram eles próprios *legibus solutus*, isto é, isentos de restrições legais anteriores, proporcionaram os protocolos jurídicos para a supressão dos privilégios medievais, ignorando os direitos tradicionais e subordinando as imunidades privadas.

Em outros termos, à intensificação da propriedade privada na base contrapôs-se o incremento da autoridade pública no topo, corporificada no poder discricionário do monarca. Os Estados absolutistas ocidentais fundamentavam seus novos objetivos em precedentes clássicos: o direito romano era a mais poderosa arma intelectual disponível para o seu programa característico de integração territorial e centralismo administrativo. Com efeito, não foi por acidente que a única monarquia medieval que alcançou completa emancipação de quaisquer restrições representativas ou corporativas tenha sido o papado, primeiro sistema político da Europa feudal a utilizar a jurisprudência romana em grande escala, com a codificação do direito canônico nos séculos XII e XIII. A reivindicação papal de *plenitudo potestatis* no seio

(19) *Um* ideal, mas de modo algum o único: veremos que a prática complexa do absolutismo esteve sempre muito distante da máxima de Ulpiano.

da Igreja estabeleceu o precedente para as futuras pretensões dos príncipes seculares, com freqüência realizadas precisamente contra a exorbitância religiosa daquela. Além disso, da mesma forma que os juristas canônicos do papado essencialmente construíram e operaram os seus amplos controles administrativos sobre a Igreja, os burocratas semiprofissionais versados no direito romano constituíram-se nos principais funcionários executivos dos novos Estados monárquicos. As monarquias absolutistas do Ocidente contaram com uma camada especializada de juristas para prover as suas máquinas administrativas: os *letrados* na Espanha, os *maîtres de requêtes* na França, os *doctores* na Alemanha. Imbuídos das doutrinas romanas da autoridade decretal do príncipe e das noções romanas de normas jurídicas unitárias, tais burocratas-juristas foram os zelosos executores do centralismo monárquico no primeiro século crítico de construção do Estado absolutista. Mais do que qualquer outra força, foi a chancela deste corpo internacional de juristas que romanizou os sistemas jurídicos da Europa ocidental na Renascença. Efetivamente, a transformação do direito refletia inevitavelmente a distribuição de poder entre as classes proprietárias da época: o absolutismo, enquanto aparelho de Estado reorganizado de dominação da nobreza, foi o principal arquiteto da assimilação do direito romano na Europa. Mesmo aí, como na Alemanha, onde as cidades autônomas iniciaram o movimento, foram os príncipes que se apossaram dele e o puseram à prova; e onde, como na Inglaterra, o poder monárquico falhou em impor o direito civil, ele não ganhou raízes no meio urbano.[20] No processo sobredeterminado do revivescimento romano, coube à pressão política do Estado dinástico a primazia: as demandas de "clareza" monárquica predominaram sobre as de "certeza" mercantil.[21] O acréscimo em racionalidade formal, ainda extremamente imperfeita e incompleta, dos sistemas jurídicos dos primórdios da Europa moderna foi preponderantemente obra do absolutismo aristocrático.

(20) O direito romano nunca se naturalizou na Inglaterra, em grande parte devido à centralização precoce do Estado anglo-normando, cuja unidade administrativa tornou a monarquia inglesa relativamente indiferente às vantagens do direito civil, durante a sua difusão medieval: ver os pertinentes comentários de N. Cantor, *Mediaeval History*, Londres, 1963, pp. 345-49. No início da época moderna, as dinastias Tudor e Stuart introduziram novas instituições jurídicas similares às do direito civil (Câmara Estrelada, Tribunal da Marinha, Tribunal do Lord Chanceler), mas estas foram incapazes de prevalecer sobre as do direito comum: após violentos conflitos entre as duas, no início do século XVII, a Revolução Inglesa de 1640 consolidou a vitória das últimas. Para algumas reflexões sobre este processo, ver W. Holdsworth, *A History of English Law*, IV, Londres, 1924, pp. 284-5.

(21) Estas foram as duas expressões usadas por Weber para designar os interesses respectivos das duas forças que trabalharam pela romanização: "Assim, enquanto as classes burguesas procuram obter 'certeza' na administração da justiça, o corpo de funcionários está geralmente interessado na 'clareza' e na 'ordem' do direito". Ver a sua excelente análise em *Economy and Society*, II, pp. 847-8.

O efeito supremo da modernização jurídica foi, portanto, o reforçamento da dominação da classe feudal tradicional. O paradoxo aparente de tal fenômeno refletiu-se em toda a estrutura das próprias monarquias absolutistas — combinações exóticas e híbridas cuja "modernidade" superficial trai freqüentemente um arcaísmo subterrâneo. Este traço aparece claramente a partir de uma análise das inovações institucionais que anunciaram e caracterizaram o seu aparecimento: exército, burocracia, tributação, comércio e diplomacia. Vale considerá-los sumariamente nesta ordem. Tem-se salientado muitas vezes que o Estado absolutista foi o pioneiro do exército profissional, que, com a revolução militar introduzida em fins do século XVI e no século XVII por Maurício de Orange, Gustavo Adolfo e Wallenstein (treinamento da infantaria de linha pelos holandeses; salva de cavalaria e sistema de pelotão, pelos suecos; comando vertical unitário, pelos tchecos), cresceu enormemente em volume.[22] Os exércitos de Felipe II montavam a cerca de 60 mil homens, enquanto cem anos mais tarde os de Luís XIV atingiam 300 mil. Todavia, tanto a forma como a função destas tropas divergiam imensamente daquelas que depois se tornariam características do Estado burguês moderno. Não eram, normalmente, uma força nacional formada por recrutas, mas uma massa heterogênea na qual os mercenários estrangeiros desempenhavam um papel constante e central. Tais mercenários eram em geral recrutados nas áreas exteriores ao perímetro das novas monarquias centralizadas, com freqüência regiões montanhosas especializadas em fornecê-los: os suíços foram os *gurkhas** da primeira fase da Europa moderna. Os exércitos francês, holandês, espanhol, austríaco ou inglês incluíam suábios, albaneses, suíços, irlandeses, valáquios, turcos, húngaros ou italianos.[23] Com certeza, a mais óbvia razão para o fenômeno mercenário foi a natural

(22) Michael Roberts, "The Military Revolution, 1560-1660", em *Essays in Swedish History*, Londres, 1967, pp. 195-225 — um texto básico; *Gustavus Adolphus. A History of Sweden 1611-1632*, Londres, 1958, vol. II, pp. 169-89. Roberts talvez superestime ligeiramente o crescimento quantitativo dos exércitos nessa época.

(*) *Gurkhas*: soldados do Nepal que serviram no exército britânico. (N. T.)

(23) Victor Kiernan, "Foreign Mercenaries and Absolute Monarchy", *Past and Present*, nº 11, abril de 1957, pp. 66-86, republicado em T. Aston (Org.), *Crisis in Europe 1560-1660*, Londres, 1965, pp. 117-40, constitui uma incomparável abordagem do fenômeno mercenário, à qual pouco se acrescentou desde então.

recusa da nobreza em armar os seus próprios camponeses em larga escala. "É praticamente impossível treinar todos os súditos de uma comunidade nas artes da guerra e ao mesmo tempo mantê-los obedientes às leis e aos magistrados", confidenciava Jean Bodin. "Foi esta talvez a principal razão pela qual Francisco I dissolveu, em 1534, os sete regimentos, cada um com 6 mil soldados de infantaria, que criara em seu reinado."[24] Em contrapartida, podia-se contar com as tropas mercenárias, ignorantes da própria língua da população local, para esmagar a rebelião social. Os *Landsknechten* alemães ocuparam-se dos levantes camponeses de 1549 no East Anglian, na Inglaterra, enquanto os arcabuzeiros italianos asseguraram a liquidação da revolta rural no West Country; os Guardas Suíços ajudaram a reprimir os guerrilheiros *boulonnais* e camisardos de 1662 e 1702, na França. A importância vital dos mercenários, já cada vez mais visível no final da Idade Média, do País de Gales à Polônia, não foi apenas um expediente temporário do absolutismo, na aurora da sua existência: ela o marcaria até a sua própria extinção, no Ocidente. No final do século XVIII, mesmo após a introdução do recrutamento obrigatório nos principais países da Europa, até dois terços de um dado exército "nacional" podiam se compor de soldadesca estrangeira contratada.[25] O exemplo do absolutismo prussiano, que ao mesmo tempo convidava e raptava efetivos fora de suas fronteiras, através de leilões ou de envolvimento, serve para lembrar-nos de que não havia necessariamente uma distinção nítida entre os dois.

Simultaneamente, entretanto, a função destas novas e vastas aglomerações de soldados era também visivelmente distinta daquela dos futuros exércitos capitalistas. Não se dispõe até hoje de uma teoria marxista das variáveis funções sociais da guerra nos diferentes modos de produção. Não é este o lugar para aprofundar o assunto. No entanto, pode-se defender que a guerra era possivelmente o mais *racional* e *rápido* modo de expansão da extração de excedentes ao alcance de qualquer classe dominante sob o feudalismo. A produtividade agrícola, como vimos, não foi de forma alguma estagnada durante a Idade Média: como tampouco o foi o volume de comércio. Mas ambos cresceram bastante vagarosamente para os senhores, em comparação com os súbitos e maciços "rendimentos" propiciados pelas conquistas territoriais, entre as quais as invasões normandas da Inglaterra e da Sicília,

(24) Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, Paris, 1578, p. 669.
(25) Walter Dorn, *Competition for Empire*, Nova Iorque, 1940, p. 83.

a captura de Nápoles pelos angevinos ou a conquista castelhana da Andaluzia constituiriam apenas os exemplos mais espetaculares. É lógico, portanto, que a definição social da classe dominante feudal fosse militar. A racionalidade econômica da guerra numa tal formação social é específica: ela é uma maximização da riqueza cujo papel não se pode comparar ao que desempenha nas formas desenvolvidas do modo de produção subseqüente, dominado pelo ritmo básico da acumulação de capital e pela "transformação constante e universal" (Marx) dos fundamentos econômicos de todas as formações sociais. A nobreza era uma classe de proprietários de terra cuja profissão era a guerra: a sua vocação social não era um acréscimo exterior mas uma função intrínseca de sua posição econômica. O meio normal da competição intercapitalista é econômico, e sua estrutura é tipicamente aditiva: ambas as partes rivais podem expandir-se e prosperar — embora de forma desigual — ao longo de uma única confrontação, porque a produção de mercadorias manufaturadas é intrinsecamente ilimitada. O meio típico da rivalidade interfeudal, ao contrário, era militar e a sua estrutura era sempre, potencialmente, a do conflito de soma-zero do campo de batalha, através do qual perdiam-se ou se conquistavam quantidades fixas de terra. Porque a terra é um monopólio natural: não pode ser indefinidamente estendida, apenas redividida. O objeto explícito da dominação da nobreza era o território, independentemente da população que o habitava. A terra como tal, não a língua, definia os perímetros naturais de seu poder. A classe dominante feudal era, portanto, essencialmente móvel num sentido em que uma classe dominante capitalista nunca o seria. O próprio capital é *par excellence* internacionalmente móvel, permitindo, desse modo, aos seus detentores fixarem-se num plano nacional: a terra é nacionalmente imóvel, e os nobres tinham que viajar para tomar posse dela. Assim, um determinado baronato ou uma dinastia podiam transferir sem transtornos a sua residência de uma ponta para outra do continente. As linhagens angevinas podiam governar indiferentemente na Hungria, na Inglaterra ou em Nápoles; as normandas na Antióquia, na Sicília ou na Inglaterra; as borgonhesas em Portugal ou na Zelândia; as luxemburguesas na Renânia ou na Boêmia; as flamengas no Artois ou em Bizâncio; as dos Habsburgos na Áustria, nos Países Baixos ou na Espanha. Nestas várias terras, não era necessário que os senhores e os camponeses compartilhassem de um mesmo idioma. Os territórios públicos formavam um *continuum* com os domínios privados e o instrumento clássico para a sua aquisição era a força, invariavelmente disfarçada com protestos de legitimidade religiosa ou genealógica. A guerra não era o "esporte" dos príncipes, era a

sua sina. Acima da diversidade finita das inclinações e personalidades individuais, ela os chamava inexoravelmente como uma necessidade social da sua condição. Para Maquiavel, tal como ele via a Europa do início do século XVI, a norma que lhes regia a existência era uma verdade tão óbvia e incontestável como o céu acima de suas cabeças: "Um príncipe não deve, portanto, ter outro pensamento ou objetivo senão a guerra, nem adquirir perícia em outra coisa que não seja a guerra, a sua organização e disciplina; porque a guerra é a única arte própria dos governantes".[26]

Os Estados absolutistas refletiam esta racionalidade arcaica na sua mais íntima estrutura. Eram máquinas construídas predominantemente para o campo de batalha. É significativo que o primeiro imposto nacional e regular a ser instituído na França, a *taille royale*, tenha sido criado para financiar as primeiras unidades militares regulares da Europa — as *compagnies d'ordonnance* de meados do século XV, cuja primeira unidade foi constituída por aventureiros escoceses. Por volta da metade do século XVI, 80 por cento das rendas do Estado espanhol destinava-se às despesas militares: Vicens Vives pôde escrever que "o impulso em direção ao tipo moderno de monarquia administrativa teve início na Europa ocidental com as grandes operações navais de Carlos V contra os turcos no Mediterrâneo ocidental, a partir de 1535".[27] Em meados do século XVII, as despesas anuais dos principados do continente, da Suécia ao Piemonte, eram por toda a parte predominante e cansativamente dedicadas à preparação ou à condução da guerra, agora imensamente mais custosa que na Renascença. Um século mais tarde, nas vésperas pacíficas de 1789, dois terços dos gastos do Estado francês eram ainda, segundo Necker, distribuídos para o sistema militar. Parece evidente que esta morfologia do Estado não corresponde à racionalidade capitalista: representa uma reminiscência formidável das funções medievais da guerra. Tampouco foram preteridos os grandiosos aparatos militares do Estado feudal em sua última fase. A virtual permanência do conflito armado internacional é uma das marcas registradas do clima geral do absolutismo. A paz era uma exceção meteorológica nos séculos de seu predomínio no Ocidente. Tem-se calculado que, em todo o século XVI, houve apenas 25 anos sem operações

(26) Niccolò Machiavelli, *Il Principe e Discorsi*, Milão, 1960, p. 62.

(27) J. Vicens Vives, "Estructura Administrativa Estatal en los Siglos XVI e XVII", *XIème Congrès International des Sciences Historiques*, Rapports IV, Göteborg, 1960; republicado agora em Vicens Vives, *Cojuntura Económica y Reformismo Burgués*, Barcelona, 1968, p. 116.

militares de larga escala, na Europa;[28] no século XVII, passaram-se apenas sete anos sem guerras importantes entre Estados.[29] Tais calendários são estranhos ao capital, embora, como veremos, este tenha eventualmente contribuído para eles.

O sistema fiscal e burocrático civil característico do Estado absolutista não era menos paradoxal. Parecia representar uma transição à administração racional-legal de Weber, em contraste com a selva de dependências particularistas da Alta Idade Média. Todavia, ao mesmo tempo, a burocracia da Renascença era tratada como propriedade vendável a indivíduos privados: uma confusão central de duas ordens que o Estado burguês sempre distinguiu. Assim, o modo predominante de integração da nobreza feudal ao Estado absolutista no Ocidente assumiu a forma de aquisição de "cargos".[30] Aquele que adquirisse, por via privada, uma posição no aparelho público do Estado poderia depois se ressarcir do gasto através do abuso dos privilégios e da corrupção (sistema de gratificações), em uma espécie de caricatura monetarizada da investidura num feudo. Com efeito, o marquês del Vasto, governador espanhol de Milão em 1544, podia solicitar aos italianos detentores de cargos daquela cidade que pusessem as suas fortunas à disposição de Carlos V, em sua hora de crise depois da derrota de Ceresole, numa cópia exata das tradições feudais.[31] Tais funcionários, que proliferavam na França, Itália, Espanha, Grã-Bretanha e Holanda, poderiam contar com a realização de lucros de 300 a 400 por cento, e talvez muito mais, sobre a sua aquisição. O sistema nasceu no século XVI e tornou-se um esteio financeiro fundamental dos Estados absolutistas durante o século XVII. O seu caráter flagrantemente parasitário é evidente: em situações extremas (a França durante a década de 1630, por exemplo), poderia custar ao orçamento real em desembolsos (via o arrendamento da coleta ou as isenções) o mesmo que fornecia em remunerações. A expansão da venda de cargos foi, naturalmente, um dos subprodutos mais surpreendentes da crescente monetarização das primeiras econo-

(28) R. Ehrenberg, *Das Zeitalter der Fugger*, Iena, 1922, I, p. 13.

(29) G. N. Clark, *The Seventeenth Century*, Londres, 1947, p. 98. Ehrenberg, com uma delimitação ligeiramente diversa, fornece uma estimativa um pouco mais baixa: 21 anos.

(30) A melhor abordagem deste fenômeno internacional é a de K. W. Swart, *Sale of Offices in the Seventeenth Century*, Haia, 1949; dos estudos nacionais, o mais abrangente é de Roland Mousnier, *La Venalité des Offices sous Henry IV et Louis XIII*, Rião (s.d.).

(31) Federico Chabod, *Scritti sul Rinascimento*, Turim, 1967, p. 617. Os funcionários milaneses recusaram o pedido de seu governador: mas os seus homólogos em outros lugares podem não ter sido tão resolutos.

mias modernas e da ascensão relativa no seio destas, da burguesia mercantil e manufatureira. Não obstante, em reforço ao que se disse, a própria integração desta no aparelho de Estado, através da aquisição privada e da herança de posições e honras públicas, marcou a sua assimilação subordinada a uma organização política feudal, na qual a nobreza constituía sempre, necessariamente, o topo da hierarquia social. Os *officiers* dos *parlements* franceses, que jogavam com o republicanismo municipal e patrocinaram as mazarinadas nos anos de 1650, vieram a tornar-se o baluarte mais obstinado da reação aristocrática na década de 1780. A burocracia absolutista tanto registrou a ascensão do capital mercantil como a impediu.

Se a venda de cargos era um meio indireto de aumentar os rendimentos provenientes da nobreza e da burguesia mercantil, em termos vantajosos para elas, o Estado absolutista também, e acima de tudo, tributava, evidentemente, os pobres. A transição econômica das obrigações em trabalho para as rendas em dinheiro, no Ocidente, foi acompanhada pelo surgimento dos impostos régios lançados para a guerra, os quais, na longa crise feudal do fim da Idade Média, tinham sido um dos principais motivos dos desesperados levantes camponeses da época. "Uma cadeia de revoltas camponesas voltadas claramente contra a cobrança de impostos explodiu em toda a Europa... Pouco havia a escolher entre os forrageadores e os exércitos amigos ou inimigos: uns levavam tanto como os outros. Então, apareciam os coletores de impostos e varriam o que podiam encontrar. E, por último, os senhores recuperavam de seus homens as quantias de 'ajuda' que eles próprios eram obrigados a pagar para seu soberano. Não há dúvida de que, de todos os males que os afligiam, os camponeses suportavam mais penosamente e com menos paciência os encargos de guerra e os impostos remotos."[32] Quase por toda a parte, o peso esmagador dos impostos — *taille* e *gabelle* na França, ou *servicios* na Espanha — recaía sobre os pobres. Não existia a concepção jurídica do cidadão sujeito ao fisco pelo simples fato de pertencer à nação. Na prática, a classe senhorial estava, em toda a parte, efetivamente isenta de impostos diretos. Assim, Porshnev denominou corretamente as novas taxas impostas pelos Estados absolutistas de "renda feudal centralizada", em oposição às obrigações senhoriais que constituíam a "renda feudal local":[33] tal sistema duplo de exações conduziu a uma angustiada epi-

(32) Duby, *Rural Economy and Country Life in the Mediaeval West*, p. 333.
(33) B. F. Porshnev, *Les Soulèvements Populaires en France de 1623 à 1648*, Paris, 1965, pp. 395-6.

demia de rebeliões dos pobres, na França do século XVII, onde os nobres das províncias freqüentemente jogavam os seus próprios camponeses contra os coletores de impostos, para melhor poderem extorquir-lhes seus tributos locais. Os funcionários do fisco tinham que ser guardados por unidades de fuzileiros a fim de estarem aptos a desempenhar as suas funções nas zonas rurais: reencarnações, de tipo moderno, da unidade imediata da coerção político-legal com a exploração econômica constitutiva do modo de produção feudal.

As funções econômicas do absolutismo não se esgotavam, entretanto, no seu sistema tributário e de funcionalismo. O mercantilismo foi a doutrina dominante da época e apresenta a mesma ambigüidade da burocracia destinada a impô-lo, com a mesma regressão subjacente a um protótipo anterior. O mercantilismo requeria, indubitavelmente, a supressão de barreiras particularistas no interior da monarquia nacional e empenhava-se em criar um mercado interno unificado para a produção de mercadorias. Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados, encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo que proibia exportações de ouro e prata e de moeda, na crença de que existia uma quantidade fixa de comércio e riqueza no mundo. Na famosa frase de Hecksher: "O Estado era o sujeito e o objeto da política econômica mercantilista".[34] Na França, as suas criações características foram as manufaturas reais e as corporações regulamentadas pelo Estado; na Inglaterra, as companhias privilegiadas. A linhagem medieval e corporativa das primeiras dispensa comentários; a reveladora fusão da ordem econômica com a política nas últimas era motivo de escândalo para Adam Smith. Com efeito, o mercantilismo representava as concepções de uma classe dominante

(34) Hecksher defendeu que o objetivo do mercantilismo era aumentar o "poder do Estado", mais do que a "riqueza das nações" e isto significava uma subordinação das "considerações de fartura" às "considerações de poder", para usar as expressões de Bacon (com base nisso, Bacon louvava Henrique VII por ter limitado as importações de vinho aos navios ingleses). Numa réplica vigorosa, Viner não teve dificuldades em mostrar que a maior parte dos teóricos mercantilistas conferiam, ao contrário, igual importância a ambos e acreditavam que os dois eram compatíveis. "Power versus Plenty as Objectives of Foreign Policy in the 17th and 18th Centuries", *World Politics*, I, nº 1, 1948, republicado em D. C. Coleman (Org.), *Revisions in Mercantilism*, Londres, 1969, pp. 61-91. Ao mesmo tempo, Viner subestimava claramente a diferença entre a teoria e a prática mercantilistas, e as do *laissez-faire* que se seguiram. Na verdade, tanto Hecksher como Viner, de maneiras diferentes, deixaram passar o ponto essencial, que é o da *indistinção* entre economia e sistema político na época de transição que gerou as teorias mercantilistas. Discutir qual dos dois teve "primazia" sobre o outro constitui um anacronismo, porque não havia na prática uma separação tão rígida entre eles, até o advento do *laissez-faire*.

feudal que se adaptara a um mercado integrado e preservara ainda a sua perspectiva essencial na unidade do que Francis Bacon denominou "considerações de fartura" e "considerações de poder". As doutrinas burguesas clássicas do *laissez-faire*, com a sua rigorosa separação formal entre os sistemas político e econômico, viriam a constituir o seu antípoda. O mercantilismo era precisamente uma teoria da intervenção coerente do Estado político no funcionamento da economia, no interesse comum da prosperidade de uma e do poder do outro. Logicamente, enquanto o *laissez-faire* era coerentemente "pacifista", insistindo nos benefícios da paz entre as nações para o fomento do comércio internacional mutuamente lucrativo, a teoria mercantilista (Montchrétien, Bodin) era fortemente 'belicista", enfatizando a necessidade e a rentabilidade da guerra.[35] E, vice-versa, o objetivo de uma economia forte era a realização exitosa de uma política externa voltada para a conquista. Colbert dizia a Luís XIV que as manufaturas reais eram os seus regimentos econômicos e as corporações os seus exércitos de reserva. Este expoente máximo do mercantilismo, que restaurou as finanças do Estado francês em dez miraculosos anos de intendência, lançou, assim, seu soberano na fatídica invasão da Holanda, em 1672, com este significativo conselho: "Se o rei submetesse todas as Províncias Unidas à sua autoridade, o comércio delas tornar-se-ia o comércio dos súditos de sua majestade e nada mais haveria a reclamar".[36] Quatro décadas de conflito europeu iriam seguir-se a esta amostra de raciocínio econômico, que capta perfeitamente a lógica social da agressão absolutista e do mercantilismo predatório: o comércio dos holandeses tratado como o território dos anglo-saxões ou os domínios dos mouros, um objeto físico a ser tomado e usufruído pela força militar, como modo natural de apropriação, e possuído permanentemente dal em diante. A ilusão de ótica deste juízo particular não lhe retira a representatividade: era com esses olhos que os Estados absolutistas se contemplavam. As teorias mercantilistas da riqueza e da guerra estavam, na verdade, conceitualmente interligadas: o modelo de comércio mundial de soma-zero, que inspirava seu protecionismo econômico, derivou-se do modelo de política internacional de soma-zero, inerente ao seu belicismo.

O comércio e a guerra não eram evidentemente as únicas ativi-

(35) E. Silberner, *La Guerre dans la Pensée Economique du XVIe au XVIIIe Siècle*, Paris, 1939, pp. 7-122.

(36) Pierre Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, Paris, 1966, p. 95.

dades externas do Estado absolutista no Ocidente. O seu outro grande esforço era investir na *diplomacia*. Esta foi uma das grandes invenções institucionais da época — inaugurada na área miniatural da Itália do século XV, institucionalizada aí com a Paz de Lodi e adotada na Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e em toda a Europa, durante o século XVI. A diplomacia foi, com efeito, a indelével marca de nascença do Estado renascentista: com o seu surgimento, nasceu na Europa um sistema política internacional, no qual havia uma perpétua "sondagem dos pontos fracos do meio ambiente de um Estado ou dos perigos provenientes de outros Estados".[37] A Europa medieval nunca fora composta por um conjunto claramente demarcado de unidades políticas homogêneas — um sistema estatal internacional. O seu mapa político compunha-se de inextricáveis sobreposições e emaranhados, onde instâncias jurídicas diversas se achavam geograficamente entretecidas e estratificadas e onde proliferavam múltiplas vassalagens, suseranias assimétricas e enclaves irregulares.[38] Neste intrincado labirinto não havia possibilidade de surgimento de um sistema diplomático formal, porque não havia uniformidade ou equivalência dos parceiros. O conceito de uma cristandade latina à qual pertenceriam todos os homens fornecia uma matriz ideológica universalista para os conflitos e decisões, reverso da extrema heterogeneidade particularista das próprias unidades políticas. Desse modo, as "embaixadas" eram viagens de cortesia esporádicas e não-remuneradas, que podiam ser trocadas tanto por vassalos ou subvassalos dentro de um dado território, como entre príncipes de dois territórios ou entre um príncipe e seu suserano. A contração da pirâmide feudal nas novas monarquias centralizadas da

(37) B. F. Porshnev, "Les Rapports Politiques de l'Europe Occidentale et de l'Europe Orientale à l'Époque de la Guerre de Trente Ans", *XIe Congrès Internacional des Sciences Historiques*, Upsala, 1960, p. 161: uma incursão extremamente especulativa na Guerra dos Trinta Anos, bom exemplo dos pontos fortes e das debilidades de Porshnev. Ao contrário das insinuações de seus colegas ocidentais, não é um rígido "dogmatismo" o que constitui a sua falha mais importante mas uma excessiva "ingenuidade", nem sempre adequadamente refreada pela disciplina da prova; no entanto, sob outro aspecto, é esse mesmo traço que faz dele um historiador imaginativo e original. São bem concebidas as breves sugestões do final de seu ensaio sobre o conceito de "um sistema político internacional".

(38) Engels apreciava citar o exemplo da Borgonha: "Carlos, o Temerário, por exemplo, era vassalo do imperador por uma parte de suas terras, e vassalo do rei francês por outra; por outro lado, o rei da França, seu suserano, era ao mesmo tempo vassalo de Carlos, o Temerário, seu próprio vassalo quanto a certas regiões". Ver seu importante manuscrito, postumamente intitulado "Uber den Verfall des Feudalismus und das Aufkommen der Bourgeoisie", em *Werke*, vol. 21, p. 396.

Europa renascentista produziu, pela primeira vez, um sistema formalizado de pressão e intercâmbio entre Estados, com o estabelecimento das novas instituições das embaixadas fixas e recíprocas no exterior, chancelarias permanentes para as relações exteriores e comunicações e relatórios diplomáticos secretos, amparados pelo recente conceito de "extraterritorialidade".[39] O espírito resolutamente secular de egoísmo político, que a partir de então inspirou a prática da diplomacia, encontrou límpida expressão em Ermolao Barbaro, o embaixador veneziano que foi o seu primeiro teórico: "O primeiro dever de um embaixador é exatamente o mesmo de qualquer outro servidor de um governo, isto é, fazer, dizer, aconselhar e pensar aquilo que possa melhor servir à preservação e ao engrandecimento de seu próprio Estado".

No entanto, tais instrumentos da diplomacia, embaixadores ou secretários de Estado, não eram as armas de um moderno Estado nacional. Enquanto tais, as concepções ideológicas de "nacionalismo" eram estranhas à natureza mais íntima do absolutismo. Os Estados monárquicos da nova era não desdenhavam a mobilização dos sentimentos patrióticos em seus súditos, nos conflitos políticos e militares que a todo momento opunham reciprocamente os vários reinos da Europa ocidental. Mas a existência difusa de um protonacionalismo popular na Inglaterra Tudor, na França Bourbon ou na Espanha Habsburgo era basicamente um indício da presença burguesa no seio do sistema político,[40] sempre manipulado pelos próceres ou soberanos, ao invés de dominá-los. A auréola nacional do absolutismo no Ocidente, freqüentemente muito acentuada na aparência (Elizabete I, Luís XIV), era, na realidade, contingente e emprestada. As normas dominantes da época situavam-se em outro lugar. A instância última de legitimidade era a *dinastia*, não o território. O Estado era concebido como o patrimônio do monarca e, portanto, os títulos de propriedade dele poderiam ser obtidos por uma união de pessoas: *felix Austria*. O supremo estratagema da diplomacia era, assim, o casamento — espelho pacífico da guerra, que tantas vezes a provocou. Menos dispendiosa como acesso

(39) Para o conjunto dessa evolução da nova diplomacia na primeira fase da Europa moderna, ver a grande obra de Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy*, Londres, 1955, *passim*. A citação de Barbaro é mencionada na p. 109.

(40) Evidentemente, as próprias massas rurais e urbanas manifestavam formas espontâneas de xenofobia: mas esta reação negativa tradicional às comunidades estrangeiras era bastante distinta da identificação nacional positiva que começou a aparecer nos meios burgueses cultos, no início da época moderna. A fusão das duas poderia, em situações de crise, gerar explosões patrióticas na base, de caráter incontrolável e sedicioso: os Comuneros na Espanha ou a Liga na França.

para a expansão territorial que a agressão armada, a manobra matrimonial proporcionava resultados imediatos menores (em geral, apenas após uma geração) e estava sujeita, por conseguinte, aos acasos imprevisíveis da mortalidade, no intervalo entre a consumação de um pacto nupcial e a sua fruição política. Em vista disso, a longa variante do casamento muitas vezes levava diretamente ao curto atalho da guerra. A história do absolutismo está repleta de tais conflitos, cujos nomes o testificam: Guerras da Sucessão da Espanha, Áustria ou da Baviera. O seu resultado, na verdade, podia acentuar a "flutuação" de dinastias sobre os territórios que as ocasionara. Paris podia ser derrotada no ruinoso conflito militar sobre a sucessão espanhola; a casa de Bourbon herdaria Madri. Também na diplomacia, o índice de dominação feudal no Estado absolutista é evidente.

Imensamente ampliado e reorganizado, o Estado feudal absolutista era, no entanto, contínua e profundamente sobredeterminado pela expansão do capitalismo no seio das formações sociais compósitas do período moderno inicial. Tais formações eram, naturalmente, uma combinação de diferentes modos de produção sob a dominância — em declínio — de um deles: o feudalismo. Todas as estruturas do Estado absolutista revelam, portanto, a influência à distância da nova economia, em ação no quadro de um sistema mais antigo: proliferavam as "capitalizações" híbridas de formas feudais, cuja própria perversão das instituições futuras (exército, burocracia, diplomacia, comércio) constituía uma apropriação de objetos sociais passados para reproduzi-los.

No entanto, as premonições de uma nova ordem social aí contidas não eram uma falsa promessa. A burguesia no Ocidente já era forte o bastante para deixar a sua marca indistinta no Estado, sob o absolutismo. Com efeito, o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem *simultaneamente* assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. O Estado absolutista centralizou crescentemente o poder político e esforçou-se por criar sistemas jurídicos mais uniformes: as campanhas de Richelieu contra os redutos huguenotes na França foram exemplos típicos. Aboliu um grande número de barreiras internas ao comércio e patrocinou tarifas externas contra os concorrentes estrangeiros: as medidas de Pombal no Portugal iluminista constituem um drástico exemplo. Proporcionou ao capital usurário investimentos lucrativos, ainda que arriscados, nas fi-

nanças públicas: os banqueiros de Augsburgo, no século XVI, e os oligarcas genoveses, no século XVII, puderam fazer fortunas com os seus empréstimos ao Estado espanhol. Mobilizou a propriedade rural por meio do confisco das terras eclesiásticas: dissolução dos mosteiros, na Inglaterra. Propiciou rendimentos em sinecuras à burocracia: a *paulette*, na França, estabeleceu a posse estável delas. Patrocinou empreendimentos coloniais e companhias de comércio: ao mar Branco, às Antilhas, à baía de Hudson, à Luisiana. Em outras palavras, cumpriu certas funções parciais na *acumulação primitiva* necessária ao triunfo ulterior do próprio modo capitalista de produção. As razões que lhe permitiram desempenhar este papel "dual" residem na natureza específica do capital mercantil ou manufatureiro: já que nenhum deles assentava na produção de massa característica da indústria mecanizada propriamente dita, não exigiam, por si, uma ruptura radical com a ordem agrária feudal que ainda englobava a ampla maioria da população (o futuro mercado de trabalho e de consumo do capitalismo industrial). Em outros termos, podiam desenvolver-se dentro dos limites estabelecidos no quadro do feudalismo reorganizado. O que não quer dizer que o faziam em toda parte: em conjunturas específicas, conflitos políticos, religiosos ou econômicos podiam converter-se em explosões revolucionárias contra o absolutismo, após um certo período de maturação. Entretanto, sempre havia um *campo de compatibilidade* potencial, nesta fase, entre a natureza e o programa do Estado absolutista e as operações do capital mercantil e manufatureiro. Na competição internacional entre as várias nobrezas, que produzia o estado de guerra endêmico daquela época, o volume do setor de mercadorias no seio de cada patrimônio "nacional" era sempre de importância crítica para a sua força militar e política relativa. Toda monarquia tinha interesse, portanto, em concentrar tesouros e em incentivar o comércio sob a sua própria bandeira, na luta contra os seus rivais. Daí, o caráter "progressista" que os historiadores subseqüentes tantas vezes conferiram às políticas oficiais do absolutismo. A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado feudal tardio, ao mesmo tempo que beneficiaram a burguesia emergente. Expandiram os rendimentos tributáveis de um, fornecendo oportunidades comerciais à outra. As máximas circulares do mercantilismo, proclamadas pelo Estado absolutista, deram expressão eloqüente a esta coincidência provisória de interesses. Com bastante propriedade, foi o duque de Choiseul quem declarou, nas últimas décadas do *ancien régime* no Ocidente: "Da armada dependem as colônias, das colônias o comércio, do comércio a capacidade de um Estado manter exércitos numerosos, expandir sua população e tornar possíveis as mais gloriosas e úteis empresas".[41]

No entanto, como o indica a cadência final de "gloriosas e úteis", o caráter irredutivelmente feudal do absolutismo permanecia. Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade fundiária. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à sua mercê. Nunca ocorreu nenhuma derrogação "política" da classe nobre no Estado absolutista. O seu caráter feudal acabava constantemente por frustrar ou falsificar as suas promessas ao capital. Os Fuggers acabaram por ser arruinados pelas bancarrotas dos Habsburgo; os nobres ingleses se apropriaram da maior parte das terras dos mosteiros; Luís XIV destruiu os benefícios da obra de Richelieu ao revogar o Édito de Nantes; os mercadores de Londres foram espoliados pelo projeto Cockayne; Portugal reverteu ao sistema Methuen após a morte de Pombal e os especuladores parisienses foram defraudados pela lei. Exército, burocracia, diplomacia e dinastia continuaram a ser um complexo feudal fortalecido que governava o conjunto da máquina de Estado e guiava os seus destinos. O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo. O seu fim assinalaria a crise do poder de sua classe: o advento das revoluções burguesas e a emergência do Estado capitalista.

(41) Citado por Geralde Graham, *The Politics of Naval Supremacy*, Cambridge, 1965, p. 17.

Classe e Estado: problemas de periodização

O complexo institucional característico do Estado absolutista no Ocidente está, agora, delineado. Resta esboçar, muito brevemente, alguns aspectos da trajetória desta forma histórica que sofreu, como é natural, modificações significativas nos três séculos ou mais de sua existência. Ao mesmo tempo, é preciso fazer referência à relação entre a nobreza e o absolutismo, pois nada seria menos justificado do que pressupor que esta não apresentou problemas, pautando-se desde o inlcio por uma harmonia natural. Ao contrário, pode-se sustentar que a *periodização* real do absolutismo no Ocidente encontra-se, no fundo, precisamente na relação em transformação da nobreza com a monarquia, e nas múltiplas modificações políticas subordinadas, a ela relacionadas. De todo modo, serão apresentadas abaixo uma periodização provisória do Estado e uma tentativa de traçar as relações entre este e a classe dominante.

As monarquias medievais, como vimos, eram uma combinação instável de suseranos feudais e reis ungidos. As extraordinárias prerrogativas reais desta última função constituíam, com certeza, um contrapeso necessário à fraqueza e às limitações estruturais dos primeiros: a contradição entre esses dois princípios alternativos de realeza configurava a tensão central do Estado feudal na Idade Média. O papel do suserano feudal no topo de uma hierarquia de vassalagem era, em última análise, a componente dominante deste modelo monárquico, como a luz retrospectiva lançada sobre ele pela estrutura contrastante do absolutismo viria a demonstrar. Tal papel impôs limites muito estreitos à base econômica da monarquia no início do período medieval. Com efeito, o governante feudal daquela época tinha que angariar seus rendimentos essencialmente nas suas próprias propriedades, na sua qualidade de senhor de terra particular. As prestações originárias de seus domínios seriam recebidas inicialmente em espécie e depois, progressivamente, em dinheiro.[1] Ao lado desta receita, ele gozaria normalmente de certos privilégios financeiros advindos de seu senhorio territorial: sobretudo, "incidências" feudais e "auxíllos" especiais de seus vassalos, ligados à investidura em seus feudos, além dos tributos senhoriais cobrados nos mercados e nas rotas de comércio, das contribuições de emergência da Igreja e dos rendimentos da justiça real, sob a forma de multas e confiscos. Naturalmente, essas formas fragmentadas e restritas de rendimentos logo se mostraram inadequadas, mesmo para os exíguos deveres governamentais característicos da organização política medieval. Podia-se recorrer, certamente, ao crédito de banqueiros e comerciantes das cidades, que controlavam reservas relativamente amplas de capital llquido: este foi o primeiro e o mais difundido expediente dos monarcas feudais confrontados com a escassez de receitas para a condução dos negócios do Estado. Mas o empréstimo apenas postergava o problema, desde que os banqueiros exigiam em geral garantias seguras sobre as receitas reais futuras, em troca de seus empréstimos.

Assim, a necessidade premente e permanente de adquirir somas substanciais fora da gama de seus rendimentos tradicionais levou virtualmente todas as monarquias medievais a convocarem, de tempos em tempos, os "Estados" de seu reino, a fim de elevarem os impostos. Tais Estados adquiriram freqüência e relevância cada vez mais crescentes, a partir do século XIII, na Europa ocidental, quando as tarefas do governo feudal tornaram-se mais complexas e o volume financeiro nelas mobilizado tornou-se correspondentemente mais exigente.[2] Em ne-

(1) A monarquia sueca, já bem avançada a época moderna, recebia efetivamente a maior parte de seus rendimentos em espécie, tanto em obrigações como em impostos.

(2) Faz muita falta um estudo abrangente sobre os Estados medievais na Europa. Atualmente, a única obra com alguma informação internacional subsidiária parece ser a de Antonio Marongiu, *Il Parlamento in Italia, nel Medio Evo e nell'Età Moderna: Contributo alla Storia delle Istituzioni Parlamentari dell'Europa Occidentale*, Milão, 1962, traduzida recentemente para o inglês, e de um modo um tanto equivocado, como *Medieval Parliaments: a Comparative Study*, Londres, 1968. Na verdade, o livro de Marongiu — como indica seu título original — preocupa-se essencialmente com a Itália, a única região na Europa onde os Estados estiveram ausentes ou tiveram relativamente pouca importância. As suas breves passagens sobre outros países (França, Inglaterra ou Espa-

nhuma parte elas adquiriram uma base regular de convocação independente da vontade do governante e, portanto, a sua periodicidade variava enormemente de país para país, e no interior de um mesmo país. No entanto, tais instituições não devem ser vistas como desenvolvimentos contingentes ou extrínsecos no corpo político medieval. Ao contrário, elas constituíram um mecanismo intermitente que era conseqüência inevitável da própria estrutura do Estado feudal inicial. Precisamente porque a ordem econômica e a ordem política se *fundiam* numa cadeia de obrigações e deveres *pessoais*, nunca existiu uma base legal para a tributação econômica *geral* por parte do monarca, fora da hierarquia de soberanias intermediárias. Com efeito, é notável que a própria idéia de tributação universal — tão fundamental para todo o edifício do Império Romano — estivesse completamente ausente durante toda a Idade das Trevas.[3] Assim, nenhum rei feudal poderia decretar impostos à sua vontade. Todo governante deveria obter o "consentimento" de corpos especialmente reunidos — os Estados — para maiores tributos, sob a rubrica do princípio jurídico *quod omnes tangit*.[4] É sintomático que a maioria dos impostos gerais diretos que foram lentamente introduzidos na Europa ocidental, sujeitos ao assentimento dos parlamentos medievais, tenham sido criados pioneiramente na Itália, onde a primitiva síntese feudal pendia mais para a herança romana e urbana. Não só a Igreja cobrou impostos gerais aos fiéis para as Cruzadas; os governos municipais — conselhos compactos de patrícios sem estratificação de investiduras ou nível social — não tiveram grandes dificuldades em impor taxas às suas próprias populações urbanas, e menos ainda a um *contado* sob seu domínio. A Comuna de Pisa tinha efetivamente impostos sobre a propriedade. A península também inaugurou muitos impostos indiretos: o monopólio do sal, ou *gabelle*, originou-se na Sicília. Logo se desenvolvera um diversificado sistema fiscal nos países mais importantes da Europa ocidental. Os príncipes ingleses contavam primordialmente com as taxas aduaneiras, devido à sua situação insular, os franceses com os impostos sobre o consumo e a *taille*, e os alemães com a intensificação dos pedágios. Tais taxas, entretanto, não constituíam subsídios regulares. Em geral, permaneceram como cobranças ocasionais até o final da Idade Média, durante a qual poucos Estados cederam aos monarcas o direito de lançar impostos gerais ou permanentes, sem o consentimento de seus súditos.

Naturalmente, a definição social de "súditos" era previsível. Os "estados do reino" representavam habitualmente a nobreza, o clero e os burgueses das cidades, e estavam organizados seja numa assembléia diretamente tricurial, seja num sistema um pouco diferente de duas câmaras (magnatas e não-magnatas).[5] Tais assembléias existiram praticamente em toda a Europa ocidental, com exceção do norte da Itália, onde a densidade urbana e a ausência de suserania feudal inibiu, naturalmente, a emergência delas: Parlamento na Inglaterra, États-Généraux na França, Landtage na Alemanha, Cortes em Castela ou Portugal, Riksdag na Suécia, etc. Além de seu papel essencial como fontes fiscais do Estado medieval, os Estados preenchiam outra função crítica na organização política feudal. Eles eram expressões coletivas de um dos princípios mais profundos de hierarquia feudal no seio da nobreza, o dever do vassalo prestar não apenas *auxilium*, mas também *consilium* ao seu suserano: em outros termos, o direito de fornecer-lhe seu conselho solene em assuntos de gravidade concernentes a ambas as partes. Tal consulta não enfraquecia, necessariamente, o governante medieval: nas crises externas ou domésticas poderia até fortalecê-lo, ao conceder-lhe um apoio político bem-vindo. Fora do vínculo particular das relações pessoais de homenagem, a aplicação pública desta concepção esteve inicialmente confinada ao restrito número de magnatas que constituíam os lugares-tenentes do monarca, formavam o seu séquito e esperavam ser por ele consultados nos negócios importantes do Estado. Com a expansão dos Estados propriamente ditos, no século XIII, devido às exigências fiscais, a prerrogativa de consulta dos magnatas *in ardua negotia regni* ampliou-se gradativamente a estas novas assembléias e passou a compor uma parte importante da tradição política da classe nobiliária no seu conjunto, que, naturalmente, dominava em toda a parte os Estados. Assim, a "ramificação" da organização política feudal na Alta Idade Média, em razão do crescimento das instituições de Estado derivadas de um tronco principal, não modificou a

nha) não chegam a constituir uma introdução satisfatória a eles e o livro ignora completamente a Europa setentrional e a oriental. Além disso trata-se de uma análise jurídica, inocente de qualquer pesquisa sociológica.

(3) Carl Stephenson, *Mediaeval Institutions*, pp. 99-100.

(4) *Ab omnibus debet comprobari*: o que lange a todos deve ser aprovado por todos.

(5) Esses padrões alternativos são analisados por Hintze, em "Typologie de Standischen Verfassungen des Abendlandes", *Gesammelte Abhandlungen*, vol. I, pp. 110-29, que continua a ser o melhor texto sobre os Estados feudais na Europa, embora curiosamente inconclusivo, em comparação com a maioria dos outros ensaios de Hintze: como se as implicações completas de suas averiguações devessem ainda ser esclarecidas por ele próprio.

relação entre a monarquia e a nobreza em qualquer sentido unilateral. Essas instituições eram essencialmente convocadas a existir com o fim de expandir a base fiscal da monarquia, mas, embora preenchendo tal finalidade, faziam crescer o controle coletivo da nobreza sobre aquela última. Desse modo, não devem ser vistas, ou como empecilhos, ou como instrumentos do poder real: ao invés disso, elas reduplicavam um equilíbrio primitivo entre o suserano feudal e seus vassalos num quadro de referência mais complexo e efetivo.

Na prática, os Estados não perderam o caráter de acontecimentos esporádicos e os impostos cobrados pelo monarca continuaram a ser relativamente modestos. Uma razão importante para isso foi que o problema de uma burocracia extensa e profissional não havia ainda se interposto entre a monarquia e a nobreza. Durante toda a Idade Média, o governo real baseou-se, numa medida considerável, nos serviços de uma burocracia clerical muito vasta, cujos altos funcionários podiam se dedicar integralmente à administração civil sem encargo financeiro para o Estado, uma vez que já recebiam amplos salários de um aparelho eclesiástico à parte. O alto clero, que século após século forneceu tantos dos supremos administradores da organização política feudal — da Inglaterra à França, e à Espanha —, era, ele próprio, recrutado majoritariamente no seio da nobreza, para a qual o acesso às posições episcopais e abaciais constituía um importante privilégio social e econômico. A escalonada hierarquia feudal de homenagem e fidelidade pessoais, as corporativas assembléias de Estados com o exercício dos seus direitos de votar impostos e deliberar sobre os negócios do reino, o caráter informal de uma administração parcialmente mantida pela Igreja, uma Igreja cuja cúpula era geralmente ocupada pelos magnatas — tudo isto formava um sistema político claro e familiar que ligava a classe nobiliária a um Estado com o qual, apesar e através dos constantes conflitos com monarcas específicos, estava de pleno acordo.

O contraste entre este padrão de monarquia de Estados medievais e o do absolutismo moderno inicial é bastante nítido para os historiadores de hoje. Não o seria menos — pelo contrário — para os nobres que efetivamente o viveram. Com efeito, a grande e silenciosa força estrutural que impelia a uma completa reorganização do poder de classe feudal estava, para eles, inevitavelmente oculta. No seio do seu universo categorial não era visível o tipo de causalidade histórica que atuava para dissolver a unidade original de exploração extra-econômica na base do sistema social, em seu conjunto — devido à difusão da produção e do intercâmbio de mercadorias — e para a sua recentralização no nível da cúpula. Para muitos nobres, individualmente, ela significou novas oportunidades de fortuna e glória, avidamente agarradas; para muitos outros, significou a indignidade e a ruína, contra o que se revoltaram; para a maioria, implicou um processo difícil e demorado de adaptação e conversão, através de sucessivas gerações, até que a harmonia entre classe e Estado fosse precariamente restaurada. No curso desse processo, a aristocracia do final do período feudal foi obrigada a abandonar antigas tradições e a adquirir muitas aptidões novas.[6] Teve que deixar o exercício militar da violência privada, os padrões sociais de lealdade do vassalo, os hábitos econômicos de despreocupação hereditária, os direitos políticos de autonomia representativa e os atributos culturais de ignorância iletrada. Teve que aprender as novas ocupações de um oficial disciplinado, um funcionário letrado, um polido cortesão e um proprietário de terras mais ou menos prudente. A história do absolutismo ocidental é, em grande parte, a história da lenta reconversão da classe dominante fundiária à forma necessária de seu próprio poder político, a despeito e contrariamente à maior parte de sua experiência e instintos anteriores.

A época do Renascimento assistiu, assim, à primeira fase na consolidação do absolutismo, quando este estava ainda relativamente próximo do padrão monárquico precedente. Os Estados sobreviveram na França, em Castela ou nos Países Baixos, até a metade do século e floresceram na Inglaterra. Os exércitos eram relativamente pequenos, formados basicamente por forças mercenárias com capacidade apenas para campanhas sazonais. Eram pessoalmente chefiados por aristocratas-magnatas de estirpe em seus respectivos reinos (Essex, Alba, Condé ou Nassau). O grande surto secular do século XVI — provocado, ao mesmo tempo, pelo rápido crescimento demográfico e pelo advento do ouro, da prata, e do comércio da América — facilitou o crédito para os príncipes europeus e permitiu grandes altas nas despesas sem uma cor-

(6) Lawrence Stone, *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*, Oxford, 1965, é o mais profundo estudo monográfico existente sobre as metamorfoses da nobreza européia nesta época. As críticas se concentraram em sua tese de que a posição econômica do pariato inglês deteriorou-se de maneira significativa no século examinado. Entretanto, este ponto é essencialmente secundário, pois a "crise" foi mais ampla do que uma simples questão de quantidade de domínios feudais conservados pelos nobres: foi um difuso trabalho de adaptação. A análise de Stone sobre o problema do poder militar da aristocracia, neste contexto, é particularmente valiosa (pp. 199-270). A limitação do livro está sobretudo em seu confinamento ao pariato inglês, uma elite muito pequena no seio da classe dominante fundiária; além disso, como se verá adiante, a aristocracia inglesa era extremamente atípica na Europa ocidental em seu conjunto. São muito necessários estudos sobre as nobrezas continentais que pudessem contar com uma riqueza de material comparável.

respondente expansão segura do sistema fiscal, embora houvesse uma intensificação geral da tributação: foi esta a idade de ouro dos financistas do sul da Alemanha. Verificou-se um crescimento constante da administração burocrática, mas, caracteristicamente, esta foi por toda a parte vítima da colonização das grandes casas da nobreza, que disputavam os privilégios políticos e os benefícios econômicos do cargo, comandavam clientelas parasitárias de nobres, que eram infiltrados no aparelho de Estado, e formavam redes rivais de apadrinhamento no seio deste: uma versão modernizada do sistema de dependentes do último período medieval, com seus conflitos. As rivalidades faccionárias entre as grandes famílias, cada uma com o comando de um segmento da máquina do Estado e, freqüentemente, com uma sólida base regional no seio de um país tenuemente unificado, ocupavam constantemente a antecena do palco político.[7] Na Inglaterra, as virulentas rivalidades entre as casas Dudley e Seymour, e Leicester e Cecil; na França, a mortífera guerra tripartida entre as linhagens Guise, Montmorency e Bourbon; na Espanha, a brutal luta surda pelo poder entre os grupos Alba e Eboli deram o tom da época. As aristocracias ocidentais tinham começado a adquirir a educação universitária e a fluência cultural até então reservada aos clérigos;[8] mas não estavam ainda, de modo nenhum, desmilitarizadas em sua vida privada, mesmo na Inglaterra, sem falar da França, Itália e Espanha. Os monarcas reinantes tinham geralmente que contar com seus magnatas como uma força independente, à qual caberiam as posições apropriadas ao seu nível social: os traços de uma pirâmide medieval simétrica ainda estavam visíveis nas abordagens do soberano. Apenas na segunda metade do século, os primeiros teóricos do absolutismo começaram a difundir as concepções do direito divino que elevavam o poder real a uma altura decisivamente acima da fidelidade limitada e recíproca da suserania real medieva. Bodin foi o primeiro e o mais rigoroso deles. Mas o século XVI encerrou-se, nos principais países, sem que a forma acabada do absolutismo existisse em qualquer deles: mesmo na Espanha, Filipe II foi impotente para enviar tropas através da fronteira de Aragão, sem a permissão de seus senhores locais.

Na verdade, o próprio termo "absolutismo" era uma denominação imprópria. Nenhuma monarquia ocidental gozara jamais de poder

(7) Para uma análise recente, ver J. H. Elliott, *Europe Divided 1559-1598*, Londres, 1968, pp. 73-7.

(8) J. H. Hexter, "The Education of the Aristocracy in the Renaissance", em *Reappraisals in History*, Londres, 1961, pp. 45-70.

absoluto sobre seus súditos, no sentido de um despotismo sem entraves.[9] Todas elas eram limitadas, mesmo no máximo de suas prerrogativas, pelo complexo de concepções denominado direito "divino" ou "natural". A teoria da soberania de Bodin, que dominou o pensamento político europeu por um século, corporifica eloqüentemente essas contradições do absolutismo. Nesse sentido, Bodin foi o primeiro pensador a romper sistemática e resolutamente com a concepção medieval da autoridade cômo o exercício da justiça tradicional e a formular a moderna idéia do poder político como a capacidade soberana de criar novas leis e de impor incontestável obediência a elas. "A marca principal da majestade soberana e do poder absoluto é, essencialmente, o direito de impor leis aos súditos sem o consentimento deles. (...) Existe na verdade uma distinção entre justiça e a lei, pois uma implica a eqüidade, enquanto a outra implica o mando. A lei não é senão o mando do soberano no exercício de seu poder."[10] Todavia, ao mesmo tempo que enunciava esses axiomas revolucionários, Bodin sustentava, simultaneamente, as mais conservadoras máximas feudais, limitativas dos direitos fiscais e econômicos básicos dos governantes sobre seus súditos. "Está fora da competência de qualquer príncipe no mundo cobrar impostos livremente de seu povo, ou seqüestrar os bens de outra pessoa arbitrariamente"; pois, "desde que o príncipe soberano não tem poderes para transgredir as leis da natureza ordenadas por Deus — de quem ele é a imagem na Terra —, não pode tomar a propriedade de outrem sem um motivo justo e razoável."[11] Assim, a apaixonada exegese da recente idéia de soberania combinava-se, em Bodin, com um apelo à revitalização do sistema de feudos, ao serviço militar e com a reafirmação do valor dos Estados: "A soberania do monarca não é, de forma

(9) Roland Mousnier e Fritz Hartung, "Quelques Problèmes Concernant la Monarchie Absolue", *X Congresso Internazionale di Scienze Storici, Relazioni IV*, Florença, 1955, esp. pp. 4-15, é a primeira e mais fundamental contribuição para o debate sobre este tópico, nos últimos anos. Já anteriormente alguns autores haviam apreendido a mesma realidade, se bem que de uma maneira menos sistemática, entre eles Engels: "A decadência do feudalismo e o desenvolvimento das cidades eram, ambas, forças descentralizadoras, que determinaram precisamente a necessidade da monarquia absoluta como poder capaz de soldar entre si as nacionalidades. A monarquia *tinha* que ser absoluta, justamente por causa da pressão centrífuga de todos esses elementos. O seu *absolutismo*, entretanto, não deve ser entendido num sentido vulgar. Estava em conflito permanente com os Estados e com feudatários e cidades rebeldes: em nenhum lugar ele aboliu completamente os Estados". Marx-Engels, *Werke*, vol. 21, p. 402. A última oração constitui evidentemente um exagero.

(10) Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, Paris, 1578, pp. 103-14. Traduzi nessa passagem *droit* por justiça, para salientar a distinção acima referida.

(11) *Les Six Livres de la République*, pp. 102, 114.

nenhuma, modificada ou diminuída pela existência dos Estados; pelo contrário, a sua majestade é maior e mais ilustre quando o seu povo o reconhece como soberano, mesmo se nessas assembléias os príncipes, procurando não antagonizar os seus súditos, garantem e permitem muitas coisas que não teriam admitido, não fossem as solicitações, súplicas e justas queixas de seu povo (...)".[12] Nada revela mais claramente a natureza efetiva da monarquia absoluta na última fase da Renascença do que esta teorização autorizada. Com efeito, a prática do absolutismo correspondia à teoria de Bodin. Nenhum Estado absolutista poderia jamais dispor livremente da liberdade ou da propriedade fundiária da própria nobreza, ou da burguesia, à maneira das tiranias asiáticas suas contemporâneas. Nem, tampouco, conseguiram atingir uma centralização administrativa ou uma unificação jurídica completas; os particularismos corporativos e as heterogeneidades regionais herdados da época medieval marcaram os *Ancien Régimes* até a sua destruição final. Desse modo, a monarquia absoluta no Ocidente foi sempre, na verdade, duplamente limitada: pela persistência, abaixo dela, de corpos políticos tradicionais, e pela presença, sobre ela, de um direito moral abrangente. Em outras palavras, o domínio do absolutismo operava, em última instância, dentro dos limites necessários da classe cujos interesses ele assegurava. No século seguinte, com a destruição de muitos pontos de referência familiares aos nobres, haveriam de eclodir agudos conflitos entre ambos. Mas ao longo deles deve-se ter em mente que, tal como nenhum poder absoluto foi exercido pelo Estado absolutista do Ocidente, nenhum conflito entre esses Estados e as suas aristocracias poderia ser absoluto. A unidade social de ambos determinava o terreno e a temporalidade das contradições políticas entre eles. Estas, entretanto, viriam a ter a sua própria importância histórica.

Os cem anos seguintes assistiram à completa instalação do Estado absolutista, num século de depressão demográfica e agrária e de tendência decrescente dos preços. Foi então que os efeitos da "revolução militar" fizeram-se sentir decisivamente. Os exércitos multiplicaram rapidamente seus efetivos, tornando-se astronomicamente dispendiosos, numa série de guerras em expansão incessante. As operações de Tilly não foram muito mais vastas que as de Alba; ambas tornam-se pequenas diante das de Turenne. O custo dessas massivas máquinas militares originou agudas crises de receita para os Estados absolutistas. A coação fiscal sobre as massas, de um modo geral, intensificou-se. Ao

(12) *Les Six Livres de la République*, p. 103.

mesmo tempo, a venda de cargos públicos e honrarias tornou-se agora um expediente financeiro fundamental para todas as monarquias, e foi sistematizada de uma forma sem paralelo no século anterior. O resultadu foi a integração de um número crescente de burgueses arrivistas nas fileiras de funcionários do Estado, que tornaram-se crescentemente profissionalizadas, e a reorganização dos vínculos entre a nobreza e o próprio aparelho de Estado.

A venda de cargos não era meramente um artifício econômico destinado a aumentar as receitas às custas das classes proprietárias. Ela cumpria também uma função política: ao fazer da aquisição de posições burocráticas uma transação de mercado e ao investir a sua propriedade com direitos hereditários, a venda de cargos bloqueava a formação de sistemas de clientela da grande nobreza no interior do Estado, que dependeriam não de equivalentes financeiros impessoais, mas das ligações e do prestígio pessoais de um grande senhor e da sua casa. Richelieu sublinhou em seu testamento o papel "esterilizador" fundamental da *paulette*, ao colocar o conjunto do sistema administrativo fora do alcance de linhagens aristocráticas tentaculares como a Casa de Guise. Evidentemente, um parasitismo apenas foi substituído por outro: no lugar do apadrinhamento, a venalidade. Mas, para os monarcas, a mediação do mercado era mais segura que a dos grandes nobres: os consórcios financeiros parisienses, que fizeram empréstimos ao Estado, arrematararam impostos e compraram cargos no século XVff, eram muito menos perigosos para o absolutismo francês que as dinastias provinciais do século XVI, que não somente tinham sob laços de obrigação setores da administração real, como também podlam alinhar as suas próprias tropas armadas. Por sua vez, a maior burocratização da função pública produziu novos tipos de administradores dirigentes, em geral recrutados na nobreza e ansiosos pelos benefícios convencionais dos cargos, mas imbuídos, ao mesmo tempo, de um rigoroso respeito pelo Estado enquanto tal e de uma firme determinação de sustentar os seus interesses de longo prazo contra os conluios de vista curta da alta nobreza ambiciosa ou descontente. Foram estes os austeros ministros reformadores do século XVfI, funcionários essencialmente civis, carentes de base regional ou militar, que dirigiam os negócios do Estado a partir de seus gabinetes: Oxenstierna, Laud, Richelieu, Colbert ou Olivares. (O tipo complementar da nova era foi o íntimo pessoal e incapaz do soberano reinante, o *valido* em que a Espanha foi tão pródiga, de Lerma a Godoy; Mazarino foi uma estranha combinação dos dois.) Foram estas gerações que estenderam e codificaram as práticas da diplomacia bilateral do século XVf, no sentido de um sistema mul-

tilateral internacional a que o Tratado de Vestfália serviu de diploma de criação e o âmbito amplificado das guerras do século XVII, de cadinho de experiências.

A escalada da guerra, a burocratização dos cargos, a intensificação dos impostos, o desgaste do clientelismo, tudo isso conduziria a uma mesma direção: à decisiva eliminação daquilo que, no século seguinte, Montesquieu teorizaria nostalgicamente como os "poderes intermediários" entre a monarquia e o povo. Em outros termos, o sistema de Estados arruinou-se progressivamente, à medida que o poder de classe da nobreza assumia a forma de uma ditadura centrípeta exercida sob o signo real. Como é evidente, o poder efetivo da monarquia como instituição não correspondia necessariamente, de forma alguma, ao do monarca: o soberano que efetivamente dirigia a administração e conduzia a política era tanto a exceção como a regra, embora, por razões óbvias, a unidade e eficácia criativas do absolutismo alcançassem o seu ponto máximo quando as duas coincidiam (Luís XIV e Frederico II). O vigor e florescimento máximos do Estado absolutista significaram também, necessariamente, uma compressão sufocante dos direitos e da autonomia tradicionais da classe nobiliária, que datavam da descentralização medieval primitiva da organização política feudal e eram sancionados pelos venerandos costumes e interesses. Os últimos Estados-Gerais antes da revolução reuniram-se, na França, em 1614; as últimas Cortes de Castela antes de Napoleão, em 1665; o último Landtag na Bavária, em 1669; enquanto isso ocorria na Inglaterra o mais longo recesso do Parlamento em um único século, de 1629 à Guerra Civil. Esta época é assim não apenas a do apogeu político e cultural do absolutismo, como também a do generalizado descontentamento e alienação aristocráticos com relação a ele. Os privilégios particularistas e os direitos consuetudinários não foram abandonados sem luta, especialmente numa época de penetrante recessão econômica e de crédito inelástico.

Assim, o século XVII foi, repetidas vezes, o cenário de revoltas das nobrezas locais contra o Estado absolutista no Ocidente, que freqüentemente se mesclaram com a incipiente sedição de juristas e mercadores e, às vezes, utilizaram mesmo a fúria sofrida das próprias massas rurais e urbanas como arma temporária contra a monarquia.[13] A Fronda na França, a República Catalã na Espanha, a Revolução

(13) O ensaio justamente célebre de Trevor-Roper, "The General Crisis of the Seventeenth Century", *Past and Present*, nº 16, novembro de 1959, pp. 31-64, agora modificado e republicado em *Religion, The Reformation and Social Change*, Londres,

Napolitana na Itália, a Revolta dos Estados na Boêmia e a própria Grande Revolta na Inglaterra tiveram, todas, algo deste caráter de revolta nobiliária contra a consolidação do absolutismo.[14] Como é natural, esta reação nunca poderia transformar-se num assalto unificado e de grande escala da aristocracia à monarquia, pois ambas estavam ligadas por um cordão umbilical de classe: tampouco se registrou algum caso de revolta *puramente* da nobreza naquele século. O padrão característico foi quase sempre o de uma explosão sobredeterminada, na qual uma parcela *regionalmente* delimitada da nobreza erguia a bandeira do separatismo aristocrático e era apoiada por uma burguesia urbana descontente e por multidões plebéias, em levantes gerais. Apenas na Inglaterra, onde o componente capitalista da revolta foi predominante tanto na classe proprietária rural como na urbana, é que a Grande Revolta alcançou êxito. Em todas as outras partes, na França, Espanha, Itália e Áustria, as insurreições dominadas ou contaminadas pelo separatismo da nobreza foram esmagadas, reforçando-se o poder do absolutismo. E tal ocorria necessariamente. Nenhuma classe dominante feudal poderia permitir-se alijar os avanços realizados pelo absolutismo, que constituíam a expressão de necessidades históricas profundas atuantes através de todo o continente, sem colocar em risco a sua própria existência; com efeito, nenhuma foi jamais total ou majoritariamente conquistada para a causa da revolta. Mas o caráter regional ou parcial de tais conflitos não minimiza o seu significado: os fatores de autonomismo local meramente *condensavam* uma insatisfação difusa que existia, muitas vezes, em toda a nobreza e forneciam-lhe uma for-

1967, pp. 46-89, com todos os seus méritos, restringe demasiado o alcance dessas revoltas, ao apresentá-las essencialmente como protestos contra as despesas e os desperdícios da cortes pós-renascentistas. Na realidade, como já foi apontado por numerosos historiadores, a guerra constitula um item muito maior do que a corte, nos orçamentos do Estado no século XVII. O sistema palaciano de Luís XIV foi muito mais pródigo que o de Ana da Áustria, mas nem por isso foi mais impopular. À parte isso, a brecha fundamental entre aristocracia e monarquia não era realmente econômica, embora os impostos de guerra pudessem desencadear, como o fizeram, amplas revoltas. Era *política*, relacionada com a posição total da nobreza numa organização política incipiente cujos contornos eram ainda freqüentemente opacos para todos os atores envolvidos no drama.

(14) A sublevação napolitana, no aspecto social o mais radical desses movimentos, o teve em menor parte. Mas, mesmo aí, o primeiro sinal de tempestade da explosão antiespanhola foram as conspirações aristocráticas de Sanza. Conversano e outros nobres, hostis à fiscalização do vice-rei e aos grupos de especuladores que vicejavam à sua sombra, e que conspiravam com a França contra a Espanha, desde 1634. As conjurações baroniais multiplicavam-se em Nápoles no início de 1647, quando o tumulto popular liderado por Masaniello subitamente rebentou e conduziu o grosso da aristocracia napolitana de volta ao legalismo. Para este processo, ver a excelente análise em Rosário Villari, *La Rivolta Anti-Spagnuola a Napoli. Le Origini (1585-1647)*, Bari, 1967, pp. 201-16.

ma político-militar violenta. Os protestos de Bordéus, Praga, Nápoles, Edimburgo, Barcelona ou Palermo tiveram uma ressonância mais ampla. A sua derrota final foi um episódio central no difícil esforço de vida do conjunto da classe nesse século, à medida que esta se transformava lentamente para se adaptar às novas e indesejadas exigências de seu próprio poder de Estado. Nenhuma classe na história compreende imediatamente a lógica de sua própria situação histórica em épocas de transição: um longo período de desorientação e confusão pode ser necessário para que ela aprenda as regras obrigatórias de sua própria soberania. A nobreza ocidental, na tensa época do absolutismo do século XVII, não constituiu uma exceção: teve que ser amansada na severa e inesperada disciplina de suas próprias condições de governo.

É esta, essencialmente, a explicação para o paradoxo aparente da trajetória ulterior do absolutismo no Ocidente. Porque, se o século XVII marca o zênite da turbulência e da desordem entre classe e Estado no seio do sistema de domínio político da aristocracia, o século XVIII é, por comparação, o ocaso dourado da sua tranqüilidade e reconciliação. Sucedeu-se uma nova harmonia e estabilidade, à medida que a conjuntura econômica se modificava e cem anos de relativa prosperidade instalavam-se na maior parte da Europa, enquanto a nobreza recuperava a confiança em sua capacidade de dirigir os destinos do Estado. Num país após outro, tinha lugar uma rearistocratização refinada da alta burocracia, o que dava à época anterior, por contraste ilusório, a aparência de ter sido sortida em *parvenus*. A Regência francesa e a oligarquia sueca dos Chapéus constituem os exemplos mais notáveis desse fenômeno, que pode ser observado também na Espanha carolina e mesmo na Inglaterra georgiana ou na Holanda das Perucas, onde revoluções burguesas eletivamente converteram o Estado e o modo de produção dominante ao capitalismo. Faltam aos ministros de Estado que simbolizam o período a energia criativa e a força austera de seus predecessores: mas eles estavam serenamente em paz com a sua classe. Fleury ou Choiseul, Enseñada ou Aranda, Walpole ou Newcastle são as figuras representativas desta época.

O desempenho civil do Estado absolutista no Ocidente, na era do iluminismo, reflete este padrão: havia uma ornamentação de excessos e um refinamento de técnicas, uma certa marca adicional de influências burguesas, combinados com uma perda geral de dinamismo e criatividade. As extremas distorções originadas pela venda de cargos foram reduzidas e a burocracia tornou-se correspondentemente menos venal: mas, muitas vezes, ao preço de um sistema de empréstimos públicos para levantar receitas equivalentes, o qual, imitado dos países capitalistas mais avançados, logo tendia a inundar o Estado com as dívidas acumuladas. Ainda se pregava e se praticava o mercantilismo, embora as novas doutrinas econômicas "liberais" dos fisiocratas, que defendiam o livre-comércio e o investimento agrário, tenham feito alguns progressos limitados na França, na Toscana e em outras regiões. Mas o processo talvez mais importante e interessante no seio da classe dominante fundiária nos cem anos que antecederam a Revolução Francesa foi, entretanto, um fenômeno exterior ao âmbito do próprio Estado. Trata-se da difusão por toda a Europa do *vincolismo* — o surto de expedientes aristocráticos para a proteção e consolidação da grande propriedade fundiária contra as pressões e caprichos do mercado capitalista.[15] A nobreza da Inglaterra, depois de 1689, foi uma das primeiras a seguir tal rumo, com a criação do *strict settlement*, que impedia os proprietários rurais de alienarem a propriedade da família e conferia direitos apenas ao filho primogênito: duas medidas destinadas a congelar todo o mercado de terras, no interesse da supremacia aristocrática. Logo, um após outro, os principais países ocidentais desenvolveram ou aperfeiçoaram as suas próprias variantes deste "vinculismo", ou vinculação da terra a seus proprietários tradicionais. O *mayorazgo* na Espanha, o morgadio em Portugal, *fideicommissum* na Itália e na Áustria e o *maiorat* na Alemanha, todos cumpriam a mesma função: preservar intatos os grandes blocos de propriedades da grande nobreza e os vastos latifúndios diante dos perigos da fragmentação ou venda em um mercado comercial aberto.[16] Grande parte da recuperada estabilidade da nobreza européia no século XVIII foi devida, sem dúvida, ao suporte econômico proporcionado por tais artifícios jurídicos. Na verdade, houve provavelmente menos reviravoltas sociais no seio da classe dominante nesta época do que nas precedentes, quando famílias e fortunas flutuaram muito mais rapidamente, em meio aos grandes levantes políticos e sociais.[17]

(15) Não há estudos exaustivos sobre este fenômeno. É analisado de passagem, *inter alia*, por S. J. Woolf, *Studi sulla Nobiltà Piemontese nell'Epoca dell'Assolutismo*, Turim, 1963, que data a sua difusão do século anterior. A maioria dos colaboradores de A. Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, Londres, 1953, tocam também no assunto.

(16) O *mayorazgo* espanhol foi, de longe, o mais antigo desses artifícios, datando de há mais de dois séculos, mas cresceu constantemente tanto em número quanto em alcance, chegando mesmo a incluir bens móveis. O *strict settlement* inglês era na realidade um pouco menos rígido que o padrão continental do *fideicommissum*, uma vez que valia apenas para uma única geração: na prática, porém, esperava-se que os sucessivos herdeiros o reconhecessem.

(17) Toda a questão da mobilidade no seio da classe nobiliária, da aurora do feudalismo ao fim do absolutismo, ainda necessita de um grande esforço de pesquisa.

Foi com este panorama de fundo que uma cultura de elite cosmopolita de corte e salão espalhou-se por toda a Europa, caracterizando-se pelo novo predomínio do francês como idioma internacional do discurso diplomático e intelectual. Na verdade, por baixo de seu verniz, tal cultura estava mais profundamente que nunca penetrada pelas idéias da burguesia ascendente, que agora encontravam uma expressão triunfante no iluminismo. O peso específico do capital mercantil e manufatureiro no seio da maioria das formações sociais ocidentais aumentara ao longo desse século, que presenciou a segunda grande onda de expansão comercial e colonial ultramarina. Mas isso apenas determinou a política do Estado nos lugares onde já ocorrera uma revolução burguesa e o absolutismo fora derrubado, como na Inglaterra e na Holanda. Em outras partes, não há sinal mais notável da continuidade estrutural do Estado feudal na sua última fase que a persistência de suas tradições militares. A potência efetiva em tropas geralmente manteve-se a mesma ou declinou um pouco na Europa ocidental, depois do Tratado de Utrecht: o aparato físico da guerra deixara de aumentar, ao menos em terra (no mar, era outra questão). Mas a freqüência e o seu caráter central para o sistema político internacional não se alterara seriamente. Com efeito, talvez durante este século tenham mudado de mãos mais territórios geográficos — objeto clássico de todo conflito militar aristocrático — que durante qualquer dos dois séculos precedentes: Silésia, Nápoles, Lombardia, Bélgica, Sardenha e Polônia estavam entre as presas. A guerra "funcionou" nesse sentido até o final do *ancien régime*. No aspecto tipológico, evidentemente, as campanhas

Atualmente, só são possíveis hipóteses exploratórias quanto a fases sucessivas dessa longa história. Duby registra a sua surpresa ao descobrir que a convicção de Bloch sobre uma descontinuidade radical entre as dinastias carolíngia e medieval na França estava equivocada: na verdade, uma alta proporção das linhagens que forneceram os *vassi dominici* do século IX sobreviveu para se transformar nos barões do século XII. Ver G. Duby, "Une Enquête a Poursuivre: la Noblesse dans la France Médievale", *Revue Historique*, CCXXVI, 1961, pp. 1-22. Por outro lado, Perroy encontrou um alto nível de mobilidade entre a pequena nobreza do Condado de Forez, a partir do século XIII: aí, a duração média de qualquer linha de nobreza era de três a quatro, ou, mais cautelosamente, de três a seis gerações, em grande medida devido aos acasos da mortalidade. Edouard Perroy, "Social Mobility among French Noblesse in the Later Middle Ages", *Past and Present*, nº 21, abril de 1962, pp. 25-38. Em geral, a fase final da Idade Média e o início da Renascença parecem ter sido períodos de modificações rápidas em muitos países, de onde desapareceria a maior parte das grandes casas medievais. Tal formulação é certamente verdadeira na Inglaterra e na França, provavelmente menos na Espanha. A reestabilização das fileiras da aristocracia parece igualmente evidente no fim do século XVII, depois que a última e mais violenta das convulsões chegou ao fim, na Boêmia Habsburgo durante a Guerra dos Trinta Anos. Mas este tema pode ainda nos reservar surpresas.

do absolutismo europeu apresentam uma certa evolução em e através de uma repetição básica. A determinante comum a todas elas era a tendência territorial-feudal acima analisada, cuja forma característica foi o conflito dinástico puro e simples do início do século XVI (a disputa Habsburgo/Valois pela Itália). Sobreposto a esta por cem anos, de 1550 a 1650, estava o conflito religioso entre as potências da Reforma e da Contra-Reforma, que nunca iniciou, mas, com freqüência, intensificou e exacerbou as rivalidades geopolíticas, fornecendo-lhes o idioma ideológico da época. A Guerra dos Trinta Anos foi a maior, e a última, destas lutas "mistas".[18] Foi prontamente seguida pelo primeiro conflito militar europeu de um tipo totalmente novo, travado por objetivos diferentes num elemento diferente — as guerras comerciais anglo-holandesas dos anos de 1650 e 1660, nas quais quase todas as batalhas foram marítimas. Tais confrontos, entretanto, estavam confinados aos Estados da Europa que haviam passado pela experiência das revoluções burguesas e constituíram-se em disputas estritamente intercapitalistas. A tentativa promovida por Colbert de "adotar" os objetivos delas na França revelou-se um fiasco na década de 1670. Todavia, a partir da Guerra da Liga de Augsburgo, o comércio tornou-se quase sempre uma presença complementar nos mais importantes conflitos militares europeus em disputa pela terra — quanto mais não fosse pela participação neles da Inglaterra, cuja expansão geográfica ultramarina era agora de caráter inteiramente comercial, e cuja meta efetiva era um monopólio colonial mundial. Daí o caráter híbrido das guerras do final do século XVIII, com a justaposição de dois tempos e de dois tipos diferentes de conflito em uma *mêlée* singular e estranha, da qual a Guerra dos Sete Anos nos dá o mais claro exemplo: a primeira guerra da história a ser travada através do globo, embora como espetáculo secundário para a maior parte dos participantes, para quem Manila ou Montreal representavam escaramuças remotas, se comparadas com Leuthen ou Kunersdorf. Nada revela melhor o fracasso da perspectiva feudal do *ancien régime* na França que a sua incapacidade para perceber os verdadeiros interesses em jogo nestas guerras duais: junto com seus rivais, ela conservou-se basicamente fixada à disputa tradicional pela terra, até o final.[19]

(18) O capítulo de H. G. Koenigsberger, "The European Civil War", *in The Habsburgs in Europe*, Ithaca, 1971, pp. 219-85, é um relato sucinto e exemplar.

(19) A melhor análise geral da Guerra dos Sete Anos é ainda a de Dorn, *Competition for Empire*, pp. 318-84.

Espanha

Tal era o caráter geral do absolutismo no Ocidente. Entretanto, os Estados territoriais específicos que vieram a existir nos diferentes países da Europa renascentista não podem ser simplesmente assimilados a um tipo puro único. Eles apresentavam, com efeito, amplas diferenças, com conseqüências cruciais para a história ulterior dos países considerados, que ainda hoje se fazem sentir. Um exame dessas variações aparece, portanto, como complemento necessário a qualquer abordagem da estrutura geral do absolutismo no Ocidente. A Espanha, primeira grande potência da Europa moderna, constitui um ponto de partida lógico.

A ascensão da Espanha Habsburgo não foi meramente um episódio num conjunto de experiências simultâneas e equivalentes de construção do Estado na Europa ocidental: foi também uma determinante auxiliar de todo esse conjunto como tal. Ela ocupa, por isso, uma posição qualitativamente distinta no processo geral de absolutização. Com efeito, o alcance e o impacto do absolutismo espanhol foi, num sentido estrito, "imoderado" em relação às outras monarquias ocidentais da mesma época. A pressão internacional por ele exercida atuou como uma sobredeterminação especial dos padrões nacionais nos outros pontos do continente, devido à desproporção de riqueza e poder de que dispunha: a concentração *histórica* de tais recursos no Estado espanhol não poderia deixar de afetar a configuração geral e o sentido do sistema estatal que surgia no Ocidente. A monarquia espanhola devia a sua supremacia a uma combinação de dois complexos de recursos — por sua

vez, projeções inesperadas de elementos comuns ao absolutismo ascendente, elevadas a uma dimensão excepcional. Por um lado, a sua casa reinante beneficiou-se, mais do que qualquer outra linhagem na Europa, dos pactos da política dinástica de casamentos. O parentesco da família Habsburgo rendeu ao Estado espanhol uma escala de territórios e influência que nenhuma monarquia rival poderia igualar: um artefato supremo dos mecanismos feudais de expansão política. Por outro lado, a conquista colonial do Novo Mundo supriu-a com uma superabundância de metais preciosos, que lhe possibilitou um tesouro muito superior ao de qualquer um de seus adversários. Conduzida e organizada no interior de estruturas ainda notavelmente senhoriais, a pilhagem das Américas foi, no entanto, ao mesmo tempo, um dos atos mais espetaculares da acumulação primitiva do capital europeu durante a Renascença. Assim, o absolutismo espanhol buscou forças tanto no legado interno do engrandecimento feudal como no saque ultramarino de capital extrativo. Nunca houve, evidentemente, qualquer dúvida quanto a que interesses sociais e econômicos o aparelho político da monarquia espanhola atendia, prioritária e permanentemente. Nenhum outro grande Estado absolutista na Europa ocidental viria a ter um caráter tão aristocrático, ou infenso ao desenvolvimento burguês. O próprio acaso de seu precoce controle das minas da América, com a sua economia de extração tosca mas lucrativa desmotivou-o de promover o crescimento das manufaturas ou de fomentar a difusão da empresa mercantil no seio de seu império europeu. Em vez disso, abateu-se com um peso maciço sobre as comunidades comerciais mais ativas do continente, ao mesmo tempo que ameaçava todas as outras aristocracias fundiárias, num ciclo de guerras interaristocráticas que durou 150 anos. O poder da Espanha sufocou a vitalidade urbana do norte italiano e esmagou as florescentes cidades de metade dos Países Baixos — as duas regiões mais avançadas da economia européia na virada do século XVI. A Holanda conseguiu escapar ao seu controle, após uma longa luta pela independência burguesa. No mesmo período, os Estados monárquicos do sul da Itália e de Portugal foram absorvidos pela Espanha. As monarquias da França e da Inglaterra foram fustigadas por ataques hispânicos. Os principados da Alemanha foram invadidos, repetidas vezes, por *tercios* de Castela. Enquanto a armada espanhola cruzava o Atlântico ou patrulhava o Mediterrâneo, os exércitos espanhóis percorriam a maior parte da Europa ocidental: de Antuérpia a Palermo, de Regensburg a Kinsale. A ameaça da dominação Habsburgo, porém, acabou por apressar as reações e fortalecer as defesas das dinastias agrupadas contra ela. A primazia espanhola conferiu à mo-

narquia Habsburgo um papel de consolidação do sistema relativo ao absolutismo ocidental em seu conjunto. Mas, ao mesmo tempo, como veremos, limitou criticamente a natureza do próprio absolutismo espanhol no seio do sistema que ajudou a criar.

* * *

O absolutismo espanhol nasceu da União de Castela e Aragão, efetivada pelo casamento de Isabel I e Fernando II em 1469. Começou com uma base econômica aparentemente firme. Durante os períodos de escassez de mão-de-obra provocada pela crise geral do feudalismo ocidental, áreas crescentes de Castela foram convertidas a uma lucrativa economia lanífera, que a transformou na "Austrália da Idade Média"[1] e num parceiro importante do comércio flamengo; enquanto isso, Aragão era há muito tempo uma potência territorial e comercial no Mediterrâneo, com o controle da Sicília e da Sardenha. O dinamismo político e militar do novo Estado dual logo se revelaria dramaticamente numa série de extensas conquistas externas. Granada, o último reduto mouro, foi destruída, e completou-se a Reconquista; Nápoles foi anexada; Navarra absorvida; e, acima de tudo, as Américas foram descobertas e subjugadas. O ramo Habsburgo em breve adicionou Milão, o Franche-Comté e os Países Baixos. Esta súbita avalanche de sucessos fez da Espanha a primeira potência da Europa por todo o século XVI, gozando de uma posição internacional que nenhum outro absolutismo do continente foi jamais capaz de igualar. Todavia, o Estado que presidia este vasto império era, ele próprio, uma armação em ruínas unida, em última análise, apenas pela pessoa do monarca. O absolutismo espanhol, tão terrível para o protestantismo setentrional externamente foi, com efeito, notavelmente modesto e limitado em seu desenvolvimento interno. As suas articulações internas eram talvez inigualavelmente frágeis e heteróclitas. As razões deste paradoxo devem ser, sem dúvida, procuradas essencialmente na curiosa relação triangular estabelecida entre o império americano, o império europeu e as pátrias ibéricas.

Os reinos compostos de Castela e Aragão, unidos por Fernando e Isabel, representavam uma base extremamente diversa para a construção da nova monarquia espanhola no final do século XV. Castela era

(1) A expressão é de Vicens. Ver J. Vicens Vives, *Manual de História Económica de España*, pp. 11-2, 231.

um país com uma aristocracia de enormes propriedades e poderosas ordens militares; tinha também um considerável número de cidades, embora, significativamente, não tivesse ainda uma capital fixa. A nobreza castelhana se apoderara de vastas extensões de propriedade agrária pertencente à monarquia, durante as guerras civis do final da Idade Média; de 2 a 3 por centro da população controlavam então cerca de 97 por cento do solo. Por sua vez, mais da metade deste era propriedade de algumas poucas famílias de magnatas que se salientavam da numerosa pequena nobreza *hidalga*.[2] A agricultura cerealífera era constantemente entregue à atividade pastoril nessas grandes propriedades. O surto da lã, que fornecera a base para as fortunas de tantas casas aristocráticas, estimulara, ao mesmo tempo, o crescimento urbano e o comércio externo. As cidades de Castela e os navios cantábricos, beneficiaram-se da prosperidade da economia pastoril da última fase da Espanha medieval, que estava ligada por um sistema comercial complexo à indústria têxtil de Flandres. O perfil econômico e demográfico de Castela no seio da União era, portanto, desde o início, vantajoso: com uma população calculada entre 5 e 7 milhões e um animado comércio marítimo com a Europa setentrional, constituía-se com facilidade no Estado dominante na península. No aspecto político, a sua constituição era curiosamente instável. Castela e Leão tinham sido um dos primeiros reinos medievais da Europa a desenvolver um sistema de Estados no século XIII; enquanto isso, em meados do século XV, a efetiva ascendência da nobreza sobre a monarquia tornou-se, por certo tempo, de grande projeção. Mas o ganancioso poder da aristocracia medieval da última fase não estabelecera nenhum molde jurídico. As Cortes, na realidade, permaneceram como assembléias ocasionais e pouco definidas: talvez devido ao caráter migrante do reino castelhano — conforme este se dirigia para o sul e embaralhava assim o seu padrão social —, nunca se desenvolverá aí uma institucionalização sólida e fixa do sistema de Estados. Desse modo, tanto a convocação como a composição das Cortes estavam sujeitas à decisão arbitrária do monarca, daí resultando que as sessões eram espasmódicas e não resultaria delas nenhum sistema tricurial efetivo. Por um lado, as Cortes não detinham poder algum de iniciativa legislativa; por outro lado, a nobreza e o clero gozavam de imunidade fiscal. O resultado era um sistema de Estados onde só as cidades tinham que pagar os impostos votados pelas Cortes, os quais, de resto, recaíam quase que exclusivamente sobre as massas

(2) J. H. Elliott, *Imperial Spain 1469-1716*, Londres, 1970, pp. 111-3.

abaixo delas. A aristocracia, portanto, não tinha interesse econômico direto em sua representação no seio dos Estados castelhanos, que constituíam uma instituição relativamente frágil e isolada. O corporativismo aristocrático encontraria expressão própria nas ricas e temíveis ordens militares — Calatrava, Alcântara e Santiago — que foram criadas pelas Cruzadas: mas estas, por sua própria natureza, não dispunham da autoridade coletiva de um Estado nobiliário propriamente dito.

O caráter econômico e político do reino de Aragão[3] estava em agudo contraste com isso. O interior montanhoso de Aragão abrigava o mais repressivo sistema senhorial da península ibérica; a aristocracia local achava-se investida com uma série completa de poderes feudais nas áridas zonas rurais, onde ainda sobrevivia a servidão e um campesinato *morisco* cativo mourejava para os seus senhores cristãos. A Catalunha, por outro lado, fora tradicionalmente o centro de um império mercantil no Mediterrâneo: Barcelona era a maior cidade da Espanha medieval e o seu patriciado urbano, a classe comercial mais rica da região. A prosperidade catalã, no entanto, sofrera penosamente durante a longa depressão feudal. As epidemias do século XIV fustigaram o principado com particular violência, retornando repetidas vezes, depois da própria Peste Negra, para devastar a população, que decrescera em mais de um terço entre 1365 e 1497.[4] As bancarrotas comerciais foram aumentadas pela agressiva concorrência genovesa no Mediterrâneo, enquanto os pequenos mercadores e as corporações artesanais revoltavam-se contra o patriciado nas cidades. No campo, o campesinato sublevara-se para banir os "maus costumes" e apoderar-se das terras abandonadas nas revoltas das *remenças* do século XV. Finalmente, uma guerra civil entre a monarquia e a nobreza, que atraiu para seu torvelinho outros grupos sociais, enfraqueceu ainda mais a economia catalã. Entretanto, as suas bases estrangeiras na Itália permaneceram intatas. Valência, a terceira província do reino, situava-se socialmente num plano intermediário entre Aragão e a Catalunha. A nobreza explorava o trabalho *morisco*; durante o século XV, verificou-se o crescimento de uma comunidade mercantil, ao passo que a preponderância financeira descia a costa, vinda de Barcelona. O crescimento de Valência, porém, não compensou adequadamente o declínio da Catalunha.

(3) O Reino de Aragão era constituído pela união de três principados: Aragão, Catalunha e Valência.

(4) Elliott, *Imperial Spain*, p. 37.

A disparidade econômica entre os dois reinos da União criada pelo casamento de Fernando e Isabel evidencia-se no fato de que a população das três províncias de Aragão totalizava apenas 1 milhão de habitantes — em comparação com os 5 a 7 milhões de Castela. O contraste político entre os dois reinos, por outro lado, não era menos surpreendente, pois no reino de Aragão encontrava-se, talvez, a estrutura de Estado mais sofisticada e bem entrincheirada de toda a Europa. As três províncias da Catalunha, de Valência e Aragão tinham, cada uma, as suas próprias Cortes. Além disso, cada uma delas possuía instituições repressivas especiais de controle judicial e administração econômica permanentes, que dependiam das Cortes. A *Diputació* catalã — um comitê regular das Cortes — era o seu exemplar mais efetivo. Ademais, cada uma das Cortes devia estatutariamente reunir-se em intervalos regulares e estava tecnicamente subordinada à norma da unanimidade — um esquema singular na Europa ocidental. As Cortes aragonesas, por sua vez, tinham ainda o requinte adicional do sistema quadricurial de magnatas, pequena nobreza, clero e burgueses.[5] *In toto*, tal complexo de "liberdades" medievais apresentava uma perspectiva particularmente refratária à construção de um absolutismo centralizado. A assimetria das ordens institucionais de Castela e Aragão iria, efetivamente, traçar toda a carreira da monarquia espanhola a partir de então.

Compreensivelmente, Fernando e Isabel optaram pela alternativa óbvia de concentrar-se no estabelecimento de um poder real inquebrantável em Castela, onde as condições eram mais imediatamente propícias. Aragão apresentava obstáculos políticos muito mais formidáveis para a construção de um Estado centralizado. Castela tinha uma população cinco ou seis vezes maior e a sua riqueza mais ampla não era protegida por barreiras constitucionais comparáveis. Assim, foi posto em execução pelos dois monarcas um programa metódico de reorganização administrativa. As ordens militares foram decapitadas e anexados os seus vastos territórios e rendimentos. Castelos baroniais foram demolidos, expulsos os senhores das zonas de fronteira e proibidas as guerras privadas. A autonomia municipal das cidades foi quebrada

(5) O espírito do constitucionalismo aragonês estava expresso no impressionante juramento de vassalagem atribuído à sua nobreza: "Nós, que somos tão bons como vós, juramos a vós, que não sois melhores que nós, que vos aceitamos como nosso rei e soberano, contanto que observeis todas as nossas liberdades e leis; mas se assim não for, não". A fórmula em si talvez fosse lendária, mas o seu sentido estava gravado nas instituições de Aragão.

com a instalação de *corregidores* oficiais para administrá-las; a justiça real foi fortalecida e ampliada. O Estado tomou a si o controle dos benefícios eclesiásticos, separando o aparelho local da Igreja da alçada do papado. As Cortes foram progressivamente domesticadas pela omissão efetiva da nobreza e do clero de suas reuniões, depois de 1480; uma vez que o principal propósito para convocá-las era o aumento dos impostos para financiar os gastos militares (nas guerras de Granada e da Itália, sobretudo) e deles estavam isentos o primeiro e o segundo estados, estes últimos tinham poucos motivos para resistir a tal restrição. Os rendimentos fiscais elevaram-se de modo impressionante: a receita de Castela cresceu de 900 mil *reales*, em 1474, para 26 milhões, em 1504.[6] O Conselho Real foi reformado e dele excluída a influência dos grandes do reino; o novo corpo consultivo foi provido com funcionários bacharéis ou *letrados*, recrutados na pequena nobreza. Secretários profissionais trabalhavam diretamente sob as ordens dos soberanos, despachando assuntos cada vez mais numerosos. A máquina de Estado castelhana foi, em outras palavras, racionalizada e modernizada. Mas a nova monarquia nunca a contrapôs à classe aristocrática no seu conjunto. As altas posições militares e diplomáticas sempre foram reservadas aos magnatas, que mantiveram seus grandes vice-reinados e governadorias, ao passo que os nobres menores preenchiam as fileiras dos *corregidores*. Os domínios reais usurpados desde 1454 foram recuperados pela monarquia, mas os que resultaram de apropriações anteriores — a maioria — foram deixados em mãos da nobreza; em Granada, novos domínios se acrescentaram a essas possessões e foi confirmada a imobilização da propriedade rural através do recurso do *mayorazgo*. Além disso, garantiram-se deliberadamente amplos privilégios aos interesses pastoris do cartel de lã *Mesta*, na região rural, dominado pelos latifundiários do sul; entretanto, medidas discriminatórias contrárias à cultura de cereais fixavam finalmente preços de varejo para as safras de grãos. Nas cidades, foi imposto à nascente indústria urbana um sistema constritivo de corporações e a perseguição religiosa dos *conversos* conduziu ao êxodo de capitais dos judeus. Todas estas medidas foram implementadas com grande energia e resolução em Castela.

Em Aragão, por outro lado, nunca se tentou aplicar um programa político de alcance comparável. Aí, ao contrário, o máximo que Fernando pôde conseguir foi uma pacificação social e a restauração da

(6) Para a obra de Fernando e Isabel em Castela, ver Elliott, *Imperial Spain*, pp. 86-99.

constituição medieval da última fase. As prestações obrigatórias dos camponeses da *remença* foram enfim remidas com a Sentença de Guadalupe em 1486 e a inquietação rural amainou. O acesso à *Diputació* catalã foi ampliado com a introdução de um sistema de sorteio. Ao lado disso, o governo de Fernando confirmou sem ambigüidades a identidade separada do reino oriental: as liberdades catalãs foram expressamente reconhecidas, na sua integridade, pela *Observança* de 1481, e novas salvaguardas contra as possíveis infrações reais foram efetivamente adicionadas ao arsenal já existente de armas locais contrárias a qualquer forma de centralização monárquica. Raramente residindo em sua região natal, Fernando instalou vice-reis nas três províncias, a fim de que exercessem a autoridade em seu nome e criou o Conselho de Aragão, quase sempre estabelecido em Castela, para manter ligação com aqueles. Aragão, com efeito, foi assim virtualmente deixada aos seus próprios meios; mesmo os grandes interesses da lã — todo-poderosos depois do Ebro — viram-se impotentes para assegurar o consentimento de terras de pastagem através dos territórios agrícolas. Uma vez que Fernando fora solenemente obrigado a reconfirmar todos os espinhosos privilégios contratuais da região, não se colocava de modo algum a questão de uma fusão administrativa, a qualquer nível, entre Aragão e Castela. Longe de criarem um reino unificado, Suas Majestades Católicas fracassaram mesmo em estabelecer uma moeda única,[7] sem falar de um sistema fiscal ou jurídico comum, dentro de seus reinos. A Inquisição — invenção singular na Europa daquela época — deve ser entendida neste contexto: ela foi a única instituição unitária "espanhola" na península, um elaborado aparelho ideológico que compensava a divisão e a dispersão administrativas do Estado.

A ascensão de Carlos V iria complicar, mas não iria alterar substancialmente, tal esquema; quando muito, acabaria por acentuá-lo. O resultado mais imediato do advento de um soberano Habsburgo foi uma nova corte, formada basicamente por exilados, sob o domínio de flamengos, borgonheses e italianos. As extorsões financeiras do novo regime logo suscitaram uma onda de intensa xenofobia popular em Castela. Assim, a partida do próprio monarca para o norte da Europa seria o sinal para uma ampla rebelião urbana contra o que era visto como o saque estrangeiro dos recursos e das posições de Castela. A revolta dos *comuneros* de 1520-21 conquistou inicialmente o apoio de

(7) O único passo no sentido de uma unificação monetária foi a cunhagem de três moedas de ouro de alto valor e equivalentes em Castela, Aragão e na Catalunha.

muitos nobres das cidades e invocou um conjunto tradicional de reivindicações constitucionais. Mas a sua força motriz foram as massas populares de artesãos urbanos, sob a orientação dominante da burguesia urbana do norte e do centro de Castela, cujos centros comerciais e manufatureiros tinham conhecido um surto econômico no período anterior.[8] Encontrou pouco ou nenhum eco no campo, seja entre o campesinato, seja entre a aristocracia rural; o movimento nunca afetou seriamente aquelas regiões onde as cidades eram pouco numerosas ou fracas — Galícia, Andaluzia, Estremadura ou Guadalajara. O programa "federativo" e "protonacional" da junta revolucionária que as comunas castelhanas criaram durante a sua insurreição caracterizou-a nitidamente como uma revolta do terceiro estado.[9] A sua derrota perante os exércitos do rei, por trás dos quais reagrupou-se o grosso da aristocracia, assim que o radicalismo potencial da sublevação tornou-se evidente, constitui, portanto, um passo crítico na consolidação do absolutismo espanhol. O esmagamento do levante *comunero* serviu, efetivamente, para eliminar os últimos vestígios de uma constituição contratual em Castela e condenou as Cortes — para as quais os *comuneros* reivindicavam sessões regulares trianuais — à nulidade, a partir de então. Entretanto, ainda mais significativo foi o fato de que a vitória mais fundamental da monarquia espanhola sobre a resistência organizada ao absolutismo real em Castela — na verdade, o seu único conflito armado com qualquer tipo de oposição naquele reino — tenha sido a derrota militar das cidades, mais que a dos nobres. Em nenhuma outra parte da Europa verificou-se o mesmo em relação ao absolutismo nascente: o padrão comum era a supressão de revoltas aristocráticas, e não das revoltas burguesas, mesmo onde ambas encontravam-se intimamente interligadas. O triunfo sobre as comunas castelhanas, no início de sua trajetória, viria a separar, a partir daí, o curso da monarquia espanhola daquele das suas parceiras ocidentais.

O acontecimento mais espetacular do reinado de Carlos V foi, evidentemente, a sua vasta ampliação da órbita internacional Habsburgo. Na Europa, os Países Baixos, o Franche-Comté e Milão estavam agora anexados ao patrimônio pessoal dos governantes da Espanha, ao passo que, nas Américas, o México e o Peru eram conquistados. Durante o período de vida do imperador, toda a Alemanha foi um importante teatro de operações a sobrepor-se a essas possessões hereditárias. Esta súbita expansão territorial reforçaria, inevitavelmente, a tendência inicial do jovem Estado absolutista espanhol à delegação de poderes, através de Conselhos e vice-reis separados para as diferentes possessões da dinastia. O chanceler piemontês de Carlos V, Mercúrio Gattinara, inspirado pelos ideais universalistas de Erasmo, esforçou-se por dotar a massa indomável do império Habsburgo com um executivo mais compacto e eficaz, ao criar certas instituições unitárias de tipo departamental — notavelmente um Conselho de Finanças, um Conselho de Guerra e um Conselho de Estado (tornando-se este último, teoricamente, o topo de todo o edifício imperial), com responsabilidades globais de caráter transregional. Estes seriam assistidos por um crescente secretariado permanente de funcionários civis à disposição do monarca. Mas, ao mesmo tempo, constituiu-se progressivamente uma nova série de conselhos territoriais; o próprio Gattinara criou o primeiro deles para o governo das Índias. No final do século, já seriam seis os conselhos regionais: de Aragão, Castela, Índias, Itália, Portugal e Flandres. Excetuando o de Castela, nenhum deles tinha um corpo adequado de funcionários locais na região, onde a administração efetiva era confiada a vice-reis, sujeitos em geral a um precário controle e dirigidos à distância pelos conselhos.[10] Por sua vez, os poderes dos próprios vice-reis eram habitualmente muito limitados. Somente nas Américas eles controlavam os serviços de sua burocracia, mas mesmo ai eram secundados por *audiencias* que os privavam da autoridade judicial de que gozavam em outros lugares; ao passo que, na Europa, tinham que entender-se com as aristocracias residentes — siciliana, valenciana ou napolitana — que normalmente reivindicavam um direito de virtual monopólio dos cargos públicos. Daí resultava um bloqueio a qualquer unificação real tanto do império em seu conjunto como das próprias terras ibéricas. As Américas estavam juridicamente vinculadas ao reino de Castela, o sul da Itália ao reino de Aragão. As economias atlântica e mediterrânea que cada um representava nunca se reuniriam num sistema comercial único. A divisão entre os dois reinos originais da União dentro da Espanha era, na prática, reforçada pelas possessões ultramarinas a eles anexadas. Para efeitos jurídicos, a Catalunha poderia ser simplesmente assimilada em seu estatuto à Sicília ou aos Países Baixos. Na realidade, por volta do século XVII, o poder de Madri em Nápoles ou Milão era efetivamente maior que em Barcelona

(8) Ver J. A. Maravall, *Las Comunidades de Castilla. Una Primera Revolución Moderna*, Madri, 1963, pp. 216-22.

(9) Maravall, *Las Comunidades de Castilla*, pp. 44-5, 50-7, 156-7.

(10) J. Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, Oxford, 1969, pp. 19-20.

ou Saragoça. Assim, a própria dispersão do império Habsburgo superou a sua capacidade de integração e ajudou a deter o processo de centralização administrativa dentro da própria Espanha.[11]

Ao mesmo tempo, Carlos V inaugurava a fatídica seqüência de guerras européias que viria a ser o preço do poder espanhol no continente. No teatro meridional de suas inumeráveis campanhas, Carlos obteve triunfo esmagador: foi durante esse período que a Itália caiu definitivamente sob a ascendência hispânica, enquanto a França era afastada da península, intimidava-se o papado e conservava-se à distância a ameaça turca. A sociedade urbana mais avançada da Europa tornou-se, daí em diante, uma vasta plataforma militar para o absolutismo espanhol. No teatro setentrional de suas guerras, entretanto, o imperador foi forçado a um dispendioso beco sem saída: a Reforma manteve-se invencível na Alemanha, apesar das suas repetidas tentativas para esmagá-la ou levá-la a um acordo, e a hereditária inimizade Valois sobreviveu a todas as derrotas na França. Além disso, os encargos financeiros de uma guerra constante no norte afetaram gravemente a lealdade tradicional dos Países Baixos, no final do reinado, preparando os desastres que atingiriam Filipe II nessa região. O volume e o custo dos exércitos Habsburgo sofreram rápida e regular escalada durante o governo de Carlos V. Antes de 1529, as tropas espanholas na Itália nunca contaram com mais de 30 mil homens; em 1536-37, havia 60 mil soldados envolvidos na guerra contra a França; por volta de 1552, já seriam 150 mil os comandados do imperador na Europa.[12] Os empréstimos financeiros e as pressões fiscais cresceram em medida correspondente: à época de sua abdicação, em 1556, as receitas de Carlos V tinham triplicado[13] e, todavia, os débitos reais eram tão elevados que o seu herdeiro teve que declarar oficialmente a bancarrota do Estado, um ano mais tarde. Sempre dividido no aspecto administrativo, o império espanhol herdado por Filipe II no Velho Mundo começava a tornar-se economicamente insustentável em meados do século: caberia ao Novo Mundo reabastecer o seu tesouro e prolongar a sua desunião.

(11) Marx estava ciente do paradoxo do absolutismo Habsburgo na Espanha. Após afirmar que "a liberdade espanhola desapareceu sob o fragor das armas, as chuvas de ouro e as terríveis iluminações dos autos-de-fé", ele indagava: "Mas como considerar o singular fenômeno de que, depois de quase três séculos de dinastia Habsburgo, a que se seguiu a dinastia Bourbon — cada uma delas capaz de esmagar um povo —, as liberdades municipais da Espanha ainda sobrevivessem? Como explicar que precisamente no país onde, de todos os Estados feudais, nasceu pela primeira vez a monarquia absoluta em sua forma mais moderada a centralização nunca tenha conseguido criar raízes?", K. Marx e F. Engels, *Revolutionary Spain*, Londres, 1939, pp. 24-25. Falton-lhe, no entanto, uma resposta adequada à questão.

(12) G. Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659*, Cambridge, 1972, p. 6.

(13) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, I, Oxford, 1965, p. 128: evidentemente, os preços também tinham subido muito nesse intervalo de tempo.

Efetivamente, a partir de 1560, os múltiplos efeitos do império americano sobre o absolutismo espanhol passaram a ser cada vez mais determinantes para o seu futuro, embora seja necessário não confundir os diferentes níveis em que estes se revelavam. A descoberta das minas de Potosí aumentara agora enormemente o fluxo do tesouro colonial para Sevilha. O suprimento de imensas quantidades de prata das Américas tornou-se doravante uma "facilidade"* decisiva para o Estado espanhol em ambos os sentidos do termo, pois provia o absolutismo hispânico com um rendimento extraordinário e abundante que se situava totalmente fora do âmbito convencional das receitas estatais na Europa. Isto significava que o absolutismo na Espanha poderia ainda continuar, por muito tempo, a prescindir da lenta unificação fiscal e administrativa que constituía uma condição prévia para o absolutismo de outros países: a obstinada recalcitrância de Aragão era compensada pela complacência ilimitada do Peru. As colônias, em outras palavras, podiam atuar como substituto estrutural das províncias, numa organização política onde as províncias ortodoxas foram substituídas pelos patrimônios autárquicos. Não há nada mais surpreendente, a este respeito, do que a ausência completa de qualquer contribuição proporcional para o esforço de guerra na Europa, durante os séculos XVI e XVII, por parte de Aragão ou mesmo da Itália. Castela tinha que suportar praticamente sozinha o encargo fiscal das intermináveis campanhas militares no exterior: é precisamente por trás dela que estão as minas das Índias. A incidência total do tributo americano nos orçamentos da Espanha imperial foi, evidentemente, muito menor do que vulgarmente se pensava na época: no auge das frotas de prata, os metais preciosos coloniais respondiam apenas por 20 a 25 por cento de suas receitas.[14] O grosso da parte restante das receitas de Filipe II era fornecido pelos encargos domésticos de Castela: o tradicional imposto sobre as vendas ou *alcabala*, os *servicios* especiais cobrados aos pobres, a *cruzada* cobrada com a sanção da Igreja ao clero e aos leigos e as obrigações

(*) Em inglês o termo *facility*, usado no plural, significa também meios ou recursos. (N. T.)

(14) J. H. Elliott, "The Decline of Spain", *Past and Present*, nº 20, novembro de 1961, republicado em T. Aston (Org.), *Crisis in Europe 1560-1660*, p. 189; *Imperial Spain*, pp. 285-6.

públicas, ou *juros*, vendidos aos proprietários. Entretanto, o metal americano desempenhou sua parte na sustentação da base fiscal metropolitana do Estado Habsburgo: os níveis fiscais extremamente elevados de sucessivos reinados eram indiretamente amparados pelas transferências privadas de metais para Castela, cujo volume alcançava, em média, o dobro dos influxos públicos;[15] o notável sucesso dos *juros* como recurso para a obtenção de fundos — o primeiro caso de amplo uso de tais obrigações por uma monarquia absoluta na Europa — é, sem dúvida, explicável em parte pela sua capacidade de sangrar essa nova riqueza monetária. Além disso, a contribuição colonial aos rendimentos reais constituía, por si só, um fator decisivo para a condução da política externa espanhola e para a natureza do Estado espanhol. Com efeito, ela chegava sob a forma de espécie líquida que podia ser utilizada diretamente para financiar movimentos de tropas ou manobras diplomáticas através da Europa; e proporcionava excepcionais oportunidades de crédito aos monarcas Habsburgo, que podiam levantar no mercado monetário internacional somas a que nenhum outro príncipe poderia aspirar.[16] As enormes operações militares e navais de Filipe ff, do canal da Mancha ao Egeu e de Túnis a Antuérpia, somente foram possíveis em razão da extraordinária flexibilidade financeira propiciada pelo excedente da América.

Ao mesmo tempo, porém, o impacto dos metais americanos na *economia* espanhola, enquanto distinta do *Estado* castelhano, não era menos importante, embora de modo diverso. Na primeira metade do século XVI, o modesto nível de carregamentos (com uma elevada porcentagem de ouro) forneceu um estímulo às exportações de Castela, que rapidamente respondeu pela inflação de preços que se seguiu ao advento do tesouro colonial. Uma vez que os 60 a 70 por cento destes metais que não iam diretamente para os cofres do rei tinham que ser comprados como uma mercadoria como qualquer outra aos empreendedores locais nas Américas, desenvolveu-se um próspero comércio com as colônias, principalmente de têxteis, azeite e vinho. O controle monopolista deste mercado cativo beneficiou inicialmente os produtores castelhanos, que nele podiam vender a preços inflacionários, embora os consumidores metropolitanos em breve se queixassem amargamente do custo de vida interno.[17] Todavia, havia neste processo duas

(15) Lynch analisa muito bem este ponto: *Spain under the Habsburgs*, I, p. t29.

(16) Pierre Vilar, *Oro y Moneda en la Historia*, 1450-1920, Barcelona, 1969, pp. 78, 165-8.

(17) Vilar, *Oro y Moneda*, pp. 180-t.

distorções fatais para o conjunto da economia castelhana. Em primeiro lugar, a crescente demanda colonial conduziu a novas conversões de terras dedicadas à produção cerealífera, que passaram à cultura da vinha e da oliveira. Isso reforçou a já desastrosa tendência encorajada pelo monarca no sentido de uma contração da produção de trigo à custa da de lã: a indústria lanífera espanhola, ao contrário da inglesa, não era sedentária, mas de transumância e, portanto, extremamente destrutiva da cultura de arado. O resultado conjunto dessas pressões faria da Espanha um grande importador de cereais, pela primeira vez, na década de 1570. A estrutura da sociedade rural de Castela era agora já diferente de qualquer outra na Europa ocidental. Os arrendatários dependentes e os pequenos proprietários camponeses constituíam uma minoria no campo. No século XVf, mais da metade da população rural da Nova Castela — talvez mesmo 60 a 70 por cento — eram trabalhadores agrícolas ou *jornaleros*;[18] e a proporção era talvez mais elevada na Andaluzia. Havia um desemprego indiscriminado nas aldeias e pesadas rendas feudais nas terras senhoriais. E ainda mais surpreendente: os censos de 1571 e 1586 revelaram uma sociedade na qual apenas um terço da população masculina estava engajada na agricultura; ao passo que dois quintos eram alheios a qualquer forma de produção econômica direta — um prematuro e inchado "setor terciário" da Espanha absolutista, que prefigurava a estagnação secular vindoura.[19] Mas o dano máximo causado pelo vínculo colonial não se limitava à agricultura, o ramo dominante da produção interna naquela época. O fluxo de metais preciosos do Novo Mundo produziu também um parasitismo que progressivamente minou e paralisou as manufaturas do país. A inflação acelerada elevou os custos de produção da indústria têxtil, que operava dentro de limites técnicos muito rígidos, a tal ponto que os tecidos castelhanos passaram a ter preços proibitivos, tanto para o mercado colonial como para o metropolitano. Atravessadores holandeses e ingleses passaram a suprir a melhor fatia da demanda americana, enquanto manufaturados estrangeiros mais baratos invadiam a

(18) Noel Salomon, *La campagne de Nouvelle Castille à la fin du XVIe Siècle*, Paris, t964, pp. 257-8, 266. Quanto às dízimas, obrigações e rendas, ver pp. 227, 243-4, 250.

(19) Foi um historiador português quem sublinhou as implicações deste extraordinário padrão ocupacional, que ele acredita ser válido também para Portugal: Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. 85-9. Como ele salienta, uma vez que a agricultura era o setor principal da produção econômica em toda sociedade pré-industrial, um desvio de força de trabalho desta proporção resultaria, inevitavelmente, numa estagnação a longo prazo.

própria Castela. Assim, no fim do século, os produtos têxteis castelhanos tornavam-se vítimas da prata boliviana. Um grito então se elevou — *España son las Indias del extranjero*: a Espanha transformara-se na América da Europa, um escoadouro para mercadorias estrangeiras. De tal modo, não apenas a economia agrária, mas também a urbana foram afinal atingidas pelo esplendor da riqueza americana, como lamentaram inúmeros contemporâneos.[20] O potencial produtivo de Castela estava sendo sabotado pelo mesmo império que injetava recursos no aparato militar do Estado para aventuras sem precedentes no exterior.

Havia, no entanto, uma íntima relação entre os dois efeitos. Na verdade, se o império americano representava a desagregação da economia espanhola, o seu império *europeu* significou a ruína do Estado Habsburgo, e o primeiro tornou a extensa luta pelo último financeiramente possível. Sem os carregamentos de metais para Sevilha, o colossal esforço de guerra de Filipe II teria sido impensável. Entretanto, seria precisamente tal esforço que viria a derrubar a estrutura original do absolutismo espanhol. O longo reinado do rei Prudente, que cobriu quase toda a segunda metade do século XVI, não foi propriamente uma série uniforme de fracassos externos, apesar das imensas despesas e dos reveses punitivos em que incorreu na arena internacional. O seu padrão básico, com efeito, não diferiu do de Carlos V: êxito no sul, derrota no norte. No Mediterrâneo, a expansão naval turca foi definitivamente detida em Lepanto, em 1571, uma vitória que efetivamente confinou, daí em diante, as frotas otomanas às suas águas nacionais. Portugal foi tranqüilamente incorporado ao bloco Habsburgo, através da diplomacia dinástica e de uma oportuna invasão: a sua absorção acrescentou as numerosas possessões lusitanas na Ásia, África e América às colônias espanholas das Índias. Por sua vez, o império ultramarino espanhol foi aumentado pela conquista das Filipinas no Pacífico: a mais audaciosa conquista colonial do século, no aspecto logístico como no cultural. O aparelho militar do Estado espanhol foi aprimorado até atingir um alto grau de perícia e eficácia, a sua organização e sistema de abastecimento tornaram-se os mais avançados da Europa. A tradicional disposição dos *hidalgos* castelhanos de servir nos *tercios* enrijeceu os seus regimentos de infantaria,[21] enquanto as províncias da

(20) Para as reações dos contemporâneos na virada do século XVII, ver o excelente ensaio de Vilar "Le Temps du Quichotte", *Europe*, XXXIV, 1956, pp. 3-16.

(21) De forma característica, Alba comentava: "Em nossa nação, nada é mais importante que introduzir na infantaria cavalheiros e homens de posses, a fim de que não seja deixada aos trabalhadores e lacaios". Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, p. 41.

Itália e da Valônia se revelavam um reservatório seguro de soldados, quando não de impostos, para as políticas internacionais dos Habsburgo; sintomaticamente, os contingentes multinacionais dos exércitos Habsburgo combatiam melhor no estrangeiro do que em solo nativo, permitindo a sua própria diversidade um grau relativamente menor de dependência dos mercenários estrangeiros. Pela primeira vez na Europa moderna, conseguiu-se manter um grande exército regular a longa distância da pátria imperial, por décadas a fio. A partir da chegada de Alba, o exército de Flandres contou em média com 65 mil homens por todo o período restante da Guerra dos Oitenta Anos com a Holanda — um fato sem precedentes.[22] Por outro lado, a presença permanente dessas tropas nos Países Baixos contou a sua própria história. A Holanda, onde já ressoava o descontentamento à época das exações fiscais e das perseguições religiosas de Carlos V, explodiu naquilo que viria a ser a primeira revolução burguesa na história, sob a pressão do centralismo tridentino de Filipe II. A Revolta dos Países Baixos constituiu uma ameaça direta a interesses vitais da Espanha, pois as duas economias — estreitamente ligadas desde a Idade Média — eram amplamente complementares: a Espanha exportava lã e metais preciosos para os Países Baixos e importava tecidos, ferragens, cereais e provisões navais. Flandres, além disso, assegurava o cerco estratégico da França e era uma peça-chave da supremacia internacional Habsburgo. Todavia, apesar dos imensos esforços, o poder militar espanhol não foi capaz de quebrar a resistência das Províncias Unidas. Ademais, a intervenção armada de Filipe II nas Guerras Religiosas na França e o seu ataque naval à Inglaterra — duas extensões fatais do teatro original da guerra em Flandres — foram ambos repelidos: a dispersão da Armada e a ascensão de Henrique IV marcaram a dupla derrota de sua política de avanço no norte. No entanto, o balanço internacional no final de seu reinado era ainda aparentemente formidável — para o risco de seus sucessores, a quem legou um sentimento não diminuído de estatura continental. O sul dos Países Baixos fora reconquistado e fortificado. As frotas luso-espanholas foram rapidamente reconstituídas depois de 1588 e enfrentaram com êxito os assaltos da Inglaterra às rotas atlânticas do metal. A monarquia francesa foi, em última análise, negada ao protestantismo.

No plano interno, por outro lado, o legado de Filipe II na virada

(22) Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, pp. 27-31.

do século XVII foi visivelmente mais sombrio. Castela tinha agora, pela primeira vez, uma capital estável em Madri, o que facilitava um governo central. O Conselho de Estado, dominado pelos grandes do reino e voltado para as questões políticas mais importantes, era mais que contrabalançado pela acentuada relevância do secretariado real, cujos diligentes funcionários-bacharéis proviam o confinado monarca com os instrumentos burocráticos de governo mais adequados a ele. A unificação administrativa dos patrimônios dinásticos não foi, entretanto, perseguida com coerência. Impuseram-se reformas de caráter absolutista nos Países Baixos, onde resultaram em desastre, e na Itália, onde obtiveram um nível modesto de êxito. Na própria península ibérica, ao contrário, não se tentou seriamente nenhum progresso neste sentido. A autonomia constitucional e jurídica dos portugueses foi escrupulosamente respeitada; nenhuma interferência castelhana perturbou a ordem tradicional desta aquisição ocidental. Nas províncias orientais, o particularismo aragonês forneceu truculenta provocação ao rei, escondendo o seu secretário Antonio Perez da justiça real, com o recurso a levantes armados: em 1591, uma força invasora submeteu esta ruidosa sedição, mas Filipe absteve-se de qualquer ocupação permanente de Aragão e evitou qualquer modificação importante em sua constituição.[23] A oportunidade de uma solução centralista foi deliberadamente perdida. Enquanto isso, a situação econômica tanto do país como da monarquia deteriorava-se funestamente no final do século. Os embarques de prata atingiram níveis máximos de 1590 a 1600: mas as despesas de guerra eram agora tão elevadas que um novo imposto de consumo cobrado basicamente sobre os alimentos — o *millones* — foi decretado em Castela, tornando-se desde então mais um pesado encargo que caía sobre os trabalhadores pobres, nas cidades e no campo. No fim de seu reinado, as receitas de Filipe II tinham mais que quadruplicado:[24] mesmo assim, a bancarrota oficial o surpreendeu em 1596. Três anos mais tarde, abateu-se sobre a Espanha a mais terrível peste da época, dizimando a população da península.

À ascensão de Filipe III seguiram-se a paz com a Inglaterra (1604), uma nova bancarrota (1607) e, depois, a relutante assinatura de um armistício com a Holanda (1609). O novo regime era dominado

(23) Filipe II limitou-se a reduzir os poderes da *Diputació* local (onde a norma da unanimidade foi abolida) e do departamento de *Justicia*, bem como a introduzir vice-reis não-naturais em Aragão.

(24) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 12-3.

pelo aristocrata valenciano Lerma, um *privado* frívolo e venal que estabelecera ascendência pessoal sobre o rei. A paz trouxe consigo um pródigo aparato de corte e a multiplicação das honrarias; a influência política abandonou o velho secretariado, ao passo que a nobreza castelhana se congregava outra vez com vistas ao centro do Estado, agora suavizado. As duas únicas decisões governamentais de Lerma dignas de nota foram o uso sistemático das desvalorizações para desembaraçar as finanças régias, inundando o país com o aviltado *vellón* de cobre, e a expulsão em massa dos *moriscos* da Espanha, o que apenas serviu para debilitar a economia rural de Aragão e Valência: inflação de preços e escassez de mão-de-obra foram o resultado inevitável. Entretanto, muito mais grave a longo prazo foi a modificação silenciosa que então ocorria no conjunto das relações comerciais entre a Espanha e a América. Desde por volta de 1600, as colônias americanas tornavam-se cada vez mais auto-suficientes quanto aos bens primários que tradicionalmente importavam da Espanha — cereais, azeite e vinho; os tecidos grosseiros começavam também a ser produzidos localmente; a construção naval desenvolvia-se com rapidez e o comércio intercolonial prosperava. Tais transformações coincidiriam com o crescimento de uma aristocracia crioula nas colônias, cuja riqueza derivava mais da agricultura que da mineração.[25] As próprias minas estavam sujeitas a uma profunda crise desde a segunda década do século XVII. Em parte devido ao colapso demográfico da força de trabalho índia, em razão das devastadoras epidemias e da superexploração dos trabalhadores do subsolo, em parte devido à exaustão dos veios, a produção de prata começou a decair. O declínio desde o apogeu do século precedente foi, de início, gradual. Mas a composição e a orientação do comércio entre o Novo e o Velho Mundo alterava-se irreversivelmente, em detrimento de Castela. O padrão das importações coloniais tendia para os bens manufaturados mais sofisticados, que a Espanha não poderia fornecer, trazidos como contrabando pelos mercadores ingleses ou holandeses; o capital local passa a ser reinvestido no lugar, em vez de ser transferido para Sevilha; e a navegação nativa americana aumentava a sua participação nos fretes atlânticos. O resultado direto foi um calamitoso decréscimo no comércio espanhol com as suas possessões americanas, cuja tonelagem total caiu em 60 por cento entre 1606-10 e 1646-50.

Na época de Lerma, as conseqüências últimas de tal processo

(25) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 11.

ocultavam-se ainda no futuro. Mas o declínio relativo da Espanha nos mares e a ascensão das potências protestantes da Inglaterra e da Holanda, às suas custas, já eram visíveis. A reconquista da República da Holanda e a invasão da Inglaterra fracassaram, ambas, no século XVI. Mas desde aquela data os dois inimigos marítimos da Espanha haviam-se tornado mais prósperos e poderosos, enquanto a religião reformada continuava a avançar na Europa central. Por isso, a cessação das hostilidades por uma década, no governo de Lerma, serviu meramente para convencer a nova geração de generais e diplomatas imperialistas — Zuñiga, Gondomar, Osuña, Bedmar, Fuentes — de que, se a guerra era custosa, a Espanha não podia custear a paz. A ascensão de Filipe IV, trazendo o autoritário conde-duque de Olivares ao poder máximo em Madri, coincidiria com a sublevação, nas terras da Boêmia, do ramo austríaco da família Habsburgo: apresentou-se então diante deles a chance de esmagar o protestantismo na Alemanha e acertar contas com a Holanda — um objetivo inter-relacionado, dada a necessidade estratégica de dominar o corredor da Renânia para as movimentações de tropas entre a Itália e Flandres. Assim, na década de 1620, a guerra européia eclodiu mais uma vez, por procuração de Viena, mas por iniciativa de Madri. O curso da Guerra dos Trinta Anos reverteu curiosamente o padrão das duas grandes lutas travadas pelas armas Habsburgo no século anterior. Enquanto Carlos V e Filipe II tinham conquistado vitórias iniciais no sul da Europa e sofreram uma derrota final no norte, as forças de Filipe IV obtiveram um êxito precoce no norte, apenas para experimentarem desastres definitivos no sul. O volume da mobilização espanhola para este terceiro e último engajamento foi formidável: em 1625, Filipe IV chamou às suas ordens 300 mil homens.[26] Os Estados da Boêmia foram esmagados na batalha da Montanha Branca, com o auxílio de subsídios e veteranos espanhóis e a causa do protestantismo foi permanentemente batida em terras tchecas. Os holandeses foram forçados ao recuo por Spinola, com a captura de Breda. O contra-ataque dos suecos na Alemanha, após derrotarem os exércitos austríacos ou da Liga, foi neutralizado pelos *tercios* hispânicos sob o comando do cardeal-infante, em Nordlingen. Mas foram precisamente essas vitórias que afinal forçaram a França a entrar nas hostilidades, inclinando decisivamente o equilíbrio militar em prejuízo da Espanha: o contra-ataque de Paris a Nordlingen foi a declaração de guerra de

(26) Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, p. 6.

Richelieu, em 1635. Os resultados logo ficariam evidentes. Breda foi retomada pelos holandeses em 1637. Um ano depois, caia Breisach — a chave das estradas para Flandres. No espaço de mais um ano, o grosso da frota espanhola foi a pique em Downs — um golpe muito mais grave para a marinha Habsburgo que o destino sofrido pela Armada. Finalmente, em 1643, o exército francês pôs fim à supremacia dos *tercios*, em Rocroi. A intervenção militar da França Bourbon revelou-se muito diferente das lutas Valois do século anterior; agora, era a nova natureza e importância do absolutismo francês que abarcava o declínio do poder imperial espanhol na Europa. Se, no século XVI, Carlos V e Filipe II se beneficiaram da fraqueza interna do Estado francês, utilizando descontentamentos provinciais para invadir a própria França, invertiam-se agora os termos: um absolutismo francês maduro estava em condições de explorar a sedição aristocrática e o separatismo regional na península ibérica para invadir a Espanha. Na década de 1520, as tropas espanholas tinham marchado sobre a Provença; na de 1590, sobre o Languedoc, a Bretanha e a Île de France, em aliança ou com o apoio tácito de dissidentes locais. Na década de 1640, tropas e navios franceses lutavam conjuntamente com rebeldes anti-Habsburgo na Catalunha, em Portugal e em Nápoles: o absolutismo espanhol estava em apuros em seu próprio território.

Efetivamente, a longa cadeia de conflitos internacionais no norte manifestou-se enfim na própria península ibérica. A bancarrota do Estado foi outra vez declarada em 1627; o *vellón* foi desvalorizado em 50 por cento em 1628; seguiu-se, em 1629-31, uma queda brusca no comércio transatlântico; os galeões de prata deixaram de chegar em 1640.[27] As enormes despesas de guerra conduziram a novos impostos sobre o consumo, contribuições cobradas ao clero, confiscos dos juros dos títulos públicos, apresamento de embarques privados de metais, aumento das vendas de honrarias e — especialmente — de jurisdições senhoriais à nobreza. Entretanto, todos esses expedientes mostraram-se inadequados para levantar as somas necessárias ao prosseguimento da luta, pois os seus custos ainda eram suportados quase que exclusivamente por Castela. Portugal não rendia quaisquer rendimentos a Madri, já que os subsídios locais estavam destinados aos objetivos de defesa das colônias portuguesas. Flandres era cronicamente deficitária. Nápoles e a Sicília tinham contribuído com excedentes modestos mas

(27) Elliott, *Imperial Spain*, p. 343.

respeitáveis para o tesouro central, no século precedente. Agora, no entanto, o custo da cobertura dada a Milão e da manutenção dos *presidios* da Toscana absorviam todos os seus rendimentos, apesar dos impostos cada vez mais elevados, da venda de cargos e das alienações de terras: a Itália continuava a fornecer um material humano inestimável, mas não mais dinheiro, para a guerra.[28] Navarra, Aragão e Valência, quando muito, consentiram em realizar alguns pequenos empréstimos à dinastia em momentos de emergência. A Catalunha, região mais rica da parte oriental do reino e a mais parcimoniosa de todas as províncias, nada pagava, não permitindo o dispêndio de impostos ou o emprego de tropas fora de suas fronteiras. O preço histórico do fracasso do Estado Habsburgo em harmonizar os seus reinos já era patente no início da Guerra dos Trinta Anos. Olivares, ciente dos agudos perigos colocados pela ausência de uma integração central do sistema político, e pela proeminência isolada e arriscada de Castela em seu interior, propusera a Filipe IV uma reforma abrangente de todo o sistema, num memorando secreto de 1624 — efetivamente, uma equalização simultânea dos encargos fiscais e das responsabilidades políticas entre os diferentes patrimônios dinásticos, o que teria possibilitado aos nobres aragoneses, catalões e italianos o acesso regular às mais altas posições no serviço real, em troca de uma distribuição mais uniforme das responsabilidades fiscais e da aceitação de leis unificadas, inspiradas nas de Castela.[29] Este projeto de um absolutismo unitário era demasiado audacioso para que fosse publicamente difundido, por temor da reação castelhana e não-castelhana. Mas Olivares também elaborou um segundo projeto, mais limitado, a "União das Armas", para a criação de um exército de reserva comum de 140 mil homens, a ser mantido e recrutado em todas as possessões espanholas, para sua defesa comum. Tal esquema, oficialmente anunciado em 1626, foi frustrado, em todos os sentidos, pelo particularismo tradicional. A Catalunha,

(28) Para a crônica financeira das possessões italianas, ver A. Domínguez Ortiz, *Política y Hacienda de Felipe IV*, Madri, 1960, pp. 161-4. De modo geral, o papel das componentes italianas do império espanhol na Europa tem sido menos estudado, embora seja evidente que é impossível uma abordagem satisfatória do sistema imperial em seu conjunto até que esta lacuna seja sanada.

(29) A melhor análise deste esquema é oferecida por Elliott, *The Revolt of the Catalans*, Cambridge, 1963, pp. 199-204. Domínguez defendeu que Olivares não tinha uma política interna, estando exclusivamente preocupado com os negócios externos, *La Sociedad Española en el Siglo XVI*, I, Madri, 1963, p. 15. Tal ponto de vista é desmentido tanto pelas suas reformas internas iniciais como pela amplitude de suas recomendações no memorando de 1624.

em particular, recusou-se a qualquer comprometimento com ele, que, na prática, permaneceu letra morta.

Mas, à medida que o conflito militar se desenrolava, e a posição da Espanha ia piorando, as pressões para conseguir alguma ajuda catalã tornavam-se cada vez mais desesperadas em Madri. Olivares decidiu então forçar a Catalunha à guerra, atacando a França através de suas fronteiras meridionais em 1639, o que colocava *de facto* a província não cooperante na linha de frente das operações espanholas. Esta jogada temerária voltou-se desastrosamente contra a Espanha.[30] A sectária e morosa nobreza catalã, faminta de cargos remunerados e atolada no banditismo das montanhas, enfurecia-se com os comandantes de Castela e com as baixas sofridas diante dos franceses. O baixo clero excitava o fervor regionalista. O campesinato, saqueado pelas ordens de alojamento e pelas requisições, levantava-se contra as tropas numa ampla insurreição. Trabalhadores e desocupados rurais que afluíram às cidades desencadearam violentos tumultos em Barcelona e outras cidades.[31] A Revolução Catalã de 1640 congregou os agravos de todas as classes sociais, com exceção de um punhado de grandes nobres, numa explosão irreprimível. O poder Habsburgo na província desintegrou-se. Para afastar os perigos do radicalismo popular e impedir uma reconquista por Castela, a nobreza e o patriciado incitaram à ocupação francesa. Pelo espaço de uma década, a Catalunha tornou-se um protetorado da França. Enquanto isso, do outro lado da península, Portugal organizava a sua própria revolta, poucos meses após a rebelião catalã. A aristocracia local, ressentida com a perda do Brasil para os holandeses e segura dos sentimentos anticastelhanos das massas, não teve dificuldades em reafirmar sua independência, uma vez que Olivares cometera o erro crasso de concentrar os exércitos reais contra o leste pesadamente defendido, onde saíram vitoriosas as forças franco-catalãs, em vez de os levar para o oeste, comparativamente desmilitarizado.[32] Em 1643, caía Olivares; quatro anos depois, por sua vez, Ná-

(30) Olivares estava ciente da magnitude dos riscos que corria: "Minha cabeça não pode suportar a luz de uma vela ou de uma janela (...). A meu ver, isto porá tudo a perder irremediavelmente ou poderá salvar o barco. Aí estão religião, reino, nação, tudo e, se nossas forças forem insuficientes, deixai-nos morrer com empenho. Melhor morrer, e mais justo, que cair sob o domínio de outros, sobretudo de hereges, como considero serem os franceses. Ou tudo está perdido, ou então Castela ficará à testa do mundo, como já o está à testa da monarquia de Vossa Majestade". Citado em Elliott, *The Revolt of the Catalans*, p. 310.

(31) Elliott, *The Revolt of the Catalans*, pp. 460-8, 473-6, 486-7.

(32) A. Domínguez Ortiz, *The Golden Century of Spain 1556-1659*, Londres, 1971, p. 103.

poles e a Sicília livravam-se do domínio espanhol. O conflito europeu esgotara o tesouro e a economia do império Habsburgo no sul e desintegrara a sua organização política compósita. No cataclismo dos anos 1640, enquanto a Espanha chegava à derrota na Guerra dos Trinta Anos, seguida pela bancarrota, a pestilência, o despovoamento e a invasão, tornava-se inevitável que a colcha de retalhos dos patrimônios dinásticos se desfizesse: as revoltas separatistas de Portugal, da Catalunha e de Nápoles foram um atestado da fraqueza do absolutismo espanhol. Este tinha se expandido demasiado rapidamente, cedo demais, graças à sua fortuna ultramarina, sem ter jamais consolidado as suas fundações metropolitanas.

Finalmente, a eclosão da Fronda salvou a Catalunha e a Itália para a Espanha. Mazarino, já por si preocupado com as turbulências internas, renunciou à primeira, depois que o baronato napolitano redescobriu a lealdade ao seu soberano na última, onde os pobres da cidade e do campo tinham irrompido numa ameaçadora revolta social, e a intervenção francesa foi abreviada. A guerra, entretanto, arrastou-se ainda por mais quinze anos, mesmo depois da retomada da última província mediterrânea — contra os holandeses, os franceses, os ingleses e os portugueses. Na década de 1650, houve novas perdas em Flandres. A lenta tentativa de reconquistar Portugal durou mais que todas as outras. Nesta altura, a classe *hidalga* castelhana já tinha perdido o gosto pelo campo de batalha; reinava entre os hispânicos uma universal desilusão militar. As derradeiras campanhas fronteiriças seriam travadas sobretudo com recrutas italianos, reforçados por mercenários irlandeses ou alemães.[33] O seu único resultado foi a ruína da maior parte da Estremadura e a redução das finanças governamentais a um nadir de fútil manipulação e déficit. A paz e a independência de Portugal não foram aceitas antes de 1688. Seis anos depois, o Franche-Comté foi perdido para a França. O reinado paralítico de Carlos II presenciou a retomada do poder político central pela classe dos grandes nobres, que asseguraram a dominação direta do Estado com o *putsch* aristocrático de 1677, quando D. João José da Áustria — seu candidato à regência — conduziu vitoriosamente um exército aragonês até Madri. E também experimentou a mais negra depressão econômica do século, com a paralisação das indústrias, o colapso da moeda, o retorno à troca direta, a escassez de alimentos e os motins da fome. Entre 1600 e 1700,

(33) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 122-3; Domínguez Ortiz, *The Golden Century of Spain*, pp. 39-40.

a população total da Espanha caiu de 8,5 milhões para 7 milhões — o maior recuo demográfico do Ocidente. Por volta do final do século, o Estado Habsburgo estava moribundo: em todas as chancelarias estrangeiras aguardava-se a sua extinção, na figura de seu espectral governante Carlos II, *El Hechizado*,* como o sinal de que a Espanha se tornaria o espólio da Europa.

Com efeito, o resultado da Guerra da Sucessão Espanhola renovou o absolutismo em Madri, ao destruir as suas ingovernáveis guardas avançadas. A Holanda e a Itália estavam perdidas. Aragão e a Catalunha, que cerraram fileiras com o candidato austríaco, foram derrotados e subjugados na guerra civil dentro da guerra internacional. Uma nova dinastia francesa foi instalada. A monarquia Bourbon levou a cabo o que os Habsburgo não tinham conseguido fazer. Os grandes do reino, muitos dos quais haviam desertado para o campo anglo-austríaco durante a Guerra da Sucessão, foram submetidos e excluídos do poder central. Com a importação da experiência e das técnicas mais avançadas do absolutismo francês, os funcionários civis expatriados criaram um Estado unitário e centralizado no século XVIII.[34] Os sistemas de Estados de Aragão, Valência e Catalunha foram eliminados e o seu particularismo suprimido. Introduziu-se o esquema francês dos *intendants* reais para o governo uniforme das províncias. O exército foi drasticamente remodelado e profissionalizado, com uma base semi-recrutada e um comando rigidamente aristocrático. A administração das colônias foi arrochada e reformada: livres de suas possessões européias, os Bourbons demonstraram que a Espanha poderia gerir o seu império americano de forma competente e lucrativa. Na verdade, este foi o século no qual uma Espanha coesa por fim, gradualmente, surgiu — em oposição à semi-universal *monarquía española* dos Habsburgos.[35]

Todavia, a obra da administração carolina, que racionalizou o Estado espanhol, não podia revitalizar a sociedade espanhola. Era

(*) "O Enfeitiçado". (N. T.)

(34) Ver Henry Kamen, *The War of Succession in Spain 1700-1715*, Londres, 1969, pp. 84-117. O principal artífice da nova administração foi Bergeyck, um flamengo de Bruxelas, pp. 237-40.

(35) Foi nesta época que uma bandeira e um hino nacionais foram adotados. A máxima de Domínguez é característica: "Menor que o Império, maior que Castela, a Espanha, excelsa criação de nosso século XVIII, emergiu da bruma e adquiriu forma sólida e tangível (...). À época da Guerra da Independência, a imagem simbólica e plástica ideal da Nação, tal como a conhecemos hoje, estava essencialmente completada". Antonio Domínguez Ortiz, *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, Madri, 1955, pp. 41-3: a melhor obra sobre o período.

agora demasiado tarde para um desenvolvimento comparável ao da França ou da Inglaterra. A outrora dinâmica economia castelhana recebera o seu golpe final com Filipe IV. Embora se verificasse uma recuperação demográfica real (a população elevou-se de 7 para 11 milhões) e uma considerável extensão do cultivo de cereais na Espanha, apenas 60 por cento da população estava ainda empregada na agricultura, ao passo que as manufaturas urbanas tinham sido virtualmente amputadas da formação social metropolitana. Depois do colapso das minas americanas no século XVII, houve um novo surto de prata mexicana no século XVIII, mas, na ausência de uma indústria doméstica de dimensões razoáveis, este beneficiou provavelmente mais a expansão francesa que a espanhola.[36] Tal como anteriormente, o capital local era desviado para as rendas públicas ou para a terra. A administração do Estado não era numericamente muito ampla, mas continuava abundante em *empleomania*, a caça aos cargos pela pequena nobreza empobrecida. Os vastos latifúndios tocados pelo trabalho em turmas no sul proporcionavam as fortunas de uma grande nobreza senhorial estagnada, estabetecida nas capitais das províncias.[37] A partir de meados do século, ocorreu um refluxo da alta nobreza para os cargos ministeriais, enquanto as facções "civil" e "militar" lutavam pelo poder em Madri: a posse do aristocrata aragonês Aranda correspondeu ao ponto mais alto da influência direta dos magnatas na capital.[38] Entretanto, o impulso político da nova ordem estava se esgotando. Por volta do final do século, a própria corte Bourbon estava em plena decadência, que recordava a da sua antecessora, sob o controle negligente e corrupto de Godoy, o último *privado*. As limitações da recuperação do século XVIII, cujo epílogo seria o ignominioso colapso da dinastia em 1808, sempre estiveram patentes na estrutura administrativa da Espanha Bourbon. Mesmo após as reformas carolinas, a autoridade do Estado absolutista detinha-se no nível municipal, em vastas áreas do país. Até a invasão napoleônica, mais de metade das cidades na Espanha não se encontravam sob jurisdição monárquica, mas sim senhorial ou clerical. O regime dos *señorios*, uma relíquia medieval que datava do século XII e XIII tinha uma importância mais diretamente econômica que política para os nobres que controlavam tais jurisdições: no entanto, assegurava-lhes não apenas lucros, como também poder administrativo e judiciário local.[39] Essas "combinações de soberania e propriedade" constituíam uma sobrevivência vigorosa dos princípios do senhorio territoriat na época do absolutismo. O *ancien régime* preservou suas raízes feudais na Espanha até o dia de sua morte.

(36) Vilar, *Oro y Moneda*, pp. 348-61, 315-7.

(37) Um memorável retrato desta classe pode ser encontrado em Raymond Carr, "Spain", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the Eighteenth Century*, pp. 43-59.

(38) Domínguez Ortiz, *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, pp. 93, 178.

(39) Domínguez oferece uma ampla pesquisa sobre o modelo dos *señorios* no seu capítulo, "El Ocaso del Régimen Señorial", *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, pp. 300-42, onde ele os descreve com a frase citada acima.

França

A França apresenta uma evolução muito diversa do padrão hispânico. Aí, o absolutismo não dispôs de vantagens iniciais semelhantes às da Espanha, na forma de um lucrativo império ultramarino. Nem por outro lado, defrontou-se com os permanentes problemas estruturais da fusão de dois reinos distintos no interior de um mesmo país, portadores de legados políticos e culturais radicalmente contrastantes. A monarquia Capeto, como se viu, estendera vagamente os seus direitos de suserania para fora de sua base original na Île de France, num movimento gradual de unificação concêntrica, durante a Idade Média, até que atingissem de Flandres ao Mediterrâneo. Nunca teve que enfrentar outro reino territorial de idêntica categoria feudal dentro da França: havia apenas uma realeza nas terras gaulesas, à parte o pequeno Estado semi-ibérico de Navarra, no remoto sopé dos Pireneus. Os mais distantes ducados e condados da França sempre renderam vassalagem nominal à dinastia central, mesmo se vassalos inicialmente mais poderosos do que o seu suserano real — permitindo uma hierarquia jurídica propícia à posterior integração política. As diferenças sociais e lingüísticas que separavam o sul do norte, embora persistentes e acentuadas, jamais foram tão amplas como as que distinguiam o leste do oeste na Espanha. A língua e o sistema jurídico distintos do Midi não coincidiram, para a sorte da monarquia, com a principal fissura militar e diplomática que dividiria a França no final da Idade Média: a casa de Borgonha, o mais importante poder rival alinhado contra a

dinastia Capeto, era um ducado setentrional. O particularismo medieval, no entanto, permaneceu como uma força constante e latente, no início da época moderna, assumindo formas camufladas e aparências renovadas nas sucessivas crises. O controle político efetivo da monarquia francesa nunca foi territorialmente uniforme: ele sempre declinava nas extremidades do país, decrescendo progressivamente nas províncias de aquisição mais recente, a maior distância de Paris. Ao mesmo tempo, o mero volume demográfico da França colocava formidáveis obstáculos para a unificação administrativa: 20 milhões de habitantes faziam dela um país duas vezes mais populoso que a Espanha no século XVI. A rigidez e a clareza das barreiras internas a um absolutismo unitário na Espanha eram, por conseguinte, compensadas pela espessa profusão e variedade de vida regional existentes no seio da organização política francesa. De tal modo, não se registraria um avanço constitucional linear após a consolidação dos Capeto na França medieval. Ao contrário, a história da construção do absolutismo francês seria a de um progresso "convulsivo" em direção ao Estado monárquico centralizado, repetidamente interrompido por recaídas na desintegração e na anarquia provinciais, às quais se seguiam uma reação intensificada no sentido da concentração do poder real, até que, finalmente, conseguiu-se chegar a uma estrutura extremamente sólida e estável. As três grandes rupturas da ordem política foram, certamente, a Guerra dos Cem Anos no século XV, as Guerras Religiosas no século XVI e a Fronda no século XVII. A transição da monarquia medieval à absoluta foi, de cada vez, primeiro detida e depois acelerada por tais crises, cujo resultado último seria a criação de um culto da autoridade real na época de Luís XIV, que não encontra paralelo em nenhuma outra parte da Europa ocidental.

A lenta centralização concêntrica dos reis Capeto, discutida anteriormente, chegou a um final abrupto com a extinção da linhagem em meados do século XIV, o que constituiu o sinal para a eclosão da Guerra dos Cem Anos. A explosão de violentos conflitos internos no seio da alta nobreza da França, sob o frágil domínio Valois, levaria enfim ao ataque anglo-borgonhês à monarquia francesa do início do século XV, que despedaçou a unidade do reino. No ponto mais alto das vitórias dos ingleses e borguinhões na década de 1420, o território tradicional da monarquia no norte da França caiu virtualmente sob controle estrangeiro, enquanto Carlos VII era forçado à fuga e ao exílio no sul. A história geral da recuperação posterior da monarquia francesa e da expulsão dos exércitos ingleses é bem conhecida. Para os nossos propósitos, o legado mais importante da longa ordália que foi a Guer-

ra dos Cem Anos seria a sua contribuição final à emancipação fiscal e militar da monarquia em relação aos limites da primitiva organização política medieval. A guerra só foi vencida porque foi abandonado o sistema do *ban** senhorial para a convocação dos cavaleiros — que provara ser desastrosamente ineficaz contra os arqueiros ingleses —, com a criação de um exército remunerado e regular, cuja artilharia se revelou a arma decisiva para a vitória. Para erigir tal exército, a aristocracia francesa consentiu no primeiro imposto nacional de importância a ser cobrado pela monarquia — a *taille royale* de 1439, que se tornaria a *taille des gens d'armes* regular, na década de 1440.[1] A nobreza, o clero e algumas cidades estavam isentas dela e no curso do século seguinte a definição jurídica de nobreza na França passou a ser a isenção hereditária da *taille*. Assim, a monarquia emergiu fortalecida no final do século XV, na medida em que podia agora contar com um exército regular embrionário, configurado nas *compagnies d'ordonnance* chefiadas pela aristocracia, e com um tributo direto não sujeito a qualquer controle representativo.

Por outro lado, Carlos VII absteve-se de tentar o endurecimento da autoridade dinástica central nas províncias setentrionais da França, quando aquelas foram sucessivamente reconquistadas: na verdade, incentivou as assembléias regionais dos estados e transferiu os poderes financeiros e judiciais para as instituições locais. Assim como os governantes Capetos tinham combinado a sua extensão do controle monárquico com a concessão de apanágios aos príncipes, os primeiros reis Valois associariam a reafirmação da unidade monárquica com a devolução das províncias a uma aristocracia bem entrincheirada. Em ambos os casos, a razão era a mesma: a evidente dificuldade administrativa de gerir um país do tamanho da França com os instrumentos de governo com que podia contar a dinastia. O aparato repressivo e tributário do Estado central era ainda muito limitado: as *compagnies d'ordonnance* de Carlos VII nunca chegaram a ter mais que 12 mil homens em armas — uma força absolutamente insuficiente para controlar e reprimir uma população de 15 milhões de pessoas.[2] Dessa forma, a nobreza conservou poder local autônomo em virtude de suas próprias es-

(*) Convocação do vassalo do rei para o serviço militar. (N. T.)

(1) P. S. Lewis, *Later Mediaeval France: the Polity*, Londres, 1968, pp. 102-4.

(2) Quanto a este ponto, ver J. Russel Major, *Representative Institutions in Renaissance France, 1421-1559*, Madison, 1960, p. 9.

padas, das quais dependia, em última instância, a estabilidade do conjunto da estrutura social. O advento de um modesto exército real serviu para aumentar ainda mais os seus privilégios econômicos, com a institucionalização da *taille* assegurando aos nobres uma completa imunidade fiscal até então inexistente. A convocação dos Estados-Gerais por Carlos VII, uma instituição que estivera em decadência durante séculos na França, inspirou-se assim, precisamente, na necessidade de se criar um fórum nacional mínimo no qual o rei pudesse persuadir os vários estados provinciais e cidades a aceitar os tributos, ratificar tratados e fornecer conselhos sobre os assuntos externos: entretanto, as suas sessões raramente garantiram a satisfação dessas exigências. De tal modo, a Guerra dos Cem Anos legou à monarquia francesa impostos e tropas permanentes, mas pouco fez por uma nova administração civil em escala nacional. A intervenção inglesa foi afastada do solo da França: as ambições borgonhesas permaneceram. Luís XI, que subiu ao trono em 1461, enfrentou tanto a oposição interna como a externa contra o poder Valois, com implacável resolução. A sua pronta recuperação de apanágios provinciais como Anjou, a acumulação sistemática de governos municipais nas cidades mais importantes, a cobrança arbitrária de pesados impostos e a neutralização das intrigas aristocráticas fizeram crescer de forma significativa o poder e o tesouro reais na França. Antes de mais nada, Luís XI assegurou todo o flanco oriental da monarquia francesa, levando a bom termo a decadência de seu mais perigoso rival e inimigo, a dinastia de Borgonha. Ao incitar os cantões suíços contra o ducado vizinho, financiou a primeira grande derrota européia da cavalaria feudal por um exército de infantaria: com o fragoroso revés de Carlos, o Temerário, diante dos lanceiros suíços em Nancy, em 1477, o Estado borgonhês entrou em colapso e Luís XI anexou a maior parte do ducado. Nas duas décadas seguintes, Carlos VIII e Luís XII incorporaram a Bretanha, o último dos grandes principados independentes, através de casamentos sucessivos com sua herdeira. O reino da França reunia agora, pela primeira vez, todas as províncias vassalas da época medieval, sob um único soberano. A extinção da maioria das grandes casas da Idade Média e a reintegração de seus domínios às terras da monarquia colocou em grande relevo a dominação aparente da dinastia Valois.

Na realidade, contudo, a "nova monarquia" inaugurada por Luís XI estava longe de ser um Estado centralizado ou integrado. A França foi redividida em doze governos, cuja administração foi confiada a príncipes reais ou nobres proeminentes, os quais exerceram legalmente uma ampla gama de direitos soberanos até o final do século e puderam

efetivamente atuar como potentados autônomos até o século seguinte.[3] Além disso, desenvolveu-se então também um conjunto de *parlaments* locais, cortes provinciais criadas pela monarquia com suprema autoridade judicial em suas regiões, cujo número e importância cresceu rapidamente nesta época: entre a ascensão de Carlos VII e a morte de Luís XIf, foram fundados novos *parlements* em Toulouse, Grenoble, Bordeaux, Dijon, Rouen e Aix. Tampouco as liberdades urbanas foram seriamente reduzidas, embora a posição da oligarquia patrícia em seu seio tenha sido reforçada às custas das corporações e dos pequenos mestres. A razão essencial para estas amplas limitações do Estado central continuava a ser os insuperáveis problemas organizacionais de imposição de um aparelho efetivo de governo monárquico sobre todo o país, em meio a uma economia carente de um mercado unificado ou de um sistema de transportes modernos, na qual a dissociação das relações feudais primárias ao nível da aldeia estava longe de se completar. A base social para a centralização política vertical não estava ainda organizada, apesar dos avanços notáveis registrados pela monarquia. Foi em tal contexto que os Estados-Gerais encontraram nova vida após a Guerra dos Cem Anos, não em contraposição mas conjuntamente ao reflorescimento da monarquia. Na França, como em outras partes, o impulso inicial para a convocação dos Estados era dado pela necessidade dinástica de apoio fiscal ou na política externa, por parte dos súditos do reino.[4] Aí, no entanto, a consolidação dos Estados-Gerais como uma instituição nacional permanente foi bloqueada pela mesma diversidade que obrigou a monarquia a aceitar uma ampla delegação de poderes, mesmo no momento de sua vitória unitária. Não que os três estados estivessem especialmente divididos no aspecto social quando se reuniam: a *moyenne noblesse* dominava os seus trabalhos sem muito esforço. Mas as assembléias regionais que elegiam os seus deputados aos Estados-Gerais sempre se recusavam a conferir-lhes mandato para votar impostos nacionais; e, uma vez que a nobreza estava isenta do fisco existente, havia pouco incentivo para que ela pressionasse pela

(3) Major, *Representative Institutions in Renaissance France*, p. 6.

(4) Há uma defesa particularmente aguda da tese geral de que os Estados-Gerais na França e noutros países quase sempre serviram, e não impediram, a promoção do poder real na Renascença no excelente estudo de Major: *Representative Institutions in Renaissance France*, pp. 16-20. Na realidade, Major talvez force um tanto unilateralmente a argumentação: com certeza, tornar-se-ia rapidamente menos verdadeiro, no decorrer do século XVI, se é que o fora antes, que os monarcas "não temiam as assembléias dos estados" (p. 16). Mas este é, inegavelmente, um dos mais iluminados estudos específicos sobre o tema, em qualquer língua.

convocação dos Estados-Gerais.[5] A conseqüência foi que os reis franceses, já que não podiam conseguir as contribuições financeiras almejadas dos estados da nação, cessaram gradualmente de convocá-los. Foi, portanto, o entrincheiramento regional do poder senhorial local, mais que uma tendência centralista da monarquia, que frustrou o surgimento de um Parlamento nacional na França da Renascença. A curto prazo, isso iria contribuir para uma quebra completa da autoridade real; a longo prazo, viria facilitar, certamente, a tarefa do absolutismo.

Na primeira metade do século XVI, Francisco I e Henrique II presidiram um reino próspero e em crescimento. Verificou-se uma rápida diminuição da atividade representativa: os Estados-Gerais entraram novamente em decadência; depois de 1517, as cidades não foram mais consultadas e a política externa tendia a tornar-se mais exclusivamente uma prerrogativa real. Funcionários judiciais — os *maîtres de requêtes* — estenderam gradualmente os direitos jurídicos da monarquia e os *parlements* passaram a ser intimidados por sessões especiais na presença do rei, ou *lits de justice*. O controle das nomeações na hierarquia eclesiástica foi conquistado pela Concordata de Bolonha, assinada com o papa. Todavia, nem Francisco I, nem Henrique II podiam ser vistos como governantes autocráticos: ambos se consultavam freqüentemente com as assembléias regionais e mantinham um cuidadoso respeito aos privilégios tradicionais da nobreza. As imunidades econômicas da Igreja não foram atingidas pela mudança de padroado sobre ela (ao contrário do que ocorria na Espanha, onde o clero era pesadamente tributado pela monarquia). Os éditos reais ainda requeriam, em princípio, o registro formal pelos *parlements* para que se tornassem leis. As receitas fiscais duplicaram entre 1517 e a década de 1540, mas o nível dos impostos ao final do reinado de Francisco I não era apreciavelmente superior ao de Luís XI, sessenta anos antes, embora os preços e os rendimentos tivessem sofrido grande elevação nesse intervalo:[6] de tal maneira, o rendimento fiscal direto em relação à riqueza nacional efetivamente declinara. Por outro lado, a emissão de obrigações públicas para *rentiers*, a partir de 1522, ajudou a manter o tesouro real confortavelmente. Enquanto isso, o prestígio dinástico interno era auxiliado pelas constantes guerras externas na Itália, para as

(5) Ver as opiniões convergentes de Lewis e Major: P. S. Lewis, "The Failure of the French Mediaeval States", *Past and Present*, nº 23, novembro de 1962, pp. 3-24, e J. Russell Major, *The Estates-General of 1560*, Princeton, 1951, pp. 75, 119-20.

(6) Major, *Representative Institutions in Renaissance France*, pp. 126-7.

quais os governantes Valois levavam a sua nobreza: estas se tornariam uma sólida válvula de escape para a perene belicosidade da pequena nobreza. O longo esforço francês com vistas a conseguir ascendência na Itália, iniciado por Carlos VIII em 1494 e concluído pelo Tratado de Cateau-Cambrésis, em 1559, resultou em fracasso. A monarquia espanhola — política e militarmente mais avançada, dispondo do controle estratégico das bases Habsburgo na Europa setentrional, e superior no aspecto naval, graças a sua aliança com Gênova — eliminou facilmente o seu rival francês do controle da península transalpina. A vitória nesta luta pertenceu ao Estado cujo processo de absolutização era mais antigo e mais desenvolvido. Em última análise, contudo, a derrota nesta primeira aventura externa serviu provavelmente para assegurar fundamentos mais firmes e sólidos para o absolutismo francês, forçado ao recuo em seu próprio território. Do ponto de vista imediato, por outro lado, o término das guerras italianas, combinado às incertezas de uma crise sucessória, iria revelar o quanto a monarquia Valois estava inseguramente alicerçada no país. A morte de Henrique II precipitou a França em quarenta anos de luta cruenta.

As guerras civis que grassaram após Cateau-Cambrésis foram, evidentemente, desencadeadas pelos conflitos religiosos resultantes da Reforma. Mas elas forneceram uma espécie de radiografia do organismo político da nação no final do século XVI, no sentido em que expuseram as múltiplas tensões e contradições da formação social francesa na época da Renascença. Com efeito, a luta entre os huguenotes e a Santa Liga pelo controle da monarquia — na prática, politicamente vaga após a morte de Henrique II e a regência de Catarina de Médicis — serviu como uma arena para a aglutinação de virtualmente todos os tipos de conflitos políticos internos característicos da transição para o absolutismo. Do princípio ao fim, as Guerras Religiosas foram conduzidas pelas três grandes linhagens rivais de Guise, Montmorency e Bourbon, cada uma com o controle de um território senhorial, vasta clientela, influência dentro do aparelho de Estado, tropas leais e conexões internacionais. A família Guise era senhora do nordeste, da Lorena à Borgonha; a linhagem Montmorency-Châtillon tinha suas bases em terras hereditárias que se estendiam por toda a parte central do país; os bastiões Bourbon localizavam-se essencialmente no sudoeste. A disputa interfeudal entre essas casas da nobreza foi intensificada pelo agravamento da situação dos fidalgos rurais empobrecidos em toda a França, os quais estavam antes acostumados às incursões de pilhagem na Itália e agora eram atingidos pela inflação de preços; esse estrato social propiciava quadros militares prontos para prolongadas operações na guerra civil, totalmente desvinculados das filiações religiosas que a dividiam. Além disso, à medida que a luta se desenrolava, as próprias cidades separaram-se em dois campos: muitas das cidades meridionais juntaram-se aos huguenotes, ao passo que as cidades setentrionais do interior tornaram-se, quase sem exceção, baluartes da Liga. Tem-se afirmado que orientações comerciais diferentes (voltadas para o mercado ultramarino ou o doméstico) influenciaram tal divisão.[7] Parece mais provável, contudo, que o modelo geográfico geral do huguenotismo refletisse um separatismo regional de antiga tradição no sul, que sempre estivera a maior distância da terra natal dos Capeto na Île de France e onde os potentados territoriais locais haviam conservado por mais tempo a sua independência. No início, o protestantismo se difundira geralmente da Suíça para a França, através dos importantes sistemas fluviais do Ródano, Loire e Reno,[8] propiciando uma distribuição regional bastante uniforme da fé reformada. Mas, uma vez que cessara a tolerância oficial, ele reconcentrou-se rapidamente no Delphiné, Languedoc, Guyenne, Poitou, Saintonge, Béarn e Gasconha — regiões montanhosas ou litorâneas além do Loire, muitas delas áridas e pobres, cujas características comuns não eram tanto a vitalidade comercial mas o particularismo senhorial. O huguenotismo sempre congregou artesãos e burgueses em suas cidades, mas a apropriação do dízimo pelos notáveis calvinistas garantiu que o apelo do novo credo entre os camponeses fosse muito limitado. Na realidade, a influência social huguenote fazia-se sentir basicamente na classe proprietária, onde podia reclamar, talvez, metade da nobreza da França na década de 1560 — ao passo que nunca superou mais que 10 a 20 por cento do conjunto da população.[9] No sul, a religião abrigou-se nos braços da dissidência aristocrática. Assim, o impacto geral do conflito confessional simplesmente rompeu a tênue tessitura da unidade francesa, ao longo de sua costura intrinsecamente mais frágil.

(7) Esta tese é avançada no estimulante ensaio de Brian Pearce, "The Huguenots and the Holy League: Class, Politics and Religion in France in the Second Half of the Sixteenth Century" (inédito), que sugere que as cidades do norte estavam conseqüentemente mais interessadas na consolidação da unidade nacional da França. No entanto, muitos dos principais portos do sul e do oeste também permaneceram católicos: Bordéus, Nantes e Marselha alinharam-se com a Liga. Marselha sofreu as conseqüências, com as medidas pró-espanholas que a privaram de seu tradicional comércio levantino: G. Livet, *Les Guerres de Religion*, Paris, 1966, pp. 105-6.

(8) Livet, *Les Guerres de Religion*, pp. 7-8.

(9) J. H. Elliott, *Europe Divided 1559-1598*, Londres, 1968, p. 96, que inclui, *inter alia*, uma inteligente narrativa sobre este período da história da França, no contexto das lutas políticas internacionais da época.

Uma vez posta em marcha, porém, a luta libertou conflitos sociais mais profundos que os do secessionismo feudal. Perdido o sul para Condé e os exércitos protestantes, abateu-se sobre a coligação das cidades católicas do norte uma carga redobrada de impostos reais para a guerra. A miséria urbana que resultou desse processo na década de 1580 provocaria uma radicalização da Santa Liga nas cidades à qual se juntou o assassinato de Guise por Henrique III. Enquanto os duques do clã Guise — Mayenne, Aumale, Elbeuf, Mercoeur — separavam a Lorena, Bretanha, Normandia e Borgonha, em nome do catolicismo, e os exércitos espanhóis chegavam de Flandres e da Catalunha para auxiliar a Liga, explodiam revoluções municipais nas cidades do norte. Em Paris, o poder foi tomado por um comitê ditatorial de clérigos e bacharéis, com o apoio das massas plebéias esfaimadas e de uma falange fanática de frades e pregadores.[10] Orléans, Bourges, Dijon e Lyon vieram a seguir. Quando o protestante Henrique de Navarra se tornou o legítimo sucessor à monarquia, a ideologia dessas revoltas urbanas começou a guinar para o republicanismo. Ao mesmo tempo, a tremenda devastação do campo provocada pelas constantes campanhas militares dessas décadas impeliu o campesinato do centro-sul — Limousin, Périgord, Quercy, Poitou e Saintonge — a ameaçadores levantes não-religiosos na década de 1590. Foi esta dupla radicalização na cidade e no campo que finalmente reagrupou a classe dominante: a nobreza cerrou fileiras tão logo colocou-se o perigo de uma sublevação a partir de baixo. Henrique IV aceitou taticamente o catolicismo, juntou-se aos patronos aristocráticos da Liga, isolou os Comitês e suprimiu as revoltas camponesas. As guerras religiosas terminaram com a reafirmação do Estado monárquico.

O absolutismo francês tornava-se adulto com relativa rapidez, embora ainda viesse a ocorrer um contratempo radical antes que ele

(10) Para uma sociologia política da liderança municipal da Liga em Paris no auge das Guerras Religiosas, ver J. H. Salmon, "The Paris Sixteen, 1584-1594: The Social Analysis of a Revolutionary Movement", *Journal of Modern History*, 44, nº 4, dezembro de 1972, pp. 540-76. Salmon mostra a importância de que gozavam, no Conselho dos Dezesseis, os setores médios e baixos da profissão jurídica, e enfatiza a manipulação das massas plebéias, ao lado de medidas de reparação econômica, durante a sua ditadura. Há um breve esboço da análise comparativa em H. G. Koenigsberger, "The Organization of Revolutionary Parties in France and the Netherlands during the Sixteenth Century", *Journal of Modern History*, 27, dezembro de 1955, pp. 335-51. Mas há ainda muito a dizer sobre a Liga, um dos fenômenos mais complexos e enigmáticos do século; o movimento que inventou as barricadas urbanas ainda está à procura de seu historiador marxista.

estivesse definitivamente estabelecido. Os grandes artífices de sua administração no século XVII seriam, naturalmente, Sully, Richelieu e Colbert. O tamanho e a diversidade do país ainda estavam em grande medida inconquistados, quando eles iniciaram a sua obra. Continuaram a existir príncipes reais ciumentos do monarca, muitas vezes detentores de governos regionais hereditários. Os *parlements* provinciais, formados por uma combinação de pequena nobreza rural e bacharéis, representavam bastiões do particularismo tradicional. Crescia em Paris e em outras cidades uma burguesia comercial, que controlava o poder municipal. As massas francesas tinham sido despertadas pelas guerras civis do século precedente, quando ambos os lados, em diferentes momentos, recorreram a elas em busca de apoio, e retiveram a lembrança da insurreição popular.[11] O caráter específico do Estado absolutista francês que emergiu no *grand siècle* estava destinado a ajustar-se e a dirigir tal complexo de forças. Henrique IV estabeleceu, pela primeira vez, o poder e a presença reais em Paris, reconstruindo a cidade e transformando-a na capital permanente do reino. A pacificação civil fez-se acompanhar da preocupação oficial com a recuperação agrícola e com o incentivo ao comércio externo. O prestígio popular da monarquia foi restaurado pelo magnetismo pessoal do próprio fundador da nova dinastia Bourbon. O Édito de Nantes e seus artigos complementares contiveram o problema do protestantismo, ao conceder-lhe autonomia regional limitada. Não houve convocação dos Estados-Gerais, apesar das promessas nesse sentido feitas durante a guerra civil. A paz externa foi mantida e com ela a economia administrativa. Sully, o chanceler huguenote, duplicou as receitas líquidas do Estado, recorrendo basicamente às taxas indiretas, ao mesmo tempo que racionalizava a cobrança de impostos e cortava despesas. A mais importante inovação institucional do reino foi a introdução da *paulette*, em 1604: a venda de cargos no aparelho de Estado, prática comum por mais de um século, foi estabilizada pela decisão de Paulet de torná-los hereditários, em troca do pagamento de uma pequena porcentagem anual sobre o seu valor de compra — uma medida destinada não apenas a aumentar a receita da monarquia, como também a preservar a burocracia da influência da alta nobreza. Sob o regime frugal de Sully, a venda de cargos ainda representava apenas 8 por cento das receitas do orça-

(11) Este ponto é salientado por J. H. Salmon, "Venality of Office and Popular Sedition in 17th Century France", *Past and Present*, julho de 1967, pp. 41-3.

mento.[12] Mas, a partir da minoridade de Luís XIII, essa proporção rapidamente se modificaria. O recrudescimento do facciosismo da nobreza e da agitação religiosa, marcado pela última e inócua reunião dos Estados-Gerais (1614-1615) antes da Revolução Francesa e pela primeira intervenção agressiva do *Parlement* de Paris contra o governo monárquico, conduziu à breve dominação do duque de Luynes. As pensões para subornar capciosos grandes nobres e a retomada da guerra contra os huguenotes no sul aumentaram consideravelmente as despesas do Estado. Daí em diante, a burocracia e o judiciário veriam pulular um volume de transações venais inigualável na Europa. A França tornou-se a pátria clássica da venda de cargos, à medida que um número sempre crescente de sinecuras e prebendas era criado pela monarquia, com propósitos financeiros. Por volta de 1620-24, o tráfico destas fornecia cerca de 38 por cento dos rendimentos reais.[13] Além disso, os direitos de cobrança eram agora leiloados entre grandes financistas, cujos sistemas de coleta podiam sangrar até dois terços das receitas fiscais em seu percurso para o Estado. O rápido aumento das despesas com as políticas externa e interna, na nova conjuntura internacional da Guerra dos Trinta Anos, além disso, era de tal ordem que a monarquia tinha que recorrer constantemente a empréstimos forçados, a taxas de juros elevadas, junto às sociedades de seus próprios coletores de impostos, os quais, ao mesmo tempo, eram *officiers* que tinham adquirido postos no setor financeiro do aparelho de Estado.[14] Este círculo vicioso de improvisação nas finanças elevava inevitavelmente ao máximo a confusão e a corrupção. A multiplicação de cargos venais, onde agora se alojava uma nova *noblesse de robe*, impedia qualquer controle dinástico firme sobre as principais agências da justiça e da finança públicas, e dispersava o poder burocrático tanto central como localmente.

Todavia, foi nessa mesma época que, curiosamente entremeados em tal sistema, Richelieu e seus sucessores deram início à construção de uma máquina administrativa racionalizada capaz, pela primeira vez, de efetivar o controle e a intervenção diretos da monarquia em

(12) Menna Prestwich, "From Henry III to Louis XIV", em H. Trevor-Roper (Org.), *The Age of Expansion*, Londres, 1968, p. 199.

(13) Prestwich, "From Henry III to Louis XIV", p. 199.

(14) Uma boa análise deste fenômeno pode ser encontrada em D. A. Lublinskaya, *French Absolutism: The Crucial Phase 1620-1629*, Cambridge, 1968, pp. 234-43; quanto ao volume da coleta da *taille* que era apropriada pelos arrendadores de impostos, ver p. 308 (13 milhões, num total de 19 milhões de *livres*, na metade da década de 1620).

toda a França. Governando o país *de facto* a partir de 1624, o cardeal procedeu prontamente à liquidação das fortalezas huguenotes remanescentes no sudoeste, com o cerco e a captura de La Rochelle; esmagou sucessivas conspirações aristocráticas com execuções sumárias; aboliu as mais altas dignidades militares medievais; derrubou castelos da nobreza e proibiu os duelos; e suprimiu os estados, sempre que a resistência local o permitiu (Normandia). Acima de tudo, Richelieu criou o sistema de *intendant*. Os *Intendants de Justice, de Police e de Finances* eram funcionários despachados para as províncias com amplos poderes, inicialmente em missões temporárias ou *ad hoc*, que depois se tornariam comissários permanentes do governo central através da França. Designados diretamente pela monarquia, os seus cargos eram revogáveis e não sujeitos à venda: recrutados em geral entre os antigos *maîtres de requêtes*, pertencendo eles próprios à pequena ou à média nobreza no século XVII, representavam o novo poder do Estado absolutista nas regiões mais afastadas do reino. Extremamente impopulares junto à camada dos *officiers*, cujas prerrogativas locais eles invadiam, foram usados com cautela no início e conviveram com os tradicionais governos de províncias. Contudo, Richelieu rompeu o caráter quase hereditário desses senhorios regionais, há longo tempo presa característica dos mais altos magnatas da aristocracia, de forma que, no final de seu governo, apenas um quarto deles ainda permanecia em mãos de homens que ali estavam antes de sua chegada ao poder. Ocorreu, assim, uma evolução simultânea e contraditória dos grupos de *officiers* e de *commissaires* no seio da estrutura global do Estado durante esse período. Enquanto o papel dos *intendants* tornava-se progressivamente mais proeminente e autoritário, a magistratura dos vários *parlements* do país, campeões do legalismo e do particularismo, constituía-se no porta-voz mais sonoro da resistência dos *officiers* àqueles, confinando intermitentemente as iniciativas do governo real.

A forma composta da monarquia francesa viria assim a adquirir, tanto na teoria como na prática, uma extrema e pomposa complexidade. Kossmann descreveu-lhe os contornos através da consciência das classes proprietárias da época, numa passagem notável: "Os contemporâneos sentiam que o absolutismo de modo algum excluía aquela tensão que lhes parecia inerente ao Estado e não modificava sequer uma das suas idéias de governo. Para eles, o Estado se comparava a uma igreja barroca na qual um grande número de concepções diferentes se misturam, entrechocam-se e são finalmente absorvidas num único e magnífico sistema. Os arquitetos tinham descoberto recentemente a forma oval e o espaço ganhou vida nos engenhosos arranjos que dela fizeram:

por toda a parte, o esplendor das figuras ovais, cintilando em cada ângulo, projetava sobre toda a construção uma energia e influência flexíveis, ritmos incertos acalentados pelo novo estilo".[15] Tais princípios "estéticos" do absolutismo francês, contudo, correspondiam a propósitos funcionais. A relação entre os impostos e as obrigações na época tradicional, como se viu, tem sido considerada como uma tensão entre a renda feudal "centralizada" e "local". Esta duplicação "econômica" foi, em certo sentido, reproduzida nas estruturas "políticas" do absolutismo francês. Com efeito, seria precisamente a complexidade da arquitetura do Estado que permitiria uma lenta, embora inexorável, unificação da própria classe nobre, que adaptou-se gradualmente a um novo molde centralizado, sujeito ao controle público dos *intendants*, enquanto ainda ocupava posições de apropriação privada dentro do sistema de *officiers* e a autoridade local nos *parlements* provinciais. Além disso, simultaneamente, conseguiu a proeza de integrar a nascente burguesia francesa no circuito do Estado feudal. Nesse sentido, a compra de cargos representava um investimento tão lucrativo que o capital era perpetuamente atraído das aventuras mercantis e manufatureiras para um conluio de usura com o Estado absolutista. Sinecuras e gratificações, cobranças e empréstimos, honrarias e obrigações públicas, tudo isso afastava da produção a riqueza da burguesia. A aquisição de títulos de nobreza e de imunidade fiscal tornou-se uma meta empresarial normal para *roturiers*.* A conseqüência social desse fato foi a criação de uma burguesia que tendia a tornar-se cada vez mais assimilada à própria aristocracia, via isenções e privilégios dos cargos. O Estado, por sua vez, patrocinou manufaturas régias e companhias oficiais de comércio, que, de Sully a Colbert, proporcionavam alternativas de negócios para essa classe.[16] O resultado foi "desviar" a evolução política da burguesia francesa por 150 anos.

O peso de todo esse aparato recaía sobre os pobres. O Estado feudal reorganizado passou a fustigar sem piedade as massas rurais e urbanas. No caso francês, é possível ver com aguda clareza até que

(15) "Ou, para mudar a metáfora: se a autoridade real era um sol que brilhava, havia um outro poder que refletia, concentrava e temperava sua luz, uma sombra que escondia esta fonte de energia sobre a qual nenhum olho humano poderia pousar, sem ficar cego. Referimo-nos aos *Parlements*, principalmente ao *Parlement* de Paris." Ernst Kossmann, *La Fronde*, Leyden, 1954, p. 23.

(*) Denominação dada aos que não eram nobres na sociedade feudal e no antigo regime. (N. T.)

(16) B. F. Porshnev, *Les Soulèvements Populaires en France de 1623 à 1648*, pp. 547-60.

ponto a comutação local das obrigações e a expansão de uma agricultura monetarizada foram compensados pela extração centralizada de excedentes aos camponeses. Em 1610, os agentes fiscais do Estado coletaram 17 milhões de libras com a *taille*. Por volta de 1644, a cobrança desse imposto tinha triplicado para 44 milhões de libras. O total dos impostos coletados quadruplicou, efetivamente, na década que se seguiu a 1630.[17] A razão deste crescimento súbito e enorme dos encargos fiscais foi, sem dúvida, a intervenção militar e diplomática de Richelieu na Guerra dos Trinta Anos. Inicialmente mediada por subvenções à Suécia e depois pela contratação de mercenários alemães, esta culminou com grandes exércitos franceses no campo de batalha. O efeito internacional foi decisivo. A França traçou o destino da Alemanha e destruiu a supremacia da Espanha. O Tratado de Vestfália, quatro anos depois da histórica vitória francesa em Rocroi, estendeu as fronteiras da monarquia francesa do rio Mosa ao Reno. As novas estruturas do absolutismo francês foram assim batizadas no fogo da guerra européia. Com efeito, o êxito francês na luta contra a Espanha coincidiu com a consolidação interna do complexo burocrático dual que completou o Estado Bourbon. As emergências militares do conflito facilitaram a imposição da intendência nas zonas invadidas ou ameaçadas: o seu gigantesco custo financeiro exigiu vendas de cargos sem precedentes e, ao mesmo tempo, rendeu fortunas espetaculares às associações de banqueiros. Os custos reais da guerra foram sofridos pelos pobres, em cujo meio esta provocou a devastação social. As pressões fiscais do absolutismo do tempo da guerra geraram vagas constantes de desesperadas revoltas das massas rurais e urbanas, por décadas e décadas. Houve motins urbanos em Dijon, Aix e Poitiers em 1630; *jacqueries* na zona rural de Angoumois, Saintonge, Poitou, Périgord e Guyenne em 1636-37; e uma grande rebelião plebéia e camponesa na Normandia, em 1639. Os levantes regionais mais importantes alternavam-se com constantes irrupções menores de rebeldia contra os coletores de impostos, em amplas áreas da França, muitas vezes patrocinadas pela pequena nobreza local. As tropas reais eram regularmente deslocadas para a repressão interna, enquanto o conflito internacional continuava no exterior.

Sob certos aspectos, a Fronda pode ser considerada como uma alta "crista" da onda prolongada de revoltas populares,[18] na qual, por

(17) Prestwich, "From Henry III to Louis XIV", p. 203; Mousnier, *Peasant Uprisings*, Londres, 1971, p. 307.

(18) Esta é a opinião de Porshnev em *Les Soulèvements Populaires en France*.

um breve espaço de tempo, setores da alta nobreza, da magistratura detentora de cargos e da burguesia municipal lançaram mão do descontentamento das massas para seus próprios fins, contra o Estado absolutista. Mazarino, que sucedeu Richelieu em 1642, conduziu com habilidade a política externa da França até o final da Guerra dos Trinta Anos e a aquisição da Alsácia. No entanto, após a Paz de Vestfália, Mazarino provocou a crise da Fronda, ao estender a guerra antiespanhola até o teatro do Mediterrâneo, onde, como italiano, aspirava à separação de Nápoles e da Catalunha. A extorsão fiscal e a manipulação financeira, destinadas a sustentar o esforço de guerra no estrangeiro, coincidiram com sucessivas más colheitas, em 1647, 1649 e 1651. A fome e a fúria popular combinaram-se com uma revolta dos *officiers* liderados pelo *Parlement* de Paris contra o sistema de *intendants*, que foi apressada pela exasperação com a guerra; com o descontentamento dos *rentiers* diante da desvalorização de emergência das obrigações públicas; e com o ciúme de poderosos pares do reino perante um aventureiro italiano que manipulava uma minoria vinculada ao rei. O desfecho seria um entrevero confuso e penoso no qual, uma vez mais, o campo pareceu desintegrar-se à medida que as províncias se desligavam de Paris, os exércitos privados perambulavam, saqueando, pelo país, as cidades estabeleciam ditaduras municipais rebeldes e complexas intrigas e manobras dividiam e reuniam os príncipes rivais que competiam pelo controle da corte. Os governadores provinciais procuravam acertar suas contas com os *parlements* locais, enquanto as autoridades municipais aproveitavam a oportunidade para atacar os magistrados regionais.[19] Assim, a Fronda reproduzia muitos elementos do padrão que caracterizara as Guerras Religiosas. Desta vez, a insurreição urbana mais radical coincidiria com uma das regiões rurais tradicionalmente mais insatisfeitas: a *Ormée* de Bordeaux e o extremo sudoeste foram os últimos centros de resistência aos exércitos de Mazarino. Mas a tomada do poder pelo povo em Bordeaux e Paris ocorreria demasiado tarde para que pudesse afetar o resultado dos conflitos entrecruzados da Fronda; o huguenote manteve-se em geral cuidadosadosamente neutro no sul; e a *Ormée* não produziu nenhum programa político coerente que superasse a hostilidade instintiva da burguesia bordalesa local.[20] Em 1653, Mazarino e Turenne tinham eliminado os últimos redutos da revolta. O progresso da centralização administrativa e da reorganização de classe, concluído no seio das estruturas mistas da monarquia francesa, no século XVII, revelara a sua eficácia. Embora a pressão social vinda de baixo fosse provavelmente mais urgente, a Fronda fora na realidade menos perigosa para o Estado monárquico do que as Guerras Religiosas, porque as classes proprietárias estavam agora mais unidas. Apesar de todas as contradições existentes entre os sistemas dos *officiers* e dos *intendants*, ambos os grupos eram predominantemente recrutados entre a *noblesse de robe*, ao passo que os banqueiros e os coletores de impostos contra os quais protestavam os *parlements* mantinham efetivamente estreitas relações pessoais com eles. O processo de têmpera possibilitado pela coexistência dos dois sistemas no seio de um único Estado acabou, assim, por assegurar uma solidariedade mais imediata contra as massas. A própria profundidade da inquietação popular revelada pela Fronda abreviou o último rompimento emocional da aristocracia dissidente com a monarquia: embora viessem a ocorrer novos levantes camponeses no século XVII, a confluência da rebelião do topo e da base nunca mais voltaria a se dar. A Fronda custou a Mazarino as suas projetadas conquistas no Mediterrâneo. Mas quando a guerra com a Espanha terminou, com o Tratado dos Pireneus, o Roussillon e o Artois tinham sido anexados à França; e uma seleta elite burocrática estava treinada e pronta para impor a ordem administrativa no reinado seguinte. A aristocracia, a partir de então, iria encontrar sossego sob o absolutismo consumado e solar de Luís XIV.

(19) Quanto a este aspecto, ver Kossman, *La Fronde*, pp. 117-38.
(20) Kossmann, *La Fronde*, pp. 20, 24, 250-2.

O novo soberano assumiu pessoalmente o comando de todo o aparelho do Estado em 1661. Uma vez reunidas num único governante a autoridade real e a capacidade executiva, todo o potencial político do absolutismo francês realizou-se rapidamente. Os *Parlements* foram silenciados e a sua exigência de apresentar objeções aos éditos reais antes do registro foi anulada (1673). As outras cortes soberanas foram reduzidas à obediência. Os estados provinciais não mais podiam discutir e regatear os impostos: a monarquia impôs exigências fiscais precisas, que eles se viram compelidos a aceitar. A autonomia municipal das *bonnes villes* foi restringida, enquanto as prefeituras eram subordinadas e instalavam-se nelas guarnições militares. Os cargos de governador passaram a ser concedidos por apenas três anos, e os seus detentores foram, com freqüência, obrigados a residir na corte, o que os tornava meramente honoríficos. O comando das cidades fortificadas nas regiões fronteiriças foi submetido ao sistema de rodízio. Assim que o complexo palaciano foi terminado, a alta nobreza foi obrigada a residir em Versalhes (1682), e viu-se divorciada do senhorio efetivo sobre

os seus domínios territoriais. Tais medidas contra o particularismo refratário das instituições e dos grupos tradicionais provocaram, evidentemente, ressentimentos, tanto entre os príncipes e os pares do reino como entre a pequena nobreza da província. Mas não alteraram o vínculo objetivo entre a aristocracia e o Estado, a partir daí mais eficaz do que nunca na proteção dos interesses básicos da classe nobiliária. O grau de exploração econômica garantido pelo absolutismo francês pode ser avaliado com base em um cálculo recente segundo o qual, durante todo o século XVII, a nobreza — 2 por cento da população — apropriava-se de 20 a 30 por cento do rendimento total da nação.[21] O mecanismo central do poder monárquico estava agora, portanto, concentrado, racionalizado e ampliado, sem maior resistência da aristocracia.

Luis XIV herdou os seus ministros-chave de Mazarino: Le Tellier, encarregado dos assuntos militares; Colbert, que chegou a reunir a gestão das finanças reais, dos assuntos internos e da marinha; Lionne, que dirigiu a política exterior e Séguier, que, como chanceler, cuidava da segurança interna. Esses competentes e disciplinados administradores constituíam a cúpula da ordem burocrática agora à disposição da monarquia. O rei presidia pessoalmente as deliberações do pequeno *Conseil d'en Haut*, que compreendia os seus auxiliares políticos de maior confiança e excluía os príncipes e os grandes do reino. Tal conselho viria a tornar-se o corpo exclusivo supremo do Estado, enquanto o *Conseil des Dépêches* tratava das questões provinciais e nacionais e o recém-criado *Conseil des Finances* supervisionava a organização econômica da monarquia. A eficácia administrativa desse sistema relativamente rígido, mantido coeso pela incansável atividade do próprio Luís XIV, era muito maior que a da incômoda parafernália conciliar do absolutismo Habsburgo na Espanha, com sua disposição semiterritorial e as suas intermináveis ruminações coletivas. Abaixo dele, a rede de *intendants* cobria toda a França — a última província a receber um comissário, em 1689, foi a Bretanha.[22] O país foi dividido em 32 *généralités*, em cada uma das quais o *intendant* real tinha agora autoridade suprema, assistido por *sub-délégués* e investido com novos poderes sobre a coleta e a supervisão da *taille* — atribuições vitais, transferidas dos antigos *officiers* "tesoureiros" que antes as controlavam. O total dos funcionários do setor civil do aparelho político central do absolu-

(21) Pierre Goubert, "Les Problèmes de la Noblesse au XVIIe Siècle", *XIIIth International Congress of Historical Sciences*, Moscou, 1970, p. 5.

(22) Pierre Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, pp. 164, 166.

tismo francês, no reinado de Luís XIV, era ainda muito modesto: talvez mil funcionários responsáveis, ao todo, contando-se a corte e as províncias.[23] Mas eles eram amparados por uma máquina repressiva maciçamente aumentada. Uma força permanente de polícia foi criada em Paris (1667) para manter a ordem e reprimir os motins, estendendo-se depois por toda a França (1698-99). O volume do exército aumentou enormemente durante o reinado, subindo de 30 a 50 mil homens para os 300 mil do final do período.[24] Le Tellier e Louvois introduziram o soldo regular, o treinamento e os uniformes; o armamento e as fortificações militares foram modernizados por Vauban. O crescimento desse aparato militar significava o desarmamento final da nobreza das províncias e a capacidade de esmagar rebeliões populares com presteza e eficácia.[25] Os mercenários suíços, que proveram o absolutismo Bourbon de suas tropas de repressão interna, ajudaram a dar cabo dos camponeses *boulonnais* e *camisards*; os novos dragões operaram a evacuação dos huguenotes da França. O incenso ideológico que cercava a monarquia, generosamente dispensado pelos escritores e clérigos a soldo do regime, encobria a repressão armada sobre a qual este se assentava, mas não podia ocultá-la.

O absolutismo francês consumou a sua apoteose institucional nas últimas décadas do século XVII. A estrutura do Estado e a correspondente cultura dominante aperfeiçoadas no reinado de Luís XIV viriam a tornar-se o modelo para o restante da nobreza européia: a Espanha, Portugal, o Piemonte e a Prússia foram apenas os exemplos posteriores mais diretos de sua influência. Mas o *rayonnement* político de Versalhes não constituía um fim em si: as realizações organizacionais do absolutismo Bourbon estavam destinadas, na concepção de Luís XIV, a servir a um propósito específico — o objetivo supremo da expansão militar. A primeira década do reino, de 1661 a 1672, foi essencialmente dedicada à preparação interna das futuras aventuras externas. Nos aspectos administrativo, econômico e cultural, estes seriam os anos mais fulgurantes do governo de Luís XIV; quase todas as suas realizações mais duradouras datam dessa fase. Sob a hábil superintendência do jovem Colbert, a pressão fiscal foi estabilizada e incentivou-se o comér-

(23) Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, p. 72.

(24) J. Stoye, *Europe Unfolding 1648-1688*, Londres, 1969, p. 223; Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, p. 186.

(25) Roland Mousnier, *Peasant Uprisings*, Londres, 1971, p. 115, enfatiza com justeza este ponto, e comenta que as rebeliões de 1675 na Bretanha e em Bordéus constituíram os últimos levantes sociais importantes do século.

cio. As despesas do Estado foram cortadas pela supressão maciça dos novos cargos criados a partir de 1630; as espoliações dos arrendadores de impostos foram drasticamente reduzidas, ainda que a própria coleta não tenha sido reassumida pelo Estado; os domínios territoriais da monarquia foram sistematicamente recuperados. A *taille personelle* foi rebaixada de 42 para 34 milhões de libras; enquanto isso a *taille réelle* subia cerca de 50 por cento nos *pays d'états* onde era mais leve a tributação; a receita dos impostos indiretos cresceu cerca de 60 por cento, com o controle vigilante sobre o sistema de arrecadação. Os rendimentos líquidos da monarquia dobraram, entre 1661 e 1671, e passou-se a conseguir um excedente orçamentário regular.[26] Entretanto, lançava-se um ambicioso programa mercantilista para acelerar o crescimento manufatureiro e comercial na França e a expansão colonial ultramarina: as subvenções reais fundaram novas indústrias (tecidos, vidro, tapeçaria, ferragens), criaram-se companhias privilegiadas para explorar o comércio das Índias Orientais e Ocidentais, os estaleiros foram amplamente subsidiados e, finalmente, impôs-se um sistema tarifário extremamente protecionista. Foi precisamente tal mercantilismo, contudo, que levou diretamente à decisão de invadir a Holanda em 1672, com o intuito de suprimir a concorrência de seu comércio — que provara ser facilmente superior ao comércio francês —, através da incorporação das Províncias Unidas aos domínios da França. A guerra com a Holanda foi inicialmente bem-sucedida: as tropas francesas cruzaram o Reno, estabeleceram-se a uma distância surpreendente de Amsterdam e tomaram Utrecht. Entretanto, formou-se rapidamente uma coligação internacional em defesa do *status quo* — principalmente a Espanha e a Áustria; enquanto isso, a dinastia de Orange recuperava o poder na Holanda, forjando uma aliança matrimonial com a Inglaterra. Sete anos de luta culminaram com a França em posse do Franche-Comté e uma fronteira ampliada no Artois e em Flandres, mas com as Províncias Unidas intatas e a tarifa anti-holandesa de 1677 revogada: um balanço modesto no exterior. No plano interno, a compressão fiscal de Colbert caminhava para o naufrágio: a venda de cargos multiplicava-se mais uma vez, os antigos impostos eram aumentados, inventavam-se novos, os empréstimos sofriam flutuações e os subsídios eram queimados. Dal em diante, a guerra dominaria praticamente todos os aspectos do reino.[27] A miséria e a fome causadas pelas exações

(26) Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, pp. 90-2.

(27) Mesmo, num certo sentido, os seus ideais culturais: "A simetria e a ordem recém-adquiridas da praça de armas constituiam, para Luís XIV e seus contemporâneos,

do Estado e por uma série de más colheitas levaram a renovados levantes do campesinato na Guyenne e na Bretanha em 1674-75 e à supressão armada sumária dos mesmos: desta vez, nenhum senhor ou cavaleiro tentou usá-los para seus próprios fins. A nobreza, aliviada dos encargos financeiros que Richelieu e Mazarino tinham tentado lhe impor, manteve a sua lealdade durante todo o tempo.[28]

Entretanto, a restauração da paz por dez anos, na década de 1680, apenas acentuou a arrogância do absolutismo Bourbon. O rei estava agora enclausurado em Versalhes; a qualidade do ministério declinava, à medida que a geração escolhida por Mazarino dava lugar a sucessores mais ou menos medíocres que, por cooptação hereditária, provinham do mesmo grupo de famílias inter-relacionadas da *noblesse de robe*; canhestras atitudes antipapais vieram juntar-se à insensata expulsão de protestantes para fora do reino; lançou-se mão de gritantes artimanhas legais para uma série de pequenas anexações no nordeste. Internamente, prosseguia a depressão agrária, embora o comércio marítimo se recuperasse e sofresse um novo *boom*, para a apreensão dos mercadores ingleses e holandeses. A derrota do candidato francês ao Eleitorado de Colônia, e a elevação de Guilherme III à monarquia inglesa seriam os sinais para a retomada do conflito internacional. A Guerra da Liga de Augsburgo (1689-97) alinhou virtualmente toda a Europa central e ocidental contra a França — Holanda, Inglaterra, Áustria, Espanha, Sabóia e a maior parte da Alemanha. Os exércitos franceses foram mais que duplicados em potência, alcançando cerca de 220 mil homens na década da intervenção. O máximo que puderam fazer foi levar a coligação a um custoso empate: os esforços de guerra de Luís XIV frustraram-se por toda a parte. O único ganho registrado pela França no Tratado de Ryswick foi a aceitação européia da absorção de Estrasburgo, garantida antes da eclosão da luta: todos os demais territórios ocupados tiveram que ser evacuados, enquanto a armada francesa era afastada dos mares. Para financiar o esforço de

o modelo ao qual a vida e a arte deviam igualmente conformar-se; e o *pas cadencé* de Martinet — cujo nome é, por si só, um programa — ecoava outra vez na monotonia majestática de intermináveis alexandrinos". Michael Roberts, "The Military Revolution 1560-1660", *Essays in Swedish History*, Londres, 1967, p. 206.

(28) Os cardeais tentaram submeter a aristocracia a impostos disfarçados, sob a forma de "comutações" do *ban* militar devido nos feudos. Tais medidas provocaram grande descontentamento entre a pequena nobreza e foram abandonadas por Luís XIV. Ver Pierre Deyon, "A Propos des Rapports Entre la Noblesse Française et la Monarchie Absolue Pendant la Première Moitié du XVIIe Siècle", *Revue Historique*, CCXXXI, 1964, pp. 355-6.

Biblioteca Central UFMS

guerra, criou-se uma cascata de novos cargos à venda, leiloaram-se títulos, multiplicaram-se os empréstimos forçados e as rendas públicas, manipularam-se os valores monetários e, pela primeira vez, foi lançado um imposto de "capitação" ao qual nem a própria nobreza escapou.[29] A inflação, a fome e o despovoamento fustigavam os campos. Contudo, no espaço de cinco anos, a França foi de novo mergulhada no conflito europeu pela sucessão espanhola. Mais uma vez, a inépcia diplomática e as rudes provocações de Luís XIV maximizaram a coligação contra a França no conflito militar decisivo que agora se travava: o vantajoso testamento de Carlos II fora menosprezado pelo herdeiro francês, Flandres ocupada pelas tropas da França, a Espanha dirigida por emissários franceses, os contratos de comércio de escravos com as suas colônias americanas foram incorporados pelos mercadores franceses e o pretendente Stuart exilado ostensivamente saudado como monarca da Inglaterra. A determinação Bourbon de monopolizar a totalidade do império hispânico, recusando qualquer partilha ou diminuição da vasta presa espanhola, uniria inevitavelmente a Áustria, Inglaterra, Holanda e a maior parte da Alemanha contra ela. Por tudo querer, o absolutismo francês acabou por não conseguir virtualmente nada de seu supremo esforço de expansão política. Os exércitos Bourbon — agora com a potência de 300 mil homens, equipados com rifles e baionetas — foram dizimados em Bleinheim, Ramillies, Turim, Oudernade, Malplaquet. A própria França foi golpeada pela invasão, enquanto, no plano interno, os impostos entravam em colapso, a moeda sofria desvalorização, eclodiam na capital os tumultos do pão e a fome e o frio entorpeciam a zona rural. No entanto, à parte o levante huguenote local em Cévennes, o campesinato permaneceu tranqüilo. Acima dele, a classe dominante cerrava compactas fileiras em torno da monarquia, mesmo em meio à sua autocrática disciplina e aos desastres estrangeiros, que abalavam a sociedade inteira.

A tranqüilidade apenas chegou com a derrota definitiva na guerra. A paz foi mitigada pelas divisões no seio da coligação vitoriosa contra Luís XIV, o que permitiu ao ramo jovem da dinastia Bourbon conservar a monarquia na Espanha, sob o preço de uma separação política da França. Sob outros aspectos, a desastrosa ordália não rendera nenhum benefício ao absolutismo gaulês. Limitara-se a estabelecer a Áustria nos Países Baixos e na Itália e a fazer da Inglaterra senhora do comércio colonial na América espanhola. Na verdade, o paradoxo do

(29) Goubert, *Louis XIV et Vingt Millions de Français*, pp. 158-62.

absolutismo francês consistiu em que o ápice de seu florescimento interno não coincidiu com o ápice de sua supremacia internacional: ao contrário, foi a estrutura política ainda defeituosa e incompleta de Richelieu e Mazarino, marcada por anomalias institucionais e dilacerada por sublevações internas, que consumou espetaculares êxitos externos, ao passo que a monarquia consolidada e estável de Luís XIV — com sua autoridade e sua força militar enormemente aumentadas — fracassou solenemente em impor-se à Europa ou realizar conquistas territoriais notáveis. A construção institucional e a expansão internacional estiveram defasadas e invertidas no caso francês. A razão disso, certamente, reside na aceleração de um tempo distinto daquele do conjunto do absolutismo nos países marítimos — Holanda e Inglaterra. O absolutismo espanhol deteve a dominação européia durante cem anos; posta em xeque, inicialmente, pela Revolução Holandesa, a sua supremacia seria enfim destruída pelo absolutismo francês, em meados do século XVII, com a ajuda da Holanda. Contudo, o absolutismo francês não gozou de um período comparável de hegemonia na Europa ocidental. No espaço de vinte anos, após o Tratado dos Pireneus, a sua expansão já tinha sido contida. A derrota final de Luís XIV não se deveu a seus numerosos erros estratégicos, mas à alteração da posição relativa da França no seio do sistema político europeu que resultara do advento das revoluções inglesas de 1640 e 1688.[30] Foi a ascensão econômica do capitalismo inglês e a consolidação política de seu Estado no final do século XVII que "surpreenderam" o absolutismo francês, mesmo na época de sua própria ascensão. Os verdadeiros vencedores da Guerra da Sucessão Espanhola foram os comerciantes e os banqueiros de Londres: esta anunciou um imperialismo britânico de escala mundial. O Estado feudal espanhol da última fase fora derrubado pelo seu equivalente e rival francês, com o auxílio do jovem Estado burguês da Holanda. O Estado feudal francês da última fase foi barrado em seu curso por dois Estados capitalistas de poder desigual — Inglaterra e Holanda —, assistidos por seu parceiro austríaco. O absolutismo Bourbon foi intrinsecamente mais forte e unificado do que o fora o absolutismo

(30) Como é evidente, Luís XIV mostrou-se incapaz de avaliar esta mudança — donde os seus constantes disparates diplomáticos. A fraqueza temporária da Inglaterra na década de 1660, quando Carlos II era hóspede da França, levou-o constantemente a subestimar a ilha, mesmo quando a sua importância política central na Europa ocidental era já óbvia. Assim, a falha cometida por Luís XIV por não oferecer nenhum tipo de auxílio preemptivo a Jaime II, em 1688, antes do desembarque de Guilherme III, viria a ser um dos erros mais fatais de uma carreira bem suprida deles.

espanhol: mas as forças contra ele dispostas foram também mais poderosas. Os diligentes preparativos internos do reinado de Luís XIV com vistas à dominação externa revelaram-se inúteis. Aparentemente tão próxima, na Europa da década de 1660, a hora da supremacia de Versalhes nunca chegou a soar.

Em 1715, o advento da Regência anunciou a reação social a esse fracasso. Liberando subitamente os seus ressentimentos contra a autocracia real, até então contidos, a alta nobreza preparou uma reaparição imediata. O regente assegurou a concordância do *Parlement* de Paris para pôr de lado o testamento de Luís XIV, em troca da restauração de seu direito tradicional de reclamação: o governo passou às mãos dos pares, que prontamente puseram fim ao sistema ministerial do rei falecido, assumindo, eles próprios, o poder direto no chamado *polysynodie*. Assim, tanto a *noblesse d'épée* como a *noblesse de robe* foram institucionalmente reintegradas pela Regência. A nova época viria efetivamente acentuar o aberto caráter de classe do absolutismo: o século XVIII presenciaria à regressão da influência não-nobre no aparelho de Estado e a dominação coletiva de uma alta aristocracia cada vez mais unificada. O controle dos magnatas sobre a própria Regência não duraria muito: sob Fleury e, depois, sob os dois frágeis monarcas que o sucederam, o sistema decisório na cúpula do Estado reverteu ao antigo modelo ministerial, agora não mais dirigido por um monarca imperativo. Mas a partir daí a nobreza manter-se-ia firmemente aferrada aos mais altos cargos do governo: de 1714 a 1789, apenas três ministros não eram aristocratas com título.[31] Da mesma forma, a magistratura oficial dos *parlements* formaria agora um restrito estrato nobiliário, tanto em Paris como nas províncias, do qual estavam excluídos os plebeus. Os *intendants* reais, outrora o flagelo dos proprietários rurais das províncias, transformaram-se, por seu turno, numa casta quase hereditária: durante o reinado de Luís XVI, catorze deles eram filhos de antigos *intendants*.[32] Na Igreja, todos os bispos e arcebispos eram de origem nobre na segunda metade do século e a maior parte das abadias, priorados e canonicatos estavam sob controle da mesma classe. No exército, os mais altos comandos militares estavam solidamente ocupados pelos grandes nobres; a compra de companhias por *roturiers* foi abolida na

(31) Albert Goodwin, "The Social Structure and Economic and Political Attitudes of the French Nobility in the 18th Century", *XIIth International Congress of Historical Sciences*, Rapports, I, p. 361.

(32) J. McManners, "France", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, pp. 33-5.

década de 1760, quando se tornou necessário dispor de inquestionável origem nobre para qualificar-se ao grau de oficial. A classe aristocrática em seu conjunto conservou um rigoroso estatuto da última fase feudal: constituía uma ordem juridicamente definida com cerca de 250 mil pessoas, isenta do grosso dos impostos e com o monopólio dos mais elevados escalões da burocracia, do judiciário, do clero e do exército. As suas subdivisões eram agora meticulosamente definidas, do ponto de vista teórico, e entre os altos pares e os mais inferiores *hobereaux** rurais existia um grande abismo. Mas, na prática, lubrificantes como o dinheiro e o casamento fizeram das suas mais altas instâncias, em muitos aspectos, um grupo distinto mais flexível que nunca. A nobreza da França na época do iluminismo possuía uma completa segurança de seu domínio no interior das estruturas do Estado absolutista. Todavia, subsistia entre ambos um sentimento irredutível de desconforto e atrito, mesmo neste último período de união ótima entre aristocracia e monarquia. Pois o absolutismo, independentemente da congenialidade de seus servidores ou dos atrativos de seu serviço, continuava a ser um poder inacessível e irresponsável, exercido por sobre a cabeça da nobreza em seu conjunto. A condição de sua eficácia enquanto Estado estava na sua distância estrutural em relação à classe na qual se recrutara e cujos interesses defendia. O absolutismo na França nunca alcançaria confiança e aceitação inquestionáveis por parte da aristocracia em que se baseava: as suas decisões não podiam ser atribuídas à ordem titular que lhe deu vida — e tal característica era necessária, como veremos, em razão da natureza inerente da própria classe; e também arriscada, devido ao perigo de ações impensadas ou arbitrárias do Executivo que teriam repercussões sobre ela. A plenitude do poder real, mesmo quando exercido com brandura, alimentava reservas dos senhores diante dele. Montesquieu — presidente do *Parlement* de Bordéus no complacente regime de Fleury — deu expressão incontestável ao novo tipo de oposicionismo aristocrático característico do século.

Na verdade, a monarquia Bourbon do século XVII efetuou bem poucos movimentos de tipo "nivelador" contra os "poderes intermediários" que Montesquieu e seus consortes tanto elogiavam. Na França, o *ancien régime* preservou a sua selva desconcertante de jurisdições, divisões e instituições heteróclitas — *pays d'états*, *pays d'élections*, *parlements*, *sénéschaussés*, *généralités* — até a revolução. Após Luís XIV,

(*) Nome dado, na França, à pequena nobreza que tiranizava os seus camponeses. (N. T.)

quase não ocorreu nenhuma racionalização adicional do sistema político: nunca foram criados tarifas alfandegárias, nem sistema fiscal, codificação de leis ou administração local com caráter uniforme. A única tentativa da monarquia de impor uma nova conformação a um corpo coletivo foi o seu persistente esforço para assegurar a obediência teológica do clero, através da perseguição ao jansenismo — vigorosa e invariavelmente combatido pelo *Parlement* de Paris, em nome do galicanismo tradicional. A anacrônica querela em torno dessa questão ideológica tornou-se o principal ponto de destaque nas relações entre o absolutismo e a *noblesse de robe*, desde a Regência à época de Choiseul, quando os jesuítas foram formalmente expulsos da França por iniciativa dos *parlements*, numa vitória simbólica do galicanismo. Muito mais sério, porém, seria o impasse que se estabeleceu por fim entre a monarquia e a magistratura. Luís XIV deixara um Estado totalmente afundado em dívidas; a Regência as reduzira à metade com o recurso às moratórias; mas os custos da política externa, a partir da Guerra da Sucessão da Áustria, aliados à extravagância da corte, mantiveram o erário em déficit veloz e cada vez mais profundo. Experiências sucessivas de lançar novos impostos, rompendo a imunidade fiscal da aristocracia, foram alvo de resistência ou sabotagem nos *Parlements* e nos Estados das províncias, mediante a recusa do registro dos éditos ou a apresentação de protestos indignados. As contradições objetivas do absolutismo manifestavam-se aí em sua forma mais direta. A monarquia procurava taxar a riqueza da nobreza, enquanto esta reivindicava o controle sobre as políticas da monarquia: a aristocracia, na verdade, recusava-se a alienar os seus privilégios econômicos sem conquistar direitos políticos sobre a condução do Estado monárquico. Na sua luta contra os governos absolutistas nesse campo, a oligarquia judicial dos *Parlements* passou, cada vez mais, a utilizar-se da linguagem radical dos *philosophes*: as errantes noções burguesas de liberdade e representação passaram a freqüentar a retórica de um dos ramos da aristocracia francesa mais marcados pelo conservadorismo inveterado e pelo espírito de casta.[33] Nas décadas de 1770 e 1780, tornava-se nítida na França uma curiosa contaminação cultural de seções da nobreza pelo estado situado abaixo dela.

O século XVIII assistira, nesse interim, a uma rápida expansão das fileiras e das fortunas da burguesia local. A época posterior à Regência foi, de modo geral, marcada pelo crescimento econômico, com constante aumento de preços, relativa prosperidade agrária (pelo menos no período de 1730 a 1774) e recuperação demográfica: a população da França subiu de 18-19 para 25-26 milhões de habitantes, entre 1700 e 1789. Enquanto a agricultura continuava a ser o ramo amplamente dominante da produção, as manufaturas e o comércio registravam notáveis avanços. A indústria francesa apresentou um crescimento em sua produção da ordem de 60 por cento, durante esse século;[34] no setor têxtil começaram a aparecer verdadeiras fábricas; lançaram-se os alicerces das indústrias do ferro e do carvão. Muito mais rápido, porém, seria o progresso do comércio, sobretudo no plano internacional e colonial. O comércio exterior propriamente dito quadruplicou de 1716-20 a 1784-88, com um excedente regular de exportações. O intercâmbio colonial conseguiu um crescimento mais rápido com o desenvolvimento das plantações de açúcar, café e algodão nas Antilhas: nos anos que precederam a revolução, chegaria a dois terços do comércio externo da França.[35] O surto comercial naturalmente estimulava a urbanização; houve uma onda de novas construções nas cidades e, pelo final do século, as cidades provinciais da França ainda suplantavam as da Inglaterra em número e tamanho, a despeito do nível muito mais elevado da industrialização no outro lado do canal. Enquanto isso, decrescia a venda de cargos, com o cerco aristocrático ao aparelho de Estado. O absolutismo do século XVIII recorria crescentemente aos empréstimos públicos, o que não criava um mesmo grau de intimidade com o Estado: os *rentiers* não recebiam o enobrecimento ou a imunidade fiscal, como acontecera com os *officiers*. O grupo específico de maior riqueza no seio da classe capitalista francesa continuava a ser o dos *financiers*, cujos investimentos especulativos colhiam os imensos lucros dos contratos com o exército, das arrecadações de impostos e dos empréstimos fornecidos ao rei. Mas, de um modo geral, a diminuição do acesso dos comuns ao Estado feudal, simultaneamente ao desenvolvimento de uma economia comercial externa a este, emancipara a burguesia de sua dependência subalterna frente ao absolutismo. Os comerciantes, donos de manufaturas e armadores da época do iluminismo, e os juristas e jornalistas que cresceram com eles, prosperavam, agora, cada vez mais, fora do âmbito do Estado, com resultados inevitáveis para a autonomia política da classe burguesa no seu conjunto.

(33) Para as atitudes dos *Parlements* nos últimos anos do *ancien régime*, ver J. Egret, *La Pré-Revolution Française, 1787-1788*, Paris, 1962, pp. 149-60.

(34) A. Soboul, *La Révolution Française*, I, Paris, 1964, p. 45.

(35) J. Lough, *An Introduction to 18th Century France*, Londres, 1960, pp. 71-3.

A monarquia, por sua vez, mostrou-se incapaz de proteger os interesses burgueses, mesmo quando estes coincidiam nominalmente com os do próprio absolutismo. Em nenhuma outra parte isso foi tão claro como nas políticas externas do Estado Bourbon da última fase. As guerras daquele século seguiram um padrão infalivelmente tradicional. As pequenas anexações de território na Europa sempre adquiriam, na prática, maior prioridade que a defesa ou aquisição de colônias ultramarinas; o poder marítimo e comercial foi sacrificado ao militarismo territorial.[36] Propenso à paz, Fleury assegurou o êxito da absorção da Lorena nas breves campanhas em torno da sucessão da Polônia em 1730, das quais a Inglaterra se manteve afastada. Contudo, a Guerra da Sucessão da Áustria veria a frota britânica castigar os navios franceses desde o Caribe ao oceano Índico, infligindo à França imensas perdas comerciais, enquanto Saxe conquistava o sul dos Países Baixos numa campanha territorial bem realizada mas fútil: a paz restaurou o *status quo ante* em ambos os lados, mas Pitt, na Inglaterra, assimilara bem as lições estratégicas. A Guerra dos Sete Anos (1756-63), na qual a França comprometeu-se a apoiar um ataque austríaco à Prússia, contrário a qualquer interesse dinástico racional, levou ao desastre o império colonial Bourbon. Desta vez, os exércitos franceses lutaram apaticamente na guerra continental na Vestfália, ao passo que a guerra naval desencadeada pela Inglaterra varria o Canada, a Índia, a África ocidental e as Índias ocidentais. Com a Paz de Paris, a diplomacia de Choiseul recuperou as possessões Bourbon nas Antilhas, mas a chance da França presidir um imperialismo mercantil em escala mundial estava terminada. A Guerra da Independência Americana permitiu a Paris alcançar uma revanche política contra Londres, por procuração: mas o papel da França na América do Norte, embora vital para o sucesso da Revolução Americana, foi essencialmente uma operação de pilhagem, que trouxe poucos ganhos positivos à França. Na verdade, foram os custos da intervenção Bourbon na Guerra da Independência Americana que precipitaram a derradeira crise fiscal do absolutismo francês no plano interno. Em 1788, a dívida do Estado era tão grande — apenas o pagamento dos juros significava quase 50 por cento das despesas correntes — e o déficit orçamentário era tão sério que os últimos ministros de Luís XVI, Calonne e Loménie de Brienne, resolveram

(36) O orçamento naval nunca ultrapassou a metade do da Inglaterra: Dorn, *Competition for Empire*, p. 116. Dorn apresenta um relato revelador sobre as deficiências gerais das frotas francesas na época.

impor à nobreza e ao clero um imposto territorial. Os *Parlements* resistiram furiosamente a tais planos; a monarquia, em desespero, decretou a sua dissolução; em seguida, recuando perante a comoção surgida no seio das classes proprietárias, acabou por restabelecê-los; e, finalmente, capitulando às exigências dos *Parlements*, que queriam a convocação dos Estados-Gerais antes da aprovação de qualquer reforma fiscal, chamou os três estados, em meio à desastrosa escassez de cereais, ao desemprego generalizado e à miséria popular de 1789. A reação aristocrática contra o absolutismo passou com isso à revolução burguesa que o derrubaria. Apropriadamente, o colapso histórico do Estado absolutista francês estava diretamente ligado à inflexibilidade de sua formação feudal. A crise fiscal que detonou a revolução de 1789 foi provocada por sua incapacidade jurídica em taxar a classe que representava. A própria rigidez do vínculo entre Estado e nobreza acabaria por precipitar a sua derrocada comum.

Inglaterra

Durante a Idade Média, a monarquia feudal da Inglaterra foi, de modo geral, muito mais poderosa que a da França. As dinastias anglo-normanda e angevina criaram um Estado monárquico sem rival, em autoridade e eficácia, em todo o Ocidente europeu. Foi precisamente a força da monarquia medieval inglesa que permitiu as suas ambiciosas aventuras territoriais no continente, em detrimento da França. A Guerra dos Cem Anos, ao longo da qual sucessivos reis ingleses, ao lado de sua aristocracia, tentaram conquistar e subjugar vastas áreas da França, atravessando uma arriscada barreira marítima, representou um feito militar sem similares na Idade Média: sinal agressivo da superioridade organizacional do Estado insular. Contudo, a mais forte monarquia medieval do Ocidente foi justamente aquela que produziu o absolutismo mais fraco e de menor duração. Enquanto a França se tornava a terra natal do mais formidável Estado absolutista da Europa ocidental, a Inglaterra experimentava uma variante de governo absolutista particularmente acanhada, em todos os sentidos. A transição da época medieval para o início da época moderna correspondeu, assim, na história inglesa — apesar de todas as lendas locais sobre uma inquebrantável "continuidade" —, a uma inversão profunda e radical de muitos dos traços mais característicos do primitivo desenvolvimento feudal. Naturalmente, certos padrões medievais de grande importância também foram preservados e ficaram como herança: foi precisamente a fusão contraditória das forças novas e tradicionais que definiu a particular ruptura política ocorrida na ilha durante a Renascença.

A precoce centralização administrativa do feudalismo normando, determinada pela primitiva conquista militar e pela modesta extensão do país, originou — como vimos — uma classe nobre invulgarmente limitada e regionalmente unificada, sem potentados territoriais semi-independentes comparáveis aos do continente. As cidades, segundo as tradições anglo-saxônicas, sempre fizeram parte dos domínios do rei e, por isso, gozavam de privilégios comerciais, sem a autonomia política das comunas do continente: na época medieval, nunca foram bastante numerosas ou fortes para desafiar o seu *status* subordinado.[1] Tampouco os senhores eclesiásticos chegariam a adquirir enclaves senhoriais sólidos ou de grande extensão. De tal modo, a monarquia medieval da Inglaterra foi poupada dos perigos inerentes ao governo unitário, que os governantes feudais tiveram de enfrentar na França, Itália ou Alemanha. Resultaria daí uma centralização *concorrente*, tanto do poder real como da representação nobre, no seio do conjunto da organização política medieval. Esses dois processos eram, na realidade, não opostos, mas complementares. Dentro do sistema parcelar da soberania feudal, o poder monárquico situado fora da suserania só encontrava apoio, em geral, no consentimento de assembléias de vassalos de caráter excepcional capazes de votarem ajuda econômica ou política, fora da hierarquia mediatizada das dependências pessoais. Por esse motivo, como já foi salientado, os Estados medievais quase nunca podiam se contrapor diretamente à autoridade monárquica: eles eram amiúde a precondição de sua existência. A administração e a autoridade reais da Inglaterra angevina não tinham qualquer equivalente fiel em toda a Europa do século XII. Mas o poder pessoal do monarca logo foi seguido — o que reforça nossa argumentação — por precoces instituições de caráter coletivo da classe dominante feudal, com características singularmente unitárias: os Parlamentos. A existência na Inglaterra desses parlamentos medievais, a partir do século XIII, não constituía evidentemente uma peculiaridade nacional. O que os distinguia era mais o fato de se tratarem de instituições ao mesmo tempo "únicas" e "conglomeradas".[2] Em outras palavras, havia apenas uma assem-

(1) Weber, em sua análise das cidades inglesas medievais, aponta, entre outras coisas, quanto é significativo que elas nunca tenham passado pela experiência de revoluções municipais ou corporativas, como aconteceu no continente: *Economy and Society*, III, pp. 1276-81. Houve em Londres uma breve *conjuratio* insurrecional, em 1263-5: ver a este respeito Gwyn Williams, *Mediaeval London. From Commune to Capital*, Londres, 1963, pp. 219-35. Mas tratou-se de um episódio excepcional, ocorrido no contexto mais vasto da Revolta dos Barões.

(2) As primeiras funções judiciais do Parlamento inglês eram também inusita-

bléia deste tipo, cujos limites coincidiam com os do próprio país, e não uma para cada província; e no seio dessa assembléia não existia a divisão tripartida de nobres, clero e burgueses, geralmente predominante no continente. Desde a época de Eduardo III, os cavaleiros e as cidades dispunham de representação regular no Parlamento inglês, lado a lado com os barões e os bispos. O sistema bicameral de Lordes e Comuns desenvolveu-se depois, e não dividiu o Parlamento segundo os estados, marcando basicamente uma distinção interna à classe nobiliária. Uma monarquia centralizada produzia uma assembléia unificada.

A precoce centralização da organização política feudal inglesa gerou duas outras conseqüências. Os Parlamentos unitários, que se reuniam em Londres, não alcançaram o mesmo grau de controle fiscal meticuloso, nem os direitos de convocação regular que mais tarde caracterizariam alguns dos sistemas de estados do continente. Mas conseguiram assegurar uma tradicional limitação negativa do poder *legislativo* do rei, que teria grande importância na época do absolutismo: depois de Eduardo I, passou a ser aceito que nenhum monarca poderia decretar novos estatutos sem o consentimento do Parlamento.[3] Do ponto de vista estrutural, este direito de veto correspondia estritamente às exigências objetivas do poder de classe da nobreza. Com efeito, uma vez que a administração real centralizada era, desde o início, geográfica e tecnicamente mais fácil na Inglaterra que em qualquer outra região, havia uma necessidade proporcionalmente menor de se equipar com uma autoridade decisória inovadora, impossível de se justificar pelos riscos inerentes ao separatismo regional e à anarquia ducal. De tal modo, embora os poderes executivos reais dos monarcas medievais ingleses fossem habitualmente muito maiores que os dos reis franceses, precisamente por essa razão eles nunca conquistaram a relativa autonomia legislativa eventualmente desfrutada por estes. Um outro traço comparável do feudalismo inglês foi a fusão invulgar entre monarquia e

das: este atuava como uma suprema corte encarregada das petições, o que preenchia a maior parte de suas funções no século XIII, quando se achava dominado principalmente por servidores do rei. Para a origem e a evolução dos parlamentos medievais, ver G. O. Sayles, *The Mediaeval Foundations of England*, pp. 448-57; G. A. Holmes, *The Later Middle Ages*, Londres, 1962, pp. 83-8.

(3) O significado último de tal limitação foi sublinhado por J. P. Cooper, "Differences Between English and Continental Governments in the Early Seventeenth Century", em J. J. Bromley e E. H. Kossmann (Orgs.), *Britain and the Netherlands*, Londres, 1960, pp. 62-90, esp. 65-71. Como ele nota, daí resultaria que o surgimento de uma "nova monarquia" no início da época moderna fosse precedido por um direito "positivo" inglês a limitá-la, e não apenas o direito natural ou divino da teoria da soberania de Bodin.

nobreza, nos planos judicial e administrativo locais. Enquanto no continente o sistema de tribunais achava-se caracteristicamente dividido em jurisdições monárquicas e senhoriais separadas, na Inglaterra, a sobrevivência dos tribunais tribais pré-feudais propiciara uma espécie de terreno comum no qual foi possível chegar a uma mistura de ambas. Nesse sentido, os *sheriffs* que presidiam os tribunais dos condados eram nomeados pelo rei, em caráter não-hereditário; todavia, eram selecionados no seio da pequena nobreza local e não em uma burocracia central; ao passo que os próprios tribunais conservavam vestígios de seu caráter original de assembléias jurídicas populares, nas quais os homens livres da comunidade rural compareciam perante os seus iguais. Daí resultaria um bloqueio ao desenvolvimento posterior quer de um sistema abrangente de *bailli* da justiça real profissionalizada, quer de uma extensa *haute justice* baronial; em vez disso, surgiria nos condados uma auto-administração aristocrática e não-remunerada, que depois evoluiria para os juízes de paz do início da época moderna. No próprio período medieval, naturalmente, o contrapeso dos tribunais de condado coexistia com os tribunais senhoriais e com algumas franquias senhoriais de tipo feudal ortodoxo, como as que se encontravam por todo o continente.

Ao mesmo tempo, a nobreza da Inglaterra na Idade Média constituía uma classe tão militarizada e predatória como qualquer outra da Europa: na verdade, distinguia-se entre as suas parceiras pela amplitude e constância de suas agressões externas. Nenhuma outra aristocracia feudal da Alta Idade Média irradiou-se tão longe e tão livremente, enquanto o conjunto de uma ordem, a partir de sua base territorial. As sucessivas pilhagens da França durante a Guerra dos Cem Anos foram os feitos mais espetaculares deste militarismo: mas a Escócia e Flandres, a Renânia e Navarra, Portugal e Castela foram também atravessadas por expedições militares vindas da Inglaterra, no século XIV. Nesta época, os cavaleiros ingleses lutaram fora de seu país desde o Forth até o Ebro. A organização militar de tais expedições refletia o desenvolvimento local de um feudalismo "bastardo" monetarizado. O último exército feudal propriamente dito, convocado com base na posse da terra, foi recrutado em 1385 para o ataque de Ricardo II à Escócia. A Guerra dos Cem Anos foi travada essencialmente por companhias contratadas, alistadas com base em pagamentos em dinheiro, por iniciativa dos grandes senhores, para servir à monarquia. Deviam obediência aos seus próprios capitães; recrutamentos nos condados e mercenários estrangeiros forneceram as forças suplementares. Não houve a participação de um exército profissional e a escala das expedições era

numericamente modesta: as tropas despachadas para a França nunca alcançaram muito mais que 10 mil homens. Os nobres que chefiaram as sucessivas incursões em território Valois conservaram basicamente uma perspectiva de pirataria. Os saques privados, a busca de reféns e de terra eram os objetivos de sua ambição; e os capitães mais bem-sucedidos enriqueceram-se maciçamente com as guerras, nas quais as forças inglesas bateram repetidas vezes exércitos franceses muito maiores, reunidos para expulsá-las. A superioridade estratégica dos agressores ingleses durante a maior parte do conflito não se baseava, como pode sugerir uma ilusão retrospectiva, no controle do poder marítimo. Com efeito, as frotas dos mares do norte não passavam de transportes improvisados de tropas; compostas em sua maioria por barcos comerciais temporariamente apresados, eram incapazes de patrulhar regularmente o oceano. Os barcos de guerra propriamente ditos confinavam-se ainda, em grande parte, no Mediterrâneo, onde a galera movida a remo era a arma das verdadeiras guerras marítimas. As batalhas travadas no mar eram, por conseguinte, naquela época, desconhecidas nas águas atlânticas: os embates navais ocorriam de modo geral em baias ou estuários pouco profundos (Sluys ou La Rochelle), onde os navios em combate podiam engatar-se para as lutas corpo a corpo entre os soldados a bordo. Era impossível então o "controle estratégico do mar". Desse modo, as costas de ambos os lados do canal não dispunham de defesa contra os desembarques armados. Em 1386, a França reuniu o maior exército e a mais ampla frota de toda a guerra para uma invasão em grande escala da Inglaterra: os planos de defesa da ilha sequer chegaram a contemplar a possibilidade de deter esta força no mar, mas confiavam em manter a frota inglesa fora da rota da agressão, no Tâmisa, a fim de atraí-la a uma decisão no interior.[4] À última hora, a invasão foi cancelada, mas a vulnerabilidade inglesa diante dos ataques marítimos foi amplamente demonstrada durante a guerra, na qual os destrutivos ataques navais desempenharam um papel equivalente às *chevauchées* militares em terra. As frotas da França e de Castela, utilizando galeras de tipo meridional, muito mais ágeis, capturaram, saquearam ou queimaram uma formidável lista de portos ingleses; por toda a parte, de Devon a Essex: entre outras cidades, Plymouth, Southhampton, Portsmouth, Lewes, Hastings, Winchelsea, Rye, Gravesend e Harwich, todas foram tomadas e pilhadas no decorrer do conflito.

(4) Quanto a este episódio revelador, ver J. J. Palmer, *England, France and Christendom, 1337-1399*, Londres, 1972, pp. 74-6.

Assim, a supremacia inglesa durante a maior parte da Guerra dos Cem Anos, que determinou como campo de batalha permanente — com todo o seu cortejo de danos e desolação — o território francês, não foi um resultado do poder marítimo.[5] Foi produto da integração e da solidez política muito maiores da monarquia feudal inglesa, cuja capacidade administrativa para explorar seu patrimônio e convocar sua nobreza foi, até o momento final da guerra, muito maior que a da monarquia francesa, assolada por vassalos desleais na Bretanha ou na Borgonha e enfraquecida por sua primitiva incapacidade de desalojar o feudo inglês na Guiana. Por sua vez, a lealdade da aristocracia inglesa foi cimentada nas vitoriosas campanhas externas, às quais foi levada por uma série de príncipes marciais. Apenas quando a organização política feudal da França foi ela própria reorganizada sobre uma nova base militar e fiscal, no governo de Carlos VII, surgiram as condições para a mudança da maré. Derrotados os seus aliados borgonheses, as forças da Inglaterra logo passaram a ser enfrentadas por exércitos franceses cada vez maiores e melhor equipados. A amarga conseqüência do colapso final do poder inglês na França seria a eclosão das Guerras das Duas Rosas, dentro do país. Uma vez que não mais existia uma autoridade real vitoriosa para manter unida a alta nobreza, a arcaica máquina de guerra medieval volta-se sobre si própria, enquanto as rivalidades entre os grandes senhores feudais liberavam por todo o país os seus embrutecidos dependentes e bandos de soldados contratados, e usurpadores rivais engalfinhavam-se na luta pela sucessão. Uma geração de guerra civil acabou, finalmente, com a fundação da nova dinastia Tudor em 1485, no campo de Bosworth.

O reinado de Henrique VII preparava agora, gradualmente, o aparecimento de uma "nova monarquia" na Inglaterra. Durante o regime Lancaster anterior, desenvolveram-se livremente as facções aristocráticas, que manipularam o Parlamento para seus próprios fins, ao passo que os governantes da Casa York esforçaram-se, em meio à anarquia dominante, no sentido de concentrar e fortalecer de novo as instituições centrais do poder real. Sendo ele próprio um Lancaster por afinidade, Henrique VII desenvolveu essencialmente a prática administrativa York. Antes das Guerras das Duas Rosas, os Parlamentos eram virtualmente anuais e durante a primeira década da reconstrução, de-

(5) Ver os pertinentes comentários de C. F. Richmond, "The War at Sea", em K. Fowler (Org.), *The Hundred Years' War*, Londres, 1971, p. 117; e "English Naval Power in the Fifteenth Century", *History*, LII, nº 174, fevereiro de 1967, pp. 4-5. Os estudos sobre este tema ainda estão no início.

pois de Bosworth, isso voltou a ocorrer. Mas, uma vez aprimorada a segurança interna e consolidado o poder Tudor, Henrique VII descartou-se da instituição: de 1497 a 1509 — os últimos doze anos de seu reinado —, esta tornou a reunir-se apenas mais uma vez. O governo real centralizado era exercido através de uma pequena roda seleta de conselheiros pessoais e homens de confiança do monarca. O seu objetivo primário foi a sujeição do poder dos magnatas, que estivera em ascensão no período anterior, com seus bandos uniformizados de dependentes armados, o suborno sistemático de jurados e as constantes guerras privadas. Este programa, porém, foi aplicado com muito maior persistência e êxito do que na fase York. A suprema prerrogativa de justiça foi imposta à nobreza com o recurso à *Star Chamber*, um tribunal conciliar que se tornaria o principal instrumento da monarquia contra motins ou sedição. A turbulência regional no norte e no oeste (onde os senhores fronteiriços reclamavam direitos de conquista e não a enfeudação pelo monarca) foi sufocada pela criação de conselhos especiais delegados para controlar tais áreas *in situ*. Os ampliados direitos de asilo e os privilégios privados semi-reais foram gradualmente limitados; proibiram-se as tropas particulares uniformizadas. A administração local foi subordinada ao controle monárquico, com o recurso à seleção e supervisão vigilantes dos juízes de paz; rebeliões de usurpadores reincidentes foram esmagadas. Criou-se um pequeno corpo de guarda no lugar da polícia armada.[6] Os domínios reais foram muito ampliados pela retomada de terras, cuja receita forneceu à monarquia um total quadruplicado durante o reinado; as incidências feudais e os tributos alfandegários foram igualmente explorados ao máximo. Por volta do final do governo de Henrique VII, os rendimentos gerais da monarquia tinham quase triplicado e existia uma reserva de tesouro que ia de 1 a 2 milhões de libras.[7] De tal modo, a dinastia Tudor efetivara um começo promissor no sentido da construção de um absolutismo inglês, na virada do século XVI. Henrique VIII herdou um Executivo poderoso e um próspero erário.

Os primeiros vinte anos do governo de Henrique VIII trouxeram poucas mudanças à posição de segurança interna da monarquia Tudor. A administração política de Wolsey não foi marcada por inovações institucionais relevantes; no máximo, o cardeal concentrou em suas mãos

(6) S. T. Bindoff, *Tudor England*, Londres, 1966, pp. 56-66, fornece um bom resumo de todo o processo.

(7) G. R. Elton, *England under the Tudors*, Londres, 1956, pp. 49, 53.

poderes sem precedentes sobre a Igreja, como legado papal na Inglaterra. Tanto o rei como o ministro mostravam-se preocupados principalmente com os negócios externos. As limitadas campanhas travadas contra a França, em 1512-14 e 1522-25, constituiriam os principais acontecimentos do período; para acudir aos custos de tais operações militares no continente foram necessários dois breves arremedos de convocação parlamentar.[8] Depois disso, uma tentativa de taxação arbitrária promovida por Wolsey levantou uma oposição das classes proprietárias contra Henrique VIII suficiente para desestimulá-la. Não havia ainda sinais de qualquer desenvolvimento espetacular na orientação da política monárquica na Inglaterra. Foi a crise matrimonial de 1527-28, causada pela decisão real de se divorciar de sua esposa espanhola, com o subseqüente impasse com o papado sobre uma questão que afetava a sucessão interna, que viria subitamente alterar toda a situação política. Para lidar com a obstrução papal — inspirada pela hostilidade dinástica do imperador ao planejado novo casamento — foi necessário recorrer a novas e mais radicais leis, e reunir apoio político nacional contra Clemente VII e Carlos V.

Assim, em 1529 Henrique convocou aquele que seria o Parlamento de maior duração, a fim de mobilizar a classe fundiária a seu favor no conflito com o papado e o império e assegurar o endosso dela ao confisco político da Igreja por parte do Estado na Inglaterra. Entretanto, tal renascimento de uma instituição até aí desprezada estava longe de representar uma capitulação constitucional de Henrique VIII ou de Thomas Cromwell, que se tornou seu planejador político em 1531; não significou um enfraquecimento do poder real, mas apenas um novo impulso no sentido de sua intensificação. Com efeito, os Parlamentos da Reforma não só aumentaram grandemente o padroado e a autoridade da monarquia, ao transferir o controle de todo o aparelho eclesiástico para suas mãos. Sob a direção de Cromwell, eles também suprimiram a autonomia dos privilégios senhoriais, destituindo-os do poder de designar juízes de paz; integraram os senhores fronteiriços aos condados e incorporaram o País de Gales, jurídica e administrativa-

(8) C. Russell, *The Crisis of Parliaments*, Oxford, 1971, pp. 41-2, afirma categoricamente que o Parlamento inglês deste período, com as suas breves sessões raramente convocadas, era uma força em declínio; por outro lado, enfatiza corretamente que o pacto constitucional entre a monarquia e o Parlamento baseava-se na unidade de classe dos dirigentes do país. Quanto à base social do parlamentarismo inglês, ver as agudas observações de Penry Williams, "The Tudor State", *Past and Present*, nº 24, julho de 1963, pp. 39-58.

mente, ao reino da Inglaterra. Ainda mais significativo foi o fato de os mosteiros terem sido dissolvidos e a sua vasta riqueza fundiária expropriada pelo Estado. No ano de 1536, a combinação governamental de centralização política e reforma religiosa provocaria um levante potencialmente perigoso no norte, a Peregrinação da Graça, uma reação regional particularista contra um Estado real reforçado, de tipo semelhante às que ocorriam na Europa ocidental nesta época.[9] A rebelião foi dispersada e criou-se um novo e permanente Conselho do Norte, com o objetivo de controlar os territórios situados além do Trent. Enquanto isso, Cromwell ampliava e reorganizava a burocracia central, convertendo o cargo de secretário do rei no mais alto posto ministerial e criando os primeiros elementos de um conselho privado regular.[10] Logo após a sua queda, o Conselho Privado foi formalmente institucionalizado como a agência executiva mais íntima da monarquia e desde então tornou-se o cerne da máquina política Tudor. Um Estatuto das Proclamações, aparentemente destinado a conferir poderes legislativos extraordinários à monarquia, libertando-a para o futuro do beneplácito do Parlamento, foi, por fim, neutralizado pelos Comuns.[11] Tal recusa, evidentemente, não impediu Henrique VIII de levar a cabo sanguinários expurgos de ministros e magnatas, ou criar um sistema de polícia secreta para delações e prisões sumárias. O aparelho repressivo do Estado cresceu rapidamente ao longo do reinado: ao seu final, ti-

(9) Encontra-se uma minuciosa análise sobre as implicações da Peregrinação da Graça (em geral subestimadas) em J. J. Scarisbricke, *Henry VIII*. Londres, 1971, pp. 444-5, 452.

(10) As asserções exageradas sobre a "revolução" administrativa de Cromwell, feitas por Elton em *The Tudor Revolution in Government*, Cambridge, 1953, pp. 160-427 e em *England under the Tudors*, pp. 127-37, 160-75, 180-4 foram reduzidas a proporções mais modestas por, entre outros, G. L. Harris, "Mediaeval Government and State-Craft", *Past and Present*, nº 24, julho de 1963, pp. 24-35; para um comentário recente e representativo, ver Russell, *The Crisis of Parliaments*, p. 111.

(11) Nessa época, debateram-se também planos para um exército permanente e um pariato juridicamente privilegiado — duas medidas que, se implementadas, teriam modificado o curso da história inglesa nos séculos XVI e XVII. Na verdade, nenhuma delas podia ser aceita por um Parlamento que apoiava o controle da Igreja pelo Estado e a paz do reino no campo, mas conhecia a lógica das tropas profissionais e era adverso à constituição de uma hierarquia jurídica no seio da nobreza, a qual atuaria socialmente contra muitos de seus membros. O projeto de um exército permanente, preparado em 1536-37 e encontrado nos arquivos do gabinete de Cromwell é analisado em L. Stone, "The Political Programme of Thomas Cromwell", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, XXIV, 1951, pp. 1-18. Quanto à proposta de um estatuto jurídico privilegiado da propriedade fundiária para a nobreza titular, ver Holdsworth, *A History of English Law*, IV, pp. 450-3.

nham sido aprovadas nove diferentes leis sobre traição.[12] O uso que Henrique VIII fez do Parlamento, do qual ele esperou e recebeu poucos incômodos, foi de abordagem confiantemente legalista: era um meio necessário aos fins do rei. Dentro da estrutura herdada da organização política feudal inglesa, que conferira poderes singulares ao Parlamento, estava em construção um absolutismo nacional que, na prática, nada ficava a dever ao de qualquer de seus parceiros continentais. Durante o seu período de vida, o poder pessoal efetivo de Henrique VIII no seio de seu reino foi perfeitamente igual ao de seu contemporâneo Francisco I na França.

Apesar disso, a nova monarquia Tudor funcionava no interior de uma limitação fundamental, que a distinguia de suas congêneres no exterior: faltava a ela um aparelho militar substancial. Para compreender por que o absolutismo inglês tomou a forma peculiar assumida no século XVI e no início do século XVII, faz-se necessário ultrapassar a herança original de um Parlamento legislador, a fim de alcançar todo o contexto internacional da Europa renascentista. Nesse sentido, enquanto o Estado Tudor era construído com êxito no plano interno, a posição geopolítica da Inglaterra no exterior sofrera rápida e silenciosamente uma drástica mudança. Na época Lancaster, o poder externo da Inglaterra podia enfrentar ou sobrepujar o de qualquer outro país do continente, devido à natureza avançada da monarquia feudal na Inglaterra. Mas, por volta do início do século XVI, o equilíbrio de forças entre os Estados ocidentais mais importantes modificara-se por completo. A Espanha e a França — ambas vítimas de invasões inglesas no período precedente — eram agora monarquias dinâmicas e agressivas que disputavam entre si a conquista da Itália. A Inglaterra fora rapidamente superada por elas. Todas as três monarquias tinham atingido um nível comparável de consolidação interna, mas foi justamente tal equiparação que possibilitaria que as vantagens naturais das duas grandes potências continentais da época se tornassem, pela primeira

(12) Joel Hurstfield, "Was there a Tudor Despotism after all?", *Transactions of the Royal Historical Society*, 1967, pp. 83-108, critica com eficácia os anacronismos apologéticos em que se baseiam até hoje os escritos sobre esse período. Hurstfield põe em relevo o impulso real que estava por trás do Estatuto das Proclamações, dos Atos sobre Traição e da censura e propaganda oficiais do reino. A noção outrora aceita de que a monarquia Tudor não constituía uma forma de absolutismo não sobrevive à análise de Mousnier, "Quelques Problèmes Concernant la Monarchie Absolue", pp. 21-6. A atitude de Henrique para com o Parlamento acha-se bem exposta em *Henry VIII*, pp. 653-4.

vez, decisivas. A população da França era quatro ou cinco vezes superior à da fnglaterra. A Espanha tinha o dobro da população inglesa, para não falar de seu império americano e de suas possessões européias. Esla superioridade demográfica e econômica era acentuada pela necessidade geográfica que linham ambos os países de desenvolver exércitos modernizados e de caráter permanente, para a guerra perpétua daqueles tempos. A criação das *compagnies d'ordonnance* e dos *tercios*, o emprego de infantaria mercenária e da artilharia pesada, tudo isso conduziu a um novo tipo de aparelho militar da monarquia — muito maior e mais caro do que o que se conhecia no periodo medieval. Para as monarquias da Renascença, a construção de forças militares na área metropolitana era uma condição indispensável à sua própria sobrevivência. O Estado Stuart foi poupado deste imperativo, devido à sua situação insular. Por um lado, o rápido aumenlo do cuslo e do tamanho dos exércitos no início da época moderna, junto aos problemas de transporte, de embarque e aprovisionamento de um grande número de soldados por via marítima, tornaram o tipo medieval de expedições ultramarinas, nas quais a Inglaterra tanlo se destacara, cada vez mais anacrônicas. A preponderância militar das novas potências territoriais, baseada em seus recursos financeiros e humanos muito mais amplos, impediu toda a repetição vitoriosa das campanhas de Eduardo III ou Henrique V. Por outro lado, tal ascendência conlinental não se fez traduzir em uma idêntica capacidade de combate no mar: não ocorrera ainda qualquer transformação importante na arte bélica naval, e assim a Inglaterra continuava relativamente imune ao risco de uma invasão maritima. Em decorrência disso, na grave conjuntura da transição rumo a uma "nova monarquia" na Inglaterra, não foi necessário nem possível ao Estado Tudor construir uma máquina militar comparável às do absolutismo francês ou espanhol.

No aspecto subjetivo, porém, Henrique VIII e sua geração, no seio da nobreza inglesa, eram ainda incapazes de apreender a nova situação internacional. O orgulho marcial e as ambições continentais de seus antecessores da última fase medieval ainda estavam vivos na memória da classe dominante inglesa da época. O ultracauteloso Henrique VII reavivara, ele próprio, as pretensões lancasterianas à monarquia francesa, lutara para impedir a anexação da Bretanha pelos Valois e planejara ativamente a conquista da sucessão de Castela. Wolsey, que dirigiu a politica externa inglesa durante os vinte anos seguintes, posou de árbitro da concórdia européia com o Tratado de Londres, e aspirou, nada mais nada menos, ao próprio papado italiano. Por sua vez, Henrique VIfI alimenlou esperanças de se tornar imperador da

Alemanha. Essas grandiosas aspirações foram descartadas como ilusões fantasmagóricas pelos hisloriadores subseqüentes: com efeito, elas expressavam a dificuldade perceptual dos governantes ingleses em adaptar-se à nova configuração diplomática, na qual a estalura da Inglaterra tanto diminuira, em termos reais, precisamenle numa época onde o seu próprio poder interno aumentava sensivelmente. Na verdade, fora exatamente tal perda de posição internacional, ignorada pelos protagonistas ingleses, que esteve por trás de todo o erro de cálculo do divórcio real. Nem o cardeal nem o rei compreenderam que o papado era praticamente obrigado a submeter-se à pressão superior de Carlos V, devido à hegemonia do poder Habsburgo na Europa. A fnglaterra fora marginalizada pelo conflito franco-espanhol pela Itália: espectador impotente, os seus interesses pesavam pouco na Cúria. A surpresa da descoberta iria impelir o Defensor da Fé para a Reforma. Todavia, as desventuras da politica externa de Henrique VIII não se limitaram a este calamitoso revés diplomático. Por três vezes, a monarquia Tudor tentou intervir nas guerras Valois-Habsburgo no norte da França, através de expedições que cruzaram o canal. Os exércitos despachados nestas campanhas de 1512-14, 1522-25 e 1543-46 foram naturalmente de volume considerável, compostos por recrutas Ingleses reforçados com mercenários estrangeiros: 30 mil em 1512, 40 mil em 1544. Faltou em seu emprego um objetivo eslratégico sério e não se conseguiu nenhum ganho significativo: a retirada inglesa das linhas secundárias da luta entre Espanha e França provou-se lão custosa como fútil. Contudo, estas guerras "a esmo" de Henrique VIII, cuja falta de propósito coerente já foi tantas vezes destacada, não foram meramente o produto de um capricho pessoal: correspondiam precisamente a um curioso inlervalo histórico, em que a monarquia inglesa tinha perdido a sua antiga importância militar na Europa mas não encontrara ainda o futuro papel marítimo que a aguardava.

Não deixaram de ter para a própria Inglaterra as suas conseqüências fundamentais. O último alo importante de Henrique VIII, a sua aliança com o império e o ataque à França em f543, viria a ter conseqüências fatais para o destino ulterior da monarquia inglesa. A intervenção militar no estrangeiro foi mal conduzida; seus custos cresceram muitíssimo, chegando a totalizar dez vezes mais que os da primeira guerra do seu reinado com a França; para cobri-los, o Estado não recorreu apenas a empréstimos compulsórios e ao aviltamento da moeda, mas começou também a descarregar no mercado o imenso fundo de propriedade agrária que acabara de adquirir dos mosteiros — e que significava talvez um quarto do território do reino. A venda dos domí-

nios da Igreja pela monarquia multiplicou-se, à medida que a guerra se arrastava, até a morte de Henrique. Mas, quando a paz foi restaurada, o grosso do resultado deste grande golpe de sorte estava exaurido;[13] e, com ele, a única grande chance que teve o absolutismo inglês de construir uma sólida base econômica independente da tributação parlamentar. Tal transferência de fundos não apenas enfraqueceria o Estado a longo prazo: fortaleceria, também, em grande escala, a pequena nobreza que constituiu os principais compradores destas terras, e cujo número e riqueza cresceu rapidamente, daí em diante. Assim uma das guerras mais inconseqüentes e sem brilho da história inglesa teve conseqüências enormes, ainda que ocultas, sobre o equilíbrio interno de forças na sociedade inglesa.

As duas facetas deste episódio final do governo henriquino pressagiavam, na verdade, a maior parte da evolução da classe fundiária inglesa no seu conjunto. Nesse sentido, o conflito militar da década de 1640 foi, na prática, a última guerra de agressão travada pela Inglaterra no continente até o fim do século. As ilusões de Crécy e Agincourt se desvaneceram. Mas o desaparecimento gradual de sua vocação tradicional alterou profundamente o semblante da nobreza da Inglaterra. A ausência da pressão limitadora causada pela possibilidade constante de uma invasão permitiu à aristocracia inglesa dispensar um aparelho militar modernizado na época da Renascença; não estava diretamente ameaçada pelas classes feudais rivais no estrangeiro e tinha relutância, como qualquer outra nobreza num estádio de evolução similar, em submeter-se à construção maciça do poder real no plano interno, conseqüência lógica de um grande exército regular. No contexto isolacionista do reino insular houve, assim, uma desmilitarização excepcionalmente precoce da própria classe nobre. Em 1500, todo par do reino inglês portava armas; à época de Elizabeth, já se calculou, apenas metade da aristocracia possuía alguma experiência de combate.[14] Nas vésperas da guerra civil do século XVII, pouquíssimos nobres dispunham de algum passado militar. Verificava-se uma progressiva *dissociação* da nobreza com respeito à função militar básica que a definia na ordem social medieva, num processo muito mais precoce do que qualquer outro do continente; tal fato, necessariamente, teria importantes reper-

(13) No final do reinado, dois terços dos domínios monásticos haviam sido alienados; a receita da venda das terras eclesiásticas alcançava, em média, 30 por cento a mais que a das rendas das terras retidas pelo rei. Ver F. Dietz, *English Government Finance, 1485-1558*, Londres, 1964, pp. 147, 149, 158, 214.

(14) Stone, *The Crisis of the Aristocracy*, pp. 265-6.

cussões na própria classe fundiária. No seu contexto marítimo peculiar, a derrogação propriamente dita — sempre ligada a um intenso sentimento das virtudes da espada e codificada contra as tentações da bolsa — nunca chegou a ocorrer. Isso permitiria, por sua vez, uma conversão gradual da aristocracia às atividades comerciais muito antes de qualquer outra classe rural européia do mesmo gênero. A predominância da criação de gado lanífero, setor em crescimento na agricultura do século XV, arelerou, naturalmente, tal tendência, ao passo que a indústria têxtil rural, contígua àquela, proporcionava alternativas naturais ao investimento da pequena nobreza. A trajetória econômica que conduziu das metamorfoses da renda feudal nos séculos XIV e XV à emergência de um setor capitalista rural em expansão no século XVII estava pois aberta. Uma vez iniciada, tornou-se praticamente impossível sustentar o caráter juridicamente separado da nobreza inglesa.

Durante a Idade Média, a Inglaterra, tal como a maioria dos outros países, experimentou uma tendência acentuada no sentido de uma estratificação formal de camadas no seio da aristocracia, com a introdução de novos títulos, uma vez que a hierarquia feudal primitiva de vassalos e suseranos tinha sido minada pelo surgimento das relações sociais monetarizadas e pela dissolução do sistema feudal clássico. Por toda a parte, a nobreza sentiu a necessidade de novos e mais abundantes graus nobiliárquicos, já que as dependências pessoais tinham, em geral, declinado. Na Inglaterra, os séculos XIV e XV presenciariam a adoção de novos graus — duques, marqueses, barões e viscondes — no interior da nobreza, os quais, juntamente com os expedientes destinados a garantir o direito de primogenitura da herança, separariam, pela primeira vez, um "pariato" distinto do restante da classe.[15] Daí em diante, tal estrato compreenderia sempre o grupo mais poderoso e opulento da aristocracia. Ao mesmo tempo, formou-se um Colégio Heráldico, que deu definição jurídica à pequena nobreza, limitando-a às famílias detentoras de escudos de armas e estabelecendo os procedimentos necessários para a investigação das pretensões a esse estatuto.

(15) A transição do baronato do início da Idade Média para o pariato do final desse período, e a evolução concomitante da classe dos cavaleiros para a pequena nobreza estão traçadas em N. Denholm-Young, "En Remontaot le Passé de l'Aristocracie Anglaise: le Moyen Age", *Annales*, maio de 1937, pp. 257-69. (O próprio título de "barão" adquiriria novo significado como grau de direito em fins do século XIV, passando a ser usado de forma distinta.) A consolidação do sistema de pariato é analisada por K. B. Macfarlane, "The English Nobility in the Later Middle Ages", *XIIth International Congress of Historical Sciences*, Viena, 1965, Relatórios I, pp. 337-45, que salienta o seu caráter novo e a sua descontinuidade.

Dessa maneira, bem podia ter-se desenvolvido na Inglaterra, como aconteceu noutros países, uma ordem aristocrática mais rigorosa e de dupla linhagem, juridicamente demarcada dos *roturiers* abaixo dela. Mas a crescente propensão não-militar e protocomercial do conjunto da nobreza — estimulada pela venda de terras e pelo surto agrário da época Tudor — tornou impossível um tribunal de derrogação.[16] Em conseqüência, o critério estritamente heráldico tornou-se em grande medida inoperante. Daí a peculiaridade então surgida, pela qual a aristocracia social inglesa não coincidia com o pariato patenteado, que era o único setor dela a dispor de privilégios jurídicos, e a pequena nobreza sem títulos e os filhos mais jovens dos pares podiam dominar uma assim chamada Câmara dos Comuns. Assim, as idiossincrasias da classe fundiária inglesa na época do absolutismo viriam a ser historicamente entrelaçadas: ela era inusitadamente civil em sua formação, comerciante por profissão e plebéia de linhagem. O correlato dessa classe era um Estado com uma pequena burocracia, um fisco limitado e sem um exército regular. A tendência inerente à monarquia Tudor era, como vimos, surpreendentemente homóloga à de suas opositoras do continente (até mesmo quanto às semelhanças de personalidade, tantas vezes notadas, entre Henrique VII, Luis XI e Fernando II, e Henrique VIII, Francisco I e Maximiliano I): mas os limites de seu desenvolvimento estavam estabelecidos pelo caráter da nobreza que a circundava.

Enquanto isso, o legado imediato da última incursão de Henrique VIII na França foi um agudo desespero popular no campo, à medida que a depreciação monetária levava à insegurança rural e a uma temporária depressão comercial. A minoridade de Eduardo VI assistiu assim a uma rápida regressão na estabilidade da autoridade política do Estado Tudor, com as previsíveis trapaças entre os grandes senhores territoriais pelo controle da corte, numa década marcada pela inquietação camponesa e por crises religiosas. Os levantes rurais em East Anglia e no sudoeste foram esmagados por mercenários contratados na Itália e na Alemanha.[17] Mas logo a seguir, em 1551, essas tropas profissionais foram dissolvidas para aliviar o erário: a última explosão agrária de relevância em quase trezentos anos tinha sido reprimida pela última força importante de soldados estrangeiros que esteve, no plano interno, à disposição do monarca. Neste ínterim, a rivalidade entre os duques de Somerset e de Northumberland, com as suas respectivas clientelas de nobres menores, funcionários e homens em armas conduzia a golpes e contragolpes velados no Conselho Privado, em meio à tensão religiosa e à incerteza dinástica. A unidade do aparelho de Estado Tudor parecia temporariamente ameaçada. Entretanto, não seria apenas a morte do jovem soberano que cortaria pela raiz o perigo de uma real desintegração; era improvável que se desenvolvesse um facsímile fiel dos conflitos aristocráticos na França, devido à ausência de tropas leais à disposição dos magnatas em luta. O desfecho do interregno de governo de Somerset e Northumberland viria meramente radicalizar a Reforma local e fortalecer a dignidade monárquica contra os grandes nobres. A breve passagem de Maria Tudor, com sua subordinação dinástica à Espanha e a efêmera restauração católica, quase não deixou nenhum traço político. O último ponto de apoio inglês no continente foi perdido com a reconquista francesa de Calais.

O longo reinado de Elizabeth na última metade do século iria restaurar e desenvolver, em seguida, o *status quo ante* no plano interno, sem recorrer a inovações radicais. O pêndulo religioso oscilou outra vez na direção de um protestantismo moderado, com o estabelecimento de uma Igreja anglicana obediente. No aspecto ideológico, a autoridade real foi grandemente acentuada, à medida que a popularidade pessoal da rainha atingia o ápice. No aspecto institucional, entretanto, houve comparativamente pouco progresso. Na primeira metade do reino, o Conselho Privado concentrou-se e se estabilizou, sob o longo e firme secretariado de Burghley. A rede de espionagem e polícia, ocupada principalmente com a repressão às atividades católicas, foi ampliada por Walsingham. Se comparada ao reinado de Henrique VIII, a atividade legislativa reduziu-se muito.[18] As rivalidades de facções no seio da alta nobreza assumiam agora a forma de intrigas de corredor em busca de honrarias e cargos na corte. A última e vulgar tentativa de *putsch* armado da alta nobreza — a rebelião promovida por Essex, o Guise inglês, no final do reinado — foi facilmente derrotada. Por outro lado, a influência e a prosperidade políticas da pequena nobreza — que

(16) É preciso não esquecer que a própria *loi de dérogeance* foi uma criação tardia da Renascença francesa, que data apenas de 1560. Enquanto a função da nobreza era nitidamente militar, tal medida foi desnecessária; assim como os próprios títulos graduados, ela se constituía numa reação à nova mobilidade social.

(17) O governo não podia confiar na lealdade dos recrutamentos feitos nos condados durante essa crise: W. K. Jordan, Edward VI: *The Young King*, Londres, 1968, p. 467.

(18) Ver os estudos comparados dos estatutos, elaborados por Elton, em "The Political Creed of Thomas Cromwell", *Transactions of the Royal Historical Society*, 1956, p. 81.

os Tudor haviam inicialmente apolado como um contrapeso do pariato — eram agora, cada vez mais, um obstáculo evidente à prerrogativa real. Convocado por treze vezes em 45 anos, basicamente em virtude de emergências externas, o Parlamento começava a revelar independência na crítica às medidas do governo. Ao longo do século, a Câmara dos Comuns aumentou grandemente em volume, passando de 300 para 460 membros, entre os quais a proporção de fidalgos rurais crescia rapidamente, à medlda que os assentos dos burgos eram apropriados pelos cavaleiros rurais ou seus patronos.[19] A dilapidação moral da lgreja, ao termo do predomínio secular e dos ziguezagues doutrinários dos cinqüenta anos anteriores, permitiu a difusão gradual de um puritanismo de oposição em setores consideráveis dessa classe. Assim, os últimos anos de dominação Tudor seriam marcados por nova recalcitrância e rebeldia do Parlamento, cuja importunação religiosa e obstrução fiscal levariam Elizabeth a efetuar novas vendas de terras reais, a fim de minimizar a dependência em relação a ele. A máquina repressiva e burocrática da monarquia permaneceu muito exígua, se comparada com o seu prestígio político e autoridade executiva. Acima de tudo, faltava-lhe o motor de propulsão das guerras por territórios, que acelerara o desenvolvimento do absolutismo no continente.

Evidentemente, o impacto da guerra renascentista não ignorou a lnglaterra elizabetana. Os exércitos de Henrique Vflf mantiveram um caráter híbrido e improvisado, o arcaico recrutamento aristocrático realizado no país ainda se combinava com a utilização de mercenários flamengos, borgonheses, italianos e "alemães", contratados lora do país.[20] O Estado elizabetano, agora confrontado com perigos externos reais e constantes da época de Alba e Farnese, recorreu a uma extensão ilegal do sistema tradicional de milícias inglês a fim de reunir lorças adequadas para as suas expedições ultramarinas. Tecnicamente preparados apenas para servir como uma guarda nacional, cerca de 12 mil homens receberam treinamento especial, voltado prlncipalmente para a defesa dentro do país. Os restantes, geralmente arrebanhados entre a população vadia, foram empregados para a ação no estrangeiro. O desenvolvimento de tal sistema não produziu um exército permanente ou profissional, mas proporcionou um fluxo regular de tropas, em escala

(19) J. E. Neale, *The Elizabethan House of Commons*, Londres, 1949, pp. 140, 147-8, 302.

(20) C. Oman, *A History of the Art of War in the Sixteenth Century*, Londres, 1937, pp. 288-90.

modesta, para os numerosos compromissos externos do governo de Elizabeth. Os governadores dos condados adquiriram maior importância como autoridades encarregadas do recrutamento; gradualmente, foi introduzida a organização em regimentos e as armas de fogo venceram o apego nativo ao arco e flecha.[21] De modo geral, mesmo os contingentes das milícias eram combinados com soldados mercenários, escoceses ou alemães. Nenhum dos exércitos despachados para o continente chegaria a ultrapassar 20 mil homens — metade do tamanho da última expedição henriquina; e a maioria era consideravelmente menor. O desempenho desses corpos, nos Países Baixos e na Normandia, foi geralmente marcado pelo desperdício. O seu custo era desproporcionalmente alto em relação a sua utilidade, o que desencorajou qualquer progresso semelhante na mesma direção.[22] A inferioridade militar do absolutismo inglês continuou a impedir qualquer expectativa expansionista no continente. Dessa maneira, a polltica externa de Elizabeth ficou largamente limitada a linalidades negativas: prevenção da reconquista espanhola das Províncias Unidas, prevenção da ocupação francesa dos Países Baixos, prevenção da vitória da Liga na França. Neste caso, tais objetivos limitados seriam alcançados, ainda que o papel dos exércitos ingleses no resultado final dos intrincados conflitos europeus do período tenha sido bastante secundário. A vitória decisiva da Inglaterra na guerra com a Espanha teve origem em outro fator, a derrota da Armada: mas não pôde ser capitalizada em terra. A ausência de qualquer estratégia continental positiva resultou nas perdulárias e inúteis diversões militares da última década do século. A longa guerra com a Espanha depois de 1588, que custou à monarquia inglesa tão caro em riqueza nacional, terminou sem aquisições de território ou tesouro.

Apesar disso, o absolutismo inglês alcançaria uma importante conquista militar neste período. fncapaz de enfrentar frontalmente as grandes monarquias continentais, o expansionismo elizabetano atirou os seus maiores exércitos contra a pobre e primitiva sociedade de clãs da frlanda. A ilha celta permanecera como a mais arcaica formação social do Ocidente até o final do século XVI, talvez mesmo em todo o

(21) C. G. Cruickshank, *Elizabeth's Army*, Oxford 1966, pp. 12-3, 19-20, 24-30, 51-3, 285.

(22) Cruickshank sugeriu que a ausência de um soberano adulto do sexo masculino, que comandasse pessoalmente as tropas em campanha, durante aproximadamente sessenta anos após Henrique VIII, pode ter contribuido para o não-surgimento de um exército regular nesta época: *Army Royal*, Oxford, 1969, p. 189.

continente. "O último dos filhos da Europa",[23] na expressão de Bacon, ficara fora do mundo romano; não fora tocada pelas conquistas germânicas; tinha sido visitada, mas não subjugada, pelas invasões vikings. Cristianizada no século VI, o seu sistema rudimentar de clãs conseguira sobreviver, de forma peculiar, à conversão religiosa, sem a centralização política: a Igreja preferiu adaptar-se à ordem social local nesse distante posto avançado da fé, deixando de lado a autoridade episcopal em troca da organização monástica comunitária. Chefes e nobres hereditários exerciam o domínio sobre camponeses livres, agrupados em unidades de parentesco ampliado e a etes vinculados por laços comendatários. A economia pastoril dominava o campo. Não havia uma monarquia centralizada e as cidades eram inexistentes, embora uma cultura letrada tenha florescido do século VII ao IX — o nadir da Idade das Trevas nos outros países —, nas comunidades monásticas. Sucessivos ataques escandinavos durante os séculos IX e X desintegrariam tanto a vida cultural como o localismo clânico na ilha. Os enclaves nórdicos criaram as primeiras cidades da Irlanda; sob a pressão estrangeira, acabaria por surgir no interior uma autoridade monárquica central, com o objetivo de expulsar o perigo viking, no início do século XI. A precária alta realeza da Irlanda logo viria a se fragmentar outra vez em federações antagônicas, incapazes de resistir a uma invasão mais avançada. No final do século XII, a monarquia angevina na Inglaterra adquiriu do papado o "senhorio" da Irlanda, e forças de barões anglo-normandos atravessaram o mar para subjugar e colonizar a ilha. O feudalismo inglês, com a sua pesada cavalaria e fortes castelos, estabeleceu gradualmente o controle formal sobre a maior parte do país, com a exceção do extremo norte, nos cem anos seguintes. Mas a densidade do povoamento anglo-normando nunca foi suficiente para estabilizar o seu sucesso militar. No último período medieval, enquanto as energias da monarquia e da nobreza inglesas estavam totalmente envolvidas na França, a sociedade clânica da Irlanda recuperou terreno rapidamente. O perímetro do domínio inglês restringiu-se ao pequeno *Pale* em redor de Dublin, fora do qual ficavam as difusas "liberdades" dos magnatas territoriais de origem anglo-normanda, agora cada vez mais gaelicizados, cercados, por sua vez, pelas renascentes chefias tribais celtas, cujas zonas de controle abarcavam de novo a maior parte da ilha.[24]

(23) "A Irlanda é o último *ex filiis Europae* a ser resgatada à desolação e ao deserto (em muitas partes) para o povoamento e o cultivo; e aos costumes selvagens e bárbaros para a humanidade e a civilidade." *The Works of Francis Bacon*, Londres, 1971, vol. IV, p. 280. Para outros exemplos destes mesmos sentimentos coloniais, ver pp. 442-8. Bacon, como todos os seus contemporâneos, estava agudamente consciente das vantagens materiais da missão civilizadora da Inglaterra na Irlanda: "Isto direi confiantemente: se Deus der a este reino a sua bênção de paz e justiça, nenhum usurário pode estar tão certo de dobrar o seu capital no espaço de dezessete anos, a juros sobre juros, como este reino, na mesma medida de tempo, de dobrar as suas reservas de riqueza e de população (...). Não é fácil, nem mesmo em todo o continente, achar tal confluência de bens, como se a mão do homem andasse a par com a mão da natureza", pp. 280, 444. Note-se a clareza da concepção que vê a Irlanda como uma saída alternativa à expansão para o continente.

O advento de um Estado Tudor renovado, no início da época moderna, trouxe consigo os primeiros esforços importantes no sentido da reafirmação e fortalecimento da suserania inglesa sobre a Irlanda, em um século. Henrique VII enviou o seu auxiliar Poynings para quebrar, em 1494-96, a autonomia do Parlamento dos barões locais. No entanto, o potentado da dinastia Kildare, estreitamente vinculado por laços de casamento às principais famílias gaélicas, continuou a dispor de um poder feudal predominante, revestido da dignidade de Lord Representante. Com Henrique VIII, a administração de Cromwell iniciou a introdução de instrumentos burocráticos de governo mais regulares no *Pale*: em 1534, Kildare foi deposto e foi esmagada uma rebelião liderada por seu filho. Em 1540, Henrique VIII — depois de romper com o papado, que havia originalmente investido a monarquia Inglesa na suserania da Irlanda, como um feudo de Roma — assumiu o novo título de rei da Irlanda. Na prática, porém, a maior parte da ilha ficou fora de qualquer controle Tudor — dominada seja pelos chefes "Velhos Irlandeses", seja pelos senhores "Velhos Ingleses" a eles relacionados, tanto uns como outros adeptos da fé católica, ao passo que a Inglaterra experimentava a Reforma. Até o período de Elizabeth, havia apenas dois condados fora do *Pale*. Depois disso, viriam a eclodir violentas rebeliões — em 1559-66 (Ulster), em 1569-72 (Munster), e em 1579-83 (Leinster e Munster), à medida que a monarquia tentava impor sua autoridade e instalar colônias de "Novos Ingleses" para apaziguar o país. Finalmente, em 1595, durante a longa guerra entre Inglaterra e Espanha, o chefe do clã Ulster, O'Neill, desencadearia uma insurreição em toda a ilha contra a opressão dos Tudor, apelando ao auxílio do Papa e da Espanha. Decidido a conseguir uma resolução definitiva para o problema irlandês, o regime de Elizabeth mobilizou os maiores exércitos de seu reinado para a reocupação da ilha e a anglicização do

(24) Para a situação no início do século XVI, ver M. MacCurtain, *Tudor and Stuart Ireland*, Dublin, 1972, pp. 1-5, 18, 39-41.

país, de uma vez por todas. As táticas de guerrilha adotadas pelos irlandeses defrontaram-se com impiedosas medidas de extermínio.[25] A guerra durou nove anos, antes que toda a resistência fosse pulverizada pelo comandante inglês Mountjoy. Quando morreu Elizabeth, a Irlanda achava-se militarmente anexada.

No entanto, essa notável operação iria permanecer como um triunfo solitário das armas Tudor em terra: vencida com os maiores esforços contra um inimigo pré-feudal, ela não poderia se repetir em outras arenas. O avanço estratégico decisivo para o caráter geral da classe fundiária inglesa e seu Estado não estaria aí, e sim na lenta reorientação no sentido do aparelhamento e da expansão navais durante o século XVI. Por volta de 1500, a tradicional divisão vigente no Mediterrâneo entre a galera "longa", movida a remo e construída para a guerra, e a sua congênere "redonda", movida a vento e utilizada para o comércio, começava a ser superada nos mares setentrionais, com a construção de grandes navios de guerra equipados com armas de fogo.[26] No novo tipo de vasos de guerra, as velas tomaram o lugar dos remos e os soldados começaram a ser substituídos pelos canhões. Ao construir a primeira doca seca inglesa em Portsmouth, em 1496, Henrique VII mandou fazer dois desses navios. Entretanto, seria Henrique VIII o responsável pela expansão "sistemática e sem precedentes" do poder naval inglês;[27] nos primeiros cinco anos depois de sua ascensão ao trono, ele acrescentou 24 navios de guerra à marinha, através da compra ou da construção no país, quadruplicando o seu volume. Ao final de seu reinado, a monarquia inglesa possuia 53 navios e um Gabinete da Marinha, criado em 1546. As imensas carracas desta fase, com os seus mal equilibrados castelos de gávea e a sua recém-instalada artilharia, constituiam ainda artefatos pouco aprimorados. As batalhas navais continuava a ser, essencialmente, disputas corpo a corpo entre tropas sobre a água; e, na última guerra de Henrique VIII, as galeras

(25) Para alguns traços das táticas usadas para a submissão dos Irlandeses, ver C. Falls, *Elizabeth's Irish Wars*, Londres, 1950, pp. 326-9, 341, 343, 345. A fúria inglesa na Irlanda foi provavelmente mais letal que a fúria espanhola nos Países Baixos: com efeito, não há indícios de que tenha sido restringida por considerações como aquelas que, por exemplo, impediram a Espanha de destruir os diques da Holanda — uma medida considerada genocida pelo governo de Filipe II. Ver a comparação em Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, pp. 134-5.

(26) Para este processo, ver Cipolla, *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion*, pp. 78-81; M. Lewis, *The Spanish Armada*, Londres, 1960, pp. 61-80, que atribui à Inglaterra uma prioridade talvez duvidosa.

(27) G. J. Marcus, *A Naval History of England*, 1, *The Formative Centuries*, Londres, 1961, p. 30.

francesas detiveram ainda a iniciativa, ao atacar o Solent. Durante o reinado de Eduardo VI, construiu-se em Chatham uma nova doca, mas houve, por outro lado, uma nítida diminuição do poder marítimo Tudor nas décadas seguintes, quando o desenho naval dos portugueses e espanhóis passou à frente dos ingleses com a invenção do galeão, muito mais rápido. Mas, de 1579 em diante, a gestão de Hawkins no Gabinete da Marinha presenciaria uma rápida expansão e modernização da frota real: os galeões de baixo calado foram equipados com canhões de longo alcance, o que os transformava em plataformas de tiro com grande capacidade de manobra, projetadas para afundar os equipamentos estrangeiros a grande distância, no curso de uma batalha. A eclosão de uma guerra marítima com a Espanha, longamente ensaiada pela pirataria inglesa na costa setentrional da América do Sul, viria demonstrar a superioridade técnica desses novos navios. "Em 1588, Elizabeth I era senhora da marinha mais poderosa que a Europa jamais conhecera."[28] A Armada foi vencida pelas meia-colubrinas inglesas e perdeu-se em meio à tempestade e à névoa. Assegurava-se assim a segurança insular, ao tempo em que se lançavam as bases para um futuro imperial.

O novo dominio dos mares conquistado pela Inglaterra teve resultados decisivos em dois campos. A substituição da guerra terrestre pela guerra naval tendia a especializar e a segregar a prática da violência armada, deslocando-a prudentemente para os mares. (Os navios que a transportavam constituíam-se, evidentemente, prisões flutuantes onde o trabalho forçado era explorado com particular crueldade.) Ao mesmo tempo, o interesse da classe dominante pelas atividades navais conduziria proeminentemente a uma orientação comercial. Com efeito, enquanto o exército sempre fora uma instituição com uma única finalidade, a marinha, por sua própria natureza, era um instrumento de dupla utilidade, relacionado não apenas à guerra, como também ao comércio.[29] Ao longo do século XVI, a frota inglesa era ainda constituída basicamente por navios mercantes convertidos aos objetivos bélicos pela adição de canhões, mas ainda passíveis de retomarem as fun-

(28) Garrett Mattingly, *The Defeat of the Spanish Armada*, Londres, 1959, p. 175.

(29) Na verdade, por volta do século XVIII, quando o almirantado representava o departamento mais dispendioso do governo, a marinha não apenas cootava com a City para pressionar pela aprovação de seu orçamento: tinha que barganhar com ela sobre que interesses mercantis ou estratégicos deveriam ter precedência na determinação das rotas de navegação de suas esquadras. Ver Daniel Baugh, *Naval Administration in the Age of Walpole*, Princeton, 1965, p. 19.

ções comerciais. Naturalmente, o Estado incentivava tal adaptabilidade dando preferência aos navios cujo desenho as servisse. Desse modo, a marinha não apenas se tornaria o instrumento "adulto" do aparelho repressivo do Estado inglês, mas também o seu artefato "ambidestro", com profundas conseqüências para a configuração da classe dirigente,[30] pois os custos da construção e da manutenção navais, embora fossem mais altos por unidade,[31] eram muito inferiores ao preço de um exército permanente. Nas últimas décadas do reinado de Elizabeth, a proporção das despesas era de um para três. E, todavia, os seus rendimentos durante os próximos séculos seriam muito superiores: o império colonial britânico seria o somatório de todos eles. A grande colheita desta vocação naval ainda viria a ocorrer. Mas foi em grande medida por sua causa que, já no século XVI, a classe fundiária pôde desenvolver-se não em antagonismo, mas em aliança com o capital mercantil dos portos e dos condados.

Em 1603, com a extinção da linhagem Tudor e o advento da dinastia Stuart, criou-se uma situação política fundamentalmente nova para a monarquia, pois a subida ao trono de Jaime I permitiu que a Escócia, pela primeira vez, ficasse ligada à Inglaterra numa união pessoal. Duas organizações políticas radicalmente distintas combinavam-se agora sob a mesma casa reinante. O impacto da Escócia sobre o padrão de desenvolvimento inglês mostrou-se inicialmente muito tênue, devido precisamente à distância histórica entre as duas formações sociais; mas, a longo prazo, viria a se revelar de grande importância para os destinos do absolutismo inglês. A Escócia, tal como a Irlanda, permanecera como uma fortaleza celta fora dos limites do controle romano. O seu variegado mapa clânico, que recebera na Idade das Tre-

(30) Hintze comentou laconicamente, talvez com simplismo excessivo: "Segura em sua insularidade, a Inglaterra não necessitava de um exército regular — ou, pelo menos, de um exército com as dimensões similares aos do continente —, mas apenas de uma marinha, que poderia servir os interesses do comércio e os objetivos da guerra; em razão disso, não desenvolveu um absolutismo". E acrescenta, de forma característica: "O poderio terrestre produz uma organização que domina o próprio corpo do Estado e lhe dá uma forma militar. O poder marítimo é meramente um braço armado que se arremessa contra o mundo à sua frente; não se pode usá-lo contra um 'exército interno' ". *Gesammelte Abhandlungen*, I, pp. 59, 72. O próprio Hintze, um ardente defensor do imperialismo naval guilhermino antes da Primeira Guerra Mundial, tinha suas razões para dar atenção à história marítima inglesa.

(31) No século seguinte, os custos *per capita* eram duas vezes maiores no mar que em terra; além disso, evidentemente, a marinha necessitava de uma indústria de suprimentos e de manutenção muito mais avançada. Ver Clark, *The Seventeenth Century*, p. 119.

vas um misto de imigrações irlandesas, germânicas e escandinavas, encontrava-se sujeito a uma monarquia centralizada, cuja jurisdição alcançava todo o país, com a exceção do noroeste, durante o século XI. Na Alta Idade Média, o choque do feudalismo anglo-normando reformularia também aí a configuração do sistema político e social indígena: mas, enquanto na Irlanda este tomou a forma de uma precária conquista militar que em breve seria varrida com o refluxo celta, na Escócia foi a própria dinastia nativa dos Canmore que importou colonos e instituições inglesas, promovendo casamentos mistos da nobreza meridional e imitando as estruturas do reino mais avançado do outro lado do *Border* com os seus castelos, *sheriffs*, camareiros e magistrados. O resultado foi uma feudalização muito mais profunda e completa da sociedade escocesa. A "normandização" auto-imposta eliminou as antigas divisões étnicas do país e criou uma nova linha de demarcação social e lingüística entre as Lowlands, onde a língua inglesa se fixou, ao lado dos domínios e dos feudos, e as Highlands, onde o gaélico continuou a ser o idioma dos atrasados clãs de pastores. Ao contrário do que ocorria na Irlanda, o setor puramente celta foi reduzido a uma minoria, confinada ao noroeste. Durante o último período medieval, não logrou consolidar uma disciplina real sobre os seus domínios. Uma contaminação recíproca entre os padrões políticos das Lowlands e das Highlands conduziu à semi-senhorialização nas chefias dos clãs celtas nas montanhas e inoculou características clânicas na organização feudal escocesa das planícies.[32] Além disso, as constantes guerras de fronteira com a Inglaterra golpeavam repetidas vezes o Estado monárquico. Nas condições de anarquia dos séculos XIV e XV, em meio às incessantes turbulências na fronteira, os barões apropriaram-se do controle hereditário sobre os xerifados e estabeleceram jurisdições privadas; os magnatas extorquiram "regalias" provinciais à monarquia, e uns e outros patrocinaram redes de parentesco vassalizadas.

A dinastia Stuart que se sucederia, atormentada por menoridades instáveis e governos de regência, mostrou-se incapaz de realizar qualquer avanço contra a desordem endêmica do país nos 150 anos seguintes, enquanto a Escócia tornava-se cada vez mais amarrada à aliança diplomática com a França, como escudo contra as pressões da Inglaterra. Em meados do século XVI, a dominação direta da França

(32) Para esse processo, ver T. C. Smout, *A History of the Scottish People 1560-1830*, Londres, 1969, pp. 44-7, que inclui uma análise social aguda da Escócia anterior à Reforma.

através da regência Guise suscitou uma xenofobia aristocrática e popular que constituiu a grande força motriz da Reforma local: as cidades, os *lairds* e os nobres se rebelaram contra a administração francesa, cujas vias de comunicação com o continente foram cortadas pela marinha inglesa em 1560, o que asseguraria o sucesso do protestantismo escocês. Mas a transformação religiosa, que dal em diante iria separar a Escòcia da Irlanda, pouco contribuiu para alterar a configuração política do país. As Highlands gaélicas, única região a manter-se fiel ao catolicismo, viriam a tornar-se ainda mais selvagens e turbulentas com o passar do século. Enquanto as mansões rurais envidraçadas passavam a ser a nova marca da paisagem Tudor no sul, castelos maciçamente fortificados continuavam a ser construidos na região do *Border* e nas Lowlands. As disputas armadas de caráter privado foram freqüentes durante todo o reinado. Somente a partir de 1587, com a ascensão de Jaime VI ao poder, é que a monarquia escocesa melhoraria seriamente a sua posição. Jaime VI, com o recurso a uma mistura de conciliação e coerção, incrementou um poderoso Conselho Privado, favoreceu os grandes magnatas, ao mesmo tempo que os jogava uns contra os outros, criou novos pariatos, introduziu gradualmente novos bispos na Igreja, fez crescer a representação dos pequenos barões e burgos no Parlamento local, subordinou este último através da criação de fechadas comissões de trabalho (os *Lords of Articles*) e pacificou a fronteira.[33] Na virada do século XVII, a Escòcia era aparentemente um país reconstruido. No entanto, a sua estrutura sócio-politica ainda apresentava um notável contraste em relação à da Inglaterra contemporânea. A população era escassa — cerca de 750 mil pessoas; as cidades eram pequenas, pouco numerosas e dominadas por pastores. As maiores casas da nobreza compreendiam potentados rurais de um tipo desconhecido na Inglaterra — Hamilton, Huntly, Argyll, Angus — com o controle de vastas regiões do país, plenos poderes reinantes, escoltas militares e clientelas de dependentes. Os domínios senhoriais eram abundantes entre os barões menores; os juízes de paz, prudentemente enviados pelo rei, haviam sido neutralizados. A numerosa classe dos pequenos proprietários de terras estava habituada a pequenas querelas armadas. O campesinato oprimido, livre da servidão desde o século XIV, nunca ensaiara uma rebelião importante. Economicamente pobre e culturalmente isolada, a sociedade escocesa era ainda marcada por

(33) G. Donaldson, *Scotland: James V to James VII*, Edimburgo, 1971, pp. 215-28, 284-90.

um caráter acentuadamente feudal; o Estado escocês era pouco mais forte que a monarquia inglesa após Bosworth.

A dinastia Stuart, transplantada para a Inglaterra, perseguiu, no entanto, os ideais da realeza absolutista que eram então regra geral de todas as cortes da Europa ocidental. Jaime I, habituado a um país onde os magnatas territoriais faziam a sua própria lei e o Parlamento pouco valia, defrontava-se agora com um reino onde o militarismo da alta nobreza tinha sido vergado, mas não conseguiu enxergar que, por outro lado, o Parlamento representava o lugar central do poder da nobreza. Assim, o caráter muito mais avançado da sociedade inglesa fez com que, por um certo tempo, esta lhe parecesse ilusoriamente mais fácil de ser governada. O regime jacobiano,* com o seu desprezo e incompreensão perante o Parlamento, não realizou qualquer tentativa para aplacar o temperamento crescentemente oposicionista da pequena nobreza inglesa. As extravagâncias da corte combinaram-se a uma política externa imobilista, que procurava a reaproximação com a Espanha: ambos esses aspectos gozariam de igual impopularidade junto à maioria da classe fundiária. As doutrinas do direito divino da monarquia rivalizavam com o ritualismo religioso da *High Church*. Usava-se a justiça prerrogativa contra o direito comum, a venda de monopólios e cargos contra a recusa do Parlamento a novos impostos. Mal recebida na Inglaterra, a orientação do governo monárquico não encontrou, porém, uma resistência similar na Escócia e na Irlanda, onde as aristocracias locais foram persuadidas por uma política de clientela astutamente exercida pelo rei e a colonização em massa do Ulster a partir das Lowlands assegurou o predominio do protestantismo. Mas, por volta do final do reinado, a posição politica da monarquia Stuart achava-se perigosamente isolada no seu reino central. Com efeito, a estrutura social subjacente na Inglaterra começava a escapar de seu controle, à medida que se perseguiam objetivos institucionais que estavam sendo atingidos com êxito em quase todo o continente.

No século seguinte à dissolução dos mosteiros, enquanto a população da Inglaterra duplicava, a nobreza e a pequena nobreza triplicavam em volume e a sua parcela da riqueza nacional crescia mais que proporcionalmente, com um salto particularmente notável no início do século XVII, quando a elevação das rendas venceu o aumento dos preços, beneficiando toda a classe fundiária: o rendimento líquido da pequena nobreza deve ter quadruplicado nos cem anos posteriores a

(*) Do rei Jaime I, da Inglaterra.

1530.[34] O sistema tripartido de senhores de terra, rendeiros e trabalhadores rurais — futuro arquétipo da área rural inglesa — já se prenunciava nas zonas mais ricas da Inglaterra rural. Ao mesmo tempo, verificava-se em Londres uma concentração sem precedentes de comércio e manufaturas, tornando-a sete ou oito vezes maior no reinado de Carlos I do que o fora no de Henrique VIII, a capital mais influente da Europa na década de 1630. No final do século a Inglaterra já constituíra algo semelbante a um mercado interno unificado.[35] O capitalismo agrário e mercantil registrara, portanto, progressos muito mais rápidos que em qualquer outra nação, à exceção dos Países Baixos, e importantes fileiras da próprla aristocracia inglesa — o pariato e a pequena nobreza — conseguiram adaptar-se a ele com sucesso. Desse modo, o refortalecimento político de um Estado feudal deixara pois de corresponder ao caráter social da maior parte da classe em que teria inevitavelmente de se basear. Tampouco estava presente um perigo social proveniente das camadas inferiores que compelisse ao estreitamento dos vínculos entre a monarquia e a pequena nobreza. Como não havia necessidade de manter um grande exército, os níveis fiscais na Inglaterra conservaram-se notavelmente baixos: talvez um terço ou um quarto de seu equivalente na França no início do século XVII.[36] Poucos desses encargos recaíam sobre as massas rurais, ao passo que os pobres das paróquias recebiam uma caridade preventiva dos fundos públicos. Daí resultaria uma relativa paz social no campo, em seguida à inquietação rural de meados do século XVI. Além disso, o campesinato não apenas estava sujeito a uma carga fiscal mais suave que em outros países, como também apresentava uma diferenciação interna muito maior. Por sua vez, com o impulso adicional do comércio, esta estratificação tornou possível e proveitoso o quase abandono da cultura dominial, em troca do arrendamento da terra por parte da aristocracia e da pequena nobreza. O resultado foi a consolidação de um estrato *kulak* relativamente próspero (*yeomanry*) e de um grande número de trabalhadores rurais assatariados, lado a lado com as massas camponesas. Dessa forma, a situação nas aldeias era relativamente segura para a nobreza, que já não tinha a temer a insurreição rural e, portanto, não tinha interesse numa poderosa máquina repressiva à disposição do Estado. Ao mesmo tempo, o modesto nivel fiscal que tanto contribuíra para esta calma agrária impediu o aparecimento de uma grande burocracia erigida para gerir o sistema tributário. Uma vez que a aristocracia assumira as funções administrativas locais desde a Idade Média, a monarquia viu-se sempre privada de qualquer funcionalismo regional. A orientação Stuart no sentido de um absolutismo desenvolvido contou, assim, com importantes trunfos já em seus primeiros passos.

(34) L. Stone, *The Causes of the English Revolution 1529-1642*, Londres, 1972, pp. 72-5, 131. Esta obra, admirável na sua sobriedade e em seu poder de síntese, é de longe a melhor visão geral da época.

(35) E. J. Hobsbawm, "The Crisis of the Seventeenth Century", em Aston (Org.), *Crisis in Europe 1560-1660*, Londres, 1965, pp. 47-9.

(36) Christopher Hill, *The Century of Revolution*, Londres, 1961, p. 51. Em 1628, Luís XIII extraiu da Normandia rendimentos equivalentes à receita fiscal total de Carlos I na Inglaterra: L. Stone, em "Discussions of Trevor-Roper's General Crisis", *Past and Present*, nº 18, novembro de 1960, p. 32.

Em 1625, Carlos I, de forma consciente embora inepta, tomou a si a tarefa de construir um absolutismo mais avançado com os materiais pouco promissores de que dispunha. As auras divergentes de sucessivas administrações da corte não ajudavam a monarquia: a combinação peculiar de corrupção jacobiana e austeridade carlista — de Buckimgham a Laud — provou ser extremamente desagradável a grande parte da pequena nobreza.[37] Os caprichos da política externa contribuíram também para enfraquecê-la no início do reinado: o fracasso de uma intervenção inglesa na Guerra dos Trinta Anos combinou-se a uma guerra desnecessária e malsucedida com a França, confusa inspiração de Buckimgham. Uma vez terminado esse episódio, porém, a orientação geral da política dinástica tornou-se relativamente coerente. O Parlamento, que denunciara a conduta na guerra e o ministro responsável por ela, foi dissolvido indefinidamente. Na década de "poder pessoal" que se seguiu, a monarquia tendia de novo a aproximar-se da alta nobreza, ao revigorar a hierarquia formal de nascimento e posição no seio da aristocracia, através da concessão de privilégios ao pariato, agora que o risco do militarismo senhorial na Inglaterra estava afastado. Nas cidades, os monopólios e os benefícios seriam reservados ao estrato superior dos mercadores urbanos, que constituía tradicionalmente o patriciado municipal. O grosso da pequena nobreza e os novos interesses mercantis foram excluídos do concerto monárquico. As mes-

(37) Esses aspectos do governo Stuart fornecem o colorido, mas não os contornos, do crescente conflito político do início do século XVII. São evocados com grande brilho por Trevor-Roper, em sua penetrante análise desses anos: *Historical Essays*, Londres, 1952, pp. 130-45. Entretanto, é um erro pensar que os problemas da monarquia Stuart pudessem ser solucionados apenas com o recurso a uma superior habilidade e competência política, como ele sugere. Na prática, nenhum erro Stuart foi tão fatal como a imprevidente venda de terras feitas pelos seus predecessores Tudor. Não seria a falta de habilidades pessoais, mas de bases institucionais, o que impediria a consolidação do absolutismo inglês.

mas preocupações estavam evidentes na reorganização episcopal da Igreja efetuada durante o reinado de Carlos I, que restaurou a disciplina e a moral do clero, às custas de uma ampliação da distância religiosa entre os ministros locais e os cavaleiros. Contudo, os êxitos do absolutismo Stuart confinaram-se largamente ao aparelho ideológico/clerical do Estado, o qual, tanto sob Jaime I, como sob Carlos I, passou a inculcar o direito divino e o ritual hierático. Mas o aparelho econômico-burocrático permaneceu sujeito a agudas restrições fiscais. O Parlamento controlava o direito de taxação propriamente dito e, desde os primeiros anos do reinado de Jaime I, resistia a todos os esforços no sentido de ignorá-lo. Na Escócia, a dinastia podia aumentar os impostos à sua livre vontade, especialmente nas cidades, pois não existia nenhuma forte tradição de negociação das concessões nos Estados. Na Irlanda, a administração draconiana de Strafford recuperou terras e rendimentos da pequena nobreza aventureira, que para lá se mudara depois da conquista elizabetana, e fez da ilha, pela primeira vez, uma fonte lucrativa de recursos para a Estado.[38] Mas na própria Inglaterra, onde se situava o problema central, tais remédios não eram exeqüíveis. Tolhido pela anterior prodigalidade Tudor com os domínios reais, Carlos I recorreu a todos os expedientes feudais e neofeudais disponíveis em busca da receita fiscal capaz de sustentar uma máquina de Estado ampliada, fora do controle do Parlamento: renovação da tutela, multas para as obrigações dos cavaleiros, direito de fornecimento, multiplicação dos monopólios, inflação das honrarias. Foi particularmente nesses dias que a venda de cargos tornou-se, pela primeira vez, uma importante fonte de rendimentos para a monarquia — 30 a 40 por cento — e, ao mesmo tempo, a remuneração dos detentores de cargos uma parte relevante das despesas do Estado.[39] Todos esses artifícios revelaram-se inadequados: a sua profusão serviu apenas para antagonizar a classe fundiária, a maior parte da qual aferrava-se a uma aversão puritana tanto à nova corte como à nova Igreja. Sintomaticamente, o último gesto de Carlos I para a criação de uma base fiscal de importância foi uma tentativa para estender o único imposto tradicional de defesa existente na Inglaterra: o pagamento do imposto naval pelos portos para a

(38) O significado do regime de Strafford em Dublin, e a reação por este provocada no seio da classe senhorial dos Novos Ingleses, são discutidos por T. Ranger, "Strafford in Ireland: a Revaluation", em Aston (Org.), *Crisis in Europe, 1560-1660*, pp. 271-93.

(39) G. Aylmer, *The King's Servants. The Civil Service of Charles I*, Londres, 1961, p. 248.

manutenção da Marinha. No espaço de poucos anos, este seria sabotado pela recusa dos juízes de paz locais em cobrá-lo.

A escolha deste sistema, e a sua sina, revelavam *en creux* os elementos que impediam uma versão inglesa de Versalhes. O absolutismo continental fora construído sobre os seus exércitos. Por uma estranha ironia, o absolutismo insular só podia existir, com os seus parcos rendimentos, conquanto não tivesse que erguer um exército. Com efeito, apenas o Parlamento poderia propiciar os recursos para tanto e, uma vez convocado, em breve começaria a desmantelar a autoridade Stuart. Todavia, pelas mesmas razões históricas, a nascente revolta política contra a monarquia na Inglaterra não dispunha de instrumentos imediatos para uma insurreição armada; a oposição da pequena nobreza não contava sequer com um foco para o assalto constitucional ao domínio pessoal do monarca, pois o Parlamento não era convocado. O impasse entre os dois antagonistas foi rompido na Escócia. Em 1638, o clericalismo carlista, que já ameaçara a nobreza escocesa com a retomada das terras e dos dízimos eclesiásticos secularizados, acabou por provocar uma sublevação religiosa com a imposição da liturgia anglicanizada. Os Estados escoceses uniram-se na sua rejeição e a Convenção que assinaram contra ela adquiriu imediata força material, pois na Escócia a aristocracia e a pequena nobreza não tinham sido desmilitarizadas. As estruturas sociais arcaicas do reino Stuart originário preservavam os vínculos guerreiros de uma organização política da última fase medieval. A Convenção conseguiu armar um formidável exército em poucos meses para enfrentar Carlos I. Os grandes nobres e os proprietários de terra chamaram às armas a sua clientela, os burgos forneceram fundos para a causa, os veteranos mercenários da Guerra dos Trinta Anos preencheram os postos de oficiais. O comando desse exército sustentado pelo pariato foi confiado a um general que servira na Suécia.[40] A monarquia inglesa não poderia reunir uma força militar comparável. Assim, havia uma lógica subjacente ao fato de a invasão escocesa de 1640 ter finalmente posto fim ao domínio pessoal de Carlos I. O absolutismo inglês pagou o tributo de sua falta de armas. O seu desvio das normas da última forma de Estado feudal apenas serviu

(40) Os coronéis do exército eram nobres, os capitães, *lairds*, e os soldados rasos, "robustos e jovens lavradores" que trabalhavam como seus arrendatários: *Donaldson. Scotland: James V to James VII*, pp. 100-2. Alexander Leslie, comandante do exército da Convenção, era um ex-governador Vasa de Stralsund e de Frankfurt-on-Oder: com ele e com seus colegas, a experiência européia da Guerra dos Trinta Anos veio para a Inglaterra.

como confirmação negativa da necessidade delas. O Parlamento, convocado *in extremis* pelo rei para ocupar-se da derrota militar frente aos escoceses, procedeu à supressão de todas as vantagens obtidas pela monarquia Stuart, proclamando o retorno a um quadro constitucional mais primitivo. Um ano depois, a rebelião católica irrompia na Irlanda.[41] O segundo elo mais frágil da paz Stuart se quebrara. A luta pelo controle do exército inglês, forçado a se reunir para esmagar a insurreição irlandesa, lançou o Parlamento e o rei na Guerra Civil. O absolutismo inglês foi levado à crise pelo particularismo aristocrático e pelo desespero dos clãs em sua periferia: forças que, historicamente, se situavam atrás dele. Mas foi derrubado, no centro da nação, por uma pequena nobreza mercantilizada, um grande centro urbano capitalista, um artesanato e uma pequena burguesia rural plebeus: forças que o empurravam para frente. Antes que pudesse chegar à sua maturidade, o absolutismo inglês foi interrompido por uma revolução burguesa.

(41) É possível, embora não seja certo, que Carlos I tenha deflagrado inadvertidamente o levante *Old Irish* no Ulster, com as suas negociações clandestinas com os notáveis Velhos Ingleses na Irlanda em 1641: ver A. Clarke, *The Old English in Ireland*, Londres, 1966, pp. 227-9.

Itália

O Estado absolutista nasceu na era da Renascença. Muitas das suas técnicas essenciais, tanto administrativas como políticas, foram criadas pela primeira vez na Itália. Coloca-se assim a questão: por que razão a própria Itália nunca construiu o seu absolutismo nacional? É evidente que as instituições medievais do papado e do império, com seu caráter universalista, atuaram no sentido de frustrar o desenvolvimento de uma monarquia territorial ortodoxa na Itália e na Alemanha. Na Itália, o papado resistiu a toda tentativa de unificação territorial da península. Todavia, por si só, este fator não bastaria para bloquear tal resultado, pois o papado foi notoriamente frágil durante longos períodos. Um rei francês poderoso como Filipe, o Belo, não teve dificuldades para lidar com ele *manu militari*, com meios simples e óbvios — seqüestro em Anagni, cativeiro em Avignon. Foi a ausência na Itália de um poder com tal ascendência que permitiu ao papado as suas manobras políticas. É preciso buscar noutra parte o determinante fundamental que possibilitou a formação de um absolutismo nacional. Este reside precisamente no desenvolvimento prematuro do *capital mercantil* nas cidades do norte da Itália, que impediu o surgimento de um poderoso Estado *feudal* reorganizado no nível nacional. A riqueza e a vitalidade das comunas da Toscana e da Lombardia derrotaram o esforço mais importante de construção de uma monarquia feudal unificada, que poderia ter fornecido a base para um posterior absolutismo — a tentativa realizada por Frederico II, no século XIII, para expandir o seu Estado baronial relativamente avançado a partir de sua base no sul.

O imperador dispunha de muitos recursos para seus projetos. O sul da Itália era a única parte da Europa ocidental onde uma hierarquia feudal piramidal, implantada pelos normandos, combinara-se com um forte legado bizantino de autocracia imperial. O Reino da Sicília caíra em abandono e confusão nos últimos anos do domínio normando, quando os barões locais se apropriaram dos poderes provinciais e das propriedades reais. Frederico II marcou a sua chegada ao sul da Itália com a promulgação das leis de Cápua em 1220, que reafirmaram um formidável controle centralizado do *Regno*. Os bailios do rei substituíram os prefeitos nas cidades. Os castelos mais importantes foram retomados dos nobres, a herança de feudos ficou sujeita à supervisão do monarca, foram canceladas as doações de terras dominiais e restaurados os tributos feudais para a manutenção da frota.[1] As leis de Cápua foram impostas na ponta da espada, e complementadas uma década depois pelas Constituições de Melfi (1231), que codificaram o sistema jurídico e administrativo do reino, suprimindo os últimos vestígios de autonomia urbana e restringido severamente os senhorios clericais. Nobres, prelados e cidades foram subordinados à monarquia graças a um apurado sistema burocrático, que compreendia um corpo de magistrados reais com função de comissários e de juízes nas províncias, que trabalhavam com documentos escritos e estavam sujeitos a um esquema de rodízio, a fim de prevenir que se envolvessem com os interesses senboriais locais.[2] Multiplicaram-se os castelos, para intimidar as cidades e os senhores rebeldes. A população muçulmana da Sicília ocidental que resistia nas montanhas, tornando-se um tormento constante para o Estado normando, foi submetida e transferida para a Apúlia: daí em diante, a colônia árabe de Lucerna passou a fornecer a Frederico uma excelente força de tropas profissionais islâmicas para as suas campanhas na Itália. No aspecto econômico, não era menos racional a organização do *Regno*. Abolidos os pedágios internos, foi instalado um severo serviço de alfândegas externas. O controle pelo Estado do comércio de grãos com o exterior permitiu grandes lucros para os domínios reais, os maiores produtores de trigo da Sicília. Os importantes monopólios de mercadorias e os crescentes impostos regulares sobre a terra rendiam receitas fiscais consideráveis; criou-se até mesmo uma moeda de ouro com valor nominal.[3] A solidez e a prosperidade

(1) G. Masson, *Frederick II of Hohenstaufen*, Londres, 1957, pp. 77-82.
(2) Para este corpo de funcionários judiciais, ver E. Kantorowicz, *Frederick the Second*, Londres, 1931, pp. 272-79.
(3) Masson, *Frederick II of Hohenstaufen*, pp. 165-70.

desta fortaleza Hohenstaufen no sul permitiram a Frederico II fazer a temível aposta da criação de um Estado imperial unitário que abrangesse toda a península.

Reclamando a herança de toda a Itália e contando com o apoio dos senhores feudais dispersos pelo norte à sua causa, o imperador tomou a Marca e invadiu a Lombardia. Por um breve período, as suas ambições pareceram estar prestes a se realizarem: em 1239-40, Frederico estruturou um esquema para a futura administração da Itália como um Estado monárquico unificado, dividido em províncias governadas por vigários-gerais e capitães-gerais, inspirados nos magistrados sicilianos e nomeados pelo imperador dentre a sua corte da Apúlia.[4] Os ventos mutantes da guerra impediram a estabilização desta estrutura, mas a sua lógica e coerência eram inquestionáveis. Até mesmo os reveses finais e a morte do imperador não destruíram a causa gibelina. Seu filho Manfredo, ilegítimo e sem título imperial, em breve estaria pronto a restaurar o predomínio estratégico do poder Hohenstaufen na península, depois de dispersar os guelfos florentinos em Montaperti; alguns anos depois, os seus exércitos ameaçaram capturar o Supremo Pontífice em Orvieto, numa ação que prefigurava o futuro *coup de main* francês em Anagni. Os êxitos temporários da dinastia iriam porém revelar-se ilusórios: nas prolongadas guerras entre guelfos e gibelinos, a linha Hohenstaufen foi finalmente derrotada e destruída.

O papado foi o vencedor formal desta disputa, tendo orquestrado ruidosamente a luta contra o "Anticristo" imperial e a sua descendência. Mas o papel diplomático e ideológico de sucessivos papas — Alexandre III, Inocêncio IV e Urbano IV — no ataque ao poder Hohenstaufen na Itália nunca correspondeu à verdadeira força política e militar do papado. Durante longo tempo, faltaram à Santa Sé até os modestos recursos administrativos de um principado medieval: só no século XII, após a Questão das Investiduras com o imperador da Alemanha, o papado adquiriu um aparato de corte normal comparável ao dos Estados Seculares da época, com a constituição da *Curia Romana*.[5] Daí em diante, o poder papal seguiu caminhos curiosamente divergentes ao longo de sua trajetória dual — eclesiástica e secular. No seio da própria Igreja universal, o papado construiu gradualmente uma autoridade autocrática e centralista, cujas prerrogativas ultrapassavam em muito as de qualquer monarquia temporal da época. A "plenitude

(4) Kantorowicz, *Frederick the Second*, pp. 487-91.
(5) G. Barraclough, *The Mediaeval Papacy*, Londres, 1958, pp. 93-100.

Biblioteca C... UFMS

de poder" concedida ao papa estava totalmente isenta das restrições feudais costumeiras — estados ou conselhos. Os benefícios clericais de toda a cristandade passaram a ser controlados por ele; as transações legais concentraram-se nas suas cortes; foi lançado com êxito um imposto geral sobre os rendimentos do clero.[6] Ao mesmo tempo, porém, a posição do papado como Estado italiano continuava a ser extremamente frágil e ineficaz. Esforços enormes foram dispendidos por sucessivos papas na tentativa de consolidar e expandir o "Patrimônio de Pedro" na Itália central. Mas o papado medieval não conseguiu sequer estabelecer um controle sólido e confiável sobre a modesta região colocada sob sua suserania nominal. As pequenas cidades situadas nas colinas da Umbria e da Marca opuseram-se vigorosamente à intervenção papal em seu governo, enquanto a própria cidade de Roma foi muitas vezes desleal ou causava problemas.[7] Nenhuma burocracia viável foi criada para administrar o Estado pontifício, cujas condições internas, por conseguinte, foram por longos períodos anárquicas e desorganizadas. As receitas fiscais do Patrimônio significavam apenas 10 por cento dos rendimentos totais do papado; o custo de sua manutenção e proteção era provavelmente, na maior parte do tempo, muito superior ao rendimento que produzia. O serviço militar a que estavam sujeitos os súditos papais — as cidades e os feudatários dos territórios pontifícios — era também inadequado para suprir as necessidades de defesa existentes.[8] Financeira e militarmente, o Estado pontifício, como principado italiano, era uma unidade deficitária. Confrontado isoladamente com o *Regno* do sul, não tinha nenhuma chance.

A principal razão do fracasso Hohenstaufen em sua tentativa de unificar a península residia em outro fator — na decisiva superioridade econômica e social do norte da Itália, que possuía o dobro da população do sul e a esmagadora maioria dos centros urbanos de produção comercial e manufatureira. O Reino da Sicília tinha apenas três cidades com mais de 20 mil habitantes: o norte tinha mais de vinte.[9] As exportações de cereais, que constituíam a principal fonte de riqueza no sul, eram na realidade um sintoma indireto da supremacia comercial do norte. Com efeito, as prósperas comunas da Lombardia, Ligúria e

(6) G. Barraclough. *The Mediaeval Papacy*, pp. 120-6.

(7) D. Waley. *The Papal State in the Thirteenth Century*, Londres, 1961. pp. 68-90, descreve a natureza e os principais acontecimentos relativos a tal atitude recalcitrante das cidades.

(8) Waley, *The Papal State in Thirteenth Century*, pp. 273, 275, 295-6.

(9) G. Procacci. *Storia degli Italiani*, I, Bari, 1969, p. 34.

Toscana importavam o cereal devido à sua avançada divisão de trabalho e concentração demográfica, ao passo que os excedentes do Mezzogiorno eram, pelo contrário, indício de um fraco povoamento do campo. Os recursos das comunas eram portanto muito superiores aos que o imperador podia mobilizar na Itália, embora aquelas se encontrassem com freqüência divididas e a sua própria existência como cidades-repúblicas autônomas fosse ameaçada pela perspectiva de uma monarquia peninsular unitária. A primeira tentativa Hohenstaufen de impor a soberania imperial na Itália — quando Frederico II atravessou os Alpes, vindo da Alemanha, no século XII — foi celebremente rechaçada pela Liga Lombarda, com a grande vitória de suas milícias urbanas sobre o exército de Barbaroxa em Legnago, em 1160. Com a transferência da base dinástica do poder Hohenstaufen da Alemanha para a Sicília e a implantação da monarquia centralizada de Frederico II em solo do sul da Itália, o risco de absorção real e senhorial cresceu para as comunas, proporcionalmente. Uma vez mais foram basicamente as cidades lombardas, chefiadas por Milão, que frustraram o avanço do Imperador rumo ao norte, com o apoio de seus aliados feudais da Sabóia e do Vêneto. Depois de sua morte, a tentativa de recuperação das posições gibelinas por Manfredo foi enfrentada com mais eficácia na Toscana. Os banqueiros guelfos de Florença, no exílio depois de Montaperti, foram os artífices financeiros da ruína final da causa Hohenstaufen. Foram os seus maciços empréstimos — 200 mil *livres tournois*, ao todo — que tornaram possível a conquista angevina do *Regno*;[10] enquanto, por outro lado, nas batalhas de Benevento e Togliacozzo, foi a cavalaria fiorentina que contribuiu para dar aos franceses a sua margem de vitória. Na longa luta contra o espectro de uma monarquia italiana unificada, o papado forneceu regularmente os anátemas; os fundos e a maioria das tropas foram fornecidos — até o momento final — pelas comunas. As cidades da Lombardia e da Toscana revelaram-se suficientemente fortes para sufocar qualquer intuito de reagrupamento territorial de base feudal-rural. Por outro lado, elas eram intrinsecamente incapazes de edificar por si próprias a unificação da península: o capital mercantil não tinha naquela altura absolutamente nenhuma possibilidade de dominar uma formação social de dimensões nacionais. Assim, embora a Liga Lombarda pudesse defender

(10) E. Jordan, *Les Origines de la Domination Angévine en Italie*, Paris, 1909, II. pp. 547, 556. A fim de levantar as somas necessárias ao seu aliado francês junto aos banqueiros da Toscana e de Roma, a Igreja teve que penhorar grande parte de suas propriedades fixas em Roma, a título de garantia.

vitoriosamente o norte contra as invasões imperiais, não tinha capacidade própria para conquistar o sul feudal: os cavaleiros franceses tiveram que lançar o ataque ao Reino da Sicília. Logicamente, não foram as cidades da Toscana ou da Lombardia que herdaram o sul, mas os nobres angevinos — os instrumentos necessários da vitória urbana, que se apropriaram de seus frutos. Logo a seguir, a revolta das Vésperas sicilianas contra o domínio francês pôs fim à integridade do próprio *Regno*. Os territórios baroniais do sul se dividiram entre os pretendentes angevinos e aragoneses em luta, num confuso conflito cujo resultado final foi eliminar qualquer perspectiva de dominação da Itália a partir do sul. O papado, agora um simples hóspede da França, foi deportado para Avignon, abandonando totalmente a peninsula por meio século.

As cidades do norte e do centro viram-se assim em liberdade para promover o seu próprio e fascinante desenvolvimento político-cultural. O eclipse simultâneo do império e do papado fez da Itália o elo mais fraco do feudalismo ocidental: de meados do século XIV à metade do século XVI, as cidades entre os Alpes e o Tibre viveram a revolucionária experiência histórica a que os próprios homens chamaram "Renascença" — o renascimento da civilização da Antiguidade clássica, após a escuridão intermediária da "Idade Média". A inversão radical de tempo implícita nestas definições, em contradição com toda a cronologia evolucionista ou religiosa, forneceu desde então os fundamentos das estruturas categoriais da historiografia européia: a época que a posteridade veria como o principal marco divisório do passado traçou, ela própria, os limites que a separavam de seus predecessores e demarcou os seus antecedentes remotos dos imediatos — uma realização cultural sem precedentes. Não houve um sentido de distância real a separar a Idade Média da Antiguidade; ela sempre viu a era clássica simplesmente como a sua própria extensão natural no passado, em direção a um mundo pré-cristão ainda não redimido. A Renascença descobriu a si própria com uma nova e intensa consciência de ruptura e de perda.[11] A Antiguidade habitava o passado remoto, separada por toda a

(11) "A Idade Média deixou insepulta a Antiguidade e, alternativamente, reanimou e exorcizou o seu cadáver. A Renascença chorou à sua sepultura e tentou ressuscitar-lhe a alma. E, num momento fatidicamente auspicioso, conseguiu seu intento." E. Panofsky, *Renaissance and Renascenses in Western Art*, Londres, 1970, p. 113 — a grande obra histórica snbre o renascimento da Antiguidade, digna de seu tema. De modo geral, a moderna literatura sobre a Renascença Italiana é curiosamente limitada e árida: como se a própria magnitude de suas criações tivesse o efeito de desalentar os historiadores que dela se aproximassem. A desproporção entre o tema e os estudos a ele dedi-

obscuridade do *medium aevum* que se interpunha entre elas e, no entanto, estava muito à frente do rude barbarismo preponderante nos séculos subseqüentes. O apelo apaixonado de Petrarca, no limiar da nova época, anunciava a vocação do futuro: "Este sono de esquecimento não durará para sempre: uma vez dissipada a escuridão, poderão os nossos netos retornar à pura radiação do passado". A aguda percepção de uma longa ruptura, de um hiato após a queda de Roma combinou-se à firme determinação de atingir uma vez mais o paradigma exemplar dos antigos. A recriação do mundo clássico seria a soberba inovação e o ideal do mundo moderno. A Renascença italiana foi assim testemunha da revitalização e imitação deliberadas de uma civilização por outra, em toda a amplitude de sua vida cívica e cultural, sem exemplos ou continuação na história. O direito e as magistraturas romanas já tinham ressurgido nas comunas medievais da última fase: a propriedade quiritária deixara por toda parte a sua chancela nas relações econômicas das cidades italianas, enquanto os cônsules latinos substituíam as autoridades episcopais no seu governo. Em breve os tribunos da plebe serviam de modelo para os Capitães do Povo das cidades italianas. O advento da Renascença propriamente dita, que trouxe consigo as novas ciências da arqueologia, epigrafia e crítica dos textos a fim de iluminar o passado clássico, ampliou subitamente a lembrança e a emulação da Antiguidade, numa escala enorme e explosiva. Arquitetura, pintura, escultura, poesia, história, filosofia, teoria política e militar — todas ansiavam por recuperar a liberdade e a beleza das obras antes destinadas ao esquecimento. As igrejas de Alberti derivam de seus estudos sobre Vitrúvio; Mantegna buscou emulação em Apeles; Piero di Cosimo pintou painéis inspirados em Ovídio; as odes de Petrarca baseavam-se em Horácio; Guicciardini aprendeu em Tácito a sua ironia; o espiritualismo de Ficino descendia de Plotino; os discursos de Maquia-

cados é particularmente evidente no legado de Marx e Engels: sempre relativamente indiferentes às artes visuais (ou à música), nem um nem outro viu-se criativamente atraído pelos problemas apresentados ao materialismo histórico pela Renascença, como fenômeno total. O livro de Panofsky tem um enfoque puramente estético: toda a história econômica, social e política do período passa à sua margem. No entanto, a sua qualidade e método estabelecem o manancial apropriado para o trabalho que ainda resta a ser feito nesse campo. Acima de tudo, Panofsky considerou com mais seriedade que qualquer outro historiador a relação retrospectiva entre a Renascença e a Antiguidade, através da qual a própria época se concebia; em sua obra, o mundo clássico é um póto ativo de comparação real, e não meramente uma nomenclatura de aroma vago. Na ausência dessa dimensão, a história política e econômica da Renascença italiana está ainda por ser escrita com similar profundidade.

vel eram um comentário sobre Tito Livio, os seus diálogos sobre a guerra uma invocação de Vegécio.

A civilização renascentista que se ergueu na Itália resplandescia com tal vitalidade que ainda hoje parece uma verdadeira réplica da Antiguidade — a única. Naturalmente, o fato de ambas se assentarem em sistemas de cidades-Estados fornecia uma base objetiva para a sugestiva ilusão de encarnações correspondentes. Os paralelismos entre o florescimento urbano da Antiguidade clássica e a Renascença italiana são bastante notáveis. Ambas foram o produto original de cidades-repúblicas, compostas por cidadãos com consciência municipal. Ambas foram no início dominadas por nobres e em ambas a maioria da cidadania primitiva possuía propriedades fundiárias nos territórios rurais que cercavam a cidade.[12] Ambas, evidentemente, eram intensos centros de trocas de mercadorias. O mesmo mar oferecia a ambas as principais rotas de comércio.[13] Ambas exigiam serviço militar de seus cidadãos, cavalaria ou infantaria, segundo o grau de sua propriedade. Até mesmo algumas das singularidades políticas da *polis* grega tinham os seus equivalentes próximos nas comunas italianas: a altíssima proporção de cidadãos que detinham temporariamente cargos no Estado, ou o uso do sorteio para a escolha dos magistrados.[14] Todas essas características comuns pareciam formar uma espécie de sobreposição parcial de uma forma histórica na outra. Na realidade, evidentemente, toda a natureza sócio-econômica das cidades-Estados antigas e da Renascença era profundamente diversa. As cidades medievais eram, como vimos, enclaves urbanos dentro do modo de produção feudal, estrutu-

(12) D. Waley, *The Italian City-Republics*, Londres, 1969, p. 24, reconhece que, na maior parte das cidades do final do século XIII, cerca de dois terços das famílias possuíam terras. É preciso notar que esse padrão era especificamente italiano: nem as cidades alemãs nem as flamengas tinham na época um número semelhante de proprietários rurais. Da mesma forma, em Flandres e na Renânia não havia um equivalente real do *contado* controlado pelas cidades da Lombardia e da Toscana. As cidades da Europa setentrional tiveram sempre um caráter mais exclusivamente urbano. Para uma boa análise do fracasso das cidades flamengas em anexar a área rural que as circundava, ver D. Nicholas, "Towns and Countryside: Social and Economic Tensions in Fourteenth-Century Flanders", *Comparative Studies in Society and History*, X, nº 4, 1968, pp. 458-85.

(13) Em comparação, os custos mais favoráveis eram ainda de longe os do transporte marítimo. No século XV, era possível enviar cargas de Gênova a Southampton por pouco mais de um quinto do que custava o seu transporte por terra numa distância tão curta como a de Gênova a Asti: I. Bernard, *Trade and Finance in the Middle Ages 900-1500*, Londres, 1971, p. 46.

(14) Waley, *The Italian City-Republics*, pp. 63-4, 83-6, 107-9, estima que talvez um terço dos cidadãos de uma típica comuna italiana tinham ocupado cargos num ano ou noutro.

ralmente possibilitadas pelo parcelamento da soberania; elas existiam essencialmente numa *tensão* dinâmica com o campo, enquanto as cidades antigas constituíam uma *continuação* simbólica dele. As cidades italianas começaram como centros mercantis, dominadas pela pequena nobreza e povoadas por semicamponeses, que muitas vezes combinavam as ocupações rurais e urbanas, a lavoura e os ofícios. Mas elas rapidamente assumiram uma configuração inteiramente distinta de suas antecessoras clássicas. Mercadores, banqueiros, artesãos e juristas viriam a formar a elite patrícia das cidades-repúblicas, ao passo que a grande maioria dos cidadãos passou a formar-se de artífices — em contraste polar com as cidades antigas, onde a classe dominante sempre foi a aristocracia proprietária de terras e o grosso da população era constituído de pequenos lavradores ou plebeus despossuídos, enquanto os escravos representavam a numerosa classe subalterna de produtores diretos totalmente excluída da cidadania.[15] As cidades medievais não apenas não faziam uso, evidentemente, do trabalho escravo na indústria doméstica e na agricultura[16] como também baniram a servidão em seu território. O conjunto da orientação econômica das duas civilizações urbanas era, portanto, antípoda em seus aspectos principais. Ainda que ambas representassem avançados núcleos de intercâmbio de mercadorias, as cidades italianas eram fundamentalmente centros de produção urbana, cuja organização interna assentava nas corporações de ofícios, ao passo que as cidades antigas sempre foram, primariamente, centros de consumo, articuladas em associações clânicas ou territoriais.[17] Nas cidades da Renascença, a divisão do trabalho e o nível técnico das indústrias manufatureiras — têxteis ou metalúrgicas — eram, em conseqüência, muito mais desenvolvidos que os da Antiguidade, tal como os transportes marítimos. O capital mercantil e ban-

(15) A primeira análise sistemática dessas antíteses sociais deve-se a Weber, *Economy and Society*, III, pp. 1340-43. Apesar da compreensão oscilante que Weber tem das relações entre cidade e campo nas repúblicas italianas, toda a parte intitulada "A democracia antiga e a medieval", que conclui a obra, continua a ser, até hoje, a melhor e mais original análise da questão. Se houve avanços subseqüentes em termos de pesquisa, estes não foram compensados por idênticos benefícios na síntese.

(16) As colônias ultramarinas de Gênova e Veneza situadas no Mediterrâneo oriental empregavam o trabalho escravo, nas plantações de açúcar de Creta e nas minas de alumínio de Fócea; nessas cidades, também os servidores domésticos eram muitas vezes escravos — na sua maioria mulheres, em contraste com os da Antiguidade. Nesse sentido, houve mesmo um certo recrudescimento da escravidão, mas sem que esta adquirisse importância econômica no plano interno, na Itália. Para a natureza e os limites de tal fenômeno, ver C. Verlinden, *The Beginnings of Modern Colonization*, Ithaca, 1970, pp. 26-32.

(17) Weber, *Economy and Society*, III, pp. 1343-47.

cário, sempre imperfeito no mundo clássico devido à ausência das necessárias instituições financeiras que assegurassem a sua sólida acumulação, expandia-se agora de forma livre e vigorosa com o advento das sociedades por ações, das letras de câmbio e da escritura contábil de duas colunas; o artifício da dívida pública, desconhecido nas cidades antigas, aumentou tanto os rendimentos do Estado como as alternativas de investimento para os investidores urbanos.

Acima de tudo, as bases completamente diversas dos modos de produção escravo e feudal evidenciavam-se nas relações diametralmente opostas que se estabeleciam entre a cidade e o campo. As cidades do mundo clássico formavam uma unidade cívica e econômica com o seu meio rural. Os *municipia* compreendiam indistintamente o centro urbano e a sua periferia agrária e a cidadania jurídica era extensiva a ambos. O trabalho escravo ligava os dois sistemas produtivos e não havia uma organização econômica especificamente urbana: a cidade funcionava essencialmente como um simples aglomerado de consumidores da produção agrária e da renda fundiária. As cidades italianas, em contraste, achavam-se nitidamente separadas de sua zona rural: o *contado* rural era em geral um território subjugado, cujos habitantes não tinham direito de cidadania na organização urbana. Desse nome, aliás, derivou-se a designação vulgar e desdenhosa de *contadini* para os camponeses. As comunas combatiam habitualmente certas instituições centrais do feudalismo agrário: a vassalagem era com freqüência expressamente banida nas cidades e a servidão foi abolida na área rural por elas controlada. Ao mesmo tempo, as cidades italianas exploravam de forma sistemática o seu *contado* em benefício do lucro e da produção urbana, colhiam aí os cereais e os recrutas, fixavam preços e impunham um meticuloso regime de culturas à população agrícola subjugada.[18] Esta política anti-rural era uma parte essencial das cidades-repúblicas da Renascença, cujo dirigismo econômico era totalmente estranho às suas antepassadas da Antiguidade. O meio de expansão fundamental da cidade clássica era a guerra. A pilhagem de riquezas, terra e trabalho eram as metas econômicas perseguidas no modo de produção escravista e a estrutura interna das cidades gregas e romanas derivava em grande parte daí: a vocação militar dos hoplitas ou *assidui* tinha importância central em sua constituição municipal. A agressão armada era uma constante nas comunas italianas, mas nunca chegou a

(18) Waley, *The Italian City-Republics*, pp. 93-5.

adquirir uma primazia semelhante. O Estado escapava de uma tal definição militar, porque a competição comercial e manufatureira — amparada e reforçada pela coerção extra-econômica, as "despesas de proteção" da época[19] — tornara-se, por seus próprios méritos, um objetivo econômico da comunidade: mercados e empréstimos eram mais importantes que prisioneiros, a pilhagem tinha menos valor que o açambarcamento. As cidades da Renascença italiana, como o demonstraria o seu destino final, eram complexos organismos comerciais e industriais, cuja capacidade beligerante em terra ou no mar iria se revelar relativamente limitada.

Estes grandes contrastes sócio-econômicos tiveram inevitavelmente os seus reflexos no florescimento cultural e político em que as cidades-Estados da Antiguidade e da Renascença pareciam convergir mais estreitamente. A infra-estrutura artesanal livre das cidades renascentistas, onde o trabalho manual nas corporações nunca foi contaminado com a degradação social servil, produziu uma civilização na qual as artes plásticas e visuais como a pintura, a escultura e a arquitetura ocupavam uma posição absolutamente predominante. Os escultores e pintores organizavam-se por sua vez em corporações artesanais, e gozavam de início da posição social média conferida a atividades análogas: acabariam por alcançar honra e prestígio incomparavelmente maiores que os seus predecessores gregos ou romanos. As nove musas do mundo clássico omitiam significativamente as artes visuais.[20] A imaginação sensível foi o domínio supremo da Renascença, produzindo uma riqueza e profusão artísticas que ultrapassaram a própria Antiguidade, e disso orgulhosamente se aperceberam os próprios contemporâneos. Por outro lado, as realizações teóricas e intelectuais da cultura renascentista na Itália foram muito mais restritas. A literatura, a filosofia e a ciência — segundo a ordem descendente de suas contribuições — não produziram um conjunto de obras comparável ao da civilização antiga. A base escrava do mundo clássico, que divorciou o trabalho manual do

(19) A noção de "renda de proteção" foi desenvolvida por F. C. Lane, *Venise and History*, Baltimore, 1966, pp. 373-428, para pôr em relevo as conseqüências econômicas da fusão característica entre guerra e negócios nos primeiros empreendimentos comerciais e coloniais das cidades-Estados italianas — tanto as incursões agressivas e a pirataria como a guarda defensiva e as escoltas eram inseparáveis das práticas comerciais da época.

(20) Só a música e a poesia eram admitidas em sua companhia, que, por outro lado, incluía principalmente o que hoje se chama de "ciências" e "humanidades". Ver a notável análise sobre as modificações na ordem e na definição das artes em P. O. Kristeller, *Renaissance Thought*, Nova Iorque, 1965, pp. 168-89.

cerebral de forma muito mais radical do que jamais o conseguiu a civilização medieva, produziu uma classe proprietária ociosa muito diversa do patriciado *affairé* das cidades-Estados da Itália. As palavras e os números, em sua abstração, eram mais íntimos do universo clássico: as imagens tiveram precedência em seu renascimento. O "humanismo" literário e filosófico, com as suas preocupações seculares e acadêmicas, sempre esteve confinado a uma elite intelectual frágil e restrita durante a Renascença italiana;[21] a ciência faria breve e isolada aparição somente em seu epílogo. A vitalidade estética das cidades tinha raízes cívicas muito mais profundas e sobreviveria a ambas: Galileu expiraria na solidão e no silêncio, enquanto Bernini deslumbrava a capital e a corte que o haviam excluído.

Mas a evolução política das cidades renascentistas divergiria ainda mais de seus protótipos antigos, do que a sua configuração cultural. Até certo ponto, havia acentuadas analogias formais entre as duas. Depois da expulsão do poder episcopal — uma pré-história que pode ser comparada à derrubada da realeza na Antiguidade — as cidades italianas foram dominadas pela aristocracia fundiária. Os regimes consulares daí resultantes em breve dariam origem a um regime oligárquico com um sistema externo de *podestà*, que depois seria assaltado pelas guildas plebéias mais prósperas, criadoras de suas próprias contra-instituições cívicas; enquanto isso, o estrato superior dos mestres-de-ofício, notários e mercadores, que liderou a luta do *popolo*, aliou-se à nobreza urbana para formar um único bloco municipal de poder e privilégio, reprimindo e manipulando a massa de artesãos sob seu domínio. A forma e a composição exatas de tais lutas variou de cidade para cidade, e a evolução política dos diferentes centros urbanos podia abreviar ou dilatar a sua seqüência. Em Veneza, o patriciado mercantil cedo colheu os frutos de uma rebelião de artesãos contra a velha aristocracia, e pôs freio a qualquer evolução política posterior cerrando rigidamente as suas fileiras: a *serrata* de 1296 suspendeu a possibilidade de constituição de um *popolo*. Por outro lado, em Florença, os jornaleiros

(21) "Os dois alemães que trouxeram a imprensa para a Itália em 1465 e a levaram a Roma dois anos depois foram à falência em 1471, simplesmente porque não havia mercado para as suas edições dos clássicos latinos (...). Mesmo quando o Renascimento estava em seu apogeu, só uma minoria muito restrita entendia e acalentava os seus ideais." R. Weiss, *The Renaissance Discovery of Antiquity*, Oxford, 1969, pp. 205-6. Gramsci, naturalmente, foi intensamente tocado por esta falha no passado cultural de seu país: mas, como Marx e Engels antes dele, tinha pouca sensibilidade plástica e tendia a ver a Renascença básica ou meramente como um iluminismo espiritual de dimensões rarefeitas.

esfaimados, um miserável proletariado que se situava abaixo da classe dos artesãos, revoltaram-se por sua vez contra um governo neoconservador dirigido pelas corporações, em 1378, sendo a rebelião esmagada. Mas na maioria das cidades surgiram repúblicas urbanas com um sistema formal de voto ampliado, que eram efetivamente governadas por grupos restritos de banqueiros, proprietários de manufaturas, mercadores e senhores, cujo denominador comum já não era o nascimento, mas a riqueza, a posse de capital fixo ou móvel. A seqüência verificada na Itália de bispados para consulados e de *podesteria* para *popolo*, com os sistemas constitucionais "mistos" que daí resultaram, faz sem dúvida lembrar, em certos aspectos, a trajetória da monarquia para a aristocracia e da oligarquia para a democracia ou tribunato, com seus complexos resultados, que teve lugar no mundo clássico. Mas havia uma diferença nítida e central entre as duas ordens de sucessão. Na Antiguidade, as tiranias em geral sobrevieram no período que separou as constituições aristocráticas das populares, como sistemas de transição destinados a ampliar as bases da organização política: elas foram um prelúdio à ampliação dos direitos e das liberdades da ágora. Na Renascença, ao contrário, as tiranias encerravam o desfile das formas públicas: as *signorie* representaram o último episódio das cidades-repúblicas, e significaram a sua derrocada final num autoritarismo aristocrático.

O destino final das cidades-Estados da Antiguidade e da Renascença revela talvez melhor do que outro elemento em sua história o grande abismo que as separava. As repúblicas municipais da época clássica podiam dar origem a impérios universais, sem que ocorresse nenhuma ruptura básica em sua continuidade social, pois o expansionismo territorial era o prolongamento natural de sua vocação agrária e militar. O campo foi sempre o eixo incontestável de sua existência: por isso, elas se achavam em princípio perfeitamente adaptadas a anexações de terra cada vez mais extensas e o seu crescimento econômico assentava na condução bem-sucedida da guerra, que sempre fora um objetivo cívico central. A conquista militar revelou-se assim uma via relativamente direta das repúblicas para os Estados imperiais, e estes últimos podiam ser vistos como um ponto de chegada predestinado. As cidades da Renascença, por sua vez, sempre foram centros urbanos divergentes do campo: as leis de seu movimento estavam centradas na própria economia urbana, cuja relação com a área rural circundante caracterizava-se por um antagonismo estrutural. O advento das *signorie* — ditaduras principescas com um vago passado agrário — não conduziria assim a nenhum ciclo posterior de crescimento político ou eco-

nômico relevante. Em vez disso, estas marcariam o fim da prosperidade das cidades italianas no seu conjunto. Com efeito, as repúblicas renascentistas não tinham qualquer chance de realizar uma carreira de unificação e conquista imperiais: precisamente devido a sua quintessência urbana, jamais poderiam congregar e comandar o conjunto das formações sociais feudais, ainda dominadas nitidamente pelo campo. Elas não dispunham de alternativa para a expansão política em escala peninsular. Além disso, as suas forças militares eram radicalmente inadequadas para tal tarefa. O surgimento da *signoria* como forma institucional foi um presságio de seu impasse futuro.

A Itália setentrional e central constituía uma exceção na economia européia da última fase da Idade Média — a região mais avançada e próspera do Ocidente, como vimos. O apogeu das comunas no século XIII foi uma época de vigorosa explosão urbana e crescimento demográfico. Essa situação de liderança logo propiciou à Itália uma posição peculiar no subseqüente desenvolvimento econômico do continente. Como todos os outros países da Europa Ocidental, ela foi assolada pelo despovoamento e pela depressão do século XVI: o refluxo comercial e as falências dos bancos reduziram a produção manufatureira e, provavelmente, estimularam o investimento na construção de edifícios, desviando o capital para os gastos suntuários e os domínios reais. A trajetória da economia italiana no século XV é mais obscura.[22] A queda drástica na produção de tecidos de lã era agora compensada por uma mudança para a produção de seda, embora seja difícil avaliar a extensão dos efeitos compensatórios. Um novo aumento na população e produção deve ter permitido níveis gerais de atividade econômica ainda in-

(22) A opinião acadêmica acha-se nitidamente dividida quanto à questão do balanço geral da economia italiana do século XV. Lopez, com o apoio de Miskimin, defendeu que a Renascença foi essencialmente uma época de depressão: entre outros índices, o capital do banco dos Médici na Florença do século XV era apenas a metade do dos Peruzzi cem anos atrás, ao passo que os tributos alfandegários pagos a Gênova no início do século XVI eram ainda inferiores aos da última década do século XIII. Cipolla pôs em dúvida a validade de efetuar deduções gerais a partir dessas evidências e sugeriu que a produção *per capita* deve ter crescido na Itália, a par da divisão internacional do trabalho. Para este debate, ver R. Lopez, "Hard Times and Investment in Culture", republicado em A. Molho (Org.), *Social and Economic Foundations of the Renaissance*, Nova Iorque, 1969, pp. 95-116; R. Lopez e H. Miskimin, "The Economic Depression of the Renaissance", *Economic History Review*, XIV, nº 3, abril de 1962, pp. 408-26; Cipolla, "Economic Depression of the Renaissance?", *Economic History Review*, XVI, nº 3, abril de 1964, pp. 519-24, com réplicas de Lopez e Miskimin, pp. 525-9. Uma análise mais recente, que abarca a última parte do século XV e o início do século XVI, apresenta um balanço de modo geral otimista do comércio, das finanças e das manufaturas: P. Laven, *Renaissance Italy 1464-1534*, Londres, 1966, pp. 35-108.

feriores ao ápice atingido no século XIII. No entanto, parece provável que as cidades-Estados tenham superado a crise geral do feudalismo europeu em melhores condições que qualquer outra região do Ocidente. A flexibilidade geral do setor urbano e o caráter relativamente moderno do setor agrário, pelo menos na Lombardia, permitiram talvez à Itália setentrional recuperar o impulso econômico quase meio século antes que o restante da Europa ocidental, por volta de 1400. Agora, porém, os mais rápidos ganhos demográficos pareciam se localizar no campo e não nas cidades e o investimento de capitais tendia a orientar-se cada vez mais para a terra.[23] A qualidade das manufaturas tornou-se gradualmente mais sofisticada, voltando-se para as mercadorias de elite; as indústrias da seda e do vidro situavam-se entre os setores mais dinâmicos da produção urbana dessa época. Além disso, durante os cem anos que se seguiram, a reanimação da demanda européia manteve as exportações italianas de bens de luxo em altos níveis. Contudo, certos limites iriam impor-se à prosperidade comercial e industrial das cidades.

Com efeito, a organização corporativa, que distinguiu as cidades renascentistas das cidades clássicas, levantou, por sua vez, restrições inerentes ao desenvolvimento da indústria capitalista na Itália. As corporações de ofícios impediam a separação completa entre os produtores diretos e os meios de produção, condição prévia do modo de produção capitalista, no seio da economia urbana: elas se definiam por uma unidade persistente entre o artesão e os seus instrumentos de trabalho, que não podia romper-se dentro deste quadro. A indústria de tecidos de lã, em alguns centros avançados como Florença, chegou a atingir em certa medida uma organização protofabril baseada no trabalho assalariado propriamente dito; mas a norma geral nas manufaturas têxteis sempre foi o sistema de produção doméstica sob o controle do capital mercantil. Num setor após o outro, os artesãos rigidamente agrupados em guildas regulamentavam os seus métodos e ritmos de trabalho segundo as tradições e costumes das corporações, o que representava um formidável obstáculo ao progresso da técnica e da exploração do trabalho. Veneza desenvolveu a última e mais competitiva indústria de tecidos de lã da Itália no século XVI, quando tomou os mercados de Florença e Milão — talvez o mais notável êxito comercial da época. Todavia, mesmo em Veneza, as corporações de ofícios viriam a se revelar uma

(23) C. M. Cipolla, "The Trends in Italian Economic History in the Later Middle Ages", *Economic History Review*, II, nº 2, 1949, pp. 181-4.

barreira insuperável ao progresso técnico: também aí, "pode-se dizer que todo o conjunto da legislação corporativa tinha como finalidade impedir qualquer tipo de inovação".[24] Assim, o capital manufatureiro propriamente dito operava num espaço restrito, com pouca possibilidade de reprodução ampliada: a concorrência das indústrias estrangeiras mais livres e localizadas em áreas rurais, com menores custos de produção, acabaria por levá-lo à ruína. O capital mercantil sobreviveu por mais tempo, pois o comércio não estava sujeito a tais restrições; mas também esse viria a pagar o tributo da relativa inércia técnica, quando o predomínio marítimo deslocou-se da navegação mediterrânea para a atlântica, com o advento de formas de transporte naval mais rápidas e baratas, desenvolvidas pelos holandeses e ingleses.[25] O capital financeiro manteve os seus níveis de lucratividade durante um tempo maior, por estar mais dissociado dos processos materiais de produção. Contudo, a sua dependência parasitária das cortes e exércitos internacionais o tornaria particularmente vulnerável às suas vicissitudes. As carreiras de Florença, Veneza e Gênova — vítimas dos tecidos ingleses ou franceses, da navegação portuguesa ou holandesa e das falências bancárias da Espanha — ilustrariam bem estas sucessivas contingências. A liderança econômica das cidades renascentistas da Itália revelou-se precária. Ao mesmo tempo, a estabilização política das oligarquias republicanas que em geral emergiram das lutas entre os patriciados e as guildas mostrou-se muitas vezes difícil: o ressentimento social da massa de artesãos e de trabalhadores pobres das cidades continuou a existir sob a superfície da vida municipal, pronto a explodir a cada nova crise, sempre que o círculo estabelecido dos poderosos se dividisse em facções.[26] Finalmente, a grande expansão na escala e na intensidade da guerra, com o advento da artilharia de campanha e da infantaria profissional de lanceiros tornou cada vez mais ultrapassadas as modestas capacidades de defesa das pequenas cidades-Estados. As repúblicas italianas passavam a ser tanto mais vulneráveis quanto mais se desenvolvia o volume e o poder de fogo dos exércitos europeus do início da época moderna. A conjugação dessas tendências, visível em diferentes graus e em diferentes fases nas cidades do norte e do centro, preparou a cena para a ascensão das *signorie*.

(24) C. M. Cipolla, "The Decline of Italy", *Economic History Review*, V, nº 2, 1952, p. 183. As corporações da indústria de tecidos para exportação mantiveram um alto nível de qualidade e resistiram às reduções de salários: as suas fazendas nunca foram modificadas para adaptar-se às exigências da moda. O resultado foi que os tecidos italianos, caros e fora de moda, acabaram por ficar fora de preço e foram retirados do mercado.

(25) F. Lane, "Discussion", *Journal of Economic History*, XXIV, dezembro de 1964, nº 4, pp. 466-7.

(26) A multiplicação dos contatos e das rivalidades políticas entre as cidades desempenhou também um importante papel no surgimento das *signorie* nesta época: "Todas as *signorie* do norte da Itália, todas sem exceção, nasceram com a ajuda direta ou indireta de forças estranhas à cidade que seria palco do novo senhorio". E. Sestan, "Le Origini delle Signorie Cittadine: Un Problema Storico Esaurito?", *Bolletino dell'Istituto Storico Italiano per Il Medio Evo*, nº 73, 1961, p. 57. Para o exemplo de Florença, ver abaixo.

O pano de fundo social para a aparição desses senhorios adventícios sobre as cidades encontrava-se na hinterlândia feudal das zonas rurais. A rede de comunas nunca chegou a cobrir inteiramente o norte e o centro da península; entre elas persistiram vastos interstícios rurais, dominados por nobres senhoriais. Estes haviam fornecido grande parte do apoio aristocrático para as campanhas Hohenstaufen contra as cidades dos guelfos, e a origem das *signorie* pode ser traçada até os aliados ou lugares-tenentes de Frederico II na nobreza, nas regiões menos urbanizadas de Saluzzo ou do Vêneto.[27] Na Romagna, a própria expansão das comunas em direção ao campo, através da criação dos *contados* subjugados, conduziu à conquista de cidades pelos senhores rurais cujos territórios tinham sido incorporados àquelas.[28] A maior parte dos primeiros tiranos do norte era composta de feudatários ou *condottieri*, que tomavam o poder por serem detentores da *podesteria* ou *capitaneria* das cidades; em muitos casos, gozaram de uma temporária simpatia popular por terem suprimido as odiadas oligarquias municipais, ou restaurado a ordem pública após surtos endêmicos de violência faccionária entre as famílias anteriormente dominantes. Quase sempre, trouxeram ou criaram um aparelho militar ampliado e melhor adaptado às modernas necessidades da guerra. As conquistas que efetuavam nas províncias tendiam assim, por sua própria natureza, a aumentar a importância do componente rural das cidades-Estados que eles agora governavam.[29]

(27) Jordan, *Les Origines de la Domination Angévine*, I, pp. 68-72, 274.

(28) J. Larner, *The Lords of the Romagna*, Londres, 1965, pp. 14-17, 76.

(29) O contraste entre as cidades italianas e alemãs é neste aspecto particularmente notável, no século XV. As cidades do Reno e da Suábia nunca possuíram, como veremos, a periferia rural que distingula as suas equivalentes da Lombardia e da Toscana. Em contrapartida, o seu território econômico compreendia um complexo *mineiro* — prata, cobre, estanho, zinco e ferro — de um tipo quase desconhecido na Itália, e deu origem a uma indústria metalúrgica muito mais dinâmica que qualquer outra ao sul dos Alpes. Assim, enquanto as cidades italianas foram pródigas em criatividade artística, as cidades italianas desta época foram o cenário do maior leque de invenções técnicas da

Com efeito, o vínculo que ligava as *signorie* à terra de onde extraíam as tropas e os rendimentos manteve-se sempre estreito, como o testemunhou o seu padrão de expansão. Originando-se das "alas" mais atrasadas da Itália setentrional, ao longo dos passos alpinos no oeste e do delta do Pó a oriente, o poder dos príncipes deslocou-se para o sofisticado centro da cena política com a tomada de Milão — antiga alma comunal da Liga Lombarda — pelos Visconti, no final do século XIII. Desde essa data, Milão passou a representar o principado mais estável e poderoso entre as mais importantes cidades italianas, dada a específica composição interna do Estado. Não era um porto marítimo nem um grande centro manufatureiro, sendo as suas indústrias prósperas e numerosas, mas também pequenas e fragmentárias; por outro lado, possuía a zona agrícola mais avançada da Itália, com as campinas irrigadas da planície lombarda, que iria resistir à depressão agrária do século XIV provavelmente melhor que qualquer outra região na Europa. Milão, a cidade de maior riqueza rural entre os centros urbanos importantes da Itália, seria o trampolim natural para a primeira *signoria* de significado internacional no norte. Pelo final do século XIII, a maior parte da Itália além dos Apeninos tinha caído em mãos de pequenos senhores ou aventureiros militares. A Toscana resistiu ainda por cem anos, mas no curso do século XV sucumbiu também às tiranias iluminadas. Florença, o maior centro bancário e manufatureiro da península, escorregou finalmente para o sereno controle hereditário dos Médici, embora não sem recidivas republicanas: foram necessárias a proteção diplomática e militar dos Sforza, senhores de Milão[30] e, mais tarde, a pressão dos papas Médici em Roma para assegurar a vitória final do regime dos príncipes em Florença. Na própria Roma, o governo do papa Della Rovere, Júlio II, no início do século XVI, impeliu pela primeira vez a estrutura militar e política do Estado papal a uma forma próxima à dos poderes rivais do além-Tibre. Como era de prever,

Europa: imprensa, refinação de minério, fundição, material bélico, fabricação de relógios — praticamente todos os principais progressos tecnológicos da época foram criados ou aperfeiçoados no ambiente das cidades alemãs.

(30) A brandura e prudência da dominação de Cosimo de Médici em Florença, exercida indiretamente através da manipulação eleitoral, correspondia à relativa fraqueza das bases sociais do domínio da família. Lorenzo somente aceitou pacificamente o poder devido à ameaça da intervenção de Milão, caso não o fizesse. Quanto ao caráter original do primado dos Médici em Florença, e do apoio que recebiam de Milão, ver N. Rubinstein, *The Government of Florence under the Medici (1434-1494)*, Oxford, 1966, pp. 128-35, 161, 175.

as duas repúblicas marítimas, Gênova e Veneza, resistiram sozinhas contra o surgimento de um novo tipo de corte e de príncipe — salvaguardadas pela ausência relativa de cinturões rurais ao seu redor. Contudo, a *serrata* veneziana gerou uma minúscula facção hereditária de governantes, que congelaram a partir daí o desenvolvimento político da cidade e revelaram-se incapazes de integrar os territórios metropolitanos que a República conseguiu adquirir num Estado moderno ou unitário.[31] O patriciado genovês, mercenário e anti-social, sobreviveu no esteio do imperialismo hispânico. Em todas as outras partes, as cidades-repúblicas desapareceram.

No aspecto culturaí, naturalmente, a Renascença atingiu o seu apogeu neste último ato da civilização urbana da Itália, antes do que viria a ser visto como as novas invasões "bárbaras" vindas do outro lado dos Alpes e do Mediterrâneo. Os príncipes e clérigos, patronos dessas novas e suntuosas cortes da península, investiram prodigamente nas letras e nas artes: arquitetura, escultura, pintura, filologia e história, todas se beneficiaram, na tepidez de estufa de um ambiente abertamente aristocrático de erudição e etiqueta. No aspecto econômico, a rasteira estagnação da técnica e das empresas foi encoberta pela explosão no resto da Europa ocidental, que continuou a aumentar a demanda de artigos italianos de luxo mesmo depois das manufaturas terem deixado de inovar e garantiu a ostensiva riqueza das *signorie*. Mas, no aspecto político, o potencial desses Estados submonárquicos mostrou-se muito limitado. O mosaico das comunas no norte e no centro dera lugar a um número menor de tiranias urbanas consolidadas, que se engajaram então em constantes guerras e intrigas recíprocas em busca do predomínio na Itália. Mas nenhum dos cinco principais Estados da península — Milão, Florença, Veneza, Roma e Nápoles — tinha poder suficiente para vencer os outros, ou mesmo para absorver os numerosos principados e cidades menores. O retorno forçado de Gian Galeazzo Visconti aos seus limites na Lombardia, sob a pressão combinada de seus adversários, na virada do século XV, marcou o fim da mais bem-sucedida aspiração de supremacia. A incessante rivalidade política e militar entre os Estados de força intermediária chegaria por fim a um precário equilíbrio com o Tratado de Lodi, em 1451. Nesta altura, as cidades renascentistas já tinham desenvolvido o instrumental básico da arte do governo e da agressão, que haveriam de legar ao absolutismo europeu — uma herança cuja enorme importância já

(31) Ver os agudos comentários de Procacci, *Storia degli Italiani*, I, pp. 144-47.

observamos. As imposições fiscais, as dívidas consolidadas, a venda de cargos, as embaixadas no estrangeiro e as agências de espionagem — tudo isso surgiu pela primeira vez nas cidades-Estados italianas, numa espécie de ensaio em pequena escala do grande sistema político internacional e de seus conflitos, que estavam por vir.[32]

No entanto, o regime das *signorie* não podia alterar os parâmetros básicos do impasse a que chegara o desenvolvimento político italiano instaurado após a derrota do projeto de uma monarquia imperial unitária na época Hohenstaufen. As comunas tinham sido estruturalmente incapazes de alcançar a unificação da peninsula, devido à própria precocidade de seu desenvolvimento comercial-urbano. As *signorie* representaram uma reafirmação política do meio ambiente rural e senhorial em que sempre estiveram inseridas. Mas uma verdadeira vitória social do campo sobre as cidades nunca foi possivel na Itália setentrional ou central: a força de atração das cidades era muito maior, ao passo que a classe fundiária local nunca chegou a constituir uma nobreza feudal coesa com uma tradição ancestral ou *esprit de corps*. Os senhores que usurparam o poder nas repúblicas eram muitas vezes mercenários, arrivistas ou aventureiros, enquanto outros eram altos banqueiros ou mercadores. Em decorrência disso, a soberania exercida pelas *signorie* sempre foi ilegítima, no sentido mais profundo:[33] baseava-se num poder recentemente adquirido e na fraude pessoal, sem o respaldo de qualquer sanção coletiva no direito ou na hierarquia aristocrática. Os novos principados extinguiram a vitalidade cívica das cidades republicanas; mas não podiam confiar na lealdade ou disciplina de um setor rural dominado por senhores. Assim, a despeito de seu modernismo aparentemente ousado de meios e de técnicas, a sua famosa introdução da pura "política da força" enquanto tal, as *signorie* eram na realidade inerentemente incapazes de gerar a forma estatal característica do inicio da época moderna, um absolutismo monárquico unitário.

Da confusa experiência histórica desses senhorios nasceu a teoria política de Maquiavel. Convencionalmente apresentada como a culminância da moderna *Realpolitik*, prenunciando a prática das monarquias seculares da Europa absolutista, era na verdade um programa

(32) Ver Mattingly, *Renaissance Diplomacy*, pp. 58-60.

(33) Evidentemente, o tipo e o grau dessa ilegitimidade variavam; na Romanha, os tiranos locais adquiriram gradualmente uma certa regularidade dinástica por volta do século XV: Larner, *The Lords of the Romagna*, pp. 78, 154.

idealizado para uma *signoria* de toda a Itália, talvez meramente da Itália central, nas vésperas da superação histórica dessa forma.[34] A acurada inteligência de Maquiavel estava consciente da distância que existia entre os Estados dinásticos da Espanha ou da França e as tiranias provinciais da Itália. Ele notou que a monarquia francesa estava cercada por uma poderosa aristocracia e baseava-se numa veneranda legitimidade: os seus traços distintivos eram a proeminência de nobres "autônomos" e de "leis" tradicionais. "O rei da França está cercado por uma companhia de nobres de tradicional linhagem, reconhecidos e amados pelos seus próprios súditos; eles têm as suas prerrogativas e o rei não pode privá-los delas sem pôr em risco a sua própria sorte (...). O reino da França é mais regulamentado por leis que qualquer outro reino atual de que tenhamos conhecimento."[35] Mas não conseguiu compreender que o poder das novas monarquias territoriais fundamentava-se precisamente nesta combinação de nobreza feudal e legalidade constitucional; para ele, os *parlements* franceses não passavam de uma fachada para a intimidação da aristocracia e o apaziguamento das massas.[36] Na verdade, a aversão de Maquiavel pela aristocracia era tão intensa e geral que o levava a considerar uma pequena nobreza fundiária incompativel com qualquer tipo de ordem política viável ou estável: "Aqueles Estados cuja vida política mantém-se incorrupta não permitem que os seus cidadãos sejam fidalgos ou vivam à moda dos fidalgos (...). Para elucidar o termo, direi que por 'fidalgo' se entende aqueles que vivem ociosamente à custa dos abundantes rendimentos de seus domínios, sem desempenhar qualquer papel no cultivo e sem efetuar qualquer das tarefas necessárias à vida. Tal tipo de homens é pernicioso em toda república e em toda província; mas ainda mais maléficos são aqueles que, além das rendas de seus domínios, controlam castelos e comandam súditos que os obedecem (...). Homens deste jaez são to-

(34) Chabod, a mais lúcida autoridade no tema, considera que Maquiavel visava tão somente a última, um poderoso principado na Itália central e não um Estado peninsular: *Scritti su Machiavelli*, Turim, 1965, pp. 64-7.

(35) Niccolò Machiavelli, *Il Principe e Discorsi sopra la Prima Deca de Tito Livio* (introdução de Giuliano Procacci), Milão, 1960, pp. 26, 262: a melhor das edições recentes.

(36) *Il Principe e Discorsi*, pp. 77-8. A compreensão que Maquiavel tinha sobre a natureza e o papel da nobreza francesa era, na realidade, basicamente insegura e confusa. Em seu *Ritratto di Cose di Francia*, ele descreve a aristocracia francesa como "extremamente dócil" (*ossequentissimi*) diante da monarquia, em total contradição com as suas afirmações anteriores acima citadas. Ver *Arte della Guerra e Scritti Politici Minori*, Milão, 1961, p. 164.

talmente inimigos de qualquer forma de governo cívico".[37] Mencionando com inveja as cidades alemãs que não tinham periferia senhorial,[38] conservava um certo republicanismo nostálgico, composto de vagas recordações da República de Soderini, à qual servira, e de uma reverência de antiquário pela idade heróica de Roma, registrada por Tito Lívio.

Mas o republicanismo de Maquiavel nos *Discursos* era, no fundo, sentimental e fortuito. Com efeito, todos os regimes políticos eram dominados por um restrito círculo íntimo do poder: "Em todos os Estados, seja qual for a sua forma de governo, os verdadeiros governantes nunca são mais que quarenta ou cinqüenta cidadãos".[39] A grande massa da população abaixo desta elite cuidava apenas de sua própria segurança: "a esmagadora maioria daqueles que exigem liberdade apenas deseja viver em segurança". Um governo bem-sucedido sempre podia suprimir as liberdades tradicionais, conquanto deixasse intata a propriedade e a família de seus súditos; se tanto, deveria promover os seus empreendimentos econômicos, desde que isso contribuísse para o seu próprio proveito. "O príncipe pode sempre inspirar medo e contudo eximir-se ao ódio se ele se abstém da propriedade de seus súditos e cidadãos e de suas mulheres."[40] Tais máximas valiam para qualquer tipo de sistema político — principado ou república. As constituições republicanas, contudo, serviam apenas à continuidade: podiam preservar uma organização existente, mas não inaugurar uma nova.[41] A fim de fundar um Estado italiano capaz de resistir aos invasores bárbaros vindos da França, Suíça e Espanha, tornava-se necessária a vontade concentrada e a energia implacável de um príncipe único. Estava aí a verdadeira paixão de Maquiavel. As suas recomendações dirigiam-se essencialmente ao futuro arquiteto de um — necessariamente *parvenu* — domínio peninsular. O *Príncipe* declara logo de início que irá examinar os dois tipos de principado, o "hereditário" e o "novo", e nunca chega a perder de vista a distinção entre eles. Mas a candente preocupação do tratado, que domina do princípio ao fim o seu conteúdo, é essencialmente a criação de um novo principado, tarefa que Maquiavel termina por proclamar expressamente como a maior realização de

(37) *Il Principe e Discorsi*, p. 256.
(38) *Ibid.*, pp. 255-56.
(39) *Ibid.*, p. 176.
(40) *Ibid.*, p. 70.
(41) *Ibid.*, p. 265.

qualquer governante: "O novo príncipe, se observar com cuidado as lições expostas acima, tomará a aparência de um governante tradicional e o seu governo logo se tornará mais firme e seguro do que se há longo tempo nele estivesse investido. Pois que os feitos de um novo príncipe atraem muito mais notoriedade que os de um governante hereditário; e quando as suas ações são de valor, cativam e prendem os homens melhor que o sangue real (...). O novo príncipe terá uma dupla glória".[42]

Este desequilíbrio velado no enfoque do tema é evidente em todo o livro. Assim, Maquiavel declara que os dois principais fundamentos do governo são "boas leis" e "boas armas"; mas acrescenta prontamente que, uma vez que a coerção cria a legalidade, e não vice-versa, ele irá ocupar-se apenas da coerção. "Os principais fundamentos de todo Estado — novos, antigos ou mistos — são as boas leis e as boas armas, e desde que não há boas leis sem que haja boas armas e onde houver boas armas é preciso que haja boas leis, eu não me ocuparei das leis, mas falarei das armas."[43] Na que é talvez a passagem mais famosa do *Príncipe*, repete o mesmo e revelador deslize conceitual. A lei e a força são, respectivamente, os modos naturais de conduta dos homens e dos animais, e um príncipe deve ser um "centauro" que possa combinar as duas. Mas, na prática, a "combinação" principesca que ele analisa não é a do centauro, metade homem e metade animal, e sim — num deslizamento imediato — a de dois animais, o "leão" e a "raposa", a força e a astúcia. "Há duas formas de lutar: pela lei e pela força. A primeira é própria dos homens, a segunda dos animais; mas como a primeira forma é com freqüência inadequada, é necessário recorrer à segunda. Por essa razão, o príncipe deve saber fazer bom uso do animal e do homem. Os autores antigos instruíam os príncipes nessa lição por meio de uma alegoria: contavam como Aquiles e muitos outros governantes da Antiguidade foram na infância entregues a um centauro, Quíron, para serem educados e treinados por ele. O sentido desta história de um mestre metade animal metade homem é o de que um príncipe deve adquirir a natureza de ambos; se ele possuir as qualidades de um e não as de outro, estará perdido. Por esse motivo, como o

(42) *Il Principe e Discorsi*, p. 97. Compare-se o tom aí usado com esta passagem de Bodin: "Aquele que por sua própria autoridade se fez príncipe soberano, sem eleição, direito hereditário ou sorteio, apenas pela guerra ou por apelo divino, é um tirano". Tal governante "pisa sobre as leis da natureza". *Les Six Livres de la République*, pp. 211, 218.
(43) *Il Principe e Discorsi*, p. 53.

príncipe é forçado a saber agir como um animal, deverá aprender com a raposa e o leão (...)."[44] O temor é sempre preferível à afeição dos súditos; a violência e a fraude sempre superiores à legalidade como forma de controlá-los. "Pode-se dizer dos homens em geral: são ingratos, desleais, falsos e mentirosos, tementes do perigo e ávidos de dinheiro (...). O amor é um vínculo de obrigação que essas miseráveis criaturas rompem assim que lhes convém; ao passo que o temor os prende firmemente, pelo receio do castigo, que nunca se abandona."[45]

Estes preceitos sumários eram, com efeito, as normas domésticas pelas quais se regiam as pequenas tiranias da Itália: estavam muito afastados das realidades da estrutura ideológica e política muito mais complexa do poder de classe das novas monarquias da Europa ocidental. Maquiavel pouco percebia da imensa força histórica da *legitimidade* dinástica, na qual estavam as raízes do absolutismo emergente. O seu mundo era o dos aventureiros transitórios e dos tiranos arrivistas das *signorie* da Itália; o seu ponto de referência, César Bórgia. O resultado do "ilegitimismo" calculado da perspectiva de Maquiavel foi o seu famoso "tecnicismo", a defesa do recurso a meios moralmente não sancionados para a consecução de fins políticos convencionais, dissociados de imperativos e restrições éticas. A conduta de um príncipe só podia ser uma longa lista de perfídia e crimes, uma vez que se dissolviam todas as bases jurídicas e sociais da dominação. Em épocas futuras, este despojamento, no exercício prático do poder, de toda a ideologia feudal ou religiosa, pareceu ser o segredo e a grandeza da modernidade de Maquiavel.[46] Na realidade, porém, a sua teoria política, aparentemente tão moderna na sua intenção de racionalidade clínica, padecia, de forma significativa, da ausência de um conceito sólido e objetivo de *Estado*. Há em seus escritos uma constante ondulação do vocabulário, em que os termos *città*, *governo*, *republica* ou *stato* alternam-se de um modo incerto, embora todos tendam a subordinar-se à noção que dá nome à sua obra central — *O Príncipe*, que podia ser o senhor tanto de uma "república" como de um "principado".[47] Maquiavel nunca distinguiu completamente a figura pessoal do governante, que podia, em princípio, cair em qualquer parte, ao acaso (César Bórgia ou os seus pares), da estrutura impessoal de uma ordem política com território fixo.[48] A interconexão funcional entre ambos era bastante real, na época do absolutismo: mas Maquiavel, não tendo apreendido o vínculo social necessário entre monarquia e nobreza, que a mediava, tendia a reduzir a sua noção de Estado meramente à de propriedade passiva do príncipe enquanto indivíduo, ornamento acessório da sua vontade. A conseqüência de tal voluntarismo foi o paradoxo curioso e central da obra de Maquiavel — a sua denúncia constante dos mercenários e a apologia da milícia urbana como único tipo de organização militar capaz de executar os projetos de um príncipe poderoso, que pudesse ser o fautor de uma nova Itália. É este o tema da vibrante proclamação final de sua obra mais célebre, dirigida aos Médici. "Mercenários e auxiliares são inúteis e perigosos (...) levaram a Itália à escravidão e à ignomínia" — "querendo, pois, a vossa ilustre casa seguir o exemplo daqueles grandes homens que salvaram as suas províncias, é necessário, antes de mais nada, prover-se de tropas próprias."[49] Maquiavel dedicaria depois a *Arte da Guerra* à defesa de sua tese militar de um exército inteiramente composto de cidadãos, reforçando-a com todos os exemplos disponíveis da Antiguidade.

Para Maquiavel, os mercenários eram a ruína que causara a fraqueza política da Itália; e, na qualidade de secretário da República, ele próprio tentara armar os camponeses locais para a defesa de Florença. O fato é que os mercenários eram a condição prévia dos novos exércitos monárquicos além dos Alpes, enquanto as suas novas milícias comunais eram desbaratadas com toda facilidade pelas tropas regulares.[50] A razão desse seu equívoco militar, porém, tinha raízes no cerne de seus princípios políticos, pois Maquiavel confundia os *mercenários* eu-

(44) *Il Principe e Discorsi*, p. 72.

(45) *Il Principe e Discorsi*, pp. 69-70.

(46) Tampouco estavam errados, evidentemente. Em certo sentido, foi precisamente a falta de ancoragem nas correntes principais de sua própria época o que permitiu a Maquiavel produzir uma obra política com significado mais geral e perene, depois da passagem delas.

(47) Para exemplos, ver *Il Principe e Discorsi*, pp. 129-31; 309-11; 355-57. Ver os comentários de Chabod em "Alcuni Questioni di Terminologia: Stato, Nazione, Patria nel Linguaggio del Cinquecento", *L'Idea di Nazione*, Bari, 1967, pp. 145-53.

(48) Há em Maquiavel algumas passagens fugazes que indicam uma consciência dos limites da sua concepção dominante de Estado: "Os governos que surgem de súbito, como tudo o que na natureza nasce e cresce muito rápido, não podem ter raízes e membros firmes e são derrubados à primeira rajada de vento". *Il Principe e Discorsi*, p. 34. Procacci, na sua competente introdução, tira grande partido dos termos *barbe e corrispondenzie* (raízes e membros), como prova de que Maquiavel possuía efetivamente uma noção objetiva do Estado principesco (*Introduzione*, pp. L e segs.). Mas o que é realmente mais notável nesta frase de grande propriedade é a ausência geral de ecos ou conseqüências dela em *O Príncipe* em seu conjunto.

(49) *Il Principe e Discorsi*, pp. 53, 58, 104.

(50) Quanto a este episódio, ver Oman, *A History of War in the Sixteenth Century*, pp. 96-7.

ropeus com o sistema italiano dos *condottieri*. A diferença é precisamente que os *condottieri* da Itália possuíam as suas próprias tropas, podendo colocá-las em hasta pública ou deslocá-las de uma parte à outra nas guerras locais, ao passo que os governantes reais além dos Alpes constituíam ou contratavam corpos de mercenários diretamente sob seu próprio controle, a fim de construir os precursores dos exércitos regulares e profissionais. Foi a combinação do conceito próprio de Maquiavel do Estado como propriedade adventícia do príncipe com a sua aceitação dos aventureiros como príncipes que o induziu ao erro de conceber os voláteis *condottieri* como elementos típicos da guerra mercenária na Europa. O que ele não conseguiu ver foi a força da autoridade dinástica, com raízes na nobreza feudal, que tornava a utilização doméstica de tropas mercenárias não apenas segura, como superior a qualquer outro sistema militar então disponível. A incongruência lógica de uma milícia de cidadãos sob o domínio de uma tirania usurpada, como fórmula para a libertação da Itália, era apenas um sinal desesperado da impossibilidade histórica de uma *signoria* peninsular. Exceto isso, restava apenas o receituário banal de trapaça e ferocidade que passou a levar o nome de *maquiavelismo*.[51] Tais conselhos do secretário de Florença eram uma mera teoria da fraqueza política: o seu tecnicismo, um empirismo cego, incapaz de identificar as causas sociais mais profundas dos acontecimentos que registrava, confinado à vã manipulação superficial dos fatos, utópica e mefistofélica.

A obra de Maquiavel refletia, pois, fundamentalmente, em sua estrutura interna, o impasse final das cidades-Estados italianas na véspera de sua absorção. Continua a ser o melhor guia para o seu fim inevitável. Na Prússia e na Rússia, como se verá, surgiu um superabsolutismo sobre um vazio urbano. Na Itália e na Alemanha a oeste do Elba, a densidade urbana produziu apenas uma espécie de "microabsolutismo" — uma proliferação de pequenos principados que cristalizou as divisões do país. Esses Estados em miniatura não estavam em posição de resistir às monarquias feudais vizinhas e, em breve, a ação de conquistadores estrangeiros alinharia forçosamente a península às normas

(51) Este aspecto da obra de Maquiavel, que deu origem à sua "fama" sensacional nos séculos subseqüentes, é em geral desconsiderado por seus mais sérios comentadores atuais, por suposta falta de interesse intelectual. Na realidade, é conceitualmente inseparável da estrutura teórica de sua obra, e não pode ser urbanamente ignorado: ele constitui o resíduo lógico e necessário de seu pensamento. Aquela que é de longe a melhor e mais vigorosa análise do significado real do "maquiavelismo" encontra-se em Georges Mounin, *Machiavel*, Paris, 1966, pp. 202-12.

européias. A França e a Espanha travaram um debate pelo seu controle nas primeiras décadas de suas respectivas integrações políticas, nos últimos anos do século XV. Incapaz de produzir um absolutismo nacional internamente, a Itália estava condenada a sofrer o alheio, a partir de fora. No espaço de meio século decorrido entre a marcha de Carlos VIII sobre Nápoles, em 1494, e a derrota de Henrique II em São Quintino, em 1557, os Valois foram repelidos pelos Habsburgo e o prêmio foi para as mãos da Espanha. A partir de então, o domínio espanhol, sediado na Sicília, em Nápoles e Milão, coordenou a península e dobrou o papado, sob a bandeira da Contra-Reforma. Paradoxalmente, seria o avanço econômico da Itália setentrional que a condenaria depois a um longo ciclo de atraso político. O resultado final, uma vez consolidado o poder Habsburgo, foi a regressão também econômica: a ruralização dos patriciados urbanos, que, em sua decadência, abandonaram as finanças e as manufaturas para investir na terra. Daí, as "cem cidades do silêncio" às quais Gramsci aludiria seguidamente.[52] Por uma curiosa compressão de épocas históricas, seria por fim a monarquia piemontesa a responsável pela unificação nacional, na era das revoluções burguesas do Ocidente. Com efeito, o Piemonte dispunha da base lógica para tal unificação: somente aí surgiu um verdadeiro absolutismo nativo claramente alicerçado numa nobreza feudal, em uma formação social dominada pela servidão. O Estado erigido por

(52) *Passato e Presente*, p. 98; *Note sul Machiavelli*, p. 7; *Il Risorgimento*, p. 95. A frase foi emprestada do período poético de D'Annunzio. As análises de Gramsci sobre o problema da unidade italiana na Renascença, com o qual estava profundamente preocupado, padecem do pressuposto implícito de que as novas monarquias européias que unificaram a França, a Inglaterra e a Espanha tinham caráter burguês (ou, pelo menos, oscilavam entre a burguesia e a aristocracia). Ele tende assim a sobrepor de modo ilegítimo dois problemas históricos distintos: a ausência de um absolutismo unitário na Renascença e a falta posterior de uma revolução democrática radical no *Risorgimento*. Ambos surgem como evidências do fracasso da burguesia italiana, o primeiro devido ao corporativismo e à involução das comunas no final da época medieval e início da moderna, o segundo devido ao conluio dos moderados com os latifundiários meridionais no século XIX. Na realidade, como vimos, o oposto é que é verdadeiro. Foi a falta de uma *nobreza feudal* dominante que impediu o absolutismo peninsular e, portanto, um Estado unitário contemporâneo dos da França ou da Espanha; e foi a presença regional de tal nobreza no Piemonte que permitiu a criação de um Estado que serviria de trampolim para uma unificação tardia, na época do capitalismo industrial. O equívoco de Gramsci reflete em grande parte a sua confiança em Maquiavel como o prisma básico através do qual ele via a Renascença, e a sua convicção de que Maquiavel representava um "jacobinismo precoce" (ver especialmente *Note sul Machiavelli*, pp. 6-7, 14-6). Com efeito, Maquiavel confundiu, em sua própria época, dois períodos históricos distintos — ao imaginar que um príncipe italiano podia formar um Estado autocrático poderoso recriando as milícias de cidadãos típicas das comunas do século XII, há muito extintas.

Emanuele Filiberto e Carlo Emanuele na Sabóia era economicamente rudimentar, se comparado a Veneza ou Milão; precisamente por tal razão revelou-se o único núcleo territorial capaz de realizar, no futuro, um avanço político.

A posição geográfica a cavaleiro dos Alpes foi fundamental para esse seu destino excepcional, pois representou por três séculos a possibilidade de Sabóia manter a sua autonomia e ampliar as suas fronteiras, jogando, uma contra a outra, as duas mais importantes potências do continente — primeiro a França contra a Espanha, depois a Áustria contra a França. Em 1460, nas vésperas das invasões estrangeiras que encerrariam a Renascença, o Piemonte era o único Estado independente na Itália com um sistema de Estados influente[53] — justamente por ser a formação social de caráter mais feudal da península. Os Estados organizavam-se num sistema convencional de três cúrias dominado pela nobreza. Os rendimentos dos duques eram escassos e a sua autoridade limitada, embora o clero, proprietário de um terço do país, fosse em geral seu aliado. Os Estados recusaram-se a conceder subsídios para um exército permanente. Então, na década de 1530, tropas francesas e espanholas ocuparam as regiões ocidental e oriental do Piemonte, respectivamente. Na área francesa, os Estados foram mantidos como *états* provinciais do reino Valois, ao passo que, na parte espanhola, seriam suprimidos depois de 1555. A administração francesa reorganizou e modernizou a arcaica organização política local; o beneficiário dessa obra foi o duque Emanuele Filiberto. Educado na Espanha, combatente em Flandres, este aliado Habsburgo e vencedor de São Quintino recuperou o conjunto de seu patrimônio em 1559, com o Tratado de Cateau-Cambrésis. O autoritário e vigoroso duque, *Testa di Ferro* para os seus contemporâneos, convocou os Estados pela última vez em 1560, levantou uma ampla subvenção para um exército regular de 24 mil homens e, a seguir, dissolveu-os para sempre. Depois disso, as inovações institucionais de trinta anos de domínio Valois foram preservadas e desenvolvidas: um Conselho de Estado com função executiva, parlamentos judiciais, *lettere di giussione* reais (isto é, *lits de justice*), um código de leis unitário, cunhagem única de moedas, um erário reorganizado e leis suntuárias. Quintuplicando as suas receitas,

(53) Ao lado da Sicília — que era, previsivelmente, a outra região a possuir um poderoso sistema de estados, embora fazendo parte então do reino aragonês: H. G. Koenigsberger, "The Parliaments of Piedmont during the Renaissance, 1540-1560", *Studies Presented for the International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions*, IX, Louvain, 1952, p. 70.

Emanuele Filiberto criou uma nova e leal nobreza de corte, com uma astuta distribuição de títulos e cargos. Sob o governo de um duque que foi um dos primeiros governantes na Europa a proclamar-se isento de restrições legislativas — *Noi, come principi, siamo da ogni legge sciolti e liberi*[54] —, o Piemonte caminhou rapidamente em direção a uma precoce centralização principesca.

A partir daí, a dinastia piemontesa sempre tendia a tomar emprestados os mecanismos e as formas políticas do absolutismo francês, ainda que resistisse a ser territorialmente absorvida por este. O século XVII, contudo, presenciou recaídas prolongadas em anárquicas guerras civis e em discórdia entre os nobres sob o reinado de governantes fracos, os ecos mais graves e prolongados da Fronda. Os múltiplos enclaves e as incertas fronteiras do Estado numa região intermediária da Europa dificultavam um controle ducal mais sólido dos planaltos alpinos. O avanço rumo ao absolutismo centralizado foi decisivamente concluído por Vitório Emanuele II, no início do século XVIII. Uma habilidosa mudança de lados na Guerra da Sucessão Espanhola, da França para a Áustria, garantiu ao Piemonte o condado de Monferrat e a ilha da Sardenha, e o reconhecimento europeu de sua elevação de ducado para monarquia. Sinuoso na guerra, Vitório Emanuele usou a paz que se seguiu para instalar uma severa administração copiada à de Colbert, onde não faltavam sequer um Conselho e o sistema de *intendants*. Ele então desenfeudou amplas faixas de terras da nobreza, com o recurso a um novo registro cadastral — a *perequazione* de 1731 —, aumentando desse modo as receitas fiscais, já que os domínios alodiais estavam sujeitos a impostos;[55] construiu um amplo aparelho diplomático e militar

(54) "Nós, como príncipe, estamos de todas as leis soltos e libertos": a proclamação do duque era evidentemente uma versão direta da famosa máxima romana. Para um relato das reformas de Emanuele Filiberto no Piemonte, ver Vittorio de Caprariis, "L'Italia nell'Età della Controriforma", em Nino Valeri (Org.), *Storia d'Italia*, II, Turim, 1965, pp. 526-30.

(55) A *perequazione* é analisada em S. J. Woolf, *Studi sulla Nobiltà Piemontese nell'Epoca dell'Assolutismo*, Turim, 1963, pp. 69-75. É bastante claro o significado deste gesto para a história geral do absolutismo. Na organização medieval, onde não existia um sistema fiscal centralizado, o interesse econômico do governante era multiplicar o número de feudos — com o dever de serviço militar e tributos feudais — e reduzir o número de alódios, com o seu regime de posse incondicional e a conseqüente isenção de prestar obrigações a um superior feudal. Com o advento de um sistema fiscal centralizado, a situação se inverteu: os feudos ficaram fora da tributação fiscal, porque deviam um serviço militar que era agora meramente simbólico, ao passo que as propriedades alodiais podiam ser tributadas como qualquer propriedade urbana ou camponesa. Na Prússia, praticamente à mesma época, Frederico Guilherme I introduziu em 1717 uma reforma semelhante, a fim de "comutar" o serviço militar dos cavaleiros em imposto, convertendo

na qual se integrou a aristocracia; extinguiu as imunidades do clero e subordinou a Igreja. Além disso, perseguiu um vigoroso mercantilismo protecionista, que incluiu a abertura de estradas e canais, a promoção das manufaturas de exportação e a construção de uma capital engrandecida em Turim. O seu sucessor, Carlo Emanuele III, aliou-se habilmente com a França contra a Áustria na Guerra da Sucessão Polonesa, a fim de conquistar uma parte da planície lombarda e, em seguida, juntou-se à Áustria contra a França na Guerra da Sucessão Austríaca, com o objetivo de conservá-la. O absolutismo piemontês foi portanto um dos mais coerentes e bem-sucedidos de sua época. Como as duas outras experiências setentrionais de um absolutismo forte e modernizado em pequenos Estados — o regime de Tanucci em Nápoles e o de Pombal em Portugal —, esteve cronologicamente em atraso: o auge de sua criatividade ocorreu no século XVIII e não no século XVII. Mas, sob outros aspectos, o seu modelo foi estreitamente semelhante ao de seus mentores mais vastos. Na verdade, na época de seu apogeu, o absolutismo piemontês talvez dispendesse mais com o seu exército, um corpo profissional altamente treinado, que qualquer outro Estado da Europa ocidental.[56] Tal aparelho militar aristocrático viria a ser a garantia de seu futuro.

a propriedade feudal em propriedade alodial e, com isso, pondo efetivamente fim à imunidade fiscal da nobreza. A medida provocou uma tempestade de indignação entre os *junkers*.

(56) G. Quazza, *Le Riforme in Piemonte nella Prima Metà del Settecento*, Módena, 1957, pp. 103-6. Quazza considera provável que, nesse século, só a Prússia tenha igualado ou ultrapassado o Piemonte em despesas militares.

Suécia

A súbita ascensão de um absolutismo sueco nos primeiros anos do século XVI, numa passagem quase sem transição de um tipo de Estado feudal "medieval adiantado" para um tipo "moderno adiantado", não teve nenhum equivalente real no ocidente da Europa. O aparecimento do novo Estado foi precipitado a partir de fora. Em 1520, o novo rei dinamarquês, Cristiano II, marchou com seus exércitos sobre a Suécia para impor aí a sua autoridade, derrotando e executando a facção oligárquica Sture, que governara o país *de facto* como regência local, nos últimos anos da União de Kalmar. A perspectiva de imposição de uma poderosa monarquia estrangeira na Suécia reuniu a aristocracia local e setores do campesinato independente sob o comando de um nobre usurpador, Gustavo Vasa, que se insurgiu contra a dominação dinamarquesa e estabeleceu o seu próprio domínio sobre o país três anos mais tarde, com o auxílio de Lübeck — inimiga e rival hanseática da Dinamarca. Gustavo, uma vez instalado no poder, procedeu pronta e implacavelmente à instalação das bases de uma monarquia estável na Suécia.

O seu primeiro e decisivo gesto foi pôr em andamento a expropriação da Igreja, aproveitando-se do oportuno pretexto da Reforma. Iniciado em 1527, o processo veio a completar-se efetivamente em 1544, quando a Suécia tornou-se oficialmente um país luterano. A Reforma Vasa foi, sem dúvida, a mais bem-sucedida operação econômica dessa espécie levada a cabo por uma dinastia européia. Com efeito, em con-

traste com os dispersos resultados obtidos pelos Tudor com o confisco dos mosteiros, ou pelos príncipes alemães com a secularização das terras eclesiásticas, na Suécia, quase toda a fortuna dos domínios da Igreja passou *en bloc* para as mãos da monarquia. Por meio de tais confiscos, Gustavo quintuplicou as terras da coroa, além de anexar dois terços das dízimas anteriormente cobradas pelos bispos à população, e além de se apropriar das maciças baixelas de prata provenientes das igrejas e dos mosteiros.[1] Com a exploração de minas de prata, o incentivo às exportações de lingotes e o controle minucioso dos rendimentos e receitas do reino, Gustavo tinha acumulado um vasto excedente à época de sua morte, sem um aumento correspondente dos impostos. Ao mesmo tempo, ampliou o aparelho administrativo real para a gestão do país, triplicando o número de bailios e ensaiando uma burocracia central projetada para ele por conselheiros alemães. A autonomia regional dos turbulentos distritos mineiros do Dalarna Ioi suprimida e Estocolmo permanentemente guarnecida de tropas. A nobreza, cuja rivalidade econômica com o clero servira para associá-la à expropriação das terras eclesiásticas, passou a ser cada vez menos investida com o feudo direto de cavaleiro, o antigo *län på tjänst*, sendo-lhe em seu lugar concedido o novo *förläning*, uma espécie de benefício semiministerial de alcance muito mais limitado, importando na alocação de rendimentos reais específicos em troca de tarefas administrativas particulares. Tal medida centralizadora não descontentou a aristocracia, que demonstrou uma solidariedade básica com o regime durante todo o reinado de Gustavo, que se intensificou com a sua vitória sobre as relações camponesas em Dalarna (1527) e Smaland (1543-44), e a sujeição militar de Lübeck. O tradicional *råd* da alta nobreza Ioi preservado como órgão de consulta em questões de importância política, mas excluído da administração de rotina. A inovação-chave da máquina política Vasa foi antes o recurso constante, na primeira Iase do reinado de Gustavo, à Assembléia dos Estados, o Riksdag, que foi convocado repetidas vezes a fim de legitimar os atos da nova dinastia, emprestando às decisões reais a chancela da aprovação do povo. Neste aspecto, a mais importante realização de Gustavo Ioi assegurar, em 1544, a aceitação pelos Estados, em Västerås, do princípio de que a monarquia

(1) Michael Roberts, *The Early Vasas*, Cambridge, 1968, pp. 178-9. O leitor de língua inglesa tem a sorte de ter a seu dispor a ampla e notável *oeuvre* deste historiador da Suécia do início da Idade Moderna.

deixaria de ser eletiva e passaria a ser hereditária, em benefício dos Vasa.[2]

Os filhos de Gustavo I, Érico e João, herdaram assim um Estado vigoroso, embora em certos aspectos primitivo, que mantivera relações cordiais com a aristocracia impondo poucos encargos e respeitando os privilégios. Érico XIV, que subiu ao trono em 1560, reformou e ampliou o exército, intensificando os deveres de serviço militar da nobreza. Criou também um novo sistema de títulos, conferindo aos magnatas as dignidades de conde e barão e investindo-os com feudos clássicos, hereditários. No plano externo, o seu reinado inaugurou o expansionismo sueco no Báltico setentrional. Frente ao colapso iminente da Ordem dos Cavaleiros Livonianos, Iace ao ataque russo e à intervenção da Polônia para assegurar a sua sucessão, a Suécia ocupou Reval, do outro lado do golfo da Finlândia. Seguiu-se um conflito confuso e intricado entre as potências bálticas pelo controle da Livônia. Em 1568, Érico XIV, alvo de violentas suspeitas por parte dos grandes nobres, foi deposto como desequilibrado mental. O seu irmão João III, seu sucessor, prosseguiu as guerras da Livônia com maior êxito, voltando-se para uma aliança com a Polônia, contra a Rússia. No fim da década de 1570, as forças polacas varreram o exército de Ivã IV até Pskov, ao passo que as tropas suecas conquistavam a Estônia: estavam lançados os alicerces do império ultramarino dos suecos. Enquanto isso, no plano interno, verificou-se um rápido incremento dos benefícios (*förläning*), cada vez mais confiados pelo monarca aos novos funcionários e bailios, até que, por volta da década de 1590, apenas um terço deles estava nas mãos da nobreza.[3] Quando findou o século, os atritos entre a monarquia e a aristocracia desenvolviam-se visivelmente, apesar dos êxitos Vasa nas guerras da Livônia. A ascensão do filho católico de João III, Segismundo, em 1592, logo precipitou um período de agudos conflitos religiosos e políticos que ameaçaram toda a estabilidade do Estado monárquico. Segismundo, um adepto Iervoroso da Contra-Reforma, fora eleito rei da Polônia cinco anos antes, em parte devido aos

(2) A pétrea personalidade de Gustavo Vasa recorda inevitavelmente a da sucessão de construtores de Estados, os guvernantes da Europa ocidental que vieram antes dele: Henrique VII, Luís XI e Fernando II. Da mesma forma, o seu extravagante filho mais velho Érico XIV guarda certa semelhança com a brilhante instabilidade de Henrique VIII e Francisco I. O estudo sóbrio de tais agrupamentos e desvios generacionais pode às vezes revelar-se de maior interesse que as biografias convencionais.

(3) Roberts, *The Early Vasas*, p. 306.

laços matrimoniais da dinastia Vasa com a agora extinta linhagem Jagelônia. Forçado pela nobreza sueca, como condição de sua aceitação, a respeitar o luteranismo na Suécia e a abster-se de toda a unificação administrativa dos seus dois reinos, residiu na Polônia, como rei absenteísta, por dez anos. Na Suécia, o seu tio Carlos, duque de Södermanland, e o *råd* da alta nobreza governavam o país: Segismundo foi mantido efetivamente afastado do seu reino do norte por uma aliança entre o duque e a nobreza. O poder pessoal cada vez mais arbitrário que Carlos concentrou acabaria por gerar o antagonismo da alta aristocracia, que se juntou a Segismundo quando este regressou, em 1604, a fim de reclamar o seu patrimônio usurpado pelo tio. O confronto armado que se seguiu terminou com a vitória ducal, com amplo respaldo da propaganda antipapal contra Segismundo, apresentado como uma ameaça de recatolicização da Suécia.

A tomada do poder pelo duque, que então tornou-se Carlos IX, foi assinalada pelo massacre judicial da alta nobreza constitucionalista do *råd*, que alinhara com o contendor vencido no conflito dinástico. Caracteristicamente, a repressão e neutralização do *råd* por Carlos IX foram acompanhadas por uma onda de convocações do Riksdag, que provou-se mais uma vez um instrumento dócil e manipulável do absolutismo sueco. A nobreza foi mantida à distância da administração central e as suas obrigações militares foram aumentadas. Para apaziguar o desprezo e o descontentamento da aristocracia com a sua usurpação o rei distribuiu as terras confiscadas aos magnatas da oposição, que tinham fugido para o exílio com Segismundo e concedeu uma maior parcela de *förläningar* à nobreza.[4] Mas, à data de sua morte, em 1611, o grau de suspeita e tensão existente entre a dinastia e os aristocratas, acumulado durante anos, revelou-se com agudeza. A nobreza aproveitou-se imediatamente da oportunidade de ver a coroa em minoria para impor, em 1612, uma Carta que condenava formalmente as ilegalidades do reinado anterior; restaurava o poder do *råd* em matéria de impostos e sobre os assuntos de Estado; garantia o primado da nobreza nas indicações para a burocracia; e dava segurança de posse e salário fixo aos funcionários do Estado. O reinado de Gustavo Adolfo foi, portanto, precedido por um corpo constitucional cuidadosamente concebido para evitar a repetição das tiranias de seu pai. Na realidade, Gustavo Adolfo não mostrou inclinação de reverter a uma rígida autocracia real. O seu governo, ao contrário, presenciou a reconciliação e a integração da monarquia e da nobreza: o aparelho de Estado deixou de ser um patrimônio dinástico rudimentar, à medida que a aristocracia se alistava coletivamente na moderna e poderosa administração e no exército então construídos na Suécia. O chanceler de Gustavo Adolfo, o grande nobre Oxenstierna, reorganizou todo o sistema executivo em cinco colégios centrais ocupados por burocratas originários da nobreza. O *råd* tornou-se um Conselho Privado regular para deliberação sobre as políticas públicas. A composição e os procedimentos legislativos do Riksdag foram codificados em 1617; uma Ordenação dividiu juridicamente a aristocracia em três graus e concedeu-lhe uma Câmara especial, ou *Riddarhus*, em 1626, que se tornou a partir daí o ponto de convergência fundamental das assembléias dos Estados. O país foi dividido em 24 unidades provinciais (designadas oficialmente *län*), em cada uma das quais era instalado um *landhövding* ou governador, escolhido entre a nobreza.[5] Incentivou-se um moderno sistema educacional, ao passo que a ideologia oficial exaltava a ascendência étnica da classe dominante sueca, cujos ancestrais góticos tinham no passado dominado a Europa. Enquanto isso, as despesas com a frota cresciam seis vezes no decorrer do reinado de Gustavo Adolfo e os efetivos do exército quadruplicavam.[6] Essa súbita racionalização e refortalecimento do absolutismo sueco no plano interno propiciou a plataforma para a expansão militar de Gustavo Adolfo externamente.

Desembaraçando-se da malsucedida guerra com a Dinamarca que lhe fora legada por Carlos IX, com a assinatura de uma custosa paz no início de seu reinado, o rei concentrou as suas primeiras iniciativas no teatro do Báltico setentrional, onde a Rússia sofria ainda as convulsões da Época das Dificuldades e onde o seu irmão Carlos Filipe quase foi instalado como czar com apoio boiardo e cossaco. Logo se consumaram conquistas de territórios às custas da Rússia. Pelo Tratado de Stolbova, em 1617, a Suécia adquiriu a Ingria e a Carélia, o que lhe deu o controle total do golfo da Finlândia. Quatro anos depois, Gustavo Adolfo tomou à Polônia o porto de Riga. Então, em 1625-26, os exércitos suecos fizeram recuar as forças polonesas em toda a Livônia, conquistando a região. A operação seguinte foi um ataque anfíbio

(4) Roberts, *The Early Vasas*, p. 440.

(5) Michael Roberts, *Gustavus Adolphus. A History of Sweden 1611-1632*, I. Londres, 1953, pp. 265-78, 293-7, 319-24.

(6) Pierre Jeannin, *L'Europe du Nord-Ouest et du Nord aux XVIIe et XVIIIe Siècles*, Paris, 1969, p. 130.

à própria Polônia, onde ainda reinava Segismundo. Foram tomadas as vias de aproximação estratégica à Prússia oriental, com a anexação de Memel, Pilau e Elbing e lançados pesados impostos sobre o comércio de cereais do sul do Báltico, daí em diante. O encerramento da campanha polonesa, em 1629, seria prontamente seguido pelo desembarque sueco na Pomerânia, em 1630, que deu início à oportuna intervenção de Gustavo Adolfo na luta pela Alemanha, durante a Guerra dos Trinta Anos. Nessa altura, o total dos efetivos do aparelho militar sueco compreendia cerca de 72 mil homens em armas, dos quais mais da metade era constituída de soldados do país: os planos de guerra para 1630 visavam o emprego de 46 mil homens na expedição à Alemanha, mas, na prática, esta meta não foi atingida.[7] No entanto, em dois breves anos, Gustavo Adolfo levou seus exércitos vitoriosamente em um grande arco que ia de Brandenburgo à Baviera através da Renânia, estilhaçando a posição Habsburgo no Império. À morte do rei, em 1632, no campo triunfal da Lützen, a Suécia era o árbitro da Alemanha e a potência dominante em todo o norte da Europa.

O que tornou possível esta ascensão meteórica do absolutismo sueco? Para compreender a sua natureza e dinâmica é necessário voltar os olhos às características distintivas da Escandinávia medieval anteriormente delineadas. A peculiaridade central da formação social sueca nas vésperas da época Vasa era o caráter nitidamente incompleto da feudalização das relações de produção na economia rural. Um pequeno campesinato de tipo pré-feudal ainda ocupava metade das terras cultivadas no início do século XVI. O que não quer dizer, contudo, que a Suécia "nunca tenha conhecido o feudalismo", como muitas vezes se afirma.[8] Com efeito, a outra metade da agricultura sueca estava inserida no complexo monárquico-clerical-nobiliário, onde se extraía um excedente de tipo feudal de um campesinato dependente: embora neste setor os arrendatários nunca tenham sido juridicamente reduzidos à servidão, os tributos e serviços eram extraídos por coação extra-econômica, como era costume em todo o Ocidente europeu nesta época. Dessa maneira, o setor *predominante* na economia sueca durante esse

(7) Roberts, *Gustavus Adolphus. A History of Sweden 1611-1632*, II, Londres, 1958, pp. 4-15, 444. Na realidade, o rei iniciou as suas campanhas alemãs com 26 mil homens.

(8) Ver, por exemplo, E. Hecksher, *An Economic History of Sweden*, Cambridge, EUA, 1954, pp. 36-8; M. Roberts, "Introduction" a Ingvar Andersson, *A History of Sweden*, Londres, 1956, p. 5 (o qual é refutado no próprio livro prefaciado: compare as pp. 43-4).

período foi sempre, sem dúvida, a agricultura feudal propriamente dita, uma vez que, se havia uma igualdade aproximada entre a superfície cultivada dos dois setores, pode-se afirmar com segurança que a produtividade e a produção eram de modo geral mais elevadas nos domínios da monarquia e da nobreza — regra geral na Europa ocidental. Apesar disso, o extremo atraso do conjunto da economia era, à primeira vista, a sua característica mais surpreendente em qualquer perspectiva comparativa. Menos da metade do solo era adequado para o cultivo de arado. A cevada era de longe a principal cultura cerealífera. A consolidação dos domínios era muito limitada — até meados do século XVII, apenas 8 por cento das terras eram unidades senhoriais.[9] Além disso, a excepcional extensão da pequena produção nas aldeias leva a crer que o índice de comercialização na agricultura era provavelmente o mais reduzido do continente. Em vastas áreas do país predominava uma economia natural, em tal proporção que até a década de 1570 apenas 6 por cento dos rendimentos da coroa — impostos e rendas — eram pagos em dinheiro, enquanto a maior parte dos funcionários do Estado eram também remunerados em espécie.[10] Em tais condições, em que a temperatura do intercâmbio monetário era subártica, não havia possibilidade de uma economia urbana florescente. As cidades suecas eram poucas e frágeis, a maior parte delas de fundação e colonização alemã; o comércio exterior era monopólio virtual dos mercadores hanseáticos. *Prima facie*, esta configuração parece particularmente pouco propícia à súbita e bem-sucedida emergência de um absolutismo moderno. Qual a explicação para o êxito histórico do Estado Vasa?

A resposta a esta questão leva-nos ao ponto central do caráter específico do absolutismo sueco. A centralização do poder real nos séculos XVI e XVII não constituiu uma resposta à crise da servidão e à desintegração de um sistema senhorial pela troca de mercadorias e a diferenciação social nas aldeias. Tampouco foi o reflexo indireto do crescimento do capital mercantil local e de uma economia urbana. O seu impulso inicial veio de fora; foi a ameaça de uma rigorosa dominação dinamarquesa que mobilizou a nobreza sueca sob o comando de Gustavo I e foi o capital de Lübeck que financiou o seu esforço de guerra contra Cristiano II. Mas a conjuntura da década de 1520 não configurou a matriz fundamental do absolutismo sueco: esta deve ser

(9) Roberts, *Gustavus Adolphus*, II, p. 152.

(10) *Ibid.*, p. 44.

buscada na relação triangular das forças de classe dentro do país. Para nossos propósitos, o seu padrão social básico e determinante pode ser resumido numa fórmula breve. O panorama característico do Ocidente no início da época moderna era o de um absolutismo aristocrático edificado sobre a base social de um campesinato não-servil e cidades em ascensão; o panorama típico do Leste era o de um absolutismo aristocrático edificado sobre a base de um campesinato servil e cidades subjugadas. O absolutismo sueco, ao contrário, foi construído sobre uma base peculiar, porque — pelas razões históricas esboçadas atrás — combinava camponeses livres e cidades insignificantes: em outras palavras, um conjunto de duas variáveis "contraditórias" que se situava entre a linha divisória básica do continente. Nas sociedades predominantemente rurais da época, o primeiro termo do panorama particular da Suécia, um campesinato livre de dominação pessoal, era "dominante", e assegurava a convergência fundamental da história sueca com a da Europa ocidental e oriental, com os seus pontos de partida tão diferentes. Mas o seu segundo termo — a insignificância das cidades, por sua vez corolário de um amplo setor camponês de subsistência, que nunca fora sangrado por mecanismos feudais ortodoxos de extração de excedentes — foi suficiente para conferir à nascente estrutura estatal da monarquia sueca o seu matiz característico. Com efeito, a nobreza, embora em certo sentido contasse com um menor predomínio na área rural, se comparada às suas parceiras das outras regiões da Europa ocidental, era também, objetivamente, muito menos constrangida pela presença de uma burguesia urbana. Havia poucas chances de uma inversão total da posição do campesinato, pois o equilíbrio das forças sociais na economia rural inclinava-se acentuadamente contra a possibilidade de uma imposição violenta da servidão. As profundas raízes e a ampla extensão da propriedade camponesa independente tornavam tal hipótese impraticável, uma vez que a própria magnitude deste setor reduzira a um nível excepcionalmente baixo o contingente da nobreza situado fora dele. É preciso lembrar sempre que a aristocracia sueca, duraote todo o primeiro século de domínio dos Vasa, era uma classe muito pequena, com relação ao padrão europeu. Assim, em 1611, contava umas quatrocentas ou quinhentas famílias, numa população total de 1 milhão e 300 mil pessoas. No entanto, pelo menos metade (talvez dois terços) dela compunha-se de provincianos modestos e rústicos, ou *knapar*, cujos rendimentos pouco diferiam dos de um camponês próspero. Quando Gustavo Adolfo estabeleceu um *Riddarhusordning* para fixar juridicamente os limites deste estado, apenas 126 famílias passaram nos testes de ingresso nele,

em 1626.[11] Destas, umas 25 ou 30 famílias constituíam o círculo fechado de magnatas que fornecia tradicionalmente os conselheiros do *råd*. A parte mais importante da aristocracia sueca daquela época era, assim, estruturalmente inadequada para um assalto frontal ao campesinato. Ao mesmo tempo, não havia qualquer ameaça dos burgos ao seu monopólio do poder político. A ordem social sueca era, portanto, invulgarmente estável, até que pressões externas viessem a abater-se sobre ela.

Vimos que foram precisamente tais pressões que precipitaram o advento inicial do domínio Vasa. Neste ponto, uma outra peculiaridade da situação sueca torna-se importante. Durante a Idade Média, nunca existira no seio da aristocracia uma hierarquia feudal bem articulada, com amplo parcelamento da soberania ou uma cadeia de subenfeudamento. O próprio sistema de feudos era tardio e imperfeito. Por isso, nunca se desenvolveram potentados territoriais ou separatismos feudais do tipo dos que existiam no continente. E justamente porque o sistema de vassalagem era recente e relativamente superficial, nunca produziu divisões regionais profundas entre a reduzida nobreza da Suécia. Quando, pela primeira vez, deu-se o surgimento de um poder provincial fissíparo, este foi uma criação subseqüente da própria monarquia unitária e não um obstáculo prévio a ela: os apanágios ducais da Finlândia, Östergötland e Södermanland, que foram legados por Gustavo Vasa a seus filhos mais novos e desapareceram no século seguinte.[12] Como resultado, uma vez que a degradação do campesinato era impraticável e não era difícil o controle das cidades, a urgência interna de um absolutismo centralizado não existia na Suécia e tampouco eram grandes os obstáculos à sua implantação por parte da classe dominante fundiária. Uma nobreza pequena e compacta podia adaptar-se com relativa facilidade a uma monarquia centralizada. O caráter pouco agudo das pressões sociais da situação de classe básica subjacente ao absolutismo sueco, que determinou a sua forma e evolução, era visível no peculiar papel nele desempenhado pelo sistema de estados. Com efeito, por um

(11) *Ibid.*, p. 57. A estimativa acima inclui a Finlândia: a Suécia tinha nesta época uma população total de uns 900 mil habitantes.

(12) A divisão do país com a criação desses perigosos apanágios, decidida por Gustavo Vasa em seu leito de morte, denota, após toda uma vida de centralização monárquica, uma característica tipicamente feudal de muitos dos fundadores do absolutismo europeu. Pode ser comparada às disposições testamentárias ainda mais drásticas para o desmembramento dos domínios Hohenzollerns, deixadas pelo próprio Grande Eleitor, supremo arquiteto do Estado prussiano. Para aqueles governantes, um patrimônio dinástico era sempre potencialmente passível de divisão.

lado, o Riksdag era, no aspecto político, excepcional, com a inclusão de um estado camponês distinto em seu sistema quadricurial: não havia nada semelhante em nenhum outro país importante da Europa. Por outro lado, o Riksdag em geral, e principalmente os seus delegados camponeses, constituíram um corpo político curiosamente passivo para a época, destituído de iniciativa legislativa e com uma complacência quase inabalável perante as petições reais. Desse modo, o governo Vasa pôde recorrer com tal freqüência ao Riksdag que, sem paradoxo, foi possível descrevê-lo como o epítome do "absolutismo parlamentar"; praticamente todos os incrementos relevantes do poder real, desde a apropriação das terras da Igreja por Gustavo I, em 1527, até a proclamação do direito divino por Carlos IX, em 1680, foram solenizados por uma assembléia leal. A resistência aristocrática à monarquia centrou-se assim, quase sempre, no *råd* — descendente direto de uma *curia regis* medieval — e não no Riksdag, onde o soberano reinante podia habitualmente manipular contra ela os estados não-nobres, em caso de conflito.[13] O Riksdag, à primeira vista uma instituição audaciosa para a época, era, na realidade, um órgão extraordinariamente inócuo. A monarquia nunca teve qualquer dificuldade em usá-lo para os seus propósitos políticos. Um outro reflexo complementar da mesma situação social básica subjacente à docilidade dos estados encontrava-se no exército. Graças precisamente à existência de um campesinato independente, o Estado sueco podia manter um exército de recrutas — o único em toda a Europa renascentista. O decreto de Gustavo Vasa que criou, em 1544, o sistema *utskrivning* de alistamento rural nunca trouxe o risco de armar uma *jacquerie*, pois os homens assim recrutados nunca tinham sido servos: a sua condição jurídica e material era compatível com a lealdade no campo de batalha.

Entretanto, a questão permanece: como o absolutismo sueco adquiriu não apenas o seu equipamento político-ideológico, mas os recursos econômicos e militares necessários à sua exibição européia, com uma população doméstica que não ultrapassava os 900 mil habitantes no início do século XVII? Neste aspecto, não se pode fugir à regra geral de que um absolutismo viável pressupõe um nível substancial de monetarização. Uma economia rural natural parecia impedi-lo. Na Suécia, porém, existia um enclave crucial de produção de mercadorias, cujos

(13) A tradição e o papel do *råd* são examinados no ensaio de Roberts, "On Aristocratic Constitucionalism in Swedish History, 1520-1720", *Essays in Swedish History*, pp. 14-5.

lucros desproporcionados compensaram a comercialização abaixo da média da agricultura e proporcionaram as fortunas do Estado Vasa em sua fase de expansão externa. Tratava-se da riqueza mineral dos depósitos de ferro e cobre de Bergslagen. A extração de minérios ocupava em todos os países uma posição especial nas economias de transição do início da Europa moderna: não apenas porque durante muito tempo representou a maior concentração de trabalhadores numa única forma de empresa, mas porque sempre foi o esteio direto da economia monetária ao suprir os metais preciosos, sem contudo necessitar de um índice avançado de processo manufatureiro ou de demanda de mercado. Além disso, a tradição de prerrogativa real sobre a exploração do subsolo na Europa feudal significava que tal setor era sempre, de um modo ou de outro, um pertence dos príncipes. O cobre e o minério de ferro suecos podem, pois, ser comparados à prata e ao ouro da Espanha, quanto ao seu impacto sobre o absolutismo local. Ambos permitiram a combinação de um Estado poderoso e agressivo com uma formação social que não dispunha nem de uma grande riqueza agrária, nem de um relevante dinamismo mercantil: a Suécia, evidentemente, sentia mais falta deles que a Espanha. Com efeito, o apogeu do surto do cobre na Suécia esteve diretamente relacionado ao colapso da moeda de prata em Castela. Foi a emissão do novo *vellón* de cobre por Lerma, na desvalorização de 1599, que criou uma elevada demanda internacional para a produção de Kopparberg e Falun. Gustavo Adolfo lançou pesados tributos régios sobre as minas de cobre, organizou uma companhia real de exportação para monopolizar os fornecimentos e fixou níveis de preço, ao mesmo tempo que conseguiu crédito considerável junto à Holanda para financiar suas guerras, com a garantia de sua riqueza mineral. Embora o *vellón* tenha sido retirado de circulação em 1626, a Suécia continuou a deter o virtual monopólio do cobre em toda a Europa. Enquanto isso, a indústria do ferro progredia rapidamente, aumentando em cinco vezes a sua produção por volta do final do século XVII, quando alcançou metade das exportações.[14] Tanto o cobre como o minério de ferro não eram, ademais, somente fontes diretas de receita líquida para o Estado absolutista: constituíam também as matérias-primas indispensáveis para a sua indústria bélica. O canhão de bronze fundido era a arma decisiva da artilharia da época, ao passo que todos os outros tipos de armamento exigiam ferro de primeira qualidade. Com a chegada do legendário empreendedor valão Luís De Geer, na

(14) Stewart Oakley, *The Story of Sweden*, Londres, 1966, p. 125.

década de 1620, a Suécia em breve passaria a contar com um dos maiores complexos de produção de armamentos da Europa. Assim, as minas propiciaram oportunamente ao absolutismo sueco tanto a infra-estrutura financeira como a militar necessária ao seu avanço no Báltico. Os tributos da Prússia, o botim alemão e os subsídios da França completaram o seu orçamento militar durante toda a duração da Guerra dos Trinta Anos, e tornaram possível a contratação de grandes quantidades de mercenários que chegaram mesmo a suplantar as próprias tropas expedicionárias suecas.[15]

O império assim conquistado revelou-se razoavelmente lucrativo, ao contrário das possessões espanholas na Europa. As províncias do Báltico, em particular, com os seus carregamentos de cereais para a Suécia, sempre produziram uma receita fiscal considerável, que deixava um amplo excedente líquido, uma vez deduzidas as despesas locais. A sua participação nos rendimentos totais do reino representavam bem mais de um terço no orçamento de 1699.[16] Além disso, a nobreza sueca adquiriu domínios particularmente extensos com a conquista da Livônia, onde a agricultura aproximava-se muito mais de um padrão senhorial do que ocorria no interior da Suécia. Os ramos ultramarinos da aristocracia desempenharam, por sua vez, um importante papel no preenchimento dos postos na dispendiosa máquina militar da expansão imperial sueca: no início do século XVIII, um em cada três oficiais de Carlos XII em suas campanhas da Polônia e da Rússia era oriundo das províncias bálticas. Na realidade, o absolutismo sueco funcionou com mais suavidade durante as fases de expansão externa agressiva: ao longo dos reinados dos generalíssimos Gustavo Adolfo, Carlos X e nos últimos anos do governo de Carlos XII, a harmonia entre monarquia e nobreza foi habitualmente maior. Mas os êxitos externos do absolutismo sueco nunca resolveram inteiramente as suas limitações internas. Padecia de uma *subdeterminação* fundamental devido à configuração de classes relativamente inerte que existia na própria Suécia. Dessa maneira, ele permaneceu sempre como uma forma de governo "facultativa" para a própria classe nobiliária. Em condições sociais

(15) Gustavo Adolfo iniciou sua campanha na Alemanha com um exército em que metade dos efetivos tinha sido recrutada na Suécia. À época de Breitenfeld, estes haviam caído para um quarto. À época de Lützen, os recrutas suecos eram menos de um décimo (13 mil, num total de 140 mil). Roberts, *Gustavus Adolphus*, II, pp. 206-7. Assim, o alistamento interno de modo algum bastava para eximir o absolutismo sueco das leis gerais do militarismo europeu da época.

(16) Jeannin, *L'Europe du Nord-Ouest et du Nord*, p. 330.

atônicas, o absolutismo tendia a acusar a ausência de pressão de uma necessidade vital de classe. Daí, a curiosa trajetória pendular do absolutismo sueco, distinta de qualquer outra na Europa. Em vez de uma progressão através de contradições inicialmente graves até uma estabilização e uma integração final e tranqüila da nobreza, o que, como vimos, era a evolução normal nos outros países, na Suécia, a monarquia absoluta sofreu reveses periódicos todas as vezes em que teve lugar uma minoridade monárquica. Não obstante, recuperou com a mesma freqüência o terreno perdido: às Cartas aristocráticas de 1611, 1632 e 1720, que limitavam o poder real, seguiu-se o recrudescimento do poder absoluto nas décadas de 1620 e 1680 e nos anos 1772-89.[17] O mais surpreendente nessas oscilações é a relativa facilidade com que a aristocracia conseguia adaptar-se a uma ou a outra forma de Estado — "monárquica" ou "representativa". Ao longo de seus três séculos de existência, o absolutismo sueco sofreu várias recaídas institucionais, mas nunca enfrentou uma verdadeira rebelião política da nobreza, como as da Espanha, França e Inglaterra. Justamente porque, no plano interno, este era, em certa medida, um Estado facultativo para a classe dominante, a aristocracia podia avançar ou recuar frente a ele, sem sofrer muito comoção ou mal-estar. A história da Suécia desde a morte de Gustavo Adolfo, em 1632, até o *putsch* de Gustavo III, em 1789, é em grande parte a desses sucessivos ajustamentos.

Naturalmente, as divisões e conflitos no interior da própria nobreza constituíam um dos mecanismos centrais de regulação dessas transformações periódicas. Assim, o Protocolo de Governo imposto por Oxenstierna sobre Lützen oficializou o domínio dos magnatas no *råd* (preenchido agora com seus próprios parentes) durante a regência de 1632-40. O chanceler em breve se defrontou com uma baixa estratégica na Alemanha: a vitória imperial em Nordlingen, em 1634, foi seguida pela deserção da maior parte dos príncipes protestantes em 1635, enquanto os lucrativos tributos prussianos — de importância crítica para os esforços de guerra suecos — prescreviam por tratado. As receitas fiscais suecas cobriam apenas a manutenção da frota do Báltico — triplicada para noventa navios por Gustavo Adolfo — e da defesa interna. A partir daí, os subsídios franceses tornaram-se indispensáveis para que Estocolmo prosseguisse a luta: em 1641, alcançaram um terço do

(17) Roberts assinala que o constitucionalismo aristocrático nunca conseguiu uma vitória sobre um rei na maioridade; era a relativa freqüência de herdeiros menores que lhe proporcionava oportunidades periódicas de reafirmação: *Essays in Swedish History*, p. 33.

rendimento doméstico do Estado.[18] As campanhas na Alemanha durante a metade final da Guerra dos Trinta Anos, travadas com exércitos muito menores que as enormes hostes mobilizadas em Breitenfeld ou Lützen, foram financiadas por empréstimos e subvenções estrangeiras e por somas extorquidas impiedosamente pelos comandantes em ação no estrangeiro. Em 1643, Oxenstierna liberou Torstensson — o melhor general sueco — para uma campanha secundária contra a Dinamarca. O resultado desse ataque foi satisfatório: conquistas provinciais ao longo da fronteira com a Noruega e bases insulares no Báltico que puseram termo ao controle dinamarquês sobre as duas margens do Sund. No conflito mais amplo, as tropas suecas tinham já atingido Praga quando a paz foi restaurada em 1648. O Tratado de Vestfália consagrou a estatura internacional da Suécia como parceira da França na vitória final da longa disputa na Alemanha. O Estado Vasa adquiriu a Pomerânia ocidental e Bremen na própria pátria alemã, além do controle da foz do Elba, do Oder e do Veser — os três maiores rios do norte da Alemanha.

Enquanto isso, no entanto, a ascensão de Cristina em 1644 levara formalmente à reafirmação do poder monárquico: mas este foi usado pela insensata rainha para cumular de títulos e terras o estrato superior da aristocracia e o enxame de aventureiros burocrático-militares que tinham sido chamados ao serviço da Suécia durante a Guerra dos Trinta Anos. Cristina multiplicou por seis o número de condes e de barões no estrato mais alto do *Riddarhus* e duplicou o tamanho dos dois estratos inferiores. Pela primeira vez, a nobreza sueca adquiriu força numérica apreciável, recrutada principalmente no exterior: mais de metade da aristocracia viria a ser de origem estrangeira por volta de 1700.[19] Além disso, por sugestão de Oxenstierna, que advogava a transformação das tradicionais receitas estatais em espécie em fluxos monetários mais seguros, a monarquia alienou em enorme escala as terras e os impostos reais a uma elite de funcionários e dependentes: entre 1611 e 1652, a área total das propriedades fundiárias da nobreza duplicou, ao passo que, no reinado de Cristina, as receitas do Estado despencaram na mesma proporção.[20] A transferência para os proprietários privados

(18) Roberts, "Sweden and the Baltic 1611-1654", *The New Cambridge Modern History*, IV, p. 401.

(19) R. M. Hatton, *Charles XII of Sweden*, Londres, 1968, p. 38.

(20) As receitas totais caíram em 40 por cento na década entre 1644 e 1653. Para uma descrição de todo o episódio, ver o ensaio de Roberts, "Queen Christina and the General Crisis of the Seventeenth Century", *Essays in Swedish History*, pp. 111-37.

das receitas fiscais provenientes dos camponeses livres ameaçava reduzir estes últimos a uma dependência total diante dos primeiros, o que provocou vigorosa reação do campesinato. Mas foi a hostilidade da pequena nobreza, que não se beneficiara da prodigalidade gratuita da rainha, que assegurou a brevidade desta revolução nos padrões de propriedade da Suécia.

Em 1654, Cristina abdicou a fim de abraçar o catolicismo, depois de ter preparado a sucessão de seu primo. O novo rei, Carlos X, relançou imediatamente o expansionismo sueco com uma selvagem agressão à Polônia, em 1655. Cortando o avanço russo a partir do leste e dispersando os exércitos poloneses, as forças expedicionárias suecas tomaram Potsdam, Varsóvia e Cracóvia, numa rápida sucessão: a Prússia oriental foi oficialmente declarada um feudo sueco e a Lituânia anexada. Os sucessivos ataques da Holanda pelo mar e a recuperação polonesa afrouxaram o controle dessa ocupação espetacular: mas foi o ataque direto da Dinamarca à Suécia na retaguarda do rei que anulou a conquista da Polônia. Fazendo recuar rapidamente as suas tropas através da Pomerânia, Carlos X marchou sobre Copenhagen e afastou a Dinamarca da guerra. A vitória no Sund possibilitou a anexação da Scania. A abertura de novas hostilidades para estabelecer o controle sueco sobre a passagem para o Báltico foi frustrada pela intervenção holandesa. Em 1660, a morte de Carlos X pôs fim à aventura na Polônia e ao conflito na Dinamarca. Seguiu-se uma outra regência da alta nobreza, durante a minoridade de 1660-72, dominada pelo chanceler De La Gardie. Os planos monárquicos de recuperação das receitas, que Carlos X imaginara por breve tempo antes de suas precipitadas campanhas ultramarinas, foram abandonados. Um inseguro governo da alta nobreza continuou a vender as propriedades da monarquia, enquanto buscava uma política externa despretensiosa. Significativamente, foi nesta década que foram impostos pela primeira vez na história da Suécia os códigos senhoriais de *gårdsrätt*, que conferiam aos proprietários de terra a jurisdição privada sobre os seus próprios camponeses.[21] A eclosão de uma grande guerra européia, com o ataque de Luís XIV à Holanda, acabou por forçar este regime, como aliado e cliente da França, a um letárgico conflito diversivo com o Brandenburgo, em 1674. O fracasso militar na Alemanha desacreditou a camarilha de De La Gardie e pavimentou o caminho para a espetacular reascensão da monar-

(21) Foram de novo abolidos na década de 1670: Jeannin, *L'Europe du Nord-Ouest et du Nord*, p. 135.

quia sob o novo soberano, que atingira a sua maioridade durante as guerras.

Em 1680, Carlos XI serviu-se do Riksdag para abolir os privilégios tradicionais do *råd* e para recuperar as terras e rendimentos da dinastia que tinham sido alienadas, contando com o apoio da baixa nobreza. As "reduções" reais ocorreram em enorme escala: 80 por cento de todos os domínios alienados foram recuperados pela monarquia sem compensações e a proporção de terras cultivadas nas mãos da nobreza sueca caiu para metade.[22] Foi proibida a criação de novas propriedades isentas de impostos. As "reduções" foram realizadas com minúcia particular nas possessões ultramarinas. Não afetaram a consolidação senhorial dentro das propriedades da aristocracia; o seu resultado final foi a restauração do *status quo ante* na distribuição da propriedade agrária que vigorava no início do século.[23] Os rendimentos do Estado, renovados por tal programa às custas do estrato mais alto da nobreza, foram ainda mais aumentados com a elevação dos impostos cobrados ao campesinato. O Riksdag assentiu submissamente a este crescimento sem precedentes do poder pessoal de Carlos XI que acompanhou a *reduktion*, abdicando a virtualmente todos os seus direitos de controle ou limitação de seu governo. Carlos XI aproveitou sua posição para reformar o exército, através da imptantação de um campesinato militar em terras especialmente distribuídas segundo o sistema de loteamento chamado *indelningsverket*, o que aliviou o tesouro dos pagamentos em dinheiro às tropas estacionadas no país. O aparelho militar permanente foi ampliado para uma força de 63 mil homens na década de 1680, dos quais mais de um terço eram unidades profissionais estacionadas no exterior. A frota foi cuidadosamente reconstruída, por razões tanto estratégicas como comerciais. A burocracia, à qual a baixa nobreza tinha agora livre acesso, foi adestrada e dinamizada. A Scania e a Livônia foram submetidas a estreita centralização e suecização.[24] O poder real estava consumado na última década do reinado: em 1693, o Riksdag acabou por aprovar uma servil resolução que declarava o direito divino do rei à soberania absoluta sobre o seu reino, como representante ungido do criador. Carlos XI, que, como Frederico Guilherme f da Prússia, foi no exterior um monarca comedido e cauteloso, não tolerou oposição a sua vontade dentro do país.

A melhor expressão de sua obra foi o espantoso reinado de seu filho Carlos XII, que ultrapassou o pai em um poder autocrático ideologicamente proclamado desde o dia em que subiu ao trono, em 1697. Último dos reis guerreiros da dinastia Vasa, foi capaz de passar dezoito anos no exterior, nove dos quais cativo na Turquia, sem que na sua ausência a administração civil de seu país jamais se visse ameaçada ou interrompida. É improvável que qualquer outro governante da época tenha sido tão confiante quanto a seu patrimônio. Com efeito, quase todo o reinado de Carlos XII foi ocupado com a sua longa odisséia na Europa oriental, durante a Grande Guerra do Norte. Por volta de 1700, o sistema imperial sueco no Báltico aproximava-se de seu dia decisivo. Apesar da rigorosa revisão administrativa por que passara recentemente sob o governo de Carlos Xf, a sua base econômica e demográfica era muito limitada para sustentar sua expansão contra a hostilidade combinada de seus vizinhos e rivais. Uma população doméstica de talvez 1 milhão e 500 mil pessoas atingia, duplicando-se, 3 milhões de habitantes com a população ultramarina: as suas reservas humanas e financeiras permitiram no máximo a mobilização de 110 mil soldados (inclusive os mercenários estrangeiros) na época de Carlos XII, dos quais menos da metade esteve disponível para as suas mais importantes campanhas ofensivas.[25] A centralização Vasa provocara, ademais, uma reação particularista entre a nobreza semigermânica das províncias bálticas, vítima especial das recuperações monárquicas do reinado an-

(22) Quanto às reduções, ver J. Rosen, "Scandinavia and the Baltic", *The New Cambridge Modern History of Europe*, V, p. 534. Em 1655, os nobres possuíam 2/3 das terras do país. Por volta de 1700, a proporção era de 33 por cento para a nobreza, 36 por cento para a coroa e 31 por cento para os camponeses que pagavam impostos. As reduções fizeram crescer as receitas da monarquia em 2 milhões de daleres por ano, no final do reinado; deste acréscimo, 2/3 derivavam de reapropriações realizadas nas províncias ultramarinas.

(23) As dramáticas peripécias que caracterizaram as alienações e devoluções do patrimônio real sueco em meados do século XVII e que, num breve espaço de tempo, embaralharam todo o padrão de propriedade do país têm sido interpretadas como indício de uma profunda luta social pela terra, na qual o campesinato sueco apenas se salvou de uma "servidão livoniana" graças às reduções. Apesar de muito difundido, tal ponto de vista é inaceitável. Com efeito, as origens deste interlúdio estão manifestamente relacionadas aos caprichos pessoais de Cristina. As suas temerárias doações foram feitas em tempo de paz e não correspondiam a qualquer necessidade objetiva da monarqula; tampouco resultavam de exigências ou pressões coletivas irrecusáveis, provenientes da nobreza. Conquistadas sem esforço pela alta aristocracia, foram abandonadas sem resistência. Nunca houve um confronto pela terra com gravidade equivalente aos interesses formalmente envolvidos. Pode-se afirmar que seria necessário mais que a liberalidade irresponsável de uma rainha para quebrar as liberdades do campesinato sueco.

(24) Rosen, "Scandinavia and the Baltic", pp. 535-7.

(25) O ataque à Rússia em 1709 foi lançado com cerca de 44 mil homens: Hatton, *Charles XII of Sweden*, p. 233.

terior. A experiência da Catalunha e da Escócia seria agora reeditada na Livônia. Por volta de 1699, a Dinamarca, a Saxônia, a Polônia e a Rússia congregaram-se contra a Suécia: o sinal para a guerra foi uma revolta separatista na Latívia, conduzida pela nobreza local que defendia a incorporação à Polônia. Carlos XII atacou primeiro a Dinamarca, rapidamente derrotada com o auxílio naval anglo-holandês; a seguir, a Rússia, onde uma pequena força sueca aniquilou o exército de Pedro I em Narva; veio depois a Polônia, onde Augusto II foi expulso do país após pesadas batalhas, sendo instalado em seu lugar um príncipe nomeado pela Suécia; e, por fim, a Saxônia, impiedosamente ocupada e saqueada. Após esta evolução militar em torno do Báltico, o exército sueco penetrou profundamente na Ucrânia para se juntar aos cossacos de Zaporozhe e marchar sobre Moscou.[26] Entretanto, o absolutismo russo era agora algo mais que um simples exercício para as colunas de Carlos XII: em 1709, em Poltava e Perevolotchna, o império sueco foi destruído no ponto historicamente mais remoto de sua penetração militar no Leste. Uma década depois, terminava a Grande Guerra do Norte, com a Suécia arruinada e despojada da Ingria, Carélia, Livônia e Pomerânia ocidental, além de Bremen.

A autocracia imperial de Carlos XII desapareceu com ele. Quando os desastres da Grande Guerra do Norte desembocaram na morte do rei, em meio a uma disputada sucessão, a nobreza engendrou habilmente um sistema constitucional que fez dos estados o supremo órgão político e transformou temporariamente a monarquia num simples símbolo. A "Era da Liberdade" de 1720 a 1772 estabeleceu um corrupto regime de parlamentarismo aristocrático, dividido por conflitos faccionários entre os partidos dos Chapéus e das Boinas, manipulados, por sua vez, pela burocracia nobiliária e insuflados por gratificações e subvenções da Inglaterra, França e Rússia. A nova ordem perdeu o conteúdo de alta nobreza: o grosso da média e da baixa nobreza, que dominara o serviço público e o exército, ganhou cada vez mais uma estatura própria. Aboliu-se a divisão do estado nobre em três ordens.

(26) É notório o erro crasso implícito nesta aventura. Deve-se notar que o talento militar do absolutismo sueco esteve quase sempre associado à miopia política. Seus governantes de modo geral empenharam-se com consumada perícia em objetivos errôneos. Gustavo Adolfo vagou em vão pela Alemanha, quando os interesses de longo prazo da Suécia apontavam para a conquista da Dinamarca e o domínio do Sund. Carlos XII investiu inutilmente sobre a Ucrânia, incitado pela Inglaterra, quando uma aliança com a França e o ataque à Áustria teria modificado todo o curso da Guerra da Sucessão Espanhola e salvo a Suécia de seu completo isolamento após o término da luta no Leste. A dinastia jamais superou um certo provincianismo em sua visão estratégica.

No seu conjunto, os privilégios sociais e econômicos da aristocracia foram ciosamente preservados: estava proibido o acesso plebeu às terras da nobreza ou aos casamentos com nobres. O Riksdag — de cujo Comitê Secreto foram excluídos os representantes camponeses — tornou-se o centro formal da organização política, ao passo que a sua arena real passou a ser o *Riddarhus*.[27] Finalmente, a crescente agitação social contra os privilégios da nobreza entre o baixo clero, as cidades menores e o campesinato ameaçava romper o círculo encantado de manobras no interior do sistema. Em 1760, o programa do Novo Partido da Boina, embora associado a uma impopular deflação da economia, exprimia a vaga crescente de descontentamento plebeu. O alarme aristocrático diante da perspectiva de uma contestação vinda de baixo produziu então um súbito abandono final do parlamentarismo. A ascensão de Gustavo III veio a ser o sinal para que mais uma vez a aristocracia se alinhasse a uma fórmula absolutista: sem maiores percalços, efetuou-se um *putsch* monárquico apoiado pelo corpo de guardas, com a conivência da burocracia. O Riksdag, apaticamente, deixou passar sem oposição uma nova Carta constitucional, que de novo consagrava a autoridade da monarquia, inicialmente sem retorno pleno ao absolutismo de Carlos XI ou de Carlos XII. O novo monarca, entretanto, enveredou energicamente por um despotismo iluminado de modelo setecentista, renovando a administração e reservando um poder cada vez mais arbitrário a sua pessoa. Quando a nobreza resistiu a essa orientação, Gustavo III impôs ao Riksdag um Ato de União e Segurança, como medida de emergência, que restaurou em 1789 um absolutismo consumado. A fim de atingir os seus objetivos, o rei teve que prometer aos estados mais baixos o acesso ao serviço público e ao judiciário, o direito de aquisição de terras da nobreza e outras reivindicações sociais de caráter igualitário. Assim, as horas finais do absolutismo sueco foram vividas numa anômala atmosfera de "carreira aberta aos talentos" e de restrição dos privilégios da nobreza. Com isso, a racionalidade política da monarquia absoluta soltava as suas amarras mais importantes, indício seguro de fim próximo. Numa última e bizarra troca de papéis, o autocrata "radical" tornou-se o defensor europeu mais fervoroso da intervenção contra-revolucionária diante da Revolução Francesa, enquanto os nobres descontentes adotavam os ideais republicanos dos Direitos do Homem. Em 1792, Gustavo foi assassinado por um funcionário aristo-

(27) Ver Roberts, *Essays in Swedish History*, pp. 272-8; a interdição de compra de terras da nobreza pelos plebeus limitou-se depois apenas aos camponeses, ao passo que as restrições matrimoniais também foram atenuadas.

crata dissidente. A "subdeterminação" histórica do absolutismo sueco nunca foi tão visível como neste estranho clímax. Um Estado facultativo encontrava aparentemente o seu fim numa absoluta casualidade.

SEGUNDA PARTE

Europa oriental

O absolutismo no Leste

É necessário agora que retornemos à metade oriental da Europa, ou, mais precisamente, a essa parte poupada à invasão otomana que varreu os Bálcãs em sucessivas ondas invasoras, submetendo-os a uma história regional distinta da história do restante do continente. Vimos já como a grande crise que abalou as economias européias nos séculos XIV e XV gerou uma violenta reação senhorial a leste do Elba. A repressão desencadeada pelos senhores de terra contra os camponeses cresceu em intensidade durante todo o século XVI. O resultado político desse processo na Prússia e na Rússia foi um absolutismo no Leste, contemporâneo do absolutismo do Ocidente, porém de linhagem basicamente diferente. O Estado absolutista do Ocidente foi o aparelho político recolocado de uma classe feudal que aceitara a comutação das obrigações. Foi uma *compensação pelo desaparecimento da servidão*, no contexto de uma economia crescentemente urbana que ele não controlava completamente e à qual tinha de adaptar-se. O Estado absolutista do Leste, ao contrário, foi a máquina repressiva de uma classe feudal que acabara de suprimir as tradicionais liberdades comunais da população pobre. Foi um *mecanismo para a consolidação da servidão* num ambiente onde não existiam cidades autônomas ou uma resistência urbana. A reação senhorial no Leste significou que um novo mundo tinha que ser implantado de cima para baixo, à viva força. A dose de violência injetada nas relações sociais foi proporcionalmente muito maior. O Estado absolutista do Leste nunca perdeu os sinais desta experiência originária.

Não obstante, ao mesmo tempo, a luta de classes no seio das formações sociais do Leste — e o resultado dela, a imposição da servidão ao campesinato — não basta para explicar completamente o surgimento de um tipo distinto de absolutismo na região. A distância entre ambos pode ser cronologicamente medida na Prússia, onde a reação senhorial da nobreza já derrubara a maior parte do campesinato com a difusão do *Gutsherrschaft* no século XVI, cem anos antes do estabelecimento do Estado absolutista no século XVII. Na Polônia, a pátria clássica da "segunda servidão", jamais surgiu um Estado absolutista, embora esta fosse uma falha pela qual a classe nobre pagaria com a sua própria existência nacional. Aí também, entretanto, o século XVI presenciaria a dominação feudal descentralizada, regida por um sistema representativo totalmente controlado pela aristocracia e onde era frágil o poder dos príncipes. Na Hungria, a imposição definitiva da servidão ao campesinato foi consumada após a Guerra Austro-Turca, na virada do século XVII, enquanto a nobreza magiar resistia com êxito à imposição de um absolutismo Habsburgo.[1] Na Rússia, a implantação do regime servil e a edificação do absolutismo foram mais estreitamente coordenados, mas mesmo aí o aparecimento do primeiro precedeu à consolidação do segundo e, posteriormente, nem sempre acompanhou *pari passu* o seu desenvolvimento. Uma vez que as relações servis de produção envolvem uma fusão direta de propriedade e soberania, domínio do poder e dominio da terra, não há nada em si de surpreendente em um Estado nobiliário policêntrico, como o que existiu originalmente na Alemanha transelbiana, na Polônia ou na Hungria, depois da reação senhorial no Leste. Para explicar a ascensão subseqüente do absolutismo é necessário, em primeiro lugar, reinserir todo o processo da segunda servidão no sistema político *internacional* da Europa feudal na última fase.

Vimos que tem sido muitas vezes exagerado o impacto da economia ocidental mais avançada sobre o Leste, nessa época, como a única ou principal força responsável pela reação senhorial. Na realidade, embora o comércio de cereais tenha sem dúvida intensificado a exploração servil na Alemanha oriental ou na Polônia, este não a inaugurou em nenhum desses países nem desempenhou qualquer papel no desenvolvimento paralelo da Boêmia ou da Rússia. Em outras palavras, se é

(1) Ver Zs. Pach, *Die ungarische Agrarentwicklung im 16-17 Jahrhundert*, pp. 38-41, 53-6, quanto às fases desses processos e o impacto da Guerra dos Treze Anos sobre a condição dos camponeses.

incorreto atribuir importância central aos vínculos econômicos do comércio de exportação e importação entre o Leste e o Ocidente, isso se deve a que o próprio modo de produção feudal — de maneira alguma superado na Europa ocidental durante os séculos XVI e XVII — era incapaz de criar um sistema econômico internacional unificado; apenas o mercado mundial do capitalismo industrial conseguiu realizá-lo, ao irradiar-se a partir dos países mais avançados para moldar e dominar o desenvolvimento dos países atrasados. As economias ocidentais compósitas da época de transição — que combinavam, via de regra, uma agricultura semimonetarizada e feudal pós-servil[2] com enclaves de capital mercantil e manufatureiro — não dispunham dessa força compulsiva. O investimento estrangeiro era mínimo, exceto nos impérios coloniais e, em certa medida, na Escandinávia. O comércio externo ainda representava uma pequena porcentagem do produto nacional de todos os países, com exceção da Holanda e de Veneza. Desse modo, era intrinsecamente implausível qualquer integração em bloco do Leste europeu em um circuito econômico da Europa ocidental — como parecem sugerir certas expressões utilizadas pelos historiadores, tais como "economia colonial" ou "interesses da empresa agrícola", quando se referem ao sistema *Gutsherrschaft* além do Elba.

Não se pretende afirmar, entretanto, que o impacto da Europa ocidental sobre a oriental não tenha sido determinante para as *estruturas políticas* que aí surgiram. Com efeito, a interação transnacional dentro do feudalismo sempre se realizou primordialmente no nível *político* e não no econômico, precisamente porque se tratava de um modo de produção fundado na coerção extraeconômica: a conquista, e não

(2) O índice real de monetarização das diversas agriculturas da Europa ocidental nos séculos XVI e XVII era provavelmente muito inferior ao que vulgarmente se pensa. Jean Meuvret nota que, na França do século XVI, "o campesinato vivia praticamente por toda a parte num regime de quase-autarquia doméstica", ao passo que "a vida cotidiana dos artesãos, inclusive os pequenos burgueses, era efetivamente regida pelo mesmo princípio, nomeadamente, o de viver sobretudo de alimentos cultivados no solo das terras que possuíam e apenas comprar e vender um mínimo"; pois, "para satisfazer as necessidades ordinárias, o uso das moedas de ouro ou de prata era completamente desnecessário. Com efeito, dado o número limitado de transações comerciais indispensáveis, podia-se muitas vezes passar sem o dinheiro". Jean Meuvret, "Circulation Monétaire et Utilisation Économique de la Monnaie dans la France du XVIe et du XVIIe siècle", *Études d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 1947, vol. I, p. 20. Porshnev caracteriza apropriadamente a situação geral ao defini-la como "a contradição entre a forma monetária e a base natural da economia feudal" na época, e comenta que as dificuldades fiscais do absolutismo originavam-se, em toda a parte, desta contradição: *Les Soulèvements Populaires en France*, p. 558.

o comércio, era a sua forma básica de expansão. O desenvolvimento desigual do feudalismo na Europa encontrou, pois, a sua expressão mais direta e característica não nas balanças de comércio, mas no equilíbrio militar entre as diversas regiões do continente. Em outros termos, a mediação principal entre o Leste e o Ocidente nesta época era militar. Foi a pressão internacional do absolutismo do Ocidente, o aparelho político de uma aristocracia feudal mais poderosa, que dominava sociedades mais avançadas, que forçou a nobreza do Leste a adotar uma máquina de Estado identicamente centralizada para poder sobreviver. De outra maneira, a superioridade militar dos exércitos absolutistas ampliados e reorganizados cobraria inevitavelmente o seu tributo, através da forma habitual de competição interfeudal: a guerra. A próprla modernização das tropas e das táticas efetuada pela "revolução militar" no Ocidente depois de 1560 tornara a agressão aos vastos espaços do Leste mais viável que nunca, aumentando na mesma escala os riscos de uma invasão para as aristocracias daquela região. Assim, numa época em que divergiam as relações de produção infra-estruturais, ocorria uma convergência paradoxal no nível das superestruturas nas duas zonas da Europa (o que constituía, evidentemente, um indício da existência de um modo de produção, em última análise, comum). A forma concreta inicialmente assumida pela ameaça militar do absolutismo ocidental foi, para a sorte das nobrezas orientais, historicamente indireta e transitória. Em vista disso, são ainda mais surpreendentes os efeitos imediatamente catalíticos que tiveram sobre o conjunto do padrão político do Leste. Na direção sul, a frente entre as duas regiões foi ocupada pelo extenso duelo austro-turco, que por 250 anos desviou a atenção dos Habsburgo para os seus inimigos otomanos e seus vassalos da Hungria. No centro, a Alemanha constituía um labirinto de pequenos e frágeis Estados divididos e neutralizados por conflitos religiosos. Foi portanto do norte relativamente primitivo que veio o ataque. A Suécia — o mais novo e surpreendente de todos os absolutismos ocidentais, um país recente com uma população muito limitada e uma economia rudimentar — revelou-se o flagelo do Leste. O seu impacto na Prússia, Polônia e Rússia nos noventa anos que decorreram entre 1630 e 1720 exige a comparação com o da Espanha na Europa ocidental numa época anterior, embora nunca tenha sido estudado com a mesma atenção. Esse foi, não obstante, um dos maiores ciclos de expansão militar na história do absolutismo europeu. No seu auge, a cavalaria sueca entrou vitoriosamente em cinco capitais — Moscou, Varsóvia, Berlim, Dresden e Praga —, descrevendo um vasto arco de territórios na Europa oriental que excedia mesmo as campanhas dos *tercios* espanhóis na Europa ocidental. Na Áustria e na Prússia, na Polônia e na Rússia, os sistemas estatais sofreram sem exceção o seu impacto formativo.

A primeira conquista externa da Suécia foi a tomada da Estônia, durante a longa Guerra da Livônia travada com a Rússia nas últimas décadas do século XVI. Entretanto, foi a Guerra dos Trinta Anos que produziu o primeiro sistema político internacional completamente formalizado da Europa, que marcou com propriedade o início decisivo da irrupção sueca para leste. A marcha espetacular dos exércitos de Gustavo Adolfo sobre a Alemanha, fazendo retroceder o poder Habsburgo, para espanto da Europa, revelou-se o ponto crucial da guerra; enquanto os êxitos posteriores de Baner e Torstensson frustraram qualquer recuperação a longo prazo da causa do Império. A partir de 1641, as tropas suecas ocuparam permanentemente amplas áreas da Morávia[3] e, quando a guerra terminou, em 1648, estavam acampadas na margem oriental do Vltava, em Praga. A intervenção sueca destrulra definitivamente a perspectiva de um Estado imperial Habsburgo na Alemanha: daí em diante, o curso e o caráter do absolutismo austríaco seria totalmente determinado por tal derrota, que afastou qualquer possibilidade de instaurar uma sede territorial consolidada nos territórios tradicionais do *Reich* e — às suas custas — desviou o seu centro de gravidade para leste. Ao mesmo tempo, o impacto do poderio sueco sobre a evolução da Prússia, menos visível no plano internacional, foi, no plano interno, ainda mais decisivo. Desde 1631, o Brandenburgo passou a ser ocupado por exércitos suecos e, embora tecnicamente fosse um aliado da causa protestante, foi imediatamente submetido a implacáveis requisições militares e exações fiscais, jamais conhecidas anteriormente: os privilégios tradicionais dos Estados *junkers* foram destruídos sem demora pelos comandantes suecos.[4] O trauma desta experiência associou-se à aquisição da Pomerânia ocidental pela Suécia, com o Tratado de Vestfália, em 1648, que assegurou aos suecos uma ampla e permanente cabeça de ponte no litoral sul do Báltico. As guarnições suecas controlavam agora o Odra, colocando sob ameaça direta a até então desmilitarizada e descentralizada classe dominante do Brandenburgo, uma região que praticamente não dispunba de exército.

(3) Ver J. V. Polisensky, *The Thirty Years' War*, Londres, 1971, pp. 224-31.

(4) Carsten, *The Origins of Prussia*, p. 179. Gustavo Adolfo tomara, alguns anos antes, as estratégicas fortalezas de Memel e Pillau, na Prússia oriental, que controlavam o acesso a Königsberg, e aí lançou tributos para a Suécia: *op. cit.*, pp. 205-6.

A construção do absolutismo prussiano a partir da década de 1650, por iniciativa do Grande Eleitor, constituiu em grande medida uma resposta direta à latente ameaça dos suecos: o exército permanente que seria a pedra de toque da autocracia Hohenzollern, e o seu sistema fiscal, foram aceitos pelos *junkers* em 1653 para acudir a uma situação de guerra iminente no teatro do Báltico e para resistir aos perigos externos. Na verdade, a Guerra Sueco-Polaca de 1655-60 revelou-se o ponto crucial na evolução política de Berlim, que evitara o impacto da agressão sueca ao participar da luta como apreensivo parceiro menor de Estocolmo. O próximo grande passo na construção do absolutismo prussiano foi dado, uma vez mais, em resposta ao conflito militar com a Suécia. Durante a década de 1670, nos estertores das campanhas suecas contra o Brandenburgo, que constituíram o teatro setentrional da guerra desencadeada pela França no Ocidente, o notável *Generalkriegskommissariat* iria ocupar as funções do antigo conselho privado, passando a moldar daí para a frente toda a estrutura da máquina de Estado Hohenzollern. O absolutismo prussiano, na sua configuração definitiva, veio à luz durante a época e sob a pressão do expansionismo sueco.

Enquanto isso, foi nessas mesmas décadas posteriores ao Tratado de Vestfália que se abateu sobre o Leste o mais forte dos ventos nórdicos. A invasão da Polônia pela Suécia, em 1655, despedaçou rapidamente a tênue confederação aristocrática dos *szlachta*. Caíram Varsóvia e Cracóvia e todo o vale do Vístula foi lacerado pelas marchas e contramarchas das tropas de Carlos X. A principal conseqüência estratégica da guerra foi privar a Polônia de toda a suserania sobre o ducado da Prússia. Mas os resultados sociais do devastador ataque sueco foram mais sérios: o panorama econômico e demográfico polonês foi tão gravemente afetado que a invasão sueca passou a ser conhecida como o "Dilúvio", que separou para sempre a anterior prosperidade da *Rzeczpospolita* da crise e do declínio irrecuperáveis nos quais esta se afundou desde então. A última e breve recuperação das armas polonesas, na década de 1680, quando Sobieski chefiou o auxílio a Viena contra os turcos, foi logo seguida pela segunda devastação da Comunidade pelos suecos, durante a Grande Guerra do Norte de 1701-1721, na qual o principal teatro da destruição foi uma vez mais a Polônia. Quando os últimos soldados escandinavos deixaram Varsóvia, a Polônia deixara de ser uma potência européia importante. A nobreza polaca, por razões que discutiremos depois, não conseguiu gerar um absolutismo durante essas ordálias. Com isso, demonstrou na prática as conseqüências de não tê-lo feito para uma classe feudal do Leste; incapaz de se recuperar

dos golpes mortais infligidos pela Suécia, a Polônia acabou por deixar de existir como Estado independente.

A Rússia, como sempre, representa um caso algo diferente, num terreno histórico comum. Aí, mais cedo que em qualquer outra região da Europa oriental, tornou-se nítido o impulso existente no seio da nobreza para uma monarquia militar. Em parte, tal se devia à pré-história do Estado kieviano e à tradição imperial bizantina que este transmitiu através da caótica Idade Média russa, por intermédio da ideologia da "Terceira Roma": Ivã III casara-se com a sobrinha do último imperador paleólogo de Constantinopla, passando a reivindicar o título de "czar", ou imperador, em 1480. A ideologia da *translatio imperii* era duvidosa, porém menos importante do que a constante pressão exercida sobre a Rússia pelos pastores tártaros e turcomanos da Ásia central. A suserania política da Horda de Ouro sobreviveu até o final do século XV. Os canatos* de Kazã e Astrakã que a sucederam lançaram constantes incursões de captura de escravos a partir do Oriente, até serem derrotados e anexados em meados do século XVI. Nos cem anos seguintes, os tártaros da Criméia, então sob o domínio otomano, varreram o território russo a partir do sul; as suas expedições de pilhagem e escravização fizeram da maior parte da Ucrânia uma região selvagem e despovoada.[5] No início da Idade Moderna, faltava aos cavaleiros tártaros a capacidade de conquistar ou ocupar com caráter de permanência. Mas a Rússia, "sentinela da Europa", tinha que suportar o impacto de seus ataques e o resultado foi um impulso no sentido de um Estado centralizado, mais precoce e intenso no ducado da Moscóvia que no bem protegido Eleitorado do Brandenburgo, ou na Comunidade polonesa. Mas, a partir do século XVI, a ameaça militar do Ocidente foi sempre muito maior que no Leste, já que a artilharia pesada e a infantaria moderna suplantavam agora com facilidade os arqueiros montados, como armas de guerra. Portanto, também na Rússia as fases realmente decisivas da transição para o absolutismo ocorreram durante as etapas sucessivas da expansão sueca. O reinado crucial de Ivã IV, no final do século XVI, foi dominado pelas longas Guerras da Livônia, cujo vencedor estratégico foi a Suécia, com a ane-

(*) Território de um cã. (N. T.)

(5) Na véspera do ataque de Ivã IV ao canato tártaro de Kazan, em 1552, estima-se que haveria aí uns 100 mil escravos russos. O número total de escravos capturados pelas incursões tártaras provenientes da Criméia na primeira metade do século XVII ultrapassa 200 mil: G. Vernadsky, *The Tsardom of Moscow 1547-1682*, Yale, 1969, pp. 12, 51-4.

xação da Estônia pelo Tratado de Yam Zapolsky, em 1582: um trampolim para o domínio do litoral norte do Báltico. A Época das Dificuldades, no início do século XVII, que terminou com a importante ascensão da dinastia Romanov, viu a bandeira da Suécia desfraldar-se nas longínquas reuniões da Rússia. Em meio ao caos crescente, uma unidade comandada por De La Gardie abriu caminho até Moscou para sustentar o usurpador Shuisky; três anos depois, um pretendente sueco — o irmão de Gustavo Adolfo — ficou a um triz da eleição para a própria monarquia russa, sendo apenas bloqueado pela escolha de Mikhail Romanov em 1613. O novo regime foi prontamente forçado a ceder a Carélia e a Ingria à Suécia, que no espaço de mais uma década tomou toda a Livônia à Polônia, o que lhe deu o controle virtualmente total do Báltico. A influência sueca estendeu-se também ao próprio sistema político russo, nos primeiros anos da dominação Romanov.[6] E enfim, evidentemente, o maciço edifício estatal de Pedro I, no início do século XVIII, foi erguido na época e diante da suprema ofensiva militar sueca sobre a Rússia, chefiada por Carlos XII, que começou por dispersar os exércitos russos em Narva e por fim penetrou profundamente na Ucrânia. O poder czarista foi, pois, forjado e testado no conflito internacional com o império sueco, pela supremacia no Báltico. O Estado austríaco fora afastado da Alemanha graças à expansão sueca; o Estado polonês, totalmente desmembrado; os Estados prussiano e russo, ao contrário, o enfrentaram e repeliram, assumindo sua forma desenvolvida ao longo do conflito. O absolutismo oriental foi, portanto, fundamentalmente determinado pelas coações impostas pelo sistema político internacional em que as nobrezas de toda a região estavam objetivamente integradas.[7] Foi este o preço de sua sobrevivência numa civilização marcada pela incessante guerra territorial; o desenvolvimento desigual do feudalismo forçou-as a confrontar-se com as estruturas políticas do Ocidente antes de terem atingido um estágio semelhante de transição econômica para o capitalismo.

Não obstante, este absolutismo foi também, e inevitavelmente, sobredeterminado pelo curso da luta de classes no seio das formações

(6) J. H. Billington, *The Icon and the Axe*, Londres, 1966, p. 110; este é um tema que convida a novas pesquisas.

(7) Para um reconhecimento desse fato por parte de um historiador russo, ver A. N. Chistozvonov, "Nekotorye Aspekty Problemy Genezisa Absoliutizma", *Voprosy Istorii*, nº 5, malo de 1968, pp. 60-1. Embora contenha algumas opiniões extravagantes (sobre a Espanha, por exemplo), este ensaio comparado é provavelmente a melhor análise soviética recente sobre as origens do absolutismo, na Europa oriental e ocidental.

sociais do Leste. É necessário considerar agora as pressões endógenas que contribuíram para o seu surgimento. Uma concordância inicial é surpreendente. A decisiva consolidação econômica e jurídica da servidão na Prússia, Rússia e Boêmia ocorreu precisamente durante as mesmas décadas em que foram lançados os fundamentos seguros do Estado absolutista. Esta dupla evolução — Institucionalização da servidão e inauguração do absolutismo — esteve nos três casos estreita e nitidamente vinculada, na história de cada uma destas formações sociais. No Brandenburgo, o Grande Eleitor e os Estados firmaram o famoso acordo de 1653, consignado formalmente numa Carta, por meio da qual a nobreza votava os impostos para um exército permanente e o príncipe decretava ordenações que vinculavam irreversivelmente a força de trabalho rural à terra. Os impostos seriam cobrados às cidades e aos camponeses, e não aos próprios *junkers*, ao passo que o exército seria o coração de todo o Estado prussiano. Tratava-se de um pacto que, ao mesmo tempo, aumentava o poder político da dinastia sobre a nobreza e o da nobreza sobre o campesinato. A servidão da Alemanha oriental era assim normalizada e padronizada em todas as terras Hohenzollern do além-Elba; enquanto isso, o sistema de Estados era implacavelmente suprimido pela monarquia, província após província. Por volta de 1683, o Landtage do Brandenburgo e da Prússia oriental tinha perdido todo o poder, definitivamente.[8] Entretanto, ocorria na Rússia uma conjuntura muito semelhante. Em 1648, a Zemsky Sobor — Assembléia da Terra — reuniu-se em Moscou para aprovar a histórica *Sobornoe Ulozhenie*, que pela primeira vez codificou e universalizou a servidão para a população rural; instituiu um estrito controle estatal sobre as cidades e seus habitantes; e, ao mesmo tempo, confirmou e instaurou a obrigação formal de todas as terras nobres prestarem serviço militar. A *Sobornoe Ulozhenie* foi o primeiro código jurídico abrangente a ser publicado na Rússia e o seu advento marcou um importante acontecimento: proporcionou efetivamente ao czarismo o corpo jurídico normativo para a sua consolidação como sistema político. Também aí, a solene proclamação da passagem dos camponeses russos ao regime servil foi seguida pela rápida queda em desuso do sistema de Estados. No espaço de uma década, a Zemsky Sobor tinha efetivamente desaparecido, enquanto a monarquia construía um gran-

(8) Quando os nobres reunidos adquiriram a melancólica convicção em Brandenburgo de que os antigos privilégios dos Estados estavam virtualmente "anulados e diluídos de tal modo que nenhuma *umbra libertatis* parecia subsistir". Citado por Carsten, *The Origins of Prussia*, p. 200.

de exército semipermanente que acabou por superar as antigas tropas recrutadas pela pequena nobreza. A última e insignificante Zemsky Sobor passou ao esquecimento em 1683, quando já constituía um espectral grupo da corte. O pacto social entre a monarquia e a aristocracia russas estava firmado, estabelecendo-se o absolutismo em troca da consecução da servidão.

Um sincronismo semelhante ocorreu no desenvolvimento da Boêmia, mais ou menos à mesma época, se bem que no contexto diverso da Guerra dos Trinta Anos. O Tratado de Vestfália, que pôs fim em 1648 ao longo conflito militar, consagrou a dupla vitória da monarquia Habsburgo sobre os Estados boêmios e da alta nobreza fundiária sobre o campesinato tcheco. O grosso da antiga aristocracia tcheca fora eliminado após a Batalha do Monte Branco, e com ela a constituição política que abrigava o seu poder local. A *Verneuerte Landesordnung*, que então entrou incontestavelmente em vigor, concentrou todo o poder executivo em Viena: os Estados — uma vez extinto o seu tradicional predomínio social — foram reduzidos a um secundário papel protocolar. A autonomia das cidades foi esmagada. No campo, seguiram-se implacáveis medidas que reduziram à servidão os camponeses dos grandes domínios. As amplas prescrições e confiscos sofridos pela antiga nobreza tcheca criaram uma nova e cosmopolita aristocracia de aventureiros e funcionários da corte, que, a partir daí, conjuntamente com a Igreja, passou a controlar quase três quartos das terras da Boêmia. Houve imensas perdas demográficas após a Guerra dos Trinta Anos, originando-se daí graves crises de mão-de-obra. As prestações de serviços dos *robot* logo atingiram metade da semana de trabalho, enquanto os tributos, as dízimas e os impostos feudais chegavam a alcançar dois terços da produção dos camponeses.[9] O absolutismo austríaco, refreado na Alemanha, triunfou na Boêmia; e, com tal triunfo, extinguiam-se as derradeiras liberdades do campesinato tcheco. Portanto, em todas as três regiões, a consolidação do controle senhorial sobre os camponeses e a discriminação contra as cidades estiveram relacionadas a um acentuado incremento das prerrogativas da monarquia e foram seguidas pelo desaparecimento do sistema de Estados.

As cidades da Europa oriental, como vimos, foram de um modo geral despojadas e reprimidas na última depressão feudal. O surto econômico que se verificou em todo o continente no século XVI alimentou, porém, um novo, embora desigual, crescimento das cidades em algu-

(9) Polisensky, *The Thirty Years' War*, p. 245.

mas áreas do leste da Europa. A partir de 1550, as cidades da Boêmia reconquistaram muito da sua prosperidade, embora sob a égide de patriciados urbanos estreitamente vinculados à nobreza por sua condição de proprietários das terras municipais, e sem a vitalidade popular que outrora as distinguira, na época hussita. Na Prússia oriental Königsberg permanecia como uma robusta guarda avançada da autonomia dos burgos. Na Rússia, Moscou florescera após a instauração formal do czarismo, com Ivã III, passando a beneficiar-se largamente do comércio de longa distância entre a Europa e a Ásia, que atravessava a Rússia, do qual participavam também os antigos centros mercantis de Novgorod e Pskov. O amadurecimento dos Estados absolutistas no século XVII acabou por desferir um golpe fatal na possibilidade de um renascimento da independência urbana no Leste. As novas monarquias — Hohenzollern, Habsburgo e Romanov — asseguraram de forma inabalável a supremacia política da nobreza sobre as cidades. A única pessoa jurídica seriamente capaz de resistir à *Gleichshaltung* do Grande Eleitor após o Recesso de 1653 foi a cidade de Königsberg, na Prússia oriental: esta seria esmagada em 1662-63 e 1674, sob o olhar impávido dos *junkers* locais.[10] Na Rússia, a própria Moscou não dispunha de uma substancial classe burguesa, sendo o comércio monopolizado pelos boiardos, funcionários e um pequeno círculo de mercadores *gosti*, que dependiam do governo quanto ao seu *status* e privilégios: mas possuía muitos artesãos, uma anárquica força de trabalho semi-rural e os truculentos e corrompidos mosqueteiros da milícia *strel'tsy*. A causa imediata da convocação da fatídica Zemsky Sobor que promulgou a *Sobornoe Ulozhenie* foi a súbita explosão destes grupos heterogêneos. As multidões amotinadas, enraivecidas pelos crescentes preços das mercadorias básicas, em razão dos aumentos nos impostos decretados pela administração Morozov, tomaram Moscou e forçaram o czar a fugir da cidade, enquanto o descontentamento ecoava nas províncias rurais na direção da Sibéria. Uma vez recuperado o controle monárquico sobre a capital, a Zemsky Sobor foi convocada e decretada a *Ulozhenie*. Novgorod e Pskov revoltaram-se contra as exações fiscais e foram definitivamente sufocadas, deixando de ter qualquer importância econômica a partir daí. Os últimos tumultos urbanos em Moscou ocorreram em 1662, quando os artesãos em revolta foram facilmente subjugados, e em 1683, quando Pedro I liquidou finalmente a *strel'tsy*. Desde então, as cidades russas jamais criariam problemas à monarquia ou à aristo-

(10) Carsten, *The Origins of Prussia*, pp. 212-4, 220-1.

cracia. Nas terras tchecas, a Guerra dos Trinta Anos abateu o orgulho e a prosperidade das cidades boêmias e morávias: as incessantes devastações e cercos durante as campanhas da guerra, aliados ao cancelamento da autonomia municipal que as seguiu, reduziram-nas desde então a elementos passivos no interior do império Habsburgo.

Não obstante, o mais importante fundamento interno do absolutismo do Leste situava-se no campo. O seu complexo aparelho de repressão dirigia-se básica e primordialmente contra o campesinato. O século XVII foi em quase toda a Europa uma época de queda de preços e de população. No Leste, as guerras e os desastres civis originaram crises de mão-de-obra particularmente agudas. A Guerra dos Trinta Anos infligira um acentuado recuo a toda a economia alemã a leste do Elba. Em muitos distritos do Brandenburgo, ocorreram perdas demográficas de até 50 por cento.[11] Na Boêmia, a população total caiu de 1 milhão e 700 mil habitantes para 1 milhão, à época da Paz de Vestfália.[12] Em terras da Rússia, a pressão insuportável das Guerras da Livônia e da Oprichnina conduziram à calamitosa evacuação e ao despovoamento da Rússia central, nos últimos anos do século XVI; de 76 a 96 por cento das povoações da própria província de Moscou foram abandonadas.[13] A Época das Dificuldades, com suas guerras civis, invasões estrangeiras e rebeliões rurais veio acrescentar a instabilidade e a escassez de força de trabalho à disposição da classe dos proprietários fundiários. Assim, a queda demográfica dessa época iria criar, ou agravar, uma escassez constante de trabalho rural para o cultivo dos domínios. Havia, além disso, um permanente pano de fundo regional para este fenômeno: o endêmico problema do feudalismo do Leste, configurado na proporção terra/trabalho — existiam pouquíssimos camponeses espalhados por regiões extremamente vastas. Uma comparação pode fornecer uma idéia aproximada do contraste de tais condições com as que existiam na Europa ocidental: a densidade populacional da Rússia no século XVII era de três a quatro pessoas por quilômetro quadrado, na mesma época em que, na França, chegava a quarenta, ou seja, dez vezes mais.[14] Nas férteis regiões agrícolas do sudeste da Polônia e da Ucrânia ocidental, a mais rica região rural da *Rzeczpospolita*, a densidade populacional era um pouco mais elevada — entre

(11) Stoye, *Europe Unfolding 1648-1688*, p. 31.
(12) Polisensky, *The Thirty Years' War*, p. 245.
(13) R. H. Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy*, p. 95.
(14) R. Mousnier, *Peasant Uprisings*, pp. 157, 159.

três a sete pessoas por quilômetro quadrado.[15] A maior parte da planície central da Bulgária — situada agora na zona fronteiriça entre os impérios austríaco e turco — era igualmente despovoada. O principal objetivo da classe senhorial não era, portanto, como no Ocidente, fixar o nível dos tributos a serem pagos pelo campesinato, mas deter a mobilidade dos aldeões e prendê-los aos domínios. Inversamente, em amplas áreas da Europa oriental, a forma mais característica e eficaz de luta de classe empregada pelo campesinato era simplesmente a *fuga* — o abandono coletivo da terra rumo a outras regiões, desabitadas e inexploradas.

Já descrevemos as medidas tomadas pelas nobrezas prussiana, austríaca e tcheca para impedir tal mobilidade tradicional na última fase da Idade Média; naturalmente, estas foram intensificadas na época inicial do absolutismo. Quanto mais para leste, na Rússia e na Polônia, mais sério ficava o problema. Não havia fronteiras ou limites estáveis a definir a colonização nos vastos territórios do interior do Ponto, entre os dois países; as densas florestas do norte da Rússia foram tradicionalmente uma zona camponesa de "terra negra", fora do controle senhorial; ao passo que, no Sudeste, as regiões da Sibéria ocidental e do Volga-Don constituíam áreas de expansão remotas e desprovidas de caminhos, ainda em processo gradual de ocupação. A emigração rural clandestina em todas essas direções oferecia a possibilidade de trocar a exploração senhorial pelo cultivo camponês independente em condições pioneiras, embora agrestes. Ao longo do século XVII, o longo e exaustivo processo de passagem à servidão sofrido pelo campesinato russo deve ser considerado tendo como pano de fundo este contexto natural rudimentar: a existência de uma vasta margem friável em torno da sistema nobiliário de propriedade de terras. Assim, constitui um paradoxo histórico o fato de que a Sibéria tenha sido em grande parte desbravada por pequenos proprietários camponeses das comunidades "terra negra do norte", em busca de maior liberdade individual e de melhores oportunidades econômicas, precisamente à época em que a grande massa do campesinato do centro afundava na mais abjeta servidão.[16] Esta ausência de uma fixação regular ao solo foi a responsável, na Rússia, pela surpreendente sobrevivência da escravi-

(15) P. Skwarczyński, "Poland and Lithuania", *The New Cambridge Modern History of Europe*, III, Cambridge, 1968, p. 377.
(16) A. N. Sakharov, "O Dialektike Istoricheskovo Razvitiya Russkovo Krest'yanstva", *Voprosy Istorii*, nº 1, janeiro de 1970, pp. 26-7, sublinha tal contraste.

dão, em escala considerável; no final do século XVI, os escravos ainda cultivavam entre 9 e 15 por cento dos domínios russos.[17] Com efeito, como mostramos repetidamente, a presença da escravidão rural numa formação social feudal sempre significa que o próprio sistema servil ainda não estava concluído e que um número considerável de produtores diretos estava ainda livre, na área rural. A posse de escravos era um dos principais bens da classe boiarda, conferindo-lhes uma importante vantagem econômica em seus domínios, frente à pequena nobreza de serviço:[18] tal deixou de ser necessário somente quando a rede da servidão colhera todo o campesinato russo, no século XVIII. Enquanto isso, assistia-se a uma feroz concorrência interfeudal pelo controle das "almas" necessárias ao cultivo das terras da nobreza ou da Igreja: os boiardos e os mosteiros, detentores de domínios mais lucrativos e racionais, acolhiam muitas vezes servos fugidos de propriedades menores, obstruindo a sua recuperação pelos antigos senhores, para a fúria da pequena nobreza fundiária. Somente quando se estabeleceu uma estável e poderosa autocracia centralizada, dispondo de um aparelho repressivo capaz de impor a vinculação à terra em toda a Rússia, cessaram estes conflitos. Foi, portanto, a constante preocupação senhorial com o problema da mobilidade da mão-de-obra no Leste o fator que esteve por trás de grande parte do impulso interno em direção do absolutismo.[19] A legislação senhorial que vinculava o campesinato ao solo fora amplamente promulgada na época anterior. Mas, como vimos, a sua implementação permaneceu habitualmente muito imperfeita: os padrões reais da força de trabalho nem sempre correspondiam às providências dos livros legais. Por toda a parte, a missão do absolutismo foi converter a teoria jurídica em prática econômica. Um aparelho repressivo impiedosamente centralizado e unitário era uma necessidade objetiva para a vigilância e a supressão da mobilidade rural generalizada, em épocas de depressão econômica; uma mera rede de jurisdições se-

(17) Mousnier, *Peasant Uprisings*, pp. 174-5.

(18) Ver a notável comunicação de Vernadsky, "Serfdom in Russia", *X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, Relazioni III, Florença, 1955, pp. 247-72, que salienta com acerto a importância da escravidão rural na Rússia como uma particularidade do sistema agrário.

(19) É possível ter uma idéia aproximada da magnitude do problema para a classe dominante russa a partir do fato de que ainda em 1718-19, muito tempo depois da consolidação jurídica da servidão geral, o censo ordenado por Pedro I revelou nada menos que 200 mil servos fugitivos, o que ascendia a 3-4 por cento do total da população servil, e que foram repatriados a seus antigos senhores. Ver M. Ya. Volkov, "O Stanovlenii Absolitizma v Rossii", *Istoriya SSSR*, janeiro de 1970, p. 104.

nhoriais individualizadas, por mais despótica que fosse, já não conseguia enfrentar adequadamente o problema. Neste aspecto, as funções internas de polícia necessárias à segunda servidão no Leste foram mais exigentes que as requeridas pela primeira servidão no Ocidente. O resultado foi tornar possível um Estado absolutista que estava à frente das relações de produção nas quais se baseava, contemporâneo ao do Ocidente na transição para relações pós-servis.

A Polônia, uma vez mais, foi a exceção aparente à lógica desse processo. Mas, tal como no plano externo esta pagara o tributo do "Dilúvio" sueco por não ter gerado um absolutismo, internamente o preço de seu fracasso foi a maior insurreição camponesa da época — a ordália da Revolução Ucraniana de 1648, que lhe custou um terço do território e desferiu no moral e no orgulho da *szlachta* um golpe do qual esta nunca se recuperou completamente. Este foi, na verdade, o prelúdio imediato à guerra contra a Súecia, com a qual se encadeou. O caráter particular da Revolução Ucraniana foi resultado direto do problema básico da mobilidade e do êxodo camponês no Leste.[20] Com efeito, tratou-se de uma rebelião desencadeada por "cossacos" relativamente privilegiados do Dnieper, originalmente camponeses russos e rutênios fugitivos, ou montanheses circassianos, que haviam se estabelecido nas vastas regiões fronteiriças entre a Polônia, a Rússia e o canato tártaro da Criméia. Nessa terra de ninguém, vieram a adotar um modo de vida seminômade e eqüestre, semelhante ao dos tártaros contra os quais eles tradicionalmente lutavam. Com o tempo, desenvolveu-se nas comunidades cossacas uma complexa estrutura social. A sua sede política e militar passou a ser a ilha fortificada (*sech*) abaixo das corredeiras do Dnieper, criada em 1557, que formava um acampamento guerreiro organizado em regimentos que elegiam delegados a um conselho de oficiais, ou *starshina*, o qual, por sua vez, escolhia um comandante supremo, ou *Hetman*. Fora da *sech* de Zaporozhe, bandos errantes de salteadores e homens das florestas mesclavam-se às aldeias de lavradores chefiados pelos anciãos. A nobreza polaca, ao deparar-se com tais comunidades em sua expansão na Ucrânia, achou necessário tolerar a força armada dos cossacos de Zaporozhe, limitando-a a alguns regimentos "registrados" e tecnicamente sob comando polonês. Tropas cossacas foram utilizadas como cavalaria auxiliar nas campanhas da Polônia na Moldávia, Livônia e Rússia e os oficiais vitoriosos chegaram

(20) Para um relato completo sobre a estrutura social ucraniana e a revolução de 1648-54, ver Vernadsky, *The Tsardom of Moscow*, I, pp. 439-81.

a constituir uma elite fundiária que dominava as fileiras cossacas, por vezes chegando a tornar-se membros da nobreza polaca.

Essa convergência social com a *szlachta* local, que expandira gradualmente suas terras para leste, não alterou a anomalia militar configurada na independência dos regimentos da *sech*, com sua base semipopular de saqueadores; tampouco afetou os grupos de lavradores cossacos que viviam entre a população servil, dedicando-se ao cultivo dos latifúndios da aristocracia polonesa na região. A mobilidade camponesa deu, pois, origem, nas pradarias do Ponto, a um fenômeno sociológico praticamente desconhecido no Ocidente naquela época — massas rurais plebéias capazes de reunir exércitos organizados contra a aristocracia feudal. A súbita amotinação das companhias registradas sob o comando de seu *Hetman* Khmelnitsky, em 1648, estava, portanto, profissionalmente qualificada para enfrentar os exércitos poloneses enviados contra ela. A revolta, por sua vez, desencadeou um amplo levante geral dos servos da Ucrânia, que lutaram lado a lado com o campesinato cossaco pobre para livrar-se de seus senhores polacos. Três anos depois, os próprios camponeses da Polônia revoltaram-se na região cracoviana de Podhale, num movimento rural inspirado pela rebelião dos cossacos e servos ucranianos. Travou-se na Galícia e na Ucrânia uma selvagem guerra social, na qual os exércitos *szlachta* foram batidos repetidas vezes pelas forças de Zaporozhe. A luta terminou com a fatídica transferência de vassalagem da Polônia para a Rússia, jurada por Khmelnitsky, pelo Tratado de Pereyaslavl, em 1654, que colocou toda a Ucrânia além-Dnieper sob o domínio dos czares e garantiu os interesses da *starshina* cossaca.[21] O campesinato ucraniano — cossaco e não-cossaco — foi a vítima principal dessa operação: a "pacificação" da Ucrânia, com a integração dos corpos de oficiais no Estado russo, restabeleceu suas amarras. Na verdade, após uma longa evolução, os esquadrões cossacos viriam a formar um corpo de elite da autocracia czarista. O Tratado de Pereyaslavl simbolizou, com efeito, a parábola respectiva dos dois grandes rivais da região no século XVII. O fragmentado Estado polonês revelou-se incapaz de derrotar e subordinar os cossacos, tal como não soube resistir aos suecos. A centralizada autocracia czarista realizou ambas as coisas — repeliu a ameaça sueca e não apenas subjugou, como afinal utilizou os cossacos como corpo de cavalaria na repressão de suas próprias massas.

(21) Para as negociações e cláusulas do Tratado de Pereyaslavl, ver a sucinta exposição em C. B. O'Brien, *Muscovy and the Ukraine*, Berkeley-Los Angeles, 1963, pp. 21-7.

O levante ucraniano foi a mais formidável guerra camponesa de sua época no Leste. Mas não foi o único. Todas as principais nobrezas da Europa oriental defrontaram-se, numa ou noutra ocasião do século XVII, com rebeliões servis. No Brandenburgo, ocorreram repetidas explosões de violência rural no distrito central de Prignitz, durante a última fase da Guerra dos Trinta Anos e a década que se lhe seguiu: em 1645, 1646, 1648, 1650 e de novo em 1656.[22] A concentração do poder nas mãos do Grande Eleitor deve ser compreendida à luz deste pano de fundo de inquietação e desespero reinante nas aldeias. O campesinato da Boêmia, submetido à rápida degradação de sua posição econômica e jurídica após o Tratado de Vestfália, rebelou-se contra os senhores por todo o país, em 1680, quando tropas austríacas tiveram que ser enviadas para dominá-lo. Acima de tudo, registrou-se na própria Rússia um número jamais igualado de insurreições rurais, que duraram desde a Época das Dificuldades, na virada do século XVII, à era do iluminismo, no século XVIII. Em 1606-7, camponeses, plebeus e cossacos da região do Dnieper tomaram o poder provincial, sob o comando do ex-escravo Bolotnikov; os seus exércitos quase chegaram a instalar o Falso Dmitri como czar em Moscou. Em 1633-34, servos e desertores da zona de luta de Smolensk revoltaram-se sob a chefia do camponês Balash. Em 1670-71, quase todo o sudeste, de Astrakã a Simbirsk, escorraçou o poder senhorial, enquanto inumeráveis exércitos camponeses e cossacos subiam o vale do Volga, tendo à frente o bandido Razin. Em 1707-8, as massas rurais do Baixo Don seguiram o cossaco Bulavin numa violenta revolta contra a crescente carga de impostos e o trabalho forçado nos estaleiros, imposto por Pedro I. Finalmente, em 1773-4, teve lugar a última e maior das insurreições: a terrível sublevação das múltiplas populações exploradas, desde os contralortes dos Urals e os desertos de Bashkiria às margens do Cáspio, sob a liderança de Pugachev, que reuniu cossacos das estepes e das montanhas, trabalhadores empregados em fábricas, camponeses das planícies e tribos de pastores numa série de levantes que requereu todo o poderio do exército imperial da Rússia antes de se deixar derrotar.

Todas essas revoltas populares tiveram origem nas fronteiras indeterminadas do território russo: Galícia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Astrakã e Sibéria. Com efeito, aí o poder do Estado central perdia força e as massas errantes de aventureiros, saqueadores e fugitivos misturavam-se com plantações de servos e propriedades da nobreza: as quatro

(22) Stoye, *Europe Unfolding 1648-1688*, p. 30.

maiores rebeliões foram comandadas por cossacos armados, que forneciam a experiência e a organização militares que as tornaram tão periagosas para a classe feudal. Significativamente, foi apenas com o fechamento definitivo das fronteiras da Ucrânia e da Sibéria, no fim do século XVIII — uma vez completados os planos de colonização de Poculo XVIII — uma vez completados os planos de colonização de Potemkin —, que o campesinato russo foi finalmente forçado a uma quietude sombria. Assim, por toda a Europa oriental a intensidade da luta de classes no campo — sempre latente sob a forma de êxodos rurais — detonou também explosões camponesas contra a servidão, através das quais ameaçou frontalmente o poder e a propriedade do conjunto da nobreza. A planura da geografia social da maior parte daquela região, que a distinguia do espaço mais segmentado da Europa ocidental,[23] podia emprestar a essa ameaça formas particularmente graves. O perigo geral advindo de seus próprios servos atuou, portanto, como uma força centrípeta generalizada sobre as aristocracias do Leste. A ascensão do Estado absolutista no século XVII respondeu basicamente ao temor social: o seu aparelho político-militar de repressão era a garantia da estabilidade da servidão. Havia, portanto, para o absolutismo oriental, uma ordem interna que complementava as suas determinações externas: a função do Estado centralizado era defender a posição de classe da nobreza feudal ao mesmo tempo contra os seus rivais estrangeiros e os seus camponeses dentro do país. A organização e a disciplina de uns e a fluidez e a contumácia de outros impuseram uma apressada unidade política. O Estado absolutista foi assim reproduzido além do Elba, tornando-se um fenômeno europeu geral.

Quais as características específicas da variante oriental desta máquina feudal fortificada? Duas peculiaridades básicas e inter-relacionadas podem ser salientadas. Em primeiro lugar, a influência da guerra na sua estrutura era ainda mais preponderante que no Ocidente, e assumiu formas sem precedentes. A Prússia talvez represente o limite extremo atingido pela militarização na gênese deste Estado. Aí, a ênfase na função bética reduziu efetivamente o incipiente aparelho de Estado a um subproduto da máquina militar da classe dominante. O absolutismo do Grande Eleitor do Brandenburgo nasceu, como vimos, em meio à turbulência motivada pelas expedições suecas através do Báltico, na década de 1650. A sua evolução e organização internas vi-

(23) O contraste entre a topografia plana e infindável do Leste, que facilitava as fugas, e o relevo mais acidentado e restrito do Ocidente, que auxiliava o controle sobre os trabalhadores, é salientado por Lattimore, "Feudalism in History", pp. 55-6 e Mousnier, *Peasant Uprisings*, pp. 157, 159.

riam a representar uma efetivação expressiva da máxima de Treitschke: "A Guerra é o pai da cultura e a mãe da criação". Com efeito, toda a estrutura fiscal, o serviço civil e a administração local do Grande Eleitor vieram à luz como subdepartamentos técnicos do *Generalkriegskommissariat*. A partir de 1679, durante a guerra com a Suécia, essa peculiar instituição tornou-se, sob a chefia de Von Grumbkow, o órgão supremo do absolutismo Hohenzollern. Em outras palavras, a burocracia prussiana nasceu como uma ramificação do exército. O *Generalkriegskommissariat* constituía um onipotente ministério da guerra e das linanças, que cuidava não apenas da manutenção do exército permanente, como da coleta de impostos, da regulamentação da indústria e da nomeação dos representantes do Estado brandenburguês nas províncias. O grande historiador prussiano Otto Hintze assim descreveu o desenvolvimento desta estrutura ao longo do século seguinte: "Toda a organização do funcionalismo estava interligada com os objetivos militares e existia para servi-los. Os próprios oficiais da polícia provincial dependiam dos comissariados da guerra. Todo ministro de Estado era simultaneamente intitulado ministro da Guerra, todos os conselheiros das câmaras administrativas e fiscais eram ao mesmo tempo denominados conselheiros da guerra. Os ex-oficiais tornavam-se conselheiros provinciais e, mesmo, presidentes e ministros; os funcionários administrativos eram em sua maior parte recrutados entre os inspetores e os oficiais-intendentes dos regimentos; as posições inferiores eram na medida do possivel preenchidas por oficiais não-comissionados e inválidos de guerra. Todo o Estado adquiriu assim um semblante militar. Todo o sistema social loi posto ao serviço do militarismo. Os nobres, os burgueses e os camponeses existiam apenas para servir ao Estado e *travailler pour le roi de la Prusse*",[24] cada qual em sua esfera. Por volta do final do século XVIII, a porcentagem da população engajada no exército era, talvez, quatro vezes superior à da França contemporânea,[25] habitualmente suprida por pelotões recrutados implacavelmente entre os camponeses e os desertores. O controle dos *junkers* sobre seu comando era virtualmente absoluto. Essa formidável máquina de guerra absorvia regularmente de 70 a 80 por cento das receitas fiscais do Estado, à época de Frederico II.[26]

O absolutismo austríaco, como se verá, foi sempre de estrutura muito mais heteróclita, apresentando uma combinação imperfeita das

(24) Hintze, *Gesammelte Abhandlungen*, I, p. 161.
(25) Dorn, *Competition for Empire*, p. 94.
(26) A. J. P. Taylor, *The Course of German History*, Londres, 1961, p. 19.

características ocidentais e orientais, condizente com a sua base territorial mista na Europa central. Nunca se viu em Viena uma concentração comparável à que prevaleceu em Berlim. É contudo visível que, no seio do eclético sistema administrativo do Estado Habsburgo, o sólido núcleo e a força inovadora de meados do século XVI até o fim do século XVIII derivaram, em grande parte, do complexo militar imperial. Na verdade, durante longo tempo, foi este o único fator a fornecer uma realidade prática à unidade dinástica dos diferentes territórios sob domínio Habsburgo. De tal modo, o Supremo Conselho de Guerra, ou *Hofkriegsrat*, foi a única agência do governo com jurisdição sobre todos os territórios que no século XVI pertenciam aos Habsburgos, o único agente executivo que os unificava sob a linhagem dominante. A par de suas tarefas de defesa contra os turcos, o *Hofkriegsrat* era responsável diretamente pela administração civil de toda a faixa de terras ao longo da fronteira sudeste da Áustria com a Hungria, guarnecida por milícias *Grenzer* a ele subordinadas. O seu papel subseqüente no lento crescimento da centralização Habsburgo e na edificação de um absolutismo desenvolvido teve sempre um caráter determinante. "Entre todos os órgãos centrais de governo, foi sem dúvida o mais influente no auxílio à unificação dos vários territórios hereditários, e todos eles, inclusive a Boêmia e particularmente a Hungria, para cuja proteção fora de início concebido, aceitavam o seu controle supremo sobre os assuntos militares."[27] O exército profissional que surgiu após a Guerra dos Trinta Anos selou a vitória da dinastia sobre os Estados da Boêmia: mantido pelos impostos coletados na Boêmia e na Áustria, este se tornou o primeiro aparelho permanente de governo em ambos os reinos, permanecendo sem um equivalente civil efetivo por mais de um século. Também nos territórios magiares, foi a extensão do exército Habsburgo em direção à Hungria no início do século XVIII que finalmente operou uma estreita união política com as outras possessões dinásticas. Aí, o poder absolutista residia exclusivamente no ramo militar do Estado: a Hungria forneceu a partir de então acantonamentos e tropas para os exércitos Habsburgos, os quais ocupavam áreas geográficas que, de outro modo, ficariam fora dos limites do restante da administração imperial. Ao mesmo tempo, os territórios recentemente conquistados aos turcos mais para leste foram colocados sob o controle do exército: a Transilvânia e o Banat foram administrados diretamente pelo Supremo Conse-

(27) H. F. Schwarz, *The Imperial Privy Council in the Seventeenth Century*, Harvard, 1943, p. 26.

lho de Guerra, localizado em Viena, que organizou e supervisionou a colonização sistemática dessas regiões por emigrantes alemães. Portanto, a máquina de guerra foi sempre o esteio mais constante do desenvolvimento do absolutismo austríaco. Não obstante, os exércitos austríacos nunca ascenderam à posição de seus congêneres prussianos: a militarização do Estado colidia com os limites de sua centralização. A ausência básica de uma rigorosa unidade política nos domínios Habsburgos acabaria por impedir uma supremacia comparável do *establishment* militar no seio do absolutismo austríaco.

Por outro lado, o papel do aparelho militar na Rússia foi pouco menor que na Prússia. Em sua análise sobre a especificidade histórica do império moscovita, Kliuchevsky comentou: "A primeira dessas peculiaridades foi a organização bélica do Estado. O império moscovita era a Grande Rússia em armas".[28] Os artífices mais celebrados de tal edifício, Ivã IV e Pedro I, conceberam o seu sistema administrativo visando basicamente aumentar a capacidade bélica da Rússia. Ivã IV procurou reorganizar todo o modelo de propriedade fundiária da Moscóvia, convertendo-o em posse com obrigação de serviço militar e comprometendo cada vez mais a nobreza com tarefas militares permanentes no Estado moscovita. "A terra tornou-se o meio econômico para garantir ao Estado a auto-suficiência de serviço militar, ao passo que a posse de terras pela classe dos oficiais passou a ser a base de um sistema de defesa nacional."[29] A guerra foi ininterrupta durante a maior parte do século XVI — com os suecos, os poloneses, os lituanos, os tártaros e outros adversários. Ivã IV lançou-se finalmente nas longas Guerras da Livônia que resultaram numa catástrofe generalizada, na década de 1580. A Época das Dificuldades e a subseqüente consolidação da dinastia Romanov confirmaram, entretanto, a tendência básica a vincular a propriedade da terra à construção do exército. Pedro I daria a este sistema a sua forma mais implacável e universal. Todas as terras tornaram-se sujeitas a obrigações militares e todos os nobres tinham que iniciar-se no serviço do Estado com quinze anos, sem previsão de duração. Dois terços dos membros de toda família nobre deviam ingressar no exército: apenas o filho terceiro tinha permissão para servir na burocracia civil.[30] As despesas navais e militares de Pedro I tota-

(28) V. O. Kliuchevsky, *A History of Russia*, II, Londres, 1912, p. 319.
(29) Kliuchevsky, *op. cit.*, p. 120.
(30) M. Beloff, "Russia", in: Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, pp. 174-5.

lizaram 75 por cento das receitas do Estado em 1724[31] — um dos únicos anos de paz em seu reinado.

Tal ênfase irresistível do Estado absolutista nos interesses da guerra não era excessiva. Correspondia a convulsões de expansão e conquista muito maiores do que as que tiveram lugar no Ocidente. A cartografia do absolutismo oriental correspondia estritamente a sua estrutura dinâmica. Durante os séculos XV e XVI, a Moscóvia multiplicou por doze a sua extensão original, absorvendo Novgorod, Kazan e Astrakã. O Estado russo expandiu-se rapidamente no século XVII, anexando a Ucrânia ocidental e parte da Bielo-Rússia; ao passo que, no século XVIII, tomou os territórios do Báltico, o restante da Ucrânia e a Criméia. O Brandenburgo adquiriu a Pomerânia no século XVII; o Estado prussiano duplicou o seu tamanho, com a conquista da Silésia no século XVIII. O Estado Habsburgo, com base na Áustria, reconquistou a Boêmia no século XVII, submeteu a Hungria no XVIII e anexou a Croácia, a Transilvânia e a Oltênia, nos Bálcãs. Finalmente, a Rússia, a Prússia e a Áustria dividiram entre si toda a Polônia — outrora o maior Estado da Europa. Este desenlace final forneceu uma simétrica demonstração da lógica e da necessidade de um "superabsolutismo" no Leste, através do exemplo de sua ausência. A reação senhorial das nobrezas prussiana e russa encontrou sua expressão acabada num absolutismo aperfeiçoado. A sua homóloga polaca, após uma não menos feroz sujeição do campesinato, fracassou em construí-lo. Ao preservar zelosamente os direitos individuais do menor dos cavaleiros diante de seus iguais e os direitos de todos eles frente a qualquer dinastia, a pequena nobreza polaca cometeu um suicídio coletivo. O seu medo patológico de um poder político centralizado acabou por institucionalizar uma anarquia nobiliária. O resultado era previsível: a Polônia foi varrida do mapa por seus vizinhos, que demonstraram no campo de batalha a suprema necessidade do Estado absolutista.

A extrema militarização do Estado esteve relacionada à segunda mais importante peculiaridade do absolutismo, tanto na Prússia como na Rússia. Esta reside na natureza da ligação funcional entre os proprietários feudais e as monarquias absolutistas. A diferença crítica entre as variantes ocidental e oriental evidencia-se nos respectivos modos de integração da nobreza na nova burocracia por elas criada. Nem na Prússia nem na Rússia existiu a venda de cargos em grande escala. Os *junkers* do além-Elba caracterizaram-se por sua cupidez em relação à

(31) V. O. Kliuchevsky, *A History of Russia*, IV, pp. 144-5.

coisa pública, no século XVI, quando era geral a corrupção, a malversação de fundos do Estado, o culto de sinecuras e as manipulações dos créditos régios.[32] Esta seria a época da incontestada dominação do *Herrenstand* e do *Ritterschaft* e da debilitação de toda a autoridade pública central. O advento do absolutismo Hohenzollern no século XVII modificou radicalmente tal situação. O novo Estado prussiano imporia, a partir de então, uma crescente probidade financeira na sua administração. Passou a ser proibida a compra de posições vantajosas na burocracia por parte dos nobres. É significativo que apenas nos enclaves socialmente muito mais avançados de Clèves e da Marca, na Renânia, onde havia uma burguesia urbana florescente, a venda de cargos tenha sido oficialmente sancionada por Frederico Guilherme I e seus sucessores.[33] Na própria Prússia, o serviço público era notoriamente conhecido por seu profissionalismo consciencioso. Na Rússia, por sua vez, as fraudes e o desvio de fundos constituíam doenças endêmicas nas máquinas políticas dos Estados moscovita e Romanov, que perdiam regularmente uma grande quantidade de receitas por essa via. No entanto, tal fenômeno era meramente uma variedade direta e primitiva do peculato e do furto, embora numa escala caótica e imensa. A venda de cargos propriamente dita — como sistema regulamentado e legal de recrutamento para a burocracia — jamais se estabeleceu verdadeiramente na Rússia. Tampouco representou uma prática significativa no relativamente mais avançado Estado austríaco, o qual — ao contrário de alguns dos principados vizinhos do sul da Alemanha —, nunca abrigou uma classe de "funcionários" que tivesse comprado os seus postos na administração. As razões que determinaram esta disparidade oriental em relação ao padrão do Ocidente são óbvias. O minucioso estudo de Swart sobre a distribuição do fenômeno da venda de cargos salienta, com justeza, a sua conexão com a existência de uma classe comercial local.[34] Em outras palavras, no Ocidente, a venda de cargos correspondia à sobredeterminação do Estado feudal tardio pelo rápido crescimento do capital mercantil e manufatureiro. A relação contraditória que se estabeleceu entre função pública e indivíduos privados refletia as concepções medievais de soberania e contrato, nas quais não estava presente uma ordem cívica impessoal; no entanto,

(32) Hans Rosenberg, "The Rise of the Junkers in Brandenburg-Prussia 1410-1563", *American Historical Review*, outubro de 1943, p. 20.

(33) Hans Rosenberg, *Bureaucracy, Aristocracy and Autocracy — The Prussian Experience 1680-1815*, Cambridge, 1958, p. 78.

(34) K. W. Swart, *Sale of Offices in the Seventeenth Century*, p. 96.

tratava-se simultaneamente de uma relação monetária, a refletir a presença e a interferência de uma economia monetária e de seus futuros senhores, a burguesia urbana. Comerciantes, juristas e banqueiros teriam acesso à máquina do Estado se pudessem desembolsar as somas necessárias à compra de posições em seu seio. A natureza de troca da transação era também, obviamente, um índice das relações internas de classe entre a aristocracia e o seu Estado: a unificação pela corrupção, e não pela coerção, gerou um absolutismo mais brando e mais avançado.

Por sua vez, no Leste, não havia burguesia urbana para infletir o caráter do Estado absolutista; este não tinha a temperá-lo um setor mercantil. As asfixiantes medidas antiurbanas das nobrezas da Prússia e da Polônia já foram mencionadas antes. Na Rússia, os czares controlavam o comércio — freqüentemente através de seus próprios monopólios — e administravam as cidades. De forma singular, os habitantes das cidades eram também servos. Em decorrência disso, o fenômeno híbrido da venda de cargos era impraticável. Princípios rigorosamente feudais iriam presidir à construção da máquina do Estado. O expediente da *nobreza de serviço* foi, em muitos aspectos, o correlato oriental da venda de cargos do Ocidente. A classe dos *junkers* prussianos foi diretamente incorporada ao Comissariado da Guerra e a seus serviços financeiros e fiscais, por recrutamento do Estado. Na burocracia civil, sempre existiria um importante fermento de elementos não-aristocráticos, ainda que, via de regra, estes ascendessem à nobreza quando alcançavam posições em seu topo.[35] Na área rural, os *junkers* detinham um rigoroso controle sobre a *Gutsbezirke* local, dotando-se assim de uma completa panóplia de poderes fiscais, jurídicos, de polícia e alistamento sobre os seus camponeses. Também os órgãos burocráticos provinciais do serviço civil do século XVIII, sugestivamente intitulados *Kriegs-und-Domänen-Kammern* (Câmaras da Guerra e dos Domínios), passaram a ser cada vez mais dominados por eles. No próprio exército, os postos dos oficiais-generais constituíam uma reserva profissional da classe fundiária. "Só os jovens provenientes da nobreza eram admitidos nas companhias e escolas de cadetes que ele (Frederico Guilherme I) fundou, e os oficiais nobres não-comissionados eram mencionados pelo nome nos relatórios trimestrais apresentados a seu filho: indicando que esses nobres estavam *eo ipso* na categoria de aspirantes a oficial. Embora muitos plebeus tenham sido comissionados durante o esforço da Guerra da Sucessão Espanhola, estes foram removidos logo

(35) Rosenberg, *Bureaucracy, Aristocracy and Autocracy*, pp. 139-43.

após o seu término. Dessa maneira, a nobreza se tornou uma nobreza de serviço; ela identificava os seus interesses com os do Estado que lhe garantia posições honrosas e lucros."[36]

Na Áustria, não havia um entrosamento tão rigoroso entre o aparelho do Estado absolutista e a aristocracia; a insuperável heterogeneidade das classes fundiárias dos reinos Habsburgo o impedia. Não obstante, também aí se verificou um esforço drástico, embora incompleto, de criação de uma nobreza de serviço: com efeito, a reconquista da Boêmia pelos Habsburgos durante a Guerra dos Trinta Anos foi seguida pela destruição sistemática das antigas aristocracias tcheca e alemã dos territórios boêmios, repovoados com uma nova nobreza estrangeira, de fé católica e origem cosmopolita, que devia os seus domínios e fortuna inteiramente à vontade da dinastia que a criara. A partir daí, a nova nobreza "boêmia" iria fornecer a maior parte dos quadros do Estado Habsburgo, tornando-se a base social mais importante do absolutismo austríaco. Mas o abrupto radicalismo de sua construção a partir de cima não iria reproduzir-se nas formas subseqüentes de sua integração à máquina do Estado: a organização dinástica compósita governada pelos Habsburgos tornaria impossível uma cooptação burocrática uniforme ou "regulamentada" da nobreza para o serviço do absolutismo.[37] Os cargos militares acima de certos postos ou ao fim de certos períodos de serviço conferiam automaticamente títulos: no entanto, faltou uma vinculação geral ou institucionalizada entre o serviço do Estado e a ordem aristocrática, em detrimento do poderio internacional do absolutismo austríaco.

Por outro lado, no ambiente mais primitivo que vigorava na Rússia, os princípios de uma nobreza de serviço iriam muito mais longe que na Prússia. Ivã IV promulgou aí um decreto, em 1556, que tornava obrigatório a todos os senhores o serviço militar e estabelecia com precisão os contingentes de soldados a serem fornecidos conforme a extensão das terras, consolidando assim a classe *pomeshchik* da pequena nobreza que começara a formar-se ao tempo de seu predecessor. Em contrapartida, só aqueles que se encontravam ao serviço do Estado poderiam, a partir de então, possuir formalmente a terra na Rússia, à parte as instituições religiosas. Este sistema nunca alcançou na prática a universalidade ou a eficácia que lhe eram conferidas pela letra da lei e

(36) Carsten, *The Origins of Prussia*, p. 272.

(37) Schwarz, contudo, comenta que a antiga alta nobreza do Estado Habsburgo devia a sua ascensão essencialmente ao serviço no Conselho Privado imperial durante o século XVII: *The Imperial Privy Council in the Seventeenth Century*, p. 410.

de modo algum acabou com o poder autônomo da antiga classe dos grandes nobres boiardos, cujos dominios continuaram sob o regime alodial. Todavia, apesar dos muitos meandros e vicissitudes, os sucessores de Ivã souberam herdar e desenvolver a sua obra. É de Blum o seguinte comentário sobre o primeiro Romanov: "O Estado que Miguel foi chamado a governar constituia um tipo único de organização polltica. Era um Estado de serviço e o czar era o seu chefe absoluto. As atividades e os deveres de todos os súditos, do mais importante senhor ao mais humilde camponês, eram determinados pelo Estado, em atenção à sua política e aos seus interesses. Todos os súditos estavam vinculados a certas funções especlficas, destinadas a preservar e engrandecer o poder e a autoridade do Estado. Os senhores estavam vinculados ao serviço no exército e na burocracia, e os camponeses estavam vinculados aos senhores de forma a fornecer-lhes os meios para desempenhar a sua função no Estado. Quaisquer liberdades ou privilégios de que um súdito pudesse gozar cabiam-lhe apenas porque o Estado lhos concedera como atributo das funções desempenhadas ao seu serviço".[38] Esta passagem constitui uma evocação retórica das pretensões da autocracia czarista ou *samoderzhavie*, não uma descrição da própria estrutura efetiva do Estado: as realidades práticas da formação social russa estavam longe de corresponder ao sistema politico onipotente que ela sugere. A ideologia do absolutismo russo jamais coincidiu com os seus poderes materiais, que sempre foram muito mais limitados do que pensaram os observadores ocidentais contemporâneos — em geral inclinados ao exagero tipico dos viajantes. É no entanto indiscutível, à luz de qualquer perspectiva européia comparativa, a peculiaridade do complexo de serviço público moscovita. No final do século XVII e inicio do XVIII, Pedro I generalizou e radicalizou ainda mais os seus princlpios normativos. Anulando a distinção entre os domínios condicionais e os hereditários, ele assimilou as classes *pomeshchik* e boiarda. Dai para a frente, todos os nobres tornaram-se servidores permanentes do czar. A burocracia do Estado foi dividida em catorze niveis hierárquicos, implicando os oito niveis superiores um *status* nobre hereditário e os seis inferiores um *status* aristocrático não-hereditário. Deste modo, fundiram-se organicamente a ordem feudal e a hierarquia burocrática: o sistema da nobreza de serviço fazia do Estado, em princlpio, um simulacro virtual da estrutura da classe fundiária, sob o poder centralizado de seu delegado "absoluto".

(38) Jerome Blum, *Lord and Peasant in Russia*, p. 150.

Nobreza e monarquia: a variante oriental

Resta ainda examinar a questão do significado histórico da nobreza de serviço. É observando o desenvolvimento da relação entre a classe feudal e seu Estado, desta vez no Leste, que melhor poderemos realizá-lo. Vimos já que antes da expansão do feudalismo ocidental em direção ao Leste, na Idade Média, as principais formações sociais eslavas da Europa oriental não tinham chegado a produzir uma organização feudal integralmente articulada, do tipo da que resultou da síntese romano-germânica no Ocidente. Todas elas se encontravam, embora em estágios diferentes, na fase de transição das federações tribais rudimentares das colonizações originais para hierarquias sociais estratificadas com estruturas estatais estabilizadas. O padrão típico, como se recordará, combinava uma aristocracia dominante de guerreiros com uma população heteróclita de camponeses livres, servos por dívidas e escravos capturados; ao passo que a estrutura do Estado era ainda, muitas vezes, próxima ao sistema de séquito do chefe militar tradicional. Mesmo a Rússia kieviana, a área mais avançada de toda a região, não tinha produzido uma monarquia unitária e hereditária. O impacto do feudalismo ocidental sobre as formações sociais do Leste já foi analisado, no plano de seus efeitos sobre o modo de produção predominante nos domínios e nas aldeias, e sobre a organização das cidades. Tem sido menos estudada a sua influência sobre a própria nobreza, mas, como vimos, é evidente que se verificou uma crescente adaptação às normas hierárquicas ocidentais no selo da classe dominante. A alta aristocracia da Boêmia e da Polônia, por exemplo, ga-

nhou forma precisamente entre os meados do século XII e o início do século XIV, o período do apogeu da expansão germânica. Foi também por essa época que surgiram os *rytiri* e os *vladky* tchecos, ou a classe dos cavaleiros, ao lado dos grandes senhores ou *barones*; enquanto isso, o uso de armas e títulos, vindo da Alemanha, era adotado em ambos os países na segunda metade do século XIII.[1] Na verdade, na maior parte dos países orientais, o sistema de títulos foi importado dos usos germânicos (ou, mais tarde, dinamarqueses): designações como conde, marquês, duque, e outras, foram sucessivamente naturalizadas nos idiomas eslavos.

Não obstante, ao longo de toda a era de expansão econômica dos séculos XI ao XIII e de depressão nos séculos XIV e XV, destacam-se dois traços fundamentais das classes dominantes do Leste, que remontam à ausência da síntese feudal ocidental. Em primeiro lugar, a instituição da *posse condicional* — o sistema do feudo propriamente dito — nunca chegou a estabelecer-se verdadeiramente além-Elba.[2] É certo que inicialmente ele seguiu as pegadas da colonização germânica e teve sempre mais força nas terras transelbianas permanentemente ocupadas pelos *junkers* alemães, que em quaisquer outras. Mas os domínios germânicos com dever de serviço de cavalaria no Leste eram formalmente alodiais no século XIV, embora prestassem obrigações militares.[3] Por volta do século XV, as ficções de direito eram virtualmente ignoradas no Brandenburgo e o *Rittergut* tendia a tornar-se um domínio hereditário — neste aspecto, o processo não diferia muito do que tinha lugar no ocidente da Alemanha. Também em outras regiões, a posse condicional não chegou a criar raízes. Na Polônia, os domínios alodiais ultrapassavam os feudos durante a Idade Média, mas, tal como na Alemanha oriental, ambos os tipos de propriedade tinham dever de serviço militar, embora mais atenuado no primeiro. A partir da segunda metade do século XV, a pequena nobreza obteve sucesso ao transformar muitos domínios feudais em propriedades alodiais, contra os esforços

(1) F. Dvornik, *The Slavs: Their Early History and Civilization*, p. 324; *idem*, *The Slavs in European History and Civilization*, pp. 121-8.

(2) Bloch apreendeu bem este aspecto, embora propondo uma explicação erroneamente culturalista, ao afirmar que "os eslavos nunca conheceram" a distinção entre a concessão em troca de serviço e a pura doação. Ver a sua nota, "Féodalité et Noblesse Polonaises", *Annales*, janeiro de 1939, pp. 53-4. Na verdade, a concessão de terras em troca de serviço foi conhecida na Rússia ocidental do século XIV ao século XVI e reapareceu depois no sistema do *pomest'e*.

(3) Hermann Aubin, "The Lands East of the Elbe and German Colonization Eastwards", em *The Agrarian Life of the Middle Ages*, p. 476.

da monarquia para inverter tal processo. De 1561 a 1588, a Sejm acabou por votar diversos atos que comutavam a posse feudal em alodial em toda parte.[4] Na Rússia, como vimos, a típica propriedade boiarda foi sempre a *votchina* alodial; a imposição a partir de cima do sistema condicional do *pomest'e* foi obra posterior da autocracia czarista. Em todos estes países, ademais, havia poucos (ou não havia) senhorios intermediários entre os cavaleiros e os monarcas, grandes proprietários do tipo daqueles que desempenharam um papel tão importante nas compactas hierarquias feudais do Ocidente. Com efeito, não se conheciam as complexas cadeias de retrovassalagem ou subenfeudação. Por outro lado, também a autoridade pública nunca chegou a ser tão limitada ou dividida juridicamente como no Ocidente medieval. Em todos esses países, os cargos da administração local eram preenchidos mais por nomeação que por direito hereditário e os governantes detinham o direito formal de cobrar impostos sobre toda a população camponesa, que não escapava ao domínio público por via de imunidades ou jurisdições privadas integrais, embora na prática os poderes jurídicos e fiscais dos príncipes ou duques fossem com freqüência muito limitados. Daí resultaria uma rede de relações interfeudais muito menos coesa do que no Ocidente.

Não restam dúvidas de que este padrão estava ligado à situação espacial do feudalismo oriental. Na mesma medida em que os vastos e escassamente povoados territórios do Leste criavam à nobreza problemas específicos para a exploração do trabalho, dada a possibilidade de fugas, também criavam problemas especiais para a integração hierárquica da nobreza pelos príncipes e suseranos. O caráter fronteiriço das formações sociais do Leste tornava extremamente difícil para os governantes dinásticos o reforço dos laços de vassalagem dos colonos militares ou dos senhores de terra, num ambiente desprovido de limites, que convidava às aventuras armadas e às veleidades anárquicas. Em conseqüência, a solidariedade feudal vertical era muito mais frágil do que no Ocidente. Havia poucos vínculos orgânicos a ligar internamente as várias aristocracias. Tal situação não se alterou substancialmente com a introdução do sistema senhorial durante a grande crise do feudalismo europeu. O cultivo dos domínios e o trabalho servil aproximavam agora, mais estreitamente, a agricultura oriental das normas de produção do princípio da época medieval no Ocidente. Mas a reação senhorial que os criou não reproduziu simultaneamente o característico sis-

(4) P. Skwarczyński, "The Problem of Feudalism in Poland up to the Beginning of the 16th century", *Slavonic and East European Review*, 34, 1955-6, pp. 296-9.

tema de feudos que os complementava. Uma das conseqüências disso, evidentemente, foi a concentração do poder senhorial sobre o campesinato em proporções desconhecidas no Ocidente, onde o parcelamento da soberania e a propriedade escalonada criaram uma multiplicidade de jurisdições sobre os vilões, com confusões e superposições objetivamente propícias à resistência camponesa. Na Europa oriental, ao contrário, a dominação territorial, pessoal e econômica fundia-se numa única autoridade senhorial, que exercia direitos cumulativos sobre os servos subjugados.[5] Esta concentração de poderes podia ir tão longe que na Rússia e na Prússia os servos podiam na realidade ser vendidos a outros proprietários, separadamente dos domínios em que trabalhavam — uma condição de dependência pessoal próxima da pura escravidão. Portanto, o sistema senhorial não afetou inicialmente o tipo predominante de propriedade aristocrática da terra, embora o ampliasse largamente às custas das antigas terras comuns e das pequenas propriedades camponesas. Ao contrário, aumentou o poder local despótico no seio da classe senhorial.

As duas ordens de pressões que acabaram por criar o Estado absolutista no Leste já foram salientadas acima. O que importa reter é que a transição para o absolutismo não poderia ter seguido um percurso idêntico ao do Ocidente, não apenas por causa do anulamento das cidades e da redução do campesinato à servidão, mas também devido ao caráter peculiar da nobreza que as realizou. Esta não passara pela longa e secular adaptação a uma hierarquia feudal relativamente disciplinada capaz de preparar a sua integração a um absolutismo aristocrático. E, no entanto, uma vez confrontada com os riscos históricos da conquista estrangeira ou das deserções camponesas, a nobreza necessitava de um instrumento capaz de dotá-la *ex novo* de uma unidade de ferro. O tipo de integração política realizada pelo absolutismo na Rússia e na Prússia sempre carregou as marcas dessa situação de classe original. Até aqui, enfatizamos a rapidez com que andava o relógio do absolutismo na Europa oriental: até que ponto ele se constituía numa estrutura política à frente das formações sociais que lhe serviam de base, por que se nivelava com os Estados ocidentais com os quais se defrontava. É agora necessário destacar o reverso da mesma contradição dialética. Precisamente, a construção do edifício absolutista "moderno" no Leste requeria a criação da "arcaica" relação de serviço outrora característica do sistema feudal do Ocidente. Tal relação nunca criara raízes profundas no Leste; todavia, à medida que ia desaparecendo no Ocidente, com o advento do absolutismo, ela aparecia no Leste, por exigência do absolutismo. O exemplo mais nítido desse processo foi, sem dúvida, a Rússia. Os séculos de Idade Média que se seguiram à queda do Estado kieviano conheceram a autoridade política mediatizada e relações recíprocas de vassalagem e suserania entre príncipes e nobres, mas ambas dissociadas do senhorio dominial e da posse da terra, que permaneceu dominada pela *votchina* alodial da classe boiarda.[6] A partir do início da época moderna, contudo, todo o progresso do czarismo foi construído sobre a conversão das posses alodiais em posses condicionais, com a implantação do sistema *pomest'e* no século XVI, o seu predomínio sobre a *votchina* no século XVII e a fusão final de ambos no século XVIII. Pela primeira vez, a terra era dada em troca do serviço prestado pelo cavaleiro ao suserano feudal — o czar, numa réplica formal do feudo do Ocidente medieval. Na Prússia, não se verificou uma alteração jurídica assim radical do regime de posse da terra, à parte a ampla recuperação dos domínios reais que se seguiu às alienações do século XVI, pois aí sobreviviam ainda os traços de um sistema feudal. Mas, também neste país, a dispersão horizontal da classe *junker* foi rompida por uma rigorosa integração vertical no Estado absolutista, sob o imperativo ideológico do dever universal da classe nobre de servir o seu suserano feudal. Na verdade, o *ethos* do serviço militar ao Estado assumiria na Prússia uma profundidade muito maior que na Rússia e acabaria por originar talvez a aristocracia mais dedicada e disciplinada da Europa. Havia, portanto, uma necessidade menor da reforma jurídica e da coerção material que o czarismo se viu forçado a aplicar tão implacavelmente em seus esforços para obrigar a classe fundiária russa ao serviço militar do Estado.[7] Não obstante, em

(5) Skazkin insiste acertadamente neste ponto. "Osnovnye Problemy tak Nazyvaemovo 'Vtorovo Izdaniya Krepostnichestva' v Srednei i Vostochnoi Evrope", pp. 99-100.

(6) Há uma excelente delimitação e análise do importante padrão histórico em terras da Rússia no ensaio extremamente lúcido de Vernadsky, "Feudalism in Russia", *Speculum*, vol. 14, 1939, pp. 300-23. À luz do sistema posterior do *pomest'e*, é importante salientar que as relações de vassalagem do período medieval eram genuinamente contratuais e recíprocas, como se pode verificar pelas homenagens da época. Para um relato e exemplos, ver Alexandre Eck, *Le Moyen Age Russe*, pp. 195-212.

(7) Deve-se notar, entretanto, que o absolutismo prussiano não desdenhava a coerção quando a julgava necessária. O Rei-Sargento proibiu todo o deslocamento dos *junkers* ao estrangeiro que não tivesse o seu consentimento expresso, a fim de obrigá-los a servir como oficiais no exército. A. Goodwin, "Prussia", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, p. 88.

ambos os casos, o "renascimento" da relação de prestação de serviço na Europa operou, na verdade, uma drástica modificação neste. Com efeito, o serviço militar agora exigido já não era devido simplesmente a um suserano feudal, na cadeia mediatizada de dependência pessoal que era a hierarquia feudal da época medieva: ele era prestado a um Estado absolutista hipercentralizado.

Tal deslocamento da relação trouxe duas conseqüências inevitáveis. Em primeiro lugar, o serviço em questão já não consistia na prestação militar ocasional e autônoma do cavaleiro convocado pelo seu superior feudal — a convencional excursão eqüestre de quarenta dias no campo de batalha, estipulada, por exemplo, pelo sistema feudal normando. Tratava-se da introdução num aparelho burocrático com tendência a tornar-se vocacional e permanente. O caso extremo foi o da legislação de Pedro I, que tornou o *dvoriantsvo* juridicamente vinculado ao serviço vitalício do Estado. Uma vez mais, a própria ferocidade e irrealismo de tal sistema refletiam a crescente dificuldade prática de integrar a nobreza russa no aparelho de Estado czarista, e não um alto grau de êxito efetivo nessa integração. Não havia necessidade de tais medidas extremas na Prússia, onde a classe *junker* era desde o início menor e mais maleável. Em ambos os casos, é evidente que o serviço burocrático propriamente dito — fosse militar ou civil — contradiz um princípio central do contrato feudal primitivo da fdade Média no Ocidente: notadamente, a sua natureza *recíproca*. O sistema feudal propriamente dito sempre compreendeu um componente explícito de mutualidade: o vassalo não tinha apenas deveres para com o senhor, mas também direitos que este era obrigado a respeitar. O direito medieval incluía expressamente a noção de felonia senhorial — o rompimento ilegal do acordo por parte do superior feudal, não por seu subordinado. Parece agora óbvio que uma tal reciprocidade pessoal, com as suas garantias jurídicas relativamente rigorosas, era incompatível com um absolutismo consumado, que pressupõe um novo e unilateral poder do aparelho de Estado centralizado. Assim, chega-se a que o segundo traço distintivo da relação de serviço no Leste era necessariamente a sua heteronomia. O *pomeshchik* não era um vassalo, com direitos próprios que pudesse invocar contra o czar. Era um servidor que recebia domínios da autocracia e estava vinculado a esta por laços de incondicional obediência. A sua submissão era juridicamente direta e inequívoca, não era mediatizada por instâncias intermediárias de uma hierarquia feudal. Esta concepção czarista extrema nunca foi assimilada na Prússia. Mas também ali o elemento central da mutualidade estava totalmente ausente no vínculo entre o *junker* e o Estado Hohenzollern.

O ideal do Rei-Sargento achava-se notavelmente expresso na sua reivindicação: "Devo ser servido com corpo e alma, casa e riqueza, honra e consciência; tudo me é devido, exceto a salvação eterna — que pertence a Deus, mas todo o resto a mim pertence".[8] Em nenhum país o culto da obediência militar mecânica — a *Kadavergehorsamkeit* da burocracia e do exército prussianos — impregnou do mesmo modo a nobreza fundiária. Nunca houve, portanto, no Leste, uma réplica completa da síntese feudal do Ocidente, quer antes quer depois da linha divisória da última crise medieval. Em vez disso, os elementos componentes desse feudalismo foram estranhamente recombinados em associações aleatórias e assincrônicas, sem que qualquer uma delas viesse jamais a possuir a coerência e a unidade da síntese primitiva. Assim, o sistema dominial funcionou tanto sob a anarquia nobiliária como sob o absolutismo centralizado; a suserania dispersa existiu, mas em épocas de posse não-condicional da terra; a posse condicional apareceu, mas com laços de serviço não-recíprocos; a hierarquia feudal chegou a ser codificada no quadro de uma burocracia estatal. O absolutismo constituiu, ele próprio, a mais paradoxal reconjugação de todas estas — em termos ocidentais, uma mistura bizarra de estruturas modernas e medievais, conseqüência da peculiar temporalidade "comprimida" do Leste.

A própria adaptação dos proprietários de terra da Europa oriental ao advento do absolutismo não foi um processo suave, sem vicissitudes, tal como não o fora também no Ocidente. Na verdade, a *szlachta* polonesa — única entre as classes sociais desse tipo na Europa — derrotou todos os esforços de criação de um poderoso Estado dinástico, por razões que serão examinadas depois. De modo geral, no entanto, a relação entre monarquia e nobreza no Leste seguiu uma trajetória pouco diversa da ocorrida no Ocidente, embora com certas características regionais significativas. Assim, prevaleceu durante o século XVI uma relativa despreocupação aristocrática, seguida por conflitos e turbulências generalizados no século XVII, que cederam lugar a uma nova época de confiante concórdia no século XVIII. Não obstante, este padrão político foi distinto do modelo ocidental em vários aspectos importantes. Para começar, o processo de construção do Estado absolutista originou-se muito mais tarde no Leste. Não houve verdadeiros equivalentes das monarquias renascentistas da Europa ocidental na Europa

(8) R. A. Dorwart, *The Administrative Reforms of Frederick William I of Prussia*, Cambridge, EUA, 1953, p. 226.

oriental do mesmo século. O Brandenburgo era ainda uma província estagnada sem o poder notável de um príncipe; a Áustria estava emaranhada no sistema imperial medieval do *Reich*; a Hungria perdera a sua dinastia tradicional e fora amplamente devastada pelos turcos; a Polônia continuou a ser uma comunidade aristocrática; a Rússia viveu a experiência de uma prematura e forçada autocracia que logo entrou em colapso. O único país que produziu uma cultura renascentísta genulna foi a Polônia, cujo sistema político era virtualmente o de uma república nobiliária. O único país a conhecer uma poderosa monarquia pré-absolutista foi a Rússia, cuja cultura permaneceu muito mais primitiva que a de qualquer outro Estado da região. Fenômenos diversos, mas ambos de curta vida. Foi somente no século seguinte que Estados absolutistas duráveis seriam edificados no Leste, após a plena integração militar e diplomática do continente em um único sistema internacional, e a conseqüente pressão ocidental que resultou de sua formação.

O destino das assembléias dos Estados na região foi sempre o mais claro indício do progresso da absolutização. Os três sistemas de Estados mais poderosos do Leste eram os da Polônia, da Hungria e da Boêmia — todos reivindicavam o direito constitucional de eleger seus respectivos monarcas. A Sejm polonesa, uma assembléia bicameral na qual apenas os nobres estavam representados, não apenas frustrou a ascensão de uma autoridade monárquica central na Comunidade, após as suas significativas vitórias no século XVI, como aumentou as prerrogativas anárquicas da pequena nobreza com a introdução do *liberum veto* no século XVII, pelo qual qualquer membro da Sejm a podia dissolver com um simples voto negativo. A Polônia foi um caso único na Europa: a posição da aristocracia era de tal modo inabalável que nem mesmo chegou a ocorrer nessa época um conflito sério entre a monarquia e a nobreza, pois nenhum dos reis eleitos conseguiu jamais acumular poder suficiente para desafiar a constituição *szlachta*. Na Hungria, pelo contrário, os Estados tradicionais entraram em choque frontal com a dinastia Habsburgo quando esta encaminhou-se para a centralização administrativa, a partir do final do século XVI. A pequena nobreza magiar, incentivada pelo particularismo nacionalista e protegida pelo poderio turco, resistiu ao absolutismo com toda a força: nenhuma outra nobreza européia registrou uma luta tão feroz e persistente contra a intromissão da monarquia. Importantes parcelas de classe fundiária húngara levantaram-se em armas contra o Hofburg nada menos que quatro vezes no espaço de cem anos — em 1604-8, 1620-21, 1678-82 e 1701-11, sob a chefia de Bocskay, Bethlen, Tökölli e Rákóczi. Ao final deste longo e virulento conflito, o separatismo

magiar fora efetivamente esmagado e a Hungria passou a ser ocupada por exércitos absolutistas unitários, enquanto os servos locais eram sujeitos a impostos centralizados. Mas, em quase todos os outros aspectos, os privilégios dos Estados foram preservados e a soberania Habsburgo na Hungria ficou como uma pálida sombra de sua homóloga austríaca. Na Boêmia, em contraste, a revolta da Snem que precipitou a Guerra dos Trinta Anos foi suprimida na batalha da Montanha Branca, em 1620: a vltória do absolutismo austríaco em território tcheco foi total e definitiva, extinguindo por completo a antiga nobreza boêmia. Os sistemas de Estados sobreviveram formalmente tanto na Áustria como na Boêmia, mas tornaram-se, via de regra, obedientes caixas de ressonância da dinastia.

Não obstante, nas duas regiões que viram nascer os mais desenvolvidos e dominadores Estados absolutistas da Europa oriental, o padrão histórico foi diferente. Na Prússia e na Rússia não ocorreram grandes revoltas aristocrátlcas contra a iminência de um Estado centralizado. Na verdade, é notável que, na difícil fase de transição para o absolutismo, a nobreza desses países tenha desempenhado um papel menos proeminente do que as suas homólogas ocidentais nos levantes políticos da época. Os Estados Hohenzollern e Romanov nunca se defrontaram com fenômenos equivalentes às Guerras Religiosas, à Fronda, à Revolta Catalã ou mesmo à Peregrinação da Graça. Em ambos os países, o sistema de Estados exauriu-se por volta do final do século XVII, sem protestos ou lamúrias. O Landtag do Brandenburgo anuiu passivamente ao crescente absolutismo do Grande Eleitor após o recesso de 1653. A única resistência séria a este veio dos burgueses de Königsberg: os proprietários da Prússia oriental, ao contrário, aceitaram a supressão sumária pelo Grande Eleltor dos antigos direitos do ducado, sem grandes desassossegos. As Implacáveis medidas antiurbanas adotadas pelas nobrezas orientais tiveram aí o seu efeito, uma vez posto em marcha o processo de absolutização.[9] Na Prússia, as relações entre a dinastia e a nobreza de forma alguma estiveram ao abrigo de tensões e desconfianças no fim do século XVfI e início do século XVIIf: nem o Grande Eleitor nem o Rei-Sargento foram monarcas populares para a sua própria classe, que foi muitas vezes rudemente tratada por eles. Mas nunca se verificou uma ruptura grave entre monarquia e aris-

(9) O Landtag prussiano existiu oficialmente até Iena, mas, na prática, já na década de 1680, tinha apenas funções decorativas. No século XVIII, reunia-se apenas para prestar homenagem aos novos reis que subíam ao trono.

tocracia, sequer de caráter transitório, na Prússia desta época. Na Rússia, a assembléia dos Estados — a Zemsky Sobor — era uma instituição particularmente frágil e sedlciosa,[10] criada originalmente por Ivã IV por razões táticas, no século XVI. A sua composição e convocação eram em geral facilmente manipuladas pelos grupos da corte na capital; o princípio dos Estados, como tal, nunca alcançou uma vida independente na Moscóvia. As divisões sociais no seio da classe fundiária, entre o estrato dos grandes senhores boiardos e a pequena nobreza *pomeshchik*, cuja ascensão fora promovida pelos czares do século XVI, contribuíram para enfraquecê-lo ainda mais.

Assim, embora tivessem se desenvolvido gigantescas lutas sociais durante a transição para o absolutismo, numa escala muito superior a tudo o que se viu na Europa ocidental, elas foram dominadas pelas classes exploradas rurais e urbanas e não pelas classes privilegiadas e proprietárias, que, no seu conjunto, revelaram uma considerável prudência nas suas relações com o czarismo. "Através da nossa história", escreveria o conde Stroganov num memorando confidencial a Alexandre I, "têm sido os camponeses a fonte de todas as perturbações, ao passo que a nobreza nunca se mexeu: se o governo tem uma força a temer ou grupo a vigiar, esse é o dos servos e não qualquer outra classe".[11] Os grandes acontecimentos do século XVII, que pontuaram a decadência da Zemsky Sobor e da Duma boiarda, não foram revoltas separatistas dos nobres, mas as guerras camponesas de Bolotnikov e Razin, os motins urbanos dos artesãos de Moscou, os surtos de turbulência cossaca ao longo do Dnieper e do Don. Tais conflitos configuraram o contexto histórico em que se resolveram as contradições intrafeudais entre os boiardos e os *pomeshchik*, por sua vez tão agudas como jamais o foram na Prússia. Durante a maior parte do século XVII, grupos boiardos controlaram a máquina central do Estado, na ausência de czares fortes, enquanto a pequena nobreza perdia terreno politicamente; mas os interesses sociais de ambos estavam protegidos pelas novas estruturas do absolutismo russo, à medida que este se ia gradualmente consolidando. A repressão autocrática a um ou outro aristocrata foi na Rússia, é certo, muito mais feroz que no Ocidente, na falta de um equivalente das tradições jurídicas da última fase medieval. Mas nem por isso deixa de ser surpreendente a estabilidade conseguida pela monarquia russa, mesmo quando pequenos grupos da corte ou do exército no seio da nobreza travavam lutas febris pelo seu controle: a força da função absolutista ultrapassava de tão longe a dos ocupantes nominais do trono que, depois de Pedro I, a vida política pôde tornar-se por algum tempo uma agitada série de intrigas e golpes de guardas palacianos, sem que isto afetasse os poderes do czarismo como tal e sem que a estabilidade política do país se achasse ameaçada.

(10) Ver a aguda análise de suas atividades em J. L. H. Keep, "The Decline of the Zemsky Sobor", *The Slavonic and East European Review*, 36, 1957-8, pp. 100-22.

(11) Ver H. Seton-Watson, *The Russian Empire 1801-1917*, Oxford, 1967, p. 77.

Na realidade, o século XVIII presenciou o apogeu da harmonia entre a aristocracia e a monarquia na Prússia e na Rússia, tal como na Europa ocidental. Esta foi a época em que a nobreza de ambos os países adotou o francês como a língua culta da classe dominante, o idioma em que Catarina II havia de declarar candidamente: *Je suis une aristocrate, c'est mon métier* — a epígrafe da era.[12] A consonância entre a classe fundiária e o Estado absolutista foi, de fato, ainda maior nas duas grandes monarquias do Leste do que no Ocidente. A debilidade histórica dos elementos contratuais e de reciprocidade que caracterizaram a vassalagem feudal na Europa oriental na época anterior já foram aqui assinaladas. A hierarquia de serviço do absolutismo russo e prussiano nunca reproduziu o compromisso recíproco da homenagem medieval: uma pirâmide burocrática excluía necessariamente os votos interpessoais de uma hierarquia senhorial, colocando ordens onde havia compromissos. Mas o abandono das garantias individuais entre senhor e vassalo, que em princípio asseguravam uma relação cavalheiresca entre eles, não significava que os nobres orientais estivessem por isso entregues à arbitrariedade ou à tirania implacável de seus monarcas. Com efeito, a aristocracia enquanto classe estava coletivamente ratificada no seu poder social pela natureza objetiva do Estado que se erguia "acima" dela. O serviço prestado pela nobreza na máquina do absolutismo era a garantia de que o Estado absolutista servia aos interesses políticos da nobreza. O vínculo que os unia envolvia mais coação do que no Ocidente, mas também uma maior intimidade. Desse modo, as normas gerais do absolutismo europeu, apesar das aparências ideológicas, nunca foram seriamente violadas no Leste. A propriedade privada e a segurança da classe fundiária permaneceram como o talismã doméstico dos regimes monárquicos, por mais autocráticas que fossem

(12) A difusão do francês entre as classes dominantes da Prússia, Áustria e Rússia no século XVIII evidencia, naturalmente, a inexistência na Europa oriental da feição protonacionalista adquirida pelo absolutismo da Europa ocidental numa época anterior, o que por sua vez era determinado pela falta de uma burguesia ascendente no Leste europeu desta fase. A monarquia prussiana, como é óbvio, continuou a mostrar-se confessadamente hostil aos ideais nacionalistas até a véspera da unificação da Alemanha; a austríaca, até o final de sua existência.

as suas pretensões.[13] A composição da nobreza podia ser forçosamente alterada e embaralhada nas grandes crises, como acontecia no Ocidente medieval: a sua implantação estrutural na formação social sempre se mantinha. O absolutismo oriental, não menos que o ocidental, deteve-se nos portões dos domínios: inversamente, a aristocracia buscou a sua riqueza e o seu poder fundamentais na posse estável da terra, e não na permanência temporária no Estado. O grosso da propriedade agrária manteve-se juridicamente hereditário e individualizado no seio da classe nobre, em toda a Europa. Os graus da nobreza podiam combinar-se com postos no exército e na administração, mas nunca foram reduzidos a estes; os títulos sempre subsistiram fora do serviço do Estado, indicando mais honra do que função.

Não surpreende, portanto, que a parábola das relações entre a monarquia e a aristocracia no Leste fosse, a despeito das grandes diferenças no conjunto da formação histórica das duas metades da Europa, tão semelhante àquela que se desenhou no Ocidente. O imperioso advento do absolutismo encontrou inicialmente a incompreensão e a recusa; depois, passada a confusão e a resistência, este foi finalmente aceito e acolhido pela classe fundiária. Em toda a Europa, o século XVIII foi uma época de reconciliação entre a monarquia e a nobreza. Na Prússia, Frederico II encetou uma política confessadamente aristocrática de recrutamento e promoção no aparelho do Estado absolutista, excluindo os estrangeiros e os *roturiers* de qualquer posto que outrora haviam ocupado no exército e no serviço civil. Também na Rússia, os oficiais de carreira estrangeiros, que tinham sido um dos principais esteios dos regimentos czaristas modernizados do final do século XVII, foram afastados, e o *dvorianstvo* reocupou seu lugar nas forças armadas imperiais, enquanto os seus privilégios administrativos provinciais eram generosamente ampliados e confirmados pela Carta da Nobreza de Catarina II. No império austríaco, Maria Tereza conseguiu mesmo diluir, numa extensão sem precedentes, a hostilidade húngara para

(13) A mais flagrante demonstração dos estritos limites objetivos ao poder absolutista iria ser o prolongado sucesso da resistência da nobreza russa ao czar, quando este favoreceu a emancipação dos servos no século XIX. Por essa altura, tanto Alexandre I como Nicolau I — dois dos mais poderosos monarcas que a Rússia conhecera — consideravam pessoalmente que a servidão era, em princípio, um entrave social, embora na prática acabassem por transferir mais camponeses para a dependência privada. Mesmo quando a emancipação foi finalmente decretada por Alexandre II, na segunda metade do século XIX, a forma de sua implementação foi largamente determinada pelos movimentos de oposição de uma aristocracia combativa. Para tais episódios, ver Seton-Watson, *The Russian Empire*, pp. 77-8, 227-9, 393-7.

com a dinastia Habsburgo, ligando os grandes senhores magiares à vida da corte de Viena e criando uma Guarda Húngara especial para o seu serviço pessoal na capital. Em meados do século, o poder central das monarquias era maior do que nunca e, não obstante, a relação entre os respectivos governantes e os proprietários de terras do Leste era mais estreita e pacífica que em qualquer outra época passada. Além disso, e ao contrário do Ocidente, o absolutismo tardio do Leste estava então em seu apogeu político. O "despotismo iluminado" do século XVIII foi essencialmente um acontecimento da Europa central e oriental[14] — simbolizado pelos três monarcas que finalmente partilharam a Polônia: Frederico II, Catarina II e José II. O coro de louvores entoado à sua obra pelos *philosophes* burgueses do iluminismo ocidental, por todos os seus equívocos tantas vezes irônicos, não foi simplesmente um mero acidente histórico: a energia dinâmica e a competência pareciam ter-se passado para Berlim, Viena e São Petersburgo. Este período correspondeu ao ponto alto do desenvolvimento do exército, da burocracia, da diplomacia e da política econômica mercantilista do absolutismo no Leste. A partilha da Polônia, calma e coletivamente eletivada em desafio às potências ocidentais, impotentes às vésperas da Revolução Francesa, aparece como um símbolo de sua ascensão internacional.

Ansiosos por mirar-se no espelho da civilização ocidental, os governantes absolutistas da Prússia e da Rússia inspiravam-se assiduamente nos feitos passados dos seus êmulos da França ou da Espanha e incensavam os escritores ocidentais que ali chegavam para que registrassem o seu esplendor.[15] Em alguns aspectos limitados, os absolutismos ocidentais desse século foram curiosamente mais avançados do

(14) Este fato ressalta claramente do melhor estudo recente sobre o assunto, *Le Despotisme Eclairé*, de François Bluche, Paris, 1968. O livro de Bluche oferece uma primorosa análise comparada dos despotismos iluminados do século XVIII. O seu quadro explicativo é, porém, deficiente, baseando-se essencialmente numa teoria de exemplos generativos, pela qual Luís XIV teria fornecido um modelo original de governo, que inspirou Frederico II, o qual por sua vez inspirou os outros soberanos da época (pp. 344-5). Sem negarmos a importância do fenômeno — relativamente novo — da imitação internacional consciente entre Estados no século XVIII, saltam à vista as limitações de uma tal genealogia.

(15) Os comentários tecidos por Bluche sobre a incauta e crédula admiração dos *philosophes* pelos monarcas do Leste são sardônicos e vigorosos: *Le Despotisme Eclairé*, pp. 317-40. Voltaire foi o *coryphée* do absolutismo prussiano, na pessoa de Frederico II, Diderot o do absolutismo russo, na pessoa de Catarina II; ao passo que Rousseau, caracteristicamente, reservava os seus louvores para a classe dos proprietários rurais da Polônia, aos quais aconselhava a não se precipitarem na abolição da servidão. Os fisiocratas Mercier de la Rivière e De Quesnay elogiaram genericamente os méritos do "despotismo jurídico e patrimonial".

que seus protótipos ocidentais do século anterior, devido à evolução geral da época. Enquanto Filipe II e Luís XIV expulsaram imprevidentemente os *moriscos* e os huguenotes, Frederico II não apenas acolheu os refugiados religiosos como estabeleceu no estrangeiro escritórios de imigração a fim de promover o crescimento demográfico de seu reino — uma nova volta no parafuso do mercantilismo. Políticas populacionais foram também fomentadas na Áustria e na Rússia, que promoveram ambiciosos programas de colonização no Banat e na Ucrânia. A tolerância religiosa e o anticlericalismo foram oficialmente encorajados na Áustria e na Prússia, em contraste com a Espanha ou a França.[16] Inaugurou-se ou expandiu-se a educação pública, e notáveis progressos foram conseguidos nas duas monarquias germânicas, particularmente nos reinos Habsburgo. O recrutamento foi introduzido em toda a parte, com maior êxito na Rússia. No aspecto econômico, o mercantilismo e o protecionismo absolutistas foram perseguidos com vigor. Catarina presidiu à grande expansão da indústria metalúrgica dos Urais e levou a cabo uma grande reforma monetária na Rússia. Tanto Frederico II como José II duplicaram o número de estabelecimentos industriais nos seus reinos; na Áustria, o merçantilismo tradicional foi mesmo atenuado pelas influências mais modernas da fisiocracia, com sua ênfase na produção agrária e nas virtudes do *laissez-faire* doméstico.

Todavia, nenhum desses avanços aparentes alterou realmente o caráter e a posição relativos dos exemplares orientais do absolutismo europeu na época do iluminismo. As estruturas subjacentes a essas monarquias permaneciam arcaicas e retrógradas, mesmo no momento de seu maior prestígio. A Áustria, abalada pela derrota na guerra contra a Prússia, foi o cenário de uma tentativa monárquica de restaurar o poder do Estado através da emancipação do campesinato:[17] as reformas

(16) José II podia declarar, no tom da época: "A tolerância religiosa é um efeito desse benéfico crescimento do saber que agora ilumina a Europa, e que devemos à filosofia e ao esforço de grandes homens; é uma prova convincente do aprimoramento da mentalidade humana, que ousadamente reabriu, através dos domínios de superstição, um caminho que fora trilhado há séculos por Zoroastro e Confúcio, o qual, para a fortuna da humanidade, é agora a estrada dos reis". S. K. Padover, *The Revolutionary Emperor, Joseph II, 1741-1790*, Londres, 1934, p. 206.

(17) O primeiro projeto oficial de abolição das corvéias dos *robots* e de distribuição de terras ao campesinato foi esboçado em 1764 pelo *Hofkriegsrat*, com o objetivo de aprimorar o recrutamento para o exército: W. E. Wright, *Serf, Seigneur and Sovereign — Agrarian Reform in Eighteenth Century Bohemia*, Minneapolis, 1966, p. 56. Em seu conjunto, o programa de José II deve ser sempre considerado no quadro das humilhações militares Habsburgo na Guerra da Sucessão da Áustria e na Guerra dos Sete Anos.

agrárias de José II acabaram, porém, em fracasso inevitável, uma vez que a monarquia se achou isolada da sua nobreza circundante. O absolutismo austríaco foi sempre débil e inferior. O futuro estava com os absolutismos russo e prussiano. A servidão foi preservada por Frederico II e ampliada por Catarina II: os fundamentos senhoriais do absolutismo oriental sobreviveram intatos nas duas potências dominantes da região até o século seguinte. Então, mais uma vez, seria o impacto do ataque militar do Ocidente, que outrora contribuíra para trazer à luz o absolutismo oriental, que poria fim à servidão sobre a qual este se assentara. Agora, o assalto veio de Estados capitalistas e era impossível resistir-lhe. A vitória de Napoleão em Iena levou diretamente à emancipação jurídica do campesinato prussiano, em 1811. A derrota de Alexandre II na Criméia precipitou a emancipação formal dos servos russos, em 1861. Não obstante, em nenhum dos casos estas reformas representariam o fim do próprio absolutismo na Europa oriental. O período de vida de ambos, ao contrário das expectativas lineares, mas em conformidade com a marcha oblíqua da história, não coincidiu: o Estado absolutista no Leste, como veremos, haveria de sobreviver à abolição da servidão.

Prússia

Após analisar os seus determinantes comuns, podemos agora considerar brevemente a evolução divergente das formações sociais específicas do Leste. A Prússia representa o caso europeu clássico de um *desenvolvimento desigual e combinado* que acabaria originando o maior Estado do capitalismo industrializado do continente, a partir de um dos menores e mais atrasados territórios feudais do Báltico. Os problemas teóricos colocados por esta trajetória foram propostos especificamente por Engels, na sua famosa carta a Bloch de 1890, sobre a importância irredutível dos sistemas jurídico, político e cultural na estrutura de toda a determinação histórica: "Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante *em última instância* na história é a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx alirmamos mais do que isso (...). Também o Estado prussiano nasceu e se desenvolveu a partir de causas históricas, em última instância, econômicas. Mas seria difícil defender sem pedantismo que entre os vários pequenos Estados do norte da Alemanha, o Brandenburgo tenha sido especificamente determinado pela necessidade econômica para se tornar a grande potência que personificou as diferenças econômicas, lingüísticas e, depois da Reforma, também religiosas entre o norte e o sul e não, igualmente, por outros elementos (acima de tudo, pelo seu entrelaçamento com a Polônia, devido à posse da Prússia, e, portanto, com as relações políticas internacionais — que, na verdade, foram também decisivas na formação do poder dinástico na

Áustria)".[1] Ao mesmo tempo, parece evidente que as complexas causas da supremacia do Brandenburgo contêm também a resposta ao grande enigma de toda a história da Alemanha moderna — por que razão a unificação nacional da Alemanha, na época da Revolução Industrial, realizou-se, em última análise, soh a égide política do domínio agrário dos *junkers* da Prússia. A ascensão do Estado Hohenzollern, em outras palavras, concentra de uma forma particularmente clara algumas das questões gerais fundamentais sobre a natureza e a função do absolutismo no desenvotvimento político da Europa.

Os seus primórdios não foram particularmente auspiciosos. A casa Hohenzollern foi originalmente transplantada pelo imperador Segismundo, durante a sua luta contra a revolução hussita na Boêmia, do sut da Alemanha — onde fora tradicionalmente uma linhagem aristocrática em forte desacordo com a cidade comerciat de Nuremberg — para o Brandenburgo, no início do século XV. Frederico, o primeiro margrave Hohenzollern do Brandenhurgo, foi feito Eleitor do Império, pelos serviços prestados a Segismundo, em 1415.[2] O margrave que o sucedeu suprimiu a autonomia municipal de Berlim, enquanto os seus sucessores capturaram à Liga Hanseática as outras cidades da Marca, subordinando-as por sua vez. Por volta do início do século XVI, como vimos, não havia no Brandenburgo cidades livres. Todavia, a derrota das cidades assegurou a supremacia da nobreza às custas da dinastia nessa remota zona de fronteira. A aristocracia local aumentou rapidamente os seus domínios, cercando as terras comunais das aldeias, e

(1) Marx e Engels, *Selected Correspondence*, p. 417. Althusser selecionou tal passagem como uma pedra de toque no seu famoso ensaio, "Contradiction et surdétermination" (*Pour Marx*, Paris, 1967), mas limita-se a demonstrar a importância teórica geral das formulações de Engels, sem propor qualquer solução para os problemas históricos reais por elas levantados. A ênfase expressa de Engels no caráter comptexo e sobredeterminado da ascensão prussiana é tanto mais notável quando comparada com os comentários de Marx sobre o mesmo tema. Com efeito, Marx *precisamente* reduz a emergência do Estado Hohenzotlern no Brandenburgo a uma caricatura virtual da necessidade meramente econômica. Em seu artigo de 1856, "Das göttliche Recht der Hohenzollern" (*Werke*, vot. 12, pp. 95-101), ele atribuia a elevação da dinastia simplesmente a uma sórdida série de subornos: "Os Hohenzollern adquiriram o Brandenburgo, a Prússia e o título real através do mero suborno". Em sua correspondência privada com Engels, à mesma época, usa uma fraseologia semelhante: "Pequenos furtos, suborno, compra direta, procedimentos ilícitos para apropriar-se de heranças, etc. — é de tais mesquinharias que é feita a história da Prússia" (*Selected Correspondence*, p. 96). Este materialismo vulgar e extremado é um alerta contra os riscos de tomar como ponto pacífico uma superioridade geral de Marx sobre Engels, especificamente no campo histórico: um exame da perspicácia de ambos revelará talvez, de modo geral, um resultado oposto.

(2) Para o contexto deste gesto, ver Barraclough, *The Origins of Germany*, p. 358.

privou os pequenos camponeses de suas terras, à medida que o cultivo para a exportação se tornava mais lucrativo. Ao mesmo tempo, a classe fundiária abarcava os graus mais altos da justiça, comprava os domínios do Eleitorado e monopolizava os cargos administrativos, enquanto uma série de monarcas incapazes afundavam-se em dívidas crescentes e em impotência. Um enraizado sistema de Estados, sob o domínio da nobreza, vetou o desenvolvimento de um exército permanente e, virtualmente, de qualquer política externa, fazendo do Eleitorado um dos mais nítidos exemplos de um *Ständestaat* descentralizado na Alemanha da Reforma. Assim, após a crise econômica do fim da Idade Média, o Brandenburgo instalou-se numa modesta prosperidade dominial, com um poder monárquico muito débil, na época da revolução dos preços no Ocidente. Beneficiando-se com os lucros do comércio do trigo, mas sem dar mostras de um impulso político mais agressivo, a sociedade *junker* configurou-se por todo o século XVI como uma região atrasada, provinciana e sonolenta.[3] Entretanto, a Prússia oriental tornara-se feudo hereditário de um outro ramo da família Hohenzollern, quando Alberto Hohenzollern feriu a Ordem Teutônica, na pessoa de seu grão-mestre, ao tomar o partido da Reforma em 1525, obtendo de seu suserano polonês o título secular de duque. A dissolução da ordem religiosa-militar dominante, há muito decadente desde que fora derrotada e subjugada pela Polônia no século XV, levou à fusão de seus cavaleiros com os proprietários de terras laicos e daí à criação de uma classe senhorial unificada, pela primeira vez, na Prússia oriental. Uma revolta camponesa contra o novo regime foi prontamente esmagada, e consolidou-se assim uma sociedade muito semelhante à do Brandenburgo. No campo, prosseguiram as expulsões e a servidão compulsória, enquanto os arrendatários livres em breve se viam reduzidos à condição de vilões. Por outro lado, um pequeno estrato de *Cölmer*, outrora pequenos servidores dos cavaleiros teutônicos, conseguiu sobreviver. No século anterior quase todas as cidades com alguma importância tinham sido anexadas pela Polônia, com a exceção de Königsberg — a única cidade relativamente grande e destemida da região. No aspecto constitucional, o poder do príncipe no novo ducado era muito limitado e frágil, embora os próprios territórios ducais fossem extensos. Os Estados da Prússia, na realidade, detinham talvez privilégios mais amplos

(3) Hans Rosenberg, "The Rise of the Junkers in Brandenburg-Prussia 1410-1653", *American Historical Review*, outubro de 1943, pp. 1-22, e janeiro de 1944, pp. 228-42.

do que qualquer outra instituição desse tipo na Alemanha, incluindo nomeações para a administração, poderes judiciais e direitos permanentes de apelar à monarquia polonesa contra os duques.[4] O significado internacional da Prússia oriental era então ainda menor que o do Brandenburgo.

Em 1618, os dois principados — até então politicamente separados — foram reunidos quando o Eleitor do Brandenburgo subiu ao trono da Prússia oriental através de um casamento entre famílias; no entanto, o ducado continuou a ser um feudo da Polônia. Quatro anos antes, uma outra conquista geográfica fora efetuada na Baixa Renânia, quando os dois pequenos territórios de Clèves e da Marca, enclaves ocidentais densamente povoados e urbanizados, foram acrescentados por herança ao patrimônio Hohenzollern. Contudo, as novas aquisições dinásticas do início do século XVII continuaram desprovidas de uma ligação territorial com o Brandenburgo; estrategicamente, as três possessões do Eleitor estavam dispersas e vulneráveis. Pelos padrões alemães, o próprio Eleitorado era ainda um Estado isolado e indigente — merecendo dos contemporâneos o apelido de "caixa de areia do Santo Império Romano". "Nada indicava que o Brandenburgo ou a Prússia desempenhariam um dia um papel relevante nas questões da Alemanha ou da Europa."[5] Foram os vendavais da Guerra dos Trinta Anos e da expansão sueca que arrastaram o Estado Hohenzollern para fora de sua inércia. O Brandenburgo ingressou pela primeira vez no mapa da política internacional quando os exércitos imperiais de Wallenstein marcharam vitoriosos através da Alemanha, rumo ao Báltico. O Eleitor Jorge Guilherme, um luterano hostil à perspectiva de um governante calvinista em Praga alinhara-se politicamente ao imperador Habsburgo Fernando II, quando dos acontecimentos da Boêmia que estiveram na origem do conflito; um papel militar estava além de suas possibilidades, uma vez que, efetivamente, não possuía qualquer exército. Não obstante, o seu indefeso território foi ocupado e pilhado pelas tropas austríacas em 1627, enquanto Wallenstein instalara-se pessoalmente em Mecklenburgo. Nesse ínterim, Gustavo Adolfo conquistara na Prússia oriental Pilau e Memel, as duas fortalezas que defendiam Königsberg, na continuação de sua guerra com a Polônia, e a seguir lançava impostos sobre todo o tráfico marítimo para o ducado. Então, em 1631, o exército expedicionário sueco desembarcava na Pomerânia e

(4) Carsten, *The Origins of Prussia*, pp. 168-9.
(5) *Idem*, p. 174.

invadia o Brandenburgo. Jorge Guilherme, que fugira para a Prússia oriental em desespero de causa, foi forçado por Gustavo Adolfo a mudar de partido e declarar-se contra a causa imperial. Quatro anos mais tarde, desertava para assinar uma paz separada com o imperador. Mas, por todo o período de duração da Guerra dos Trinta Anos, as tropas suecas ficaram acampadas no Eteitorado, que se achava à mercê das suas extorsões fiscais. Os Estados foram naturalmente postos de lado pela potência ocupante. O Brandenburgo despediu-se do longo conflito tão passivamente como nele entrara. De forma paradoxal, porém, ganhou com o Tratado de Vestfália, pois, durante a guerra, a Pomerânia retornara juridicamente à linhagem Hohenzollern, com a morte de seu último duque. A conquista sueca da Pomerânia — a principal base do Báltico para as operações nórdicas no círculo da Baixa Saxônia — impedira esta herança de se efetivar durante a guerra, mas, por insistência dos franceses, o lado mais pobre e oriental da província foi então relutantemente entregue ao Brandenburgo, que obteve também compensações menores ao sul e a oeste do Eleitorado. No plano externo, o Estado Hohenzollern emergiu da Guerra dos Trinta Anos sem grandes créditos políticos ou militares, ainda que territorialmente ampliado pela paz. No plano interno, as suas instituições tradicionais achavam-se profundamente abaladas, mas nenhuma instituição nova aparecera para as substituir.

O novo Eleitor, o jovem Frederico Guilherme I, que fora educado na Holanda, ingressou em seu patrimônio pela primeira vez em condições normais, após a conclusão da paz. A experiência das décadas de ocupação estrangeira deixara duas lições indeléveis: a necessidade urgente de constituir um exército capaz de enfrentar a expansão imperial no Báltico e, em complemento, o exemplo administrativo do sistema coercitivo de coleta de impostos dos suecos, exercido no Brandenburgo e na Prússia oriental, em desafio aos protestos dos Estados locais. A preocupação imediata do Eleitor foi, portanto, assegurar uma base financeira estável para a criação de um aparelho militar permanente de defesa e integração de seus domínios. As forças Vasa não evacuaram de fato a Pomerânia oriental até 1654. Então, em 1652, o Eleitor reuniu um Landtag geral no Brandenburgo, convocando para ele toda a nobreza e todas as cidades da Marca, com o propósito de instituir um novo sistema financeiro que sustentasse o exército real. Seguiu-se uma longa disputa com os Estados, que terminou no ano seguinte com o famoso Recesso de 1653, consagrando os primórdios do pacto social entre o Eleitor e a aristocracia, que haveria de servir de alicerce permanente ao absolutismo prussiano. Os Estados recusaram-se a conceder

impostos regulares, mas votaram um subsídio de meio milhão de táleres por seis anos para a construção de um exército, que seria o núcleo do futuro Estado burocrático. Em contrapartida, o Eleitor decretou que daí para a frente todos os camponeses do Brandenburgo seriam considerados servos *Leibeigene*, salvo prova em contrário; as jurisdições senhoriais foram confirmadas; impediu-se a compra de propriedades da nobreza por parte dos plebeus; e a imunidade fiscal aristocrática foi preservada.[6] Passados dois anos da conclusão desse contrato, a guerra rebentou outra vez no Báltico, com o ataque relâmpago da Suécia à Polônia, em 1655. Frederico Guilherme escolheu o partido sueco neste conflito, e em 1656 o seu recém-criado exército entrou em Varsóvia lado a lado com as tropas de Carlos X. A recuperação militar polonesa, sustentada pela intervenção russa e austriaca, em breve enfraqueceu a posição dos suecos, atacados também à retaguarda pela Dinamarca. Em razão disso, o Brandenburgo mudou habilmente de partido, em troca da renúncia formal da suserania polaca sobre a Prússia oriental. O Tratado de Labiau, em 1657, estabeleceu pela primeira vez a soberania incondicional dos Hohenzollern sobre o ducado. O Eleitor ocupou então rapidamente a Pomerânia ocidental com o recurso a uma força mista de poloneses, austríacos e brandenburgueses. Contudo, o Tratado de Oliva, em 1660, restituiu essa província à Suécia, com a restauração da paz, por insistência dos franceses.

A Guerra do Báltico de 1656-60 alterou, entretanto, de modo abrupto e drástico, o equilíbrio interno de forças no seio das possessões Hohenzollern. No Brandenburgo, na Prússia oriental e em Clèves-Marca, o Eleitor banira todos os favores constitucionais em nome da necessidade militar, cobrando impostos sem o consentimento das assembléias locais e constituindo uma força militar de 22 mil homens, reduzida à metade, mas não dispersada, com a cessação das hostilidades. Tornou-se então possível um confronto mais drástico com o particularismo dos Estados. A Prússia oriental, onde a nobreza se acostumara a recostar-se na suserania polaca para resistir às pretensões Hohenzollern, e onde as cidades exprimiram abertamente o seu descontentamento durante a guerra, foi o primeiro local a experimentar o novo poderio do Eleitorado. Em 1661-63, foi convocada uma longa sessão do Landtag. A recusa dos burgueses de Königsberg em aceitar a plena soberania dinástica no ducado foi rompida pela prisão sumária do cabeça da resistência urbana e instituiu-se um imposto regular para

(6) *Idem*, pp. 185-9.

a manutenção do exército. O Eleitor teve que prometer a convocação trienal dos Estados e a não-decretação de impostos, a partir daí, sem o seu consentimento; mas estas concessões viriam a revelar-se em grande parte formais. Enquanto Isso, em Clèves e na Marca, os Estados foram forçados a aceitar o direito do monarca de al instalar tropas e nomear oficiais à sua vontade.

Em 1672, a Guerra Franco-Holandesa lançou o Estado Hohenzollern — aliado diplomático e cliente financeiro das Províncias Unidas — em novo conflito militar, desta vez em escala européia. Por volta de 1674, o Eleitor era o comandante titular das forças alemãs combinadas em luta contra a França no Palatinado e na Alsácia. No ano seguinte, a Suécia invadiu o Brandenburgo como aliada da França, na ausência do Eleitor. Retornando às pressas à pátria, Frederico Guilherme devolveu o golpe na batalha de Fehrbellin, em 1675, onde pela primeira vez as tropas brandenburguesas bateram os veteranos escandinavos, nas regiões pantanosas a noroeste de Berlim. Por volta de 1678, toda a Pomerânia sueca fora invadida pelo Eleitor. Mas uma vez mais a intervenção francesa roubou-lhe as conquistas: os exércitos Bourbon marcharam sobre Clèves e a Marca e ameaçaram Minden, o posto avançado Hohenzollern no oeste. A França pôde assim ordenar a restituição da Pomerânia ocidental à Suécia, em 1679. Improficua no aspecto geográfico, esta guerra foi contudo proveitosa no plano institucional para a construção de um absolutismo monárquico. A Prússia foi submetida a impostos territoriais e de consumo sem o consentimento de uma assembléia representativa, apesar dos murmúrios de dissidência dos nobres e das sonoras ameaças de revota burguesa. Königsberg foi o centro da resistência: em 1674, um súbito golpe militar apoderou-se da cidade e esmagou definitivamente a sua autonomia municipal. A partir daí, os Estados da Prússia votaram docilmente as grandes contribuições que lhes foram exigidas ao longo de toda a guerra.[7]

A assinatura da paz não trouxe qualquer abrandamento na concentração do poder nas mãos do Eleitor. Em 1680, impôs-se no Brandenburgo um imposto urbano obrigatório, deliberadamente limitado às cidades, com o fim de separar a nobreza dos burgos. Um ano depois, o mesmo separatismo fiscal foi ensaiado na Prússia oriental e, por volta do final do reinado do Eleitor, fora estendido à Pomerânia, Magdeburgo e Minden. Os encargos rurais eram suportados apenas pelos camponeses, no Brandenburgo e em Clèves e na Marca; na Prússia

(7) *Idem*, pp. 219-21.

oriental, a nobreza prestava uma leve contribuição, mas o grosso dos encargos era sustentado pelos seus arrendatários. A divisão administrativa entre cidade e campo criada por esse dualismo fracionou irremediavelmente a oposição social potencial ao absolutismo. Os impostos foram de fato confinados às cidades e aos camponeses, numa proporção de três para dois. A nova carga fiscal foi particularmente danosa para as cidades, pois a imunidade aos impostos de que gozavam as cervejarias e outras empresas nos seus domínios permitia aos proprietários de terra competir impunemente com as manufaturas urbanas. O poderio econômico das cidades do Brandenburgo e da Prússia oriental, já muito abalado pela depressão geral do século XVII, foi, portanto, ainda mais reduzido graças à política do Estado. E logo que o imposto de consumo adquiriu um caráter permanente, as cidades ficaram efetivamente privadas de maior representação no Landtag. Em contraste, a nobreza recebeu um tratamento especial, tanto no aspecto financeiro como no jurídico. Não apenas os seus privilégios tradicionais foram confirmados nas principais províncias orientais como, nos enclaves ocidentais de Clèves e da Marca, o Eleitor chegou a conferir *de novo* jurisdições senhoriais e imunidade fiscal à aristocracia local, que nunca antes as possuíra.[8] O gélido clima econômico do final do século XVII proporcionou à classe fundiária um novo incentivo para se aliar ao edifício político do poder monárquico, então em ascensão nos reinos Hohenzollern: as perspectivas de colocação em seu seio constituíam um convite adicional ao abandono das posições retrógradas ditadas pela tradição.

Com efeito, enquanto o sistema de Estados era aceleradamente demolido, o aparelho burocrático-militar do absolutismo centralizado foi rápida e inexoravelmente edificado. Desde 1604 existia o Conselho Privado para a Marca do Brandenburgo, mas este foi em pouco tempo colonizado pelos nobres locais, tornando-se um organismo paroquial e sem importância, cujas atividades desapareceram virtualmente por completo durante a Guerra dos Trinta Anos. Frederico Guilherme o revitalizou após a Paz de Vestfália, quando ele passou a assumir intermitentemente a direção central dos domínios Hohenzollern, ainda que se mantivesse particularista na sua forma subjacente e primitivo no seu funcionamento administrativo. No entanto, durante a guerra de 1665-1670, foi criado um departamento especializado para a condução dos assuntos militares em todos os territórios da dinastia, o *Generalkriegs-*

(8) *Idem*, pp. 236-9, 246-9.

kommissariat. Com o restabelecimento da paz, tal comissariado viu-se reduzido em suas funções e em seu pessoal, mas não foi abolido: sobreviveu sob o controle formal do Conselho Privado. Até então, a evolução do absolutismo brandenburguês seguira uma via administrativa semelhante à das primeiras monarquias ocidentais. A eclosão da guerra de 1672-78 marcou uma súbita e decisiva virada. Com efeito, o *Generalkriegskommissariat* começou então a comandar quase toda a máquina do Estado. Em 1674, foi formada uma *Generalkriegskasse*, que no espaço de uma década tornou-se o erário central dos Hohenzollern, à medida que a coleta fiscal era cada vez mais confiada aos funcionários do Comissariado. Em 1679, o *Generalkriegskommissariat* passou a ser chefiado por um soldado de carreira, o aristocrata pomerânio Von Grumbkow; alargaram-se as suas fileiras; em seu interior, foi criada uma hierarquia burocrática; e a suas responsabilidades externas foram diversificadas. No curso da década seguinte, organizou a colonização dos refugiados huguenotes e dirigiu uma política de imigração, controlou o sistema das corporações nas cidades, supervisionou o comércio e as manufaturas e lançou as bases dos empreendimentos navais e coloniais do Estado. O *Generalkriegskommissar* tornou-se pessoalmente, na prática, chefe do Estado-Maior, ministro da Guerra e ministro das Finanças. O Conselho Privado viu-se tolhido por este crescimento imenso. A burocracia do Comissariado era recrutada numa base unitária e interprovincial, utilizada como principal arma da dinastia contra o particularismo local e as assembléias renitentes.[9] Todavia, o *Generalkriegskommissariat* nunca foi, em qualquer sentido, uma arma contra a própria aristocracia. Ao contrário, os seus escalões superiores eram preenchidos por nobres de escol, tanto no nível central como no provincial: os plebeus concentravam-se no departamento comparativamente menos importante da coleta dos impostos urbanos.

A função primordial desse aparelho tentacular que era o Comissariado era, evidentemente, assegurar a manutenção e a expansão das forças armadas do Estado Hohenzollern. Com este fim, as receitas gerais foram triplicadas entre 1640 e 1688, uma renda fiscal *per capita* quase duas vezes mais elevada que a da França de Luís XIV, um país muito rico. Quando da ascensão de Frederico Guilherme, o Brandenburgo possuía apenas um exército de 4 mil homens; ao final do reinado daquele a quem os contemporâneos chamavam o "Grande Eleitor", estava de pé um exército permanente de 30 mil soldados bem treinados,

(9) *Idem*, pp. 259-65.

comandados por um corpo de oficiais recrutado na classe *junker* e imbuído de lealdade marcial para com a dinastia.[10] A morte do Grande Eleitor revelou até que ponto a sua obra era sólida. Frederico, o seu fútil e inconseqüente sucessor, comprometeu a casa Hohenzollern na coligação européia contra a França, a partir de 1688. Os contingentes brandenburgueses desobrigaram-se com competência de sua missão nas guerras da Liga de Augsburgo e da Sucessão Espanhola, ao passo que o príncipe reinante recorria a empréstimos externos devido às suas extravagâncias internas e fracassava em assegurar qualquer ganho territorial com a sua política externa. A única realização de destaque desse reinado foi a aquisição pela dinastia do título monárquico de rei da Prússia — concedido por via diplomática em 1701 pelo imperador Carlos VI, em troca de uma aliança oficial Habsburgo-Hohenzollern, e juridicamente garantido pelo fato de a Prússia oriental ficar fora das fronteiras do *Reich*, onde estavam vedadas as monarquias abaixo da dignidade imperial. Não obstante, a monarquia prussiana continuou a ser um Estado pequeno e atrasado empoleirado nas margens do nordeste da Alemanha. A população total dos territórios Hohenzollern não passava de 1 milhão de almas nos últimos anos do reinado do Grande Eleitor — 270 mil no Brandenburgo, 400 mil na Prússia oriental, 150 mil em Clèves-Marca e talvez uns 180 mil nos domínios menores. À morte de Frederico I, em 1713, o reino da Prússia ainda não dispunha de mais de 1 milhão e 600 mil habitantes.

Este modesto legado seria notavelmente engrandecido pelo novo rei, Frederico Guilherme I. O Rei-Sargento votou a sua carreira à edificação do exército prussiano, que duplicou os seus contingentes de 40 para 80 mil homens no reinado de um homem que, simbolicamente, foi o primeiro príncipe europeu a vestir permanentemente o uniforme. A eficácia e o treinamento militares eram as obsessões reais; as obras de intendência e as fábricas de tecidos para o suprimento do exército foram incansavelmente promovidas; foi introduzido o recrutamento; fundou-se uma escola de cadetes para os jovens da nobreza e o serviço de oficiais em exércitos estrangeiros foi rigorosamente proibido; o comissariado da guerra foi reorganizado sob o comando do filho de Von Grumbkow. A utilização das novas tropas foi extremamente prudente: a Pomerânia ocidental foi afinal tomada à Suécia em 1719, quando a Prússia aliou-se à Rússia e à Dinamarca contra Carlos XII nas etapas finais da Grande Guerra do Norte. Por outro lado, o exército era cau-

(10) *Idem*, pp. 266-71.

telosamente secundado por uma diplomacia pacífica. Também a burocracia foi reorganizada e racionalizada. O aparelho de Estado estivera até então dividido entre o "domínio" e o "comissariado", isto é, as agências financeiras privada e pública da monarquia, responsáveis respectivamente pela administração dos domínios reais e pela coleta dos impostos civis. Estas duas divisões fundiram-se agora num único pilar central, com a memorável designação de *General-Ober-Finanz-Kriegs-und-Domänen-Direktorium*, com responsabilidade sobre todos os encargos administrativos, à exceção dos negócios estrangeiros, a justiça e a Igreja. Criou-se um corpo de polícia secreta, ou de "fiscais especiais", para exercer vigilância sobre o serviço público.[11] A economia foi objeto de não menor atenção. Na área rural, fizeram-se investimentos em diques, drenagens e projetos de povoamento, com o recurso a técnicas e profissionais bolandeses. Imigrantes franceses e alemães foram contratados para trabalhar nas manufaturas locais controladas pelo Estado. O mercantilismo real incentivou a indústria têxtil e outros produtos de exportação. Ao mesmo tempo, as despesas da corte foram contidas em um mínimo frugal. O resultado foi que o Rei-Sargento governava, no final de seu reinado, uma receita anual de 7 milhões de taleres e legou a seu sucessor um excedente fiscal de 8 milhões de taleres. Talvez ainda mais importante é o fato de que a população do reino tenha alcançado os 2 milhões e 250 mil habitantes — crescendo quase 40 por cento em menos de três décadas.[12] Em 1740, a Prússia acumulara silenciosamente as precondições sociais e materiais que fariam dela uma grande potência européia sob o comando geral de Frederico II e que, em última instância, a levaram a assegurar a liderança da unificação alemã.

Pode-se assim levantar a questão: qual era a configuração política geral da Alemanha que tornou lógica e possível a futura supremacia da Prússia no seu seio? E, inversamente, quais os traços específicos que distinguiam o absolutismo Hohenzollern dos Estados territoriais rivais no interior do Sacro Império Romano, com condições semelhantes para reivindicar a ascendência germânica no início da época moderna? A princípio, é possível traçar uma simples linha divisória básica

(11) Para uma análise da estrutura e funcionamento do *Generaloberdirektorium*, ver R. A. Dorwart, *The Administrative Reforms of Frederick William I of Prussia*, pp. 170-9. No seio da administração, os "fiscais" não eram assalariados, mas recebiam comissões sobre as multas resultantes das ações iniciadas por suas investigações.

(12) H. Holborn, *A History of Modern Germany 1648-1840*, Londres, 1965, pp. 192-202.

ao longo do *Reich*, separando as suas regiões ocidental e oriental. A Alemanha ocidental estava, em seu conjunto, salpicada de cidades. A partir da Alta Idade Média, a Renânia foi uma das mais florescentes zonas comerciais da Europa, situada ao longo das rotas de comércio que ligavam as duas civilizações urbanas de Flandres e da Itália, e beneficiando-se da mais longa via fluvial natural do continente. No centro e no norte, a Liga Hanseática dominava as economias do Báltico e do mar do Norte, estendendo-se desde a Vestfália até os postos coloniais avançados de Riga e Reval, na Livônia, até Estocolmo e Bergen, na Escandinávia, ao mesmo tempo que detinha posições privilegiadas em Bruges e em Londres. No sudoeste, as cidades da Suábia beneficiavam-se do comércio transalpino e dos excepcionais recursos em minérios de que dispunha o seu território. A importância particular de cada uma dessas cidades nunca foi suficientemente grande para criar cidades-Estados do tipo italiano, com extensas terras de cultivo a elas sujeitas; aquelas que chegaram a dispor de um modesto cinturão agrícola, como Nuremberg, constituíam mais a exceção do que a regra. O seu tamanho era em média consideravelmente menor do que o das cidades da Itália. Por volta de 1500, de cerca de 3 mil cidades alemãs, apenas quinze tinham população superior a 10 mil habitantes e somente duas tinham mais que 30 mil habitantes:[13] Augsburgo, a maior delas, contava 50 mil almas, numa época em que Veneza e Milão contavam mais de 100 mil. Por outro lado, a sua força e vitalidade tinham-lhes assegurado, durante a Idade Média, a posição de cidades livres imperiais, sujeitas apenas à suserania nominal do imperador (havia, deste tipo, 85 cidades), e tinham dado mostras de uma capacidade política para a ação coletiva à escala regional que alarmara os príncipes territoriais do império. Em 1254, as cidades renanas formaram uma liga militar defensiva; em 1358, as cidades hanseáticas concluíram a sua federação econômica; em 1376, as cidades suábias criaram uma associação armada contra o conde de Wittenberg. A Bula de Ouro de meados do século XIV proibiu oficialmente as ligas urbanas, mas isto não impediu as cidades renanas e suábias de assinarem um pacto de união da Alemanha meridional em 1381, que acabou por ser esmagado por um exército dos príncipes sete anos mais tarde, durante a escuridão da última depressão feudal e a concomitante anarquia no seio do *Reich*. Não obstante, o crescimento econômico das cidades teu-

(13) H. Holborn, *A History of Modern Germany. The Reformation*, Londres, 1965, p. 38.

tônicas foi rapidamente retomado na segunda metade do século XV e atingiu o seu apogeu no período entre 1480 e 1530, quando a Alemanha converteu-se numa espécie de centro diversificado do comércio europeu. A Liga Hanseática foi essencialmente uma associação comercial que não possuía muitas empresas manufatureiras nas cidades propriamente ditas: os seus lucros eram provenientes dos entrepostos comerciais de cereais e do controle da pesca do arenque, somados às transações financeiras internacionais. A Renânia, com as cidades mais antigas da Alemanha, contava indústrias tradicionais de linho, lã e metais, além do controle das vias comerciais entre Flandres e a Lombardia. A prosperidade das cidades suábias era mais recente, mas a mais florescente de todas: as indústrias têxteis, a mineração e a metalurgia conferiam-lhes uma avançada base produtiva, à qual se acrescentavam as fortunas financeiras dos Fuggers e dos Welsers, na época de Carlos V. Na virada do século XVI, as cidades do sul da Alemanha superavam as suas parceiras italianas pelo menos quanto à capacidade tecnológica e ao progresso industrial. Elas foram as pontas de lança do primeiro avanço popular da Reforma.

Contudo, a expansão da economia urbana na Alemanha declinou subitamente em meados do século. A adversidade adquiriu vários aspectos inter-relacionados. De início, verificou-se uma lenta inversão da relação entre os preços agrícolas e industriais, à medida que a demanda ultrapassava a oferta de gêneros alimentícios e os preços dos cereais elevavam-se rapidamente. A ausência de uma integração estrutural começou a tornar-se cada vez mais evidente na própria rede comercial da Alemanha. Os extremos setentrional e meridional do longo arco de cidades que ia do mar do Norte até os Alpes nunca estiveram propriamente ligados num sistema articulado.[14] A Liga Hanseática e as cidades renanas-suábias sempre constituíram setores mercantis separados, com zonas de influência e mercados distintos. O comércio marítimo propriamente dito, o trunfo mais importante de todo o comércio medieval, confinava-se à Hansa, que outrora dominara os mares da Inglaterra à Rússia. Mas, a partir de meados do século XV, as frotas mais competitivas da Holanda e da Zelândia — melhor concebidas e equipadas — romperam a tenaz monopolística dos portos hanseáticos nas águas do Norte. As frotas holandesas de pesca apossaram-se dos

(14) Os marxistas enfatizaram muitas vezes este ponto: ver *inter alia* o representativo ensaio de Lukács, "Uber einige Eigentümlichkeiten Entwicklung Deutschland", *Die Zerstörung der Vernunft*, Neuwied/Berlim, 1962, p. 38.

pesqueiros de arenque, que migravam da costa do Báltico para a da Noruega, enquanto os cargueiros da Holanda atravessaram o comércio de cereais de Dantzig. Por volta de 1500, os navios batavos que cruzavam o estreito do Sund suplantavam os alemães na proporção de cinco para quatro. A prosperidade hanseática atingira, portanto, o apogeu durante o período da máxima expansão comercial da Alemanha em seu conjunto. A Liga ainda continuava rica e poderosa: na década de 1520, como vimos, Lübeck servira de meio para a instalação de Gustavo Vasa, na Suécia, e a derrubada de Cristiano II, na Dinamarca. O grande aumento absoluto do tráfego do Báltico durante o século XVI compensou em certa medida o precipitado declínio da parte que al lhe cabia. Mas a Liga perdeu as suas posições vantajosas em Flandres, foi privada de seus privilégios na Inglaterra (1556) e, por volta do fim do século, estava reduzida a apenas um quarto do volume da navegação holandesa através do Sund.[15] Cada vez mais dividida entre as suas alas vestfalianas e vêneda, era uma força exaurida. Enquanto isso, as cidades renanas eram também vítimas, de um modo diferente, do dinamismo holandês. Com efeito, a Revolta dos Países Baixos levara ao fechamento do rio Escalda, em 1585, depois da conquista espanhola da Antuérpia — o término tradicional do tráfego rio abaixo —, e daí resultara um estreito controle dos próprios estuários do Reno pelas Províncias Unidas. Assim, a grande expansão do poderio naval e manufatureiro dos Países Baixos, no final do século XVI e início do século XVII, comprimiu ou asfixiou gradualmente a economia renana situada rio acima, desde que o capital holandês dominava as suas saídas para o mar. As cidades mais antigas da Renânia tendiam, por conseguinte, a retirar-se a um conservantismo rotineiro, com o seu arcaico sistema corporativo sufocando qualquer adaptação às novas circunstâncias: Colônia, a mais ilustre, foi uma das poucas grandes cidades alemãs a manter-se como um bastião do catolicismo tradicional ao longo de todo o século. As novas indústrias da região tendiam a estabelecer-se em localidades menores e rurais, livres de restrições corporativas.

Por sua vez, as cidades do sudoeste dispunham de uma base manufatureira mais sólida e o seu bem-estar durou mais tempo. Mas, com a enorme expansão do comércio marítimo internacional, a partir da época dos descobrimentos, a sua posição interior tornou-se um importante obstáculo econômico, ao passo que a utilização do Danúbio como compensação estava bloqueada pelos turcos. As espetaculares opera-

(15) H. Holborn, *A History of Modern Germany. The Reformation*, pp. 51-2.

ções das casas bancárias de Augsburgo no sistema imperial habsburguês, ao financiar Carlos V e Filipe II em sucessivas aventuras militares, acarretaram as suas próprias punições. Os Fuggers e os Welsers finalmente se arruinaram devido a seus empréstimos à dinastia. Paradoxalmente, as cidades italianas — cujo declínio relativo tivera início mais cedo — terminaram o século XVI numa situação de maior prosperidade do que a das cidades alemãs, cujo futuro parecia melhor assegurado à época do saque de Roma por um exército de *Landsknechten*. A economia mediterrânea resistira aos efeitos da ascensão do comércio do Atlântico por um tempo mais longo que a da enclausurada Suábia. Naturalmente, o refluxo dos centros urbanos na Alemanha desta época não foi uniforme. Algumas cidades — notadamente Hamburgo, Frankfurt e, em menor grau, Leipzig — fizeram rápidos progressos e atingiram grande importância econômica no período 1500-1600. Pelos padrões da época, a Alemanha ocidental continuava a ser, no início do século XVII, uma região de modo geral rica e urbanizada, embora já não registrasse um crescimento substancial. A relativa densidade urbana demarcava assim um complexo padrão político, semelhante ao do norte da Itália. Pois também aí, precisamente em razão do poderio e da pluralidade das cidades mercantis, não havia espaço para a expansão do absolutismo aristocrático. O ambiente social de toda a região era avesso aos grandes Estados monárquicos, e não apareceu nenhum príncipe com poder territorial de importância. Faltava a nobreza dominante necessária à sua construção. Ao mesmo tempo, porém, as próprias cidades da Renânia e da Suábia, embora numerosas, eram mais fracas que as da Toscana ou da Lombardia. Elas, via de regra, nunca possuíram um *contado* rural do tipo italiano durante o período medieval, e na época moderna mostraram-se incapazes de evoluir para cidades-Estados propriamente ditas, comparáveis às senhorias de Milão ou Florença ou às oligarquias de Veneza e de Gênova.[16] A relação política entre a classe senhorial e as cidades era, portanto, bastante diversa na Alemanha ocidental. Em vez de um mapa simplificado de uns poucos Estados urbanos de média dimensão governados por aventureiros ou

(16) São contundentes os comentários de Brecht sobre a mentalidade cívica das cidades livres da Alemanha em geral, e da sua Augsburgo natal, em particular, como nos relata Benjamin: *Understanding Brecht*, Londres, 1973, p. 119. Constituem um curioso contraponto às desiludidas reflexões de Gramsci sobre as cidades italianas da mesma época. Com efeito, Brecht admirava as cidades italianas da Renascença, ao passo que Gramsci louvava a Reforma urbana na Alemanha: cada qual procurava a virtude histórica no vício nacional do outro.

patrícios neo-aristocratas, havia uma multiplicidade de pequenas cidades livres em meio a um labirinto de diminutos principados.

Os pequenos Estados territoriais da Alemanha ocidental distinguiam-se, em particular, por um notável contingente de principados eclesiásticos. Dos quatro eleitores ocidentais do Império, três eram arcebispados — Colônia, Mogúncia e Treviso. Estes curiosos fósseis políticos datavam do início da época feudal, quando os imperadores saxões e suábios tinham usado o aparelho eclesiástico como um de seus principais instrumentos de dominação regional. Enquanto na Itália o domínio episcopal cedo fora derrubado nas cidades do norte, onde o principal perigo que ameaçava as comunas eram os desígnios políticos de sucessivos imperadores e o principal aliado delas contra estes era o papado, na Alemanha, pelo contrário, os imperadores tinham em geral patrocinado tanto a autonomia urbana como a autoridade episcopal, contra as pretensões dos barões e príncipes seculares em conluio com as intrigas papais. Em conseqüência, tanto os pequenos Estados eclesiásticos como as cidades livres conseguiram sobreviver até o início da época moderna. No campo, a propriedade agrária tomou por toda a parte a forma da *Grundherrschaft*, na qual os arrendatários camponeses livres pagavam tributos em espécie ou em gêneros pela posse da terra a senhores feudais que, com freqüência, eram proprietários absenteístas. No sudoeste da Alemanha, um grande número de nobres menores resistiu com êxito à absorção por principados territoriais, mediante a aquisição do estatuto de "cavaleiros imperiais", com dever de vassalagem direta ao próprio imperador, no lugar da homenagem ao senhor local. Por volta do século XVI, havia cerca de 2.500 desses *Reichsritter*, cujas possessões territoriais não ultrapassavam no total mais de 65 mil hectares. Muitos deles, é certo, tornaram-se mercenários empedernidos e sem escrúpulos, mas muitas outras famílias integraram-se nos peculiares complexos político-eclesiásticos disseminados por toda a Alemanha ocidental, ocupando neles cargos e prebendas[17] — duas formas sociais anacrônicas que se perpetuavam mutuamente. Neste panorama confuso, não havia lugar para o desenvolvimento de um Estado absolutista sólido ou convencional, mesmo numa escala regional. Os dois principados seculares mais importantes no oeste eram o Palatinado do Reno e o ducado de Württemberg. Ambos continham muitos cavaleiros imperiais e pequenas cidades, mas não uma nobreza territorial importante. Württemberg, com os seus 400 a 500 mil habi-

(17) Holborn, *A History of Modern Germany. The Reformation*, pp. 31, 38.

tantes, nunca jogou um papel significativo no conjunto da política alemã, ou pareceu poder fazê-lo. O Palatinado, que fornecia os quatro eleitores ocidentais do império e controlava os tributos do médio Reno, era um Estado mais rico e considerável, cujos governantes adquiriram uma autoridade absolutista relativamente precoce, no século XVI.[18] Mas a sua única tentativa de expansão importante — a fatal pretensão de Frederico a Boêmia, no início do século XVII, que detonou a Guerra dos Trinta Anos — condenou-o ao desastre: poucas áreas da Alemanha foram tão fustigadas pelos exércitos contendores no conflito militar europeu que se seguiu. O final do século XVII e o início do século XVIII trouxeram poucos intervalos para a recuperação. Tanto o Palatinado como Württemberg estiveram na linha de frente das guerras de Luís XIV, de 1672 a 1714, e foram selvagemente devastados não só pelas tropas francesas como pelos soldados do império. A vulnerabilidade estratégica desses dois principados ocidentais somava-se às suas limitações territoriais. Por volta de meados do século XVIII, constitulam meramente o dinheiro miúdo da diplomacia internacional, sem peso político dentro da própria Alemanha.

Assim, o terreno histórico representado pela Alemanha ocidental mostrou-se incompatível com a emergência de qualquer absolutismo importante. A mesma necessidade histórica que determinou a sua ausência no Oeste assegurou que todas as experiências significativas de construção de um Estado absolutista, que demonstraram uma possibilidade real de estabelecimento de uma hegemonia definitiva no seio do império, viessem do Leste. Excluindo de momento os territórios Habsburgo na Áustria e na Boêmia, que serão considerados mais tarde, as chances futuras de uma unidade germânica assentavam basicamente nos três Estados orientais que formavam uma fileira do Tirol ao Báltico — Baviera, Saxônia e Brandenburgo. A partir do século XVI, eram estes os únicos verdadeiros candidatos à liderança de uma Alemanha unificada, à parte a Casa da Áustria. Com efeito, foi apenas no leste mais atrasado, e de colonização mais recente, onde as cidades eram mais fracas e em muito menor número, que uma forte máquina absolutista — livre das amarras da proliferação urbana e apoiada numa poderosa nobreza — pôde se desenvolver. Para compreendermos por que foi o mais setentrional destes Estados que assumiu a ascendência final na Alemanha, é necessário examinar a estrutura interna de cada um deles. A Baviera era de longe o mais antigo, peça importante do império carolíngio e um dos grandes ducados de estirpe do século X. No final do século XII, a Casa Wittelsbach tornou-se senhora da Baviera. Daí para a frente nenhuma outra linhagem viria a suplantá-la: a dinastia Wittelbach viria a conseguir o mais longo recorde, jamais superado, de domínio sobre a sua região hereditária, em relação a qualquer outra família reinante na Europa (1180-1918). As suas possessões foram freqüentemente subdivididas durante a Idade Média, mas em 1505 foram reunificadas outra vez por Alberto IV num único e poderoso ducado, cerca de três vezes mais extenso que a Marca do Brandenburgo. Durante os levantes religiosos do século XVI optaram sem hesitação pela causa católica e fizeram do seu reino o mais sólido baluarte da Contra-Reforma na Alemanha. A sua enérgica supressão do luteranismo foi acompanhada pela firme insubordinação dos Estados locais, principal foco de resistência protestante no ducado. Consumou-se o controle dinástico sobre o arcebispado de Colônia, que manteve-se como uma importante conexão familiar com a Renânia por quase dois séculos, após 1583. Os governantes Wittelsbach responsáveis por este programa político e religioso introduziram também os primeiros complementos burocráticos do absolutismo na Baviera: uma Câmara de Finanças, um Conselho Privado e um Conselho de Guerra moldados segundo a linha austríaca, todos fundados na década de 1580.

As influências administrativas provenientes da Áustria não significam, porém, que a Baviera fosse em qualquer sentido um satélite Habsburgo nessa época. Na realidade, a Contra-Reforma na Baviera foi muito mais avançada que a austríaca e forneceu tanto o exemplo como os agentes da recatolicização dos territórios Habsburgo: o futuro imperador Fernando II foi, ele próprio, um produto da educação jesuíta em Ingolstadt, numa época em que o protestantismo era ainda a fé dominante das classes fundiárias na Boêmia e na Áustria. Em 1597, Maximiliano I ascendeu ao título ducal e em breve mostrou-se o mais resoluto e capaz dos governantes da Alemanha. Convocando um Landtag submisso apenas duas vezes antes da Guerra dos Trinta Anos, concentrou todos os poderes judiciais, financeiros, políticos e diplomáticos em sua pessoa, duplicou os impostos e acumulou 2 milhões de florins de reserva para uma caixa de guerra. Assim, quando eclodiu a Guerra dos Trinta Anos, a Baviera era o líder natural dos Estados católicos da Alemanha contra a ameaça de uma tomada do poder pelos calvinistas na Boêmia. Maximiliano I recrutou e equipou um exército de 24 mil homens para a Liga Católica, que viria a desempenhar um papel vital na vitória da Montanha Branca em 1620, para, no ano seguinte, atacar

(18) Para as condições sociais em Württemberg e no Palatinado, ver F. L. Carsten, *Princes and Parliaments in Germany*, Oxford, 1959, pp. 2-4, 341-7.

e conquistar o Palatinado. Ao longo das profongadas vicissitudes do conflito militar subseqüente, o duque fançou pesados impostos sobre o seu reino, com completo descaso pefos protestos do comitê dos Estados diante do custo de seus esforços de guerra: em 1648, a Baviera tinha pago nada menos que 70 por cento das despesas totais em que haviam incorrido os exércitos da Liga Católica durante a Guerra dos Trinta Anos, a qual entrementes devastara a economia local e dizimara a população, levando o ducado a uma profunda depressão.[19] Não obstante, Maximiliano emergiu da Paz da Vestfália como o mais poderoso monarca da Alemanha, praticando um absolutismo mais desinibido e inflexível que o de Frederico Guilherme no Brandenburgo, depois dele. A Baviera fora ampliada pela anexação do Alto Palatinado e adquirira a dignidade de Eleitorado. Parecia o mais forte Estado etnicamente alemão do império.

O futuro, porém, iria desmentir tais aparências. O absolutismo bávaro consumara-se precocemente, mas assentava em bases muito limitadas e inelásticas. A estrutura social do ducado, efetivamente, não permitiria uma grande expansão posterior cortando pela raiz qualquer pretensão do Estado Wittelsbach a um papel pan-alemão de destaque. A formação social bávara, ao contrário da de Württemberg ou do Palatinado, não continha muitas cidades livres ou cavaleiros imperiais. Muito menos urbanizada que estes principados ocidentais, as suas cidades eram quase todas de exiguas dimensões: Munique, a capital, tinha apenas 12 mil habitantes em 1500 e menos que 14 mif em 1700. A aristocracia local constituía-se de proprietários de terra tradicionais, que deviam vassalagem direta à autoridade ducal. Foi naturalmente esta configuração social que tornou possível o rápido surgimento de um Estado absolutista na Baviera, e a sua posterior estabilidade e longevidade. Por outro lado, a natureza da sociedade rural bávara não era propícia a qualquer expansão dinâmica de seu reino. Pois, se a nobreza era numerosa, os seus domínios eram limitados e dispersos. O campesinato por ela controlado formava um estrato de arrendatários livres que pagavam aos seus senhores tributos relativamente leves: as prestações de serviço nunca adquiriram uma importância real, chegando a um máximo de quatro a seis dias por ano, no século XVI. Tampouco a nobreza gozava da jurisdição superior sobre a sua força de trabalho. Os domínios aristocráticos estavam mal consolidados, em parte talvez devido à falta de escoadouros para a exportação de cereais, em razão do

(19) *Idem*, pp. 392-406.

posicionamento geográfico da Baviera, internada na grande massa continental da Europa central, sem vias fluviais que a ligassem ao mar. O traço mais notável da agricultura *Grundherrschaft* no sudeste da Alemanha era a predominância econômica da fgreja, que possuía nada menos que 56 por cento de toda a terra cultivada em meados do século XVIII, em comparação com os meros 24 por cento controlados pela aristocracia e os 13 por cento da dinastia.[20] A relativa fraqueza da classe nobre que este padrão de propriedade revela refletia-se na sua posição jurídica. Não conseguiu plena imunidade fiscal, embora pagasse impostos naturalmente muito menos elevados que os outros estados; e os seus esforços para impedir a aquisição de suas terras por não-nobres, oficialmente corporificados na lei que proibia tais vendas, aprovada no último Landtag do século XVfl, foram efetivamente sabotados por operações dissimuladas do clero no mercado de terras. Além disso, a aguda falta de mão-de-obra devido ao despovoamento causado pela Guerra dos Trinta Anos redundou em desvantagem da aristocracia bávara, dada a sua primitiva carência de superioridade jurídica sobre as aldeias. fsso significava que, na prática, o campesinato estava em condições de barganhar com sucesso a mitigação dos tributos e a melhoria dos contratos de cultivo, enquanto muitas propriedades nobres eram hipotecadas. Este panorama social impôs estreitos limites políticos ao potencial do absolutismo bávaro, que em breve mostraram-se evidentes. O mesmo esquema — "pequenos domínios nobres, pequenas cidades e pequenos camponeses"[21] — que oferecera pouca resistência ao surgimento de um absolutismo ducal, infundiu-lhe também um ímpeto modesto.

O ducado chegou ao final da Guerra dos Trinta Anos com uma população equivalente à controlada pelo Eleitor Hohenzollern no norte — cerca de 1 milhão de súditos. O sucessor de Maximiliano f, Fernando Maria, fortaleceu o aparelho civil do governo Wittelsbach, estabelecendo a supremacia do Conselho Privado e utilizando o polivalente *Rentmeister* como o principal funcionário da gestão administrativa local; o último Landtag foi dissolvido em 1669, embora sobrevivesse ainda um "comitê permanente" de pouca eficácia, durante o século seguinte. Mas enquanto o Grande Eleitor edificava rapidamente um exército permanente no Brandenburgo, as tropas bávaras eram dispensadas depois de Vestfália. Só em 1679, o novo duque Max Emmanuel

(20) *Idem*, pp. 350-2.
(21) *Idem*, p. 352.

reconstituiria uma força militar Wittelsbach. Mas, mesmo então, esta nunca foi capaz de atrair o conjunto da nobreza bávara ao seu serviço: os aristocratas locais formavam uma pequena minoria do corpo de oficiais num exército que, de qualquer modo, continuava a ser muito modesto (cerca de 14 mil homens em meados do século XVIII). Max Emmanuel, um ambicioso e despreocupado general que conquistara sua fama na luta contra os turcos em auxílio a Viena, tornou-se regente dos Países Baixos espanbóis, por casamento, em 1672, e candidato ao próprio trono da Espanha na virada do século XVIII. Jogando as paradas mais altas, compartilhou a sorte com Luís XIV em 1702, quando da eclosão da Guerra da Sucessão Espanhola. A aliança franco-bávara em breve dominava o terreno no sul da Alemanha, ameaçando a própria Viena, mas Bleinheim logo desfez as duas perspectivas de vitória na Europa central. A Baviera foi ocupada por tropas turcas até o final do conflito, enquanto Max Emmanuel — destituído de seus títulos e exilado do império — fugia para a Bélgica. A tentativa de usar o poderio da França para estabelecer a supremacia Wittelsbach na Alemanha resultara em desastroso fracasso. À época da Paz de Utrecht, o duque tinha tão pouca confiança no futuro de seu patrimônio bávaro que propôs à Áustria trocá-lo pelo sul dos Países Baixos — plano vetado pela Inglaterra e pela França, e que reapareceria outra vez mais tarde. A dinastia retornou a uma terra devastada por uma década de pilhagem e destruição. A Baviera do pós-guerra afundou num estado semiletárgico de introversão e corrupção. As extravagâncias da corte em Munique absorviam uma porcentagem do orçamento muito mais elevada do que em qualquer outro Estado da Alemanha da época. As dívidas do Estado aumentavam rapidamente, à medida que os arrecadadores de impostos dissipavam a receita pública, a população rural continuava obcecada pela superstição religiosa e os nobres mais inclinados às prebendas eclesiásticas do que às obrigações militares.[22] A extensão do ducado e a preservação de um pequeno exército asseguravam ainda à Baviera a importância diplomática no seio do império. Mas, por volta de 1740, já não era um candidato convincente à liderança política da Alemanha.

A Saxônia, o reino vizinho ao norte, representava uma versão algo diferente do desenvolvimento absolutista da cadeia oriental de Estados germânicos. A casa reinante local, a dinastia Wettin, adquirira originalmente o Ducado e o Eleitorado da Saxônia em 1425, poucos

(22) Holborn, *A History of Modern Germany 1648-1840*, pp. 292-3.

anos depois de a linhagem Hohenzollern ter obtido a Marca do Brandenburgo, e de modo bastante similar — como concessão do imperador Segismundo, em troca dos serviços militares prestados nas guerras contra os hussitas, nas quais Frederico de Meissen, o primeiro eleitor Wettin, fora um de seus principais lugares-tenentes. Partilhadas em 1485 entre os ramos ernestino e albertino da família, com capitais respectivamente em Wittenberg e em Dresden-Leipzig, as terras saxônias, permaneceram, não obstante, como a região mais rica e avançada da Alemanha oriental. Deviam a sua proeminência às ricas minas de prata e de estanho das montanhas e às indústrias têxteis que se desenvolveram nas cidades. A encruzilhada comercial de Leipzig, como vimos, fora uma das poucas cidades alemãs a crescer ininterruptamente durante o século XVI. O grau relativamente elevado de urbanização da Saxônia, em contraste com a Baviera e o Brandenburgo, e os privilégios dos príncipes locais na indústria de mineração originaram um modelo político e social distinto do de seus vizinhos meridionais e setentrionais. Não existiu aí uma reação senhorial comparável à da Prússia no final da época medieval ou início da era moderna: o poder da nobreza saxônia não era suficientemente grande para reduzir os camponeses à servidão, dada a importância das cidades na formação social. Os domínios senhoriais eram mais extensos que na Baviera, em parte porque as terras clericais eram muito mais insignificantes. Mas a tendência básica no campo era no sentido do cultivo por arrendatários livres, com a comutação das prestações de serviços em rendas em dinheiro — em outras palavras, o sistema mais brando do *Grundherrschaft*. A aristocracia não atingiu a imunidade fiscal plena (as suas propriedades alodiais estavam sujeitas a impostos) e não foi capaz de assegurar o impedimento legal à venda da propriedade nobre aos plebeus. Todavia, estava bem representada no sistema de Estados, que se tornaram cada vez mais estáveis e influentes ao longo do século XVI. Por outro lado, as cidades também estavam vigorosamente representadas no Landtag, embora tivessem que suportar o impacto do imposto sobre o álcool que constituía a fonte principal das receitas monárquicas, com vantagem para a nobreza; os representantes urbanos também estavam excluídos do *Obersteuercollegium*, que a partir de 1570 administrava o fisco no Eleitorado.

Em tal contexto econômico, a dinastia Wettin conseguiu amealbar força e riqueza, sem um ataque direto aos Estados ou o desenvolvimento considerável do governo burocrático. Nunca renunciou às altas prerrogativas judiciais e controlava uma vultosa receita independente com origem nos seus direitos sobre a mineração — que supriam cerca

de dois terços da receita do erário albertino na década de 1530, enquanto a prosperidade da região permitiu desde o início a cobrança de impostos de consumo lucrativos e toleráveis.[23] Não admira assim que a Saxônia tenha-se tornado o primeiro Estado monárquico a dominar a arena política alemã, na época da Reforma. O eleitorado ernestino foi o berço religioso do luteranismo a partir de 1517, mas foi o ducado albertino, que não se passara para o campo protestante até 1539, que dominou o centro do cenário político no complexo drama que se seguiu à eclosão da Reforma na Alemanha. Com efeito, Maurício da Saxônia, que sucedeu ao duque em 1541, superou rapidamente todos os príncipes rivais e o próprio imperador na busca de superioridade dinástica e de engrandecimento territorial. Ao juntar-se ao ataque imperial de Carlos V à Liga de Esmalcalda, ele participou do aniquilamento dos exércitos protestantes em Mühlberg, adquirindo assim o grosso dos territórios ernestinos e o título de Eleitor. Ao orquestrar o ataque franco-luterano a Carlos V, cinco anos depois, destruiu a chance dos Habsburgos de reconverter a Alemanha e confirmou a unificação da Saxônia sob o seu domínio. À data de sua morte, o novo Estado saxônio era o mais poderoso e próspero principado da Alemanha. Seguiram-se cinqüenta anos de crescimento pacífico, durante os quais os Estados foram regularmente convocados e os impostos subiram rapidamente no Eleitorado.

A eclosão da Guerra dos Trinta Anos, contudo, apanhou a Saxônia despreparada, no aspecto militar como no diplomático, no início do século XVII. Enquanto a Baviera desempenhava o papel principal entre os Estados alemães durante o conflito, a Saxônia viu-se reduzida a uma fraqueza hesitante muito similar à do Brandenburgo. Os eleitores Wettin e Hohenzollern, embora protestantes, alinharam-se com o campo imperial Habsburgo nos estágios iniciais da guerra; depois, ambos foram ocupados e devastados pela Suécia, e impelidos para o bloco anti-Habsburgo; enfim, ambos se insurgiram, buscando a paz separada com o imperador. Pelo Tratado de Vestfália, a Saxônia adquiriu a Lusácia, e seus príncipes um imposto de guerra regular que foi utilizado para criar um modesto exército permanente. A riqueza do país permitiu-lhe recuperar-se relativamente depressa dos efeitos da Guerra dos Trinta Anos. Os impostos diretos cresceram de cinco a seis vezes entre 1660 a 1690. O aparelho militar do Estado Wettin aumentara os seus efetivos para cerca de 20 mil homens, por volta do fim do século,

(23) Carsten, *Princes and Parliaments in Germany*, pp. 191-6, 201-4.

quando levou a cabo com competência, ao lado de análogos contingentes bávaros, a luta contra os turcos para a libertação de Viena. Em 1700, a Saxônia tinha ainda uma margem de vantagem sobre o Brandenburgo como potência alemã oriental. O seu exército era um pouco menor e o seu sistema de Estados ainda não fora subjugado. No entanto, possuía uma população duas vezes maior, uma indústria bem mais desenvolvida e um tesouro proporcionalmente mais rico. O início do século XVIII testemunhou, de fato, a maior tentativa saxônia pela supremacia política no seio do sistema estatal alemão. Com efeito, em 1697, o eleitor Frederico Augusto I abraçou o catolicismo a fim de conseguir o apoio da Áustria à sua candidatura à monarquia da Polônia. Tal manobra foi coroada de êxito. O Eleitor tornou-se o primeiro governante alemão a obter um título real, como Augusto II, e ganhou o direito político de retenção sobre a vizinha Polônia, separada da Saxônia apenas pela estreita faixa da Silésia. Ao mesmo tempo, um imposto geral sobre as vendas foi lançado com êxito na Saxônia, contra a resistência dos Estados: de forma significativa, porém, o imposto saxônio, ao contrário do brandenburguês, estendeu-se das cidades aos campos, em detrimento da nobreza.[24] O exército foi então ampliado para 30 mil homens, aproximando-se de seu correlato do Brandenburgo.

Não obstante, a União Saxo-Polaca consumou-se no mesmo instante em que a última grande investida do imperialismo sueco veio despedaçá-la. Carlos XII marchou sobre a Polônia, expulsou do país Augusto II e depois, em 1706, invadiu a própria Saxônia, esmagando o exército Wettin e impondo ao ducado uma implacável ocupação. A vitória da Rússia sobre a Suécia na Ucrânia acabou por restaurar internacionalmente a posição da Saxônia, no final da Grande Guerra do Norte. A dignidade real polonesa foi restituída a Augusto II; o exército foi reerguido na década de 1730; os Estados foram crescentemente desprezados. Mas a imagem exterior do Estado Wettin, ostentado na barroca elegância de sua capital em Dresden, não mais correspondia a sua força interna. A associação com a Polônia era um engodo decorativo, que trouxe mais despesas que ganhos, devido ao caráter fictício da monarquia *szlachta*: a investidura saxônia fora aceita precisamente porque a Rússia e a Áustria calculavam que a casa Wettin era demasiado frágil para se tornar um rival perigoso. A guerra que ela ocasionara acarretou grandes danos à economia do ducado. Além disso, ao contrário do Rei-Sargento em Berlim, Augusto II fazia-se notar pela extra-

(24) *Idem*, pp. 245-6.

vagância de sua corte, ao lado de suas ambições militares. Esses encargos combinados enfraqueceram criticamente a Saxônia nos mesmos anos em que a Prússia acumulava recursos para a luta que se aproximava no seio da Alemanha. A população da Saxônia, 2 milhões de habitantes em 1700, caíra para 1 milhão e 700 mil na década de 1720, ao passo que a da Prússia crescera de cerca de 1 milhão, em 1688, para 2 milhões e 250 mil, em 1740: os valores demográficos de cada uma tinham se invertido.[25] A nobreza saxônia mostrara pouco ardor pelas aventuras externas do Eleitor, e perdia terreno no plano interno, à medida que avançava o século, com a venda de terras aos burgueses. Os Estados sobreviveram, em parte devido às distrações polonesas da dinastia, e em seu interior a importância das cidades de certo modo aumentou. A máquina burocrática do Estado permaneceu inexpressiva, menos desenvolvida que a da Baviera. Na ausência de uma disciplina contábil, as finanças monárquicas viram-se inundadas por dívidas. Em decorrência, o absolutismo saxônio, a despeito de seus primórdios promissores e da propensão autocrática dos sucessivos governantes Wettin, nunca conseguiu real firmeza ou coerência: a formação social era demasiado fluida e heterogênea.

É agora possível examinar por que o Brandenburgo seria tão singularmente destinado para o predomínio na Alemanha. Houve uma progressiva eliminação das alternativas. Em toda a Europa, o Estado absolutista foi fundamentalmente um aparelho político da dominação aristocrática: o poder social da nobreza era o motor central de sua existência. No seio da fragmentada arena do *Reich* pós-medieval, somente aquelas regiões que possuíam uma classe fundiária economicamente forte e estável tinham possibilidade de alcançar uma liderança diplomática e militar na Alemanha: somente elas poderiam gerar um absolutismo capaz de rivalizar com as grandes monarquias européias. Desse modo, a Alemanha ocidental estava de início afastada, dada a densidade de sua civilização urbana. A Baviera não possuía cidades de grande importância e desenvolveu um absolutismo precoce sob o signo da Contra-Reforma. Mas a sua nobreza era demasiado fraca, o clero excessivamente privilegiado e o campesinato gozava de suficiente liberdade para que fosse possível fundar um principado dinâmico. A Saxônia tinha uma aristocracia mais ampla, mas as suas cidades eram também muito fortes e o campesinato não mais servil. Por volta de 1740, ambos os Estados tinham passado o seu apogeu. Na Prússia, pelo contrário, a classe *junker* mantinha uma servidão férrea em seus domínios e uma vigilante tutela sobre as cidades: o poder senhorial alcançou a sua mais pura expressão nos territórios Hohenzollern, os postos avançados mais remotos da colonização alemã no Leste. Não foi, portanto, a divisa externa da Prússia na Polônia que determinou a sua supremacia dentro da Alemanha, como pensava Engels.[26] Na verdade, como vimos, o entrelaçamento com a Polônia (a expressão é de Engels) foi um dos resultados do declínio da Saxônia; o papel ulterior da Prússia nas partilhas da Polônia foi apenas o epílogo às decisivas vitórias militares já obtidas no interior da própria Alemanha, e pouco fez para fortalecê-la internacionalmente. É a natureza *interna* da formação social prussiana que explica por que ela eclipsou subitamente todos os outros Estados alemães na época do iluminismo e presidiu afinal a unificação germânica. Esta ascensão foi sobredeterminada pela complexa totalidade histórica de todo o *Reich*, que impediu o nascimento de um absolutismo de tipo ocidental na Renânia, fragmentou o território do império em cerca de 2 mil unidades políticas e expulsou a Casa da Áustria para as suas fronteiras não-germânicas. A principal força externa a afetar os destinos respectivos da Prússia e da Áustria no seio da Alemanha não foi a Polônia, mas a Suécia. Com efeito, foi o poder sueco que destruiu a oportunidade de uma unificação Habsburgo do império na Guerra dos Trinta Anos e foi a proximidade sueca a principal ameaça estrangeira a agir como força centrípeta sobre a edificação do Estado Hohenzollern — força cujos efeitos a Baviera e a Saxônia, os outros principados da Alemanha oriental, nunca experimentaram na mesma medida, embora a Saxônia não tenha escapado de se tornar a vítima final do militarismo nórdico. A capacidade da Prússia em resistir à expansão sueca e em colocar fora de combate todos os seus rivais alemães deve, por sua vez, ser referida à disposição peculiar da própria classe *junker*, com a consolidação pelo Grande Eleitor e pelo Rei-Sargento, numa transparente base de classe, de um absolutismo dinástico.

De início, a própria dimensão do país, no final do século XVII e início do século XVIII, deixou a sua marca na aristocracia prussiana. O conjunto dos territórios Hohenzollern no Leste — Brandenburgo,

(25) *Idem*, pp. 250-1.

(26) Ver acima p. 236. Weber parece ter partilhado opinião semelhante. Veja-se o seu comentário sobre os "ataques inimigos nas fronteiras" da Alemanha medieval, que considera responsáveis pelo fato de que "seus governadores eram em toda a parte dotados de grandes poderes". E concluía: "Foi por esta razão que na Alemanha o desenvolvimento mais acentuado para um Estado territorial unificado ocorreu no Brandenburgo e na Áustria", *Economy and Society*, III, p. 1051.

Prússia oriental e mais tarde a Pomerânia ocidental — era ainda de tamanho diminuto e de povoação escassa. Em 1740, a sua população total era inferior a 2 milhões de habitantes, excluídos os enclaves ocidentais da dinastia; a densidade relativa da população era provavelmente duas vezes menor que a da Saxônia. Uma das mais constantes motivações da política do Estado a partir do Grande Eleitor seria a busca de imigrantes para colonizar esta região despovoada. O caráter protestante da Prússia revelar-se-ia fundamental neste aspecto. Os refugiados provenientes do sul da Alemanha depois da Guerra dos Trinta Anos e os huguenotes após o Édito de Nantes foram entusiasticamente recebidos nos primeiros anos: com Frederico II, vieram os holandeses, os alemães e mais franceses. Mas é preciso ter sempre em mente que a Prússia, até a conquista da Silésia, continuava a ser um país bastante modesto, se comparado com o curso geral das monarquias européias da época. Essa escala provinciana contribui para reforçar certos traços notáveis da classe *junker*. Com efeito, acima de tudo, a aristocracia prussiana distinguia-se entre as principais nobrezas européias, no sentido de que não possuía em seu seio um espectro muito amplo de fortunas: veremos depois que a *szlachta* polonesa, em muitos aspectos semelhante, era a este respeito o seu oposto direto. Assim, o *Rittergüter* médio — a unidade agrícola comercial feudal da nobreza prussiana — era de dimensão mediana. Não havia um estrato de grandes magnatas, detentores de imensos latifúndios, muito maiores que as propriedades da nobreza menor, como ocorria em tantos outros países europeus.[27] O antigo *Herrenstand* da alta nobreza, por volta de meados do século XVI, perdera o seu predomínio diante da massa do *Ritterschaft*.[28] O único proprietário realmente latifundiário era o próprio monarca: os domínios da coroa ascendiam a um terço da terra arável no século XVIII.[29] Em decorrência disso, seguiam-se duas importantes conse-

(27) Assim, o valor médio de uma amostra de cem propriedades na região mais rica do Brandenburgo não excedia 60 mil taleres — talvez equivalentes a 15 mil libras —, no século XVIII: Walter Dorn, "The Prussian Bureaucracy in the Eighteenth Century", *Political Science Quarterly*, vol. 47, 1932, nº 2, p. 263. Em parte devido à ausência de uma tradição de primogenitura, a maior parte dos domínios, mesmo os mais vastos, estavam sobrecarregados de dívidas.

(28) Este ainda dominava os comitês do Landtag nessa época, dos quais os nobres menores e mais pobres estavam excluídos; mas a tensão entre o conjunto da aristocracia e as cidades era muito mais aguda, tanto no aspecto econômico como no político, do que qualquer fissura no seio da própria classe fundiária: Otto Hintze, *Die Hohenzollern und ihr Werk*, Berlim, 1915, pp. 146-7.

(29) Goodwin, "Prussia", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the Eighteenth Century*, p. 86.

qüências para o caráter da classe *junker*. Por um lado, no aspecto social, ela era menos dividida que a maior parte das outras aristocracias européias: no seu conjunto, formava um bloco coeso de proprietários médios de mentalidade semelhante, sem grandes divergências regionais. Por outro, o *junker*-padrão tendia a exercer uma função direta na organização da produção, quando não estava engajado na prestação de serviço. Em outras palavras, ele era com freqüência o administrador efetivo e não apenas nominal de seus domínios. (O costume de residência permanente da nobreza prussiana encorajava, naturalmente, esta tendência, uma vez que as cidades eram poucas e espaçadas.) Era pouco comum o fenômeno dos grandes proprietários absenteístas, que legavam as funções de gestão dos domínios a bailios e administradores. Enquanto a relativa paridade das fortunas distinguia os *junkers* dos seus homólogos polacos, a atenção cuidadosa ao domínio diferenciava-os da nobreza russa. A disciplina do mercado de exportação contribuiu inegavelmente para uma administração mais racional do *Gutherrschaft*. Os *junkers* prussianos do final do século XVII e início do século XVIII constituíam portanto uma compacta classe social num país pequeno, com rústicas tradições de atividade rural. Assim, quando o Grande Eleitor e Frederico Guilherme I empreenderam a construção do novo Estado absolutista, o primitivo padrão peculiar da nobreza produziu uma estrutura administrativa *sui generis*.

Ao contrário de quase todos os outros absolutismos, o modelo prussiano foi capaz de utilizar-se proveitosamente das instituições representativas tradicionais da aristocracia, uma vez dissolvido o seu núcleo central. Como vimos, os Estados ou Landtage provinciais declinaram progressivamente depois da década de 1650; a última reunião efetiva do Landtag do Brandenburgo, em 1683, devotou-se basicamente a lamentar a onipotência do *Generalkriegskommissariat*. Mas os Estados locais de "condados", ou *Kreistage*, tornaram-se a unidade burocrática básica na área rural. A partir de 1702, estes conselhos *junkers* passaram a eleger candidatos da nobreza local ao posto de *Landrat*, dentre os quais um era oficialmente designado para o cargo pela monarquia. A instituição do *Landrat*, investido de todos os poderes administrativos, fiscais e militares nos distritos rurais, lembra de certo modo os Juízes de Paz na Inglaterra, com o seu sábio compromisso entre a auto-administração autônoma da pequena nobreza e a autoridade central do Estado. No entanto, a semelhança é enganosa, uma vez que a divisão das esferas na Prússia assentava num sólido alicerce de trabalho servil. Tecnicamente, a servidão podia assumir duas formas na Prússia. *Leibeigenschaft* era a sujeição pessoal hereditária dos camponeses, sem

quaisquer direitos civis ou de propriedade, que podiam ser vendidos separadamente da terra. *Erbuntertänigkeit* era a condição da dependência hereditária vinculada ao domínio, com alguns direitos legais mínimos, mas ligada à terra e aos serviços obrigatórios na casa e no campo do senhor. Na prática, havia pouca diferença entre os dois. Assim, o Estado não exercia nenhuma jurisdição direta sobre a massa da população rural, que estava sob o controle dos *junkers*, nos seus *Gutsbezirke* sob a supervisão do *Landrat*, e cujos tributos — dois quintos da produção camponesa[30] — eram diretamente coletados por seus senhores. Por sua vez, as cidades e o domínio real eram governados por uma burocracia profissional, arma direta do absolutismo. Um esmerado sistema de controle dos pedágios e da circulação regia os movimentos das pessoas e das mercadorias de um setor para outro desta administração dual.

A própria casta militar, como vimos, era predominantemente cooptada na nobreza: em 1739, todos os 34 generais, 56 dos 57 coronéis, 44 dos 46 tenentes-coronéis e 106 dos 108 majores eram aristocratas.[31] A alta burocracia civil era também extensa e crescentemente recrutada no seio da classe *junker*. O Rei-Sargento teve o cuidado de equilibrar o número de nobres e de burgueses em suas câmaras provinciais, mas o seu filho promoveu deliberadamente os aristocratas, em detrimento dos funcionários de classe média. Rigorosos princípios colegiais regiam a organização deste serviço civil, cuja célula básica era o "conselho" de oficiais co-responsáveis, não o funcionário individuat — um sistema bem concebido para inculcar o sentido da probidade e do dever impessoais e coletivos numa nobreza luterana.[32] A notável disciplina e eficácia destas instituições eram um reflexo da unidade da classe que as servia. Não havia rivalidades entre grandes nobres e suas clientelas no seio do aparelho de Estado; era mínima a venalidade nos cargos devido à pouca importância das cidades; não existiam sequer coletores de impostos até Frederico II (que importou a *Régie* da França), pois a cobrança dos tributos aos camponeses estava confiada aos próprios cavaleiros e as contribuições urbanas eram controladas por *Steuerräte* profissionais, enquanto os domínios da coroa rendiam, por seu tado, uma grande receita ao erário. Os *junkers* prussianos detinham tão firmemente o comando do Estado e da sociedade no século XVIII que não sentiam sequer a necessidade do vinculismo de seus homólogos ocidentais: Frederico II tentou incentivar o *maiorat* dos primogênitos a fim de consolidar os domínios da aristocracia, mas o seu zelo ideológico encontrou pouca resposta junto aos proprietários de terra, que preservaram mesmo as antigas normas feudais de consentimento coletivo agnatício para os empréstimos familiares.[33] Eles não se acbavam ameaçados por uma burguesia ascendente que forçasse gradualmente a venda das terras e por isso não sentiam necessidade de proteger a sua posição social deserdando os filhos mais moços: os domínios *junkers* eram habitualmente divididos com a morte de seus proprietários (o que, por sua vez, contribuía para manter exíguo o seu tamanho). Livre de tensões internas, reinando suprema sobre as cidades, senhora de seus camponeses, a classe fundiária prussiana estava mais solidamente de acordo com o seu Estado do que qualquer outra na Europa. A unidade burocrática e a autonomia rural conciliavam-se de modo único neste paraíso das plantações de repolho. O absolutismo *junker*, edificado sobre tais fundamentos, continha um formidável potencial de expansão.

Em 1740, morreram Frederico Guilherme I e o imperador Carlos VI. O herdeiro da Prússia, Frederico II, atacou imediatamente a Silésia. Esta rica província Habsburgo foi rapidamente ocupada pelo exército Hohenzollern. A França aproveitou a oportunidade para garantir o apoio prussiano a uma candidatura bávara à dignidade imperial. Em 1741, o duque Wittelsbach Carlos Alberto foi eleito imperador e as tropas franco-bávaras marcharam sobre a Boêmia. Os objetivos bélicos da Prússia não incluíam a restauração da primazia da Bavária no sul da Alemanha ou o predomínio da França no império. Frederico II, após derrotar a França no campo de batalha, concluiu a seguir uma paz em separado com Viena em 1742, deixando a Prússia na posse da Silésia. A recuperação militar Habsburgo na luta contra a França e o alinhamento da Saxônia com a Áustria precipitaram a sua reentrada na guerra, dois anos depois, para proteger as suas conquistas. A Saxônia foi derrotada e saqueada; os exércitos da Áustria foram mantidos à

(30) Holborn, *A History of Modern Germany 1648-1840*, p. 196.

(31) Alfred Vagts, *A History of Militarism*, Londres, 1959, p. 64. Até 1794, o exército prussiano fora comandado por 895 generais, provenientes de 518 famílias da nobreza. Em todos os corpos de oficiais, os estrangeiros eram muito mais numerosos que os burgueses.

(32) Dorn, "The Prussian Bureaucracy in the Eighteenth Century", *Political Science Quarterly*, vol. 46, 1931, nº 3, p. 406, que analisa os trabalhos das *Kriegs-und-Domänen-Kammern*. A organização colegial de modo algum produzira a eficácia e diligência administrativa na Espanha: indubitavelmente, o contraste deve, em parte, ser explicado pela força ética particular do protestantismo na Prússia — uma variável à qual Engels, entre outros, conferiu grande importância para a ascensão geral do país.

(33) Goodwin, "Prussia", pp. 95-7.

distância, após duros combates. Em 1745, o conflito internacional estava concluído, com a restituição do título imperial e do reino da Boêmia à herdeira Habsburgo, Maria Tereza, e a confirmação da conquista da Silésia pelos Hohenzollern. As vitórias de Frederico II na Guerra da Sucessão da Áustria, longamente preparadas pela obra de seus antecessores, foram o ponto crucial estratégico na carreira européia do absolutismo prussiano, convertendo-o, pela primeira vez, num poder triunfante na Alemanha. Berlim, de fato, derrotara simultaneamente Munique, Dresden e Viena. A última oportunidade de expansão política da Baviera fora frustrada; os exércitos da Saxônia foram desbaratados; e o império austríaco fora privado de sua província mais industrializada no centro da Europa, onde se localizava o eixo comercial de Breslau. Em contrapartida, a aquisição da Silésia fez crescer, de um só sopro, em 50 por cento, a população da Prússia, elevando-a para 4 milhões de habitantes, ao mesmo tempo em que a dotava, pela primeira vez, de uma região econômica relativamente avançada a leste, com uma longa tradição de manufaturas urbanas (têxteis). Não obstante, a ordem feudal da Prússia, em seu conjunto, não foi grandemente modificada por esta extensão: a massa da população rural da Silésia, tal como a do Brandenburgo, era de *Erbuntertänigen*. A nobreza local apenas possuía maiores domínios. Em termos relativos, a anexação da Silésia foi efetivamente talvez a mais importante e lucrativa conquista específica de qualquer Estado europeu continental da época.[34]

Está na magnitude das vitórias da Prússia em 1740-45, na mudança rápida e decisiva na balança de poder que ela representou, a explicação para a extraordinária escala da coalizão que o chanceler austríaco Kaunitz reuniu contra aquela na década seguinte. A vingança deveria assumir uma proporção equivalente à enormidade da derrota: em 1757, a "revolução diplomática" de Kaunitz unira, contra a Prússia, a Áustria, a Rússia, a França, a Suécia, a Saxônia e a Dinamarca. O conjunto da população dessas forças era pelo menos vinte vezes superior à da vítima pretendida pela sua aliança: o objetivo da coligação era nada menos do que varrer o Estado prussiano do mapa da Europa. Cercado por todos os lados, Frederico II, em desespero de causa, atacou primeiro, inaugurando oficialmente a Guerra dos Sete Anos com a invasão da Saxônia. A dura luta que se seguiu foi a primeira guerra verdadeiramente pan-européia, na qual todas as grandes potências, da Rússia à Inglaterra, da Espanha à Suécia, estavam simultaneamente

(34) Ver a opinião de Dorn: *Competition for Empire*, pp. 174-5.

envolvidas, uma vez que o conflito continental conjugou-se com o conflito marítimo e colonial entre a Grã-Bretanha e a França. O aparelho militar prussiano comandado por Frederico II, dispondo agora de um exército de cerca de 150 mil homens, sobreviveu a retiradas e revezes devastadores para emergir com uma leve margem final de vitórias contra todos os seus inimigos. As campanhas diversionistas financiadas pela Inglaterra na Vestfália, desviando forças francesas, e a posterior defecção da Rússia constituíram os fatores fundamentais para o "milagre" da Casa de Brandenburgo. Mas o verdadeiro segredo da resistência prussiana foi a rematada eficácia de seu absolutismo: a estrutura política para a qual Kaunitz previra uma rápida e completa destruição mostrou-se bem mais preparada para suportar as enormes tensões econômicas e logísticas da guerra que os desconexos impérios coligados contra ela em todo o Leste. Nenhum território mudou de mãos pela paz de 1763. A Silésia continuou a ser uma província Hohenzollern e Viena terminou a guerra em condições financeiras mais precárias do que Berlim. A repulsa ao grande ataque empreendido pela Áustria provar-se-ia uma derrota definitiva dos exércitos Habsburgo na Alemanha, como os fatos subseqüentes se encarregariam de demonstrar: as suas conseqüências mais profundas apenas se revelariam mais tarde. A Saxônia, repetida e impiedosamente pilhada por Frederico II, teve de suportar a metade dos custos da guerra prussiana; a partir de então, afundou-se numa insignificância política irreversível, perdendo o seu medalhão polonês poucos meses depois da paz. A Prússia, embora sem alcançar conquistas territoriais ou vencer campanhas decisivas, tornou-se estrategicamente mais forte no seio do equilíbrio alemão, depois da Guerra dos Sete Anos.

Enquanto isso, os propósitos da política externa de Frederico II eram complementados pela sua obra política interna. As fileiras superiores da burocracia e do exército foram conscienciosamente aristocratizadas pela monarquia. Von Cocceji reformou o judiciário e a venalidade foi amplamente eliminada do sistema jurídico.[35] A economia foi estimulada por programas oficiais, tanto na agricultura como na indústria. Organizaram-se trabalhos de drenagem nos campos, de colonização e de melhorias no sistema de transportes. Foram fundadas manufaturas estatais, fomentadas as atividades naval e mineira e desenvolvidas as indústrias têxteis. Surgiram aí as primeiras políticas

(35) Para o papel de Von Cocceji, ver Rosenberg, *Bureaucracy, Aristocracy and Autocracy*, pp. 122-34.

"populacionais" sistemáticas da Europa, com a instalação de centros de recrutamento de imigrantes no exterior.[36] Frederico foi também responsável por uma audaciosa inovação do absolutismo prussiano, que estava destinada a ter conseqüências de grande alcance no século seguinte, embora de início não passasse de uma medida no papel: a instituição da educação primária obrigatória para toda a população masculina, com o *Generallandschulreglement* de 1763. Por sua vez, os gestos voltados para proteger os camponeses da opressão senhorial e das expulsões foram largamente motivados pelo receio de exaurir a reserva de homens aptos para a guerra, e revelaram-se uniformemente ineficazes. Os bancos hipotecários destinados a auxiliar os proprietários em dificuldades, embora de início recebidos com suspeita pela classe *junker*, viriam a ter grande importância. As finanças públicas, escrupulosamente controladas e expurgadas de qualquer despesa da corte, cresceram notavelmente, apesar das guerras do reinado. Os rendimentos anuais da coroa triplicaram de 7 para 23 milhões de taleres (1740-86), enquanto as reservas quintuplicavam de 10 para 54 milhões.[37] O grosso do orçamento do Estado ia, evidentemente, para o exército, que cresceu de 80 para 200 mil homens sob Frederico II — a maior proporção entre soldados e população de qualquer país da Europa; a quantidade de regimentos estrangeiros — contratados ou arregimentados no exterior — foi deliberadamente maximizada a fim de poupar a limitada população produtiva interna. A partilha da Polônia em 1772, por acordo com a Rússia e a Áustria, acrescentou a Prússia ocidental e a Ermlândia aos domínios Hohenzollern no Leste, consolidando-os num único bloco territorial e aumentando o potencial demográfico do Estado. A população total da Prússia duplicou, passando de 2 milhões e meio para 5 milhões e 400 mil habitantes, por volta do final do reinado.[38] No plano internacional, a reputação militar do absolutismo prussiano após a Guerra dos Sete Anos era agora tão extraordinária que Frederico II pôde efetivamente ditar a solução das duas principais crises no interior da Alemanha nas décadas seguintes, sem ser obrigado a recorrer seriamente às armas. Em 1778-79 e, de novo, em 1784-85, a Áustria tentou recuperar a sua posição no seio da Alemanha realizando a troca do sul dos Países-Baixos pela Baviera, em ambas as vezes com base num acordo com o Eleitor Wittelsbach. A fusão da

(36) Bluche dá-nos um colorido relato, *Le Despotisme Éclairé*, pp. 83-5.
(37) Holborn, *A History of Modern Germany 1648-1840*, p. 268.
(38) *Idem*, p. 262.

Baviera com a Áustria teria transformado a história da Alemanha, ao tornar a dinastia Habsburgo inexpugnavelmente forte no sul e ao redirecionar o conjunto da orientação política de Viena fundamentalmente para o *Reich*. Em ambas as ocasiões, bastou o veto da Prússia para liquidar o projeto. Na primeira, bastaram algumas escaramuças simuladas na Boêmia. Na segunda, o alinhamento por Berlim de um bloco comum contra a Áustria, compreendendo o Hanover, a Saxônia, o Mainz e outros principados, constituiu um veto adequado: a "Associação de Príncipes" reunida por Frederico II em 1785, um ano antes de sua morte, anunciou e selou a supremacia Hohenzollern no norte da Alemanha.

Quatro anos depois rebentou a Revolução Francesa e, com ela, a viabilidade de qualquer *ancien régime* na Europa, por mais jovem que fosse politicamente, foi posta em questão, pois diferentes tempos históricos opunham-se nos campos de batalha da guerra revolucionária. A Prússia, que teve um papel insignificante na primeira coligação contra-revolucionária contra a França no Ocidente, aproveitou a oportunidade para dividir o restante da Polônia com a Rússia e a Áustria e depois deixou prontamente a luta contra a República em 1795. O dia do ajuste de contas foi apenas postergado pela neutralidade Hohenzollern durante a década seguinte de conflito europeu. Em 1806, o ataque de Napoleão colocou o Estado absolutista prussiano diante de seu teste supremo. Seus exércitos foram esmagados em Iena e a Prússia viu-se obrigada a assinar um tratado de paz em Tilsit, que a reduziu à condição de satélite da França. Todo o seu território a oeste do Elba foi confiscado, guarnições francesas foram instaladas em suas fortalezas e foram-lhe impostas pesadas indenizações. Foi esta a crise que produziu a "Era das Reformas". Nesta, em seu momento de maior risco e fragilidade, o Estado prussiano mostrou-se capaz de preservar uma notável reserva de talentos políticos, militares e culturais que garantiriam a sua existência e renovariam sua estrutura. Muitos desses talentosos reformadores eram originários, na verdade, do centro e do oeste da Alemanha, regiões socialmente muito mais avançadas que a própria Prússia. Stein, o líder político da resistência contra Napoleão, era um cavaleiro imperial da Renânia. Gneisenau e Scharnhorst, os artífices do novo exército, eram oriundos respectivamente do Hanover e da Saxônia. Fichte, o ideólogo filosófico da "guerra de libertação" contra a França, era natural de Hamburgo. Hardenberg, o nobre diretamente responsável pela versão definitiva das reformas, vinha de Hanover.[39] A prove-

(39) Praticamente a única figura importante comprometida com as reformas que era prussiano de origem foi o pedagogo Von Humboldt, embora Clausewitz — a mais

niência mista dos reformadores encerrava algo de premonitório. O absolutismo prussiano passaria daí em diante por novas formas de vida e por profundas alterações de caráter, devido ao fator básico configurado na sua contigüidade cultural e territorial com o resto da Alemanha. Desde que Napoleão chegou aos portões de Berlim, cessaram as possibilidades do Estado Hohenzollern se desenvolver *en vase close*. De início, porém, o impulso reformista não foi muito longe. Stein, um emigrado francófobo influenciado por Montesquieu e Burke, introduziu planos de igualdade civil, reforma agrária, autonomia de governo local e mobilização nacionalista contra Napoleão. Em um ano no cargo (1807-8) pôs de lado o então incômodo *Generaldirektorium* e instituiu um sistema ministerial convencional com departamentos organizados segundo as linhas da monarquia francesa, enquanto funcionários especiais eram despachados da capital para supervisionar os assuntos provinciais. O resultado foi, na prática, uma acentuada centralização de todo o aparelho estatal, que as garantias de uma limitada autonomia das cidades contrabalançavam apenas nominalmente. No campo, a servidão foi oficialmente abolida e revogado o sistema jurídico dos três estados. Tais medidas encontraram veemente oposição entre a classe *junker*, por seu "radicalismo", e quando Stein começou a atuar contra as jurisdições patrimoniais e a imunidade fiscal da nobreza, e a planejar uma *levée* armada geral contra a França, foi prontamente destituído.

O seu sucessor — o político da corte Hardenberg — aplicou então uma hábil dose de legislação exatamente calculada para modernizar o absolutismo prussiano e a classe que este representava, na medida necessária para revigorá-los, sem afetar a natureza essencial do Estado feudal. A "reforma" agrária foi implementada entre 1810 e 1816, de modo a intensificar ainda mais a miséria rural. Em troca da emancipação jurídica, os camponeses solreram a espoliação econômica de cerca de 1 milhão de hectares e 260 milhões de marcas, como "compensação" aos seus antigos senhores pela liberdade conquistada.[40] A chamada *Bauernlegen* foi um instrumento friamente concebido para a expropriação do campesinato. Foram eliminadas as terras comunais e o sistema de assolamento trienal. Em conseqüência, os domínios senhoriais aumentaram e criou-se uma massa crescente de trabalhadores rurais sem terra, mantidos à disposição dos *junkers* por estritas ordens jurídicas. De uma só vez, Hardenberg ampliou o acesso à propriedade da terra à burguesia (que não podia comprar domínios) e o acesso às profissões por parte da nobreza (que não mais se rebaixava por dedicar-se à profissão jurídica ou aos negócios). A vitalidade e a versatilidade da classe *junker* foram, assim, incrementadas, sem perda grave dos seus privilégios. Uma tentativa para pôr fim ao papel do *Landrat* foi liquidada pela aristocracia e as tradicionais assembléias de condado permaneceram intatas. Na realidade, o controle da nobreza sobre o campo foi eletivamente ampliado, com a extensão da autoridade do *Landrat* às cidades rurais. As obrigações senhoriais persistiram ainda por muito tempo depois da abolição da servidão. Até 1861, o *Rittergut* esteve isento dos impostos territoriais; o direito de polícia nos domínios manteve-se até 1871; o monopólio *junker* da administração dos condados, até 1891. Nas cidades, Hardenberg aboliu o monopólio das corporações, mas não conseguiu acabar com o dualismo fiscal; enquanto isso, Humboldt ampliou e modernizou drasticamente o sistema de educação pública, desde a *Volksschule* elementar à fundação da nova Universidade de Berlim. Entrementes, Scharnhorst e Gneisenau organizavam um sistema de reservistas para fugir às disposições assinadas em Tilsit, que limitavam o tamanho do exército prussiano, medida esta que "popularizou" o recrutamento, mas, ao mesmo tempo, fez crescer a militarização institucional do conjunto da ordem social. Os regulamentos militares e os treinamentos táticos loram atualizados. As funções de comando, oficialmente abertas aos recrutas burgueses, mas os oficiais podiam vetar novas admissões em seus regimentos, a fim de garantir o controle *junker*.[41] O efeito fundamental da Era das Reformas foi fortalecer, mais do que moderar, o Estado monárquico na Prússia. De forma significativa, porém, foi neste período que a classe *junker* — a nobreza mais leal da Europa durante a difícil expansão do absolutismo nos séculos XVII e XVIII, a única a não recorrer à luta civil contra a monarquia — mostrou-se, pela primeira vez, sonoramente insatisfeita. A ameaça aos seus privilégios representada pelos reforma-

alta eminência intelectual desta geração — fosse também brandenburguês por nascimento.

(40) W. M. Simon, *The Failure of the Prussian Reform Movement 1807-1819*, Nova Iorque, 1971, pp. 88-104. Os camponeses tiveram que pagar compensações, tanto em terra como em dinheiro, pela comutação das corvéias, aos seus antigos senhores. Até 1865, ainda havia camponeses redimindo tais serviços. A estimativa para os pagamentos de remissão que fornecemos acima foi extraída de Theodore Hamerow, *The Social Foundations of German Unification*, Princeton, 1969, p. 37.

(41) Quanto às reformas militares, ver Gordon Craig, *The Politics of the Prussian Army, 1640-1945*, Nova Iorque, 1964, pp. 38-53, 69-70.

dores, embora prontamente controlada, despertou uma oposição ideológica de caráter consciosamente neofeudal. Von Marwitz, o líder da dissidência brandenburguesa contra Hardenberg, denunciou, de maneira reveladora, tanto o absolutismo como o parlamentarismo em nome da constituição dos Estados, há muito esquecida e que datava de antes do advento do Grande Eleitor. A partir daí, esteve sempre presente na Prússia um colérico conservadorismo *junker*, um espírito curiosamente deslocado do século XVII ao século XIX, freqüentemente em conflito com a monarquia.

A soma final das reformas possibilitou à Prússia participar competentemente da última coligação que derrotou a França napoleônica. Todavia, foi essencialmente um *ancien régime* tradicional que compareceu ao Congresso de Viena, na companhia dos seus vizinhos, a Áustria e a Rússia. Embora os reformadores prussianos não agradassem a Metternich, que os considerava quase "jacobinos", o Estado Hohenzollern era ainda, em certos aspectos, socialmente menos avançado que o império Habsburgo, após as reformas josefinas do final do século XVIII. O verdadeiro ponto crucial na história do absolutismo prussiano deve ser localizado não na obra das reformas, mas nos ganhos que a paz lhe proporcionou. Para impedir que obtivesse a Saxônia e para compensá-la pela absorção da maior parte da Polônia pela Rússia, os aliados concederam-lhe as províncias do Reno e da Vestfália, no outro extremo da Alemanha — em grande medida, contra o desejo de Berlim. Com este gesto, deslocaram todo o eixo histórico do Estado prussiano. Destinadas pela Áustria e pela Grã-Bretanha a conter a sua consolidação territorial no centro-leste da Alemanha, as províncias renanas estavam separadas do Brandenburgo pelo Hanover e pelo Hesse, deixando os domínios Hohenzollern estrategicamente dispersos no norte da Alemanha, com a arriscada tarefa de defesa ocidental contra a França. As conseqüências reais do acordo não foram previstas por nenhuma das partes intervenientes. As novas possessões Hohenzollern possuiam uma população mais numerosa do que a de todas as antigas províncias reunidas — 5 milhões e 500 mil habitantes no Oeste, 5 milhões no Leste. De um só golpe, o peso demográfico da Prússia duplicou para mais de 10 milhões de habitantes: a Baviera, o segundo maior Estado alemão, tinha apenas 3 milhões e 700 mil.[42] Além disso, as províncias do Reno-Vestfália eram das mais avançadas regiões da Alemanha ocidental. Os camponeses ainda pagavam os tributos habituais e os

(42) J. Droz, *La Formation de l'Unité Allemande 1789-1871*, Paris, 1970, p. 126.

proprietários de terra gozavam do direito especial de caça, ao lado de outros. Mas a pequena propriedade agrícola estava bem entrincheirada e a classe nobre compunha-se em geral de senhores de terra absenteístas, não de gestores de seus próprios domínios, como ocorria na Prússia. As assembléias rurais (*Amt*) incluíam a representação camponesa, ao contrário do *Kreistage* dos *junkers*. As relações sociais no campo eram, portanto, muito mais brandas. As novas províncias continham também um grande número de cidades florescentes, com longa tradição de autonomia municipal, intercâmbio comercial e atividades manufatureiras. Muito mais importante que isso, evidentemente, foi o fato de que, devido aos seus recursos minerais ainda inexplorados, a região estava destinada a tornar-se a zona industrial mais gigantesca da Europa. Assim, as aquisições militares do Estado prussiano feudal acabaram por incorporar o espaço vital natural do capitalismo alemão.

A evolução do novo Estado compósito para uma Alemanha unificada, ao longo do século XIX, integra-se, na sua essência, no ciclo das revoluções burguesas, que será considerado em outro trabalho. Aqui, basta-nos salientar três aspectos cruciais da evolução sócio-econômica da Prússia que tornaram possível o sucesso posterior do programa bismarckiano. Em primeiro lugar, no que se refere à região oriental, a reforma agrária efetuada por Hardenberg em 1816 levou a um rápido e impressionante avanço de toda a economia cerealífera. Tornando livre o mercado de terras, a reforma depurou o campo dos *junkers* incapazes e endividados. Em contrapartida, aumentou o número de investidores burgueses na terra, surgiu um estrato de lavradores prósperos — ou *Grossbauern* —, e ocorreu uma acentuada racionalização da gestão agrária: por volta de 1855, 45 por cento dos *Rittergüter* das seis províncias orientais tinham proprietários não-aristocratas.[43] Ao mesmo tempo, os *junkers* que ficaram nas terras eram agora proprietários de domínios maiores e mais produtivos, ampliados tanto por compra a outros nobres como pela expropriação de camponeses e pequenos lavradores. Na década de 1880, 70 por cento das maiores propriedades agrárias (mais de mil hectares) eram propriedades da nobreza.[44] Todo o setor agrícola entrou numa fase de expansão e de prosperidade. Os rendimentos das colheitas e as áreas cultivadas aumentaram conjuntamente: na verdade, ambos dobraram na Prússia além-Elba, entre 1815

(43) John Gillis, "Aristocracy and Bureaucracy in Nineteenth Century Prussia", *Past and Present*, nº 41, dezembro de 1968, p. 113.

(44) Hamerow, *The Social Foundations of German Unification*, p. 59.

e 1864.[45] Os novos latifúndios eram cultivados por trabalhadores assalariados, transformando-se cada vez mais em empresas capitalistas ortodoxas. Não obstante, o próprio trabalho assalariado era regido por um *Gesindeordnung* feudal que sobreviveu até o século XX e impôs uma implacável disciplina dominial aos trabalhadores agrícolas e aos empregados domésticos, na qual se previa a prisão em caso de greve e estritas limitações à mobilidade. A *Bauernlegen* não significara um êxodo dos campos: produziu um numeroso proletariado rural, cujos efetivos cresciam à medida que aumentava a produção, o que permitia manter baixos os salários. A aristocracia *junker* conseguiu assim uma bem-sucedida conversão cumulativa à agricultura capitalista, ao mesmo tempo que ainda explorava todos os privilégios patrimoniais que pôde manter. "Os nobres realizaram sem dificuldade a transição da agricultura dominial para a capitalista, enquanto grande número de camponeses ganhava a permissão de banhar-se nas águas purificadoras da liberdade econômica." [46]

Entrementes, a burocracia prussiana desempenhava uma função essencial, ao estabelecer uma ponte entre a economia agrária do Leste e a revolução industrial em marcha nas províncias do Oeste. No início do século XIX, o serviço civil — que sempre proporcionara uma alternativa ocupacional para a classe média subdesenvolvida dos domínios Hohenzollern tradicionais, que, no entanto, nunca ascendeu aos seus postos superiores — era responsável pela instauração gradual do *Zollverein* que ligava a maior parte da Alemanha com a Prússia, numa única região mercantil. Von Motz e Maassen, do Ministério das Finanças, foram os dois artífices deste sistema, construído entre 1818 e 1836, que efetivamente excluía a Áustria do desenvolvimento econômico da Alemanha e vinculava comercialmente à Prússia os Estados menores.[47] O surto da construção ferroviária a partir da década de 1830 estimulou por sua vez o rápido crescimento econômico no seio da União Aduaneira. As iniciativas burocráticas também tiveram importância quanto a propiciar auxílio tecnológico e financeiro à nascente indústria prussiana (Beuth, Rother). Na década de 1850, o *Zollverein* foi estendido à maior parte dos principados setentrionais restantes. A intromissão da Áustria em seu interior foi habilmente impedida por Delbrück, no Ministério do Comércio. A política de tarifas alfandegárias rebaixadas, firmemente perseguida pela administração civil prussiana e que veio a culminar no Tratado de Paris, com a França, em 1864, constituía um instrumento crucial na competição diplomática e política entre Berlim e Viena, no seio da Alemanha: a Áustria não podia permitir a liberalização econômica que chamava para o lado da Prússia os Estados do sul da Alemanha, outrora dependentes do comércio internacional.[48]

Na mesma época, porém, o curso fundamental da unificação alemã estava sendo traçado pelo tempestuoso crescimento industrial do Ruhr, no interior das próprias províncias ocidentais da Prússia. A burguesia renana, cujas fortunas advinham da nova economia manufatureira e mineradora do Oeste, constitula um grupo politicamente muito mais ambicioso e disposto que os obedientes cidadãos a leste do Elba. Foram os seus porta-vozes — Mevissen, Camphausen, Hansemann e outros — que organizaram e dirigiram o liberalismo alemão, lutando, na Prússia desse período, pela promulgação de uma constituição burguesa com uma assembléia responsável. O seu programa significava, de fato, o fim do absolutismo Hobenzollern e suscitou naturalmente a obstinada hostilidade da classe dominante *junker* do Leste. Os levantes populares de 1848, alimentados sobretudo pelas massas de artesãos e camponeses, possibilitaram a esta burguesia liberal a breve existência de um gabinete ministerial em Berlim e de uma plataforma ideológica em Frankfurt, antes que o exército real esmagasse a revolução, alguns meses mais tarde. A constituição prussiana, resultado abortado da crise de 1848, estabelecia pela primeira vez um Landtag nacional, com uma câmara baseada num sistema eleitoral de três classes, que assegurava candidamente o predomínio da grande propriedade; e uma outra predominantemente recrutada no seio da nobreza hereditária — ambas sem nenhum poder sobre o executivo: uma assembléia tão apagada que em média apenas 30 por cento dos que tinham direito a voto participavam na sua eleição.[49] Portanto, a classe capitalista renana permanecia na oposição mesmo quando obtinha votações majoritárias nesse

(45) David Landes, "Japan and Europe: Contrasts in Industrialization", em W. Lockwood (Org.), *The State and Economic Enterprise in Japan*, Princeton, 1965, p. 162. O ensaio de Landes é basicamente uma longa comparação entre o desenvolvimento da Prússia e do Japão e contém muitas reflexões e análises sobre a história alemã no século XIX.

(46) Simon, *The Failure of the Prussian Reform Movement*, p. 104.

(47) Ver Pierre Benaerts, *Les Origines de la Grande Industrie Allemande*, Paris, 1934, pp. 31-52; Droz oferece alguns comentários gerais perspicazes sobre o papel da burocracia em *La Formation de l'Unité Allemande*, p. 113.

(48) A importância do tratado de comércio com a França é especialmente destacada por Helmut Boehme, *Deutschlands Weg zur Grossmacht*, Colônia-Berlim, 1966, pp. 100-20, 165-6 — um estudo pioneiro, embora excessivamente economicista.

(49) Hamerow, *The Social Foundations of German Unification*, pp. 301-2.

simulacro de instituição. A leste do Elba, os *junkers* vigiavam atentamente a monarquia, em busca de sinais de fraqueza, chegando mesmo a conseguir a restauração, em 1856, dos seus poderes senhoriais de polícia — abolidos num momento de pânico por Frederico Guilherme IV, em 1848. Assim, o conflito constitucional dos anos 1860 entre os liberais e o Estado aparece como um choque frontal pelo poder político entre a antiga e a nova ordem.

Não obstante, as bases econômicas para uma reaproximação entre as duas classes estavam sendo lançadas pela rápida capitalização da agricultura oriental durante o surto cerealífero e pelo crescimento vertical da importância da indústria pesada no seio de toda a formação social prussiana. Por volta de 1865, a Prússia era responsável por nove décimos da produção de carvão e ferro, por dois terços das máquinas a vapor, por metade da produção têxtil e por dois terços da mão-de-obra industrial da Alemanha.[50] A mecanização da indústria alemã já ultrapassara a da França. Bismarck, outrora um reacionário extremo, truculento campeão do ultralegitimismo, foi o primeiro representante político da nobreza a ver que esta força efervescente podia ser acomodada na estrutura do Estado e que, sob a égide das duas classes possuidoras do reino Hohenzollern — os *junkers* prussianos e o capital renano —, seria possível a unificação da Alemanha. O triunfo do exército prussiano sobre a Áustria em 1866 apaziguou subitamente a discórdia entre as duas classes. A barganha efetuada por Bismarck com os liberais nacionalistas, da qual resultou a Constituição da Alemanha do Norte, de 1867, selou um importante pacto social, virtualmente contrário aos matizes políticos de ambas as partes signatárias. Três anos mais tarde, a Guerra Franco-Prussiana completou com esplendor a obra de unidade nacional. O Reino da Prússia fundiu-se num Império Alemão. A estrutura fundamental do novo Estado era inequivocamente *capitalista*. A Constituição da Alemanha imperial dos anos 1870 incluía uma assembléia representativa eleita pelo sufrágio universal masculino; a cédula secreta; a igualdade civil; um código jurídico uniforme; um sistema monetário unificado; a educação secular e a completa liberdade de comércio interno. O Estado alemão assim criado não era, de forma alguma, um exemplo "puro" do seu tipo (e nem existia tal Estado, na Europa desta época).[51] Estava fortemente marcado pela natureza feu-

(50) Pierre Ayçoberry, *L'Unité Allemande (1800-1871)*, Paris, 1968, p. 90.

(51) Taylor salienta que a Constituição da Confederação da Alemanha do Norte de 1867, da qual derivou a Constituição imperial, previa, na verdade, o mais amplo sufrágio de todos os principais países da Europa, e o único com verdadeiro voto secreto — anterior ao Segundo Ato de Reforma na Inglaterra e ao advento da Terceira República na França: A. J. P. Taylor, *Bismarck*, Londres, 1955, p. 98.

dal do Estado prussiano que o precedera. Na verdade, num sentido literal e visível, o desenvolvimento *combinado* que definia a conjuntura estava corporificado na arquitetura do novo Estado. Com efeito, a constituição prussiana não fora anulada; sobrevivia no seio da constituição imperial, uma vez que a Prússia era agora uma das unidades confederadas do Império, inclusive o sistema eleitoral de "três classes" com direitos civis limitados. O corpo de oficiais de seu exército, que constituía naturalmente a parte predominante do aparelho militar imperial, não era responsável perante o chanceler, mas jurava fidelidade direta ao imperador, que o controlava pessoalmente através de sua casa militar.[52] Os escalões superiores da burocracia, depurada e reorganizada por Von Puttkamer, tornaram-se mais do que nunca um santuário da aristocracia nas décadas seguintes a 1870. Além disso, o chanceler imperial não era responsável perante o Reichstag e podia amparar-se em receitas permanentes derivadas das alfândegas e impostos sobre o consumo, fora do controle parlamentar, embora os orçamentos devessem ser aprovados e as leis promulgadas pelo Reichstag. Alguns direitos administrativos e fiscais de menor importância ficaram sob o controle das várias unidades federais do império, limitando formalmente o caráter unitário da constituição.

Tais anomalias conferiram ao Estado alemão do final do século XIX um feitio desconcertante. A própria caracterização marxiana do Estado de Bismarck revela um misto de irritação e desconcerto. Numa frase célebre e irada, que Rosa Luxemburgo gostava de citar, ele o descrevia como *nichts anderes als ein mit parliamentärischen Formen verbrämter, mit feudalem Beisatz vermischter, schon von der Bourgeoisie beeinflusster, bürokratisch gezimmerter, polizeilich gehüteter Militärdespotismus* — "nada mais do que um despotismo militar, enfeitado de formas parlamentares, mesclado a ingredientes feudais, já influenciado pela burguesia, mobiliado pela burocracia e protegido pela polícia".[53] A aglutinação de epitetos indica a dificuldade conceitual, sem solucioná-la. Engels viu, muito mais nitidamente que Marx, que o Estado alemão, a despeito de suas peculiaridades, juntara-se então às fileiras de seus rivais inglês e francês. Ele escreveu sobre a Guer-

(52) Para um bom estudo da Constituição da Alemanha imperial, ver K. Pinson, *Modern Germany. Its History and Civilization*, Nova Iorque, 1966, pp. 156-63.

(53) A passagem aparece na "Crítica do Programa de Gotha", Marx e Engels, *Werke*, vol. 19, p. 29.

ra Franco-Prussiana e o seu autor: "Bismarck compreendeu a guerra civil de 1866 como o que ela realmente era, notadamente, uma *revolução* (...) e estava preparado para levá-la a cabo com métodos revolucionários".[54] O resultado histórico do conflito com a Áustria foi que "as próprias vitórias do exército prussiano abalaram os fundamentos da estrutura estatal prussiana", de tal modo que "as bases sociais do velho Estado sofreram uma completa transformação".[55] Comparando o bismarckismo com o bonapartismo, afirma expressamente que a constituição criada pelo chanceler prussiano era "uma forma moderna de Estado que pressupõe a abolição do feudalismo".[56] Por outras palavras, o Estado alemão era agora um aparelho capitalista, sobredeterminado pela sua ascendência feudal, mas fundamentalmente homólogo da formação social que, no início do século XX, era amplamente dominada pelo modo capitalista de produção: a Alemanha imperial seria em breve a maior potência industrial da Europa. O absolutismo prussiano transmutara-se, assim, após muitas vicissitudes, num *outro* tipo de Estado. Nos aspectos geográfico e social, no social porque no geográfico, este fora lentamente rebocado do Leste para o Ocidente. As *condições de possibilidade* teóricas de tal transmutação permanecem por determinar: serão consideradas mais à frente.

(54) F. Engels, *The Role of Force in History*, Londres, 1968, pp. 64-5.
(55) Marx e Engels, Selected Works, pp. 246-7.
(56) *Idem*, p. 247.

Polônia

A ascensão da Prússia, a partir de meados do século XVII, foi contrabalançada no Leste pelo declínio da Polônia. O único grande país que não conseguiu produzir um Estado absolutista na região acabou por desaparecer, numa demonstração gráfica *a contrario* da racionalidade do absolutismo para uma classe nobre. As razões pelas quais a *szlachta* polonesa nunca foi capaz de gerar um Estado feudal centralizado parecem nunca ter sido convenientemente estudadas; a derrocada desta classe coloca um problema que não foi ainda cabalmente resolvido pela historiografia moderna.[1] Quando muito, ressaltam dos materiais existentes alguns elementos essenciais que sugerem respostas parciais ou possíveis.

A Polônia sofreu a última crise feudal em grau menor que qualquer outro país do Leste europeu; a Peste Negra (quando não as epidemias secundárias) passou-lhe ao largo, enquanto os seus vizinhos eram devastados. A monarquia Piast, reconstituída no século XIV, atingiu o seu apogeu político e cultural durante o reinado de Casimiro III, depois de 1333. Com a morte deste monarca em 1370, extinguiu-se a dinastia e o título real passou para Luís de Anjou, rei da Hungria. Monarca ab-

(1) É o que ressalta inequivocamente de uma pesquisa recente e representativa sobre as causas mencionadas pelos historiadores poloneses para as Partilhas da Polônia, muitas das quais nada mais fazem do que recolocar o problema: Boguslaw Lesnodarski, "Les Partages de la Pologne. Analyse des Causes et Essai d'une Théorie", *Acta Poloniae Historica*, VII, 1963, pp. 7-30.

senteísta, Luís viu-se forçado a conceder à nobreza da Polônia o "Privilégio de Kosice", em 1374, em troca da confirmação dos direitos de sua filha Jadwiga à sucessão do trono polaco: a aristocracia ganbou a garantia da imunidade econômica frente a novos impostos e a autonomia administrativa em suas localidades, numa carta inspirada em modelos húngaros anteriores.[2] Doze anos depois, Jadwiga casou com Jagiello, grão-duque da Lituânia, que tornou-se rei da Polônia, fundando uma união pessoal entre os dois reinos. Tal associação viria a ter efeitos profundos e permanentes em toda a história subseqüente da Polônia. O ducado lituano era uma das estruturas mais recentes e notáveis da época. Uma sociedade tribal do Báltico, tão remota em seus pântanos e matas que se mantinha pagã no final do século XIV, construíra subitamente um Estado vitorioso que se transformou num dos maiores impérios territoriais da Europa. A pressão ocidental proveniente das ordens militares da Prússia e da Livônia provocara a rápida formação de um principado centralizado a partir das confederações tribais da Lituânia; o vazio oriental criado depois da subjugação da Rússia pós-kieviana pelos mongóis permitiu-lhe a sua expansão externa em direção da Ucrânia. Sob os governos sucessivos de Gedymin, Olgerd, Jagiello e Witold, o poder lituano atingiu o Oka e o mar Negro. A população destas vastas regiões era em sua maior parte eslava e cristã — bielorussa ou rutena; a Lituânia exerceu sobre ela uma dominação através de suserania militar, que reduzia os senhores locais à condição de vassalos. Este Estado poderoso, mas primitivo, achava-se agora vinculado ao reino da Polônia, menor em extensão, mas muito mais antigo e avançado. Jagiello converteu-se ao cristianismo e mudou para a Polônia para assegurar a União de 1386, enquanto o seu primo Witold ficou na região oriental a fim de governar a Lituânia. Com a ascensão de um príncipe estrangeiro, a *szlachta* polonesa conseguiu impor o princípio de que a monarquia era eletiva, embora, na prática, a dinastia jagelônia continuasse a ser investida no trono durante os duzentos anos seguintes.

A força e o dinamismo acumulados da nova União polonesa-lituana em breve se evidenciaria. Em 1410, Jagiello infligiu aos Cavaleiros Teutônicos a histórica derrota de Grünewald, ponto crucial para o destino da Ordem na Prússia. Em meados do século, renovou-se o

(2) Quanto a este episódio, ver O. Halecki, "From the Union with Hungary to the Union with Lithuania", W. F. Reddaway *et alii* (Org.), *The Cambridge History of Poland*, I, Cambridge, 1950, pp. 19-193.

ataque polonês à Prússia, quando os Estados alemães locais se revoltaram contra o domínio da Ordem. A Guerra dos Treze Anos terminou, em 1466, com uma vitória decisiva dos jagelônios. Pela Segunda Paz de Torun, a Polônia anexou a Prússia ocidental e a Ermlândia: a Prússia oriental tornou-se um feudo polonês, governado como vassalo pelo grão-mestre da Ordem Teutônica, que a partir daí passou a dever homenagem e serviço militar à monarquia polaca. O poderio da Ordem foi definitivamente rompido e a Polônia adqulriu acesso territorial ao Báltico. Danzig (Gdansk), o maior porto de toda a região, tornou-se uma cidade autônoma com privilégios municipais especiais, sob a soberania real polonesa. Casimiro IV, o vencedor da guerra, governava o reino mais extenso do continente.

Entretanto, no seio da própria Polônia, assistiu-se no final do século XV a um rápido crescimento da posição política e social da pequena nobreza, em detrimento tanto da monarquia como do campesinato. Para assegurar a sucessão de seu filho, Jagiello concedeu à nobreza, em 1425, o princípio de *neminem captivabimus* — imunidade jurídica à prisão arbitrária — pelo "Privilégio de Brzeg". Casimiro IV, por sua vez, tivera que fazer concessões adicionais à classe fundiária. O longo conflito da Guerra dos Treze Anos exigiu a contratação de tropas mercenárias de quase toda a Europa. A fim de obter os fundos necessários para pagá-los, o rei concedeu à aristocracia o "Privilégio de Nieszawa", em 1454, que preparava as *conventiones particulares* regulares a serem realizadas pela pequena nobreza nas suas regiões; a partir daí, não era permitido levantar tropas ou impostos sem o seu consentimento.[3] Sob o seu filho João Alberto, veio à luz uma sólida assembléia nacional, ou Sejm, assistida por assembléias locais e provinciais (*sejmiki*) da classe fundiária. A Sejm era uma assembléia bicameral, constituída por uma Câmara de Deputados e um Senado; a primeira compunha-se de representantes eleitos das *sejmiki*, o segundo por altos dignitários do Estado, eclesiásticos e laicos. As cidades estavam excluídas de ambas as casas: o nascente sistema de Estados polonês era exclusivamente aristocrático.[4] Em 1505, a Constituição de Radom consagrou oficialmente os poderes da Sejm: a lei de *nihil novi* privou a monarquia do direito de legislar sem o consentimento dos Estados, ao passo que a

(3) Ver A. Gieysztor, em S. Kieniewicz (Org.), *History of Poland*, Varsóvia, 1968, pp. 145-6.

(4) Os burgueses de Cracóvia e, mais tarde, de Wilno, eram admitidos aos trabalhos da Sejm, mas não tinham direito a voto.

autoridade dos funcionários da coroa foi cuidadosamente limitada.[5] No entanto, a convocação da Sejm ficava ainda ao arbítrio do monarca.

Enquanto isso, também nesta época, era decretada a servidão jurídica do campesinato polonês. Os Estatutos de Piotrkow proibiram, em 1496, todo o deslocamento de mão-de-obra das aldeias, à exceção de um único camponês de cada comunidade por ano. Seguiram-se medidas adicionais de adscrição à terra em 1501, 1503, 1510 e 1511: indícios das dificuldades de implementação da lei. Finalmente, em 1520, assinou-se uma ordenação referente aos tributos feudais, impondo corvéias de até seis dias por semana ao vilão, ou *wloka*, polonês.[6] A servidão dos camponeses, que tornou-se cada vez mais rigorosa ao longo do século XVI, fundamentou a nova prosperidade da *szlachta*. Com efeito, a nobreza polaca beneficiou-se mais do que qualquer outro grupo social da região com o surto cerealífero do Báltico naquela época. Os lotes camponeses foram gradualmente reduzidos, enquanto o cultivo dominial se expandia para atender à demanda do mercado de exportação. Na segunda metade do século, o volume de cereais embarcado para fora do país duplicou. Durante o ápice do comércio de cereais, entre 1550 e 1620, a inflação ocidental garantiu à classe fundiária amplos e inesperados rendimentos em virtude dos termos de intercâmbio. Considerando uma fase mais longa, calcula-se que entre 1600 e 1750 o valor da produção comercializada dos magnatas tenha triplicado, o da pequena nobreza duplicado e o dos camponeses decaído.[7] Contudo, estes lucros não foram produtivamente reinvestidos. A Polônia tornou-se o celeiro da Europa, mas as técnicas de cultivo continuaram primitivas, com índices de rendimento pouco elevados. O aumento da produção agrícola foi conseguido pela extensão da superfície cultivada, especialmente nas terras fronteiriças do sudeste, e não pelo aprimoramento intensivo dos cultivos. Além disso, a aristocracia polonesa usou o seu poder econômico para uma política mais sistematicamente anti-urbana que a de qualquer outra classe dominante da Europa. No início do século XVI, impuseram-se preços máximos às manufaturas nativas das cidades, cujas comunidades mercantis eram principalmente ale-

(5) J. Tazbir, em Kieniewicz (Org.), *History of Poland*, p. 176.

(6) R. F. Leslie, *The Polish Question*, Londres, 1964, p. 4.

(7) Witold Kula, "Un'Economia Agraria Senza Accumulazione: la Polonia dei Seicoli XVI-XVIII", *Studi Storici*, nº 3-4, 1968, pp. 615-6. As variações de rendimentos eram muito menores, evidentemente, devido ao caráter de subsistência da maior parte da produção camponesa (estimada por Kula em 90 por cento).

mãs, judaicas ou armênias. Em 1565, os mercadores estrangeiros receberam privilégios exorbitantes, cujo efeito objetivo foi, inevitavelmente, o enfraquecimento e a ruína dos comerciantes locais.[8] A prosperidade comercial da época foi também acompanhada pela expansão urbana e os senhores mais abastados fundaram cidades privadas controladas por eles, enquanto outros nobres convertiam no campo oficinas de fundição em moinhos de cereais. Mas a autonomia municipal dos patriciados urbanos foi praticamente suprimida em toda parte e, com ela, as possibilidades de desenvolvimento industrial. Apenas o porto germânico de Danzig escapou à liquidação dos privilégios urbanos medievais por parte da *szlachta*: o controle monopolista das exportações de que passou a desfrutar contribuiu para asfixiar ainda mais as cidades do interior. Dessa maneira, criou-se cada vez mais uma monocultura agrária, que importava os seus bens manufaturados do Ocidente numa prefiguração aristocrática das economias ultramarinas do século XIX.

A classe nobiliária que se constituiu sobre tais bases econômicas não tinha paralelo em qualquer outro lugar da Europa. O grau de pressão servil que ela exercia sobre o campesinato era extraordinário — com corvéias previstas na lei de até seis dias por semana; em 1574, adquiriu oficialmente um *jus vitae et necis* sobre os servos, que permitia, em teoria, o direito de os executar arbitrariamente.[9] A aristocracia que controlava tais poderes era de composição notavelmente diversa da de seus vizinhos. Com efeito, a teia de parentesco clânico, indício seguro de uma estrutura social pré-feudal, sobrevivera na sociedade relativamente atrasada e amorfa da Polônia do início da era medieval durante muito mais tempo do que em qualquer outra região, a ponto de afetar os contornos da nobreza feudal quando esta apareceu, num período que desconhecia a hierarquia de vassalagem organizada.[10] Quan-

(8) Tazbir minimiza os efeitos práticos imediatos desta medida, mas a sua intenção é bastante clara: Tazbir, *History of Poland*, p. 178.

(9) Leslie, *The Polish Question*, pp. 4-5.

(10) Esses clãs não eram descendentes diretos de unidades de organização tribal, mas formações mais recentes calcadas naquelas. Para o conjunto do problema da heráldica clânica na Polônia, ver K. Gorski, "Les Structures Sociales de la Noblesse Polonaise au Moyen Âge", *Le Moyen Âge*, 1967, pp. 73-85. Etimologicamente, a palavra *szlachta* deriva talvez do antigo alto alemão *slahta* (no alemão moderno *Geschlecht*), que significa família ou raça, embora a sua origem não seja absolutamente certa. Deve-se notar que a nobreza húngara não diferia da polaca em dimensão e caráter, devido também à presença de princípios clânicos pré-feudais na sua formação inicial: mas os dois casos não devem ser confundidos, uma vez que os magiares foram, de fato, um povo nômade até o

do, na Idade Média, as insígnias heráldicas foram importadas do Ocidente, não foram famílias isoladas que as adotaram, mas clãs inteiros, cujas redes de parentesco e clientela ainda subsistiam na zona rural. O resultado foi a criação de uma classe nobre relativamente numerosa, compreendendo talvez umas 700 mil pessoas, ou 7 a 8 por cento da população no século XVI. No seio desta classe, não havia títulos a distinguir um grau aristocrático de outro.[11] Mas esta igualdade jurídica dentro da nobreza, sem equivalentes na Europa, era complementada por uma desigualdade econômica também sem paralelos na época. A grande massa da *szlachta* — talvez mais da metade — possuía diminutas propriedades de quatro a oito hectares, com freqüência iguais às de um camponês médio. Este estrato concentrava-se nas antigas províncias do ocidente e do centro da Polônia: na Mazóvia, por exemplo, constituía cerca de um quinto da população total.[12] Outro setor importante da nobreza compunha-se de pequenos cavaleiros com pequenas propriedades, que não possuíam mais do que uma ou duas aldeias. E, no entanto, nominalmente no seio desta mesma nobreza, existiam alguns dos maiores magnatas territoriais da Europa, donos de colossais latifúndios, situados principalmente nas regiões lituana e ucraniana a leste do país. Nestes territórios mais recentes, legado da expansão lituana do século XIV, não ocorreu uma idêntica difusão heráldica, e a alta aristocracia sempre conservou muito do caráter de uma pequena casta de potentados sobreposta a um campesinato etnicamente estrangeiro. Durante o século XVI, a nobreza lituana tornou-se progressivamente assimilada, em sua cultura e em suas instituições, à sua homóloga polonesa, à medida que a pequena nobreza local conquistava gradualmente direitos semelhantes aos da *szlachta*.[13] A conseqüência constitucional de tal convergência foi a União de Lublin, em 1569, que

final do século X e, portanto, tiveram uma história e uma estrutura social anteriores muito diferentes das dos eslavos ocidentais.

(11) Para um esboço sociológico, ver Andrzej Zajaczkowski, "Cadres Structurels de la Noblesse", *Annales ESC*, janeiro-fevereiro de 1968, pp.88-102. Os grandes senhores lituanos que reclamavam a descendência de Gedymin ou de Rurik usavam o título honorífico de "príncipe", mas essa pretensão não tinha força jurídica.

(12) P. Skwarczyński, "Poland and Lithuania", *The New Cambridge Modern History of Europe*, III, p. 400.

(13) Quanto a este processo, ver Vernadsky, *Russia at the Dawn of the Modern Age*, pp. 196-200. O livro de Vernadsky inclui um dos melhores relatos existentes sobre o Estado lituano, sob o título "West Russia". Quanto ao pano de fundo e aos dispositivos da União de Lublin, em parte determinada pela pressão militar da Moscóvia sobre a Lituânia, ver pp. 241-8.

fundiu finalmente os dois reinos em uma única organização política, a *Rzeczpospolita Polska*, com moeda e parlamento comuns. Por outro lado, a massa da população das províncias orientais não experimentou tal fusão, permanecendo em sua maioria ortodoxos por religião e bielorussos ou rutenos quanto ao idioma. Portanto, menos da metade dos habitantes da Comunidade polonesa era étnica e lingüisticamente polaca. O caráter "colonial" da classe fundiária no leste e no sudeste expressava-se na dimensão de seus domínios. No final do século XVI, o chanceler João Zamoyski era senhor de cerca de 800 mil hectares, localizados sobretudo na Pequena Polônia, e exercia jurisdição sobre umas oitenta cidades e oitocentas aldeias.[14] No início do século XVII, o império Wisnowiecki na Ucrânia oriental estendia-se por terras ocupadas por 230 mil súditos.[15] No século XVIIf, a família Potocki possuía na Ucrânia cerca de 1 milhão e 200 mil hectares; a casa Radziwill, da Lituânia, possuía domínios estimados em 4 milhões de hectares.[16] Portanto, sempre existiu uma extrema tensão entre a ideologia de paridade jurídica e a realidade de tremenda disparidade econômica no seio da aristocracia polonesa.

No entanto, durante o século XVI, o conjunto da *szlachta* beneficiou-se, provavelmente mais do que qualquer outro grupo da Europa, com a revolução dos preços. Esta foi a época de sonolência do Brandenburgo e de declínio da Prússia oriental; a Rússia encontrava-se em expansão, mas em meio a terríveis retrocessos e convulsões. A Polônia era, em contraste, a maior e mais rica potência do Leste. Coube-lhe a principal parte da prosperidade do Báltico, na fase mais pujante do comércio de cereais. O brilho cultural da Renascença polonesa, o meio ambiente de Copérnico, foi disso um resultado. No aspecto político, no entanto, é difícil não suspeitar que a precoce e abundante boa fortuna da *szlachta* tenha, em certo sentido, paralisado a sua capacidade de centralização construtiva numa época posterior. A Polônia, *infernus rusticorum* para o campesinato, proporcionava à nobreza uma *aurea libertas*: não se sentia a necessidade premente de um Estado forte no paraíso dos cavaleiros. A passagem relativamente despreocupada da

(14) Tazbir, *History of Poland*, p. 196: além de seus próprios domínios, Zamoyski controlava vastas áreas do domínio real. Na Polônia, as terras pertencentes ao monarca eram amplamente alienadas, como garantia dos empréstimos realizados junto aos magnatas.

(15) A. Maczak, "The Social Distribution of Landed Property in Poland from the 16th to the 18th Century", *Third International Conference of Economic History*, p. 461.

(16) B. Boswell, "Poland", em A. Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, pp. 167-8.

Polônia pela grande crise econômica e demográfica do feudalismo europeu no fim da fdade Média, da qual emergiu menos ferida que qualquer outro país da região, seguida pelo maná comercial do início da época moderna, talvez tenha preparado a desintegração política que estava por vir. Além disso, no plano estratégico, a Comunidade polonesa do século XVI não enfrentou nenhuma ameaça militar importante. A Alemanha estava presa às cruentas discórdias internas da Reforma. A Suécia era ainda uma potência menor. A Rússia expandia-se mais em direção ao Volga e ao Neva que ao Dnieper; o desenvolvimento do Estado moscovita, embora começando a parecer grandioso, permanecia imaturo e a sua estabilidade precária. No sul, todo o peso da pressão turca era dirigido contra as fronteiras Habsburgo na Hungria e na Áustria, enquanto a Polônia era amortecida pela Moldávia — um débil Estado-vassalo do sistema otomano. No sudeste, os ataques irregulares dos tártaros da Criméia, embora destrutivos, constituíam um problema localizado. Portanto, não havia a necessidade urgente de um Estado monárquico centralizado, capaz de construir uma ampla máquina militar de defesa contra os inimigos externos. A imensa extensão da Polônia e o tradicional valor da *szlachta* como cavalaria feudal pesada pareciam garantir a segurança geográfica da classe possuidora.

Assim, justamente numa época em que o absolutismo estava em avanço em toda a Europa, os poderes da monarquia polonesa eram drástica e definitivamente reduzidos pela aristocracia. Em 1572, a dinastia jagelônia extinguiu-se com a morte de Segismundo Augusto, que não deixou sucessores. Seguiu-se um leilão internacional pela dignidade real. Em 1573, 40 mil nobres reuniram-se numa assembléia *viritim* nas planícies de Varsóvia e elegeram Henrique de Anjou para o trono. Estrangeiro, sem quaisquer laços com o país, o príncipe francês foi forçado a assinar os famosos Artigos Henriquinos, que tornaram-se a partir daí a carta constitucional da Comunidade polonesa; ao mesmo tempo, um esquema separado, ou *Pacta Conventa*, entre o monarca e a nobreza, estabeleceu os precedentes para os contratos pessoais, com obrigações específicas e vinculatórias, a serem assinados pelos reis poloneses no ato de sua ascensão. Nos termos dos Artigos Henriquinos, o caráter não-hereditário da monarquia foi expressamente reconfirmado. O próprio monarca foi privado de praticamente todos os poderes substantivos no governo do reino. Não podia exonerar os funcionários civis ou militares da sua administração ou ampliar o minúsculo exército de 3 mil homens. O consentimento da Sejm, que a partir daí devia reunir-se a cada dois anos, era necessário para qualquer decisão política ou fiscal de importância. A infração a estas restrições legitimava a rebelião contra o monarca.[17] Em outras palavras, a Polônia tornou-se em tudo, menos no nome, uma república nobiliária com um rei decorativo. Jamais uma dinastia polonesa nativa presidiria outra vez o reino: a classe fundiária preferiu deliberadamente governantes franceses, húngaros, suecos e saxônios, com o intuito de assegurar a debilidade do Estado central. A linhagem jagelônia contara com um extenso domínio hereditário em seus territórios da Lituânia; os reis estrangeiros que se sucederam na Polônia não dispunham de uma tal base econômica dentro do país para apoiá-los. As receitas e as tropas sob o comando dos maiores magnatas eram com freqüência tão grandes como as do próprio soberano. Embora alguns príncipes-guerreiros fossem ocasionalmente eleitos — Bathory, Sobieski —, a monarquia nunca mais recuperou poderes efetivos ou permanentes. Além das vicissitudes dinásticas e da heterogeneidade étnica da União polaco-lituana, existia talvez uma tradição política mais antiga por trás deste resultado anômalo. A Polônia não compartilhara nem a herança imperial dos bizantinos, nem a dos carolíngios; a sua nobreza não experimentara uma integração original numa organização política monárquica comparável à da Rússia de Kiev ou à da Alemanha medieval. A genealogia clânica da *szlachta* era um sinal da distância que as separava. De tal modo, a sua Renascença não conheceu o culto autocrático de uma monarquia Tudor, Valois ou Habsburgo, mas o florescimento de uma comunidade aristocrática.

A fase final do século XVI mal indicava as crises que se avizinhavam. Ao *Pacta Conventa* de 1573 seguiu-se, três anos mais tarde, após a partida de Henrique para a França, a eleição do príncipe Estevão Bathory, da Transilvânia, como rei da Polônia. Bathory, hábil e experiente general magiar, controlava uma fortuna e um exército pessoais originários de seu principado vizinho, cuja economia relativamente próspera e urbanizada lhe proporcionava recursos e tropas profissionais independentes. A sua autoridade política na Polônia estava, portanto, fortemente escorada em sua base territorial além dos Tatras. Ele próprio um governante católico, promoveu discretamente a Contra-Reforma na Polônia, evitando as provocações religiosas àqueles setores da nobreza que tinham-se tornado protestantes. O seu reinado se dis-

(17) Quanto aos Artigos Henriquinos e ao *Pacta Conventa*, ver F. Nowak, "The Interregna and Stephen Batory". *The Cambridge History of Poland*, I, pp. 372-3. O melhor estudo geral do sistema constitucional polonês tal como se apresentava nesta época está em Skwarczyński, "The Constitution of Poland Before the Partitions". *The Cambridge History of Poland*, II, pp. 49-67.

tinguiu, acima de tudo, pela vitória militar contra a Rússia nas Guerras do Báltico. Tendo iniciado a campanha contra Ivã IV em 1578, com um exército misto de cavalaria polaca, infantaria transilvana e cossacos ucranianos, Bathory conquistou a Livônia e varreu as forças russas para além do Polotsk. À data de sua morte, em 1586, a supremacia da Polônia na Europa oriental parecia maior do que nunca. A escolha da *szlachta* para o seu sucessor recaiu desta vez num sueco: Segismundo Vasa. Durante o seu reinado, o expansionismo polonês pareceu atingir o apogeu. Explorando os levantes políticos e sociais na Rússia durante a Época das Dificuldades, a Polônia apoiou o breve governo do Falso Dimitri, em 1605-6, um usurpador protegido em sua capital por tropas polonesas. Depois, em 1610, as forças polacas comandadas pelo *hetman* Zolkiewski reocuparam Moscou e instalaram como czar o filho de Segismundo, Ladislau. A reação popular russa e as operações contrárias da Suécia forçaram a guarnição polonesa a evacuar Moscou em 1612 e, no ano seguinte, o czarado passou à dinastia Romanov. No entanto, a intervenção polaca na Época das Dificuldades resultou em importantes ganhos territoriais, no Armistício de Deulino, em 1618, através do qual a Polônia anexou uma ampla faixa da Rússia Branca. Nestes anos, a *Rzeczpospolita* atingiu as suas mais vastas fronteiras.

Não obstante, duas fendas fatais de caráter geopolítico prejudicaram este Estado polonês, apesar do orgulho inabalado da nobreza *husarja* nas operações da cavalaria. Ambas eram sintomas do individualismo monádico da classe dominante polaca. Por um lado, a Polônia fracassara em eliminar o domínio alemão na Prússia oriental. As vitórias jagelônias sobre a Ordem Teutônica, no século XV, reduziram os cavaleiros alemães a vassalos da monarquia polonesa. No início do século XVI, foi aceita a secularização da Ordem pelo seu grão-mestre, em troca da manutenção da suserania polaca sobre o que passava a ser o ducado da Prússia. Em 1563, Segismundo Augusto — o último governante jagelônio — aceitou partilhar a investidura do ducado com o margrave do Brandenburgo, em troca de benefícios diplomáticos transitórios. Quinze anos mais tarde, Bathory vendeu a tutela do duque da Prússia oriental para o Eleitor do Brandenburgo, a troco de recursos para financiar a guerra com a Rússia. Finalmente, em 1618, a monarquia polonesa permitiu a unificação dinástica da Prússia oriental com o Brandenburgo, sob a chefia de um governante comum Hohenzollern. Assim, por uma série de concessões jurídicas que acabaram por resultar numa completa renúncia à suserania polaca, o ducado foi entregue aos Hohenzollern. A loucura estratégica que este processo constituiu em breve se evidenciaria. Ao perder a oportunidade de integrar a Prússia oriental, a Polônia perdeu também a chance de controlar o litoral do Báltico e nunca se tornou uma potência marítima. A falta de uma frota iria torná-la vulnerável a invasões anfíbias vindas do norte. As razões de tal inércia devem indubitavelmente ser procuradas no caráter da nobreza. Tanto o domínio da costa como a construção de uma marinha exigiam uma poderosa máquina de Estado, capaz de erradicar os *junkers* da Prússia oriental e de mobilizar o investimento público necessário à construção de fortes, estaleiros e instalações portuárias. O Estado russo de Pedro, o Grande, pôde realizar esta tarefa assim que atingiu o Báltico. A *szlachta* polonesa não se mostrou interessada. Contentava-se em contar com o esquema tradicional do transporte de cereais através de Danzig, em cargueiros holandeses ou alemães. O controle real sobre as políticas de comércio de Danzig foi abandonado na década de 1640.[18] A nobreza era indiferente à sorte do Báltico. A sua expansão assumiria uma forma completamente diferente — um impulso em direção às regiões fronteiriças do sudeste, na Ucrânia. Aí, era possível e lucrativa a penetração e colonização de caráter privado; não havia um Estado organizado para resistir a tal avanço; e não eram necessárias inovações econômicas para criar novos latifúndios nas terras excepcionalmente férteis de ambos os lados do Dnieper. Assim, no início do século XVII, a propriedade senhorial polonesa estendeu-se ainda mais profundamente, para além da Volínia e da Podólia, através da Ucrânia oriental. A imposição da servidão ao campesinato ruteno local, exacerbada pelos conflitos religiosos entre as Igrejas católica e ortodoxa e complicada pela turbulenta presença das colônias de cossacos, fez desta região selvagem um constante problema de segurança. No aspecto econômico, a mais lucrativa projeção da Comunidade, ela era no plano social e político a área mais explosiva do Estado nobiliário. Dessa maneira, a reorientação da *szlachta* do Báltico para o mar Negro viria a revelar-se duplamente desastrosa para a Polônia. As suas conseqüências finais seriam a Revolução da Ucrânia e o Dilúvio sueco.

Nos primeiros anos do século XVII, tornavam-se visíveis no seio da Polônia inquietantes sinais de crise iminente. Na virada do século, os limites da economia agrária tradicional na região central do país, que fornecera a base produtiva ao poder externo da Polônia, começaram a se fazer sentir. A expansão do sistema senhorial não fora acompanhada

(18) H. Jablonowski, "Poland-Lithuania 1609-1648", *The New Cambridge Modern History of Europe*, IV, Cambridge, 1970, pp. 600-1.

por melhorias reais na produtividade: a superfície arável crescera, ao passo que as técnicas permaneciam grandemente estacionárias. Além disso, tornava-se agora evidente o preço a pagar pela desordenada extensão da agricultura dominial às custas das posses camponesas. Havia sinais de exaustão agrícola mesmo antes que os preços dos cereais começassem a cair com a depressão européia que passou a instalar-se gradualmente a partir da década de 1620. A produção começou a declinar e, o que era ainda mais grave, os rendimentos diminuíram.[19] Ao mesmo tempo, a coesão política do Estado ficava seriamente debilitada com novas derrogações da autoridade central, que a monarquia mantivera tenazmente. Em 1607-9, uma grave revolta da nobreza contra Segismundo II — a rebelião Zebrzydowski — forçou o rei a abandonar seus planos de um poder monárquico reformado. A partir de 1613, a Sejm nacional delegou às *sejmiki* locais o encargo de estabelecer impostos, tornando ainda mais difícil a instauração de um sistema fiscal efetivo. Na década de 1640, as *sejmiki* conquistaram ainda maior autonomia financeira e militar nas suas localidades. Enquanto isso, a revolução que à época se operava nas técnicas militares não levava em conta a *szlachta*: a sua perícia na cavalaria tornava-se crescentemente anacrônica em batalhas decisivas por infantarias treinadas e artilharia móvel. O principal exército da Comunidade compunha-se ainda de apenas 4 mil homens, em meados do século, e escapava ao controle real graças ao comando independente dos *hetmans* vitalícios; enquanto isso, os magnatas fronteiriços mantinham muitas vezes exércitos privados de dimensão virtualmente equivalente.[20] Na década de 1620, a rápida conquista sueca da Livônia, o domínio do litoral da Prússia oriental e a extorsão de pesados tributos no Báltico, tinham revelado a vulnerabilidade das defesas polonesas no norte; entretanto, no sul, sucessivos levantes cossacos foram pacificados com dificuldade, nos anos 1630. Estava montado o cenário para o espetacular colapso do país, no reinado do último rei Vasa, João Casimiro.

Em 1648, os cossacos ucranianos revoltaram-se sob a chefia de Khmeltnitsky e, na esteira do levante, desencadeou-se uma *jacquerie* camponesa contra a classe senhorial polaca. Em 1654, os líderes cossacos levaram consigo para o Estado russo rival vastas porções do sudeste, com o Tratado de Pereyaslavl; os exércitos russos marcharam para o ocidente, capturando Minsk e Wilno. Em 1655, a Suécia lançou um devastador ataque em tenaz através da Pomerânia e da Curlândia; o Brandenburgo aliou-se a ela para uma invasão conjunta. Varsóvia e Cracóvia caíram rapidamente nas mãos das tropas suecas e prussianas, enquanto os grandes senhores lituanos apressavam-se em desertar para juntar-se a Carlos X, e João Casimiro escapava para um refúgio na Áustria. A ocupação sueca na Polônia suscitou na *szlachta* uma feroz resistência. Seguiu-se a intervenção internacional para impedir o alargamento do império sueco: as frotas holandesas deram cobertura a Danzig, a diplomacia austríaca auxiliou o rei fugitivo, as tropas russas assaltaram a Livônia e a Ingria; finalmente, a Dinamarca lançou-se sobre a retaguarda sueca. Em conseqüência, a Polônia ficou livre de exércitos suecos em 1660, depois de imensa destruição. A guerra com a Rússia durou ainda mais sete anos. Quando a Comunidade encontrou de novo a paz, em 1667, depois de aproximadamente duas décadas de conflito, perdera a Ucrânia oriental com Kiev, as extensas terras fronteiriças cujo centro era Smolensk e todas as pretensões residuais sobre a Prússia oriental; na década seguinte, a Turquia tomava a Podólia. As perdas territoriais ascendiam a um quinto do território polonês. Mas os efeitos econômicos, sociais e políticos daqueles anos desastrosos foram ainda mais graves. Os exércitos suecos que varreram o país tinham-no deixado, de ponta a ponta, destruído e despovoado: o rico vale do Vístula foi a região mais duramente atingida. A população da Polônia decresceu de um terço entre 1650 e 1675, ao passo que as exportações de cereais, via Danzig, caíram em mais de 80 por cento, entre 1618 e 1691.[21] A produção cerealífera de muitas regiões entrou em colapso devido à devastação e à queda demográfica; a produção nunca se recuperou. Verificou-se uma contração da área cultivada e muitas *szlachta* se arruinaram. A crise econômica que se seguiu à guerra acelerou a concentração da terra, em condições em que apenas os grandes senhores tinham os recursos para reorganizar a produção e muitos domínios menores estavam à venda. As exações servis se intensificaram em meio

(19) Jerzy Topolski, "La Régression Économique en Pologne du XVIe au XVIIIe Siècle, *Acta Poloniae Historica*, VII, 1962, pp. 28-49.

(20) Tazbir, *History of Poland*, p. 224. Em teoria, evidentemente, um recrutamento geral da nobreza poderia fornecer a força principal para as guerras com o estrangeiro.

(21) Henry Willets, "Poland and the Evolution of Russia", em Trevor-Roper (Org.), *The Age of Expansion*, p. 265. Para um relato minucioso do que foram as devastações do Dilúvio na região de Mazóvia, ver I. Gieysztorowa, "Guerre et Régression en Mazovie aux XVIe et XVIIe Siècles", *Annales ESC*, outubro-novembro de 1958, pp. 651-68, que aborda também o declínio econômico que aí se registrara antes da guerra, a partir do início do século XVII. A população da Mazóvia caiu de 638 mil para 305 mil habitantes entre 1578 e 1661, ou em cerca de 52 por cento.

menores estavam à venda. As exações servis se intensificaram em meioà à nova estagnação. A desvalorização da moeda e a depressão dos salários fulminaram as cidades.

No plano cultural, a *szlachta* vingou-se da história que a desapontara adotando uma mòrbida mitomania: um surpreendente culto de imaginários ancestrais "sármatas" do passado pré-feudal combinou-se com um fanatismo provinciano ligado à Contra-Reforma, num pais onde a civilização urbana refluía arentuadamente. A ideologia pseudo-atávica do sarmatianismo não constituía uma mera aberração: ela refletia a situação do conjunto da classe, que encontrava a sua mais viva expressão no prôprio reino constitucional. Com efeito, no plano politico, o efeito conjunto da Revolução da Ucrânia e do Dilúvio sueco estilhaçou a frágil unidade da Comunidade polaca. A grande brecba aberta na história e na prosperidade da classe nobiliária não a congregou na criação de um Estado centralizado que pudesse enfrentar novos ataques externos: ao contrário, mergulhou-a numa *fuite en avant* de caráter suicida. A partir de meados do século XVII, a lógica anárquica da organização política polonesa atingiu uma espécie de paroxismo institucional com a norma da unanimidade parlamentar — o famoso *liberum veto*.[22] Desde então, um único voto negativo podia dissolver a Sejm e paralisar o Estado. O *liberum veto* foi exercido pela primeira vez por um deputado à Sejm em 1652: depois disso, o seu uso cresceu rapidamente e estendeu-se às *sejmiki* provinciais, que eram agora mais de setenta. A classe fundiária, que há muito tornara o executivo praticamente impotente, acabava assim por neutralizar também o legislativo. O eclipse da autoridade real foi doravante completado pela desintegração do governo representativo. Na prática, o caos apenas foi evitado pelo crescente predomínio dos grandes magnatas orientais no seio da nobreza, pois os seus vastos latifúndios cultivados por servos rutenos ou russos brancos conferiam-lhes preponderância sobre os pequenos cavaleiros da Polônia central e ocidental. Um sistema de clientela forneceu assim uma certa estrutura organizada à classe *szlachta*, ainda que as rivalidades entre as famílias dos grandes senhores — Czartoryski, Sapieha, Potocki, Radziwill, e outras — rompessem constantemente a unidade da nobreza: pois, ao mesmo tempo, eram eles que

(22) O estudo clássico sobre este dispositivo singular é o de L. Konopczynki, *Le Liberum Veto*, Paris, 1930. Konopczynski conseguiu localizar apenas uma instituição similar: o direito formal de *dissentimiento*, em Aragão. Mas o veto aragonês era, na prática, comparativamente inócuo.

com mais freqüência lançavam mão do *liberum veto*.[23] O reversn constitucional do "veto" era a "confederação": um artifício jurídico que permitia às facções aristocráticas se autoproclamarem em estadn de insurreição armada contra o governo.[24] Por ironia, o voto majoritário e a disciplina militar estavam juridicamente previstos para as confederações rebeldes, ao passo que a Sejm unitária era constantemente imobilizada pela intriga politica e pelo voto unânime. A vitoriosa sublevação da nobreza chefiada pelo grande marechal Lubomirski, que evitou a eleição *vivente rege* de um sucessor de João Casimiro, em 1665-6, e precipitou a abdicação do rei, pressagiava a orientação futura da política dos grandes senbores. Na era de Luis XIV e Pedro I, nascia no Vístula uma negação total e radical do absolutismo.

A Polônia ainda continuava a ser o segundo maior pais da Europa. Nas últimas décadas do século XVII, o rei-guerreiro João Sobieski restaurou algumas de suas anteriores posições externas. Levado ao poder pelo perigo de renovados ataques dos turcos na Podólia, Sobieski conseguiu ampliar o exército central para 12 mil homens e modernizá-lo pela inclusão de unidades de dragões e de infantaria. As forças polonesas desempenharam o principal papel na libertação de Viena, em 1683, e os avanços otomanos na região do Dniester foram contidos. Mas os frutos mais importantes desta última e bem-sucedida mobilização da *szlachta* foram colbidos pelo imperador Habsburgo; o auxílio polaco contra os turcos apenas permitiu ao absolutismo austríaco expandir-se rapidamente em direção aos Bálcãs. No plano interno, de pouco valeu a Sobieski a sua reputação internacional. Todos os seus projetos para uma monarquia hereditária viram-se frustrados; o *liberum veto* tornou-se cada vez mais freqüente na Sejm. Na Lituânia, onde o clã Sapieha exercia amplos poderes, o mandado do monarca deixou virtualmente de existir. Em 1696, a nobreza rejeitou o seu filho como sucessor: uma disputada eleição acabou com a instalação de outro principe estrangeiro no trono, Augusto II da Saxônia, sustentado pela Rússia. O novo governante Wettin tentou usar os recursos industriais e militares saxônios para estabelecer um Estado monárquico mais

(23) O deputado Sicinski, que inaugurou o uso do veto em 1652, era um instrumento de Bogusiaw Radziwill. Para uma análise estatística do exercicio do *liberum veto* nos cem anos seguintes, que demonstra o caráter acentuadamente regional de sua utilização — 80 por cento dos deputados que o exerceram eram originários da Lituânia ou da Pequena Polônia, ver Konopczynski, *Le Liberum Veto*, pp. 217-8. A família Potocki detinha o recorde de recursos dos grandes senhores ao veto.

(24) Para o dispositivo da "conlederação", ver Skwarczyński, "The Constitution of Poland before the Partitions", p. 60.

convencional, com um programa econômico mais convincente. Planejou-se criar uma companhia comercial saxo-polaca para o Báltico, a construção portuária foi revitalizada, enquanto as tropas Wettin dominavam a Lituânia.[25] A *szlachta* logo reagiu: em 1699, o *Pacta Conventa* foi imposto a Augusto II, estipulando a retirada de seu exército alemão do país. Em conluio com Pedro I, Augusto levou então as suas tropas através da fronteira, rumo ao norte, para um ataque à Livônia sueca. Tal operação precipitou a Grande Guerra do Norte, em 1700. A Sejm repudiou energicamente os planos pessoais do rei, mas o contra-ataque sueco às forças saxônias, em 1701-2, mergulhou o país no torvelinho da guerra. Ao cabo de devastadores combates, Carlos XII invadiu a Polônia, depôs Augusto II e instalou no trono um pretendente nativo, Estanislau Leszczynski. Defrontada com a ocupação, a nobreza dividiu-se: os grandes senhores do leste, como em 1655, optaram pela Suécia, ao passo que a massa dos pequenos cavaleiros do oeste juntou-se relutantemente à aliança saxo-russa. A derrota de Carlos XII em Poltava restaurou Augusto II na Polônia. Contudo, quando em 1713-4 o rei saxão tentou reintroduzir o seu exército e ampliar o poder real, prontamente se formou uma confederação rebelde e a intervenção militar russa impôs o Tratado de Varsóvia a Augusto II, em 1717. Por injunção de um enviado russo, o exército polonês foi fixado em 24 mil homens, as tropas saxônias foram limitadas a 1 200 guardas pessoais do monarca e os funcionários alemães da administração foram repatriados.[26]

A Grande Guerra do Norte revelou-se um segundo Dilúvio. Os rigores da ocupação sueca e a desolação deixada por sucessivas campanhas dos exércitos escandinavos, alemães e russos em solo polonês cobraram um pesado tributo. A população da Polônia, atingida pela guerra e pela peste, caiu para cerca de 6 milhões de habitantes. As extorsões econômicas das três potências que disputavam o controle estratégico do país — cerca de 60 milhões de taleres — montaram a três vezes a receita pública total da Comunidade durante o conflito.[27] Mais grave que isso, a Polônia era pela primeira vez um objeto inerte do

(25) Para uma reavaliação recente dos primeiros planos saxônios na Polônia, ver J. Gierowski e A. Kaminski, "The Eclipse of Poland", *The New Cambridge Modern History of Europe*, VI, pp. 687-8.

(26) Na verdade, embora o Tratado de Varsóvia permitisse a convocação de 24 mil homens, somente cerca de 12 mil foram recrutados: uma vez que a dimensão do exército central antes da guerra alcançava 18 mil soldados, o resultado foi uma nova redução do poderio militar polonês: E. Rostworowski, *History of Poland*, pp. 281-2, 289.

(27) Gierowski e Kaminski, "The Eclipse of Poland", pp. 704-5. Em 1650, a população da Polônia atingira cerca de 10 milhões de habitantes.

conflito internacional que se travava no seu território. A passividade política da *szlachta* na disputa triangular entre Carlos XII, Pedro I e Augusto II só foi rompida por sua sombria resistência a todo movimento no sentido de fortalecer o poder monárquico na Polônia e, portanto, a capacidade defensiva polonesa. Augusto II, cuja base de apoio na Saxônia era mais rica e avançada do que jamais o fora na Transilvânia, foi incapaz de repetir a experiência de Bathory, um século depois. Para impedir que a União saxo-polaca frutificasse, a nobreza estava disposta a aceitar o protetorado da Rússia. O convite à invasão feito em 1717 a São Petersburgo inaugurou uma época de crescente submissão às manobras czaristas na Europa oriental.

Em 1733, a eleição para a monarquia foi, mais uma vez, bastante disputada. A França tentou apoiar a candidatura de Leszczynski, como natural da Polônia e aliado de Paris. A Rússia, apoiada pela Áustria e pela Prússia, optou por uma sucessão saxônia, como alternativa mais frágil: a despeito da eleição legítima de Leszczynski, Augusto III foi devidamente imposto pelas baionetas estrangeiras. O novo governante — ao contrário de seu pai, um monarca absenteísta que residia em Dresden — não fez qualquer tentativa de remodelar o sistema político na Polônia. Varsóvia deixou de ser a capital, uma vez que o país se tornou uma vasta província estagnada, ocasionalmente cruzada por exércitos vizinhos. Os ministros saxônios distribuíram sinecuras no Estado e na Igreja, enquanto as facções de magnatas reduziam os vetos na Sejm, sob injunção ou suborno das potências estrangeiras rivais — Rússia, Áustria, Prússia e França.[28] A *szlachta*, que durante o apogeu da Reforma e da Contra-Reforma mantivera um padrão de tolerância religiosa raro na Europa, era agora, na Época das Luzes, tomada por um fanatismo católico já esquecido: as febres de perseguição que se apoderaram da nobreza foram o sintoma decadente de seu "patriotismo". Do ponto de vista econômico, verificou-se uma certa recuperação no final do século XVIII. A população elevou-se de novo aos níveis anteriores ao Dilúvio, ao passo que a exportação de cereais através de Danzig duplicava nos quarenta anos seguintes à Grande Guerra do Norte, embora permanecendo muito inferior aos índices máximos obtidos no século anterior. A concentração de terras e de servos continuou, em benefício dos grandes senhores.[29]

(28) Após a imposição inicial de Augusto II, todas as sessões da Sejm, que reuniu-se treze vezes durante o reinado, foram interrompidas pelo uso do *liberum veto*.

(29) Os comentários de Montesquieu sobre a Polônia eram bem característicos da opinião do iluminismo na época: "A Polônia (...) não tem praticamente nenhuma da-

Em 1764, Poniatowski — amante polonês de Catarina II, ligado à facção Czartoryski — tornou-se o novo monarca por escolha russa. A permissão inicial de São Petersburgo de proceder a reformas centralizadoras em breve foi revogada, a pretexto da supressão dos direitos dos súditos ortodoxos e protestantes na Polônia (advogada pelos Czartoryskis). As tropas russas intervieram em 1767, acabando por suscitar uma reação da nobreza contra a dominação estrangeira, sob a bandeira da intolerância religiosa, e não da reforma política. A Confederação de Bar revoltou-se em 1768 contra Poniatowski e a Rússia, em nome do exclusivismo católico. Os camponeses ucranianos aproveitaram a oportunidade para levantar-se contra os seus senhores poloneses, enquanto as tropas confederadas recebiam auxílio da França e da Turquia. Ao fim de quatro anos de luta, a Confederação foi esmagada pelos exércitos do czar. Do *imbroglio* diplomático entre a Rússia, a Prússia e a Áustria em torno desta questão resultou a Partilha da Polônia, em 1772, um esquema destinado a reconciliar as três cortes. A monarquia Habsburgo tomou a Galicia; a monarquia Romanov ficou com a maior parte da Rússia Branca; a monarquia Hohenzollern adquiriu a Prússia ocidental e, com ela, o prêmio do controle absoluto do litoral do sul do Báltico. A Polônia perdeu 30 por cento de seu território e 35 por cento de sua população. No aspecto físico, era ainda mais extensa que a Espanha. Mas a prova de sua impotência era agora irrefutável.

O impacto causado pela Primeira Partilha deu origem tardiamente a uma maioria no seio da nobreza favorável a uma revisão da estrutura do Estado. O crescimento de uma burguesia urbana em Varsóvia, que quadruplicou em tamanho durante o reinado de Poniatowski, contribuiu para a secularização da ideologia da classe fundiária. Em 1788-91, conseguiu-se um precário consentimento da Prússia para um novo arranjo constitucional: nos seus últimos momentos de vida, a Sejm votou a abolição do *liberum veto* e a supressão do direito de confederação, o estabelecimento de uma monarquia hereditária, a criação de um exército de 100 mil homens e a instauração de um imposto territorial, ao lado de privilégios um pouco mais amplos.[30] A

quelas coisas que chamamos os bens móveis do universo, à parte o trigo de suas terras. Uns poucos senhores possuem províncias inteiras; eles oprimem os camponeses para obter uma quantidade maior de trigo a ser vendido no exterior, a fim de granjearem a si próprios os objetos requeridos por seu luxo. Se a Polônia não comerciasse com outras nações, o seu povo seria mais feliz". *De L'Esprit des Lois*, Paris, 1961, II, p. 23.

(30) Para a Constituição de 1791, ver R. F. Leslie, *Polish Politics and the Revolution of November 1830*, Londres, 1956, pp. 27-8.

Rússia retribuiu rápida e condignamente. Em 1792, os soldados de Catarina II invadiram o país na retaguarda de uma frente de magnatas da Lituânia, e a Segunda Partilha foi executada. A Polônia perdeu em 1793 três quintos dos territórios que lhe restavam e a sua população viu-se reduzida a 4 milhões de almas; desta vez, a Rússia ficou com a parte do leão, com a anexação de todo o resto da Ucrânia, enquanto a Prússia absorvia a Poznânia. O ato final da *Rzeczpospolita* teve lugar dois anos depois, em meio a uma confusão e explosão apocalípticas de épocas e de classes. Em 1794, eclodiu uma insurreição nacionalista e liberal chefiada por Kosciuszko, um veterano da Revolução Americana e cidadão da República francesa: a massa da nobreza alistou-se numa causa que reclamava a emancipação dos servos e reunia as massas plebéias da capital, misturando as correntes contrárias do sarmatianismo e do jacobinismo num despertar confuso e desesperado da nobreza sob o impacto combinado do absolutismo estrangeiro no Leste e da revolução burguesa no Ocidente. O radicalismo da Insurreição Polonesa de 1794 decretou a sentença de morte do Estado *szlachta*. Para as cortes legitimistas que a cercaram, era como se subitamente se visse subir ao longo do Vístula o fulgor refletido e longínquo dos incêndios do Sena. As ambições territoriais dos três impérios vizinhos adquiriram então a urgência ideológica de uma missão contra-revolucionária. Depois que Kosciuszko rechaçou um ataque prussiano a Varsóvia, Suvorov foi enviado com um exército russo para apagar a revolta. A derrota da rebelião marcou o fim da independência da Polônia. Em 1795, o país desapareceu por completo sob a Terceira Partilha.

As razões internas pelas quais a nobreza particularmente caprichosa e turbulenta que governava a Polônia foi incapaz de consumar um absolutismo nacional estão sem dúvida por explorar:[31] propusemos aqui apenas alguns elementos para uma explicação. Mas o Estado feudal que ela criou fornece uma singular elucidação das razões pela quais o absolutismo era a forma natural e normal de poder da classe

(31) A tutela política estrangeira era certamente mais aceitável para a *szlachta* devido à relativa ausência de violação dos interesses econômicos da nobreza enquanto classe. Por outro lado, parece claro também que a nobreza tolerou por tanto tempo a erosão progressiva da independência nacional em parte porque fracassara em construir o seu próprio Estado centralizado. Se tivesse existido um absolutismo polonês de qualquer espécie, a partilha teria privado um importante setor da nobreza de suas posições na máquina do Estado — tão importantes e lucrativas para as outras aristocracias da Europa. A reação à perspectiva de anexação teria sido então mais pronta e vigorosa. A mudança final na disposição e nos objetivos que esteve por trás da tardia tentativa de criar uma monarquia reformada no século XVIII também exige uma compreensão mais aprofundada, para uma explicação satisfatória da história da *szlachta*.

nobre após o fim da Idade Média. Com efeito, uma vez dissolvida a cadeia integrada de suseranias mediatizadas que constituia o sistema político medieval, a nobreza não tinha outra fonte de unificação. A aristocracia achava-se habitualmente dividida em uma hierarquia vertical de graus, em contradição estrutural com qualquer distribuição horizontal de representação, tal como a que mais tarde caracterizaria os sistemas políticos burgueses. Impunha-se portanto um princípio externo de unidade para mantê-la coesa: a função do absolutismo foi precisamente impor de fora à nobreza uma rigorosa ordem formal. Daí a possibilidade de conflitos constantes entre os governantes absolutistas e as suas aristocracias, o que, como vimos, ocorreu em toda a Europa. Tais tensões estavam inscritas na própria natureza da relação solidária entre ambos, desde que no seio da classe nobre era impraticável uma mediação imanente de interesses. O absolutismo somente poderia governar "para" a aristocracia se se mantivesse "acima" dela. Apenas na Polônia, a dimensão paradoxal da *szlachta* e a ausência formal de títulos em seu interior produziram, no seio da nobreza, uma caricatura autodestrutiva de um sistema propriamente representativo. A incompatibilidade entre ambos foi grotescamente demonstrada pelo *liberum veto*. Na verdade, dentro de um tal sistema, não havia motivos para que um membro da nobreza renunciasse a sua soberania: as *sejmiki* provinciais podiam ser dissolvidas por um simples cavaleiro, e a Sejm por um delegado de uma única *sejmik*. O clientelismo informal não podia fornecer um substituto adequado do princípio de unidade. A anarquia, a impotência e as anexações eram os resultados inevitáveis. A república nobiliária foi finalmente eliminada pelos absolutismos vizinhos. Deve-se a Montesquieu o epitáfio desta experiência, alguns anos antes de seu fim: "Sem monarquia, não há nobreza; sem nobreza, não há monarquia".

Áustria

Em certo sentido, o Estado austríaco representou o oposto constitucional da Comunidade polonesa. Com efeito, ele se baseou de forma mais completa e exclusiva no princípio de organização dinástica do que qualquer outro da Europa. A linhagem Habsburgo teria poucos rivais quanto à duração de seu domínio: conservou o poder na Áustria, de modo ininterrupto, do final do século XIII ao princípio do século XX. E, o que é mais significativo, a única unidade política existente entre as diversas regiões que viriam a formar o império austríaco era a identidade da dinastia que as governava. O Estado Habsburgo foi sempre, de modo incomparável, um *Hausmacht* familiar — um agrupamento de heranças dinásticas sem um denominador comum étnico ou territorial. A monarquia atingiu aí a sua mais pura ascendência. E, todavia, por essa mesma razão, o absolutismo austríaco nunca conseguiu criar uma estrutura estatal coerente e integrada, semelhante à dos seus rivais prussiano e russo. Em certa medida, sempre representou uma forma híbrida com elementos "ocidentais" e "orientais", devido às divisões políticas e territoriais de suas partes constituintes, dispostas ao longo da linha entre o Báltico e o Adriático, no centro geométrico da Europa. Assim, em alguns aspectos importantes, o caso austríaco situa-se na interseção de uma tipologia regional do absolutismo europeu. É esta posição histórica e geográfica particular que empresta um interesse especial ao desenvolvimento do Estado Habsburgo: a "Europa central" produziu com propriedade um absolutismo de características formalmente intermediárias, cuja divergência em relação às normas estritas

do Ocidente ou do Leste confirma e especifica a sua polaridade. As estruturas heteróclitas do absolutismo austriaco refletem a natureza compósita dos territórios que ele presidia e que nunca foi capaz de reduzir, de maneira duradoura, a uma estrutura politica única. E, no entanto, ao mesmo tempo, tal combinação de motivos não impediu uma tonalidade dominante. O império austriaco que se formou ao longo do século XVII revelou-se — apesar das aparências — pouco propenso à fissão, porque continha uma uniformidade social básica capaz de tornar as suas várias partes compatíveis entre si. Em diferentes formas e matizes, a agricultura servil predominava no conjunto dos territórios Habsburgo. A grande maioria das populações camponesas governadas pela dinastia — tchecos, eslovacos, húngaros, alemães ou austríacos — estavam atadas ao solo, com dever de serviços aos seus senhores, e sujeitas a jurisdições senhoriais. Os camponeses de cada uma dessas terras não formavam uma massa rural indiferenciada: registravam diferenças de condição de importância considerável. Mas não restam dúvidas quanto ao predomínio absoluto da servidão no seio do império austríaco, na época da Contra-Reforma, quando pela primeira vez este assumiu uma forma duradoura. Portanto, deve-se classificar taxonomicamente o Estado Habsburgo, na sua configuração geral, como um absolutismo do Leste; na prática, como veremos, as suas peculiares características administrativas não escondiam a sua verdadeira descendência.

A familia Habsburgo era natural da Alta Renânia e atingiu proeminência pela primeira vez em 1273, quando o conde Rodolfo de Habsburgo foi eleito imperador pelos principes alemães ansiosos por impedir a ascensão do rei premíslida da Boêmia, Ottokar II, que anexara a maior parte dos territórios austríacos a leste e era o principal pretendente à dignidade imperial. Os domínios Habsburgo concentravam-se ao longo do Reno, em três blocos separados: em Sundgau, a oeste do rio; Breigau, a leste e Aargau, ao sul, depois da Basiléia. Rodolfo I conseguiu mobilizar uma coligação imperial para atacar Ottokar II, que foi derrotado em Marchfeld cinco anos mais tarde: a linhagem Habsburgo adquiriu assim o controle sobre os ducados austriacos — muito mais vastos que os seus territórios renanos —, transferindo para ai a sua principal base. Os objetivos estratégicos da dinastia eram agora duplos: conservar o dominio da sucessão imperial com toda a sua influência política e ideológica dentro da Alemanha, confusa mas considerável; e consolidar e ampliar a base territorial de seu poder. Os ducados austríacos recentemente conquistados formavam um bloco substancial de *Erblande* hereditárias que faziam dos Habsburgos, pela primeira vez, uma força importante no seio da política alemã. Mas eles permaneciam de certo modo excêntricos ao *Reich*: a via óbvia de engrandecimento seria associar os novos bastiões austríacos às velhas terras renanas, a fim de constituir um único bloco geográfico por todo o sul da Alemanha, com acesso direto aos centros da riqueza e do poder imperiais. Para garantir a sua eleição, Rodolfo I fizera promessas de não-agressão na Renânia,[1] mas todos os primeiros governantes Habsburgo se esforçaram vigorosamente pela expansão e unificação de seus domínios. No entanto, esta primeira tentativa histórica de construção de um Estado germânico ampliado encontrou pela frente um obstáculo fatal. No meio do caminho entre as terras da Renânia e as da Áustria, havia os cantões suiços. A intromissão Habsburgo nesta região-chave provocou uma resistência popular que derrotou repetidas vezes os exércitos austriacos e culminou na criação da Suíça como uma confederação autônoma totalmente desvinculada do império.

A peculiaridade e o interesse da revolta suiça residem em que ela aglutinou dois elementos sociais do complexo inventário do feudalismo europeu, que em nenhuma outra parte se acharam reunidos de forma similar: as montanhas e as cidades. Foi esse, também, o segredo de seu êxito singular num século no qual em toda parte as revoltas camponesas eram derrotadas. Desde os primeiros tempos da Idade Média, como vimos, o modo de produção feudal teve sempre uma difusão topográfica bastante desigual: nunca penetrou nas terras altas na mesma extensão em que conquistou as planícies e os pântanos. As regiões montanhosas, em toda a Europa ocidental, sempre constituíram redutos remotos da pequena propriedade camponesa, alodial ou comunal, cujo solo exíguo ou pedregoso oferecia relativamente poucos atrativos para o cultivo senhorial. Os Alpes suíços, a cadeia de montanhas mais elevada do continente, eram naturalmente um exemplo acabado deste padrão. Não obstante, eles também se situavam ao longo de uma das principais rotas de comércio terrestres da Europa, entre as duas regiões urbanas densamente povoadas do sul da Alemanha e do norte da Itália. Portanto, os seus vales estavam pontilhados de centros comerciais locais, que tiravam vantagem de uma situação estratégica entre os altos passos. O cantonalismo suíço do século XIV foi o produto da confluência dessas forças. Inicialmente influenciada pelo exemplo das vizinhas comunas da Lombardia na sua luta contra o império, a revolta suíça contra os Habsburgos reuniu montanheses rurais e burgueses urbanos

(1) A. Wandruszka, *The House of Habsburg*, Londres, 1964, pp. 40-1.

numa combinação vitoriosa. A direção política coube aos três "cantões florestais", cuja infantaria camponesa desbaratou a cavalaria senhorial austríaca, pouco à vontade nos estreitos vales, na batalha de Morgarten, em 1315. Em conseqüência, a servidão foi abolida no Uri, no Schwyz e no Unterwalden, no espaço de uma década.[2] Em 1330, houve uma revolução municipal em Lucerna e em 1336 em Zurique, ambas voltadas contra os patriciados pró-Habsburgo. No ano de 1351, selou-se uma aliança formal entre essas duas cidades e os cantões florestais. Finalmente, as suas tropas combinadas repeliram e derrotaram os exércitos Habsburgo em Sempach e Nafels, em 1386 e 1388. Em 1393, nasceu a Confederação Suíça: a única república independente da Europa.[3] Os camponeses lanceiros suíços tornar-se-iam a força militar de elite da arte bélica do final da Idade Média e do início da época moderna, pondo fim à longa predominância da cavalaria, com as suas vitórias sobre os cavaleiros borgonheses reunidos em auxílio à Áustria no século seguinte, e inaugurando as novas proezas da infantaria mercenária. Por volta do início do século XV, a dinastia Habsburgo perdera para os suíços todos os seus territórios situados além da curva do Reno e fracassara em unir as suas possessões em Sundgau e Breisgau.[4] As suas províncias renanas não eram mais que enclaves dispersos, simbolicamente rebatizadas de *Vorderösterreich* e administradas a partir de Innsbruck. Toda a orientação da dinastia desviou-se então para o leste.

Entretanto, na Áustria propriamente dita, o poder Habsburgo não encontrara os mesmos infortúnios. O Tirol foi anexado em 1363; o título de arquiduque foi adquirido quase à mesma época; os Estados, que apareceram a partir de 1400, foram mantidos sob razoável controle, após alguns conflitos intensos. Por volta de 1440, a dignidade imperial — perdida no início do século XIV, após as primeiras derrotas

(2) W. Martin, *A History of Switzerland*, Londres, 1931, p. 44.

(3) O singular aparecimento da plebéia Confederação Suíça no seio da Europa aristocrática e monarquista traz à luz uma característica importante e geral da organização política do fim da Idade Média: o mesmo parcelamento da soberania que existia ao nível "nacional" podia também operar em um plano "internacional", por assim dizer, permitindo brechas e interstícios anômalos no sistema global de suserania feudal. As comunas italianas já o tinham demonstrado em um plano municipal, ao sacudirem a autoridade imperial. Os cantões suíços alcançaram a independência de toda uma região, através de sua confederação — uma anomalia que só era possível num sistema político como o feudalismo europeu. A dinastia Habsburgo jamais os perdoou: quatro séculos mais tarde, a Suíça ainda era, para Maria Tereza, "um refúgio de dissolutos e criminosos".

(4) H.-F. Feine, "Die Territorialbildung der Habsburger im deutschen Südwesten", *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte* (*Germ. Abt.*), LXVII, 1950, pp. 272, 277, 306; o mais extenso estudo recente sobre o tema.

na Suíça — foi recuperada pela dinastia, com o colapso do poder Luxemburgo na Boêmia, e nunca mais voltaria a escapar demasiado ao seu controle. Em 1477, uma aliança matrimonial com a Casa de Borgonha — aliada da Áustria na luta contra a Suíça — assegurou temporariamente o prêmio inesperado do Franche-Comté e dos Países Baixos. Não obstante, antes de passarem para a órbita da Espanha na época de Carlos V, os domínios borgonheses deixaram talvez à Casa da Áustria a inspiração que lhe permitiria dar os primeiros passos em direção à modernidade administrativa. Maximiliano I, cercado por uma corte de borguinhões e holandeses, criou um erário centralizado em Innsbruck e estabeleceu as primeiras agências conciliares de governo na Áustria. Um ataque final à Suíça revelou-se infrutífero, mas a Gorizia foi absorvida nas fronteiras do sul, enquanto Maximiliano perseguia uma avançada política externa italiana e imperial. Foi contudo o seu sucessor, Fernando I, cujo reinado subitamente demarcou o vasto espaço que caberia futuramente ao poder Habsburgo na Europa central, que lançou os fundamentos da singular estrutura estatal que haveria de erigir-se nessa base. Em 1526, o rei jagelônio da Boêmia e da Hungria, Luís II, foi derrotado e morto em Mohacs diante do avanço dos exércitos otomanos; tropas turcas devastaram a maior parte da Hungria, impelindo o poder do sultanato para bem dentro da Europa central. Fernando reivindicou com sucesso as monarquias vagas, reforçando os seus laços matrimoniais com a dinastia jagelônia com a ameaça turca, no que dizia respeito às nobrezas tcheca e magiar. Na Morávia e na Silésia, as duas províncias mais remotas do Reino da Boêmia, Fernando foi reconhecido como monarca hereditário; mas os Estados da Hungria e da Boêmia recusaram-lhe categoricamente tal título e obtiveram do arquiduque o reconhecimento expresso da sua qualidade de príncipe eletivo em seus territórios. Fernando, ademais, teve que travar uma longa luta tripartida contra o pretendente da Transilvânia, Zapolyai, e os turcos, que terminou em 1547 com a partilha da Hungria em três zonas: uma região ocidental governada pelos Habsburgos, o centro ocupado pelos turcos e um principado transilvano na região oriental, desde então vassalo do Estado otomano. A guerra contra os turcos na planície do Danúbio arrastou-se por mais uma década, de 1551 a 1562: ao longo de todo o século XVI, a Hungria custou à dinastia Habsburgo um esforço de defesa superior às receitas que aí recolhia.[5]

Não obstante, com todas as suas limitações internas e externas,

(5) V. S. Mamatey, *Rise of the Habsburg Empire 1526-1815*, Nova Iorque, 1971, p. 38.

os novos dominios representavam um imenso aumento potencial do poder internacional Habsburgo. Fernando esforçou-se com persistência em desenvolver a autoridade monárquica em todos os seus territórios, criando novas instituições dinásticas e centralizando as já existentes. Os vários Landtage austríacos mostraram-se relativamente dóceis nesta fase e asseguraram ao domínio Habsburgo uma base política relativamente segura no próprio arquiducado. Os Estados da Boêmia e da Hungria não foram tão complacentes e frustraram os planos de Fernando de estabelecer uma assembléia suprema que abarcasse todos os seus domínios, capaz de impor uma moeda única e de lançar impostos uniformes. Mas um conjunto de órgãos governamentais sediados em Viena aumentou grandemente o alcance da dinastia, entre eles a *Hofkanzlei* (Chancelaria da Corte) e a *Hofkammer* (Erário da Corte). A mais importante destas instituições era o Conselho Privado Imperial, criado em 1527, que em breve se tornou o eixo de todo o sistema administrativo Habsburgo na Europa central.[6] As origens e as orientações "imperiais" deste conselho eram um indício da permanente importância das ambições germânicas no *Reich* para a Casa da Áustria. Fernando tentou favorecê-las reavivando o Conselho Áulico Imperial como a mais alta corte de justiça do império, diretamente controlada pelo imperador. Mas, uma vez que a Constituição imperial fora reduzida pelos príncipes alemães a um arcabouço legislativo e judicial sem conteúdo, privado de qualquer autoridade executiva ou de coerção, os ganhos políticos foram limitados.[7] Muito mais importante, a longo prazo, foi a introdução de um Conselho de Guerra permanente, o *Hofkriegsrat*, criado em 1556 e desde o inicio mais voltado para a frente "oriental" das operações Habsburgo do que para a sua frente "ocidental". Planejado para organizar a resistência militar aos turcos, o *Hofkriegsrat* foi substituído por um Conselho de Guerra local em Graz, que coordenava as "fronteiras militares" especiais criadas ao longo dos limites do sudeste, nas quais se instalaram colônias militares de aventureiros *Grenzers* da Sérvia e da Bósnia.[8] O poderio otomano não se enfraquecera. A partir de 1593, a Guerra dos Treze Anos assolou a Hungria; ao seu final, após sucessivas devastações do país, que deixaram a agricultura magiar em ruínas e o campesinato na servidão, as tropas Habsburgo tinham sido colocadas em xeque pelos turcos.

(6) H. F. Schwarz. *The Imperial Privy Council in the Seventeenth Century*. pp. 57-60.

(7) Ver a análise em G. D. Ramsay, "The Austrian Habsburgs and the Empire", *The New Cambridge Modern History*, III, pp. 329-30.

(8) Para um relato sobre a origem dos grenzers, ver Gunther Rothenburg, *The Austrian Military Border in Croacia, 1522-1747*, Urbana, 1960, pp. 29-65. Os grenzers, além de seu papel na defesa contra os turcos, foram utilizados como arma da dinastia contra a nobreza local da Croácia, que sempre se mostrou extremamente hostil à presença deles nas áreas fronteiriças.

Na virada do século XVII, a Casa da Áustria registrara moderados avanços na construção de seu Estado; mas a unidade política das suas possessões ainda era muito tênue. O domínio dinástico gozava de uma situação jurídica diversa em cada uma delas e nenhuma instituição comum, à parte o Conselho de Guerra, atuava para mantê-las unidas. Os próprios territórios austriacos só em 1602 foram pela primeira vez declarados indivisíveis. As aspirações imperiais dos governantes Habsburgo não constituíam um substituto para a integração prática dos territórios que lhes deviam vassalagem: para todos os efeitos, a Hungria ficava fora do *Reich*, de forma que não havia sequer uma relação inclusiva entre o reino do império e as terras do imperador. Além disso, na última metade do século XVI, a oposição latente nos vários Estados da aristocracia nos domínios Habsburgo recebera um novo e acentuado alento com a eclosão da Reforma. Com efeito, enquanto a dinastia manteve-se como um pilar da Igreja romana e da ortodoxia tridentina, a maioria da nobreza de quase todas as suas possessões aderiu ao protestantismo. De início, o grosso da classe fundiária tcheca, há muito habituada à heresia local, converteu-se ao luteranismo; a seguir, a nobreza magiar adotou o calvinismo; e, finalmente, a própria aristocracia austríaca, no coração do poder Habsburgo, foi conquistada para a religião reformada. Por volta da década de 1570, as maiores famílias nobres das *Erblande* eram protestantes: Dietrichstein, Starhemberg, Khevenhüller, Zinzendorf.[9] Esta evolução ameaçadora prenunciava seguramente conflitos mais profundos. A iminente subida de Fernando II ao trono de Viena, em 1617, desencadeou portanto mais do que uma explosão local: a Europa em breve se viu mergulhada na Guerra dos Trinta Anos. Com efeito, Fernando, educado pelos jesuítas bávaros, tinha sido um feroz e eficaz estandarte da Contra-Reforma, como duque da Estiria, a partir de 1595: inflexível centralização administrativa e repressão religiosa severa foram as marcas registradas de seu regime provincial em Graz. O absolutismo espanhol era o fiador internacional de sua candidatura, no seio da família Habsburgo, à sucessão dinástica no império e na Boêmia; truculentos generais e diplomatas hispânicos dirigiram, desde o início, a sua corte. Caprichosos e

(9) Mamatey, *Rise of the Habsburg Empire*, p. 40.

impacientes, os Estados da Boêmia aceitaram inicialmente Fernando como rei para depois, ao primeiro sinal de intolerância religiosa nas terras tchecas, levantarem a bandeira da rebelião.

A Defenestração de Praga abriu a mais ampla crise do sistema estatal Habsburgo na Europa central. A autoridade dinástica entrou em colapso na própria Boêmia; de forma ainda mais perigosa, os Estados da Hungria e da Áustria iniciaram uma guinada no sentido de se aproximarem dos Estados da Boêmia, conjurando o espectro de um levante geral da nobreza, insuflado pelo particularismo e pelo protestantismo latentes. Nesta emergência, a causa Habsburgo foi salva pela conjunção de dois fatores decisivos. A aristocracia tcheca, após a histórica repressão dos movimentos populares hussitas na Boêmia, não dispunha de condições para congregar qualquer entusiasmo social profundo por sua revolta, no seio das massas rurais e urbanas; cerca de dois terços da população era protestante, mas em nenhum momento o zelo religioso contribuiu para soldar um bloco entre as classes diante do contra-ataque da Áustria, do tipo do que caracterizou a luta dos holandeses contra a Espanha. Os Estados da Boêmia achavam-se política e socialmente isolados: a Casa da Áustria, não. A solidariedade militante de Madri para com Viena mudou o curso dos acontecimentos, à medida que as armas, os aliados e o dinheiro da Espanha eram mobilizados para esmagar o secessionismo tcheco, constituindo, na verdade, a base de todo o esforço de guerra de Fernando II.[10] O resultado foi a batalha da Montanha Branca, que destruiu toda a antiga nobreza da Boêmia. A década seguinte presenciou os exércitos imperiais, comandados por Wallenstein, marcharem vitoriosamente sobre o Báltico, estendendo pela primeira vez o poder Habsburgo até o norte da Alemanha e acenando com a possibilidade de um império germânico renovado e centralizado, sob o domínio da Casa da Áustria. A intervenção sueca na década de 1630 destruiu tal ambição: o impulso agressivo da política imperial Habsburgo perdeu-se para sempre. A Paz de Vestfália, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, consagrou o veredicto do conflito militar. A Casa da Áustria não haveria de dominar o império, mas adquirira a supremacia na Boêmia, a estaca inicial do conflito. As conseqüências desse acordo ditaram toda a estrutura interna do poder Habsburgo no seio dos territórios dinásticos da Europa danubiana.

(10) O próprio Fernando II declarou que o enviado espanhol Oñate era "o homem cuja ajuda franca e amistosa resolvia todos os assuntos da família Habsburgo". Para um relato do papel político decisivo desempenhado por Oñate na crise, ver Bohdan Chudoba, *Spain and the Empire 1529-1643*, Chicago, 1952, pp. 220-8.

Graças à sua vitória na Boêmia, o *Hofburg* efetivara um enorme avanço interno na direção do absolutismo. Em 1627, Fernando II promulgou uma nova constituição para os territórios conquistados na Boêmia. A *Verneuerte Landesordnung* fez do governo Habsburgo uma monarquia hereditária, não mais sujeita a eleição; converteu todos os funcionários locais em agentes do rei; impôs o catolicismo como religião única e restabeleceu a representação do clero nos Estados; investiu a dinastia com privilégios jurídicos supremos; e elevou o alemão ao nível de idioma oficial equivalente ao tcheco.[11] A *Snem* não foi abolida e a necessidade de seu consentimento para o lançamento de novos impostos foi confirmada. Mas, na prática, a sua sobrevivência não colocou obstáculos à implantação do absolutismo na Boêmia. As assembléias locais, outrora órgão vital da política dos proprietários de terra, desvaneceram-se a partir da década de 1620, enquanto a participação nos Estados declinava rapidamente, à medida que a Snem perdia importância política. Tal processo foi facilitado pelas convulsões provocadas pela guerra na composição e no papel sociais da própria nobreza. A reconquista militar da Boêmia fora acompanhada pela proscrição política do grosso da velha classe senhorial, e pela expropriação econômica de seus domínios. Mais da metade das herdades feudais da Boêmia foram confiscadas depois de 1620;[12] este imenso botim agrário foi distribuído entre uma nova e heterogênea aristocracia de fortuna, formada por capitães expatriados e sicários emigrados da Contra-Reforma. No final do século XVII, apenas um quinto ou um oitavo da nobreza tinha origem antiga alemã ou antiga tcheca: apenas cerca de oito ou nove das linhagens tchecas mais importantes, que tinham permanecido fiéis à dinastia por razões religiosas, sobreviveram na nova ordem.[13] A grande maioria da aristocracia boêmia era agora de origem estrangeira, uma mistura de italianos (Piccolomini), alemães (Schwarzenberg), austríacos (Trautmansdorff), eslovenos (Auersperg), valões (Bucquoy), lorenos (Desfours) ou irlandeses (Taaffe). Pelo mesmo golpe, a propriedade fundiária sofreu uma notável concentração; os senhores e os clérigos controlavam quase três quartos de todo o territó-

(11) Para a *Verneuerte Landesordnung*, ver R. Kerner, *Bohemia in the Eighteenth Century*, Nova Iorque, 1932, pp. 17-22.

(12) J. Polisensky, *The Thirty Years' War*, Londres, 1971, pp. 143-4: os domínios confiscados eram em média muito mais vastos que os que escaparam à expropriação; assim, a proporção de terra que efetivamente mudou de mãos era consideravelmente maior que o número de herdades propriamente ditas.

(13) H. G. Schenk, "Austria", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, p. 106; Kerner, *Bohemia in the Eighteenth Century*, pp. 67-71.

rio, ao passo que a parcela da antiga pequena nobreza despencou de um terço para um décimo. Da mesma forma, piorou a sorte dos camponeses. Já atados à terra e enfraquecidos pela guerra, estes eram agora sobrecarregados com crescentes obrigações em serviços; as prestações médias do *robot* chegaram a três dias por semana, enquanto mais de um quarto dos servos trabalhava todos os dias, exceto aos domingos e dias santos, para seus senhores.[14] Além disso, se antes da Guerra dos Trinta Anos os proprietários de terra da Boêmia — ao contrário de seus homólogos poloneses e húngaros — tinham pago impostos ao lado de seus vilões, depois de 1648 a nova nobreza cosmopolita adquiriu na prática a imunidade fiscal, desviando virtualmente toda a carga fiscal para as costas de seus servos. Tal transferência naturalmente facilitou o andamento das deliberações entre a aristocracia e a monarquia nos Estados: a partir daí, a dinastia limitava-se a requisitar a estes somas globais, deixando-lhes a tarefa de fixar e coletar os impostos que satisfizessem suas demandas. Com esse sistema, as pressões fiscais podiam ser facilmente aumentadas, já que orçamentos mais elevados significavam de modo geral que os Estados "simplesmente concordavam em aumentar os encargos que eles próprios impunham a seus arrendatários e súditos".[15] A Boêmia sempre fora de longe o mais lucrativo domínio das terras Habsburgo, e o novo poder financeiro da monarquia sobre a região fortalecia significativamente o absolutismo vienense.

Entretanto, nas próprias *Erblande*, a administração centralizada e autocrática fazia consideráveis progressos. Fernando II criara a Chancelaria da Corte austríaca — uma versão ampliada do seu instrumento favorito de poder na Estíria — a fim de coroar a máquina de governo do arquiducado. Este organismo conseguiu gradual ascendência entre os conselhos de Estado, em detrimento do Conselho Privado Imperial, cuja importância decresceu inevitavelmente após a relutante retirada do poder Habsburgo da Alemanha. Em 1650, fato de vital importância, foi criado pela primeira vez um exército permanente de cerca de 50 mil homens — dez regimentos de infantaria e nove de cavalaria —, na esteira de Vestfália: desde então, a conduta dos Estados austríacos e boêmios foi inelutavelmente temperada pela presença desta força armada. Ao mesmo tempo, o absolutismo Habsburgo realizou um feito cultural e ideológico único: a Boêmia, a Áustria e a Hungria — as três

(14) Polisensky, *The Thirty Years' War*, pp. 142, 246; Betts, "The Habsburg Lands", *The New Cambridge Modern History*, V, Cambridge, 1969, pp. 480-1.

(15) J. Stoye, *The Siege of Vienna*, Londres, 1964, p. 92.

partes constituintes de seu domínio — retornaram progressivamente ao seio da Igreja de Roma. O protestantismo foi reprimido na Estíria na década de 1590; as religiões reformadas foram banidas da Baixa Áustria em 1625, da Boêmia em 1627 e da Alta Áustria em 1628. Na Hungria, uma solução autoritária revelou-se impossível, mas os primazes húngaros Pazmány e Lippay conseguiram reconverter a maior parte dos grandes senhores magiares. Os senhores e os camponeses da Áustria, as cidades da Boêmia e os proprietários de terra da Hungria acabaram por ser igualmente recatolicizados pela perícia e energia da Contra-Reforma, sob os auspícios da dinastia Habsburgo: um fato sem precedentes em qualquer outra parte do continente. O vigor de cruzada do catolicismo danubiano parece ter encontrado a sua apoteose com a triunfante libertação de Viena das mãos dos turcos, em 1683, e as vitórias subseqüentes que varreram o poder otomano da Hungria e da Transilvânia e recuperaram para a cristandade territórios há muito perdidos, expandindo notavelmente rumo ao leste o domínio Habsburgo. O sistema militar que alcançou tais conquistas, agora consideravelmente ampliado, mostrou-se capaz também de desempenhar um importante papel na aliança que refreou o avanço Bourbon no Reno. A Guerra da Sucessão Espanhola demonstrou o novo peso internacional da Casa da Áustria. A Paz de Utrecht a contemplou com a Bélgica e a Lombardia.

Todavia, o ápice do poder austriaco, subitamente atingido, logo foi ultrapassado. Nenhum outro absolutismo europeu teve uma fase tão breve de confiança e iniciativa militares. Iniciada em 1683, estava finda em 1718, com a curta tomada de Belgrado e a Paz de Passarowitz. A partir de então, pode-se dizer que a Áustria praticamente não mais venceu uma guerra com um Estado rival outra vez.[16] Uma interminável série de derrotas estendeu-se lugubremente pelos dois séculos seguintes, apenas amenizadas pela inglória participação em vitórias alheias. Tal inércia externa era um índice do impasse e da imperfeição interna do absolutismo austriaco, mesmo no auge de seu poder. As realizações mais grandiosas e características do domínio Habsburgo na Europa central consistiram no agrupamento de territórios díspares sob uma mesma cúpula dinástica e na reconversão dos mesmos ao catolicismo. Não obstante, os triunfos ideológicos e diplomáticos da Casa da Áustria — o seu instinto felino em matéria de religião e de matrimônios — constituíram bons substitutos de avanços burocráticos e militares mais

(16) As suas campanhas contra o Piemonte em 1848 constituiriam a única exceção.

expressivos. A influência dos jesuítas na corte de Viena durante a época da Contra-Reforma foi sempre muito maior que na corte irmã de Madri, onde o fervor católico estava geralmente associado a um antipapismo vigilante. Conselheiros e agentes eclesiásticos permearam todo o sistema administrativo Habsburgo na Europa central durante o século XVII, executando a maior parte das tarefas políticas cruciais para a época: a sua obra maior foi a construção do bastião tridentino na Estíria, sob Fernando II — em muitos aspectos, a experiência-piloto do absolutismo austríaco. Do mesmo modo, a recuperação da classe dos grandes senhores da Hungria para a fé romana — sem o que teria sido provavelmente impossível a manutenção da suserania Habsburgo sobre a Hungria — foi complementada pelas bábeis e pacientes missões ideológicas do clero. Mas tal sucesso também tinha seus limites. As universidades e escolas católicas reconquistaram a nobreza húngara ao protestantismo — mas sob o preço de manter e respeitar cuidadosamente os privilégios corporativos tradicionais da "nação" húngara, que asseguravam à Igreja o controle espiritual, mas deixavam o Estado envolvido em incômodos impedimentos. A confiança que os Habsburgos depositavam internamente no clero tinha, portanto, o seu preço: por mais astutos que fossem, os padres nunca podiam ser funcionalmente equivalentes aos *officiers* ou *pomeshchiki* como elementos constitutivos do absolutismo. Viena não se tornaria um centro metropolitano da venda de cargos ou de uma nobreza de serviço; sua marca registrada continuou a ser um clericalismo maleável e uma administração desordenada.

De modo similar, o extraordinário sucesso da política matrimonial da dinastia Habsburgo sempre tendia a superar a sua capacidade marcial, sem em última análise compensá-la. A facilidade nupcial com que foram inicialmente adquiridas a Hungria e a Boêmia conduziu à dificuldade coercitiva de impor o centralismo austríaco na primeira e à eventual impossibilidade de reforçá-lo na segunda: em última instância, a diplomacia não podia substituir os armamentos. E, todavia, a história militar do absolutismo austríaco foi sempre um tanto defeituosa e anômala. Os três maiores êxitos da dinastia foram a aquisição inicial da Boêmia e da Hungria em 1526, a sujeição da Boêmia em 1620 e a derrota dos turcos em 1683, que resultou na reconquista da Hungria e da Transilvânia. No entanto, a primeira foi o resultado negativo da derrota jagelônia em Mohacs e não o produto de uma vitória Habsburgo: os turcos venceram a mais importante batalha do absolutismo austríaco em seu lugar. A vitória da Montanha Branca foi também, em larga medida, uma conquista bávara da Liga Católica; por outro lado,

as tropas reunidas sob o comando imperial incluíam contingentes italianos, valões, flamengos e espanhóis.[17] A própria libertação de Viena foi basicamente conseguida pelos exércitos polacos e alemães, depois que o imperador Leopoldo I tinha abandonado precipitadamente a capital: as tropas Habsburgo representavam apenas um sexto da força que deu fama a Sobieski, em 1683.[18]

Esta confiança sempre renovada nos exércitos aliados encontrou o seu curioso complemento no próprio generalato austríaco. Com efeito, a maior parte dos comandantes militares que serviram a Casa da Áustria até o século XIX eram empreendedores independentes ou aventureiros estrangeiros: Wallenstein, Piccolomini, Montecuccoli, Eugene, Laudun, Dorn. O exército de Wallenstein foi talvez, em termos relativos, o conjunto mais impressionante a arvorar as cores da Áustria; e no entanto era, de fato, uma máquina de guerra privada criada por seu general tcheco, que a dinastia contratou mas não controlou — daí, o assassinato de Wallenstein. Eugene, ao contrário, era totalmente leal a Viena, mas um saboiano sem raízes nos territórios Habsburgo; o italiano Montecuccoli e o renano Dorn eram exemplos menores do mesmo caso. A utilização constante de mercenários estrangeiros era, evidentemente, um traço normal e universal do absolutismo: mas tratava-se de soldados rasos, não de oficiais no comando geral das forças armadas do Estado. Estes eram, naturalmente, recrutados entre a classe dominante dos territórios em questão — a nobreza local. Não obstante, nos domínios Habsburgo, não havia uma classe senhorial única, mas vários grupos fundiários territorialmente distintos. Foi esta falta de uma aristocracia unificada que contou na definição da capacidade total de combate do Estado Habsburgo. As nobrezas feudais, como vimos, nunca foram de caráter primordialmente "nacional"; podiam ser transplantadas de um país para outro e cumprir o seu papel como classe fundiária sem possuir necessariamente qualquer vínculo étnico ou lingüístico em comum com a população que subjugavam. A separação cultural configurada numa barreira lingüística podia muitas vezes ser preservada para realçar a distância natural entre governantes e governados. Por outro lado, a heterogeneidade idiomática ou étnica *dentro* da aristocracia fundiária de uma mesma organização política feudal constituía, de modo geral, uma fonte de fragilidade e desintegração potenciais, pois tendia a minar a solidariedade política da própria classe dominante. As características acidentais e desordenadas do Es-

(17) Chudoba, *Spain and the Empire*, pp. 247-8.
(18) Stoye, *The Siege of Vienna*, pp. 245, 257.

tado Habsburgo derivaram, sem dúvida, e em grande medida, do caráter compósito e irreconciliável das nobrezas que o constituíam. De tal modo, os inconvenientes da diversidade aristocrática estavam predizivelmente evidentes no setor mais sensível da máquina de Estado, o exército. Na ausência de uma nobreza socialmente unitária, os exércitos Habsburgo raramente atingiriam o desempenho de seus homólogos Hohenzollern e Romanov.

Portanto, mesmo em seu apogeu, faltou ao absolutismo austríaco congruência e segurança estrutural, devido ao caráter conglomerado das formações sociais sobre as quais exercia seu domínio. Os territórios germânicos da Áustria propriamente dita sempre representaram o núcleo interno de confiança do império Habsburgo — as possessões mais antigas e leais da dinastia na Europa central. Os nobres e as cidades conservaram muitos dos privilégios tradicionais nos *Landtage* da Alta e da Baixa Áustria, da Estíria e da Caríntia; no Tirol e no Vorarlberg, o próprio campesinato tinha representação efetiva nos Estados, indício excepcional do caráter alpino dessas províncias. As instituições "intermediárias" herdadas da época medieval nunca foram suprimidas, como ocorreu na Prússia: mas, no início do século XVII, tinham-se convertido em instrumentos obedientes do poder Habsburgo, cuja sobrevivência jamais viria a obstruir seriamente a vontade da dinastia. Os territórios arquiducais formavam, assim, a base central e segura da casa governante. Desafortunadamente, porém, eram demasiado modestos e limitados para conferir ao Estado Habsburgo em seu conjunto um dinamismo monárquico unitário. Nos aspectos econômico e demográfico, foram ultrapassados pelos territórios mais ricos da Boêmia já na metade do século XVI: em 1541, as contribuições fiscais da Áustria para o tesouro imperial chegavam apenas a metade das da Boêmia e esta proporção continuou em vigor até o final do século XVIIf.[19] A derrota dos exércitos de Wallenstein pelos suecos durante a Guerra dos Trinta Anos bloqueou toda a expansão das bases germânicas da dinastia, isolando efetivamente o arquiducado do *Reich* tradicional. Além disso, a sociedade rural austríaca era menos representativa do modelo agrário dominante nos territórios Habsburgo. Com efeito, o caráter semimontanhoso da maior parte da região fazia dela um terreno ingrato para os grandes domínios feudais. O resultado foi a persistência da pequena propriedade camponesa nas terras altas e a preponderância do tipo ocidental de *Grundherrschaft* nas planícies, endurecida pelas

(19) Kerner, *Bohemia in the Eighteenth Century*, pp. 25-6. O reino da Boêmia abrangia a própria Boêmia, a Morávia e a Silésia.

normas de exploração orientais;[20] as jurisdições patrimoniais e os tributos feudais eram generalizados, as prestações em serviços eram pesadas em muitas regiões, mas as oportunidades de consolidação de cultivos senhoriais e de vastos latifúndios era relativamente limitada. A ação solvente exercida pela capital do império sobre a força de trabalho das suas imediações rurais viria a se tornar um embaraço adicional ao surgimento de uma economia de tipo *Gutsherrschaft*.[21] A "massa decisiva" da própria aristocracia austríaca era, portanto, muito débil para constituir um centro magnético efetivo para o conjunto da classe dos proprietários de terra do império.

O esmagamento dos Estados da Boêmia durante a Guerra dos Trinta Anos, por outro lado, propiciou ao absolutismo Habsburgo o seu maior êxito político; os importantes e férteis territórios tchecos estavam agora inequivocamente sob seu domínio. Nenhuma outra aristocracia insurreta da Europa encontrou um destino tão sumário como a aristocracia boêmia: após a sua derrota, uma nova classe fundiária, que tudo devia à dinastia, foi implantada nas suas terras. A história do absolutismo europeu não conhece um episódio semelhante. Contudo, é necessário destacar uma peculiaridade reveladora da implantação Habsburgo na Boêmia. A nova nobreza aí criada não se compunha essencialmente de casas originárias do baluarte austríaco da dinastia; excetuadas algumas poucas famílias católicas tchecas, ela foi importada do exterior. A origem alienígena dessa camada indicava a ausência de uma aristocracia local para ser transferida para a Boêmia. O que a curto prazo significava o fortalecimento do poderio Habsburgo nas terras tchecas era, ao mesmo tempo, um indício de fraqueza, a longo prazo. Os territórios boêmios eram os mais ricos e densamente povoados da Europa central: durante praticamente todo o século seguinte, os grandes magnatas do império Habsburgo possuíram quase sempre imensos domínios cultivados por servos na Boêmia e na Morávia, e o centro de gravidade econômico da classe dirigente deslocou-se também para o norte. Mas a nova aristocracia boêmia revelou falta de *esprit de corps*, ou mesmo de verdadeira fidelidade à dinastia: na sua maior parte, desertou de um só golpe para as forças de ocupação bávaras durante a Guerra da Sucessão Austriaca, na década de 1740. Tal classe constitui o equivalente mais próximo de uma nobreza de serviço no sistema de Estado do absolutismo austríaco; mas era o produto arbitrário

(20) V.-L. Tapié, *Monarchie et Peuples du Danube*, Paris, 1969, p. 144.

(21) Para a situação na Baixa Áustria, ver Jerome Blum, *Noble Landowners and Agriculture in Austria 1815-1848*, Baltimore, 1947, pp. 176-80.

tado Habsburgo derivaram, sem dúvida, e em grande medida, do caráter compósito e irreconciliável das nobrezas que o constituíam. De tal modo, os inconvenientes da diversidade aristocrática estavam predizivelmente evidentes no setor mais sensível da máquina de Estado, o exército. Na ausência de uma nobreza socialmente unitária, os exércitos Habsburgo raramente atingiriam o desempenho de seus homólogos Hohenzollern e Romanov.

Portanto, mesmo em seu apogeu, faltou ao absolutismo austríaco congruência e segurança estrutural, devido ao caráter conglomerado das formações sociais sobre as quais exercia seu domínio. Os territórios germânicos da Áustria propriamente dita sempre representaram o núcleo interno de confiança do império Habsburgo — as possessões mais antigas e leais da dinastia na Europa central. Os nobres e as cidades conservaram muitos dos privilégios tradicionais nos *Landtage* da Alta e da Baixa Áustria, da Estíria e da Caríntia; no Tirol e no Vorarlberg, o próprio campesinato tinha representação efetiva nos Estados, indício excepcional do caráter alpino dessas províncias. As instituições "intermediárias" herdadas da época medieval nunca foram suprimidas, como ocorreu na Prússia: mas, no início do século XVII, tinham-se convertido em instrumentos obedientes do poder Habsburgo, cuja sobrevivência jamais viria a obstruir seriamente a vontade da dinastia. Os territórios arquiducais formavam, assim, a base central e segura da casa governante. Desafortunadamente, porém, eram demasiado modestos e limitados para conferir ao Estado Habsburgo em seu conjunto um dinamismo monárquico unitário. Nos aspectos econômico e demográfico, foram ultrapassados pelos territórios mais ricos da Boêmia já na metade do século XVI: em 1541, as contribuições fiscais da Áustria para o tesouro imperial chegavam apenas a metade das da Boêmia e esta proporção continuou em vigor até o final do século XVIII.[19] A derrota dos exércitos de Wallenstein pelos suecos durante a Guerra dos Trinta Anos bloqueou toda a expansão das bases germânicas da dinastia, isolando efetivamente o arquiducado do *Reich* tradicional. Além disso, a sociedade rural austríaca era menos representativa do modelo agrário dominante nos territórios Habsburgo. Com efeito, o caráter semimontanhoso da maior parte da região fazia dela um terreno ingrato para os grandes domínios feudais. O resultado foi a persistência da pequena propriedade camponesa nas terras altas e a preponderância do tipo ocidental de *Grundherrschaft* nas planícies, endurecida pelas

(19) Kerner, *Bohemia in the Eighteenth Century*, pp. 25-6. O reino da Boêmia abrangia a própria Boêmia, a Morávia e a Silésia.

normas de exploração orientais;[20] as jurisdições patrimoniais e os tributos feudais eram generalizados, as prestações em serviços eram pesadas em muitas regiões, mas as oportunidades de consolidação de cultivos senhoriais e de vastos latifúndios era relativamente limitada. A ação solvente exercida pela capital do império sobre a força de trabalho das suas imediações rurais viria a se tornar um embaraço adicional ao surgimento de uma economia de tipo *Gutsherrschaft*.[21] A "massa decisiva" da própria aristocracia austríaca era, portanto, muito débil para constituir um centro magnético efetivo para o conjunto da classe dos proprietários de terra do império.

O esmagamento dos Estados da Boêmia durante a Guerra dos Trinta Anos, por outro lado, propiciou ao absolutismo Habsburgo o seu maior êxito político; os importantes e férteis territórios tchecos estavam agora inequivocamente sob seu domínio. Nenhuma outra aristocracia insurreta da Europa encontrou um destino tão sumário como a aristocracia boêmia: após a sua derrota, uma nova classe fundiária, que tudo devia à dinastia, foi implantada nas suas terras. A história do absolutismo europeu não conhece um episódio semelhante. Contudo, é necessário destacar uma peculiaridade reveladora da implantação Habsburgo na Boêmia. A nova nobreza al criada não se compunha essencialmente de casas originárias do baluarte austríaco da dinastia; excetuadas algumas poucas famílias católicas tchecas, ela foi importada do exterior. A origem alienígena dessa camada indicava a ausência de uma aristocracia local para ser transferida para a Boêmia. O que a curto prazo significava o fortalecimento do poderio Habsburgo nas terras tchecas era, ao mesmo tempo, um indício de fraqueza, a longo prazo. Os territórios boêmios eram os mais ricos e densamente povoados da Europa central: durante praticamente todo o século seguinte, os grandes magnatas do império Habsburgo possuíram quase sempre imensos domínios cultivados por servos na Boêmia e na Morávia, e o centro de gravidade econômico da classe dirigente deslocou-se também para o norte. Mas a nova aristocracia boêmia revelou falta de *esprit de corps*, ou mesmo de verdadeira fidelidade à dinastia: na sua maior parte, desertou de um só golpe para as forças de ocupação bávaras durante a Guerra da Sucessão Austríaca, na década de 1740. Tal classe constitui o equivalente mais próximo de uma nobreza de serviço no sistema de Estado do absolutismo austríaco; mas era o produto arbitrário

(20) V.-L. Tapié, *Monarchie et Peuples du Danube*, Paris, 1969, p. 144.

(21) Para a situação na Baixa Áustria, ver Jerome Blum, *Noble Landowners and Agriculture in Austria 1815-1848*, Baltimore, 1947, pp. 176-80.

de serviços passados, e não a detentora de funções públicas orgânicas e contínuas; e embora dela saíssem grande parte dos quadros administrativos da monarquia Habsburgo, nunca se tornou uma força dominante ou organizativa em seu seio.

Não obstante, a despeito das limitações das classes fundiárias em cada setor, a consolidação do poder imperial nas unidades austriaca e boêmia dos domínios Habsburgo parecia criar as premissas de um absolutismo mais homogêneo e centralizado. Seria a Hungria o obstáculo intransponível a um Estado real unitário. Se fosse possível fazer uma analogia entre os dois impérios Habsburgo, centrados respectivamente em Madri e em Viena, na qual a Áustria pudesse se comparar a Castela e a Boêmia à Andaluzia, a Hungria seria uma espécie de Aragão oriental. No entanto, a comparação resulta imperfeita, pois a Áustria nunca possuiu a predominância econômica e demográfica de Castela, como cerne do sistema imperial, ao passo que o poder e os privilégios da nobreza húngara excediam mesmo os da aristocracia aragonesa; e o elemento unificador crucial constituído por uma língua comum esteve aí sempre ausente. A classe fundiária magiar era extremamente numerosa, alcançando de 5 a 7 por cento da população total da Hungria. Se bem que muitos desses nobres fossem cavaleiros "de mocassim" com diminutas parcelas de terra, o setor mais importante da nobreza húngara era o estrato dos chamados *bene possessionati*, que detinham domínios de dimensão média e dominavam a vida política das províncias:[22] foram eles que deram ao conjunto da nobreza magiar a unidade e a supremacia social. O sistema de Estados da Hungria funcionava plenamente e nunca concedera privilégios importantes à dinastia Habsburgo, que reinava apenas em virtude de uma "união pessoal", e cuja autoridade era eletiva e revogável; a constituição feudal incluía expressamente um *jus resistendi* que legitimava a revolta dos nobres contra qualquer usurpação por parte do monarca das sagradas liberdades da "nação" magiar. A nobreza controlara desde o final da Idade Média a sua própria unidade de administração regional — o *comitatus*: assembléia cujas comissões permanentes, investidas de funções judiciais, financeiras e burocráticas, eram todo-poderosas nas regiões rurais e garantiam um alto grau de coesão política no selo da classe dos proprietários de terra. Os Habsburgos sempre tentaram dividir a aristocracia húngara, afastando o seu setor mais rico, através da concessão de honrarias e privilégios: com esse fim, foram introduzidos no século XVI os títulos, até então desconhecidos tanto na Hungria como na Polônia, e assegurada uma separação jurídica entre os magnatas e o restante da nobreza, no início do século XVII.[23] Tais táticas não conquistaram avanços consideráveis na luta contra o particularismo húngaro, agora ainda mais fortalecido pela difusão do protestantismo. Acima de tudo, a proximidade do poder militar turco, como força ocupante e suserana em dois terços dos territórios magiares situados além de Mohacs, constituía um obstáculo objetivo fundamental à extensão à Hungria de um absolutismo austríaco centralizado. Com efeito, ao longo de todo o século XVI e XVII, havia nobres magiares vivendo, na Hungria central, sob domínio direto dos turcos; ao passo que, mais para leste, a Transilvânia constituía um Estado monárquico autônomo sob o domínio de governantes húngaros locais, muitos deles de fé calvinista, no interior do império otomano. Assim, quaisquer tentativas de Viena no sentido de atacar as veneráveis prerrogativas da aristocracia húngara podiam sempre ser enfrentadas com o recurso à aliança turca; por outro lado, governantes transilvanos ambiciosos tentaram repetidas vezes incitar seus compatriotas em território Habsburgo contra o Hofburg, visando seus próprios interesses, muitas vezes com o auxílio de um bem treinado exército, e com o objetivo de criar uma Transilvânia maior. Portanto, a tenacidade do particularismo magiar foi também uma função de seus poderosos pontos de apoio do outro lado da fronteira otomana, que mais de uma vez permitiram à nobreza da Hungria "cristã" reunir em seu auxílio forças militares superiores ao seu próprio poderio local.

Assim, o século XVII — a grande época de rebeldia e tensão da nobreza no Ocidente, com o seu cortejo de conspirações e levantes aristocráticos — testemunhou também uma resistência senhorial de persistência e êxito únicos diante de um crescente poder monárquico no Leste, no seio de um absolutismo em desenvolvimento. A primeira fase importante do conflito ocorreu durante a guerra austro-otomana dos Treze Anos. O avanço militar Habsburgo contra os turcos fez-se acompanhar de perseguições religiosas e centralização administrativa nas regiões conquistadas. Em 1604, o grande senhor calvinista Bocskay re-

(22) Bela Király, *Hungary in the Late Eighteenth Century*, Nova Iorque, 1969, pp. 33, 108. Tudo indica que o papel dos *bene possessionati* no seio da classe fundiária húngara tenha sido um dos mais importantes fatores a distingui-la da igualmente numerosa nobreza polaca, com a qual, *aliás*, tanto se parecia; esta última estava muito menos polarizada entre magnatas e pequenos cavaleiros, faltando-lhe, portanto, a coesão de suas congêneres magiares.

(23) Mamatey, *Rise of the Habsburg Empire*, p. 37.

belou-se, reunindo a nobreza magiar e os aventureiros *haiduk* das fronteiras contra as forças de ocupação imperiais, em aliança com os turcos; em 1606, a Porta assegurou uma paz vantajosa, a aristocracia húngara conseguiu de Viena a tolerância religiosa e Bocskay conquistou o principado da Transilvânia. Em 1619-20, o novo monarca transilvano, Gàbor Bethlen, aproveitou a sublevação da Boêmia para invadir e anexar vastas extensões da Hungria Habsburgo, com o apoio dos proprietários de terra protestantes da região. Em 1670, Leopoldo I esmagou uma conspiração de grandes nobres e deslocou suas tropas em grande número para a Hungria: a antiga constituição foi abolida e imposta uma nova e centralizadora administração, sob a chefia de um vice-governador alemão munido de tribunais extraordinários para a repressão. A luta foi em breve retomada, a partir de 1678, sob o comando do conde Imra Tökölli; em 1681, Leopoldo viu-se forçado a renunciar a seu golpe constitucional e a reafirmar os privilégios magiares tradicionais, já que Tökölli recorreu ao auxílio turco. Os exércitos otomanos arorreram prontamente e seguiu-se o famoso cerco de Viena, em 1683. Finalmente, as forças turcas acabaram por ser expulsas da Hungria em 1687, e Tökölli partiu para o exílio. Leopoldo não era suficientemente forte para restaurar o anterior regime centralista do *Gubernium*, mas foi capaz de extrair dos Estados magiares, em Bratislava, a aceitação da dinastia Habsburgo como hereditária, e não mais eletiva, na Hungria e, ao lado disso, a revogação do *jus resistendi*. Ademais, a conquista austríaca da Transilvânia em 1690-1 serviu para circundar a partir daí a nobreza magiar com um bloco estratégico de territórios à sua retaguarda, diretamente sujeitos a Viena; as Zonas de Fronteira Militar Especiais submetidas ao *Hofkriegsrat* estendiam-se agora do Adriático aos Cárpatos; entretanto, o poder turco na bacia do Danúbio vira-se grandemente reduzido, no início do século XVIII. As terras recentemente adquiridas foram distribuídas a aventureiros militares estrangeiros e a um círculo seleto de senhores húngaros, cuja lealdade política estava agora cimentada por enormes domínios no leste.

Não obstante, a nobreza húngara aproveitaria a primeira oportunidade proporcionada por um conflito internacional para lançar-se uma vez mais com avidez à sedição armada. Em 1703, os impostos de guerra e a perseguição religiosa conduziram os camponeses do noroeste à revolta; capitalizando este levante popular, o magnata Ferenc Rakóczi liderou uma formidável e decisiva rebelião, em aliança militar com a França e a Baviera, cujo ataque em tenaz a Viena só foi contido pela batalha de Bleinheim. Por volta do final de 1711, as tropas Habsburgo tinham posto fim à insurreição; quatro anos mais tarde, a classe

dos proprietários fundiários magiares foi, pela primeira vez, obrigada a aceitar o imposto imperial sobre os seus servos e aquartelamentos militares em seus condados, ao mesmo tempo em que as fronteiras militares além destes eram governadas pelo *Hofskriegsrat*. A chancelaria húngara passou a ter lugar em Viena. No entanto, pela Paz de Szatmár, os privilégios sociais e políticos tradicionais dos proprietários de terra húngaros foram também confirmados: a administração ficou basicamente sob o seu controle.[24] Após este acordo, não mais ocorreram revoltas durante os 150 anos seguintes; mas as relações entre a nobreza magiar e a dinastia Habsburgo continuaram a diferir das existentes entre as outras aristocracias e monarquias do Leste na época do absolutismo. A extrema descentralização aristocrática, entrincheirada em leis e instituições medievais, mostrou-se irredutível na *puszta*. A base austríaca do sistema imperial era demasiado restrita, as extensões da Boêmia demasiado frágeis e a resistência da organização política húngara demasiado firme para que um tipico absolutismo orientalizado nascesse ao longo do Danúbio. Em conseqüência, bloqueou-se a implantação de qualquer rigor ou uniformidade nas estruturas estatais compósitas presididas pelo Hofburg.

Vinte anos após a Paz de Passarowitz, ponto culminante de sua expansão nos Bálcãs e de seu prestígio europeu, o absolutismo Habsburgo viria a sofrer uma derrota humilhante nas mãos de seu rival muito menor Hohenzollern. A conquista da Silésia pela Prússia na Guerra da Sucessão Austríaca privou-o da mais próspera e industrializada provincia de seu império centro-europeu: Breslau se tornara o principal centro comercial dos territórios dinásticos tradicionais. O controle do título imperial passou temporariamente para a Bavlera e o grosso da aristocracia boêmia desertou para o novo imperador bávaro. A Boêmia foi enfim recuperada; porém, na década seguinte, o absolutismo austrlaro foi de novo profundamente sarudido pela Guerra dos Sete Anos, na qual, apesar da aliança com a Rússia e a França, da avassaladora superioridade numérica e das imensas perdas, não conseguiu reconquistar a Silésia. A Prùssia, dispondo de um terço do tesouro e de um sexto da população da Áustria, triunfara duas vezes sobre ela. Este duplo choque precipitou duas drásticas febres de reformas no seio do Estado Habsburgo, no reinado de Maria Tereza, conduzidas pelos chanceleres Haugwitz e Kaunitz, com o objetivo de modernizar e re-

(24) Em muitos aspectos, os melhores comentários sinóticos sobre as sucessivas revoltas húngaras desta época podem ser encontrados em McNeill, *Europe's Steppe Frontier*, Chicago, 1964, pp. 94-7, 147-8, 164-7.

modelar o conjunto do aparelho de governo.[25] As chancelarias da Boêmia e da Áustria foram fundidas num órgão único, os correspondentes tribunais de apelação foram incorporados e a ordem jurídica separada da nobreza boêmia completamente abolida. Pela primeira vez, foram cobrados impostos à aristocracia e ao clero de ambos os territórios (mas não da Hungria) e os seus Estados foram coagidos a aprovar subvenções decenais destinadas à construção de um exército permanente ampliado para 100 mil homens. O *Hofkriegsrat* foi reorganizado e recebeu plenos poderes em todo o império. Criou-se um Conselho de Estado supremo para integrar e dirigir a máquina do absolutismo. Funcionários permanentes da coroa, os *Kreishauptmänner*, foram nomeados para todas as "divisões" da Boêmia e da Áustria, a fim de reforçar a justiça e a administração centralizadas. Foram abolidas as barreiras alfandegárias entre a Boêmia e a Áustria e instituídas tarifas sobre as importações estrangeiras. As prestações em serviços dos camponeses foram legalmente limitadas. Passou-se a aplicar implacavelmente os privilégios fiscais da coroa, com o intuito de elevar as receitas imperiais. Para colonizar a Transilvânia e o Banat, foram tomadas medidas de emigração organizada. Logo, porém, estas medidas de Tereza seriam suplantadas pelo vasto programa de reformas adicionais imposto por José II.

O novo imperador rompeu espetacularmente com a tradição austríaca de clericalismo oficial onipresente. Foi proclamada a tolerância religiosa, as terras da Igreja foram dissolvidas e os mosteiros derrubados, os serviços da Igreja foram regulamentados e o Estado integrou as universidades. O governo introduziu um avançado código penal, reformou os tribunais judiciários e aboliu a censura. A educação secular foi vigorosamente incentivada pelo Estado e, até o final do reinado, talvez uma em cada três crianças estava na escola elementar. Criaram-se currículos modernizados para formar melhores engenheiros e funcionários. O serviço público civil foi profissionalizado, sua hierarquia organizada com base no mérito, enquanto se assegurava a sua vigilância secreta por meio de uma rede de agentes policiais inspirada no sistema prussiano. Os impostos deixaram de ser administrados pelos Estados, passando a partir daí a ser diretamente coletados pela monarquia. Os encargos fiscais foram rapidamente aumentados. Suprimiram-se as sessões anuais dos Estados: os Landtage reuniam-se agora apenas por convocação da dinastia. Foi introduzido o recrutamento obrigatório e o

(25) Bluche, *Le Despotisme Eclairé*, pp. 106-10 oferece uma análise sucinta.

exército atingiu 300 mil homens.[26] A fim de se assegurar a defesa do mercado interno, criaram-se tarifas cada vez mais elevadas, ao mesmo tempo em que eram eliminadas as guildas e as corporações urbanas de modo a permitir a livre concorrência no interior do império. O sistema de transportes foi aprimorado. Tais medidas eram radicais, mas não ultrapassavam ainda o âmbito das ações convencionais dos Estados absolutistas na era do iluminismo. O programa de José II, contudo, não parou por aí. Por uma série de decretos única na história da monarquia absolutista, a servidão foi oficialmente abolida em 1781 — após graves levantes camponeses na Boêmia durante a década precedente — e todos os súditos viram assegurado o direito de livre escolha em matéria de casamento, migração, trabalho, ocupação e propriedade. Nos locais onde esta não existia, foi assegurada aos camponeses a garantia da posse da terra e aos nobres proibiu-se a compra de parcelas. Finalmente, decretou-se a abolição de todas as prestações obrigatórias em serviços para os camponeses das terras "rústicas" (ou seja, parcelas dos vilões) que pagassem dois ou mais florins por ano em impostos, as tarifas fiscais foram equiparadas e decretadas normas oficiais para a distribuição do produto agrícola global desses arrendatários — 12,2 por cento para o Estado sob a forma de impostos; 17,8 por cento para os senhores e o clero sob a forma de rendas e dízimas; e 70 por cento para ser conservado pelo próprio camponês. Embora de alcance bastante parcial — pouco mais de um quinto dos camponeses da Boêmia foi alcançado por ela —, esta última medida continha a ameaça de drásticas transformações nas relações sociais no campo e atingia diretamente interesses econômicos vitais da nobreza fundiária em todo o império.[27] A proporção do produto agrícola à disposição do produtor direto girava habitualmente em torno de 30 por cento à época;[28] a nova lei duplicava esta parcela, reduzindo ao mesmo tempo quase pela metade o excedente extraído pela classe feudal. O clamor aristocrático foi sonoro e universal, acompanhado por ampla obstrução e sonegação.

Entretanto, o centralismo de José II causava burburinho político de um extremo a outro do império. As corporações urbanas e as companhias privilegiadas medievais das distantes províncias belgas tinham

(26) O serviço militar obrigatório foi introduzido em 1771. Em 1788, José II mobilizou 245 mil soldados de infantaria, 37 mil de cavalaria e novecentos canhões para a sua guerra contra a Turquia: H. L. Mikoletzky, *Osterreich. Das grosse 18. Jahrhundert*, Viena, 1967, pp. 227, 366.

(27) Wright, *Serf, Seigneur and Sovereign*, p. 147.

(28) Kerner, *Bohemia in the Eighteenth Century*, pp. 44-5.

sido arruinadas por Viena; os sentimentos ofendidos do clero, a hostilidade patrícia e o patriotismo popular combinaram-se para gerar uma revolta armada coincidente com a Revolução Francesa. Ainda mais ameaçadora era a agitação na Hungria. Com efeito, José II fora também o primeiro governante Habsburgo a integrar coercitivamente a Hungria numa estrutura imperial unitária. Eugênio de Sabóia instara a dinastia a fazer dos seus territórios esparsos um todo organizado — *ein Totum*: tal ideal enfim se realizava metodicamente. Todas as principais reformas de José II — eclesiásticas, sociais, econômicas e militares — foram impostas na Hungria sob os protestos da nobreza magiar. A burocracia do *Kreis* foi estendida à Hungria e o antigo sistema de condados ficou-lhe subordinado; a imunidade fiscal da classe fundiária foi abolida e implementada a justiça real. Por volta de 1789, os Estados da Hungria preparavam visivelmente a insurreição. Ao mesmo tempo, soçobrava a política externa da monarquia. Por duas vezes, José II fizera esforços para adquirir a Baviera; na segunda delas propusera-se mesmo a trocá-la pela Bélgica: a Prússia bloqueou este objetivo lógico e racional, cuja consecução teria transformado a posição estratégica e a estrutura interna do império austríaco, deslocando-o decisivamente para oeste, em direção à Alemanha. Significativamente, a Áustria não quis arriscar uma guerra com a Prússia por esse motivo, sequer após o grande esforço de reconstrução militar realizado por José II. Em decorrência disso, o expansionismo austríaco desviou-se novamente para os Bálcãs, onde os exércitos otomanos infligiam ao imperador uma série de reveses. Assim, a meta final de todo o vigoroso impulso reformista do absolutismo austríaco — a recuperação de sua posição militar no plano internacional — fugiu de suas mãos. O reinado de José terminou em fracasso e desilusão. Os impostos e as convocações militares eram impopulares entre os camponeses, a inflação criara imensa penúria nas cidades, a censura fora restabelecida.[29] Por último, as relações entre a monarquia e a aristocracia tinham atingido o ponto de ruptura. Para evitar a rebelião na Hungria foi necessário renunciar à centralização ai conseguida. A morte de José II foi o sinal para uma rápida e generalizada reação senhorial. O seu sucessor, Leopoldo II, foi imediatamente forçado a revogar as Leis Agrárias de 1789 e a restaurar os poderes políticos da nobreza magiar. Os Estados da

(29) O isolamento do regime em seus anos finais está bem elucidado por Ernst Wangermann, *From Joseph II to the Jacobin Trials*, Oxford, 1959, pp. 28-9. O campesinato desapontou-se com os limites de sua reforma agrária e chocou-se com o seu anticlericalismo.

Hungria anularam juridicamente as reformas de José e eliminaram os impostos sobre as terras da nobreza. A eclosão da Revolução Francesa e as guerras napoleônicas voltaram a unir, a partir daí, a dinastia e a aristocracia em todo o império, aferrando-as a um comum conservantismo. O episódio singular de um absolutismo demasiado "iluminista" estava terminado.

Paradoxalmente, fora a própria aporia do absolutismo austríaco que o tornara possível. A maior fraqueza e limitação do império Habsburgo era a ausência de uma aristocracia unitária, capaz de formar uma nobreza de serviço de tipo oriental. E, contudo, foi precisamente esta lacuna social que permitiu à autocracia josefina a sua latitude "irresponsável". Graças ao próprio fato de a classe fundiária não ter-se integrado no aparelho de Estado austríaco do modo como o fizera na Prússia e na Rússia, a monarquia absoluta pôde fomentar um programa que lhe era efetivamente prejudicial. Sem raízes em nenhuma nobreza territorial, dotada de uma forte e única coesão de classe, a monarquia podia conseguir um grau de expansiva autonomia desconhecido das suas vizinhas. Daí o caráter singularmente "antifeudal" dos decretos josefinos, em contraste com as reformas similares posteriores dos outros absolutismos do Leste.[30] O instrumento de renovação monárquica no império Habsburgo foi igualmente uma burocracia mais distinta da aristocracia do que em qualquer outra região: recrutada basicamente na alta classe média das cidades germânicas, cultural e socialmente separada da classe dos proprietários de terra. Mas o relativo desligamento entre a monarquia e as heterogêneas classes fundiárias de seu reino constituía também, evidentemente, uma causa de sua debilidade interna. No campo internacional, o programa josefino terminou em desastre. Internamente, as leis sociais inerentes ao Estado absolutista foram rigorosamente reafirmadas, numa demonstração eloqüente da impotência da vontade pessoal do monarca quando este transgride os interesses coletivos da classe que o absolutismo está historicamente votado a defender.

O império austríaco emergiu assim da era napoleônica como o pilar central da reação européia, com Metternich como o decano da contra-revolução monarquista e clerical em todo o continente. O absolutismo Habsburgo vagueou apaticamente pela primeira metade do século XIX. Entretanto, a industrialização nascente criava uma nova

(30) Todos os três programas reformistas — o austríaco, o prussiano e o russo — foram motivados obviamente por derrotas militares.

população urbana, tanto trabalhadora como de classe média, e a agricultura comercial difundia-se a partir do Ocidente, com a introdução de novos cultivos — beterraba, sacarina, batata, trevo — e a expansão da produção lanífera. O campesinato fora emancipado da servidão; mas ainda estava sujeito à jurisdição patrimonial de seus senhores por todo o império e em quase toda parte devia pesadas prestações em serviços à nobreza. Neste aspecto, a *Erbuntertänigkeit* de tipo tradicional ainda era predominante em cerca de 80 por cento de seu território, incluindo todas as principais regiões da Europa central — Alta Áustria, Baixa Áustria, Estíria, Caríntia, Boêmia, Morávia, Galícia, Hungria e Transilvânia — e o *robot* continuava a ser a grande fonte de mão-de-obra na economia agrária.[31] O típico camponês alemão ou eslavo retinha ainda, na década de 1840, somente 30 por cento de sua produção, após pagar os impostos e tributos.[32] Ao mesmo tempo, um número cada vez maior de proprietários de terra apercebia-se de que a produtividade média do trabalho assalariado era muito superior à do trabalho do *robot*, e começava a procurar substituí-lo; uma mudança de atitude ilustrada estatisticamente por sua disposição em aceitar a comutação monetária do *robot* a preços bem inferiores ao pagamento mínimo do equivalente trabalho assalariado.[33] Ao mesmo tempo, um número cada vez mais crescente de trabalhadores sem terra migrava para as cidades, onde muitos deles se tornariam desempregados urbanos. De forma inevitável, a consciência nacional era agora estimulada, na época pós-napoleônica, primeiramente nas cidades, para depois penetrar no campo. Em breve as reivindicações políticas burguesas tinham um caráter mais nacional que liberal: o império austríaco tornou-se a "prisão dos povos".

Estas contradições acumuladas combinaram-se e explodiram nas revoluções de 1848. A dinastia acabou por sufocar os levantes urbanos e suprimir as sublevações nacionais em todos os seus territórios. Mas as revoltas camponesas que haviam fornecido às revoluções a sua força de massa só seriam pacificadas com o atendimento das reivindicações básicas das aldeias. A Assembléia de 1848 prestou esse serviço à monarquia antes de ser posta de lado pela vitória da contra-revolução. As jurisdições senhoriais foram suspensas, eliminada a divisão rústico-dominial da terra, concedida a todos os arrendatários a garantia da posse e oficialmente abolidas as obrigações feudais em trabalho, dinheiro ou espécie, com indenização aos senhores (suportada metade pelos arrendatários e metade pelo Estado). As classes fundiárias da Áustria e da Boêmia, já instruídas nos benefícios do trabalho livre, não se opuseram a este arranjo: os seus interesses foram generosamente contemplados pelas cláusulas de compensação, aprovadas contra a resistência dos porta-vozes camponeses.[34] Os Estados magiares, liderados por Kossuth, puseram fim ao *robot* de forma ainda mais vantajosa para a nobreza: na Hungria, as compensações foram integralmente pagas pelos camponeses. A Lei Agrária de setembro de 1848 garantiu o predomínio das relações capitalistas no campo. A propriedade da terra tornou-se ainda mais concentrada, à medida que os nobres menores vendiam seus domínios e os camponeses pobres afluíam às cidades, enquanto os grandes senhores aumentavam os seus latifúndios e racionalizavam a sua gestão e produção com os fundos das compensações recebidas. Abaixo deles, consolidou-se um estrato de prósperos *Grossbauern*, especialmente em terras austriacas, mas a distribuição fundamental do solo continuou talvez mais polarizada do que nunca, após o advento da agricultura capitalista. Na década de 1860, 0,16 por cento das propriedades na Boêmia — os vastos domínios da alta nobreza — cobriam 34 por cento do território.[35]

O regime Habsburgo baseava-se agora numa agricultura cada vez mais capitalista. Contudo, o Estado absolutista emergiu não conformado das provações de 1848. As reivindicações liberais por liberdades civis e direito de voto foram silenciadas, as aspirações nacionalistas suprimidas. A ordem dinástica feudal sobrevivera à "primavera" popular da Europa. Mas a sua capacidade de evolução ou adaptação ativas estava perdida. As reformas agrárias austríacas foram obra da efêmera assembléia da revolução, e não iniciativa do governo monárquico — ao contrário das reformas prussianas de 1808-11; foram apenas aceitas pelo *Hofburg a posteriori*. Do mesmo modo, a derrota militar da mais ameaçadora insurreição nacional da Europa central — a constituição de um Estado independente pela nobreza húngara, que contaria com o seu próprio ministério, orçamento, exército e política externa e estaria ligado à Áustria, mais uma vez, apenas por uma "união pessoal" — fora conseguida não pelos exércitos da Áustria, mas pelos da Rússia: uma repetição inglória das tradições da dinastia. A partir daí, a monarquia Habsburgo reduziu-se cada vez mais a um

(31) Blum, *Noble Landowners and Agriculture in Austria*, pp. 45, 202.
(32) *Idem*, p. 71.
(33) *Idem*, pp. 192-202.
(34) Blum apresenta uma penetrante análise do acordo, pp. 235-8.
(35) Tapié, *Monarchie et Peuples du Danube*, p. 325.

objeto passivo de acontecimentos e conflitos produzidos no exterior. A frágil restauração de 1849 permitiu-lhe, por uma breve década, realizar a meta há muito acalentada da completa centralização administrativa. O sistema Bach impôs uma burocracia uniforme e leis, impostos e alfândegas unificados em todo o império; guarnições de hussardos foram deslocadas para a Hungria a fim de reforçar a sua submissão. Era no entanto impossível a estabilização desta autocracia centralista, demasiado débil no plano internacional. A derrota diante da França em Solferino e a perda da Lombardia em 1859 abalaram de tal modo a monarquia que um recuo político interno passou a ser necessário. A Carta-Patente de 1861 concedeu um parlamento imperial, ou *Reichsrat*, eleito indiretamente a partir dos Landtage provinciais e composto de quatro cúrias, além do sufrágio restrito, com o intuito de assegurar a superioridade germânica. O *Reichsrat* não tinha poderes para controlar os ministros, o recrutamento ou a coleta dos impostos já em vigor; era um organismo sem importância e poder, cuja criação não se fez acompanhar de qualquer liberdade de imprensa ou mesmo da imunidade dos deputados.[36] A nobreza magiar recusou-se a aceitá-lo e a dominação puramente militar foi de novo implantada na Hungria. A derrota frente à Prússia em Sadowa, ferindo e enfraquecendo mais uma vez a monarquia, arruinou este regime provisório no curto espaço de seis anos.

Toda a estrutura tradicional do Estado absolutista sofria agora um declínio súbito e drástico. Ao longo de mais de três séculos, o mais antigo e formidável inimigo do centralismo Habsburgo fora sempre a nobreza húngara — a classe fundiária mais obstinadamente particularista, culturalmente coesa e socialmente repressiva de todo o império. Como vimos, a expulsão final dos turcos da Hungria e da Transilvânia, no século XVIII, pusera fim, por um certo tempo, à turbulência dos magiares. Mas os cem anos que se seguiram, embora aparentemente consagrassem a integração política da Hungria no império austríaco, prepararam de fato uma última e espetacular reviravolta de papéis em seu interior. Com efeito, a reconquista da Hungria e da Transilvânia otomanas e a recuperação e colonização agrárias dos vastos espaços do leste aumentaram decisivamente o peso econômico da classe dominante húngara no conjunto do império. Inicialmente, a emigração camponesa fora atraída para a planície húngara central devido aos vantajosos regimes de arrendamento; mas, uma vez que esta foi repovoada, as pressões senhoriais endureceram imediatamente, os domínios foram

(36) A. J. P. Taylor, *The Habsburg Monarchy*, Londres, 1952, pp. 104-27.

ampliados e as parcelas camponesas expropriadas.[37] O surto agrícola da época do iluminismo, a despeito das políticas tarifárias discriminatórias de Viena,[38] beneficiara grandemente a maior parte da nobreza e lançara os alicerces de fortunas da grande nobreza que viriam a atingir dimensões sem paralelo. No aspecto histórico, a nobreza baseada na Boêmia sempre fora a mais rica dos domínios Habsburgo: por volta do século XIX, o mesmo já não ocorria. A família Schwarzenberg podia ter 190 mil hectares na Boêmia; a família Esterhazy era senhora de 2 milhões e 800 mil na Hungria.[39] Assim, a confiança e a agressividade da classe fundiária magiar em seu conjunto, tanto os cavaleiros como os magnatas, era cada vez mais reforçada pela nova extensão de suas possessões e pelo crescimento de sua importância no seio da economia centro-européia.

Não obstante, a aristocracia búngara nunca foi admitida nos conselhos internos do Estado Habsburgo, no século XVIII e no início do século XIX: sempre foi mantida à distância do próprio aparelho político imperial. A sua oposição a Viena permanecia como o maior perigo doméstico que espreitava a dinastia: a Revolução de 1848 mostrara o seu vigor quando ela impusera a seus camponeses um estatuto agrário mais implacável do que o de suas homólogas austríaca e boêmia e, ao mesmo tempo, resistira aos exércitos monárquicos até ser esmagada pela expedição que o czar enviara contra ela. Portanto, à medida que o absolutismo austríaco tornava-se rapidamente mais fraco, depois de sucessivos desastres no estrangeiro, e a insatisfação popular tornava-se cada vez maior no império, a dinastia era lógica e irresistivelmente arrastada para o seu inimigo hereditário — a mais combativa e feudal das nobrezas remanescentes da Europa central e a única classe fundiária então capaz de escorar o seu poder. A vitória prussiana sobre a Áustria em 1866 assegurou a ascensão da Hungria à supremacia no seio do império. Para salvar-se da desintegração, a monarquia foi forçada a aceitá-la como parceira formal. O dualismo que criou a "Áustria-Hungria" em 1867 conferiu à classe fundiária magiar o poder interno total na Hungria, com governo, orçamento, assembléia e burocracia próprios, conservando apenas um exército e uma política externa comuns, além de uma união aduaneira prorrogável. Enquanto na Áustria a

(37) Király, *Hungary in the Late Eighteenth Century*, pp. 129-35.

(38) Enfatizado pelos historiadores húngaros tradicionais: ver, por exemplo, H. Marczali, *Hungary in the Eighteenth Century*, Cambridge, 1910, pp. 39, 99.

(39) Mamatey, *Rise of the Habsburg Empire*, p. 64; C. A. Macartney, "Hungary", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the 18th Century*, p. 129.

igualdade civil, a liberdade de expressão e a educação secular tiveram que ser concedidas pela monarquia, na Hungria a nobreza não fez tais concessões. A partir daí, a nobreza húngara passou a representar a ala militante e autoritária da reação aristocrática no império, que acabou por dominar cada vez mais o pessoal e as políticas do próprio aparelho absolutista de Viena.[40]

Com efeito, na Áustria, os partidos políticos, a agitação social e os conflitos nacionais minavam gradualmente a viabilidade do domínio autocrático. No espaço de quatro décadas, em 1907, o sufrágio universal masculino foi extraído à dinastia na Áustria, em meio a greves urbanas e aos ecos populares da revolução russa de 1905. Na Hungria, os proprietários de terra conservaram firmemente o seu monopólio de classe do direito de voto. Portanto, o império austríaco nunca conseguiu efetivar a transmutação que fizera do império alemão um Estado capitalista. Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, ainda não existia o controle parlamentar do governo imperial, tampouco um primeiro-ministro, ou sistema eleitoral unificado. O *Reichsrat* "não tinha influência sobre as decisões e os seus membros não alimentavam esperanças de realizar carreira pública".[41] Mais de 40 por cento da população — os habitantes da Hungria, Croácia e Transilvânia — estava excluída do voto secreto ou do sufrágio universal masculino; os 60 por cento que gozavam desses direitos nos territórios austríacos dispunham de um direito meramente nominal, uma vez que o seu voto não tinha nenhum valor nos assuntos do Estado. Ironicamente, apesar das fraudes evidentes, o exemplo mais próximo de um eleitorado efetivo e de um ministério responsável existia na Hungria, justamente porque ambos estavam confinados à classe proprietária. É óbvio que, acima de tudo, o império austríaco era a negação declarada do Estado nacional burguês: representava a antítese de um dos símbolos essenciais da ordem política capitalista na Europa. O seu rival alemão alcançara a sua transformação estrutural precisamente por ter presidido a construção

(40) A grande exceção era o exército, cujo comando supremo permaneceu basicamente como uma reserva austríaca durante todo o período que terminou com a Primeira Guerra Mundial. Mas a importância institucional do aparelho militar no Estado austríaco situou-se sempre, como vimos, abaixo da média geral do absolutismo. O Estado-Maior desempenhou um papel crucial na crise de agosto de 1914, mas os seus fracassos, uma vez iniciada a luta, em breve o relegaram outra vez a um relativo segundo plano (em contraste direto com a ascensão de seu congênere alemão em Berlim), enquanto a influência política magiar em Viena subia acentuadamente à medida que a guerra avançava.

(41) Taylor, *The Habsburg Monarchy*, p. 199.

nacional que o Estado austríaco recusara. A evolução política oposta de cada um dos absolutismos teve, portanto, a sua contrapartida geopolítica. O Estado prussiano foi guindado de forma relutante mas inexorável para Ocidente, à medida que se desenrolava o século XIX, com a industrialização do Ruhr e o desenvolvimento capitalista do Reno. O Estado austríaco tomava à mesma época uma direção oposta, voltando-se para o Leste, com a crescente ascendência da Hungria e seu renitente senhorialismo. Como era de se prever, a última aquisição da dinastia constituiu-se no território mais atrasado de todo o império — as províncias balcânicas da Bósnia e da Herzegovina, anexadas em 1909, onde a servidão tradicional dos camponeses *kmet* locais nunca fora seriamente modificada.[42] A eclosão da Primeira Guerra Mundial conduziu a trajetória do absolutismo austríaco ao seu destino: os exércitos alemães lutaram as suas batalhas e os políticos húngaros determinaram a sua diplomacia. Enquanto o general prussiano Mackensen comandava as operações de guerra, o líder magiar Tisza chegava a chanceler efetivo do império. A derrota fez desaparecer a prisão das nacionalidades.

(42) O. Iászi, *The Dissolution of the Habsburg Monarchy*, Chicago, 1929, pp. 225-6.

Rússia

Chegamos assim ao último e mais estável dos absolutismos da Europa. O czarismo russo sobreviveu a todos os seus precursores e contemporâneos para se tornar o único Estado absolutista no continente a subsistir intacto até o século XX. As fases e os intervalos na gênese deste Estado muito cedo o situaram num plano à parte. Com efeito, o declínio econômico que marcou o aparecimento da última crise feudal ocorreu, como vimos, sob a ameaça da tutela tártara. Guerras, conflitos internos, epidemias, despovoamento e abandono das regiões colonizadas caracterizaram o século XIV e a primeira metade do século XV. A partir de 1450, inicia-se uma nova era de recuperação e expansão econômicas. Ao longo dos cem anos que se seguiram, a população multiplicou-se, a agricultura prosperou, o comércio interno e o uso da moeda difundiram-se rapidamente, enquanto o território do Estado moscovita crescia mais de seis vezes em superfície. O sistema de afolhamento trienal, até então praticamente desconhecido na Rússia, começou a superar o cultivo camponês destrutivo e tradicional, em conjunto com a predominância do arado de madeira; um pouco mais tarde, generalizou-se nas aldeias o uso dos moinhos.[1] Não havia agricultura de exportação e os domínios eram ainda em grande medida autárquicos, mas a presença de cidades de dimensões consideráveis sob o

(1) A. N. Sakharov, "O Dialektike Istoricheskovo Razvitiya Russkovo Krest' yantsva", *Voprosy Istorii*, 1970, nº 1, pp. 21-2.

controle do grão-ducado possibilitava um certo escoamento à produção dominial; neste aspecto, os domínios monásticos achavam-se no primeiro plano. As manufaturas e o intercâmbio urbano beneficiavam-se da unificação territorial da Moscóvia e da padronização monetária. O volume do trabalho assalariado na cidade e no campo aumentou consideravelmente, enquanto em toda a Rússia florescia o comércio internacional.[2] Foi durante esta fase de expansão que Ivã III lançou os primeiros fundamentos do absolutismo russo ao inaugurar o sistema do *pomest'e*.

Até aí, a classe fundiária russa compusera-se essencialmente de príncipes autônomos e separatistas e de nobres boiardos, muitos deles de origem tártara ou oriental, senhores de vastos domínios alodiais e, com freqüência, de um número considerável de escravos. Estes magnatas aproximaram-se gradualmente da corte moscovita restaurada, onde passaram a formar o séquito do monarca, embora conservassem as suas próprias tropas e os seus círculos de dependentes. Quando, em 1478, Ivã III conquistou Novgorod, tornou possível ao nascente Estado ducal expropriar largas faixas de território e colonizá-las com uma nova nobreza, que passaria a formar a classe dos servidores militares da Moscóvia. A concessão do *pomest'e* estava condicionada ao serviço periódico nos exércitos do monarca, tornando-se o seu titular um servidor deste último, sujeito a um estatuto rigorosamente definido. Os *pomeshchiki* eram soldados de cavalaria, armados de arco e espada para desorganizadas e confusas batalhas: tal como os cavaleiros tártaros que tinham por missão combater, não usavam armas de fogo. A maior parte das terras que lhes eram concedidas situavam-se no centro e no sul do país, próximas à frente de combate permanente com os tártaros. Enquanto a típica *votchina* boiarda era um vasto domínio provido abundantemente de mão-de-obra escrava e de camponeses dependentes (a média no início do século XVII era de cerca de 520 unidades domésticas, na própria região de Moscou), o *pomest'e* da pequena nobreza constituía geralmente uma pequena propriedade com uma média de 5 a 6 famílias camponesas a seu serviço.[3] As reduzidas dimensões das

(2) Já se afirmou que o volume do mercado interno era maior na década de 1560 que em meados do século XVII, e a proporção do trabalho livre no conjunto da força de trabalho era maior no século XVI que no século XVIII: D. I. Makovsky, *Razvitie Tovarno-Denezhnykh Otnoshenii v Sel'skom Khozyaistve Russkovo Gosudarstva v XVI Veke*, Smolensko, 1960, pp. 203, 206.

(3) R. Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy*, Chicago, 1971, p. 24. Esta importante obra constitui a grande síntese recente sobre toda a questão da formação da servidão na Rússia e o papel da nobreza de serviço nos primórdios do Estado czarista.

BIBLIOTECA TIER

posses *pomeshchik* e o rigor inicial do controle governamental sobre a sua exploração significava talvez que a sua produtividade fosse, de modo geral, bastante inferior à das terras alodiais boiardas e monásticas. A dependência econômica diaote do grão-duque, doador de suas terras, era, portanto, muito estreita, o que lhes deixava pouca margem para iniciativas sociais ou políticas. Mas, já em 1497, foi possivelmente a sua pressão que, em parte, resultou no decreto de Ivã III, o *Sudebnik*, que restringia a duas semanas por ano, antes e depois do dia de São Jorge, em novembro, o direito de movimentação dos camponeses: o primeiro passo importante em direção à servidão jurídica do campesinato russo, embora o processo global tivesse ainda uma longa distância a percorrer. Basílio III, que subiu ao trono em 1505, seguiu as pegadas de seu antecessor: anexou Pskov e estendeu o sistema do *pomest'e*, com suas vantagens políticas e militares para a dinastia. Em alguns casos, as terras alodiais, apanágios de príncipes ou boiardos, foram recuperadas e os seus possuidores estabelecidos em outras regiões em posses condicionais, com dever de serviço militar ao Estado. Ivã IV, ao proclamar-se czar, estendeu e radicalizou este processo com a expropriação pura e simples de proprietários hostis e a criação de um corpo de guarda terrorista (*oprichniki*), que recebeu os domínios confiscados em troca de seus serviços.

A obra de Ivã IV, embora tenha-se constituído num passo decisivo na construção de uma autocracia czarista, tem sido freqüentemente dotada com uma coerência retrospectiva que não possuiu. Na verdade, o seu governo marcou três acontecimentos fundamentais para o futuro do absolutismo russo. O poder tártaro no leste foi rompido pela libertação de Kazan, em 1556, e pela anexação do canato de Astrakan — encerrando um pesadelo secular que entravava a expansão do Estado e da sociedade moscovitas. Esta vitória memorável foi precedida pelo desenvolvimento de duas inovações cruciais no sistema militar russo — o uso maciço de artilharia pesada e de minas contra as fortificações (o que foi decisivo na captura de Kazan), e a formação da primeira infantaria permanente de mosqueteiros *strel'tsy*, ambas de extrema importância para uma futura expansão externa. Enquanto isso, o sistema do *pomest'e* generalizava-se a uma nova escala, o que acabou por alterar o equilíbrio de poder entre os boiardos e o czar. Os confiscos da *oprichnina* fizeram com que, pela primeira vez, o regime da posse condicional se tornasse a forma predominante de propriedade da terra na Rússia, ao passo que os próprios domínios *votchina* passavam a ser vinculados à prestação de serviço e o crescimento dos domínios monásticos era limitado. Tal mudança refletiu-se no reduzido

papel da Duma boiarda durante o reinado de Ivã IV e na convocação da primeira Zemsky Sobor, ou Assembléia da Terra, na qual a nobreza menor estava proeminentemente representada.[4] E o que foi ainda mais importante: Ivã IV garantiu então à classe *pomeshchik* o direito de determinar o nível das rendas a serem extraídas do campesinato de suas terras, ao mesmo tempo que permitia que eles próprios as coletassem, tornando-os assim, pela primeira vez, os senhores efetivos da força de trabalho nos seus domínios.[5] Simultaneamente, o sistema administrativo e fiscal era modernizado com a abolição do sistema *kormlenie* de abastecimento (na prática, salários em espécie) dos funcionários provinciais e a criação de um erário central para as receitas fiscais. Uma rede local de auto-administração (*guba*), preenchida basicamente pela nobreza de serviço, contribuiu para integrar ainda mais esta classe nascente ao aparelho de governo da monarquia russa. Em seu conjunto, tais medidas militares, econômicas e administrativas atuaram no sentido de fortalecer de modo considerável o poder político do Estado czarista central.

Por outro lado, tanto os progressos externos como os domésticos seriam posteriormente minados pela desastrosa condução das intermináveis Guerras da Livônia, que exauriram o Estado e a economia e, no plano interno, pelas extorsões terroristas da *oprichnina*. "Estado acima do Estado",[6] a *oprichnina* compunha-se de 6 mil policiais militares e a ela estava confiada a administração da Rússia central. A repressão que exercia não tinha qualquer objetivo racional: correspondia apenas às próprias vinganças pessoais e insanas de Ivã IV. Não ameaçava os boiardos enquanto classe, somente selecionava certas pessoas em seu seio; por sua vez, as agitações que promovia nas cidades, a dilaceração do sistema fundiário e a superexploração do campesinato foram causas diretas do colapso centrífugo absoluto da sociedade moscovita nos últimos anos do reinado de Ivã. Com efeito, Ivã cometera um erro de cál-

(4) O exemplo da Sejm polonesa pode ser detectado na convocação desta instituição, que Ivã IV destinava talvez a atrair da Lituânia para a órbita moscovita os nobres da Rússia ocidental: Billington, *The Icon and the Axe*, pp. 99-100.

(5) Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy*, pp. 37, 45, 115.

(6) Frase cunhada por R. G. Skrynnikov e citada por A. L. Shapiro, "Ob Absolutizme v Rossii", *Istoriya SSSR*, maio de 1968, p. 73. O artigo de Shapiro é uma réplica a um ensaio de Avrekh a que aludimos anteriormente (ver p. 19 acima), que iniciou um homérico debate entre os historiadores soviéticos sobre a natureza e o percurso do absolutismo russo, revelando uma gama extremamente ampla de posições, com cerca de uma dúzia de contribuições à *Istoriya SSSR* e à *Voprosy Istorii* até a data em que escrevíamos este livro. Há muitos pontos de interesse nessa discussão, aos quais voltaremos a nos referir.

culo fundamental após as suas vitórias no leste, quando adotou uma política de expansão ocidental voltada para o Báltico, em vez de dirigir-se para o sul, a fim de enfrentar a ameaça tártara na Criméia, que se constituía em uma sangria permanente na segurança e na estabilidade da Rússia. Capazes de derrotar os nômades orientais relativamente primitivos, embora ferozes, as novas forças militares russas eram porém incapazes de equiparar-se aos exércitos mais avançados da Polônia e da Suécia, munidos de armas e táticas ocidentais. Com a sua longa duração de 25 anos, a Guerra da Livônia terminou num revés esmagador, depois de arruinar a sociedade moscovita com enormes despesas e o desarranjo da economia rural. As derrotas na frente da Livônia combinaram-se à desmoralização interna sob o chicote *oprichnik* para precipitar um êxodo desastroso do campesinato da Rússia central e do noroeste para a recém-anexada periferia do país, deixando atrás de si regiões inteiras na maior desolação.[7] As calamidades seguiam-se agora umas às outras, num ciclo já familiar de extorsões fiscais, más colheitas, epidemias e pestes, pilhagens internas e invasões estrangeiras. Os tártaros saquearam Moscou em 1571 e os *oprichniki* pilharam Novgorod. Numa tentativa desesperada de estancar este caos social, Ivã IV proibiu toda a movimentação aos camponeses em 1581, interditando pela primeira vez o período de São Jorge; o decreto proclamava-se expressamente como de exceção, cobrindo um ano específico, ainda que tenha sido invocado intermitentemente ao longo da década. Tais proibições não conseguiram controlar o problema imediato das fugas em massa, enquanto grandes extensões dos tradicionais territórios da Moscóvia eram deixadas desertas. Nas áreas mais atingidas, a proporção da terra cultivada por família camponesa caiu para um terço ou um quinto dos níveis anteriores; verificou-se uma regressão agrária generalizada e extensas áreas ficaram sem cultivo; na própria província de Moscou, calcula-se que 76 a 96 por cento das colônias agrícolas foram abandonadas.[8] Em meio a este desmoronamento de toda a ordem rural laboriosamente erigida ao longo do século anterior, houve um agudo recrudescimento da escravidão, com muitos camponeses chegando a vender-se a si próprios como escravos para escaparem à fome. A derrocada final do reinado de Ivã IV iria prejudicar o progresso político e econômico da sociedade feudal russa por várias décadas, corroendo

(7) Ver as opiniões coincidentes de Vernadsky, *The Tsardom of Moscow*, vol. II, pp. 137-9, e Shapiro, "Ob Absoliutizme v Rossii", pp. 73-4.

(8) Hellie, *Enserfment and Military Change*, pp. 95-7.

mesmo os seus êxitos iniciais.[9] A ferocidade do governo de Ivã foi um sintoma do caráter histérico e artificial de grande parte de seu esforço de construção do absolutismo, em condições onde qualquer autocracia sistemática era ainda prematura.

A década seguinte conheceu um certo alívio da profunda depressão econômica em que a Rússia tinha mergulhado, mas a nobreza *pomeshchik* sentia ainda uma crítica escassez de mão-de-obra camponesa para cultivar as suas terras e passava a sofrer agora também com a aguda inflação. Bóris Godunov, o nobre que tomara o poder depois da morte de Ivã, reorientou a política externa russa no sentido da paz com a Polônia, a oeste, do ataque aos tártaros da Criméia, ao sul, e, acima de tudo, da anexação da Sibéria, a leste: para isso, necessitou da lealdade da nobreza de serviço militar. Foi contra este pano de fundo que, a fim de congregar o apoio dos nobres, Godunov baixou um decreto, em 1592 ou 1593, proibindo toda a mobilidade dos camponeses até determinação em contrário, suspendendo assim todas as restrições temporais de adscrição ao solo. "Este decreto foi o ponto culminante das medidas de servidão do final do século XVI e princípio do século XVII."[10] Foi prontamente seguido por um crescimento indiscriminado das prestações em serviços e por medidas jurídicas que impediam o ingresso dos grupos sociais inferiores na classe *pomeshchik*. No entanto, ao eliminar o último herdeiro da dinastia Rurik, Godunov precipitou a sua queda. O Estado russo desintegrou-se então até quase ao caos com a Época das Dificuldades (1605-13), uma seqüela política de ação retardada do colapso econômico da década de 1580. Intrigas sucessórias,

(9) É incorreto, porém, exagerar as conseqüências a longo prazo do recuo verificado na economia russa desses anos. Makovsky considera que este teria ceifado o nascente capitalismo russo precisamente no momento em que começava a se realizar e teria provocado uma regressão de mais de dois séculos, com a consolidação da classe *pomeshchik* e da servidão. "Assim, nas décadas de 60 e 70 do século XVI estavam presentes no Estado russo as condições econômicas necessárias à produção em larga escala, mas a intervenção ativa da superestrutura (com os onipotentes instrumentos de um Estado feudal forte) no seio das relações econômicas, em benefício da nobreza, não apenas impediu o desenvolvimento de novas relações como minou a situação do conjunto da economia do país": *Razvitie Tovarno-Denezhnykh Otnoshenii*, pp. 200-1. A *oprichnina*, antes apresentada como um salutar episódio antifeudal, aparece nesta versão como um instrumento maléfico da reação feudal, capaz de desviar toda a história russa de sua anterior trajetória progressista. Um juízo deste tipo é manifestamente não-histórico.

(10) V. I. Koretsky, *Zakreposhchenie Krest'yan i Klassovaya Bora v Rossii vo Vtoroi Polovine XVI v*, Moscou, 1970, p. 302. A pesquisa de Koretsky apontou com mais precisão que qualquer outro estudo anterior as fases e as circunstâncias exatas da adscrição jurídica à terra no final do século XVI: para a sua abordagem do presumível decreto de Godunov, cujo texto nunca foi recuperado, ver pp. 123-5, 127-34.

atos de usurpação entre grupos rivais, conflitos entre grandes senhores no seio da classe boiarda e invasões estrangeiras da Polônia e da Suécia varreram o país. As múltiplas fissuras na ordem dominante permitiram uma revolta camponesa chefiada pelos cossacos, do tipo das que pontuariam os dois séculos seguintes — a insurreição de Bolotnikov, em 1606-7. Liderada por um escravo fugitivo feito aventureiro, uma heterogênea força popular de extração urbana e rural do sudoeste marchou sobre Moscou, numa tentativa de levantar a população pobre da capital contra o regime boiardo de usurpação no poder. Tal ameaça uniu rapidamente forças hostis entre si, como a pequena nobreza e os grandes senhores, na luta contra os insurretos, que acabaram por ser derrotados em Tula.[11] Mas a primeira revolta social das classes inferiores contra o aumento da repressão senhorial e da servidão serviu como advertência para as classes possuidoras das possíveis tormentas que estavam por vir.

Em 1613, a aristocracia cerrara o suficiente as suas fileiras para permitir a eleição do jovem boiardo Miguel Romanov como o novo imperador. Na verdade, o advento da dinastia Romanov iria semear lentamente na Rússia um absolutismo que trezentos anos não conseguiriam extirpar. O grupo de boiardos e funcionários *d'iak* que garantira a ascensão de Miguel I conservou transitoriamente a Zemsky Sobor que a votara. Em resposta às reivindicações da pequena nobreza, o novo governo promoveu a enérgica recuperação dos camponeses fugitivos, incluindo aqueles que tinham servido nas milícias antiestrangeiras da Época das Dificuldades. A produção econômica foi retomada. D patriarca Filareto, pai de Miguel, que tornou-se em 1619 o governante efetivo do país, forneceu novos estímulos à classe *pomeshchik*, entregando-lhe os territórios camponeses das "terras negras" no norte. Mas o caráter e a orientação fundamental do novo regime Romanov estavam ligados aos grandes senhores e eram determinados pelos interesses dos boiardos metropolitanos e dos burocratas venais da capital, e não dos nobres menores das províncias.[12] A partir daí, o século XVII presenciaria um divórcio e um conflito crescentes entre a massa da classe de serviço *pomeshchik* (numericamente, o grupo mais numeroso entre os

(11) Para a revolta de Bolotnikov, ver Paul Avrich, *Russian Rebels*, Londres, 1973, pp. 20-32.

(12) J. L. H. Keep, "The decline of the Zemsky Sobor", *Slavonic an East European Review*, 36, 1957-58, pp. 105-7; e "The regime of Filaret 1619-1633", *Slavonic and East European Review*, 38, 1960, pp. 334-60, que oferece um minucioso relato das medidas políticas gerais do patriarca.

proprietários de terra da Rússia: cerca de 25 mil pessoas) e o Estado absolutista, tal como ocorria à mesma época na maior parte dos países europeus, mas assumindo características particulares no contexto oriental de maior atraso. A pequena elite boiarda da aristocracia russa — cerca de quarenta a sessenta famílias — era imensamente mais rica do que as fileiras da pequena nobreza; era também de caráter bastante heterogêneo, pois à sua composição tártara original juntaram-se, ao longo do século XVII, elementos poloneses, lituanos, germânicos e suecos. Gozava de estreitos vínculos com os altos escalões da burocracia central, a qual era-lhe juridicamente adjacente na complexa estratificação da hierarquia de serviço moscovita, ambos os grupos dispondo de posições situadas bem acima da pequena nobreza. Foi este complexo de grandes senhores e funcionários, constantemente dividido por querelas pessoais ou de facções, que ditou a seu capricho as medidas governamentais de Moscou no início da época Romanov.

Duas grandes contradições o separavam da pequena nobreza de serviço. Em primeiro lugar, a superioridade bélica da Suécia e da Polônia, provada nas Guerras da Livônia e confirmada mais uma vez durante a Época das Dificuldades, impôs a renovação e modernização do exército russo. A incerta cavalaria *pomeshchik*, carente tanto de uma disciplina conjunta como de uma potência de fogo regular, constituia um anacronismo na época da Guerra dos Trinta Anos na Europa, tal como o era a desmoralizada *strel'tsy* urbana: o futuro pertencia aos regimentos de infantaria bem treinados, empregados em formações em linha e munidos de mosquetes ligeiros, em conjunto com os dragões de elite. D regime de Filareto iniciou a Iormação de tropas permanentes deste tipo, recorrendo a oficiais e mercenários estrangeiros. No entanto, a nobreza de serviço recusou-se a aderir às formas contemporâneas da arte militar e a integrar tais regimentos de molde ocidental, usados pela primeira vez na desafortunada guerra de Smolensk contra a Polônia (1632-34).[13] A partir de então, desenvolveu-se uma crescente divergência entre a função de serviço nominal da classe *pomeshchik* e a verdadeira estrutura e composição das forças armadas russas, que passavam cada vez mais a ser constituídas por regimentos profissionais de infantaria e de cavalaria de novo estilo, em vez das mobilizações ocasionais da pequena nobreza montada. A partir da década de 1630, toda a racionalidade militar desta última tornou-se crescentemente ameaçada, revelando-se o seu papel tradicional obsoleto e redundante. Ã

(13) Hellie, *Enserfment and Military Change*, pp. 164-74.

mesma ocasião, ocorriam atritos constantes entre boiardos e a pequena nobreza no seio da classe fundiária, a propósito da disponibilidade da força de trabalho rural. Com efeito, embora o campesinato russo estivesse então juridicamente vinculado ao solo, as fugas eram ainda generalizadas em meio aos imensos e primitivos espaços desse pals de mal definidas fronteiras ao norte, a leste e ao sul. Na prática os grandes senhores podiam atralr os servos dos domínios dos cavaleiros para os seus próprios latifúndios, onde as condições agrárias eram habitualmente mais seguras e prósperas e os tributos feudais correspondentemente menos onerosos. A pequena nobreza reclamou então energicamente a revogação de todas as restrições à recuperação de camponeses fugitivos, enquanto os magnatas manobravam vitoriosamente no sentido de manter os prazos de prescrição, vencidos os quais não era mais possível a recuperação pela força: dez anos, depois de 1615; cinco anos, após 1642 (devido à crescente pressão *pomeshchik*). A tensão entre boiardos e cavaleiros em torno das leis antifuga foi um dos temas centrais da época, e a agitação da pequena nobreza na capital foi insistentemente utilizada para obter concessões do czar e da alta aristocracia.[14] Por outro lado, embora temporariamente graves, os conflitos de interesses econômicos ou militares não podiam abalar a unidade social fundamental da classe fundiária em seu conjunto, frente às massas exploradas do campo e das cidades. Os grandes levantes populares dos séculos XVII e XVIII atuaram invariavelmente no sentido de reforçar a solidariedade da aristocracia feudal dominante.[15]

(14) N. I. Pavlenko, "K Voprosu o Genezisa Absoliutizma v Rossii", *Istoriya SSSR*, abril de 1970, pp. 78-9. Pavlenko rejeita, corretamente, a idéia defendida por outros participantes da polêmica historiográfica que ora se desenrola na União Soviética, sob a influência da famosa fórmula de Engels, segundo a qual a burguesia urbana jamais desempenhou um papel central e independente no advento do absolutismo russo. Salienta, ao contrário, a importância dos atritos interfeudais entre grandes e pequenos proprietários, exaustivamente analisadas por Hellie, *Enserfment and Military Change*, pp. 102-6, 114, 128-38.

(15) Este fato é reconhecido, mas nunca adequadamente integrado na análise geral por Hellie. A grande fraqueza de seu livro é uma noção de Estado indevidamente restrita: o "governo" russo é lreqüentemente reduzido ao grupo mais elevado de grandes senhores e conselheiros de Moscou, os seus "propósitos" a apetites individuais fortuitos impedindo qualquer preocupação com a adscrição do campesinato à terra (*Enserfment and Military Change*, p. 146). Dal resulta o divórcio entre o processo social de redução à servidão e a estrutura política do Estado, ao fazer desaparecer como por encanto a unidade básica da classe fundiária que determinava os vínculos entre ambos. A servidão torna-se assim um produto aleatório e ilógico da crise de 1648, uma imprevisível concessão à nobreza no exato momento em que esta perdia a sua utilidade militar para o Estado, que poderia muito bem nunca ter acontecido (p. 134). Na verdade, é evidente que dois séculos de servidão na Rússia não dependeram dos acontecimentos "casuais" de um único ano. A própria análise de Hellie demonstra posteriormente que a relação fundamental entre as frações boiarda e da pequena nobreza, no seio da classe lundiária, não era determinada pelos seus respectivos papéis administrativos ou pelas disponibilidades de mão-de-obra, mas pelo controle comum dos meios de produção mais importantes e pelo interesse solidário na exploração e na repressão do campesinato. As numerosas e graves disputas entre eles situam-se sempre em tal contexto estrutural: daí a sua instintiva solidariedade nas crises sociais, quando tanto o poder do Estado como a propriedade agrária eram ameaçados pela rebeldia camponesa.

Foi justamente esta conjuntura que levou à codificação final da servidão na Rússia. Em 1648, a elevação dos impostos e dos preços suscitou violentos levantes de artesãos em Moscou, aos quais se juntaram uma explosão de revoltas camponesas nas províncias e um motim da *strel'tsy*. Alarmado diante desses renovados perigos, o governo boiardo em curso aceitou uma rápida convocação da decisiva Zemsky Sobor que suspendeu todas as limitações à recuperação pela força dos camponeses fugitivos, atendendo assim à reivindicação fundamental da pequena nobreza das províncias e integrando-a ao Estado central. A Zemsky Sobor elaborou então o abrangente código jurídico que iria tornar-se a carta social do absolutismo russo. As *Sobornoe Ulozhenie* de 1649 codificaram e promulgaram em definitivo a servidão do campesinato, a partir dai irreversivelmente vinculado ao solo. Tanto as terras *votchina* como as do *pomest'e* foram declaradas hereditárias e a compra e venda destas últimas foi proibida: desde então, todos os domínios ficaram sujeitos ao serviço militar.[16] As cidades foram submetidas a controles sem precedentes por parte do czar e meticulosamente isoladas do resto do país: a sua população pobre (*posadskie*) foi assimilada aos servos do Estado, somente os que pagavam impostos podiam nelas residir e nenhum habitante poderia deixá-las sem permissão do monarca. O estrato superior dos comerciantes (*gosti*) recebeu privilégios monopolistas no comércio e nas manufaturas, mas, de fato, o desenvolvimento posterior das cidades foi estrangulado pela suspensão da migração rural devido à generalização da fixação à terra, que gerou uma inevitável escassez da mão-de-obra no reduzido setor urbano da economia. A semelhança entre as *Ulozhenie* russas e o *Recess* prussiano de quatro anos depois não precisa ser enfatizada. Ambos lançaram os alicerces do absolutismo por meio de um pacto entre a monar-

(16) As principais cláusulas da *Ulozhenie* são descritas em Vernadsky, *The Tsardom of Moscow*, 1, pp. 399-411. O novo código pôs fim também ao que restava da autonomia municipal de Novgorod e Pskov: L. A. Fedosov, "Sotsialnaya Sushchnost' i Evoliutsiya Rossiiskovo Absoliutizma", *Voprosy Istorii*, julho de 1971, pp. 52-3.

quia e a nobreza, no qual a fidelidade política que uma buscava foi trocada pela servidão patrimonial exigida pela outra.

A última metade do século revelou a solidez desta união, pela própria intensidade dos desafios políticos com que se defrontou. A Zemsky Sobor, em breve tornada inútil, dissolveu-se em 1653. No ano seguinte, os cossacos da Ucrânia transferiram formalmente a sua vassalagem para a Rússia, pelo Tratado de Pereyaslavl; daí resultou a Guerra dos Treze Anos com a Polônia. As tropas czaristas lançaram-se à frente com alguns êxitos iniciais, tomando Smolensk e avançando através da Lituânia, onde Wilno foi capturada. Entretanto, o ataque sueco à Polônia logo complicou a situação estratégica; a recuperação da Polônia custou uma década de penosas lutas e, ao final, as aquisições territoriais da Rússia mostraram-se limitadas, embora substanciais. Pelo Tratado de Andrussovo, em 1667, o Estado czarista adquiria a metade oriental da Ucrânia além-Dnieper, incluindo Kiev, e recuperava a região de Smolensk, ao norte. Na década seguinte, as incursões maciças dos turcos no sul, a partir do mar Negro, foram penosamente contidas à custa da devastação da maior parte da área povoada da Ucrânia. Enquanto isso, tais êxitos externos moderados eram acompanhados por mudanças internas radicais na natureza do aparelho militar do nascente absolutismo russo. Com efeito, foi durante este período, à medida que o sistema de Estados declinava, que o exército cresceu rapidamente, atingindo um volume duas vezes superior entre 1630 e 1681, quando passou a contar com 200 mil homens em seu efetivo — um nível superior ao dos maiores sistemas militares do Ocidente na época.[17] O papel das tropas *pomeshchik* não reformadas declinou na mesma proporção. Não só a nova linha fortificada de Belgorod protegia a fronteira meridional dos ataques dos tártaros da Criméia, que outrora lhes cabia enfrentar, como, e acima de tudo, os regimentos semipermanentes da "nova formação" tornaram-se o elemento primordial dos exércitos russos durante a Guerra dos Treze Anos com a Polônia. Em 1674, a pequena nobreza fornecia apenas dois quintos dos efetivos da cavalaria, que, desde então, via-se, no aspecto estratégico, ultrapassada pela infantaria pesada. Entretanto, os *pomeshchik* eram

(17) Para estimativas do volume das forças armadas durante o século XVII, ver Hellie, *Enserfment and Military Change*, pp. 267-9, que defende, incorretamente, que no final da década de 1670 o exército russo era "de longe, o maior da Europa" (p. 226). Na verdade, o sistema militar francês era pelo menos equivalente a ele, provavelmente maior. Mas o volume relativo, quando não a competência, das forças armadas moscovitas era mesmo assim impressionante.

igualmente marginalizados na administração civil. Com papel predominante nas chancelarias centrais durante o século XVI, foram progressivamente excluídos da burocracia do século XVII, que passou a ser privilégio de uma casta quase hereditária de funcionários nos graus inferiores e de corruptos altos burocratas ligados aos grandes senhores, nos escalões superiores.[18] Em 1679, além disso, a dinastia Romanov aboliu a auto-administração local (*guba*), que outrora estivera nas mãos de pequenos nobres da província, integrando-a na máquina centralizada dos governadores *voevoda*, designados por Moscou.

Tampouco era satisfatória a situação dos trabalhadores nos domínios *pomeshchik*. Em 1658, foram decretadas novas leis que equiparavam as fugas de camponeses ao crime de felonia, mas a existência inalterada das fronteiras meridionais e dos espaços agrestes da Sibéria abria expressivas fendas na consolidação jurídica da servidão, embora nas regiões centrais do país a degradação dos camponeses se acentuasse cada vez mais: enquanto os impostos triplicaram ao longo do século XVII, a parcela média do camponês foi reduzida à metade entre 1550 e 1660, chegando a medir apenas de 1,5 a 2 hectares.[19] Esta contínua deterioração da condição camponesa desencadeou a grande insurreição rural de cossacos, servos, pobres dos subúrbios e escravos, sob a chefia de Razin, na região sudeste, em 1670, que reuniu as tribos desalojadas dos Tchuvaches, Maris e Mordvas e desencadeou sublevações populares nas cidades ao longo do Volga. O extremo perigo social que esta ampla *jacquerie* representava para o conjunto da classe dominante uniu imediatamente os boiardos e a pequena nobreza: as agudas querelas entre proprietários das décadas precedentes foram esquecidas na mesma implacável repressão dos pobres. A vitória militar do Estado czarista sobre a rebelião Razin, na qual os novos regimentos permanentes desempenharam um papel indispensável, restabeleceu mais uma vez os vínculos entre a monarquia e a nobreza. Nas duas últimas décadas do século, foi a vez dos boiardos — até aí a força propulsora por trás de sucessivos czares *fainéant** — se curvarem e se adaptarem às exigências de um absolutismo ascendente. Os grandes potentados que tinham surgido na Época das Dificuldades eram, com freqüência, de proveniência mista e origem recente: tinham poucas razões para apegar-se à antiquada e divisória hierarquia do *mestnichestvo*, o labirín-

(18) Hellie, *Enserfment and Military Change*, pp. 70-2.
(19) *Idem*, pp. 229, 372.
(*) Em francês no original: indolentes. (N. T.)

tico sistema de posições no seio das famílias boiardas, que datava do século XfV e tivera efeitos tão nocivos ao sistema de comando do novo aparelho militar do Estado. Em 1682, o czar Teodoro queimou solenemente os veneráveis livros da precedência ancestral que registravam tal hierarquia, a partir daí abolida — condição prévia para uma maior unidade da aristocracia.[20] Estava montado o cenário para uma drástica reconstrução de toda a ordem política do absolutismo russo.

Evidentemente, a máquina estatal erigida sobre estes novos fundamentos sociais foi, acima de tudo, a obra monumental de Pedro I. O seu primeiro gesto ao subir ao poder foi dissolver a velha e inconstante *strel'tsy*, a milícia moscovita cuja turbulência fora uma fonte de freqüentes inquietudes para os seus predecessores, e criar os exímios regimentos de guardas Preobrazhensky e Semenovsky, que seriam a partir daí os corpos de elite do aparelho repressivo czarista.[21] A dualidade tradicional entre as frações boiarda e da pequena nobreza no seio da classe fundiária foi recomposta pela criação de um novo e abrangente sistema hierárquico e pela universalização do princípio do serviço, que uniu nobres e cavaleiros numa mesma estrutura política. fmportaram-se novos títulos da Dinamarca e da Prússia (conde, barão), a fim de introduzir escalões mais sofisticados e modernos no seio da aristocracia, que desde então passava a depender *en bloc* da corte, tanto no aspecto social como no etimológico (*dvoriantsvo*). O poder independente dos magnatas foi imptacavelmente suprimido; a Duma boiarda foi eliminada e substituída por um senado nomeado pelo czar. A pequena nobreza foi reincorporada numa administração e num exército modernizados, onde voltava a configurar o elemento central.[22] A *votchina* e o *pomest'e* foram reunidos em um único modelo de propriedade hereditária da terra e a nobreza foi indissoluvelmente ligada ao Estado por obrigações universais de serviço, a partir dos catorze anos, tanto no exército como na burocracia. Para financiar estas instituições, foi ordenado um novo censo da população e os antigos escravos foram assimilados à classe dos servos, que passaram a ser vinculados à pessoa do senhor e não mais à terra que cultivavam, podendo portanto ser vendidos por seus donos, como os *Leibeigene* prussianos. No mesmo

(20) J. H. L. Keep, "The muscovite elite and the approach to pluralism", *Slavonic and East European Review*, XLVIII, 1970, pp. 217-8.

(21) M. Ya. Volkov, "O Stanovlenii Absoliutizma v Rossii", *Istoriya SSSR*, janeiro de 1970, p. 104. Também loi criado um terceiro regimento de guardas pessoais montados.

(22) Hellie, *Enserfment and Military Change*, p. 260.

movimento, as comunidades anteriormente livres das terras negras do norte e os colonos da Sibéria foram considerados "servos do Estado", com situação um pouco superior à dos servos privados, mas com tendência a aproximar-se rapidamente da condição destes. O patriarcado foi abolido e a Igreja foi firmemente subordinada ao Estado pelo novo departamento do Santo Sínodo, onde o mais alto dignatário era um funcionário secular. Construiu-se em São Petersburgo uma nova e ocidentalizada capital. O sistema administrativo foi reorganizado em governos, províncias e distritos e o número de burocratas duplicou.[23] Os departamentos governamentais foram concentrados em nove "colégios" centrais, dirigidos coletivamente por conselhos. Nos Urais, instalou-se uma moderna indústria metalúrgica, que transformaria a Rússia num dos maiores produtores de ferro da época. O orçamento foi quadruplicado, basicamente com os recursos provenientes de um novo imposto sobre as almas servis. A média dos impostos pagos pelos camponeses quintuplicou entre 1700 e 1707-8.

A parte principal desta receita pública substancialmente ampliada (de dois terços a quatro quintos dela) foi destinada à construção de um exército profissional e de uma armada moderna:[24] os dois objetivos dominantes de todo o programa de Pedro, aos quais todos os outros se subordinavam. Na Grande Guerra do Norte, que se estendeu de 1700 a 1721, o ataque sueco à Rússia foi inicialmente coroado de êxito: Carlos XII dizimou as forças czaristas em Narva, invadiu a Polônia e levantou o *hetman* cossaco Mazeppa contra Pedro f na Ucrânia. A vitória russa em Poltava, no ano de 1709, complementada pelo triunfo naval no golfo da Finlândia e pela invasão da própria Suécia inverteram todo o equilíbrio de forças na Europa oriental. O poder sueco foi enfim repelido e derrotado e, com a sua queda, o império czarista registrava duas conquistas geopolíticas decisivas. Pelo Tratado de Nystadt, em 1721, as fronteiras russas atingiam finalmente o Báltico: foram anexadas a Livônia, a Estônia, a Ingria e a Carélia e assegurado um acesso marítimo direto para o Ocidente. Ao sul, num conflito separado, os exércitos turcos quase infligiram uma catástrofe às tropas russas demasiado dispersas, e o czar por sorte conseguiu desembaraçar-se sem perdas mais sérias. Não se registraram conquistas importantes ao longo do mar Negro, mas a ameaça da *Sech* dos cossacos de Zaporozhie, que

(23) I. A. Fedosov, "Sotsialnaya Sushchnost' i Evoliutsiya Rossiiskovo Absoliutizma", pp. 57-60.

(24) Hellie, *Enserfment and Military Change*, p. 256. Para o aumento dos impostos, ver Avrich, *Russian Rebels*, p. 139.

sempre impediram qualquer colonização permanente das terras do interior da Ucrânia, foi eliminada com a supressão da rebelião de Mazeppa. O absolutismo russo emergiu dos vinte anos de conflitos da Grande Guerra do Norte como uma força que se agigantava no leste da Europa. No plano interno, a rebelião de Bulavin contra a recaptura de servos e o trabalho forçado na região do baixo Don foi reprimida com êxito, enquanto a longa revolta da Bashkíria contra a colonização russa na região do Ural-Volga era isolada e derrotada. Todavia, o perfil do Estado de Pedro, com a sua incansável repressão e seus avanços territoriais, deve ser traçado sobre o fundo sombrio de um grande atraso, que afetou profundamente o seu verdadeiro caráter. Apesar de toda a reorganização e repressão exercida por Pedro I, não foi possivel superar o caráter endêmico da corrupção e do desvio de fundos públicos: é de se supor que apenas um terço das receitas fiscais atingia os cofres do Estado.[25] A tentativa de comprometer pela força o conjunto da nobreza ao serviço vitalicio do czarismo revelou-se, após a morte de Pedro, excessivamente dispendiosa. Com efeito, uma vez que uma aristocracia habituada ao absolutismo já estava solidamente formada e estabilizada, os sucessores de Pedro podiam permitir-se o relaxamento e a posterior eliminação do caráter compulsório das obrigações da nobreza, que foram rescindidas por seu neto Pedro III, em 1762; por essa época, a aristocracia estava já espontânea e seguramente integrada ao aparelho do Estado.

Sob os governos de uma série de monarcas fracos — Catarina I, Pedro II, Ana e Elizabeth —, os regimentos da guarda criados por Pedro I tornaram-se, após a sua morte, a arena dos conflitos entre os grandes senhores pelo poder em São Petersburgo, e os seus vários *putschs* constituíram um tributo à consolidação do complexo institucional czarista: a partir de então, os nobres conspiravam no seio da autocracia, não contra ela.[26] A ascensão de um novo soberano resoluto ao poder, em 1762, foi portanto o sinal, não para uma irrupção das tensões entre a monarquia e a nobreza, mas para uma reconciliação mais harmoniosa entre ambas. Catarina II revelou-se o governante ideologicamente mais consciente da história da Rússia e o mais amplamente generoso com a sua classe. Aspirando a uma reputação européia por seu iluminismo político, promulgou um novo sistema educacional, secularizou as terras eclesiásticas e fomentou o desenvolvimento mercantilista da economia russa. A moeda foi estabilizada, a indústria do ferro expandida e o volume do comércio externo aumentado. Os dois marcos divisórios do reinado de Catarina II foram porém a extensão da agricultura servil organizada ao conjunto da Ucrânia e a promulgação da Carta da Nobreza. Para o primeiro, contribuiu a destruição do canato tártaro da Criméia e o rompimento do poderio otomano ao longo do litoral setentrional do mar Negro. Na sua condição de Estado vassalo da Turquia, o canato da Criméia não impedia apenas o acesso russo ao Euxino: os seus perpétuos ataques sacudiam e devastavam as planícies do Ponto, fazendo de grande parte da Ucrânia uma terra-de-ninguém insegura e despovoada, muito tempo depois da sua incorporação oficial ao reino Romanov. A nova imperatriz concentrou toda a força dos exércitos russos contra o controle islâmico do mar Negro. Em 1774, o canato tinha sido separado da Porta e a fronteira otomana afastada para o rio Bug. Em 1783, a Criméia era diretamente anexada. Uma década mais tarde, a fronteira da Rússia atingia o Dniester. No novo litoral czarista foram fundadas Sebastopol e Odessa; o acesso naval ao Mediterrâneo através dos estreitos parecia estar próximo.

No entanto, as conseqüências deste avanço rumo ao sul se revelariam muito mais importantes, a curto prazo, para a agricultura russa. A eliminação definitiva do canato tártaro possibilitou a recuperação e a colonização organizada das vastas estepes ucranianas; pela primeira vez, largas faixas dessas terras foram convertidas em cultivos aráveis e ocupadas por uma população camponesa estável e sedentária, estabelecida em grandes domínios. Dirigida por Potemkin, a colonização agrária da Ucrânia representou talvez a maior ocupação geográfica da história da agricultura feudal européia. Contudo, não se registrou nenhum progresso técnico na economia rural em conseqüência deste imenso avanço territorial: tratou-se de um ganho puramente extensivo. No aspecto social, serviu para submeter os habitantes outrora livres ou semilivres das regiões pioneiras à condição dos camponeses do centro, provocando assim um rápido crescimento da população servil da Rússia. Durante o reinado de Catarina II, o volume das rendas monetárias pagas pelos servos cresceu, em alguns casos, até cinco vezes; o governo negou-se a fixar limites máximos para as corvéias; um número enorme de servos do Estado foi entregue aos nobres mais importantes, para que ficassem sujeitos a um regime de exploração privada mais intensa. Este episódio final e dramático do processo de redução das massas rurais à

(25) Dorn, *Competition for Empire*, p. 70. As receitas fiscais prussianas eram mais elevadas que as da Rússia na década de 1760, para um terço da população.

(26) A única tentativa de impor limites constitucionais à monarquia foi o projeto de Golitsyn que, em 1730, preconizava o governo por um Conselho Privado oligárquico, vagamente inspirado no modelo sueco; foi imediatamente frustrada por uma revolta dos guardas.

servidão encontrou como resposta a última e a mais ampla das revoltas de inspiração cossaca, chefiada por Pugatchev — uma rebelião avassaladora que abalou toda a região do Volga e dos Urais, arrastando imensas e heterogêneas massas de camponeses, trabalbadores metalúrgicos, nômades, montanheses, hereges e pequenos proprietários num assalto final e desesperado contra a ordem dominante.[27] Todavia, as cidades e as guarnições czaristas mantiveram-se firmes, enquanto o exército imperial era mobilizado para esmagar a revolta. Sua derrota marcou o fechamento da fronteira oriental. A partir daí, as aldeias russas afundaram num profundo silêncio. Em 1785, a Carta da Nobreza outorgada pela imperatriz completou a longa jornada do campesinato rumo à servidão. Através dela, Catarina II garantia à aristocracia todos os privilégios, libertava-a de serviços compulsórios e lhe concedia controle jurisdicional absoluto sobre a lorça de trabalho rural. A devolução de uma parcela da administração provincial transferiu gradualmente as funções locais para a pequena nobreza.[28] Estava traçada a parábola característica do absolutismo em ascensão: a monarquia nascera em concordância com a nobreza no século XVI (Ivã IV); elas colidiram, às vezes violentamente, durante o século XVII, em meio à predominância dos grandes senbores, às complexas rupturas e deslocamentos no seio do Estado e à turbulência social externa a este (Miguel I); a monarquia alcançou uma implacável autocracia por volta do inicio do século XVIII (Pedro I); a nobreza e a monarquia recuperaram, a partir de então, a harmonia e a serenidade recíprocas (Catarina II).

A força do absolutismo russo revelou-se em breve nos seus êxitos internacionais. Principal inspiradora das Partilhas da Polônia, Catarina II foi também a sua maior beneficiária quando a operação foi completada em 1795. O império czarista foi ampliado em cerca de 500 mil quilômetros quadrados e estendia-se agora até o Vístula. Ao longo da

(27) Avrich considera a rebelião de Pugatchev o mais extraordinário levante de massas na Europa entre as revoluções inglesa e francesa: para sua análise da variada composição social da revolta ver *Russian Rebels*, pp. 196-225. É evidente o gradual deslocamento geográfico das rebeliões camponesas na Rússia, de Bolotnikov a Pugatchev: elas se moveram numa ampla frente que ia do sul para o leste, ao longo das áreas de fronteira onde era menor o controle e a presença da administração. Ao contrário, nunca ocorreu uma grande sublevação nas províncias centrais da antiga Moscóvia, com a sua longa colonização, homogeneidade étnica e proximidade da capital.

(28) Dukes, num volume cuidadosamente documentado, conclui que a "subserviência" da nobreza russa à autocracia czarista tem sido muito exagerada: haveria antes uma fácil unidade social entre ambas. Paul Dukes, *Catherine the Great and the Russian Nobility*, Cambridge, 1967, pp. 248-50.

década seguinte, a Geórgia foi anexada, no Cáucaso. No entanto, foi a grandiosa prova de força constituída pelas Guerras Napoleônicas que demonstrou a nova primazia européia do Estado czarista. A Rússia, social e economicamente, o mais atrasado absolutismo do Leste, revelou-se nos planos político e militar o único *ancien régime*, de ponta a ponta do continente, capaz de suportar o ataque francês. Já na última metade do século XVIII os exércitos russos loram, pela primeira vez na história, enviados para regiões remotas do Ocidente — Itália, Suíça e Holanda — para apagar as chamas da revolução burguesa ainda atiçadas pelo Consulado. O novo czar, Alexandre I, participou da quarta e da quinta coligações contra Napoleão, que resultaram em fracasso. Mas enquanto os absolutismos austríaco e prussiano eram batidos em Ulm e em Wagram, em Iena e em Auerstadt, o absolutismo russo conseguia uma trégua em Tilsit. Uma vez divididas as esferas de influência entre os dois imperadores, em 1807, foi possível à Rússia encetar a conquista da Finlândia (1809) e da Bessarábia (1812), em detrimento da Suécia e da Turquia. Finalmente, quando Napoleão lançou a sua invasão em grande escala da Rússia, a *Grande Armée* mostrou-se incapaz de desmantelar a estrutura do Estado czarista. Vitorioso a princípio no campo de batalha, o ataque francês foi aparentemente arruinado pelo clima e pelas condições logísticas, mas, na realidade, sua derrota se deveu à resistência impenetrável de um ambiente feudal demasiado primitivo para ser vulnerável à espada da expansão burguesa e da emancipação ocidental, cuja lâmina estava agora embotada pelo bonapartismo.[29] A retirada de Moscou assinalou o fim da dominação francesa em todo o continente; no espaço de dois anos, as tropas russas achavam-se aquarteladas em Paris. O czarismo atravessou o século XIX como o guardião vitorioso da contra-revolução européia. O Congresso de Viena selou o seu triunfo: outra grande fatia da Polônia loi anexada e Varsóvia tornou-se uma cidade russa. Três meses mais tarde, a Santa Aliança foi solenemente encarregada, por instâncias pessoais de Alexandre I, de garantir a restauração monárquica e clerical, do Guadarrama aos Urais.

(29) A ausência de uma classe média radical na Rússia privou a invasão francesa de qualquer ressonância política local. Napoleão recusou seu apoio à emancipação dos servos, durante o avanço sobre a Rússia, embora delegações de camponeses o tivessem inicialmente saudado e o governador-geral de Moscou vivesse em constante temor de rebeliões urbanas e rurais contra o governo czarista. Napoleão, porém, contava chegar a um acordo com Alexandre I depois de derrotá-lo, como fizera com Francisco II, e não pretendia comprometer tal possibilidade com medidas sociais irreparáveis. Ver os pertinentes comentários de Seton-Watson, *The Russian Empire*, pp. 129-30, 133.

As estruturas do Estado czarista, tal como saíram dos acordos de Viena, intocadas por qualquer transformação comparável às Reformas da Áustria e da Prússia, não tinham paralelo em nenhum outro país da Europa. O Estado foi oficialmente proclamado uma autocracia: o czar governava por toda a nobreza, em seu próprio nome apenas.[30] Abaixo dele, uma hierarquia feudal estava cimentada aos próprios degraus do sistema de Estado. Por um decreto de Nicolau 1, criou-se em 1831 uma hierarquia modernizada no seio da classe nobiliária, correspondente aos escalões hierárquicos da burocracia do Estado. Em contrapartida, todos os que ocupassem determinadas posições no serviço do Estado recebiam o grau de nobreza correspondente, o qual, acima de certos graus, tornava-se hereditário. Títulos e privilégios aristocráticos continuaram portanto, até 1917, a ser relacionados pelo sistema político com as diferentes funções administrativas. A classe fundiária assim ligada ao Estado controlava cerca de 21 milhões de servos. Ela própria se achava altamente estratificada: quatro quintos desses servos estavam vinculados às terras de um quinto dos proprietários, enquanto os maiores nobres — apenas 1 por cento de toda a *dvoriantsvo* — possuíam em seus domínios quase um terço de toda a população dos servos privados. A partir de 1831-32, os pequenos cavaleiros em posse de menos de 21 almas foram excluídos das assembléias da nobreza. A aristocracia russa manteve durante todo o século XIX a sua vocação para o serviço do Estado e a sua aversão pela gestão agrária. Poucas famílias nobres habitavam o mesmo solo há mais de duas ou três gerações e a propriedade absenteísta era generalizada: a residência nas cidades, quer nas de província quer nas metrópoles, era o ideal comum à média e à alta aristocracia.[31] As posições no aparelho de Estado eram os meios então habituais para atingi-la.

O Estado propriamente dito era proprietário de terras com 20 milhões de servos — dois quintos da população camponesa da Rússia. Era portanto o maior proprietário feudal direto do país. O exército era constituído por convocações ocasionais de servos, e a nobreza hereditária dominava a sua estrutura de comando, de acordo com o seu grau aristocrático. Os grão-duques ocupavam as inspetorias gerais do exército e o conselho de guerra: até a Primeira Guerra Mundial, e durante o

(30) H. Seton-Watson, *The Decline of Imperial Russia*, Londres, 1964, pp. 5-27 oferece uma visão geral bastante clara da sociedade russa sob Nicolau I.

(31) T. Emmons, *The Russian Landed Gentry and the Peasant Emancipation of 1861*, Cambridge, 1968, pp. 3-11.

seu curso, os comandantes-em-chefe eram os primos ou tios do czar. A Igreja era uma subdivisão do Estado, subordinada a um departamento burocrático (o Santo Sínodo), cujo chefe — o procurador-geral — era um funcionário civil nomeado pelo czar. O Sínodo tinha o estatuto de um ministério, com uma administração econômica que cuidava das propriedades eclesiásticas e era ocupada basicamente por funcionários leigos. Os padres eram tratados como funcionários com dever de servir o o governo (tinham que relatar as confissões que revelassem "más intenções" contra o Estado). O sistema educacional era controlado pelo Estado; em meados do século, os reitores e professores das universidades eram designados diretamente pelo czar e por seus ministros. No topo desta vasta e prolífera burocracia estava apenas a figura do autocrata e o governo de bastidores de sua chancelaria privada[32] — havia ministros, mas não gabinete, três colméias de polícia concorrentes e peculato generalizado. A ideologia da reação clerical e chauvinista que presidia este sistema era proclamada pela trindade oficial: autocracia, ortodoxia e nacionalidade. O poder político e militar do Estado czarista na primeira metade do século XIX encontrou contínua demonstração no expansionismo e no intervencionismo externos. O Azerbaijão e a Armênia foram ocupados, a resistência dos montanheses na Circássia e no Daguestão foi gradualmente anulada; nem a Pérsia nem a Turquia achavam-se em posição de resistir às anexações que a Rússia realizava no Cáucaso. Na própria Europa, os exércitos russos derrotaram uma revolta nacionalista na Polônia em 1830 e varreram a Revolução Húngara de 1849. Nicolau I, o principal executor da reação monárquica no exterior, governava, no plano interno, sobre o único país importante do continente que não fora afetado pelas sublevações populares de 1848. O poder internacional do czarismo nunca parecera maior.

Na realidade, a industrialização da Europa ocidental começava a converter esta confiança em algo anacrônico. O primeiro grande choque sofrido pelo absolutismo russo veio com a humilhante derrota que lhe foi infligida pelos Estados capitalistas da Inglaterra e da França, na Guerra da Criméia de 1854-56. A queda de Sebastopol, em suas

(32) Os historiadores tendem a interpretar a Chancelaria Pessoal, que descendia da *Preobrazhensky Prikaz* de Pedro I, como uma decomposição "dualista" da centralização absolutista e um sintoma da decadência administrativa do czarismo no século XIX. Ver, por exemplo, A. Avrekh, "Russkii Absoliutizm i Evo Rol' v Utverzhdenii Kapitalizma v Rossii", *Istoriya SSSR*, fevereiro de 1968, p. 100; I. A. Fedosov, "Sotsialnaya Sushchnost' Evoliutsiya Rossiiskovo Absoliutizma", *Voprosy Istorii*, julho de 1971, p. 63.

conseqüências internas, pode ser comparada com a retirada de lena. A derrota militar frente ao Ocidente levou à abolição da servidão por Alexandre II, como a mais elementar modernização social das bases do *ancien règime*. No entanto, é necessário não exagerar este paralelo. Com efeito, a extensão do golpe recebido pelo czarismo foi bastante amena e limitada: a Paz de Paris não era, de modo algum, o Tratado de Tilsit. Portanto, a "Era das Reformas" que a Rússia conheceu na década de 1860 foi apenas um eco longínquo de sua predecessora prussiana. O processo jurídico foi um pouco liberalizado: a nobreza rural obteve a criação de órgãos de administração autônoma (*zemstvo*); as cidades receberam conselhos municipais; foi introduzido o sistema de recrutamento geral. A emancipação do campesinato decretada por Alexandre em 1861 foi executada de maneira não menos favorável à *dvoriantsvo* do que a de Hardenberg o fora para os *junkers*. Distribuíram-se aos servos as terras que anteriormente cultivavam nos domínios da nobreza, em troca de um pagamento de compensações monetárias aos seus senhores. O Estado adiantou à aristocracia o valor dessas indenizações e depois reclamou-o junto ao campesinato, por vários anos, na forma de "pagamentos de resgates". Na Rússia setentrional, onde era baixo o valor das terras e os tributos servis eram pagos em espécie (*obrok*), os proprietários conseguiram extorquir quase o dobro do valor de mercado das terras em compensações monetárias. Na Rússia meridional, onde as obrigações servis assumiam principalmente a forma de prestações de serviços (*barshchina*) e o rico solo negro permitia lucrativas exportações de cereais, a nobreza defraudou seus camponeses em até 25 por cento das terras melhores que lhes eram devidas (as chamadas *otrezki*).[33] O campesinato, esmagado sob o peso dos resgates, sofreu assim uma redução líquida do total das terras que antes haviam cultivado para suas famílias. Além disso, a abolição da servidão não significou o fim das relações feudais no campo, tal como já acontecera na Europa ocidental. Na prática, o labirinto de formas tradicionais de extração do excedente extra-econômico, corporificado em direitos e deveres consuetudinários, continuou a existir nos domínios russos.

No seu estudo pioneiro sobre O *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin escreveu que, após a abolição da servidão, a "economia capitalista não podia surgir imediatamente e a economia da *corvée* não podia desaparecer imediatamente. Deste modo, o único sistema possível era uma economia da transição, um sistema que combinasse as características tanto do sistema da *corvée* como do capitalista. Na verdade, o sistema agrário praticado pelos proprietários de terra após a reforma comportava precisamente essas características. Com toda a infindável variedade de formas características de uma época de transição, a organização econômica da agricultura senhorial contemporânea remonta a dois sistemas básicos: o sistema das *prestações de serviços* e o sistema *capitalista*... Os sistemas mencionados estão na realidade entrelaçados da mais variada e espantosa maneira: em grande parte dos domínios senhoriais há uma combinação dos dois sistemas, que são aplicados a operações de cultivo totalmente diversas".[34] Ao avaliar a incidência relativa dos dois sistemas, Lênin calculava que, por volta de 1899, "embora o sistema de prestações de serviços predomine nas *gubernias* puramente russas, o sistema capitalista de cultivo deve ser considerado como dominante na agricultura senhorial da Rússia européia em seu conjunto".[35] Uma década mais tarde, porém, os tremendos levantes camponeses contra as extorsões e opressões feudais da Rússia rural, durante a Revolução de 1905, levaram Lênin a modificar significativamente os termos deste juízo. Em seu texto fundamental de 1907, *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa*, ele salientava que: "Nas *gubernias* puramente russas, a agricultura capitalista em grande escala passou incontestavelmente para segundo plano. Nos grandes latifúndios, predomina o cultivo em pequena escala, compreendendo várias formas de posse agrícola baseada na servidão e na vinculação".[36] Após acurada apreciação estatística da situação agrária global, cobrindo a distribuição de terras durante o primeiro ano da reação de Stolypin, Lênin resumia sua análise na seguinte conclusão geral: "dez milhões e quinhentas mil famílias camponesas na Rússia européia detêm 75 milhões de dessiatines de terra. Trinta mil proprietários, principalmente nobres, mas também novos-ricos, possuem quinhentas dessiatines cada um, ao todo 70 milhões de dessiatines. Tal é o plano de fundo principal da pintura. São estas as principais razões para o predomínio dos senhores feudais no sistema agrário da Rússia e, portanto, no Estado russo em geral e no conjunto da vida russa. Os proprietários dos latifúndios são senhores feudais no sentido econômico do termo: a base da sua propriedade foi criada pela

(33) Geroid T. Robinson, *Rural Russia under the Old Regime*, Nova Iorque, 1932, pp. 87-8.

(34) V. I. Lênin, *Collected Works*, vol. 3, Moscou, 1964, pp. 194-5.
(35) *Idem*, p. 197.
(36) *Idem*, vol. 13, p. 225.

história da servidão, pela história secular da pilhagem da terra pela nobreza. A base dos seus métodos atuais de cultivo é o sistema de prestação de serviços, isto é, uma sobrevivência direta da *corvée*, a cultura da terra com os instrumentos dos camponeses e através da virtual escravização dos pequenos agricultores sob uma infindável variedade de formas: arrendamento de inverno, rendas anuais, *métayage*, arrendamentos baseados em rendas em serviços, servidão por dívidas, e por uso das terras isoladas, das florestas, dos prados, das águas, e assim por diante, *ad infinitum*".[37] Cinco anos depois, Lênin reafirmou tal opinião de modo ainda mais categórico, às vésperas da Primeira Guerra Mundial: "A diferença entre a 'Europa' e a Rússia deriva do extremo atraso da Rússia. No Ocidente, o sistema agrário burguês está plenamente estabelecido, o feudalismo foi há muito varrido e as suas sobrevivências são insignificantes e não desempenham papel de importância. O tipo predominante de relação social na agricultura ocidental é o que estabelece entre o *trabalhador assalariado* e o patrão, o fazendeiro ou proprietário de terra... Sem dúvida, estabeleceu-se já firmemente na Rússia um sistema agrícola assim capitalista, que está rapidamente se desenvolvendo. É neste sentido que se desenvolve a agricultura, tanto senhorial como camponesa. Mas as relações puramente capitalistas no nosso país ainda estão obscurecidas, em uma *enorme* extensão, por relações feudais".[38]

O desenvolvimento capitalista no seio da agricultura russa, que Lênin e outros socialistas previram que teria ocorrido se o czarismo tivesse conseguido restabelecer de forma duradoura o seu poder, após a contra-revolução de 1907, seguiria o modelo da "via prussiana" de domínios racionalizados do tipo *junker*, com a utilização de trabalho assalariado e integrados no mercado mundial, ao mesmo tempo que um estrato subsidiário de *Grossbauern* apareceria no campo. Os escritos de Lênin do período 1906-14 alertavam repetidamente para a possibilidade de uma tal evolução na Rússia czarista, e para o grave perigo que ela representaria para o movimento revolucionário. As reformas de Stolypin, em particular, foram destinadas a acelerar uma tal evolução através de sua "aposta no mais forte" — a conversão da posse camponesa divisível em hereditária nas aldeias, a fim de incentivar o surgimento de uma classe *kulak*. Na realidade, o programa de Stolypin ficou

(37) *Idem*, vol. 13, p. 42t.

(38) *Idem*, vol. 18, p. 74. Este importante artigo, "A natureza da 'Questão Agrária na Rússia'", escrito em maio de 1912, é normalmente ignorado pelos estudiosos dos escritos de Lênin sobre o tema.

muito aquém de seus objetivos no nível do campesinato propriamente dito. Com efeito, enquanto metade das famílias camponesas possuía parcelas juridicamente hereditárias em 1915, apenas um décimo delas tinha lotes contíguos, formando uma unidade: a sobrevivência de um sistema de faixas de cultivo individuais e de campo aberto assegurava portanto a permanência das limitações comunais do *mir* aldeão.[39] Enquanto isso, aumentavam de ano para ano os encargos das dívidas e impostos de resgate. A solidariedade instintiva do campesinato russo contra a classe fundiária não foi seriamente ferida pelas reformas. Os bolcheviques haveriam de surpreender-se com a unidade apaixonada dos sentimentos populares antifeudais no campo em 1917, como testemunharia Trotski mais tarde.[40] A superpopulação nas aldeias tornou-se um problema endêmico nos últimos tempos da Rússia czarista. A parcela dos cultivos camponeses no conjunto da propriedade fundiária cresceu em 50 por cento, principalmente graças às aquisições dos *kulaks*, nas quatro décadas que precederam 1917, ao passo que a propriedade camponesa *per capita* decaía em um terço.[41] As massas rurais continuaram atoladas* no atraso e na pobreza seculares.

Por outro lado, as últimas décadas do czarismo tampouco testemunharam uma conversão dinâmica da nobreza fundiária à agricultura capitalista. Na verdade, os temores quanto a uma "via prussiana" não se materializaram. O *dvoriantsvo* revelou-se organicamente incapaz de seguir as pegadas dos *junkers*. De início, a sacudidela sofrida pela propriedade dominial da nobreza sugeria uma repetição da experiência prussiana: uma nova seleção e racionalização da classe fundiária. Com efeito, ocorreu um declínio da ordem de um terço na área ocupada por terras da nobreza, nas três décadas anteriores a 1905, e os maiores compradores (como na Prússia) foram inicialmente ricos mercadores e burgueses. Não obstante, após a década de 1880, as aquisi-

(39) Robinson, *Rural Russia under the Old Regime*, pp. 213-8.

(40) *History of the Russian Revolution*, Londres, 1965, vol. I, pp. 377-9 (ed. brasileira: *A História da Revolução Russa*, Rio, Paz e Terra, 1978, 3ª edição). É necessário acrescentar que ocorreram, em 1917, numerosos ataques de aldeões aos camponeses "secessionistas" que tinham-se aproveitado das reformas de Stolypin para abandonar suas comunas, e as terras eram agora coletivamente reapropriadas por eles, tal era a força dos sentimentos de solidariedade entre as massas dos camponeses. Ver Launcelot Owen, *The Russian Peasant Movement 1906-1917*, Nova Iorque, 1963, pp. 153-4, 165-72, 182-3, 200-2, 209-11, 234-5.

(41) Owen, *The Russian Peasant Movement*, p. 6. A população cresceu de 74 milhões de habitantes, em 1860, para 170 milhões, em 1916.

(*) Em inglês o termo *mire* significa atoleiro, o que permite um jogo de palavras com o termo russo *mir*.

ções realizadas pelos camponeses ricos superaram as dos investidores urbanos. Por volta de 1905, as propriedades dos mercadores eram em média mais extensas do que a dos nobres, mas a área ocupada pelos *kulaks* representava metade da dos proprietários urbanos.[42] Portanto, havia nitidamente um estrato de *Grossbauern* emergente na Rússia, no período anterior à Primeira Guerra Mundial. O que faltava era um salto capitalista na produtividade semelhante ao que se vira na Prússia. Naturalmente, as exportações de cereais para a Europa apresentaram um contínuo desenvolvimento ao longo do século, antes e depois da reforma de 1861; a Rússia atingiu no século XIX a mesma posição desfrutada pela Polônia ou pela Alemanha oriental no mercado internacional dos séculos XVI ao XVIII, embora os preços externos dos cereais tivessem sofrido uma queda, depois de 1870. Entretanto, no conjunto da agricultura russa, a produção e o rendimento permaneceram muito baixos, devido ao extremo atraso técnico. O afolhamento trienal ainda predominava numa escala muito ampla, praticamente inexistia o cultivo de forragens e metade dos camponeses ainda usava arados de madeira. Além disso, como vimos, inúmeras formas de relações econômicas feudais continuavam a caracterizar o crepúsculo da era da reforma, impedindo o progresso econômico nos grandes domínios da Rússia central. A nobreza não realizou a transição para uma agricultura capitalista moderna ou racional. Não por acaso, enquanto os bancos de crédito agrícola especialmente criados após a Era das Reformas na Prússia revelaram-se uma medida altamente proveitosa para os *junkers*, garantindo-lhes o capital necessário para as hipotecas e os investimentos, o homólogo russo, criado pelo Estado em 1885 para servir à nobreza, resultou num lúgubre liasco: os seus créditos foram em geral dissipados, ao passo que os beneficiários afundavam em dívidas.[43] Assim, embora fosse inegável a rápida expansão das relações capitalistas de produção no campo, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, elas nunca chegaram a adquirir a força de um grande êxito econômico, e sempre continuaram enredadas na vegetação rasteira das relações pré-capitalistas. Em conseqüência, o setor predominante da agricultura russa em 1917 caracterizava-se pelas relações feudais de produção.

(42) Robinson, *Rural Russia under the Old Regime*, pp. 131-5.

(43) M. P. Pavlova-Sil'vanskaya, "K Voprosu Osobennostyakh Absoliutizma v Rossii". *Istoriya SSSR*, abril de 1968, p. 85. O próprio Lênin tinha perfeita consciência das diferenças entre os *junkers* e os *dvoriane*, que ele caracterizava respectivamente como classes fundiárias capitalista e feudal: *Collected Works*, vol. 17, p. 390.

Enquanto isso, obviamente, a industrialização avançava a passo rápido nas cidades. No início do século XX, a Rússia dispunha de grandes indústrias de carvão, ferro, petróleo e tecidos, e contava com uma extensa rede de estradas de ferro. Muitos dos seus complexos metalúrgicos estavam entre os de maior avanço tecnológico do mundo. É inútil salientar aqui as conhecidas contradições internas da industrialização czarista: o capital investido era basicamente financiado pelo Estado, que dependia de empréstimos estrangeiros; para elevar esses empréstimos, era necessário garantir a solvência do orçamento, o que levava à manutenção dos pesados encargos fiscais que recaíam sobre os camponeses; tais encargos bloqueavam a expansão de um mercado interno, indispensável para sustentar novos investimentos.[44] Em nossa perspectiva, interessa destacar que, a despeito de todos os obstáculos, o setor industrial russo (nítida e completamente baseado em relações capitalistas de produção) triplicou de volume nas duas décadas que precederam 1914, uma das mais altas taxas de crescimento registradas na Europa.[45] Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Rússia era o quarto maior produtor de aço no globo (acima da França). O volume absoluto do setor industrial era o quinto do mundo. A agricultura equivalia então a 50 por cento do produto nacional, enquanto a indústria respondia talvez por 20 por cento, excluindo o vasto sistema ferroviário.[46] Portanto, calculando a importância das economias urbana e rural *em conjunto*, não restam dúvidas de que, em 1914, a formação social russa era uma estrutura compósita, com um setor agrário predominantemente feudal, mas com um setor capitalista agroindustrial *combinado*, que era então, no geral, preponderante. Lênin exprimiu este fato sinteticamente, nas vésperas de deixar a Suíça, quando alirmou que, em 1917, a burguesia já dominava o país economicamente há vários anos.[47]

Não obstante, embora a *formação social* russa estivesse domi-

(44) Há uma refinada análise desse círculo vicioso em T. Kemp, *Industrialization in Nineteenth Century Russia*, Londres, 1969, p. 152.

(45) T. H. Von Laue, *Sergei Witte and the Industrialization of Russia*, Nova Iorque, 1963, p. 269.

(46) Raymond Goldsmith, "The economic growth of tsarist Russia 1860-1913", *Economic Development and Cultural Change*, IX, nº 3, abril de 1961, pp. 442, 444, 470-1: uma das mais minuciosas análises da economia do período. A participação da agricultura no produto nacional era, em 1913, de cerca de 44 por cento, na Rússia européia, e de 52 por cento no conjunto do império czarista. É difícil obter estimativas mais exatas devido às deficiências estatísticas.

(47) Lênin, *Collected Works*, vol. 23, p. 303.

nada pelo modo de produção capitalista, o *Estado* russo continuava a ser um absolutismo feudal. Com efeito, não ocorrera nenhuma mudança básica em seu caráter de classe ou em sua estrutura política na época de Nicolau II. Tal como antes, a nobreza feudal continuava a ser a classe dominante da Rússia imperial: o czarismo era o aparelho político da sua dominação, do qual ela nunca se afastou. A burguesia era demasiado frágil para lançar um desafio autônomo e nunca conseguira ocupar posições-chave na administração do país. A autocracia era um absolutismo feudal que sobrevivera até o século XX. A derrota militar frente ao Japão e a explosão das massas populares contra o regime que se lhe seguiu de perto, em 1905, forçaram o czarismo a efetuar uma série de modificações cujo sentido geral, aos olhos dos liberais russos, pareceu abrir a alternativa de uma evolução para a monarquia burguesa. A possibilidade formal de uma tal transformação cumulativa realmente existia, como vimos no caso da Prússia. Historicamente, porém, os passos hesitantes do czarismo nunca se aproximaram seriamente deste objetivo. Na seqüência da Revolução de 1905, o regime viria a criar uma Duma desprovida de poderes e uma Constituição de papel. No espaço de um ano, esta seria feita em pedaços pela dissolução daquela e por uma revisão do eleitorado que conferiu a todos os proprietários de terra um direito de voto equivalente ao de quinhentos trabalhadores. O czar podia vetar qualquer legislação proposta por esta dócil assembléia, enquanto os ministros, agora agrupados num gabinete convencional, não eram responsáveis perante ela. A autocracia podia decretar leis à sua vontade, simplesmente prorrogando esta fachada representativa. Não havia portanto comparação possível com a situação da Alemanha imperial, onde havia o sufrágio universal masculino, eleições regulares, controle parlamentar do orçamento e atividade política irrestrita. Na Rússia nunca teve lugar a transmutação política qualitativa que fez do Estado feudal prussiano o Estado capitalista alemão. Tanto os princípios organizacionais como o funcionalismo czarista permaneceram intatos até o fim.

Lênin enfatizou expressamente e com insistência essa diferença, em suas polêmicas com os mencheviques em 1911: "Afirmar que o sistema de governo na Rússia *já* se tornou burguês (como o faz Larin) e que o poder governamental em nosso país já não é de natureza feudal (ver o mesmo Larin), e ao mesmo tempo referir-se à Áustria e à Prússia como exemplos é desmentir a si mesmo! (...) Não se pode *transferir* para a Rússia a conclusão da revolução burguesa que se deu na Alemanha, a história alemã de uma democracia que esgotou a si própria, a 'revolução a partir de cima' da década de 1860 e a legalidade alemã *realmente* existente".[48] É evidente que a Lênin não escapava a *autonomia* necessária do aparelho de Estado czarista em relação à classe fundiária feudal — uma autonomia inscrita nas próprias estruturas do absolutismo. "O caráter de classe da monarquia czarista de modo nenhum se opõe à ampla independência e auto-suficiência das autoridades e da 'burocracia' czaristas, de Nicolau II até o último dos policiais".[49] Ele procurou sublinhar o impacto crescente do capitalismo industrial e agrário sobre as políticas do czarismo, e a interposição objetiva da burguesia no seu funcionamento. Mas foi sempre categórico ao caracterizar a natureza social fundamental do absolutismo russo na sua própria época. Em abril de 1917, declarou inequivocamente: "Antes da revolução de fevereiro-março de 1917, o poder político na Rússia estava nas mãos de uma antiga classe, a nobreza fundiária feudal, chefiada por Nicolau Romanov".[50] Precisamente a primeira frase de *As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução*, escrito logo após a sua chegada a Petrogrado, recita: "O velho poder czarista (...) representava apenas um punhado de proprietários feudais que comandavam toda a máquina do Estado (exército, polícia e burocracia)".[51] Esta límpida formulação constituía a pura verdade. Contudo, as suas conseqüências devem ainda ser exploradas. Com efeito, para recapitular a análise desenvolvida acima, houve um *deslocamento* entre a formação social e o Estado nos últimos anos do czarismo. A *formação social* russa era um conjunto complexo dominado pelo modo de produção capitalista, mas o *Estado* russo continuava a ser um absolutismo feudal. Tal disjunção entre os dois está ainda por ser explicada, e fundamentada, teoricamente.

Por enquanto, consideraremos as suas conseqüências empíricas para as estruturas do Estado russo. Em sua essência, o czarismo permaneceu, até o último instante, um absolutismo feudal. Mesmo na sua fase final, continuava a expandir-se territorialmente para o exterior. A Sibéria foi estendida para além do Amur e, em 1861, foi fundada Vla-

(48) *Idem*, vol. 17, pp. 187, 235. Este é um tema recorrente nos escritos de Lênin sobre o período; ver vol. 17, pp. 114-5, 146, 153, 233-41; vol. 18, pp. 70-7. Devemos voltar a esses textos cruciais com propósito diverso, num estudo posterior.

(49) *Idem*, vol. 17, p. 363. Lênin enfatizou que a autonomia da burocracia czarista de modo algum se devia a um afluxo de funcionários burgueses; os seus escalões de comando eram ocupados pela nobreza fundiária: p. 390. Na verdade, parece provável que após a emancipação dos servos a nobreza tenha passado a contar, mais do que nunca, com o desempenho de funções no Estado: ver Seton-Watson, *The Russian Empire*, p. 405.

(50) *Idem*, vol. 24, p. 44.

(51) *Idem*, p. 57.

divostok. Depois de duas décadas de conflitos, a Ásia central foi absorvida em 1884. Na Polônia e na Finlândia, intensificou-se a russificação administrativa e cultural. Sobretudo no aspecto institucional, o Estado, em certos aspectos decisivos, era muito mais poderoso que qualquer outro absolutismo ocidental jamais o fora, pois conseguiu sobreviver na época da industrialização européia, tornando-se assim capaz de importar a mais avançada tecnologia do mundo e de se apropriar dela em proveito próprio. Com efeito, o Estado renunciara ao seu domínio sobre a agricultura, através da venda de suas terras, apenas para melhor se entrincheirar na indústria. Possuía por tradição as minas e as instalações siderúrgicas dos Urais. Financiava e construía agora a maior parte do novo sistema ferroviário, que representava a segunda despesa orçamentária mais elevada, depois das forças armadas. Os contratos públicos eram de modo geral predominantes na indústria russa — dois terços da produção em equipamentos era destinada ao Estado. As tarifas aduaneiras eram extremamente elevadas (quatro vezes maiores que as da Alemanha ou as da França, duas vezes mais altas que as dos Estados Unidos), de forma que o capital local dependia basicamente da proteção e supervisão do Estado. O Ministério das Finanças controlava a política de empréstimos do Banco Central aos empresários privados e estabeleceu sobre estes um predomínio geral, graças às suas abundantes reservas de ouro. Assim, o Estado absolutista foi, na Rússia, o principal motor da rápida industrialização a partir de cima. Em 1900, na época capitalista do *laissez-faire* o seu exacerbado papel econômico não tinha equivalentes no Ocidente desenvolvido. O desenvolvimento desigual e combinado produzira portanto na Rússia um colossal aparelho de Estado, que englobava de forma sufocante o conjunto da sociedade abaixo da classe dominante. Esse Estado integrara perfeitamente a hierarquia feudal em sua burocracia, absorvera a Igreja e o ensino e supervisionara a indústria, ao mesmo tempo em que gerava um exército e uma polícia de gigantescas proporções.

É evidente que tal aparelho feudal tardio era inevitavelmente sobredeterminado pela ascensão do capitalismo industrial no final do século XIX, tal como as monarquias absolutas ocidentais tinham sido, em sua época, sobredeterminadas pela ascensão do capitalismo mercantil. Paradoxalmente, porém, a burguesia russa continuava a ser, do ponto de vista político, muito mais frágil que as suas predecessoras do Ocidente, embora a economia que representava fosse muito mais forte do que o haviam sido as economias ocidentais da transição. São bem conhecidas as razões históricas dessa debilidade, insistentemente analisadas por Trotski e Lênin: ausência do artesanato pequeno-burguês,

extensão limitada da burguesia devido às grandes empresas, temor da irrequieta classe operária, dependência das tarifas, dos empréstimos e dos contratos do Estado. "Quanto mais se avança para leste, mais frágil e covarde se torna a burguesia", proclamava o primeiro manifesto do POSDR. Não obstante, o Estado absolutista russo não deixou de revelar a marca da classe que se tornara o seu auxiliar relutante e timorato, mais do que seu oponente. Tal como, numa época anterior, a venda de cargos permitia avaliar a presença subordinada da classe mercantil no seio das formações sociais ocidentais, assim a notória contradição burocrática entre os dois principais pilares do Estado russo, o Ministério do Interior e o Ministério das Finanças, fornecia um índice dos "efeitos" do capital industrial na Rússia. Por volta da década de 1890, havia um conflito constante entre estas duas instituições centrais.[52] O Ministério das Finanças desenvolvia políticas consoantes com os objetivos ortodoxos da burguesia. Os seus inspetores apoiavam os patrões em sua recusa a fazer concessões salariais aos operários; era hostil às comunas aldeãs, que representavam um obstáculo ao livre comércio da terra. Em franco conflito com este, o Ministério do Interior vivia obcecado pela manutenção da segurança política do Estado feudal. Preocupava-se sobretudo com a prevenção das desordens públicas e lutas sociais. Na busca de tais objetivos, a sua rede repressiva de espiões e provocadores policiais era imensa. Contudo, ao mesmo tempo, tinha pouca simpatia pelos interesses corporativos do capital industrial. Pressionava assim os patrões a fazer concessões aos trabalhadores, de forma a evitar o perigo de estes virem a fazer reivindicações políticas. Reprimia todas as greves, que aliás eram sempre ilegais, mas pretendia manter agentes de polícia permanentes dentro das fábricas com o intuito de estudar as suas condições e assegurar deste modo que não provocariam explosões. Naturalmente, os patrões e o Ministério das Finanças resistiam a estas medidas, e daí resultou uma luta pelo controle das inspetorias fabris, que foram conservadas pelo Ministério das Finanças somente depois de um compromisso de colaboração com a polícia. No campo, o Ministério do Interior encarava com burocrático paternalismo as comunas aldeãs, nas quais lhe cabia (e não ao Ministério das Finanças) a coleta dos impostos, uma vez que as via como baluartes da submissão tradicional e barreiras contra a agitação revolucionária. Esta comédia de contradições reacionárias culminou na

(52) Há uma esclarecedora análise de suas contradições em Seton-Watson, *The Decline of Imperial Russia*, pp. 114, 126-9, 137-8, 143.

criação dos sindicatos policiais pelo Ministério do Interior, e na instituição das leis trabalhistas pelo carrasco Plehve. Os efeitos de bumerangue desta experiência — a *Zubatovshchina* — que acabou por gerar o padre Gapon, são por demais conhecidos.* O que aqui aparece como sintomaticamente mais importante é esse delirante esforço final do Estado absolutista, depois de ter incorporado a nobreza, a burguesia, o campesinato, o ensino, o exército e a indústria, em procurar produzir até mesmo seus próprios sindicatos sob a égide da autocracia. Portanto, a abrupta máxima de Gramsci — "Na Rússia, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa"[53] — continha uma veracidade histórica real.

Não obstante, Gramsci não conseguiu enxergar *por que* as coisas assim se passaram: escapou-lhe a definição científica do caráter histórico do Estado absolutista na Rússia. Encontramo-nos agora em posição de remediar esta lacuna de seu texto. Uma vez situado o Estado russo na perspectiva européia da época, as peças se encaixam em seu lugar. Os seus contornos tornam-se imediatamente evidentes. A autocracia russa era um Estado *feudal*, embora a Rússia fosse, no século XX, uma formação social compósita *dominada* pelo modo de produção capitalista: uma dominância cujos efeitos remotos são visíveis nas estruturas do czarismo. A sua época não era a do império de Guilherme ou a da Terceira República, seus rivais ou parceiros: os seus verdadeiros contemporâneos foram as monarquias absolutistas da transição do feudalismo ao capitalismo no Ocidente. A crise do feudalismo produziu no Ocidente um absolutismo que sucedeu à servidão; a crise do feudalismo no Leste gerou um absolutismo que institucionalizou a servidão. O *ancien régime* russo sobreviveu longamente a seus correlatos ocidentais, apesar de sua natureza de classe e funções comuns, porque nasceu de uma matriz diferente. Ao final, ele extraiu do próprio advento do capitalismo industrial a força que concentrava no topo, implantando-o burocraticamente a partir de cima, tal como os seus predecessores tinham feito para fomentar o capitalismo mercantil. Os ancestrais de Witte foram Colbert ou Olivares. O desenvolvimento internacional do imperialismo capitalista, irradiado para o império russo a partir do Ocidente, foi que tornou possível essa combinação da mais avançada tecnologia do mundo industrial com a mais arcaica monarquia da Europa. Por fim, evidentemente, o imperialismo, que de início fora armadura do absolutismo russo, acabou por engolfá-lo e destruí-lo: as provações da Primeira Guerra Mundial foram mais fortes que ele.[54] Pode-se dizer que, numa confrontação entre Estados imperialistas industrializados, ele estava literalmente "fora de seu elemento". Em fevereiro de 1917, bastou uma semana para que as massas o derrubassem.

Se as coisas se passaram assim, é necessário ter a coragem de extrair as conseqüências. *A Revolução Russa não foi feita contra um Estado capitalista*. O czarismo que caiu em 1917 era um aparelho feudal: o Governo Provisório não teve tempo de o substituir por um novo ou estável aparelho burguês. Os bolcheviques levaram a cabo uma *revolução socialista*, mas, do princípio ao fim, jamais se defrontaram com o *inimigo fundamental* do movimento operário no Ocidente. A profunda intuição de Gramsci estava, neste sentido, correta: o moderno Estado capitalista da Europa ocidental continuava a ser, depois da Revolução de Outubro, um objeto político *novo* para a teoria marxista e para a prática revolucionária. A profunda crise que abalou todo esse continente assolado pela guerra, em 1917-20, deixou a sua própria herança, importante e seletiva. A Primeira Guerra Mundial pôs fim à longa história do absolutismo europeu. O Estado imperial russo foi derrubado por uma revolução proletária. O Estado imperial austríaco foi apagado do mapa por revoluções nacionalistas burguesas. A destruição e o desaparecimento de ambos teve caráter permanente. A causa do socialismo triunfou na Rússia em 1917, e foi brevemente agitada na Hungria em 1919. Na Alemanha, porém, eixo estratégico da Eu-

(*) George Gapon foi o agente policial responsável pela organização do Sindicato dos Trabalhadores Industriais da Rússia. Foi também o líder da procissão popular que, em 1905, pretendia entregar uma petição dos operários ao czar. Como é sabido, o massacre dessa manifestação desencadeou a Revolução de 1905, passando à história como "Domingo Sangrento". (N. T.)

(53) O objetivo de Gramsci era aqui estabelecer o contraste entre a Rússia e a Europa ocidental: "No Ocidente, havia uma justa relação entre Estado e sociedade civil, e quando o Estado tremia imediatamente se revelava uma poderosa estrutura da sociedade civil". *Note sul Machiavelli*, p. 68 (ed. brasileira: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 3ª ed., p. 75). Retornaremos noutro lugar, de forma mais extensa, a esta passagem crucial, na qual Gramsci tenta analisar os diferentes problemas estratégicos com que se defrontava o movimento operário na Europa oriental e na Europa ocidental durante o século XX (ver o texto de Anderson, *As Antinomias de Antonio Gramsci*, publicado originalmente na *New Left Review*, N. T.).

(54) Evidentemente, o próprio imperialismo czarista era uma combinação de expansão feudal e capitalista, com uma inevitável preponderância da componente feudal. Stalin, em 1915, teve o cuidado de fazer esta distinção necessária: "Na Rússia, o imperialismo capitalista de tipo mais recente revelou-se inteiramente na política do czarismo em relação à Pérsia, à Manchúria e à Mongólia, mas, em geral, o imperialismo militar e feudal era predominante na Rússia". *Collected Works*, vol. 21, p. 306.

ropa, a transformação capitalista da monarquia prussiana assegurou a sobrevivência integral do antigo aparelho de Estado na época de Versalhes. Os dois derradeiros Estados feudais importantes da Europa oriental caíram diante de revoluções vindas de baixo, de caráter diverso. O Estado capitalista que fora antes o seu confrade legitimista resistiu a todos os levantes revolucionários, em meio ao desespero e aos escombros de sua própria derrota diante da Entente. O fracasso da Revolução de Novembro na Alemanha, tão significativo para a história da Europa como o êxito da Revolução de Outubro na Rússia, estava fundado na natureza diversa da máquina de Estado que cada uma delas enfrentou. Os mecanismos da vitória e da derrota socialistas nesses anos vão às raízes nos mais profundos problemas da democracia burguesa e proletária, que ainda estão por resolver, na teoria e na prática, na segunda metade do século XX. Os ensinamentos e as implicações políticas da queda do czarismo, para um estudo comparado das formações sociais contemporâneas, permanecem até hoje largamente inexplorados. Neste sentido, o obituário histórico do absolutismo que expirou em 1917 ainda está à espera de suas linhas finais.

A Casa do Islã

A Primeira Guerra Mundial, que lançou uns contra os outros os principais Estados capitalistas do Ocidente e destruiu os últimos Estados feudais do Leste, teve origem no único ponto da Europa onde o absolutismo jamais conseguiu se consolidar. No aspecto geopolítico, os Bálcãs constituíam uma sub-região distinta, cuja evolução anterior a separava do restante do continente. Com efeito, precisamente esta ausência de qualquer integração tradicional ou estável no sistema político internacional do fim do século XIX e início do século XX faria desta área o "barril de pólvora" da Europa, que detonou a conflagração de 1914. Portanto, o padrão geral de desenvolvimento nessa parte do continente serve adequadamente de prova e epílogo a qualquer pesquisa sobre o absolutismo. Ao longo de sua existência no continente, o Império Otomano foi sempre uma formação social à parte. Sob o domínio da Porta, pela sujeição ao Islã, os Bálcãs pareciam ter escapado à perspectiva geral européia. No entanto, a estrutura e a dinâmica próprias do Estado turco conservam grande valor como termo de comparação, pelo contraste que estabelecem com cada uma das variantes do absolutismo europeu. Além disso, as características do sistema otomano oferecem a explicação fundamental para o fato de a península balcânica ter continuado a evoluir, após a última crise medieval, segundo um padrão totalmente divergente do verificado no resto da Europa oriental, com conseqüências que se prolongaram até este século.

Os guerreiros turcos que invadiram a Anatólia oriental no século XI eram ainda nômades do deserto. Deviam o seu sucesso na Ásia Menor, onde os árabes tinham fracassado, em parte à semelhança entre

esse ambiente climático e geográfico e aquele que conheciam dos planaltos áridos e frios da Ásia central, de onde provinham: o camelo bactriano, seu meio básico de transporte, adaptava-se perfeitamente às terras altas da Anatólia, que se tinham mostrado intransitáveis para o dromedário árabe dos trópicos.[1] Todavia, eles não chegaram simplesmente como habitantes primitivos das estepes. Desde o século IX, os escravos turcos serviam como soldados as dinastias abássida e fatímida do Oriente Médio, tanto nas fileiras como no oficialato, chegando mesmo a obter postos da mais alta patente. A analogia com o papel das tribos germânicas fronteiriças na fase final do Império Romano já foi muitas vezes salientada. Cinqüenta anos antes da batalha de Manzikert, os seldjúcidas desceram de seus oásis no Turquestão para a Pérsia e a Mesopotâmia, derrubaram o decadente Estado buída e criaram um grande império seldjúcida, com capital em Bagdá. A maior parte desses conquistadores turcos tornou-se rapidamente sedentária, ao serviço do exército e da administração do novo sultanato que, por sua vez, herdou e assimilou as velhas e enraizadas tradições urbanas do "Antigo Islã" — com as suas fortes influências persas transmitidas pelo legado do califado abássida. Ao mesmo tempo, contudo, uma ala não pacificada dos nômades turcomanos lançava-se em ataques desordenados contra as fronteiras do novo império. Foi com o objetivo de encurralar e disciplinar essas tropas irregulares que Alp Arslan partiu para o Cáucaso e, em seu caminho, envolveu-se na fatídica destruição do exército bizantino em Manzikert.[2] Como vimos anteriormente, a esta vitória não se seguiu nenhuma invasão organizada da Anatólia pelo sultanato seldjúcida: as suas preocupações militares voltavam-se para o Nilo, não para o Bósforo. Foram as tribos pastoris turcomanas que herdaram os frutos de Manzikert e, a partir daí, puderam progredir sem oposição para o interior da Anatólia. Estes soldados e aventureiros fronteiriços não buscavam apenas terras para seus rebanhos. Por uma espécie de auto-seleção, estavam também caracteristicamente marcados pelo chamado espírito *ghazi*, uma fé militante de cruzada muçulmana que rejeitava toda a acomodação com o infiel, do tipo que viria a definir os Estados constituídos do Antigo Islã.[3] Com efeito, uma vez que a Anatólia foi efetivamente ocupada, com as sucessivas ondas migratórias do século XI ao XIII, o mesmo conflito se reproduziu na Ásia Menor. O sultanato de Rum, ramo seldjúcida com o centro em Konia, em pouco tempo recriou um próspero Estado de inspiração persa, constantemente em conflito com os anárquicos emirados *ghazi* vizinhos, especialmente o dos danichmênidas, sobre os quais acabou por obter a supremacia. Não obstante, as invasões mongóis do século XIII em breve submeteriam todos os Estados turcos em luta na Anatólia. A região converteu-se num mosaico de pequenos emirados e de grupos de pastores nômades. Desta confusão emergiu o sultanato osmanli, a partir de 1302, para se tornar a potência dominante não apenas na Turquia mas em todo o mundo islâmico.

(1) Xavier de Planhol, *Les Fondements Géographiques de l'Histoire de l'Islam*, Paris, 1968, pp. 39-44, 208-9.

(2) C. Cahen, "La campagne de Manzikert d'après les sources musulmanes", *Byzantion*, IX, 1934, pp. 621-42.

(3) Paul Wittek, *The Rise of the Ottoman Empire*, Londres, 1963, pp. 17-20. Esta breve e brilhante monografia é a obra fundamental sobre a natureza da primitiva expansão otomana.

A dinâmica peculiar que animava o Estado otomano e que o elevou tão acima dos seus rivais da Anatólia reside na combinação única dos princípios do espírito *ghazi* e da tradição do Antigo Islã.[4] Afortunadamente situado às portas das planícies da Nicéia, imediatamente vizinho do que restava do Império Bizantino, a sua proximidade com as fronteiras do mundo cristão manteve efervescente o seu fervor religioso e militar, quando outros emirados do interior se deixaram cair numa relativa frouxidão. Desde o início, os chefes osmanli consideravam-se missionários do espírito *ghazi*, empenhados numa guerra santa contra o infiel. Ao mesmo tempo, o seu território localizava-se na principal rota de comércio terrestre através da Ásia Menor e, por isso, atraia os mercadores e artesãos, bem como os religiosos ulemás, que formavam o elemento social indispensável a um Estado do Antigo Islã, dotado de uma solidez institucional sem nomadismo e sem cruzadas. O sultanato osmanli, endurecido pelas guerras constantes de sua cavalaria entre 1300 e 1350, conseguiu assim aliar a sofisticação jurídica e administrativa das cidades do Antigo Islã ao violento zelo militar e proselitista dos habitantes *ghazi* das fronteiras. Simultaneamente, uma parte de seu

(4) Wittek, *op. cit.*, pp. 37-46. A análise de Wittek sobre os princípios dualistas do Estado otomano é, na realidade, o reflexo indireto da famosa divisão proposta por Ibn Khaldun para a história islâmica em fases alternadas de *asabiyya* nômade (caracterizada pelo fervor religioso, pela solidariedade social e pelas proezas militares) e de *farâgh* ou *dia* urbana (caracterizada pela prosperidade econômica, pela sofisticação administrativa e pelo lazer cultural), as quais ele acreditava serem mutuamente incompatíveis — a civilização urbana não poderia resistir à conquista nômade, a fraternidade nômade seria incapaz de sobreviver à corrupção urbana, produzindo-se assim uma história cíclica de formação e desintegração do Estado. A abordagem de Wittek sobre o Império Otomano pode ser interpretada como uma sutil inversão desta fórmula: no Estado turco, os dois princípios contraditórios do desenvolvimento político islâmico encontraram pela primeira vez uma harmonia estrutural.

impulso social básico repousava ainda na busca da terra pelos nômades, que fora a força propulsora da ocupação primitiva da Anatólia pelos turcos.[5] A expansão territorial era também um processo de colonização econômica e demográfica.

O potencial explosivo desta fórmula política em breve se faria sentir na Europa cristã. O avanço triunfante dos exércitos turcos em direção aos Bálcãs, internando-se profundamente na península e assim envolvendo a assediada capital bizantina a partir da retaguarda, é um fato conhecido. Em 1354, instalaram-se em Galípoli. Em 1361, tomaram Andrinopla. Em 1389, as forças da Sérvia, da Bósnia e da Bulgária eram aniquiladas em Kossovo, destruindo assim todas as possibilidades de resistência eslava organizada na maior parte da região. Logo a seguir, caíram a Tessália, a Moréia e Dobrudja. Em 1396, a expedição de cruzados enviada para impedir o seu avanço foi destruída em Nicópolis. Veio então uma breve pausa, quando o exército de Bajazé, ocupado em anexar pela força alguns emirados muçulmanos irmãos da Anatólia, defrontou-se com as hostes de Tamerlão que varriam aquela zona e foi esmagado em Ancara, sobretudo em razão do abandono pelos contingentes *ghazi* de uma causa que julgavam ímpia e fratricida. Rudemente chamado à sua vocação religiosa, o Estado osmanli reconstituiu-se lentamente, durante os cinqüenta anos seguintes, no outro lado do Bósforo, transferindo a sua capital para Adrianopla, na linha de frente da guerra contra a cristandade.[6] Em 1453, Maomé II tomou Constantinopla. Na década de 1460 foram anexadas a Bósnia, ao norte, e o emirado caramânide, na Cilícia. Na década seguinte, o canato tártaro da Criméia foi reduzido à condição de vassalo e Cafa recebeu uma guarnição turca. Nos primeiros vinte anos do século XVI, Salim I conquistou a Síria, o Egito e o Hedjaz. Na década subseqüente, Belgrado foi capturada, submeteu-se a maior parte da Hungria e a própria Viena assediada. Nesta altura, quase toda a península balcânica fora invadida. Grécia, Sérvia, Bulgária, Bósnia e Hungria oriental eram províncias Otomanas. A Moldávia, a Valáquia e a Transilvânia eram principados tributários governados por monarcas cristãos dependentes, cer-

(5) Ernst Werner, *Die Geburt einer Grossmacht — Die Osmanen*, pp. 19, 95. A obra de Werner é o principal estudo marxista sobre o crescimento do poder otomano; sua crítica ao descaso de Wittek em relação ao impulso tribal à busca da terra subjacente ao expansionismo osmanli em sua origem é, no entanto, corroborada pela pesquisa do historiador turco Omer Barkan.

(6) P. Wittek, "De la défaite d'Ankara à la prise de Constantinople (un demi-siècle d'histoire ottomane)", *Revue des Études Islamiques*, 1948, 1, pp. 1-34.

cados por territórios sob domínio direto dos turcos no Danúbio e no Dniester. O mar Negro era um lago otomano. Enquanto isso, no Oriente Médio, fora anexado o Iraque; em seguida, o Cáucaso foi absorvido. No Magrebe, Argel, Trípoli e Túnis foram sucessivamente submetidas à soberania turca. O sultão passara a ser o califa de todas as terras sunitas do Islã. À época de seu apogeu, sob o reinado de Solimão I, em meados do século XVI, o reino osmanli era o mais poderoso império do mundo. Fazendo sombra a seu rival europeu mais próximo, Solimão I contava com uma receita duas vezes maior que a de Carlos V.

Qual a natureza deste colosso asiático? O seu perfil forma um estranho contraste com os contornos do absolutismo europeu seu contemporâneo. O fundamento econômico do despotismo osmanli era a ausência virtualmente absoluta da propriedade privada da terra.[7] Todos os territórios aráveis e pastoris do império eram considerados patrimônio pessoal do sultão, à exceção das doações religiosas *waqf*.[8] Na teoria política otomana, o supremo atributo de soberania era o direito ilimitado que assistia ao sultão de explorar todas as fontes de riqueza de seu reino, bem como as possessões imperiais.[9] Daí advinha que não podia existir uma nobreza estável e hereditária no seio do império, porque não havia garantia de propriedade que lhe servisse de base. Honra e riqueza confundiam-se efetivamente com o Estado e a posição social derivava simplesmente dos postos ocupados em seu seio. O próprio Estado achava-se imprecisamente dividido em colunas paralelas, mais

(7) Esta era, para Marx, a característica fundamental de todas as formas do que ele chamou, seguindo uma longa tradição, "despotismo asiático". Em comentário à famosa descrição da Índia mongol feita por Bernier, escrevia ele a Engels: "Bernier considera acertadamente como base de todos os fenômenos orientais — refere-se à Turquia, à Pérsia, ao Industão — a *ausência da propriedade privada da terra*. É esta a verdadeira chave, até para o paraíso oriental" (*Selected Correspondence*, p. 81). Os comentários de Marx sobre o "modo de produção asiático" levantam muitos problemas, que consideraremos adiante. Se retivermos por ora o uso do termo "despotismo" para o Estado otomano, este deve ser entendido num sentido estritamente provisório e meramente descritivo. Em grande medida ainda inexistem conceitos científicos para a análise dos Estados orientais desta época.

(8) H. A. R. Gibb e H. Bowen, *Islamic Society and the West*, vol. I, 1ª parte, Londres, 1950, pp. 236-7. Os lotes onde se construíam as casas, vinhedos e pomares situados dentro dos limites das aldeias eram propriedade privada (*mulk*), tal como a maior parte dos terrenos urbanos (o significado dessas exceções — horticultura e cidades — será discutido no contexto geral do Islã). Em 1528, cerca de 87 por cento do território otomano era constituído por propriedade *miri*, ou do Estado: Halil Inalcik, *The Ottoman Empire*, Londres, 1973, p. 110.

(9) Stanford Shaw, "The ottoman view of the Balkans", em C. e B. Jelavich (Orgs.), *The Balkan in Transition*, Berkeley-Los Angeles, 1963, pp. 56-60, ilustra com clareza esta concepção.

tarde designadas pelos historiadores europeus (não pelos pensadores otomanos, o que é significativo) como "instituição governante" e "instituição religiosa", ou "muçulmana", embora nunca tenha existido entre ambas uma separação rigorosa.[10] A instituição governante compreendia todo o aparelho burocrático e militar do império. Os seus estratos superiores eram recrutados basicamente entre ex-escravos cristãos, cujo grupo principal foi iniciado nestas funções graças à criação do *devshirme*. Tal instituição, nascida provavelmente na década de 1380, foi a expressão mais notável da interpenetração dos princípios *ghazi* e do Antigo fslã que definiu o conjunto do sistema otomano em ascensão.[11] Todos os anos, efetuava-se um recrutamento de crianças do sexo masculino entre as famílias cristãs das populações subjugadas nos Bálcãs: afastadas dos pais, eram mandadas a Constantinopla ou à Anatólia para serem educadas como muçulmanas e treinadas para posições de comando no exército e na administração, como servidores diretos do sultão. Deste modo, conciliavam-se as tradições *ghazi* de conversão religiosa e expansão militar e a tradição do Antigo Islã de tolerância e tributação junto aos infiéis.

O recrutamento do *devshirme* fornecia à instituição governante entre mil e 3 mil escravos por ano: a eles se somavam outros 4 ou 5 mil prisioneiros de guerra ou homens comprados no exterior, que passavam pelo mesmo processo de treinamento, a educação na grandeza e na obediência.[12] O corpo de escravos do sultão assim constituído proporcionava as altas fileiras da burocracia imperial, desde o cargo supremo de grão-vizir até os postos provinciais dos beilerbeis e sanjkbeis; e a totalidade do exército permanente da Porta, composto pela cavalaria especial da capital e pelos famosos regimentos janízaros que constituíam a infantaria e a cavalaria de elite do poder otomano. (De início, uma das funções principais do *devshirme* era precisamente formar soldados de infantaria disciplinados e confiáveis, numa época em que a

(10) Os termos "instituição governante" e "instituição muçulmana" foram cunhados por A. H. Lybyer, *The Government of the Ottoman Empire in the Time of Suleiman the Magnificent*, Cambridge, EUA, 1913, pp. 36-8. A sua aceitação generalizada pelos historiadores subseqüentes foi criticada por N. Itzkowitz, "Eighteenth century ottoman realities", *Studia Islamica*, XVI, 1962, pp. 81-5, mas sem provas substanciais contra o seu uso para o século XVI.

(11) S. Vryonis, "Isidore Glabas and the turkish devshirme", *Speculum*, XXXI, julho de 1956, nº 3, pp. 433-43, estabeleceu a datação moderna da instituição.

(12) Inalcik, *op. cit.*, p. 78; L. S. Stavrianos, *The Balkans Since 1453*, Nova Iorque, 1958, p. 84. Na Bósnia, excepcionalmente, o *devshirme* foi estendido às famílias muçulmanas locais.

predominância internacional da cavalaria estava chegando ao fim e os cavaleiros turcomanos revelavam-se material inadequado para uma conversão à infantaria profisslonal.) O surpreendente paradoxo que é uma sinarquia de escravos, impensável no feudalismo europeu, encontra uma explicação inteligível no conjunto do sistema social do despotismo osmanli.[13] Havia, com efeito, um vínculo estrutural entre a ausência da propriedade privada da terra e a eminência da propriedade estatal de homens. Efetivamente, uma vez que estava suspenso qualquer conceito jurídico estrito de propriedade no domínio fundamental da riqueza básica da sociedade, as conotações convencionais da posse no domínio da mão-de-obra diluíam-se e se transformavam do mesmo modo. Uma vez que toda a propriedade fundiária era uma prerrogativa da Porta, deixava de ser degradante tornar-se propriedade humana do sultão: a "escravidão" não se definia pela oposição à "liberdade", mas pela proximidade de acesso ao comando imperial, uma vizinhança necessariamente ambígua que envolvia a heteronomia completa e poder e privilégios imensos. O paradoxo do *devshirme* era portanto perfeitamente lógico e funcional no seio da sociedade otomana em seus primórdios.

Por sua vez, a instituição governante não se resumia apenas ao corpo de escravos do sultão. Este coexistia com um estrato nativo de militares islâmicos, os guerreiros *sipahi*, que ocupavam uma posição muito diferente, mas complementar, no interior do sistema. Esses cavaleiros muçulmanos formavam uma espécie de arma "territorial" nas províncias. O sultanato lhes atribuía domínios fundiários ou *timars*

(13) É evidente que o sistema otomano tinha profundas raízes nas primitivas tradições muçulmanas. Há na história islâmica significativos precedentes para os guardas e comandantes escravos de elite, como veremos. A condição histórica do domínio político dessas tropas palatinas era a ausência da utilização *econômica* do trabalho escravo no ramo principal da produção, a agricultura. O mundo muçulmano, tradicionalmente, importava escravos sobretudo para fins domésticos e suntuários, e estes sempre se distinguiam nitidamente dos escravos "militares" privilegiados. Somente no caso excepcional do Iraque meridional, sob o domínio abássida, a escravidão foi predominante na economia agrária, e aí ela constituiu um episódio relativamente breve, que desencadeou as insurreições Zanj no final do século IX. No império turco, alguns domínios que escapavam ao sistema fundiário regular parecem ter sido cultivados por parceiros escravos, adquiridos no estrangeiro, pela guerra ou por compra; mas essa força de trabalho marginal acabaria geralmente por se assimilar à condição camponesa ordinária durante o século XVI. Ao mesmo tempo, o monopólio jurídico da terra de que gozavam os sultões otomanos também se baseava em tradições islâmicas anteriores, remontando às primeiras conquistas árabes no Oriente Médio. Portanto, as duas características do sistema turco discutidas acima não eram fenômenos arbitrários ou isolados, mas a culminância de um longo e coerente desenvolvimento histórico, que abordaremos mais à frente.

(em alguns casos, unidades maiores, os *ziamets*) dos quais podiam extrair rendimentos cuidadosamente fixados em troca dos serviços militares prestados. A renda proveniente do *timar* determinava a extensão das obrigações de seu titular: para cada 3 mil aspres, o *timariot* tinha que fornecer um cavaleiro. Instituídos pela primeira vez por Murad I, na década de 1360, estima-se que, em 1475, haveria cerca de 22 mil *sipahis* na Rumélia e 17 mil na Anatólia (onde os *timars* eram em geral menos extensos).[14] O total da cavalaria mobilizável por este sistema era, evidentemente, muito maior. Havia uma permanente competição pelos *timars* das fronteiras européias do império; entre outros, os janizaros vitoriosos eram freqüentemente recompensados com eles, em troca dos seus serviços. A Porta nunca estendeu plenamente tal sistema aos remotos territórios árabes conquistados à sua retaguarda no século XVI, onde lhe era possível dispensar a cavalaria necessária nas fronteiras cristãs e nas terras do interior da Turquia situadas atrás delas. Portanto, as províncias do Egito, Bagdá, Basra e do golfo Pérsico não tinham terras *timar*, mas estavam guarnecidas por tropas janízaras e pagavam uma soma anual fixa em impostos ao erário central. Essas regiões desempenhavam um papel muito mais importante no aspecto econômico do que no militar dentro do império. O eixo original da ordem otomana estava nos estreitos e a sua forma básica era definida pelas instituições dominantes nas "províncias pátrias" da Rumélia e da Anatólia, sobretudo da primeira.

Os *timariots* e os *zaims* constituíam o similar mais próximo de uma classe de cavaleiros no seio do Império Otomano. Mas os domínios *timar* de modo algum eram genuínos feudos. Embora os *sipahis* cumprissem certas funções administrativas e policiais para o sultanato em suas localidades, não exerciam qualquer senhorio feudal ou jurisdição senhorial sobre os camponeses que trabalhavam em seus *timars*. Os *timariots* não desempenhavam quase nenhum papel na produção rural: eram essencialmente exteriores à economia agrária. Na realidade, os camponeses tinham a garantia hereditária de posse das terras que cultivavam, e os *timariots* não: os *timars* não eram hereditários e cada vez que um novo sultão subia ao trono os seus titulares eram sistematicamente renovados, a fim de evitar o excessivo enraizamento na terra.

(14) Inalcik, *op. cit.*, pp. 108, 113. A história otomana é ainda pouco pesquisada: as informações estatísticas que se lhe referem são em geral discrepantes de autor para autor. O próprio estudo de Inalcik contém duas cifras aparentemente contraditórias para o número de *sipahis* no reinado de Solimão I: pp. 48 e 108.

Mais próximos do sistema *pronoia* que jurídica e etimologicamente os precedera, os *timars* tinham um âmbito muito mais limitado e estavam sujeitos a um controle muito mais rigoroso do que o sistema grego.[15] No Império Otomano, compreendiam menos da metade da área cultivada na Rumélia e na Anatólia, já que as restantes (à parte os *waqfs*) estavam reservadas ao uso direto do sultão, da família imperial ou dos altos funcionários do palácio.[16] O estrato *timariot* era portanto, nessa época, um componente importante, mas subordinado, no aspecto econômico e no político, no seio da ordem dominante.

Situada um tanto à parte do complexo burocrático-militar da "instituição governante" estava a "instituição muçulmana". Compreendia o aparelho religioso, jurídico e educacional do Estado e era naturalmente ocupada, com poucas exceções, por muçulmanos ortodoxos nativos. Juízes *kadi*, teólogos *ulemá*, professores *medresa* e uma multidão de outros clérigos assalariados desempenhavam as tarefas ideológicas e judiciais essenciais do sistema de dominação otomano. O ápice da "instituição muçulmana" era o *Mufti* de Istambul, ou *Sheik-ul-Islam*, supremo dignitário religioso que interpretava para os fiéis a lei sagrada do *Shar'ia*. A doutrina islâmica nunca admitiu qualquer separação ou distinção entre Igreja e Estado, noção que para ela quase não tinha significado. O império osmanli foi o primeiro sistema político muçulmano a criar uma hierarquia religiosa especialmente organizada, com um clero comparável ao de uma verdadeira Igreja. Além disso, era esta hierarquia que proporcionava os principais funcionários forenses e civis ao aparelho temporal de Estado; os *kadis* recrutados no seio do ulemato eram o esteio fundamental da administração das províncias otomanas. Assim, também aí estava presente uma nova composição de impulsos *ghazi* e do Antigo Islã. O zelo religioso do primeiro encontrou um escoadouro no fanático obscurantismo do ulemato turco, ao passo que a *gravitas* social do último era acatada graças a sua sólida integração nos mecanismos do sultanato. Daí podia advir que o *Sheik-ul-Islam* se opusesse, às vezes, às iniciativas da Porta, invocando preceitos do *Shar'ia*, de que era o guardião oficial.[17] Esta limitação formal da autoridade do sultão era, em certo sentido, o reverso da ampliação do

(15) S. Vryonis, "The bizantine legacy and ottoman forms", *Dumbarton Oaks Papers*, 1969-70, pp. 273-5.

(16) Gibb e Bowen, *Islamic Society and the West*, I/I, pp. 46-56; L. Stavrianos. *The Balkans Since 1453*, pp. 86-7, 99-100.

(17) Gibb e Bowen, *op. cit.*, I/I, pp. 85-6.

poder do Estado otomano originária da criação de um aparelho eclesiástico profissionalizado. Tal fato de modo algum anulava o despotismo político exercido pelo sultão sobre as possessões imperiais, que correspondia integralmente à definição weberiana de burocracia patrimonial, na qual os problemas jurídicos tendem sempre a tornar-se simples questões de administração ligadas ao costume e à tradição.[18]

Visto que todo o território arável do império era considerado propriedade do sultão, o objetivo interno fundamental do Estado otomano, que determinava a sua organização e divisão administrativas era, naturalmente, a exploração fiscal das possessões imperiais. Com esse fim, a população era dividida em uma classe dominante *osmanlilar*, que incorporava as instituições governante e religiosa e a classe subjugada *rayah*, incluindo muçulmanos e infiéis. A imensa maioria desta última era composta, evidentemente, pelo campesinato (que era cristão nos Bálcãs). Durante o domínio otomano, nunca se fez qualquer tentativa de conversão em massa das populações cristãs balcânicas. Com efeito, tal corresponderia a renunciar às vantagens econômicas derivadas da classe *rayah* de infiéis, os quais, com base nas remotas tradições do Antigo Islã e do *Shar'ia*, podiam ser onerados com impostos especiais não extensivos aos súditos muçulmanos: havia portanto um conflito direto entre a tolerância de origem fiscal e a conversão de viés missionário. O *devshirme*, como vimos, serviu aos osmanli para resolver este problema através do recrutamento de crianças para islamização, deixando o restante da população cristã na sua fé tradicional, ao preço dos impostos tradicionais. Todos os *rayahs* cristãos deviam ao sultão uma taxa especial de capitação e ao ulemato dízimas para a sua manutenção. Ao lado disso, os camponeses que cultivavam a terra dos *timars* ou *ziamets* deviam tributos monetários aos titulares desses benefícios. A proporção dessas obrigações era cuidadosamente fixada pela Porta e os

(18) Ver as observações de Weber, *Economy and Society*, II, pp. 844-5. Na verdade, Weber considerava o Oriente Próximo como o "lugar clássico" do que ele designava precisamente "sultanismo": *Economy and Society*. III, p. 1.020. Ao mesmo tempo, era cauteloso em enfatizar que mesmo o mais arbitrário despotismo pessoal operava sempre dentro de uma estrutura ideológica consuetudinária: "Chamar-se-á *autoridade patrimonial* a dominação primordialmente tradicional, mesmo quando exercida em virtude da autonomia pessoal do governante; quando opera primordialmente numa base discricionária, chamar-se-á *sultanismo* (...). Pode por vezes parecer que o sultanismo não encontra limites na tradição, mas na realidade isso nunca acontece. Contudo, os elementos não-tradicionais não se racionalizam em termos impessoais, mas consistem apenas num desenvolvimento extremo do poder discricionário do monarca. É esse o traço que o distingue de todas as formas de autoridade racional". *Economy and Society*, I, p. 232.

timariots ou *zaims* não podiam alterá-la arbitrariamente. Os arrendatários tinham a garantia da estabilidade da posse, a fim de assegurar a regularidade da receita fiscal, e eram protegidos contra as extorsões senhoriais, para impedir a drenagem local dos excedentes que deveriam ir para o centro do império. As prestações em serviços, que haviam existido à época dos príncipes cristãos, foram restringidas ou abolidas.[19] O direito camponês de mudar de residência era controlado, embora não tivesse sido eliminado: na prática, a competição entre os *timariots* para obter trabalhadores encorajava a mobilidade informal no campo. Assim, ao longo dos séculos XV e XVI, o campesinato dos Bálcãs achou-se subitamente liberto da crescente degradação servil e da exploração senhorial sob os monarcas cristãos e viu-se transferido para uma condição social que, paradoxalmente, era em muitos aspectos mais amena e mais livre do que em qualquer outra região da Europa oriental na época.

O destino do campesinato balcânico contrasta com o dos seus senhores tradicionais. Nas fases iniciais da conquista turca, alguns setores das aristocracias cristãs da região dos Bálcãs passaram-se para os otomanos, e muitas vezes lutaram ao seu lado como aliados secundários ou tropas auxiliares. Tal colaboração ocorreu na Sérvia, na Bulgária, na Valáquia e em outras partes. No entanto, com a consolidação do poder imperial otomano na Rumélia, a autonomia residual desses senhores chegou ao fim. Alguns se converteram ao islamismo e foram assimilados à classe dominante otomana, principalmente na Bósnia. Outros receberam *timars* no novo sistema agrário, sem se converterem. Mas os *timariots* cristãos jamais foram muito numerosos e os seus domínios eram habitualmente modestos, com pequeno rendimento. No espaço de poucas gerações, desapareceram por completo.[20] Assim, em toda a zona dos Bálcãs, a nobreza étnica local em breve estava eliminada — um fato de grandes conseqüências para o ulterior desenvolvimento social da região. Além do Danúbio, somente a Valáquia, a Moldávia e a Transilvânia escaparam à ocupação e à administração diretas

(19) O código de Dushan obrigava os camponeses sérvios a trabalhar na terra do senhor dois dias por semana. De acordo com Inalcik, sob o domínio otomano, o *rayah* devia ao *sipahi* apenas três dias de trabalho por ano: *The Ottoman Empire*, p. 13. O seu próprio relato subseqüente dos serviços devidos aos detentores de *timars* não corresponde absolutamente a este número tão baixo (pp. 111-2). Não há porém razões para duvidar de uma relativa melhora na situação do campesinato balcânico.

(20) H. Inalcik, "Ottoman Methods of Conquest", *Studia Islamica*, II, 195, pp. 104-16.

do sultanato. Nas duas primeiras, a recém-formada classe de boiardos romena, que acabara de entrar na fase de unificação política e de sujeição econômica do campesinato nativo, pôde conservar as suas terras e o seu poder provincial, pagando apenas um pesado tributo anual em espécie para Istambul. Na Transilvânia, os proprietários magiares conservaram o seu domínio sobre uma população que, na sua maior parte, era etnicamente estranha a eles: romenos, saxões ou magiares. Exceto esses casos, a dominação otomana no sudeste da Europa varreu dos Bálcãs a nobreza local. Os resultados finais desta profunda modificação dos sistemas sociais autóctones foram complexos e contraditórios.

Por um lado, como vimos, tal processo conduziu a uma nítida melhoria das condições materiais do campesinato, após a consolidação da conquista turca. Não apenas as taxas e tributos rurais foram diminuidas como a longa paz otomana implantada na região sudeste, aquém da frente da Europa central, afastou dos campos a maldição das constantes guerras entre nobres. Por outro lado, as conseqüências sociais e culturais da completa destruição das classes dominantes nativas tiveram um caráter inegavelmente regressivo. As aristocracias balcânicas exploravam o campesinato de forma muito mais opressiva do que a administração otomana nos seus primórdios. Mas a própria constituição de uma nobreza fundiária na passagem da Idade Média para a época moderna representava um avanço histórico incontestável nessas formações sociais retardatárias, pois assinalava uma ruptura com os princípios de organização clânica, a fragmentação tribal e as formas políticas e culturais que lhes eram inerentes. O preço pago por este avanço foi, precisamente, a estratificação de classe e uma maior exploração econômica. Os Estados balcânicos da última fase medieval eram, como vimos, notavelmente frágeis e vulneráveis. Mas o colapso que sofreram antes das invasões turcas não significa a impossibilidade de um desenvolvimento potencial: na verdade, o padrão de aparentes "falsas partidas" e subseqüentes recuperações era típico da Europa feudal em seu início, tanto no Ocidente como no Leste, e em geral assumiu a forma de estruturas administrativas "prematuramente" centralizadas, como as que existiram nos Bálcãs do final da Idade Média. A eliminação pelos turcos da classe fundiária local impediu, dal em diante, qualquer dinâmica endógena. Ao contrário, a sua principal conseqüência política e cultural foi uma efetiva regressão às instituições clânicas e às tradições particularistas entre a população rural dos Bálcãs. Assim, nos territórios sérvios, onde tal fenômeno tem sido particularmente estudado, reapareceriam agora como unidades difusas de organização social no campo formas já em vias de extinção quando da invasão otomana: a *plemena* tribal, o *knez* baseado no poder do chefe e a *zadruga* (laços de parentesco).[21] A recidiva generalizada em um particularismo patriarcal foi acompanhada por um acentuado declínio no nível de instrução. A articulação cultural da vida das populações subjugadas tornou-se em grande parte um monopólio do clero ortodoxo, cujo servilismo para com os governantes turcos só era igualado por sua ignorância e superstição. As cidades perderam a sua importância comercial e intelectual, transformando-se em centros militares e administrativos da dominação otomana semeados de artesãos e lojistas turcos.[22] Portanto, embora a grande massa da população rural tivesse se beneficiado materialmente com o impacto inicial da conquista turca, já que esta levou a uma redução do excedente extraído dos produtores diretos no campo, a outra faceta do mesmo processo histórico foi a interrupção de qualquer desenvolvimento social autóctone em direção a uma ordem feudal mais avançada, um regresso a formas patriarcais pré-feudais e uma longa estagnação em toda a evolução histórica da península balcânica.

Enquanto isso, as províncias asiáticas do império turco conheceram notáveis progressos e recuperação durante o apogeu do poder otomano no século XVI. Se a Rumélia continuava a ser o principal teatro de guerra dos exércitos do sultão, a Anatólia, a Síria e o Egito gozavam os benefícios da paz e da unidade que a conquista osmanli trouxera ao Oriente Médio. A insegurança criada pela decadência dos Estados mamelucos no Levante deu lugar a uma administração enérgica e centrali-

(21) O historiador Bósnio Branislav Djurdjev foi o grande responsável pela elucidação deste processo de regressão social. Para uma abordagem de sua obra e das discussões que suscitou, ver W. S. Vucinich, "The yugoslav lands in the ottoman period: post-war marxist interpretations of yndigenous and ottoman institutions", *The Journal of Modern History*, XXVII, nº 3, setembro de 1955, pp. 287-305. A ênfase de Djurdjev no caráter contraditório do impacto inicial provocado pelos otomanos sobre a sociedade balcânica contrasta com as opiniões russas e turcas predominantes, que tendem a salientar unilateralmente como resultado da conquista otomana seja a destruição e a repressão, seja a pacificação e a prosperidade. Para um exemplo das interpretações soviéticas, ver Z. V. Udal'tsova, "O Vnutrennykh Prichinakh Padenyia Vizantii v XV Veke", *Voprosy Istorii*, julho de 1953, nº 7, p. 120 — um artigo que comemora, ou lamenta, o 500º aniversário da queda de Constantinopla e afirma que o domínio turco levou diretamente à intensificação da exploração das massas rurais. Para um exemplo das posições turcas, ver H. Inalcik, "L'empire ottomane", *Actes du Premier Congrès International des Études Balkaniques et Sud-Est Européenes*, Sofia, 1969, pp. 81-5. As tensões entre as duas tendências estão presentes nas comunicações ao congresso, que incluem uma vigorosa declaração de Djurdjev recapitulando os seus pontos de vista: B. Djurdjev, "Les changements historiques et ethniques chez les peuples slaves du Sud aprés la conquête turque", pp. 575-8.

(22) Ver W. S. Vucinich, "The nature of balkan society under ottoman rule", *Slavic Review*, dezembro de 1962, pp. 603, 604-5, 614.

zada, que suprimiu o banditismo e estimulou o comércio inter-regional. A depressão do final da Idade Média nas economias da Síria e do Egito, fustigadas por invasões e epidemias, foi contida com a recuperação da agricultura e o aumento da população. Estas duas províncias chegariam a fornecer um terço das receitas do tesouro imperial.[23] Na Anatólia, o crescimento demográfico foi particularmente notável, indício evidente de expansão agrária: a população rural deve ter aumentado em dois quintos ao longo do século. O comércio floresceu, tanto no interior das próprias províncias orientais como, especialmente, ao longo das rotas de comércio internacionais que ligavam a Europa ocidental à Ásia ocidental, através do Mediterrâneo ou do mar Negro. As estradas eram bem conservadas, com estações de posta construídas pelo governo; para evitar a pirataria, os mares eram patrulhados por tropas otomanas. Especiarias, sedas, escravos, veludos, alúmen e outras mercadorias cruzavam o império em grandes quantidades, levadas por mar ou em caravanas. O comércio intermediário do Oriente Médio florescia sob a proteção da Porta, para benefício do Estado otomano.

Esta prosperidade comercial, por sua vez, conduziu a um surto de crescimento urbano. A população das cidades parece ter duplicado no século XVI.[24] Em seus primórdios, a sociedade osmanli contava com um número limitado mas florescente de centros manufatureiros em Bursa, Edirna e outras cidades, onde se produziam ou se beneficiavam as sedas, os veludos e outros bens de exportação.[25] Após conquistar Bizâncio, Maomé II promoveu uma política econômica mais esclarecida do que a dos imperadores comenos ou paleólogos: aboliu os privilégios comerciais genoveses e venezianos e instituiu tarifas protecionistas bastante amenas para fomentar o comércio local. No espaço de um século de domínio turco, a própria Istambul aumentou talvez de 40 para 400 mil habitantes. No século XVI era de longe a maior cidade da Europa.

Não obstante, a expansão econômica do império na sua fase de supremacia tinha, desde o início, limites bem definidos. A recuperação agrícola das províncias asiáticas durante o século XVI parece não ter

(23) Inalcik, *The Ottoman Empire*, p. 128.

(24) Omer Lutfi Barkan, "Essai sur les données statistiques des registres de recensement dans l'Empire Ottomane aux XVe et XVIe siècles", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. I/I, agosto de 1957, pp. 27-8: à parte a macrocefalia da própria Istambul (acompanhada pelo declínio de Alepo e Damasco), a população de doze cidades provinciais importantes aumentou cerca de 90 por cento no século XVI.

(25) Halil Inalcik, "Capital formation in the Ottoman Empire", *The Journal of Economic History*, XXIX, nº 1, março de 1969, pp. 108-19.

sido acompanhada por qualquer aperfeiçoamento significativo no domínio da tecnologia rural. A inovação mais importante na área rural do Oriente Médio, no limiar da época moderna — a introdução do milho americano —, ocorreu numa fase posterior, quando todo o império já se achava em franco declínio. O surto demográfico na Anatólia pode ser em grande parte atribuído à restauração da paz e à sedentarização das tribos nômades, uma vez que a estabilização do domínio otomano permitira à colonização agrícola uma nova expansão, depois da última queda demográfica do Império Bizantino. Este processo em breve encontraria os seus limites, à medida que a disponibilidade de terra se esgotava, com os níveis técnicos existentes. Ao mesmo tempo, o reflorescimento do comércio através do império não se refletia necessariamente na atividade das manufaturas locais ou na importância dos mercadores. Com efeito, o caráter particular da economia e do governo urbanos nos territórios otomanos esteve sempre determinado pelas limitações impostas pelo sultanato. Nem a presença de um artesanato provincial e de uma vasta capital, nem o interesse episódico de alguns governantes puderam alterar o relacionamento basicamente hostil existente entre o Estado otomano e as cidades e indústrias. Nas tradições políticas islâmicas não havia lugar para o conceito de liberdades urbanas. As cidades não dispunham de autonomia corporativa ou municipal: na verdade, pode-se dizer que não tinham sequer existência jurídica. "Da mesma forma como não havia Estado, mas um governante e seus agentes, não havia tribunais, mas um juiz e seus auxiliares, também não havia cidades, mas um conglomerado de famílias, quarteirões e guildas, cada qual com os seus próprios chefes e dirigentes."[26] Em outras palavras, as cidades estavam desprovidas de defesas diante da vontade do Comandante dos Fiéis e seus servidores. A regulamentação oficial dos preços das mercadorias e a aquisição obrigatória de matérias-primas limitavam os mercados urbanos. As corporações de ofício eram cuidadosamente vigiadas pelo Estado e o seu conservadorismo técnico era por ele reforçado. Além disso, o sultanato intervinha quase sempre contra os interesses das comunidades autóctones de mercadores urbanos, encarados com constante suspeita pelos ulemás e detestado pelo populacho artesão. As medidas econômicas do Estado tendiam a discriminar o capital comercial de grande escala e a proteger a pequena produção, com seu arcaísmo corporativo e fanatismo religioso.[27] A tí-

(26) Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, Londres, 1969, p. 393. Evidentemente, Lewis exagera ao defender que "não havia Estado".

(27) Inalcik, "Capital formation in the Ottoman Empire", pp. 103-6.

pica cidade turca passou a ser dominada por um *menu peuple* decadente e atrasado que impedia qualquer inovação ou acumulação de caráter empresarial. Dada a natureza do Estado otomano, não existia um espaço protecionista onde pudesse desenvolver-se uma burguesia mercantil turca e, a partir do século XVII, as funções comerciais foram crescentemente devolvidas às comunidades minoritárias de infiéis — gregos, judeus ou armênios —, que sempre haviam dominado o comércio de exportação para o Ocidente. Assim, os comerciantes muçulmanos ficaram em geral confinados às modestas ocupações de lojistas e artesãos.

De tal modo, mesmo no seu apogeu, o nível da economia otomana nunca atingiu um grau de desenvolvimento comparável ao da organização política otomana. A força motriz fundamental da expansão do império foi sempre e inexoravelmente de caráter militar. No plano ideológico a estrutura da dominação turca não conhecia limites geográficos. Na cosmogonia osmanli o planeta dividia-se em duas grandes áreas — a Casa do Islã e a Casa da Guerra. A Casa do Islã compreendia os territórios habitados pelos verdadeiros fiéis, que seriam gradualmente reunidos sob os estandartes do sultão. A Casa da Guerra abarcava o resto do mundo, povoado por infiéis, cujo destino era serem conquistados pelos Soldados do Profeta.[28] Num sentido prático, isso significava a Europa cristã, em cujas portas os turcos tinham estabelecido a sua capital. Na verdade, ao longo de toda a história do império, o verdadeiro centro de gravidade da classe dominante *osmanlilar* foi a Rumélia — a própria península balcânica — e não a Anatólia, terra natal dos turcos. Daí partiriam, um após outro, os seus exércitos, marchando rumo ao norte, para a Casa da Guerra, a fim de ampliar a presença do Islã. O fervor, o número e a perícia das tropas do sultão fizeram-nas invencíveis na Europa por duzentos anos, desde a sua primeira entrada em Galípoli. A cavalaria *sipahi*, que saía regularmente para as batalhas ou ataques de surpresa, juntamente com a infantaria janízara de elite revelaram-se os instrumentos fatais da expansão otomana no sudeste da Europa. Os sultões, além disso, não hesitaram em utilizar os recursos humanos e o saber cristão de várias maneiras diferentes do *devshirme*, fonte de suas tropas terrestres. A artilharia turca estava entre as mais avançadas da Europa, sendo em certas ocasiões especialmente preparada para a Porta por engenheiros ocidentais renegados. A armada turca logo rivalizava com a de Veneza, graças à experiência de seus capitães e tripulantes gregos.[29] Apropriando-se vorazmente de técnicos e artífices militares da Europa, a máquina de guerra otomana associava, em seu apogeu, a modernidade qualitativa dos melhores exércitos cristãos com uma mobilização quantitativa muito superior à de qualquer Estado cristão isolado que viesse a enfrentá-la. Apenas as coligações conseguiram contê-la ao longo da fronteira do Danúbio. Até a data do cerco de Viena, em 1529, as lanças espanholas e austríacas foram incapazes de dobrar os sabres dos janízaros.

(28) Gibb e Bowen, *Islamic Society and the West*, I/I, pp. 20-1.

No entanto, a partir do momento em que estancou a expansão turca, a decadência de seu despotismo lentamente se instaurou. O fechamento das fronteiras osmanli na Rumélia provocaria uma reação em cadeia império adentro. Comparado com os Estados absolutistas do final do século XVI e início do século XVII, o Império Otomano era cultural, tecnológica e comercialmente atrasado. A sua penetração na Europa fizera-se através do ponto mais frágil do continente — as esfaceladas defesas dos Bálcãs da última fase medieval. Confrontado com as mais robustas e mais representativas monarquias Habsburgo, foi em última instância incapaz de alcançar o triunfo, seja em terra (Viena), seja no mar (Lepanto). Desde a época da Renascença, o feudalismo europeu vinha dando origem ao capitalismo mercantil, que nenhum despotismo asiático podia reproduzir; muito menos o da Porta, com a sua completa carência de invenções e seu desprezo pelas manufaturas. A interrupção do expansionismo turco foi determinada pela crescente superioridade econômica, social e política da Casa da Guerra. Foram múltiplos os resultados desta inversão de forças para a Casa do Islã. A estrutura da classe dominante *osmanlilar* baseara-se na perpétua conquista militar. Fora isso que permitira a anomalia configurada no controle do aparelho de Estado por uma elite escrava de origem não-muçulmana; enquanto as fronteiras cediam ao avanço dos exércitos otomanos, a necessidade e a racionalidade dos corpos de janízaros e do *devshirme* via-se justificada, na prática, para o conjunto da ordem dominante: as vitórias de Varna, Rodes, Belgrado e Mohacs pagaram esse preço. Foi também tal característica que tornou possível o nível inicialmente moderado da exploração rural nos Bálcãs e a severa vigilância do Estado central. Com efeito, a classe *osmanlilar* podia contar com as fortunas advindas da anexação de territórios cada vez mais extensos da Casa da Guerra, com a multiplicação dos *timars* e *ziamets*

(29) Para uma ênfase particular sobre a utilização de técnicos e artesãos europeus pela Porta, ver R. Mousnier, *Les XVIe et XVIIe siècles*, Paris, 1954, pp. 463-4, 474.

que se seguia ao avanço para o norte. Dessa maneira, os mecanismos sociais do botim eram fundamentais para as rígidas unidade e disciplina do Estado turco no seu zênite.

Contudo, uma vez interrompida a expansão territorial, era inevitável uma lenta involução de toda esta enorme estrutura. Os privilégios de um corpo de escravos de origem alienígena, uma vez destituídos de suas funções militares, tornaram-se progressivamente intoleráveis para a maior parte da classe dominante do império, que acabou por lançar mão de sua força de inércia para normalizar e recuperar o comando do aparelho político da instituição governante. A população rural excedente, que fora incorporada nas tropas auxiliares e grupos de pilhagem do exército da Porta, voltou-se para a revolta social ou para o banditismo quando a máquina militar deixou de poder absorvê-la. Além disso, a suspensão das extensas aquisições de terra e tesouro levaria inevitavelmente a formas muito mais intensas de exploração dentro das fronteiras do poder turco, às custas da classe subjugada *rayah*. Do fim do século XVI ao início do XfX, a história do Império Otomano é portanto, essencialmente, a da desintegração do Estado imperial centralizado, da consolidação de uma classe fundiária nas províncias e da degradação do campesinato. Este longo e exaustivo processo, que não se fez sem passageiras fases de recuperação polltica e militar, não decorreu do isolamento dos Bálcãs frente ao restante do continente europeu. Ao contrário, foi aprofundado e agravado pelo impacto internacional da supremacia econômica da Europa ocidental, diante de cujo poder o Império Otomano — estagnado no parasitismo tecnológico e no obscurantismo religioso — viu-se progressivamente derrotado. Da revolução dos preços, no século XVI, à Revolução fndustrial do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo ocidental afetaria de modo sempre crescente a sociedade balcânica.

O lento declínio do Império Otomano foi determinado pela superioridade econômica e militar da Europa absolutista. A curto prazo, os seus maiores reveses foram sofridos na Ásia. A Guerra dos Treze Anos com a Áustria, entre 1593 e 1606, revelou-se um dispendioso beco sem saída. Mas as guerras com a Pérsia, mais longas e destrutivas, que duraram, com breves interrupções, de 1578 a 1639, terminaram em derrota e frustração. A consolidação vitoriosa do Estado safávida na Pérsia marcou uma imediata guinada nos destinos do Estado osmanli. As guerras contra a Pérsia, que resultaram na perda do Cáucaso, infligiram imensos danos ao exército e à burocracia da Porta. A Anatólia, terra natal da população imperial de etnia turca, nunca se constituíra, como vimos, no seu centro político. Foi na Rumélia que o novo sistema

social otomano se implantou sistematicamente no século XIV e XV, com um sistema de posse da terra e de administração militar adaptado às necessidades internacionais do Estado imperial. A Anatólia, pelo contrário, manteve a sua estrutura social e religiosa tradicional, com fortes reminiscências da antiga organização nômade e clânica, visíveis nos *beyliks* do interior e na latente hostilidade para com a complacência cosmopolita de Istambul. Os *timars* da Anatólia eram, de modo geral, menores e mais pobres que os da Rumélia. A classe *sipahi* local, sobre a qual recaíam as crescentes despesas da participação nas campanhas periódicas, em virtude da acelerada inflação do final do século XVf, demonstrava um entusiasmo cada vez menor pelo conflito intermuçulmano com os persas. Ao mesmo tempo, a expansão agrária na Anatólia rural estava, nesta altura, interrompida; o grande aumento da população acabara por criar uma classe cada vez mais numerosa de camponeses sem terra, ou *levandat*, nas terras altas. Recrutados em massa nas mobilizações promovidas pelos governadores provinciais para à frente da Pérsia, os *levandats* adquiriram o treinamento, mas não a disciplina militar. Assim, o esforço das guerras e as vitórias inimigas na fronteira oriental precipitaram lentamente um colapso de toda a ordem social da Anatólia. O descontentamento dos *timariots* combinou-se à miséria dos camponeses numa série de tumultuados levantes — as chamadas revoltas *jelali* que eclodiram entre 1594 e 1610 e entre 1622 e 1628, misturando insubordinação provincial, banditismo social e restauração religiosa.[30] Foi também nesses anos que as incursões dos cossacos através do mar Negro fustigaram, com êxito humilhante, Varna, Sinope, Trebizonda e mesmo os subúrbios de Istambul. Finalmente, os líderes *sipahi* das rebeliões *jelali* da Anatólia deixaram-se comprar, enquanto os *levandats* que os seguiam eram reprimidos. Mas foram vultosos os danos causados pela onda de banditismo e anarquia da Anatólia ao ânimo interno do sistema otomano. O século XVfI ainda presenciaria novas explosões *jelali*, nesses mesmos campos onde a pacificação nunca fora completa.

Entretanto, na própria Porta, os custos do longo conflito com a Pérsia eram agravados pela crescente inflação importada do Ocidente. À altura do final do século, o afluxo dos metais americanos à Europa

(30) Quanto ao fenômeno do *levandat* anatoliano e as revoltas *jelali* em geral, ver V. J. Parry, "The Ottoman Empire 1566-1617", *The New Cambridge Modern History*, III, pp. 372-74, e "The Ottoman Empire, 1617-1648", *The New Cambridge Modern History*, IV, pp. 627-30.

renascentista tinha aberto caminho através do império turco. Nos domínios otomanos, a relação ouro-prata era inferior à do Ocidente, o que tornava a exportação de moedas de prata para estas regiões um negócio altamente lucrativo para os comerciantes europeus, que ressarciam a diferença em ouro. O resultado dessa maciça injeção de prata foi, naturalmente, uma súbita elevação dos preços, que o sultanato tentou em vão compensar com a desvalorização da aspre. Entre 1534 e 1591, o valor das receitas do tesouro decaiu pela metade.[31] A partir de então, os orçamentos anuais registraram regularmente um crescente déficit, à medida que se desenrolavam as guerras contra a Áustria e a Pérsia. Como conseqüência inevitável, abateu-se sobre os súditos do império um grande aumento dos encargos fiscais. O imposto de capitação *rayah* pago pelo campesinato cristão cresceu seis vezes entre 1574 e 1630.[32] Tais medidas, porém, funcionavam apenas como paliativo numa situação na qual o próprio aparelho de Estado dava sinais de males e crises cada vez mais sérias.

Os corpos de janízaros e o estrato *devshirme* que constituíram a cúpula do aparelho imperial otomano na época de Maomé II foram os primeiros a revelar sintomas gerais de decomposição. Logo no início do século XVI, durante o reinado de Solimão I, os janízaros conquistaram o direito de casar e ter filhos, que outrora lhes era negado. Os encargos com os dependentes elevaram naturalmente o custo de sua manutenção, que já tinham subido bastante devido à inflação transmitida pelo afluxo de prata vinda da Europa ocidental, através do comércio mediterrâneo do império, o qual quase não produzia manufaturas. Assim, entre 1350 e 1600, o soldo dos janízaros quadruplicou enquanto a aspre turca era constantemente desvalorizada e o nível geral dos preços decuplicava.[33] Conseqüentemente, a fim de atender a seu sustento, os janízaros foram autorizados a suplementar os seus rendimentos mediante atividades artesanais ou no comércio, quando não estavam em guerra. Depois, em 1574, quando Salim II subiu ao trono, obtiveram o direito de alistar seus filhos nos regimentos janízaros. Dessa maneira, o que era uma elite profissional de militares selecionados pelo mérito converteu-se gradualmente numa milícia hereditária e semi-artesanal. Na mesma proporção, desintegrou-se a sua disciplina. Em 1589, o primeiro motim vitorioso dos janízaros por aumento de soldo derrubou o grão-vizir governante e deu início a um padrão que assumiria características endêmicas na vida política de Istambul; em 1622, pela primeira vez, um levante de janízaros derrubava o sultão. Enquanto isso, o isolamento outrora hermético do estrato *devshirme* em relação ao restante da classe dominante *osmanlilar* começou a se enfraquecer, o que previsivelmente resultou na dissolução completa da identidade própria do *devshirme*. No reinado de Murad II, no final do século XVI, os nativos muçulmanos adquiriram o direito de ingressar nas fileiras dos janízaros. Finalmente, na década de 1630, no tempo de Murad IV, as mobilizações do *devshirme* tinham desaparecido por completo. Os regimentos de janízaros, porém, continuavam a gozar de isenções fiscais e outros privilégios costumeiros. Por isso, havia uma permanente demanda de alistamento nesses corpos, por parte da população muçulmana, ao mesmo tempo que a agitação social do período *jelali* obrigava a uma multiplicação das guarnições de janízaros em todas as cidades provinciais do império por razões de segurança interna. Assim, a partir de meados do século XVII, os janízaros tornaram-se, cada vez mais, vastos corpos de milícia urbana, com pouco ou nenhum treinamento, e muitos deles já não residiam nas casernas, mas em suas próprias tendas e oficinas, trabalhando como lojistas e artesãos (a sua presença nas corporações levou muitas vezes a um rebaixamento nos padrões artesanais), enquanto os mais prósperos adquiriam direitos sobre as terras locais. O valor militar dos janízaros em breve tornou-se mínimo; a sua principal função política na capital era servir de *masse de manoeuvre* ao fanatismo do ulemato ou às intrigas palacianas.

Entretanto, o sistema *timar* passava por uma degeneração não menos dramática. Com o aperfeiçoamento da artilharia européia e a consolidação dos exércitos permanentes pelas potências cristãs, a cavalaria ligeira constituída pelos *sipahis* ficara militarmente obsoleta: as relutantes sortidas de verão dos cavaleiros *timariot*, cuja firmeza no campo de batalha se enfraquecera com a depreciação de seus rendimentos, revelaram-se totalmente inadequadas para enfrentar o poder de fogo dos fuzileiros alemães. Assim, no ambiente de crescente corrupção que reinava em Istambul, o Estado tendia a conceder aos altos oficiais cada vez mais *timars* para propósitos não-militares, ou a recuperá-los para o tesouro público. Daí resultou uma notória diminuição dos efetivos *sipahi* por volta do início do século XVII. O exército otomano passou a se basear principalmente em companhias de mosqueteiros assalariados, as unidades *sekban* — originalmente, tropas auxiliares irregulares sediadas nas províncias, que passaram agora a confi-

(31) Inalcik, *The Ottoman Empire*, p. 49.
(32) Inalcik, "L'Empire Ottomane", pp. 96-7.
(33) Stavrianos, *The Balkans Since 1453*, p. 121; Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, pp. 28-9.

gurar as formações militares mais importantes do império.[34] A manutenção das tropas *sekban* como força permanente contribuiu tanto para intensificar como para monetarizar os encargos fiscais nos territórios otomanos, numa conjuntura de provável recessão econômica na maior parte do Mediterrâneo oriental. As novas terras aráveis tinham se esgotado na Anatólia. O comércio das especiarias e da seda foi capturado e desviado pelos navios ingleses e holandeses, cujas operações no Oceano Índico cercavam agora o Império Otomano pela retaguarda. O Egito, por outro lado, onde a atividade agrícola se mantivera em boa atividade,[35] reverteu rapidamente ao controle local dos mamelucos. As dificuldades políticas e financeiras enfrentadas pelo Estado combinaram-se à degeneração da dinastia. Com efeito, no século XVII, a têmpera dos governantes do império — cuja autoridade despótica tinha outrora sido exercida com considerável habilidade — entrou em colapso, devido a um novo sistema sucessório. A partir de 1617, o sultanato passou a caber ao mais velho dos varões da linhagem osmanli, que habitualmente era encerrado desde o nascimento no "Cárcere dos Príncipes", uma prisão adamascada que parecia concebida para produzir desequilíbrio patológico ou imbecilidade. Tais sultões não estavam em situação de controlar ou conter a rápida deterioração do sistema estatal que governavam. Foi por essa época que as manobras clericalistas do *Sheik-ul-Islam* começaram a entrincheirar-se no sistema de decisões políticas,[36] que tornou-se rapidamente mais venal e instável.

Não obstante, na segunda metade do século XVII, o Império Otomano mostrou-se capaz de um último e grande esforço militar na Europa. Os reveses das guerras com a Pérsia, as desordens do banditismo da Anatólia, as humilhações infligidas pelas incursões cossacas e a desmoralização dos corpos de janízaros foram seguidas por uma reação efetiva, se bem que temporária, no interior da Porta. Entre 1656 e 1676, os viziratos dos Köprülü restauraram uma vez mais em Istambul uma administração vigorosa e marcial. As finanças otomanas foram recompostas mediante empréstimos forçados e extorsões tributárias; a supressão das sinecuras serviu para cortar as despesas; nos regimentos permanentes, aperfeiçoou-se o treinamento e a equipagem da infantaria; a ainda temível cavalaria tártara foi melhor utilizada no

(34) Inalcik, *The Ottoman Empire*, p. 48.

(35) Ver Stanford Shaw, *The Financial and Administrative Organization and Development of Ottoman Egypt, 1517-1798*, Princeton, 1962. p. 21.

(36) Inalcik, "L'Empire Ottomane", p. 95.

teatro de guerra do Ponto. Concomitantemente, o declínio do regime safávida na Pérsia afrouxou as pressões a leste e permitiu um derradeiro avanço turco rumo ao Ocidente. Os principados do Danúblo, cujos governantes vinham dando mostras de crescente agitação, foram trazidos à ordem. Uma guerra com Veneza, de vinte anos de duração, foi satisfatoriamente concluída com a tomada de Creta, em 1669. Então, em 1672, com a mobilização dos contingentes de cavalaria do canato da Criméia, as forças otomanas conquistaram a Podólia aos poloneses. Ao longo da década seguinte, travou-se um extenso e selvagem conflito com a Rússia pelo controle da Ucrânia. Finalmente contido neste embate — que terminou em 1682 num armistício sancionando o *status quo ante*, após devastar a Ucrânia — o poder turco voltou-se em seguida contra a Áustria, em 1683. O novo vizir, Kara Mustafá, ainda mais agressivo que o seu antecessor Maomé Köprülü, reuniu um grande exército para um ataque frontal a Viena. Cento e cinqüenta anos depois do cerco de Solimão II à capital Habsburgo, um novo ataque era lançado. O fracasso do primeiro significara apenas a estabilização da linha de frente do avanço turco sobre a cristandade. A derrota do segundo, com a libertação vitoriosa de Viena por uma força mista composta por tropas polonesas, imperiais, saxônias e bávaras, em 1683, resultou no colapso de toda a situação otomana na Europa central. A recuperação Köprülü mostrou-se assim artificial e de vida curta: os seus triunfos iniciais levaram a Porta a ir além de suas próprias forças, com conseqüências desastrosas e irreversíveis. Ao desastre de Viena seguiu-se uma longa retirada, que findou em 1699, com a perda total da Hungria e da Transilvânia para os Habsburgo, enquanto a Polônia recuperava a Podólia e Veneza ocupava a Moréia. Dal para a frente, a Casa do Islã estaria em perpétua defensiva nos Bálcãs, capaz quando muito de conter temporariamente os avanços dos infiéis, cedendo sempre e definitivamente diante deles.

O impacto do recuo turco nos cem anos subseqüentes beneficiou sobretudo o absolutismo russo, mais que o austríaco. O ímpeto militar Habsburgo esgotou-se relativamente depressa, após a conquista do Banat, em 1716-18. As forças otomanas derrotaram os exércitos austríacos em 1736-39, recuperando Belgrado. Mas, no norte, a expansão Romanov na região do Euxino não pôde ser detida. A derrota diante da Rússia em 1768-74 provocou a perda dos territórios situados entre o Bug e o Dniester, e o estabelecimento do direito de intervenção do czar na Moldávia e na Valáquia. Em 1783, a Criméia foi absorvida pela Rússia; em 1791, foi anexado o Jedisan. Enquanto isso, todo o tecido administrativo do Estado otomano se deteriorava rapidamente. O Di-

vã* tornou-se um joguete dos grupos rapaces da capital, empenhados em elevar ao máximo os ganhos da venalidade e da malversação de fundos. Depois de 1700, os funcionários civis turcos e os mercadores gregos fanariotas de Istambul adquiriram crescente poder e influência na Porta, à medida que a capacidade militar do Estado otomano se enfraquecia — os primeiros, sempre em ascensão, tornaram-se paxás e governadores nas províncias,[37] ao passo que os últimos conquistavam postos lucrativos no erário e tornavam-se hospodares** na Romênia. Os cargos que outrora estavam reservados ao *devshirme*, com promoção baseada no mérito, eram agora vendidos no atacado à melhor oferta; mas como não havia garantia de posse após a compra, ao contrário dos sistemas europeus, os detentores tinham que extrair com extrema rapidez os lucros de seu investimento, antes de serem afastados, o que aumentava a pressão das extorsões sobre as massas, sujeitas a suportar o fardo de uma tal administração. Em meio à corrupção administrativa generalizada, desenvolveu-se um amplo mercado negro dos bilhetes de pagamentos dos janízaros, que passaram a ser comprados e vendidos entre membros fictícios dos regimentos. Por volta do final do século, havia cerca de 100 mil janízaros registrados, dos quais uma fração mínima tinha treinamento militar: no entanto, a ampla maioria tinha acesso às armas e podia utilizá-las para a extorsão e intimidação das populações locais.[38] Os janízaros estavam agora em toda a parte, como uma massa gangrenosa que tomava conta das cidades do império. Dos seus membros mais poderosos saíam muitas vezes os notáveis locais *ayan* que a partir de então se tornaram um traço característico da sociedade provincial otomana.

Entretanto, todo o regime de propriedade da terra sofria uma transformação. O *timar* há muito decaíra como instituição, juntamente com a cavalaria *sipahi* que sustentara. A Porta perseguiu uma política deliberada de recuperação dos domínios dos antigos *timariots*, seja por sua anexação aos domínios da casa imperial para entregá-los depois outra vez à especulação, a fim de obter maiores rendimentos monetários, seja simplesmente alugando-os a testas-de-ferro maniputados por

(*) Conselho de Estado turco. (N. T.)

(37) N. Itzkowitz, "Eighteenth Century ottoman realities", pp. 86-7.

(**) Antigos príncipes de certos vassalos do sultão de Constantinopla. (N. T.)

(38) Para relatos sobre a decadência do sistema janízaro, ver Gibb e Bowen, *Islamic Society and the West*, 1/1, pp. 180-4; Stavrianos, *The Balkans Since 1453*, pp. 120-2, 219-20.

funcionários do palácio. Verificou-se assim uma modificação geral na forma otomana de exploração do *timar*, que deu lugar ao *iltizam*: os benefícios militares foram convertidos em rendas fiscais, que proporcionavam crescentes fluxos monetários para o tesouro. O sistema *iltizam* foi inicialmente desenvolvido pela Porta nas longínquas províncias asiáticas, como o Egito, onde não havia necessidade dos guerreiros montados do tipo dos que se concentraram na Rumélia.[39] Contudo, a generalização dessas rendas a todo o império correspondia não apenas às necessidades financeiras do Estado osmanli, mas também à homogeneização muçulmana de toda a classe dominante, com o declínio e o desaparecimento do *devshirme*. Uma das mais importantes razões estruturais para este processo foi, na verdade, a alteração introduzida em toda a composição do império pela conquista das províncias árabes. A difusão das unidades fiscais *iltizam* a partir de seus territórios islâmicos às custas do *timar* completou assim a dissolução da instituição que fora o complemento funcional do *devshirme* no sistema original do expansionismo otomano. Como fenômeno concomitante, aumentou o número de terras *waqf*, nominalmente domínios religiosos coletivos doados pelos fiéis, que constituíam a única forma importante de posse da terra que não cabia em definitivo ao sultanato.[40] Tradicionalmente, eram utilizados como um disfarce para a atribuição de direitos hereditários sobre a terra a uma só família, investida na administração do *waqf*. Os primeiros monarcas osmanli mantiveram um controle vigilante sobre esta devota instituição; Maomé II, de fato, chegara a fo-

(39) Para o surgimento e o caráter do sistema *iltizam* no Egito, ver Shaw, *The Financial and Administrative Organization and Development of Ottoman Egypt*, pp. 29-39.

(40) Os historiadores húngaros conferiram muito relevo — demasiado relevo — à importância das terras *waqf* na formação social otomana, ao desenvolver a sua tese de que esta tinha um caráter essencialmente feudal, classificação que é rejeitada (a meu ver, corretamente) pela maioria dos historiadores turcos. Uma vez que as terras *waqf* constituíam a categoria jurídica mais próxima da propriedade privada, a sua extensão pode ser usada para argumentar que existia um conteúdo feudal oculto por trás das ficções jurídicas de controle religioso-imperial. Na verdade, não há razões para crer que as terras *waqf* tenham alguma vez predominado na área rural nos Bálcãs ou na Anatólia, ou que tenham determinado as relações fundamentais de produção na formação social otomana. No entanto, a sua expansão na época do declínio otomano está bem confirmada. Para uma análise competente do fenômeno *waqf*, ver V. Mutafcieva e S. Dimitrov, "Die Agrarverhältnisse im Osmanichen Reiches im XV-XVI Jh.", *Actes du Premier Congrès des Études Balkaniques*, pp. 689-702, que estima que os *waqf* ocupavam talvez um terço da superfície total dos territórios nalais do império, concentrados principalmente na Trácia, no mar Egeu e na Macedônia: eram quase ou completamente desconhecidos na Sérvia e na Moréia.

mentar uma reapropriação geral dos territórios *waqf* pelo Estado. No entanto, à época do declínio otomano, as posses *waqf* multiplicaram-se mais uma vez, sobretudo na Anatólia e nas províncias árabes.

O advento do sistema *iltizam* e a influência que exerceu transformaram a situação do campesinato. Os *timariots* não podiam desapropriar ou impor tributos acima dos limites estatutários prescritos pelo suttão. Os senhores de terra da nova época não se detinham perante tais restrições: a própria brevidade de seus títulos iniciais os incitava à superexploração dos camponeses de seus domínios. Durante o século XVIII, um número crescente de "terras vitalícias", ou *malikane*, foi concedido pela Porta, o que moderou as exigências imediatas destes notáveis rurais, mas estabilizou o seu poder a longo prazo sobre as aldeias.[41] E assim o *timar* deu lugar finalmente, nos Bálcãs, ao sistema que ficou conhecido como *chiflik*. O titular de um *chiflik* dispunha de controle praticamente irrestrito sobre a força de trabalho à sua disposição: podia tirar seus camponeses da terra ou impedir que a abandonassem enredando-os em dívidas. Podia ampliar a sua própria reserva senhorial ou *hassachiflik* às custas das parcelas de seus arrendatários, que foi o que em geral aconteceu. Habitualmente, apoderava-se de metade da cotheita dos produtores diretos, que ficavam apenas com um terço de seu produto, uma vez pagos os impostos fundiários e as taxas de coleta.[42] Em outras palavras, a condição do campesinato dos Bálcãs piorou juntamente com a do restante da Europa oriental, igualando-se ambas na miséria comum. Na prática, os camponeses achavam-se agora vinculados ao soto e podiam ser tegalmente recuperados se abandonassem as suas terras. Tal como o crescimento do comércio do trigo com a Europa ocidental conduzira ao agravamento da taxa de exploração servil na Polônia ou na Alemanha oriental, sem ter sido a sua causa, assim a produção comercial do algodão e do milho para exportação ao longo das costas e dos vales da Grécia, da Bulgária e da Sérvia, elevou as pressões exercidas pelos senhores nos *chifliks* e contribuiu para a sua difusão. O traço mais característico das retações rurais no sudeste Ioi a quebra de qualquer ordem pública severa imposta de cima: o bandltismo tornou-se gatopante, encorajado pelo relevo montanhoso da região, que fazlam deta, para os camponeses, o

(41) Gibb e Bowen, *Islamic Society and the West*, I/I, pp. 255-6. Os senhores de terra mais opressivos eram sempre os que arrematavam os impostos, seguidos de perto pelas autoridades religiosas; *op. cit.*, p. 247.

(42) Stavrianos, *The Balkans since 1453*, pp. 138-42.

equivalente mediterrâneo das áreas de fuga nas planícies do Báltico. Em contrapartida, os senhores de terra mantinham bandos armados de sicários em seus domínios, as tropas irregulares *kirjali*, para se protegerem das revoltas e reprimir os seus arrendatários.[43] Com efeito, a fase final da longa involução do Estado otomano traduziu-se na quase completa paralisia da Porta e na usurpação do poder provincial, primeiro pelos *paxás* da Síria ou do Egito, depois pelos *derebeis*, ou senhores dos vales da Anatólia e, enfim, pelas *ayans*, dinastias de notáveis locais da Rumélia. Pelo final do século XVIII, o sultanato controlava apenas uma fração dos 26 *eyalets* em que se dividia oficialmente a administração imperial.

A prolongada decomposição do despotismo osmanli não deu origem, contudo, a um feudalismo consumado. O título imperial de propriedade sobre todas as terras seculares não foi abandonado pelo império, embora a outorga de grande número de *malikane* limitasse o seu usufruto. O sistema *chiflik* nunca recebeu sanção jurídica oficial e tampouco os camponeses foram juridicamente vinculados ao solo. Até 1826, as fortunas dos funcionários e dos coletores de impostos que fustigavam a população submetida podiam ser arbitrariamente confiscadas peto sultão, quando aqueles morressem.[44] Não havia qualquer garantia de propriedade, muito menos títulos de nobreza. A liquefação da velha ordem social e política não conduziu à emergência de uma outra ordem convincente. O Estado osmanli continuava a ser, no século XIX, um território estagnado, sustentado artificialmente pela rivalidade das potências européias que aspiravam à sua herança. Foi possível dividir a Polônia entre a Áustria, a Prússia e a Rússia, porque as três eram potências territoriais com facilidades de acesso e interesses idênticos nesse país. O mesmo não acontecia com os Bálcãs, porque não havia compatibilidade entre os três principais contendores interessados na região — a Inglaterra, a Áustria e a Rússia. A Grã-Bretanha detinha a supremacia marítima no Mediterrâneo e a primazia comercial na Turquia; na realidade, por volta de 1850, o Império Otomano importava mais mercadorias inglesas que a França, a Itália, a Áustria ou a Rússia, o que fazia dete uma região vital para o imperialismo econômico vitoriano. O poderio naval e industrial britânico excluía

(43) T. Stoianovich, "Land tenure and related sectors of the balkan economy 1600-1800", *The Journal of Economic History*, XX, verão de 1953, nº 3, pp. 401, 409-11.

(44) Serif Mardin, "Power, civil society and culture in the Ottoman Empire", *Comparative Studies in Society and History*, vol. II, 1969, p. 277.

todo e qualquer acordo harmonioso sobre a distribuição do Império Otomano, frustrando os esforços da Rússia no sentido de partilhá-lo. Ao mesmo tempo, o progressivo despertar nacionalista dos povos balcânicos após a época napoleônica impedia qualquer estabilização da situação política no sudeste europeu. Em 1804, eclodia a revolta da Sérvia; em 1821, seguia-se uma insurreição na Grécia. A invasão czarista, em 1828-29, desbaratou os exércitos turcos e impôs a autonomia formal da Sérvia, da Moldávia e da Valáquia em relação à Porta; entretanto, as intervenções anglo-francesa e russa garantiam e delimitavam a independência da Grécia, em 1830. Tais perdas, originadas de movimentos locais que nem Londres nem Viena podiam controlar, deixaram ainda à Turquia um império balcânico que se estendia da Bósnia à Tessália e da Albânia à Bulgária.

A proteção internacional haveria de adiar por cerca de um século a extinção definitiva do Estado otomano, inspirando, nesse interim, sucessivas tentativas de renovação "liberal" a fim de estabelecer uma conformidade com as normas do capitalismo ocidental. Quem as inaugurou foi Mahmud II, na década de 1820, num esforço para modernizar o aparelho administrativo e econômico do sultanato. Os janízaros foram dispensados e eliminados os *timars*; as terras *waqf* foram nominalmente reclamadas ao tesouro do império; importaram-se oficiais estrangeiros para treinar um novo exército. O controle central foi restabelecido nas províncias e o reinado dos *derebeis* chegou ao fim. Essas medidas em breve se revelaram ineficazes para sustar a queda do sistema imperial. Os exércitos de Mahmud foram derrotados pelas tropas egípcias de Maomé Ali, enquanto seus governadores e funcionários se mostravam ainda mais corruptos e opressores que os nobres locais que os precederam. A esta derrocada se seguiram renovados esforços anglo-franceses para liberalizar e reorganizar o governo otomano. Deles resultaram as reformas de Tanzimat em meados do século, mais estritamente adaptadas às preocupações jurídicas e comerciais do Ocidente. O Édito da Câmara Rosa, de 1839, finalmente assegurou a garantia jurídica da propriedade privada no império e a igualdade política perante a lei.[45] Ambas as medidas haviam sido insistentemente reclamadas pelo corpo diplomático em Istambul. Não obstante, a propriedade estatal da terra permaneceu dominante nos territórios natais do império. Só em 1858 foi decretada uma lei da terra, concedendo direitos limitados de sucessão aos que a controlavam ou dela usufruiam. Insa-

(45) Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, pp. 106-8.

tisfeitas com tais medidas, as potências ocidentais desenvolveram pressões no sentido da extensão desses direitos, a qual veio a ser concedida em 1867, quando os proprietários locais finalmente adquiriram a propriedade jurídica de seus domínios.[46] Mas o caráter artificial do novo rumo político em breve se tornou evidente. Quando os nacionalistas turcos tentaram impor uma constituição representativa, não foi difícil ao sultão Abdul Hamid II restabelecer um despotismo pessoal frágil mas brutal, em 1878. Pelo final do século, verificou-se uma estabilização das classes dos detentores de cargos e dos senhores de terra, graças às garantias de propriedade conferidas pelas reformas *tanzimat*. Mas, por outro lado, não se viu surgir no Império Otomano uma nova ordem política e social, à medida que este se contraía gradualmente, diante das lutas sucessivas pela libertação dos povos balcânicos subjugados e das manobras das principais potências européias para frustrá-las ou explorá-las. Em 1875, foi esmagada uma revolta popular na Bulgária. A Rússia interveio e a Turquia foi novamente derrotada no campo de batalha, enquanto a Inglaterra se mobilizava uma vez mais para a salvar das conseqüências do desastre. O resultado foi um acordo entre as potências européias que garantiu plena independência para a Sérvia, a Romênia e o Montenegro; criou uma Bulgária autônoma sujeita à suserania residual dos otomanos; e devolveu a Bósnia ao controle da Áustria. Na década seguinte, a Grécia comprou a Tessália e a Bulgária conquistou a sua independência.

Foi a frustração resultante do acelerado declínio do império e do inusitado imobilismo burocrático durante o governo de Abdul Hamid que inspirou os militares que vieram a ser chamados de Jovens Turcos a tomar o poder por um golpe militar, em 1908. Uma vez satisfeitas as ambições de carreira e esquecidos os princípios comteanos, o programa político dos Jovens Turcos ficou reduzido a um intensificado centralismo ditatorial e a um regime de repressão das nacionalidades submetidas ao império.[47] A derrota da Primeira Guerra dos Bálcãs e a desintegração após a Primeira Guerra Mundial marcaram o seu fim ignominioso. Durante os últimos séculos de sua existência, o Estado otomano

(46) H. Inalcik, "Land Problems in Turkish history", *The Moslem World*, XLV, 1955, pp. 226-7. Inalcik comenta que os conceitos jurídicos ocidentais só foram plenamente aplicados à propriedade fundiária, sem condições ou ressalvas, em 1926, pela primeira vez.

(47) Até o mais indulgente dos estudos recentes sobre os Jovens Turcos e seu regime conclui que este foi incapaz de criar qualquer instituição nova, limitando-se a explorar os mecanismos tradicionais de dominação em proveito próprio: Feroz Ahmed, *The Young Turks*, Oxford, 1969, pp. 164-5.

sofreu então subtrações e modilicações, mas nunca adquiriu um novo impulso social. O antigo vigor inicial simplesmente se tornou cada vez mais distorcido e debilitado. A reforma negativa voltada contra os "abusos" era por natureza incapaz de desembocar numa reconstrução positiva do império, seja sob a forma de um novo sistema político, seja pela restauração do antigo. O feudalismo não presidiu à formação do Império Otomano; o absolutismo não participou de seu declínio. Igualmente fúteis foram as tentativas das potências européias para "alinhar" a Porta pelas normas institucionais vigentes em Viena, São Petersburgo e Paris: era um outro universo. Das abortadas reformas de Mahmud II e da época *tanzimat*, a que se seguiriam a reação hamidiana e o fiasco dos Jovens Turcos, não resultou um neodespotismo turco nem um absolutismo oriental, nem, naturalmente, um parlamentarismo de tipo ocidental. O nascimento de uma nova lorma de Estado teve de esperar até que a preservação diplomática das relíquias da antiga chegasse a seu lim, com o conflito internacional da Primeira Guerra Mundial, que finalmente libertou de sua miséria o reino osmanli.

Os Bálcãs, porém, foram libertados da dominação otomana antes do *dénoument* da própria Turquia. À medida que todo o sistema otomano ia sendo expulso, país após país, a partir do início do século XIX, um inesperado sistema agrário aparecia na península, distinto dos padrões em vigor tanto na Europa oriental como na ocidental. A Romênia, uma terra de ninguém historicamente tardia, situada entre os tipos de desenvolvimento regional dos Bálcãs e das regiões do além-Elba, passou pela mais estranha das guinadas sofridas pelos novos países surgidos depois de 1815. Com efeito, tornou-se o único país da Europa onde, terminado o período da "primeira" servidão, ocorreu uma efetiva "segunda servidão", indubitavelmente determinada pelo comércio do trigo. Como vimos, os territórios romenos tinham sido deixados à sua própria classe boiarda pelo Estado otomano, quando este os invadiu no século XVI. A formação de uma sociedade rural estratificada, com uma nobreza senhorial e um campesinato submetido à servidão tinha caráter recente, devido ao papel acentuadamente retardatário desempenhado nessa região pelo domínio nômade predatório, que só desapareceu com a expulsão gradual dos cumanes e dos tártaros no século XIII.[48] Até o século XIV, era comum a propriedade comunal aldeã e só

(48) As origens históricas da formação social romena no final da Idade Média estão compiladas em H. H. Stahl, *Les Anciennes Communautés Villageoises Roumaines. Asservissement et Pénétration Capitaliste*, Bucareste, 1969, pp. 25-45: uma obra notável, que lança luz sobre muitos aspectos do desenvolvimento social da Europa oriental.

com a formação dos principados da Moldávia e da Valáquia, no século XV, tomou forma uma aristocracia fundiária que a princípio explorava os produtores rurais mais através dos impostos que sob o modelo feudal, à maneira dos nômades turcos que a instruíram.[49] A breve unificação dos dois Estados sob Miguel I, no final do século XVI, assinalou a generalizada adscrição ao solo do campesinato romeno. A partir daí, a servidão se consolidou sob a suserania otomana. No século XVIII, a Porta confiou a administração dessas províncias a famílias de gregos lanariotas provenientes de Istambul, que vieram a constituir uma dinastia dominante intermediária dos chamados hospodares nesses principados, onde a coleta de impostos e o comércio eram já controlados por gregos expatriados.

O senhorialismo boiardo era agora cada vez mais fustigado pela resistência camponesa, sob a forma caracteristicamente oriental dos grandes êxodos de camponeses em fuga aos impostos e tributos. Oficiais austríacos, ansiosos por consolidar os recém-conquistados territórios fronteiriços Habsburgo no sudeste da Europa, ofereciam intencionalmente aos refugiados romenos o asilo ansiado atrás das fronteiras.[50] Seriamente preocupado com a deteriorada situação do trabalho nos principados, o sultão ordenou em 1744 a um dos hospodares, Constantino Mavrokordatos, a sua pacificação e repovoamento. Influenciado pelo iluminismo europeu, Mavrokordatos decretou a abolição gradual dos vínculos servis tanto na Valáquia (1746) como na Moldávia (1749), garantindo a todo camponês o direito de comprar a sua emancipação;[51] uma medida facilitada pela inexistência de uma categoria jurídica equivalente à servidão nas provincias do império sob administração turca. Não houve nesse século exportação de cereais porque a Porta detinha um monopólio comercial de Estado, e limitava-se a enviar para Istambul um tributo em espécie. No entanto, o Tratado de Adrianopla, em 1829, que deu à Rússia uma virtual co-suserania sobre a Romênia, revogou o controle muçulmano sobre as exportações. O resultado foi um súbito e espetacular surto dos cereais ao longo da bacia do Danúbio. Com efeito, em meados do século XIX, o advento da revolução

(49) Encontra-se uma meticulosa periodização de todo o processo em Stahl, *op. cit.*, pp. 163-89.

(50) W. H. MacNeill, *Europe's Steppe Frontier 1500-1800*, Chicago, 1964, p. 204.

(51) Para uma abordagem dos decretos sobre a emancipação dos servos e a reação boiarda a eles, ver A. Otetea, "Le second asservissement des paysans roumains (1746-1821)", *Nouvelles Études d'Histoire*, I, Bucareste, 1955, pp. 299-312.

industrial no ocidente da Europa criara um mercado mundial capitalista de tipo desconhecido nos séculos XVI e XVII, com uma vitalidade capaz de transformar, em poucas décadas, regiões atrasadas do ponto de vista agrícola. A produção de grãos dos principados romenos duplicou entre 1829 e 1832 e o valor das exportações dobrou de 1831 a 1833. A superfície das terras voltadas para o cultivo de cereais efetivamente decuplicou no espaço de uma década, de 1830 a 1840.[52] A força de trabalho para um crescimento deste quilate foi obtida mediante a reimposição das obrigações servis sobre o campesinato romeno e a intensificação das prestações de serviços a níveis superiores aos que vigoravam antes dos decretos de Mavrokordatos no século anterior. De tal modo, o único exemplo europeu de autêntica segunda servidão foi obra do capitalismo *industrial*, não mercantil; e só podia ser assim. Aí se tornara possível uma causalidade intereconômica direta e maciça, que operava em toda a extensão do continente, o que não fora possível dois ou três séculos atrás. O campesinato romeno continuou desvalorizado e ávido de terras depois disso, em condições muito semelhantes às dos camponeses russos. As limitações servis foram mais uma vez abolidas por uma reforma em 1864, diretamente inspirada na proclamação czarista de 1861; como na Rússia, o campo permaneceu sob o domínio de senhores feudais até a Primeira Guerra Mundial.

A Romênia, contudo, foi a exceção dos Bálcãs. Em quase toda a parte, ocorreu um processo quase oposto. Com efeito, na Croácia, na Sérvia, na Bulgária e na Grécia, as aristocracias locais tinham sido varridas pela conquista otomana, as terras diretamente anexadas ao sultanato e ocupantes turcos transferidos para elas — por volta do século XIX, principalmente a poderosa e parasitária classe dos notáveis locais *ayan*. Sucessivas revoltas nacionais e guerras de libertação acabaram por expulsar os exércitos turcos da Sérvia (1804-1913), da Grécia (1821-1913) e da Bulgária (1875-1913). A conquista da independência política por esses países foi nessas condições automaticamente acompanhada por uma convulsão econômica no campo. Os senhores de terra turcos, lógica e compreensivelmente, levantaram acampamento junto com as tropas que os protegiam, abandonando os seus domínios aos camponeses que os cultivavam. Tal processo variou consideravelmente, conforme a duração da luta pela independência. Onde esta foi lenta e prolongada, como na Sérvia e na Grécia, houve mais tempo

(52) A. Oletea, "Le second servage dans les principautés danubiennes", *Nouvelles Études d'Histoire*, II, Bucareste, 1960, p. 333.

para que, durante a luta, se formasse e expandisse um estrato de proprietários rurais nativos que, nas fases finais, apropriou-se diretamente dos *chifliks*: as famílias gregas abastadas, por exemplo, adquiriram muitos domínios turcos intatos na Tessália, quando esta foi obtida à Porta, em 1881.[53] Na Bulgária, por outro lado, o ritmo mais violento e rápido da luta pela independência abriu muito menos possibilidades a tais transferências. Mas, nos três países, a economia rural que acabou por se consolidar era muito semelhante.[54] Uma vez independentes, a Bulgária, a Grécia e a Sérvia tornaram-se essencialmente países de pequenos proprietários camponeses, numa época em que a Prússia, a Polônia, a Hungria e a Rússia eram ainda territórios do latifúndio nobiliário. Naturalmente, a exploração rural não chegou ao fim: nos Estados independentes, os usurários, comerciantes e funcionários repuseram-na sob novas formas. Mas o regime agrário básico dos Bálcãs continuava a se fundamentar na pequena produção, em meio à crescente superpopulação, parcelamento das posses e endividamento das aldeias. A recessão do domínio turco significou o término da propriedade senhorial tradicional. Toda a Europa oriental sofreu um retardamento social e econômico na virada do século XX, que a separou da Europa ocidental. Mas o Sudeste permaneceu dentro dela como uma península à parte.

(53) Stavrianos, *The Balkans since 1453*, pp. 478-9.

(54) A Albânia constitui um caso distinto, devido à islamização da maioria da população sujeita ao domínio otomano e à preservação dos padrões sociais tribais nas montanhas. Era tradicional o recrutamento de albaneses para o aparelho de Estado osmanli: a reação hamidiana confiou fundamentalmente em sua lealdade. Assim, os notáveis muçulmanos locais optaram pela independência apenas no último momento, em 1912, quando já era óbvio que o poder turco estava extinto nos Bálcãs. Em conseqüência, o senhorialismo manteve-se intato até o final do domínio otomano; o tribalismo alpino que caracterizou a maior parte do país, por outro lado, limitou inevitavelmente a agricultura de grande propriedade.

TERCEIRA PARTE

Conclusões

Conclusões

Ocupante do sudeste da Europa por quinhentos anos, o Estado otomano instalou-se no continente sem nunca ter adotado o seu sistema social ou político. Sempre permaneceu quase como um estranho para a cultura européia, um intruso islâmico na cristandade, que coloca até hoje problemas insolúveis para a sua apresentação em uma história unitária do continente. Na verdade, a longa e íntima presença em solo europeu de uma formação social e de uma estrutura de Estado tão diferentes do padrão predominante na região proporcionou um modelo apropriado frente ao qual é possível afirmar a especificidade histórica da sociedade européia antes do advento do capitalismo industrial. Realmente, desde a Renascença, os pensadores políticos europeus da época do absolutismo procuraram repetidas vezes definir o caráter do seu próprio mundo por oposição à ordem turca, tão próxima e no entanto tão remota; nenhum deles reduziu à distância simples ou principalmente a uma questão de religião.

Maquiavel, na Itália do início do século XVI, foi o primeiro teórico a tomar o Estado otomano como antítese de uma monarquia européia. Em duas passagens centrais de *O Príncipe*, ele distingue a burocracia autocrática da Porta como uma ordem institucional que a separava do resto da Europa: "Todo o império turco é governado por um senhor e todos os outros são seus escravos; divide o seu reino em *sandjaks* e para cada um envia governadores, transfere-os e troca-os ao seu bel-prazer (...) todos são escravos, ligados a ele".[1] Acrescentava ainda

(1) *Il Principe* e *Discorsi*, pp. 26-7.

que o tipo de exército permanente à disposição dos monarcas osmanli era algo de desconhecido na Europa daquela época: "O príncipe dos nossos dias não tem exércitos estabelecidos nas províncias há tanto tempo como os governos e as administrações que os acompanham (...). O Grão-Turco é uma exceção, porque controla um exército permanente de 12 mil infantes e 15 mil cavaleiros, dos quais depende a segurança e a força de seu reino; o principio supremo de seu poder é a manutenção de sua lealdade".[2] Tais reflexões, como muito bem salientou Chabod, constituem uma das primeiras abordagens implícitas para uma autodefinição de "Europa".[3] Sessenta anos mais tarde, nos estertores das Guerras Religiosas na França, Bodin desenvolveu o contraste politico entre monarquias limitadas pelo respeito às pessoas e aos bens de seus súditos e impérios com domínio irrestrito sobre eles: as primeiras representavam a soberania "real" dos Estados europeus, os segundos o poder "senhorial" de despotismos como o Estado otomano, essencialmente estranhos à Europa. "O rei dos turcos é chamado de Grand Seignior, não tanto pela extensão de seu reino, pois o do Rei Católico é dez vezes maior, mas unicamente por ser senhor completo das pessoas e dos bens. Só os servidores educados e criados na sua casa se chamam escravos. Mas os *timariots*, a quem estão atados os outros súditos, só são investidos com seus *timars* através de seu consentimento explícito; os seus contratos têm que ser renovados de dez em dez anos e, se morrerem, os herdeiros só levam os bens móveis. No resto da Europa e nos reinos da Barbárie, não há monarquias senhoriais (...). Os povos da Europa, mais orgulhosos e guerreiros que os da Ásia ou da África, nunca toleraram ou conheceram uma monarquia senhorial desde o tempo das invasões húngaras."[4] Na Inglaterra do início do século XVII, Bacon sublinhava que a distinção entre os sistemas turco e europeu era a total ausência de uma aristocracia hereditária no reino otomano: "Uma monarquia onde não há nobreza é sempre uma tirania pura e absoluta, como a dos turcos. Porque a nobreza tempera a soberania e desvia de algum modo os olhos do povo da linhagem real".[5] Duas décadas depois, após a derrubada da monarquia Stuart, o republicano Harrington deslocava o fulcro da diferença para os fundamentos econômicos do Império Otomano como a linha divisória essencial entre os Estados turco e europeus; o monopólio jurídico do sultão sobre a propriedade da terra era a verdadeira marca registrada da Porta: "Se um só homem é senhor de um território, ou excede o povo, por exemplo, três partes em quatro, ele é um Grand Seignior: e assim é chamado o Grão-Turco, por suas propriedades; e o seu império é uma monarquia absoluta (...) posto que na Turquia é ilegal alguém, que não o Grand Seignior, possuir terra".[6]

Pelo final do século XVII, o poder do Estado otomano já ultrapassara o seu apogeu e o tom dos comentários a seu respeito alterou-se perceptivelmente. Pela primeira vez, o tema da superioridade histórica da Europa passou a ocupar um lugar central na discussão do sistema turco, ao passo que os defeitos deste eram generalizados para todos os grandes impérios da Ásia. Foi o médico francês Bernier que deu este novo passo, de forma decisiva. Bernier, viajando através dos reinos turco, persa e mongol, tornara-se o médico pessoal do imperador Aurangzeb, da Índia. No seu regresso à França, descreveu a Índia mongol como uma versão ainda mais extrema da Turquia otomana: a base da desoladora tirania, relatava, era a ausência da propriedade privada da terra, cujos efeitos ilustrava por comparação aos risonhos campos governados por Luis XIV. "Como são insignificantes a riqueza e o poder do Estado do Grão-Turco em comparação com as suas vantagens naturais! Vamos apenas supor que pais rico e populoso seria se o direito de propriedade privada fosse lá conhecido, e é impossível duvidar que poderia manter exércitos tão poderosos como outrora. Viajei por todas as partes do império e presenciei o modo incrível como se encontra arruinado e despovoado (...). Direi portanto que tirar aos particulares o direito da propriedade da terra é introduzir ao mesmo tempo, como conseqüência infalível, a tirania, a escravatura, a injustiça, a mendicância e a barbárie; a terra deixará de ser cultivada e se transformará em deserto; estará aberto o caminho para a destruição das nações, a ruina dos reis e dos Estados. A esperança que anima o homem é de que possa reter os frutos de sua indústria, e transmiti-los a seus descendentes e este é o fundamento principal do que há de belo e de bom neste mundo; de forma que, se passamos os olhos pelos diferentes reinos do globo, veremos que eles prosperam ou declinam de acordo com o respeito ou a condenação da propriedade: em uma palavra, é a predomi-

(2) *Il Principe e Discorsi*, pp. 83-4.

(3) F. Chabod, *Storia dell'Idea d'Europa*, Bari, 1964, pp. 48-52.

(4) *Les Six Livres de La République*, pp. 201-2. Os pensadores europeus dessa época tinham visível dificuldade em encontrar uma terminologia para discutir as peculiaridades do Estado otomano. Daí o título curiosamente inapropriado de "Grand Seignior", aplicado ao sultão. A noção de "despotismo", mais tarde empregada relativamente à Turquia, foi um neologismo do século XVIII.

(5) *The Essays or Conseils Civil and Moral*, Londres, 1632, p. 72.

(6) *The Commonwealth of Oceana*, Londres, 1658, pp. 4, 5.

nância ou descaso por este princípio o que muda e diversifica a face da terra."[7] A mordaz narrativa de Bernier sobre o Oriente exerceu uma profunda influência sobre as subseqüentes gerações de pensadores, durante o iluminismo. No início do século XVIfI, fazia eco à mesma descrição do Estado turco, de forma bastante próxima: "O Grand Seignior doa a maior parte das terras aos seus soldados e dispõe delas segundo a sua fantasia; apodera-se de todas as heranças dos oficiais do império; quando um súdito morre sem deixar filhos varões, as filhas são deixadas apenas com o usufruto dos bens, pois o monarca turco adquire a propriedade: dal resulta que a posse da maior parte dos bens na sociedade é precária (...). De todos os governos despóticos, nenhum oprime mais que aquele cujo príncipe se declara proprietário de todas as terras e o herdeiro de todos os súditos. A conseqüência é sempre o abandono dos cultivos e, se o príncipe interfere no comércio, a ruína de toda a indústria".[8]

Nessa época, evidentemente, a expansão colonial européia tinha explorado e atravessado quase todo o globo e o escopo das noções políticas, outrora derivadas do encontro específico com o Estado otomano nos Bálcãs, fora agora estendido, concomitantemente, até os confins da China e além dela. De tal modo, a obra de Montesquieu incorporava pela primeira vez, em *De l'Esprit des Lois*, uma teoria comparada daquilo que categoricamente denominava "despotismo", como uma forma geral de governo extra-européia, cuja estrutura era totalmente oposta aos princípios nascidos do "feudalismo" europeu. A generalidade do conceito continha, apesar disso, uma denotação geográfica tradicional, explicada pela influência do clima e da geografia: "A Ásia é a região do mundo onde o despotismo está, por assim dizer, naturalizado".[9] Legada pelo iluminismo, os destinos da noção de despotismo oriental no século XIX são famosos e não nos interessam aqui:[10] será suficiente dizer que, a partir de Hegel, conservou-se o cerne das mesmas concepções básicas sobre a sociedade asiática, cuja função intelectual foi sempre a de estabelecer um *contraste* radical entre a história européia, cuja especificidade Montesquieu localizara originalmente no

(7) *Travels in the Mogul Empire* (traduzido por Archibald Constable), reedição, Oxford, 1934, pp. 234, 238. Para o original, ver François Bernier, *Voyages*, 1. Amsterdam, 1710, pp. 313, 319-20.

(8) *De l'Esprit des Lois*, 1, pp. 66-7.

(9) *Idem*, p. 68.

(10) São analisadas no apêndice sobre "O modo de produção asiático", pp. adiante.

feudalismo e cuja descendência moderna ele discernira no absolutismo, e o destino dos outros continentes.

Em nosso século, teóricos marxistas, persuadidos das sucessivas fases do desenvolvimento sócio-econômico registradas na Europa, têm afirmado, ao contrário, que o feudalismo foi um fenômeno de dimensão mundial, que abrangeu tanto os Estados africanos e asiáticos como os europeus. Reconheceu-se e estudou-se o feudalismo otomano, egípcio, marroquino, persa, hindu, mongol ou chinês. A reação política contra as ideologias imperialistas da superioridade européia conduziu a uma extensão intelectual dos conceitos historiográficos derivados do passado de um continente para explicar a evolução de outros, ou de todos. Nenhum outro termo sofreu uma difusão tão penetrante e indiscriminada como o conceito de feudalismo, que muitas vezes, na prática, tem sido aplicado a qualquer formação social situada entre os pólos de identidade tribal e capitalista, não marcada pelo escravismo. O modo de produção feudal é assim definido como a combinação da grande propriedade da terra com a pequena produção camponesa, onde a classe exploradora extrai um excedente ao produtor imediato pelas formas costumeiras de coerção extra-econômica — corvéias, prestações em espécie, ou rendas em dinheiro — e onde a troca de mercadorias e a mobilidade do trabalho são correspondentemente restritas.[11] Apresenta-se este complexo como o núcleo econômico do feudalismo, que pode subsistir dentro de um amplo leque de formas políticas alternativas. Em outras palavras, os sistemas jurídicos e constitucionais tornam-se elaborações facultativas e externas a um centro produtivo invariável. As superestruturas políticas e jurídicas são separadas da infra-estrutura econômica que constitui, por si só, o verdadeiro modo de produção feudal. Nesta perspectiva, hoje difundida entre os teóricos marxistas, o tipo de propriedade agrária, a natureza da classe possuidora e a matriz do Estado podem variar enormemente, sobre uma ordem rural comum que constitui a base de toda a formação social. Em particular, a soberania parcelada, a hierarquia de vassalagem e o sis-

(11) Será suficiente um único exemplo para definir a formação social otomana de que nos ocupamos especificamente aqui: "Desenvolveram-se entre os otomanos as relações de produção de tipo puramente feudal. A preponderância da pequena economia camponesa, o predomínio da agricultura sobre o artesanato e do campo sobre a cidade, o monopólio da propriedade fundiária por uma minoria, a apropriação do sobretrabalho camponês pela classe dominante — todas essas marcas registradas do modo de produção feudal podem ser encontradas na sociedade otomana". Ernst Werner, *Die Geburt einer Grossmacht, die Osmanen*, p. 305. Esta passagem é corretamente criticada por Ernst Mandel, *The Formation of the Economic Thought of Karl Marx*, Londres, 1971, p. 127.

tema de feudos da Europa medieval deixam de ser, sob qualquer aspecto, características originais ou essenciais do feudalismo. A sua completa ausência é compatível com a presença de uma formação social feudal desde que se verifique a combinação de exploração agrária de grande escala e a produção camponesa, baseada em relações extra-econômicas de coerção e dependência. De tal modo, a China Ming, a Turquia seldjúcida, a Mongólia de Gêngis Khan, a Pérsia safávida, a Índia mongol, o Egito tulúnida, a Síria umaída, o Marrocos almorávida e a Arábia wahabita — todos passam a ser passíveis de serem classificados como feudais, ao lado da França capetíngia, da Inglaterra normanda e da Alemanha Hohenstaufen. Ao longo desta pesquisa encontramos três exemplos representativos desta categorização: como vimos, as confederações nômades dos tártaros, o Império Bizantino e o sultanato otomano foram, todos eles, designados Estados feudais por teóricos qualificados de suas respectivas histórias,[12] com o argumento de que as evidentes divergências superestruturais em relação às normas ocidentais ocultam uma convergência subjacente de relações de produção infra-estruturais. O privilégio do desenvolvimento ocidental tende assim a desaparecer, no processo multiforme de uma história mundial secretamente una desde seu princípio. O feudalismo, nesta versão da historiografia materialista, torna-se um oceano de absolvição no qual quase todas as sociedades podem receber o batismo.

A invalidade científica deste ecumenismo teórico fica demonstrada pelo paradoxo lógico que dele resulta. Com efeito, se o modo de produção feudal pode ser definido independentemente das variáveis superestruturas jurídicas e políticas que o acompanham, de tal modo que a sua presença pode registrar-se em todo o globo, onde quer que as formações sociais primitivas e tribais tenham sido superadas, coloca-se então a questão: como explicar o dinamismo excepcional do teatro europeu do feudalismo internacional? Nenhum historiador afirmou ainda que o capitalismo industrial se desenvolveu espontaneamente em qualquer outro lugar fora da Europa e da sua extensão americana, que precisamente então conquistava o resto do mundo em virtude do seu primado econômico, bloqueando ou implantando o modo de produção capitalista em outros países, de acordo com as necessidades e tendências de seu próprio sistema imperial. Se existia uma base econômica comum ao feudalismo de toda essa massa territorial desde o Atlântico

(12) Ver acima, pp. 386-7. *Passages from Antiquity to Feudalism*, pp. 219-22, 282-3 (ed. portuguesa, Afrontamento, 1982, pp. 234-47, 313-4).

até o Pacífico, apenas dividida pelas formas jurídicas e constitucionais, e no entanto só uma região produziu a revolução industrial que levaria em última análise à transformação de todas as sociedades do mundo, a determinante deste sucesso transcendente deve ser procurada nas superestruturas políticas e jurídicas, únicas que as diferenciam. As leis e os Estados, desqualificados como secundários e insubstanciais, reaparecem com ímpeto, como autores aparentes da mais significativa ruptura da história moderna. Em outras palavras, uma vez que toda a estrutura da soberania e da legitimidade é *dissociada* da economia de um feudalismo universal, é paradoxalmente o seu fantasma que governa o mundo, pois ele se torna o único princípio capaz de explicar o desenvolvimento diferencial de todo o modo de produção. A própria onipresença do feudalismo que reside nesta concepção reduz o destino dos continentes ao jogo superficial dos meros costumes locais. Um materialismo daltônico, incapaz de apreciar a verdadeira riqueza de gradações do espectro de totalidades sociais diversas dentro do mesmo corte temporal da história, termina inevitavelmente num idealismo perverso.

É óbvio, mas pouco notado, que a solução para o paradoxo está na própria definição dada por Marx às formações sociais pré-capitalistas. Nas sociedades de classes anteriores ao capitalismo *todos* os modos de produção extraem sobretrabalho dos produtores imediatos através de meios de coerção extra-econômica. O capitalismo é o primeiro modo de produção na história em que os meios pelos quais o excedente é extraído do produtor direto têm forma "puramente" econômica — o contrato salarial: a troca de equivalentes entre duas partes livres que reproduz, dia a dia e hora a hora, a desigualdade e a opressão. Todos os modos de produção anteriores operam através de sanções *extra-econômicas* — de parentesco, consuetudinárias, religiosas, jurídicas ou políticas. Portanto, é sempre impossível, por princípio, interpretá-las a partir das simples relações econômicas. As "superestruturas" do parentesco, da religião, do direito ou do Estado fazem parte necessariamente da estrutura constitutiva do modo de produção nas formações sociais pré-capitalistas. Intervêm *diretamente* sobre o nexo "interno" da extração de excedente, ao passo que nas formações sociais capitalistas, que pela primeira vez na história separam a economia como uma ordem formalmente autônoma, elas constituem, em contraste, as suas precondições "externas". Em conseqüência, os modos de produção pré-capitalistas não podem ser definidos *exceto* por suas superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas, uma vez que são estas que determinam o tipo de coerção extra-econômica que lhes é específico. As formas jurídicas precisas de dependência, de propriedade e de

soberania que caracterizam uma formação social pré-capitalista, longe de serem apenas epifenômenos acessórios ou contingentes, constituem, pelo contrário, os índices principais do modo de produção determinado nelas dominantes. Portanto, uma taxonomia escrupulosa e exata dessas configurações jurídicas e políticas é um pressuposto para a elaboração de qualquer tipologia abrangente dos modos de produção pré-capitalistas.[13] De fato, é evidente que a complexa *imbricação* de exploração econômica com instituições e ideologias extra-econômicas cria uma gama muito mais vasta de modos de produção possíveis antes do capitalismo do que é possível deduzir da generalidade relativamente simples e maciça do próprio modo de produção capitalista, que acabou por ser, na época do imperialismo industrial, o seu *terminus ad quem* comum e involuntário.

É preciso portanto resistir às tentações *a priori* de pré-alinhar os primeiros pela uniformidade do último. A possibilidade de uma pluralidade de modos de produção pré-capitalistas posteriores ao tribalismo e não-escravistas é inerente ao seu mecanismo de extração de excedentes. Os produtores imediatos e os meios de produção — incluindo tanto os instrumentos como os objetos de trabalho, por exemplo: a terra — são sempre dominados pela classe exploradora através do sistema de propriedade em vigor, intersecção nodal entre direito e economia. Mas como as relações de propriedade, por sua vez, se articulam diretamente na ordem política e ideológica — que, de fato, muitas vezes rege expressamente a sua distribuição (por exemplo, confinando a propriedade da terra aos aristocratas, ou excluindo a nobreza do comércio) —, o aparelho total de exploração ascende sempre à esfera das próprias superestruturas. "As relações sociais em sua totalidade formam o que agora se designa por propriedade", escrevia Marx a Annenkov.[14] Isso não significa que a propriedade jurídica propriamente dita passe a ser uma mera ficção ou ilusão, passível de ser abandonada ou dissipada através de uma análise direta da infra-estrutura econômica em que se

(13) Esta necessidade fundamental foi claramente percebida pelo historiador soviético Zel'in, em seu notável ensaio, "Printsipy Morfologicheskoi Klassifikatsii Form Zavisimosti", em K. K. Zel'in e M. V. Trofimova, *Formy Zavisimosti v Vostochnom Sredizemnomor'e Ellenisticheskovo Perioda*, Moscou, 1969, pp. 11-51, especialmente 29-33. O texto de Zel'in contém uma crítica das antinomias presentes nas análises convencionais sobre o feudalismo feitas por marxistas; o que fundamentalmente o preocupa é uma definição mais rigorosa das formas de dependência — nem feudais nem escravistas — que caracterizaram o mundo helenístico.

(14) Marx-Engels, *Selected Correspondence*, p. 38 (retraduzido). Para uma edição brasileira ver *Marx-Engels*, Editora Ática, 1983, p. 435 (Org. Florestan Fernandes).

assenta, procedimento que conduz diretamente ao colapso lógico já indicado. Ao contrário, significa que para o materialismo histórico a propriedade jurídica nunca pode ser separada seja da produção econômica, seja do poder político-ideológico: a sua posição absolutamente central dentro de qualquer modo de produção decorre da sua vinculação com ambos, que, nas formações sociais pré-capitalistas, torna-se uma fusão direta e oficial. Não é portanto por acaso que Marx dedicou a quase-totalidade de seu crucial manuscrito sobre as sociedades pré-capitalistas nos *Grundrisse* — o seu único trabalho de comparação teórica sistemática entre diferentes modos de produção — a uma profunda análise das *formas de propriedade agrária* em modos de produção sucessivos ou contemporâneos na Europa, Ásia e América. O fio condutor de todo o texto é a mudança no caráter e na posição da propriedade fundiária e as suas relações interligadas com os sistemas políticos, do tribalismo primitivo ao limiar do capitalismo.

Já vimos que Marx, ao contrário dos autores marxistas posteriores, distingue especificamente o pastoreio nômade de todas as formas de agricultura sedentária como um modo de produção distinto, baseado na propriedade coletiva da riqueza imóvel (terra) e na propriedade individual da riqueza móvel (rebanhos).[15] Assim, não surpreende que Marx enfatize como um dos traços fundamentais definidores do feudalismo a *propriedade privada nobiliária da terra*. Neste aspecto, são especialmente relevantes os seus comentários sobre o estudo de Kovalevsky, relativo à dissolução da propriedade comunal aldeã. Kovalevsky, um jovem historiador russo, admirador e correspondente de Marx, dedicou uma parte substancial de sua obra ao que ele afirmava ser o lento surgimento do feudalismo na Índia, após as conquistas muçulmanas. Não desprezou as diferenças políticas e jurídicas entre os sistemas agrários mongol e europeu como elementos sem importância e admitia que a persistência jurídica da propriedade imperial exclusiva da terra conduziu a uma "intensidade menor" de feudalização na Índia, em relação à Europa. No entanto, defendia que, na realidade, um vasto sistema de feudos, com toda uma hierarquia de subenfeudamento, evoluíra para um feudalismo indiano antes que a conquista britânica viesse a interromper a sua consolidação.[16] Embora o estudo de Kovalevsky fosse em grande medida influenciado pela obra de Marx e o

(15) Ver *Passages from Antiquity to Feudalism*, p. 220 (edição portuguesa, pp. 244-5).

(16) M. Kovalevsky, *Obshchinnoe Zemlevladenie, Prichiny, Khod i Posledstviya* vannykh Rukopisei Karla Maksa", *Sovetskoe Vostokovedenie*, nº 5, 1968, p. 12. As ano-

tom de suas anotações inéditas no exemplar que o teórico russo lhe enviara fosse de modo geral benevolente, é significativo que Marx critique repetidas vezes as passagens em que Kovalevsky assimila as instituições sócio-econômicas indianas ou islâmicas às do feudalismo europeu. Na mais vigorosa e elucidativa dessas intervenções, Marx rejeita a atribuição de um modo de produção feudal à Índia mongol: "Com base na constatação da existência na Índia do 'sistema de benefícios', da 'venda de cargos' (que, de resto, não é puramente feudal, como o prova Roma) e da *commendatio*, Kovalevsky vê aí um feudalismo no sentido da Europa ocidental. Kovalevsky esquece, entre outras coisas, que a servidão — que representa um elemento importante no feudalismo — não existia na Índia. Além disso, no que se refere ao *papel individual* dos senhores feudais (exercendo as funções de condes), enquanto *protetores* não apenas de camponeses não-livres mas de camponeses livres (cf. Palgrave), também este fator desempenha um papel insignificante na Índia, excetuando-se os *waqfs*. Tampouco encontramos na Índia mais do que em Roma, essa *poesia da terra* (*Bodenpoesie*) tão característica do feudalismo romano-germânico (cf. Maurer). Na Índia, a terra nunca é *nobre*, no sentido, por exemplo, de ser inalienável aos plebeus! Por outro lado, o próprio Kovalevsky vê uma diferença fundamental: a ausência de *justiça patrimonial no campo do direito civil no império do Grande Mongol*"![17] Em outra passagem, Marx refuta particularmente a afirmação de Kovalevsky de que a conquista da Índia pelos muçulmanos, ao impor ao campesinato o imposto islâmico sobre a terra, ou *kharaj*, converteu em feudal a propriedade alodial: "O pagamento do *kharaj* não transformou as suas terras em propriedade feudal, tal como o *impôt foncier* não tornou feudal a propriedade fundiária dos franceses. Aqui, todas as descrições de Kovalevsky são absolutamente inúteis".[18] Também a natureza do Estado era diversa da dos principados feudais da Europa: "Pela lei hindu, o poder político não estava sujeito à divisão entre os herdeiros: desse modo, estava afastada uma importante fonte do *feudalismo europeu*".[19]

(17) "Materialy Instituta Marksizma-Leninizma pri Tsk KPSS. Iz Neopublikovannykh Rukopisei Karla Maksa", *Sovetskoe Vostokovedenie*, nº 5, 1968, p. 12. As anotações de Marx a Kovalevsky só foram publicadas na Rússia, em *Sovetskoe Vostokovedenie*, 1958, nº 3, pp. 4-13, nº 4, pp. 3-22, nº 5, pp. 3-28; *Problemy Vostokovedenie*, 1959, nº 1, pp. 3-17. Há uma introdução aos manuscritos por L. S. Gamayunov, em *Sovetskoe Vostokovedenie*, 1958, nº 2, pp. 35-45.

(18) *Sovetskoe Vostokovedenie*, 1958, nº 4, p. 18.

(19) *Sovetskoe Vostokovedenie*, 1958, nº 5, p. 6. Note-se ainda a crítica que Marx faz a Kovalevsky por descrever as colônias militares turcas na Argélia como feudais, por analogia com exemplos hindus: "Kovalevsky batiza-as como 'feudais' com o frágil fundamento de que sob certas condições poderia desenvolver-se a partir delas algo semelhante ao *jagir* hindu". *Problemy Vostokovedenie*, 1959, nº 1, p. 7.

Essas importantes passagens mostram nitidamente que o próprio Marx estava consciente dos riscos de uma extensão promíscua do rótulo de feudalismo fora da Europa e recusava-se a aceitar a Índia do sultanato de Délhi ou o Império Mongol como uma formação social feudal. As suas anotações marginais revelam, além disso, uma extrema perspicácia e sensibilidade justamente com relação a essas formas "superestruturais" cuja irredutível importância para a classificação dos modos de produção pré-capitalistas acabamos de salientar. Assim, suas objeções contra a caracterização da sociedade agrária hindu após a conquista islâmica como feudal, feita por Kovalevsky, abarcam praticamente toda a gama dos campos jurídico, político, social, militar, judicial, fiscal e ideológico. Sem exagerar o seu alcance, poderiam talvez ser sintetizadas do seguinte modo: o feudalismo envolve, caracteristicamente, a servidão jurídica e a proteção militar do campesinato por uma classe social de nobres, que gozam de autoridade e propriedade individual e exercem um monopólio exclusivo sobre a lei e os direitos privados de justiça, no seio de uma estrutura jurídica de soberania fragmentada e de fisco subordinado e uma ideologia aristocrática de exaltação da vida rural. Veremos em breve quão remoto fica este inventário heurístico exaustivo das poucas e simples etiquetas tantas vezes utilizadas para rotular de feudal uma formação social. Voltando ao nosso ponto de partida inicial, não restam dúvidas de que a visão de feudalismo de Marx, nesta definição condensada, exclui o sultanato turco de seu âmbito — um Estado que, de fato, foi, em muitos aspectos, a inspiração e o modelo da Índia mongol.

Tinha portanto bom fundamento o contraste tão intensamente sentido pelos contemporâneos entre as formas históricas européias e otomanas. A ordem sócio-política turca era radicalmente distinta daquela que caracterizou o conjunto da Europa, tanto nas regiões ocidentais como nas orientais do continente. O feudalismo europeu não tinha, de fato, equivalentes em nenhuma das zonas geográficas que com ele confinavam; na remota extremidade ocidental da massa territorial eurasiana, ele constituía um caso solitário. O primitivo modo de produção feudal que triunfou durante o início da Idade Média nunca foi simplesmente composto de um conjunto elementar de índices econômicos. A servidão configurava, naturalmente, o fundamento primário de todo o sistema de extração de excedentes. Mas a combinação da grande

propriedade agrária controlada por uma classe exploradora, com a pequena produção de um campesinato submetido, onde o sobretrabalho era extraído a este último mediante *corvées* ou tributos em espécie, era, em seus aspectos gerais, um padrão muito difundido em todo o mundo pré-industrial. Quase todas as formações sociais pós-tribais que não se baseavam no escravismo ou no nomadismo revelavam, neste sentido, formas de senhorialismo. A singularidade do feudalismo nunca se esgotou na simples existência de classes senhoriais e servis.[20] Foi a sua organização específica num sistema verticalmente articulado de soberania parcelar e de propriedade escalonada que distinguia o modo de produção feudal na Europa. É este nexo concreto que define o tipo preciso de coerção extra-econômica exercido sobre o produtor direto. A fusão de vassalagem-benefício-imunidade, produzindo o sistema de feudo propriamente dito, criou um padrão absolutamente *sui generis* de "suserania e dependência", na expressão de Marx. A peculiaridade de tal sistema reside no caráter dual da relação que se estabelece, por um lado, entre produtores diretos e o estrato de não-produtores que se apropriam de seu sobretrabalho e, por outro, no seio da própria classe exploradora dos não-produtores. Com efeito, em sua essência, o feudo era uma concessão econômica de terra, condicionada ao desempenho de serviço militar e investida de direitos judiciais sobre o campesinato que a cultivava. Conseqüentemente, foi sempre uma amálgama de propriedade e soberania, na qual a natureza parcial de uma era compensada pelo caráter privado da outra: a posse condicional estava estruturalmente vinculada à jurisdição individual. A diluição original da propriedade absoluta da terra foi portanto complementar pela fragmentação da autoridade pública numa hierarquia escalonada. Ao nível da própria aldeia, o resultado foi o surgimento de uma classe de nobres que gozava de direitos *pessoais* de exploração e jurisdição, consagrados pela lei, sobre camponeses dependentes.

Era inerente a esta configuração a residência rural da classe possuidora, em oposição à localização urbana das aristocracias da antiguidade clássica: o exercício da proteção e da justiça senhoriais pressupunha a presença da nobreza feudal no campo, simbolizada pelos castelos do período medieval e mais tarde idealizada na "poesia da terra" da época subseqüente. O poder e a propriedade individuais,

(20) Para uma crítica particularmente lúcida e enérgica dos empregos abusivos do termo "feudalismo", nesta e em outras formas, ver Claude Cahen, "Réflexions sur l'usage du mot 'féodalité'", *The Journal of the Economic and Social History of the Orient*, III, 1960, 1, pp. 7-20.

marca característica da classe feudal na paisagem agrária, podiam conseqüentemente fazer-se acompanhar de um papel organizativo na própria produção, cuja forma típica na Europa era o domínio senhorial. A divisão da propriedade dominial em reserva do senhor e coirelas camponesas reproduzia na base, como vimos, a articulação econômica escalonada característica do sistema feudal como um todo. No nível superior, o predomínio do feudo estabelecia vínculos internos de caráter único no seio da nobreza. Com efeito, a combinação de vassalagem, benefício e imunidade num único conjunto criava uma mistura ambivalente de "reciprocidade" contratual e "subordinação" dependente, que sempre distinguiu a verdadeira aristocracia feudal de qualquer outra forma de classe exploradora de guerreiros, nos modos de produção alternativos. O enfeudamento era um contrato sinalagmático:[21] o juramento de homenagem e o ato da investidura vinculavam ambas as partes ao respeito de obrigações específicas e ao desempenho de obrigações igualmente específicas. A felonia constituía a ruptura deste contrato e podia ser cometida pelo vassalo *ou* pelo senhor, desvinculando a parte ofendida dos termos contratuais. Ao mesmo tempo, este pacto sinalagmático era também o domínio hierárquico de um superior sobre o seu inferior: o vassalo era feudatário de seu senhor, e devia servi-lo com lealdade, de corpo e alma. Portanto, o *ethos* compósito da nobreza feudal conjugava "honra" e "lealdade" numa tensão dinâmica estranha seja à cidadania livre da antiguidade clássica, que na Grécia e em Roma conhecia apenas o primeiro termo, seja aos servidores de uma autoridade despótica, como o sultanismo da Turquia, que conheciam apenas o segundo. A reciprocidade contratual e a desigualdade de posições fundiam-se no sistema global do feudo. Assim se gerou uma ideologia aristocrática que tornava compatíveis o orgulho da posição e a humildade da homenagem, a estabilidade jurídica das obrigações e a fidelidade pessoal da vassalagem.[22] O dualismo ético de tal código feu-

(21) O termo é de Boutruche: *Seigneurie et Féodalité*, II, pp. 204-7.

(22) Weber foi o primeiro a enfatizar a originalidade desta combinação: ver a sua excelente análise, *Economy and Society*, III, pp. 1.075-8. De modo geral, os contrastes analíticos traçados por Weber entre "feudalismo" e "patrimonialismo" têm grande força e acuidade. Todavia, o uso global que faz destes termos está marcado pela notória fragilidade da noção dos "tipos-ideais" que caracteriza a sua obra posterior. Assim, tanto o feudalismo como o patrimonialismo são na prática tratados como "traços" destacáveis e fragmentários e não como estruturas unificadas; em conseqüência, podem ser distribuídos ou misturados aleatoriamente por Weber, a quem faltou uma verdadeira teoria *histórica*, após os seus trabalhos iniciais e pioneiros sobre a antiguidade. Daí resulta a incapacidade de Weber em apresentar uma definição estável ou precisa do absolutismo na Europa: é por vezes o "patrimonialismo" que é "dominante na Europa continental até-

UFF

dal tinha as suas raízes na fusão e difusão do poder econômico e do poder político no seio do modo de produção como totalidade. A propriedade condicional instituía a subordinação do vassalo no quadro de uma hierarquia social de senhorio: a soberania parcelar, por outro lado, investia o feudatário com a jurisdição autônoma sobre os seus inferiores. Ambas eram celebradas por transações entre indivíduos particularizados dentro do domínio nobre. O poder e a propriedade aristocráticos eram essencialmente *pessoais*, em todos os níveis da cadeia de proteção e dependência.

Por sua vez, esta estrutura político-jurídica acarretou conseqüências importantes. O parcelamento global da soberania possibilitou o crescimento de cidades autônomas nos espaços intersticiais entre diferentes senhorios. Uma Igreja separada e universal podia atravessar todos os principados seculares, concentrando na sua própria organização clerical independente as habilidades culturais e as sanções religiosas. Além disso, em cada reino particular da Europa medieval, pôde se desenvolver um sistema de estados que, via de regra, representava numa assembléia tripartida a nobreza, o clero e os habitantes dos burgos, enquanto ordens distintas no seio da organização política feudal. O pressuposto básico de tal sistema de estados era, mais uma vez, a dispersão da soberania, que conferia aos membros da classe dominante aristocrática prerrogativas privadas de justiça e administração, de sorte que se tornava necessário o seu consentimento coletivo para qualquer ação extra-suserania por parte do monarca situado no topo da hierarquia feudal, fora da cadeia mediatizada de obrigações e direitos pessoais. Os parlamentos medievais eram portanto uma extensão lógica e necessária da prestação tradicional de *auxilium et consilium* do vassalo para o suserano. A ambigüidade das suas funções — instrumentos da vontade do monarca ou meios da resistência dos barões a esta mesma vontade — era inerente à unidade contraditória do próprio pacto feudal, a um só tempo recíproco e desigual.

Do ponto de vista geográfico, como vimos, o complexo feudal "completo" nasceu no ocidente continental da Europa, nas antigas terras carolíngias. Daí se expandiu depois, de modo lento e desigual, primeiro à Inglaterra, Espanha e Escandinávia; em seguida, e menos perfeitamente, difundiu-se à Europa oriental, onde os seus elementos e

a Revolução Francesa", ao passo que outras vezes as monarquias absolutas são consideradas "já burocrático-racionais". Tais confusões eram inerentes ao crescente formalismo de seus últimos trabalhos. Neste aspecto, Hintze, que muito aprendeu com Weber, foi-lhe sempre superior.

fases constitutivas sofreram numerosos deslocamentos e distorções locais, sem que essa região jamais viesse a perder uma inequívoca afinidade geral com o ocidente da Europa, como uma sua periferia relativamente subdesenvolvida. As divisas assim constituídas do feudalismo europeu, fundamentalmente, não se estabeleceram pela religião e tampouco pela topografia, embora ambas manifestamente as sobredeterminassem. A cristandade nunca foi coincidente com este modo de produção: não havia feudalismo na Etiópia ou no Líbano medievais. O pastoreio nômade, adaptado aos terrenos áridos da maior parte da Ásia central, do Oriente Médio e do norte da África, bordejou por longos períodos a Europa por todos os lados, exceto pelo Atlântico, por onde ela haveria de escapar para dominar o mundo. Mas as fronteiras entre nomadismo e feudalismo não se desenharam de forma linear apenas pela topografia: tanto a planície panoniana como a estepe da Ucrânia, *habitats* clássicos do pastoreio predatório, acabaram por se integrar à agricultura sedentária da Europa. O feudalismo, nascido no setor ocidental da Europa, propagou-se para o setor oriental por força da colonização e do exemplo. A conquista desempenhou um papel adicional, mas subordinado: a sua realização mais espetacular mostrou ser também a mais efêmera, no Levante. Ao contrário do modo de produção escravista que o precedeu, ou do modo de produção capitalista que se lhe seguiu, o modo de produção feudal não levou diretamente ao expansionismo imperialista em larga escala.[23] Embora cada classe baronial se tenha esforçado incessantemente para ampliar a sua área de poder mediante a agressão militar, a construção de vastos impérios territoriais foi bloqueada pela fissão sistemática da autoridade, que definia o feudalismo da Europa medieval. Não houve, por conseguinte, uma unificação política superiormente ordenada das diferentes comunidades étnicas do continente. Uma religião comum e uma língua culta ligavam entre si Estados que de outro modo estariam cultural e constitucionalmente separados. A dispersão da soberania no feudalismo europeu permitiu a subsistência de uma grande diversidade de populações e de línguas, após as migrações germânicas e eslavas. Nenhum Estado medieval era fundado na nacionalidade e as aristocracias tinham, com freqüência, uma trajetória móvel, passando por transplantações de um território para outro; mas as próprias divisões do mapa dinástico da Europa possibilitavam a consolidação da pluralidade étnica e lingüística abaixo delas. O modo de produção feudal, ele próprio

(23) Este ponto é tratado adequadamente por Porshnev, *Feodalizm i Narodnye Massy*, pp. 517-8.

de caráter "pré-nacional", preparou objetivamente a possibilidade de um sistema de Estados multinacional na época de sua subseqüente transição para o capitalismo. Um dos últimos traços do feudalismo europeu, nascido do conflito e da síntese entre dois modos de produção anteriores, era portanto a extrema diferenciação e ramificação internas de seu universo cultural e político. Numa perspectiva de comparação, tal não era a menos importante das peculiaridades do continente.

O feudalismo, enquanto categoria histórica, foi cunhado pelo iluminismo. Desde que entrou em circulação, apresentou-se a questão da existência desse fenômeno fora da Europa, onde obteve o seu nome. Montesquieu, como é sabido, considerou-o um fato totalmente singular, "um evento que aconteceu uma vez no mundo e provavelmente jamais virá a acontecer".[24] Igualmente notória é a opinião contrária de Voltaire: "O feudalismo não é um evento, é uma forma muito antiga que subsiste em três quartos de nosso hemisfério, sob diferentes administrações".[25] Muito claramente, o feudalismo foi na verdade uma "forma" institucional, mais que um "evento" instantâneo: mas a latitude das "diferenças de administração" que lhe foi atribuída, como vimos, muitas vezes tendeu a subtrair-lhe por completo qualquer identidade determinada.[26] Em suma, não restam dúvidas atualmente que Montesquieu, com um senso histórico muito mais profundo, andava mais perto da verdade. A investigação moderna descobriu apenas *uma* região importante do mundo onde inequivocamente triunfou um modo de produção feudal comparável ao da Europa. No outro extremo da massa territorial eurasiana, além dos impérios orientais familiares ao iluminismo, as ilhas do Japão haviam de revelar um panorama social que evocava vivamente aos viajantes e observadores europeus do final do século XIX o passado medieval, depois que a chegada do comodoro Perry à baía de Yokohama, em 1853, pôs fim ao seu longo isolamento do mundo exterior. No espaço de pouco mais de uma década, o próprio Marx comentava em *O Capital*, publicado no ano anterior ao da Restauração Meiji: "O Japão, com a sua organização puramente feudal da propriedade fundiária e a sua desenvolvida *petite culture*, dá-nos um retrato muito mais fiel da Idade Média européia do que todos os nossos

(24) *De l'Esprit des Lois*, II, p. 296.

(25) *Oeuvres Complètes*, Paris, 1878, XXIX, p. 91.

(26) A inflação generalizada do termo "feudalismo", é preciso destacar, não se confina aos marxistas: a mesma tendência se evidencia numa coletânea de teor muito diferente, R. Coulborn (Org.), *Feudalism in History*, onde quase todos os ensaios descobrem o feudalismo onde quer que o procurem.

livros de história".[27] Neste século, a opinião acadêmica concorda quase unanimemente em considerar que o Japão foi local histórico de um autêntico feudalismo.[28] No que aqui nos interessa, o ponto essencial deste feudalismo do Extremo Oriente reside na sua distinta combinação de similaridades estruturais e divergências dinâmicas em relação à trajetória européia.

O feudalismo japonês, que surgiu como um modo de produção desenvolvido a partir dos séculos XIV-XV, após um longo período de incubação anterior, caracterizava-se essencialmente pelo mesmo nexo fundamental do feudalismo europeu: a fusão de vassalagem, benefício e imunidade num sistema de feudo que constituía a estrutura político-jurídica básica na qual o trabalho excedente era extraído do produtor direto. Os vínculos entre serviço militar, propriedade fundiária condicional e jurisdição senhorial reproduziram-se fielmente no Japão. Esteve igualmente presente a hierarquia graduada entre senhor, vassalo e subvassalo, formando uma cadeia de suserania e dependência. Uma aristocracia de cavaleiros constituía a classe dominante hereditária: o campesinato encontrava-se juridicamente vinculado ao solo numa réplica próxima da servidão da gleba. Evidentemente, o feudalismo japonês possuía também características próprias locais, que contrastavam com o feudalismo europeu. As condições técnicas da rizicultura ditavam organizações diversas a nível da aldeia, onde estava ausente o sistema de afolhamento trienal. Por sua vez, o domínio senhorial japonês raramente continha uma reserva ou cultivo doméstico. Ainda mais importante, no quadro da relação feudal entre senhor e suserano: acima do nível da aldeia, a vassalagem tendia a predominar sobre o benefício — o vínculo "pessoal" de homenagem era tradicionalmente mais forte que o vínculo "material" da investidura. O pacto feudal era menos contratual e específico que na Europa: os deveres do vassalo eram mais difusos e os direitos do seu suserano mais imperativos. No quadro do peculiar equilíbrio entre honra e subordinação, reciprocidade e desigualdade, que marcava a ligação feudal, a variante japonesa pendia consistentemente para o segundo termo. Embora a organização clânica estivesse ultrapassada, como em todas as verdadeiras for-

(27) *O Capital*, I, p. 718.

(28) Ver as famosas passagens de Bloch em *Feudal Society*, pp. 446-7; Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, I, pp. 281-91. O mais importante estudo comparado do feudalismo europeu e japonês é o de F. Joüon des Longrais, *L'Est et L'Ouest*, Paris, 1958, *passim*. A documentação utilizada para os comentários que se seguem sobre o desenvolvimento japonês pode ser encontrada nas referências do apêndice sobre o feudalismo japonês, pp. 433.

mações sociais feudais, o expressivo "código" da relação senhor-vassalo era proporcionado pela linguagem do parentesco e não por elementos do direito: a autoridade do senhor sobre o seu subalterno era de caráter mais patriarcal e inquestionável que na Europa. Não existia o conceito de felonia senhorial, tampouco os tribunais de vassalos; o sistema jurídico era, de modo geral, muito limitado. A conseqüência geral mais importante da configuração autoritária e assimétrica da hierarquia intra-senhorial no Japão foi a ausência de um sistema de estados, tanto no nível regional como no nacional. Esta era sem dúvida, no plano polltico, a mais importante linha divisória entre o feudalismo japonês e o europeu, considerados enquanto estruturas auto-isoladas.

Mas, uma vez registradas essas significativas diferenças de ordem secundária, a semelhança fundamental entre as duas configurações históricas é inequívoca. Acima de tudo, o feudalismo japonês definia-se também por uma rigorosa fragmentação da soberania e pelo caráter escalonado da propriedade fundiária. Na verdade a fragmentação da soberania atingiu no Japão Tokugawa uma forma mais organizada, sistemática e estável do que jamais ocorreu em qualquer pais europeu, ao passo que a propriedade privada escalonada da terra era efetivamente mais universal no Japão feudal que o fora na Europa, já que não havia posses alodiais no campo. O paralelismo básico entre as duas grandes experiências do feudalismo, nos extremos opostos do continente eurasiano, iria receber a sua confirmação mais impressionante no destino posterior de cada uma dessas áreas. O feudalismo europeu, como vimos, revelou-se a passagem para o capitalismo. Foi a dinâmica econômica do modo de produção feudal na Europa que liberou os elementos para a acumulação primitiva do capital em escala continental e foi a ordem social da Idade Média que precedeu e preparou a ascensão da classe burguesa que a realizou. O modo de produção capitalista, na sua forma plena, desencadeada pela revolução industrial, foi o dom e a maldição da Europa para todo o globo. Hoje, na segunda metade do século XX, apenas uma grande região situada fora da Europa, ou de sua colonização ultramarina, atingiu um estado avançado de capitalismo industrial: o Japão. Os pressupostos sócio-econômicos do capitalismo japonês, como foi amplamente demonstrado pela moderna investigação histórica, assentam-se profundamente no feudalismo nipônico que tanto impressionara Marx e os europeus no final do século XIX. Com efeito, nenhuma outra área do mundo dispunha de elementos internos tão propícios para uma rápida industrialização. Tal como na Europa ocidental, a agricultura feudal permitira notáveis índices de produtividade: talvez mais elevados do que na maior parte da Ásia das

monções de hoje. Também aí aparecera um penetrante senhorialismo orientado para o mercado, numa área rural cujo índice geral de comercialização era surpreendentemente alto: quiçá metade, ou mais, do produto total. Além disso, e ainda mais revelador, o Japão do final do feudalismo conheceu um nível de urbanização provavelmente inigualado em qualquer outra região, exceto a Europa contemporânea: no princípio do século XVIII, Edo, a sua capital, era maior que Londres ou Paris, e talvez um em cada dez habitantes vivia em cidades com mais de 10 mil pessoas. Por último, mas não menos importante, o suporte educacional do país sustentava a comparação com as nações mais desenvolvidas da Europa ocidental: nas vésperas da "abertura" japonesa ao Ocidente, cerca de 40 a 50 por cento da população masculina adulta era alfabetizada. O ritmo e o sucesso impressionantes com que o capitalismo industrial foi implantado no Japão pela Restauração Meiji tiveram os seus pressupostos históricos determinados no caráter peculiarmente avançado da sociedade que foi o legado do feudalismo Tokugawa.

No entanto, ao mesmo tempo, havia uma divergência decisiva entre o desenvolvimento europeu e o japonês. Com efeito, embora o Japão chegasse a alcançar um ritmo de industrialização mais acelerado do que o de qualquer país capitalista da Europa ou da América do Norte, o impulso fundamental de sua tempestuosa transição ao modo de produção capitalista, no final do século XIX e início do século XX, foi *exógeno*. Foi o impacto do imperialismo ocidental sobre o feudalismo japonês que subitamente galvanizou as forças internas numa transformação total da ordem tradicionalmente instituída. A profundidade dessas transformações não estava de modo algum ao alcance do reino Tokugawa. Quando a esquadra de Perry ancorou em Yokohama, em 1853, o hiato histórico existente entre o Japão e as potências euro-americanas era, apesar de tudo, imenso. A agricultura japonesa era notavelmente comercializada ao nível da distribuição, mas tal ocorria em muito menor escala no nível da própria produção. Com efeito, os tributos feudais, coletados em sua maior parte em espécie, contavam ainda para o grosso do sobreproduto, mesmo sendo depois convertidos em dinheiro: a produção agrícola voltada diretamente para o mercado continuava a ser subsidiária, dentro do conjunto da economia rural. As cidades japonesas eram enormes aglomerados urbanos, como instituições financeiras e comerciais muito avançadas. Não obstante, as manufaturas eram ainda de caráter rudimentar, dominadas pelos ofícios artesanais organizados em corporações de tipo tradicional; as fábricas propriamente ditas eram praticamente desconhecidas; o trabalho assalariado não estava organizado em escala significativa; a tecnologia era

simples e arcaica. O ensino no Japão era um fenômeno de massas, que teria talvez alfabetizado toda a população masculina. Culturalmente, porém, o país era ainda em grande parte atrasado, se comparado com os seus antagonistas ocidentais; não havia desenvolvimento da ciência, o avanço do direito era limitado, quase não havia filosofia e muito menos teoria econômica e política, sem falar na virtual ausência de uma história crítica. Em outras palavras, nada de remotamente comparável ao Renascimento tocara as costas japonesas. Era portanto lógico que a estrutura do Estado tivesse uma forma fragmentada e rigida. O Japão conheceu uma longa e rica experiência de feudalismo, mas nunca produziu um absolutismo. O shogunato Tokugawa, que governara as ilhas durante os últimos dois séculos e meio antes da intromissão do Ocidente industrializado, assegurou uma paz prolongada e manteve uma rigorosa ordem; o seu regime era porém a negação do Estado absolutista. O shogunato não detinha qualquer monopólio da coerção no Japão: os senhores regionais conservavam os seus próprios exércitos, cujo total era superior ao das tropas da casa Tokugawa. Não impunha uma legislação uniforme: o alcance de seus decretos não ia além de um quinto ou um quarto do território. Não possuía uma burocracia com competência em toda a sua área de suserania: todo feudo importante tinha a sua própria administração autônoma e separada. Não coletava impostos nacionais: três quartos do território ficavam fora de seu âmbito fiscal. Não dirigia uma diplomacia: o isolamento oficial proibia o estabelecimento de relações regulares com o mundo exterior. Exército, fisco, burocracia, direito, diplomacia — todos esses complexos institucionais-chave do absolutismo europeu estavam ausentes ou não eram eficazes no Japão. Neste aspecto, a distância *política* entre o Japão e a Europa, as duas pátrias do feudalismo, evidencia e simboliza a profunda divergência em seu desenvolvimento histórico. Torna-se necessária e instrutiva uma comparação não da "natureza", mas da "posição" do feudalismo na trajetória de cada uma destas regiões.

Na Europa, como vimos, o modo de produção feudal foi o resultado de uma fusão de elementos liberados a partir do choque e dissolução de dois modos de produção anteriores: o modo de produção escravista da antiguidade clássica e os modos de produção comunal-primitivos das populações tribais de sua periferia. A lenta síntese romano-germânica durante a Idade das Trevas acabou por gerar a nova civilização do feudalismo europeu. A história especifica de cada uma das formações sociais da Europa medieval e do início da Idade Moderna foi caracterizada pela incidência diferenciada desta síntese original que deu vida ao feudalismo. Um exame da experiência inteiramente diversa

do feudalismo japonês sublinha uma importante verdade geral, que devemos a Marx: a *gênese* de um modo de produção sempre deve ser distinguida de sua *estrutura*.[29] Com efeito, a mesma articulação estrutural pode vir à luz a partir de inúmeras "vias" diferentes. Os elementos constitutivos que a compõem podem ser liberados de modos e em seqüências diversas, a partir de modos de produção anteriores, antes de se entrelaçarem para formar um sistema coerente e capaz de se reproduzir. Assim, o feudalismo japonês não teve atrás de si um passado "escravista" ou "tribal". Foi o produto da lenta desintegração de um sistema imperial de tipo chinês, baseado no monopólio estatal da terra. O Estado Taiho, criado nos séculos VII e VIII sob a influência chinesa, era um tipo de império totalmente diverso do de Roma. A escravidão tinha aí uma importância mínima; não havia liberdades municipais; a propriedade privada da terra estava abolida. O deslocamento gradual da organização política centralizada que se constituiu com os códigos Taiho foi um processo espontâneo e endógeno, que se estendeu dos séculos IX ao XVI. Não houve invasões estrangeiras comparáveis às migrações bárbaras da Europa: a única ameaça externa grave, o ataque marítimo dos mongóis no século XIII, foi decididamente repelida. Assim, os mecanismos da transição ao feudalismo no Japão foram completamente diferentes dos que conhecemos na Europa. Não houve o colapso cataclísmico nem a dissolução de dois modos de produção em conflito, ao lado de uma profunda regressão econômica, política e cultural, que, no entanto, abriram caminho ao subseqüente avanço dinâmico do novo modo de produção nascido dessa dissolução. Foi antes o declínio extremamente prolongado de um Estado imperial centralizado, no seio do qual os nobres guerreiros locais tinham imperceptivelmente usurpado as terras provinciais e privatizado o poder militar, até que, finalmente, no termo de um desenvolvimento contínuo de sete séculos, sobreveio a fragmentação feudal quase completa do país. Esse processo involutivo de feudalização "a partir de dentro" foi enfim completado pela recomposição dos senhorios territoriais independentes numa pirâmide organizada da suserania feudal. O shogunato Tokugawa representou o produto final desta história secular.

(29) Evidentemente, as análises de Marx sobre a acumulação primitiva em *O Capital*, parte VIII, pp. 713-74, fornecem o exemplo clássico desta distinção. Ver também muitas afirmações dos *Grundrisse*, por exemplo: "Assim, embora o dinheiro se torne capital graças a *pressupostos* determinados e externos ao capital, tão logo o capital passe a existir como tal, ele cria os seus próprios pressupostos (...) através do seu próprio processo de produção". *Grundrisse*. Londres, 1973, p. 364.

Em outras palavras, toda a *genealogia* do feudalismo no Japão apresenta um contraste inequívoco com a descendência do feudalismo na Europa. Hintze, cuja obra contém análises que continuam a figurar entre as mais profundas reflexões sobre a natureza e incidência do feudalismo, estava contudo equivocado ao acreditar numa estreita analogia entre a experiência japonesa e a européia. Para ele, em toda a parte o feudalismo resultou do que denominava a "deflexão" (*Ablenkung*) de uma sociedade tribal avançada através do arcabouço de um império anterior, que desviou a sua trajetória de formação do Estado para uma configuração singular. Rejeitando todo o evolucionismo linear, insistia na necessidade de um "entrelaçamento" (*Verflechtung*) conjuntural de efeitos imperiais e tribais para dar vazão a um verdadeiro feudalismo. O surgimento do feudalismo europeu ocidental após o Império Romano podia portanto ser comparado com o aparecimento do feudalismo japonês após o Império Taiho: em ambos os casos, tratou-se de uma combinação "externa" (Germânia/Roma e Japão/China) de elementos que determinou a formação desta ordem. "O feudalismo não é criação de um desenvolvimento nacional imanente, mas uma constelação histórica mundial."[30] O defeito desta comparação é o pressuposto de que os Estados imperiais chinês e romano seriam semelhantes, não apenas na sua abstrata designação comum de império. A Roma antonina e a China Tang, ou o seu equivalente, o Japão Taiho, foram de fato civilizações absolutamente diferentes, baseadas em modos de produção distintos. É a *diversidade* das vias para o feudalismo, não a sua identidade, a lição básica a extrair do aparecimento separado da mesma forma histórica nos dois extremos da Eurásia. No quadro desta radical diversidade de origens, a *similaridade* estrutural entre os feudalismos europeu e japonês é ainda mais surpreendente: a mais eloqüente demonstração de que um modo de produção, uma vez constituído, reproduz rigorosamente a sua própria identidade como sistema integrado, "livre" dos pressupostos díspares que inicialmente lhe deram origem. O modo de produção feudal tem a sua própria ordem e necessidade, que se impôs com a mesma estrita lógica em dois contextos extremamente contrastantes, uma vez cumpridos os processos de transição. Não apenas ocorreu a reprodução no Japão das estruturas de governo do feudalismo inicialmente desenvolvidas na Europa como, o que é talvez ainda mais significativo, tais estruturas tiveram visivelmente os mesmos efeitos históricos. O desenvolvimento do senhorialismo, a expansão do capital mercantil, a difusão do ensino no Japão foram de tal ordem, como vimos, que este país se revelou a única região importante do mundo de origem não-européia capaz de acompanhar a Europa, a América do Norte e a Australásia na marcha para o capitalismo industrial.

(30) Hintze, "Wesen und Verbreitung des Feudalismus", *Gesammelte Abhandlungen*, I, p. 90. Hintze acreditava que teria havido um feudalismo russo depois do Império Bizantino e um feudalismo islâmico depois do Império Sassânida, que constituiriam dois outros exemplos do mesmo processo. Na verdade, o desenvolvimento russo inseria-se no feudalismo europeu em seu conjunto e nunca houve um verdadeiro feudalismo islâmico. Mas a análise de Hintze é, apesar disso, plena de interesse.

Não obstante, salientado o paralelismo fundamental entre os feudalismos europeu e japonês, enquanto modos de produção internamente articulados, resta o simples e enorme fato de seus resultados divergentes. A Europa, a partir da Renascença, realizou a transição para o capitalismo segundo o seu próprio impulso, num processo de constante evolução global. A revolução industrial, em última análise desencadeada pela acumulação primitiva do capital em escala internacional durante a primeira fase da época moderna, constituiu uma combustão espontânea e gigantesca das forças de produção, sem similares em sua força e universal em seu alcance. Nada de comparável ocorreu no Japão e, a despeito de todos os avanços da época Tokugawa, não havia indícios de que algo semelhante estivesse para acontecer. Foi o impacto do imperialismo euro-americano que destruiu a antiga ordem política do Japão e foi a importação da tecnologia ocidental que tornou possível uma industrialização indígena a partir da matéria-prima de sua herança sócio-econômica. O feudalismo permitiu ao Japão — caso único entre as sociedades asiáticas, africanas ou amerindias — ingressar nas fileiras do capitalismo avançado quando o imperialismo se tornou um sistema conquistador a nível mundial: não gerou um capitalismo nativo por seu próprio impulso, no isolamento do Pacífico. Não havia portanto uma força inerente ao próprio modo de produção feudal que inevitavelmente o compelisse a evoluir para o modo de produção capitalista. As evidências concretas da história comparada não sugerem um tal evolucionismo.

Qual foi então a especificidade da história européia que tão profundamente a separou da história japonesa, a despeito do ciclo comum de feudalismo que tanto as aproximou? A resposta encontra-se certamente na duradoura herança da antiguidade clássica. O Império Romano, a sua forma histórica final, não era apenas, por si, naturalmente incapaz de uma transição para o capitalismo. O próprio avanço do mundo clássico o condenou a uma regressão catastrófica, de proporções tais que não encontra realmente um outro exemplo nos anais da

civilização. O mundo social muito mais primitivo do feudalismo em seus inícios foi o resultado de seu colapso, preparado internamente e completado do exterior. Então, a Europa medieval libertou, depois de uma longa gestação, os elementos de uma lenta transição ulterior para o modo capitalista de produção, no início da época moderna. Mas o que tornou possível a passagem singular ao capitalismo na Europa foi *a concatenação de antiguidade e feudalismo*. Em outras palavras, para apreender o segredo do surgimento do modo de produção capitalista na Europa é necessário descartar tão radicalmente quanto possível qualquer concepção que o vê como a simples subsunção evolutiva de um modo de produção inferior por outro superior, sendo um gerado automática e completamente no seio do outro, por uma sucessão orgânica interna, que com isso o extingue. Marx insistiu corretamente na distinção entre a gênese e a estrutura dos modos de produção. Mas, por outro lado, caiu no equívoco de acrescentar que a reprodução da última absorvia ou abolia os traços da primeira. Assim, escreveu que os "pressupostos" anteriores de um modo de produção, "precisamente enquanto pressupostos *históricos*, pertencem ao passado, portanto à *história da sua formação*, mas de modo algum à sua história *contemporânea*, isto é, ao sistema real do modo de produção (...) enquanto o prelúdio histórico do seu porvir, eles se encontram por trás dele, tal como os processos através dos quais a terra efetuou a transição de sua forma fluida de mar de fogo e vapor para a sua forma atual situam-se além de sua existência enquanto terra".[31]

Efetivamente, o próprio capitalismo triunfante — o primeiro modo de produção a alcançar um âmbito verdadeiramente global — de modo algum meramente resumia e integrava todos os anteriores modos de produção que encontrou e dominou em seu caminho. E ainda menos, na Europa, o feudalismo que o antecedeu. Não é uma tal teleologia que governa as trilhas tortuosas e ramificadas da história. Com efeito, como vimos, as *formações sociais* concretas, incorporam, via de regra, numerosos modos de produção coexistentes e antagônicos, de épocas variáveis. Na realidade, o advento do modo de produção capitalista na Europa só pode ser entendido se se rompe com toda a noção puramente linear de tempo histórico. Em vez de apresentar a forma de uma cronologia cumulativa, na qual uma fase sucede e supera a anterior, para produzir a sucessora que por sua vez a ultrapassará, a marcha para o capitalismo revela a *persistência* do legado de um modo de

(31) *Grundrisse*, pp. 363-4.

produção no quadro de uma época *dominada* por outro, e uma *reativação* de sua influência na passagem a um terceiro. A "vantagem" da Europa sobre o Japão reside nos seus antecedentes clássicos, que mesmo depois da Idade das Trevas não desapareceram "atrás dela", mas sobreviveram, em certos aspectos básicos, "à sua frente". Neste sentido, a gênese histórica concreta do feudalismo na Europa, longe de se desvanecer como fogo e vapor na solidez terrena da sua estrutura realizada, teve efeitos tangíveis sobre a sua dissolução final. A temporalidade histórica real, que rege os três grandes modos de produção históricos que dominaram a Europa até este século, é portanto radicalmente distinta do *continuum* de uma cronologia evolutiva. Contrariamente a todas as teses historicistas, o tempo foi como que invertido, a certos níveis, entre os dois primeiros, para que a guinada decisiva para o último se efetuasse. Contrariamente a todas as teses estruturalistas, não foi um mecanismo autônomo que operou o deslocamento do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, como sistemas contíguos e fechados. Foi necessária a *concatenação* dos modos de produção antigo e feudal para que se produzisse na Europa o modo de produção capitalista — uma relação que não se resumia a uma seqüência diacrônica, mas era também, em determinado estágio, uma articulação sincrônica. O passado clássico despertou de novo dentro do presente feudal para assistir à chegada do futuro capitalista, ambos a um tempo incrivelmente distantes e estranhamente próximos dele. Com efeito, o nascimento do capital também presenciou, como é sabido, o renascimento da antiguidade. A Renascença, a despeito de toda a crítica e revisão, permanece como o momento crucial de toda a história européia: duplo momento de uma expansão no espaço e de uma recuperação no tempo igualmente sem precedentes. É neste ponto, com a redescoberta do mundo antigo e a descoberta do Novo Mundo, que o sistema estatal europeu adquire a sua plena singularidade. Um poder universal e ubíquo seria o resultado dessa singularidade e o seu final.

A concatenação dos modos de produção antigo e feudal que distingue o desenvolvimento europeu é visível em numerosos traços originais da época medieval e do início da época moderna, que a separam da experiência japonesa (e obviamente da islâmica e da chinesa). De início, toda a posição e evolução das cidades era completamente diferente. Como vimos, o feudalismo, como modo de produção, foi o primeiro na história a tornar possível uma *oposição* dinâmica entre cidade e campo; o parcelamento da soberania inerente à sua estrutura permitia que se desenvolvessem enclaves urbanos autônomos como centros de

produção no quadro de uma economia predominantemente rural, e não como centros parasitários ou privilegiados de consumo e administração — o padrão que Marx acreditava ser puramente asiático. Assim, a ordem feudal fomentou um tipo de vitalidade urbana diferente de qualquer outra civilização, cujos produtos comuns podem ser observados tanto no Japão como na Europa. Não obstante, houve simultaneamente uma diferença crucial entre as cidades medievais da Europa e do Japão. As primeiras possuíam um grau regular de densidade e autonomia desconhecido das últimas: o seu peso relativo no seio da ordem feudal era muito maior. A maior onda de urbanização no Japão foi relativamente tardia, desenvolvendo-se a partir do século XVI, dominada por algumas raras e vastas concentrações urbanas. Além disso, nenhuma cidade japonesa adquiriu autonomia municipal duradoura: o seu apogeu coincidiu com o máximo controle dos barões ou dos senhores shogun sobre elas. Na Europa, por outro lado, a estrutura geral do feudalismo permitiu também o crescimento de cidades produtoras baseadas nas manufaturas artesanais, mas as *formações sociais específicas* que emergiram da forma de transição local peculiar para o feudalismo garantiam, desde o início, um maior potencial urbano e municipal. Com efeito, como vimos, o movimento real da história nunca é a mera mudança de um modo de produção puro para outro: compõe-se *sempre* de uma série complexa de formações sociais na qual se imbricam diversos modos de produção, sob a dominância de um deles. Foi evidentemente por esta razão que os "efeitos" determinados dos modos de produção antigo e comunal-primitivo anteriores ao modo de produção feudal puderam sobreviver *dentro* das formações soclais da Europa medieval, muito tempo depois do desaparecimento dos mundos romano e germânico. Assim o feudalismo europeu gozou desde o início de um legado municipal que "preenchia" o espaço deixado pelo novo modo de produção ao desenvolvimento urbano, de um modo muito mais positivo e dinâmico do que em qualquer outro lugar. Já mencionamos o testemunho mais revelador da importância direta da antiguidade no surgimento das formas urbanas características da Idade Média na Europa: o primado da Itália em seu desenvolvimento e a adoção das insígnias romanas em seus primeiros regimes municipais, desde os "consulados" do século XI. Toda a concepção social e jurídica de uma *cidadania* urbana enquanto tal era de memória e derivação clássicas, sem paralelo fora da Europa. Naturalmente, dentro do modo de produção feudal constituído, toda a *base* sócio-econômica das cidades-repúblicas que gradualmente se desenvolveram na Itália e no Norte era radicalmente distinta da que existia no modo de produção escravista, do

qual herdaram tantas tradições superestruturais:[32] o trabalho artesanal livre tornou-as para sempre distintas das suas predecessoras, a um tempo mais rudes e capazes de maior criatividade. Como Anteu, na comparação de Weber, a cultura citadina do mundo clássico, que mergulhou nas sombrias profundezas do mundo rural na Idade das Trevas, ressurgiu, mais forte e mais livre nas comunidades urbanas do princípio da época moderna.[33] No Japão nada se passou de semelhante a este processo, bem como, *a fortiori*, nos grandes impérios asiáticos que nunca conheceram o feudalismo — árabe, turco, hindu ou chinês. As *cidades* da Europa — comunas, repúblicas e tiranias — foram o produto singular do desenvolvimento combinado que marcou o continente.

Ao mesmo tempo, a área rural do feudalismo europeu sofreu também uma evolução sem paralelo. Já salientamos a extrema raridade do sistema do feudo como tipo de propriedade rural. Nunca foi conhecido nos grandes Estados islâmicos ou sob as sucessivas dinastias chinesas, que tinham as suas formas próprias de regime agrário. O feudalismo japonês, contudo, apresenta a mesma conexão de vassalagem, benefício e imunidade que definia a ordem medieval na Europa. Mas, por outro lado, nunca revelou a cruclal *transformação* da propriedade rural que singularizou os inícios da Europa moderna. Na sua forma pura, o modo de produção feudal caracterizava-se pela propriedade privada condicional da terra, conferida a uma classe nobiliária de título hereditário. A natureza *privada* ou *condicional* desta forma de propriedade a distinguia, como notou Marx, de toda uma série de sistemas agrários alternativos fora da Europa e do Japão, em que o monopólio oficial do Estado sobre a terra, na origem ou ao longo do tempo, pressupunha classes possuidoras bem menos estritamente "aristocráticas" do que a dos cavaleiros ou samurais. Mas, uma vez mais, o desenvolvimento europeu processou-se à frente do japonês, com a transição da propriedade privada da terra de caráter *condicional* para a *absoluta*, na época da Renascença. Também aqui, foi essencialmente a herança clássica do direito romano que facilitou e codificou este avanço deci-

(32) O ressurgimento do escravismo em grande escala no Novo Mundo seria, evidentemente, um dos acontecimentos mais ilustrativos do início da época moderna — condição indispensável da acumulação primitiva necessária à vitória do capitalismo industrial na Europa. O seu papel, que escapa ao âmbito do presente trabalho, será analisado num estudo subseqüente.

(33) Ver a passagem definitiva de Weber, em todo o seu esplendor, em "Die Sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur", *Gesammelte Aufsätze zur Sozial-und Wirtschaftsgeschichte*, pp. 310-1 (para uma tradução brasileira ver *Weber*, Ática, 1982, 2ª ed., Org. Gabriel Cohn, pp. 37-57).

sivo. A propriedade quiritária, a expressão jurídica mais elevada da economia mercantil da antiguidade, permaneceu à espera de ser redescoberta e posta a funcionar, logo que a difusão das relações mercantis no seio da Europa feudal atingiu níveis que requeriam de novo a sua precisão e clareza.[34] Numa tentativa de definir a especificidade da via européia para o capitalismo, por contraste com o desenvolvimento do restante do mundo, Marx escreveu a Zasulich: "Neste movimento ocidental, a questão é a *transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*".[35] Com isso, queria dizer a expropriação das pequenas posses camponesas pela agricultura capitalista, que ele pensava (equivocadamente) ser possível evitar na Rússia, através da transição direta da propriedade camponesa comunal para o socialismo. Tal fórmula contém, todavia, uma verdade profunda quando aplicada num sentido algo diferente: a transformação de uma forma de propriedade privada — condicional — em uma outra forma de propriedade privada — absoluta — no seio da nobreza fundiária constituiu a preparação indispensável para o advento do capitalismo e representou o momento em que a Europa deixou para trás todos os outros sistemas agrários. Na longa época de transição durante a qual a terra continuou a ser, no aspecto quantitativo, a principal fonte de riqueza em todo o continente, a consolidação da propriedade privada irrestrita e hereditária era um passo fundamental para a liberação dos fatores de produção necessários à acumulação do capital propriamente dita. O próprio "vinculismo" demonstrado pela aristocracia européia no início da época moderna já era uma evidência das pressões objetivas para um mercado livre da terra, que haveria de gerar uma agricultura capitalista. Na verdade, a ordem jurídica nascida da recuperação do direito romano criou as condições jurídicas *gerais* para uma bem-sucedida passagem ao modo de produção capitalista, tanto na cidade como no campo. A garantia da propriedade e a estabilidade dos contratos, a proteção e previsibilidade das transações econômicas entre indivíduos, asseguradas por um direito civil escrito, nunca se reproduziram em outras regiões. O direito islâmico era, quando muito, vago e

(34) Engels podia escrever: "O direito romano é de tal modo a expressão clássica das condições de existência e dos conflitos de uma sociedade dominada pela pura propriedade privada que toda a legislação subseqüente não conseguiu aprimorá-lo de forma essencial. A propriedade burguesa da Idade Média era pelo contrário muito moderada pelas limitações feudais e em larga medida constituía-se de privilégios; o direito romano estava por conseguinte, neste aspecto, muito à frente (*weit voraus*) das relações burguesas da época" (*Werke*, vol. 21, p. 397).

(35) Marx-Engels, *Selected Correspondence*, p. 340.

ambíguo em matéria de propriedade imobiliária; era inextricavelmente religioso e por isso confuso e polêmico na sua interpretação. O direito chinês era puramente punitivo e repressivo; praticamente não tratava das relações civis e não provia um quadro jurídico estável para a atividade econômica. O direito japonês era rudimentar e fragmentário, mal esboçando os tímidos rudimentos de um direito comercial exeqüível por entre o labirinto da diversidade dos decretos senhoriais.[36] Em contraste com todos estes, o direito romano oferecia um quadro de referência coerente e sistemático à compra, venda, arrendamento, locação, empréstimo e sucessão dos bens: remodelado para as novas condições da Europa e generalizado por um corpo de juristas profissionais que a própria antiguidade desconhecia, a sua influência constituiu um dos pressupostos institucionais fundamentais para a aceleração das relações de produção capitalistas em escala continental.

O renascimento do direito romano, por outro lado, trouxe consigo, ou na sua esteira, a reapropriação de praticamente toda a herança cultural do mundo clássico. O pensamento filosófico, histórico, político e científico da antiguidade — para não falar de sua literatura e arquitetura — adquiriu subitamente uma nova força e presença no princípio da época moderna. Os elementos críticos e racionais da cultura clássica, se comparados aos das outras civilizações antigas, possibilitaram uma eficácia maior e mais aguda ao retorno àquela. Não somente esses elementos eram intrinsecamente mais avançados que os seus equivalentes no passado dos outros continentes, como estavam separados do presente pelo grande abismo da fronteira religiosa entre duas épocas. De tal modo, o pensamento clássico jamais podia ser preservado como uma tradição venerável e inócua, mesmo na assimilação seletiva que dele fez a Idade Média: ele sempre manteve um conteúdo antagônico e corrosivo, enquanto universo não-cristão. E assim que as novas condições sociais permitiram que as mentes européias olhassem subitamente para trás, por sobre o abismo que as separava da antiguidade, sem sentir vertigens, o potencial radical de suas grandes obras pôde ser plenamente sentido. Daí adveio, como vimos, uma revolução intelectual artística que só pôde ocorrer graças à emanação histórica específica do mundo clássico sobre os mundos medievais. A astronomia de Copérnico, a filosofia de Montaigne, a política de Maquiavel, a historiografia de Clarendon, a jurisprudência de Grotius — todas eram devedoras, de diferentes maneiras, das mensagens da antiguidade. O pró-

(36) Estes contrastes são analisados adiante, pp. 453, 497-9, 543.

prio nascimento da física moderna, em parte, assumiu a forma de uma rejeição de um legado clássico, o aristotelismo, sob o signo de um outro, o neoplatonismo, que inspirou a sua concepção "dinamizada" da natureza.[37] A cultura cada vez mais analítica e secular que se desenvolveu gradualmente, ainda com muitos entraves e recuos teológicos, foi talvez o fenômeno histórico que mais infalivelmente distinguiu a Europa das outras grandes áreas da civilização na época pré-industrial. O sereno tradicionalismo da sociedade feudal japonesa, virtualmente inocente, na era Tokugawa, de assomos ideológicos antagônicos, fornece um contraste especialmente notável. É evidente que a estagnação intelectual do Japão, ao lado de sua efervescência econômica, devia-se em grande medida ao deliberado isolamento do país. Mas, também neste aspecto, o feudalismo europeu levou vantagem sobre o seu homólogo japonês desde o exato princípio de suas respectivas origens.

Enquanto, no Japão, o modo de produção feudal resultou da lenta involução de uma ordem imperial cujas estruturas foram emprestadas ao estrangeiro e se estabilizou em condições de completo afastamento do mundo externo, na Europa, o modo de produção feudal emergiu do choque frontal entre duas ordens anteriores em conflito sobre uma grande massa territorial, cujos efeitos secundários vieram a repercutir-se numa extensão geográfica ainda mais ampla. O feudalismo insular do Japão evoluiu para dentro, afastando-se da matriz extremo-oriental do primitivo Estado Taiho. O feudalismo continental da Europa evoluiu para fora, à medida que a diversidade étnica inerente à síntese que lhe dera origem crescia efetivamente, com a difusão do modo de produção para além de sua pátria carolíngia e acabou por produzir um mosaico dinástico e protonacional de grande complexidade. Na Idade Média, essa mesma diversidade assegurou a autonomia da Igreja, que nunca esteve sujeita a uma única soberania imperial, como acontecera na antiguidade, e encorajou o surgimento dos Estados, tradicionalmente convocados para alinhar uma nobreza local a uma monarquia ou principado perante o ataque de outro, nos conflitos militares da época.[38] Por sua vez, tanto a independência eclesiástica

(37) Para o papel do neoplatonismo no desenvolvimento da ciência moderna, ver Frances Yates, *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*, Londres, 1964, pp. 447-55. Mais diretamente, como é óbvio, a herança da geometria euclidiana e da astronomia ptolomaica foi o pressuposto indispensável para o surgimento da física galileana.

(38) As determinantes ioterestatais da representação dos estados foram salientadas por Hintze: "Weltgeschichtliche Bedingungen der Reprãsentativverfassung", *Gesammelte Abhandlungen*, I, pp. 168-70.

como o sistema da representação em estados são características da sociedade medieval européia que nunca se reproduziram na variante japonesa de feudalismo. Neste sentido, eles eram funções do caráter *internacional* do feudalismo europeu, que não foi de modo algum a menos importante das razões que fizeram com que seu destino fosse tão diferente do futuro do Japão. A multiplicidade aleatória de unidades políticas no final da Idade Média européia deu lugar, no início da época moderna, a um sistema estatal organizado e interligado: o nascimento da diplomacia formalizou a novidade de um *conjunto* de vários parceiros — na guerra, nas alianças, no comércio, no matrimônio ou na propaganda — no seio de uma arena política única, cujas fronteiras e normas tornaram-se cada vez mais nítidas e bem definidas. A fecundidade da interseção cultural que resultou da formação deste sistema altamente integrado, embora extremamente diversificado, foi uma das marcas registradas da Europa pré-industrial: as realizações intelectuais do princípio da época moderna são muito provavelmente inseparáveis dela. Em nenhuma outra parte do mundo esteve presente um conjunto político semelhante: a institucionalização do intercâmbio diplomático foi uma invenção da Renascença e continuou a ser ainda, por muito tempo, uma peculiaridade européia.

A Renascença, portanto, foi a um só tempo o momento em que a seqüência de antiguidade e feudalismo produziu os seus frutos mais espantosos e originais e o ponto crucial em que a Europa distanciou-se de todos os outros continentes em dinamismo e expansão. O novo e singular tipo de *Estado* que surgiu nessa época foi o absolutismo. As monarquias absolutas do início do período moderno foram um fenômeno estritamente europeu. Na verdade, representam a forma *política* exata do avanço de toda a região. Com efeito, como vimos, foi precisamente neste ponto que a evolução japonesa se deteve: o feudalismo do Extremo Oriente nunca passou para o absolutismo. Em outras palavras, o aparecimento do absolutismo a partir do feudalismo europeu foi o cômputo de seu avanço político. Uma criação da Renascença, o absolutismo pôde desenvolver-se graças à longa história anterior que se estendia para antes do feudalismo e foi exorcizada para assistir à aurora da época moderna. Como estrutura política dominante na Europa até o final do iluminismo, a sua ascendência coincidiu com a exploração do globo pelas potências européias e com os primórdios da supremacia destas. Em sua natureza e estrutura, as monarquias absolutas da Europa eram ainda Estados feudais: o instrumento de governo da mesma classe aristocrática que dominara a Idade Média. Mas na Europa ocidental que as viu nascer, as *formações sociais* que elas gover-

naram eram uma combinação complexa dos *modos de produção capitalista e feudal*, com uma burguesia gradualmente ascendente e uma crescente acumulação primitiva de capital à escala internacional. Foi a conjugação destes dois modos de produção antagônicos em sociedades específicas que deu origem às formas de transição do absolutismo. Os Estados monárquicos da nova época puseram fim ao parcelamento da soberania inscrita no modo de produção feudal na sua forma pura, sem que nunca tenham chegado a alcançar uma organização política plenamente unitária. Esta mudança foi em última instância determinada pelo crescimento da produção e intercâmbio de mercadorias, associados à difusão do capitalismo mercantil e manufatureiro, que tendia a diluir as relações feudais existentes no campo. Ao mesmo tempo, porém, o desaparecimento da servidão não significou a abolição da coerção privada extra-econômica para a extração do sobretrabalho ao produtor imediato. A nobreza fundiária continuou a deter a maior parte dos meios fundamentais de produção na economia e a ocupar a grande maioria das posições no seio do aparelho de poder político. A coerção feudal foi deslocada para cima, para uma monarquia centralizada; e a aristocracia teve que trocar a sua representação em estados pelos cargos burocráticos, dentro das renovadas estruturas de Estado. As agudas tensões deste processo suscitaram muitas revoltas senhoriais; a autoridade real foi com freqüência exercida implacavelmente contra membros da classe nobiliária. O próprio termo "absolutismo" — na verdade, uma designação tecnicamente errônea — dá testemunho da importância do novo complexo monárquico dentro da ordem aristocrática.

Não obstante, há apesar de tudo uma característica básica que distingue as monarquias absolutas da Europa da miríade de outros tipos de governo despótico, arbitrário ou tirânico, encarnado ou controlado pessoalmente pelo soberano, que existiram nas diversas regiões do mundo. *O aumento do poder político do Estado monárquico foi acompanhado não por um decréscimo da garantia econômica da propriedade nobiliária, mas por um aumento correspondente dos direitos gerais de propriedade privada.* A era em que a autoridade pública "absolutista" foi imposta constituiu também a era em que a propriedade privada "absoluta" progressivamente se consolidou. É esta imensa diferença social que distingue as monarquias Bourbon, Habsburgo, Tudor ou Vasa de qualquer sultanato, império ou shogunato fora da Europa. Os contemporâneos, confrontados em solo europeu com o Estado otomano, sempre tiveram uma aguda consciência desta profunda fissura. O absolutismo não significou o fim do domínio aristocrático; ao

contrário, protegeu e estabilizou a dominação social da classe nobre hereditária na Europa. Os reis que presidiam às novas monarquias nunca puderam transgredir os limites invisíveis de seu poder: os das condições materiais de reprodução da classe a que eles próprios pertenciam. Em geral, esses soberanos estavam conscientes de pertencerem à aristocracia que os circundava; o orgulho individual de sua posição fundava-se num sentimento coletivo de solidariedade. Assim, enquanto o capital ia lentamente se acumulando ao abrigo das cintilantes superestruturas do absolutismo, exercendo sobre elas um impulso gravitacional cada vez maior, os proprietários fundiários da nobreza no início da Europa moderna conservavam o seu predomínio histórico, no seio e através das monarquias que ora os dirigiam. Economicamente protegida, socialmente privilegiada e culturalmente amadurecida, a aristocracia ainda mandava: o Estado absolutista ajustou a sua supremacia à rápida germinação do capital no seio das formações sociais compósitas da Europa ocidental.

Em seguida, como vimos, o absolutismo apareceu também na Europa oriental, essa metade muito mais atrasada do continente, que nunca experimentara a síntese romano-germânica que dera origem ao feudalismo medieval. As características e a temporalidade contrastantes das duas variantes do absolutismo na Europa, ocidental e oriental, que constituíram o tema central deste estudo, servem, cada qual a seu modo, para sublinhar o caráter e o contexto finais comuns a ambos. Com efeito, na Europa oriental, o poder social da nobreza não foi limitado por uma ascendente burguesia urbana, como a que esteve presente na Europa ocidental: a dominação senhorial não conheceu entraves. Desta maneira, o absolutismo oriental mostra a sua composição e função de classe de forma bem mais patente e inequívoca que o seu homólogo ocidental. Edificada sobre a servidão, a natureza feudal de sua estrutura política era rude e manifesta; o campesinato reduzido à servidão era uma lembrança permanente das formas de opressão e exploração que o seu aparelho de coerção perpetuava. Mas, ao mesmo tempo, a gênese do absolutismo na Europa oriental foi fundamentalmente distinta da do absolutismo na Europa ocidental, pois, precisamente, não foi a expansão da produção e do intercâmbio de mercadorias que o trouxe à luz: o capitalismo ainda estava distante do além-Elba. Foram as duas forças entrecruzadas de um processo incompleto de feudalização — que se iniciara cronologicamente mais tarde, sem o benefício da herança da antiguidade, e em condições topográficas e demográficas mais difíceis — e das intensificadas pressões de um Ocidente mais avançado que levaram à pré-formação paradoxal do absolu-

tismo no Leste. Com o estabelecimento dos regimes absolutistas na Europa oriental completava-se, por sua vez, o sistema internacional de Estados que definia e demarcava o continente no seu conjunto. O nascimento de uma ordem política multilateral, funcionando como um campo único de competição e conflito entre Estados rivais, foi portanto, a um só tempo, a causa e o efeito da generalização do absolutismo na Europa. A construção deste sistema internacional a partir da Vestfália não tornou, evidentemente, homogêneas as duas partes do continente. Ao contrário, representando desde o início linhagens históricas distintas, os Estados absolutistas da Europa ocidental e oriental seguiram diferentes trajetórias até as respectivas conclusões. A ampla gama de destinos que daí resultou é bem conhecida. No Ocidente, as monarquias espanhola, inglesa e francesa foram derrotadas ou derrubadas por revoluções burguesas a partir de baixo; os principados italianos e alemães foram eliminados por revoluções burguesas de cúpula, tardiamente. No Leste, por outro lado, o império russo foi finalmente destruído por uma revolução proletária. As conseqüências da divisão do continente, simbolizadas por estas sucessivas e opostas sublevações, ainda hoje nos acompanham.

Apêndices